



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Esperança e Medo: a Guerra Fria e as relações Brasil-Estados Unidos no Congresso Nacional (1961-1964)

Seme Taleb Fares

Brasília, 2014.

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Esperança e Medo: a Guerra Fria e as relações Brasil-Estados Unidos no Congresso Nacional (1961-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa.

Seme Taleb Fares

Brasília, 2014.

Esperança e Medo: a Guerra Fria e as relações Brasil-Estados Unidos no Congresso Nacional (1961-1964)

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Data: 07 de março de 2014.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa – (Orientador – IREL/UnB)

Prof. Dr. Antônio José Barbosa - (HIS/UnB)

Prof. Dr. Pio Penna Filho - (IREL/UnB)

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa – (IRI/USP)

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes - (HIS/UnB)

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva – (Suplente – IREL/UnB)

*A Taleb Fares Fares e Khadige Taleb
Fares, em memória.*

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, em especial aos meus irmãos, que vêm me encorajando nos meus estudos desde há bastante tempo.

À minha querida Cláudia Bebiano, pelo imprescindível apoio, carinho e atenção, ao meu lado. À pequena Raquel, imensa alegria de minha vida.

A todos os meus amigos da Liderança do PPS, que me apoiaram e, principalmente, carregaram maior carga de tarefas em decorrência de minha ausência durante o afastamento do trabalho para a finalização desta tese.

Ao meu amigo, e orientador, Antônio Carlos Lessa, a quem devo os conselhos para corrigir estrutura e rumos desta pesquisa. Sem ele, esta tese estaria muito aquém dos resultados apresentados.

Às duas instituições públicas que me dispuseram a oportunidade de cursar o doutorado, a Universidade de Brasília e a Câmara dos Deputados. A primeira por me acolher, mais uma vez, em seu corpo discente. A segunda, por proporcionar, com base na lei 8.112/1990, um afastamento do serviço pelo período de um ano para finalizar o processo de elaboração desta tese, sem o qual não seria minimamente possível vencer as obrigações exigidas para a pesquisa.

Aos meus sinceros e grandes amigos, na figura e na memória do Bruno Esteves P. Morgado.

Ao João Carlos Ferreira da Silva pela inestimável ajuda no desenvolvimento do tema que também foi objeto de pesquisa sua. À Regina Rocha, que me indicou os caminhos mais adequados para um projeto de doutorado.

Resumo

Propõe-se neste estudo analisar o debate político acerca das relações internacionais do Brasil a partir do Congresso Nacional durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), no que tange especificamente aos modelos de desenvolvimento econômico e às relações com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Para isso, é proposta uma divisão inicial dos agrupamentos políticos, de acordo com a Política Externa Independente (PEI) de Quadros e Goulart, entre americanistas e antiamericanos. No decorrer do período, as conexões entre políticas doméstica e internacional foram sobrepujadas em decorrência da Guerra Fria e da luta contra o comunismo, por insistência dos americanistas. Por outro lado, os antiamericanos procuraram enfatizar que o tema principal do debate político deveria se assentar no projeto de desenvolvimento econômico brasileiro. O grau de percepção do risco comunista no interior do Brasil, tanto da parte de Washington como dos americanistas, testemunhou um processo de crescimento à medida que chegava ao fim o governo Goulart. As primeiras ações da PEI quanto ao restabelecimento das relações diplomáticas com o Bloco Socialista e a defesa intransigente dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos para a questão cubana, entre outras, catalisaram as suspeitas contra o governo e os parlamentares que faziam a sua defesa de que tratava de um movimento de *bolchevização* do Brasil, de acordo com a lógica da bipolaridade. O golpe civil-militar de abril de 1964, sob o pretexto do risco iminente do comunismo a partir do governo, significou também a eliminação na prática de parte substantiva da bancada antiamericana no Congresso Nacional, considerada comunista ou filo-comunista pelo novo regime. Ao fim, a Guerra Fria condicionou sobremaneira os acontecimentos do período, ao superdimensionar o medo comunista no País e ligar os interesses estratégicos dos Estados Unidos com os rumos da política doméstica brasileira.

Palavras-chave: Congresso Nacional; política externa brasileira; Estados Unidos; Guerra Fria; Jânio Quadros; João Goulart; antiamericanismo; americanismo.

Abstract

This research aims to analyze the political debate about the Brazilian international relations from the Congress' perspective during the governments of Jânio Quadros and João Goulart (1961-1964), especially with regard to the economic development models and the bilateral relations with the United States in the context of the Cold War. For that purpose, it is proposed an initial division of the political groups, according to the Independent Foreign Policy of Quadros and Goulart, between Americanists and anti-Americanists. During the period, the connections between domestic and international policies were overwhelmed due to the Cold War and the fight against the communism, at the insistence of Americanists. At the other hand, anti-Americanists sought to emphasize that the main topic of political debate should be based on the project of Brazil's economic development. The degree of perceived risk within communism inside Brazil, both of Washington as of the Americanists, witnessed a growth process as the government of Goulart was reaching its end. The first steps of the foreign policy of Quadros and Goulart, as the restoration of diplomatic ties with the Socialist Bloc and the tough defense of the principles of nonintervention and self-determination for the Cuban affair, among others, have catalyzed the suspicions against the government and the congressmen who backed this line as a movement in the direction of the bolshevization of Brazil, according to the logic of bipolarity. The civilian-military coup of March 1964, under the argument of imminent threat of communism from the government elements, also meant the virtual elimination of substantive part of the anti-American caucus in Congress, seen as communist or philocommunist by the new regime. At the end, the Cold War greatly conditioned the events of the period, oversizing the communist fear inside Brazil and, at the same time, connecting the strategic goals of the United States with the Brazilian domestic policy's dynamic.

Key words: National Congress; Brazilian foreign policy; The United States; Cold War; Jânio Quadros; João Goulart; anti-Americanism; Americanism.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - Conceitos e histórico do antiamericanismo e do americanismo e suas expressões no Congresso Nacional	9
1. Conceitualização de Antiamericanismos: contribuições da teoria	12
2. Antiamericanismos em outros países	17
3. O antiamericanismo brasileiro: aspectos gerais.....	24
4. Relações Brasil-Estados Unidos, de 1939 a 1960	29
5. Antiamericanismo e americanismo no Congresso Nacional	33
5.1. Moderados e radicais: uma proposta de conceitualização operacional	39
6. Americanismo e antiamericanismo diante da Guerra Fria	58
Capítulo 2 - Ascensão de Jânio Quadros e o debate sobre o projeto de desenvolvimento do País: entre o americanismo e o antiamericanismo	62
1. Política Externa Independente sob Quadros	64
2. O cenário partidário do Congresso Nacional diante dos debates acerca da política externa (1961-1964).....	74
3. Um Congresso pelo Desenvolvimento Nacional: modelos em debate.....	83
4. Em busca de novos mercados	93
5. Aliança para o Progresso: o combate ao comunismo pelo desenvolvimento.....	106
Capítulo 3 - Política Externa, risco comunista e crise institucional: Cuba, renúncia de Quadros e posse de Jango	114
1. O malogro da invasão da Baía dos Porcos	116
2. Do nacionalismo ao comunismo: Cuba como foco de subversão no continente.....	128
3. Quadros comunista?	133
4. Renúncia de Quadros e crise institucional.....	139
5. Posse de Jango, risco comunista e a solução parlamentarista	146
Capítulo 4 - Mais distante dos Estados Unidos, mais próximo do desenvolvimento: as medidas econômicas e comerciais da primeira fase do governo Goulart.....	157

1. Política externa Jango-Dantas-Tancredo, os obstáculos ao desenvolvimento econômico e o fantasma comunista.....	161
1.1. Encampações de empresas norte-americanas	168
1.2. A lei de remessa de lucros ao exterior	173
1.3. A PEI após San Tiago Dantas.....	176
2. O reatamento das relações entre o Brasil e a União Soviética	178
3. À espera da ajuda financeira norte-americana.....	191
4. Ibad, Adep, Ipes: em prol da bancada americanista no Congresso	197
Capítulo 5 - A Guerra Fria e os temas estratégicos: a “independência” longe demais..	208
1. A questão cubana: Punta del Este e o combate à interferência soviética no continente americano.....	211
2. A Conferência do Desarmamento em Genebra	224
3. San Tiago Dantas: um chanceler contra o americanismo.....	229
4. Crise dos Mísseis: a Guerra Fria nas Américas	241
5. 1963: paralisação dos modelos de desenvolvimento e crescimento do estigma comunista no Brasil	248
Capítulo 6 - Ápice do medo comunista, golpe e as primeiras medidas do governo “revolucionário”	264
1. O cenário político doméstico e a exacerbação do medo da implantação do comunismo internacional no Brasil durante o segundo semestre de 1963	266
2. 1964: a política fora das institucionais; as soluções fora da Constituição.....	275
3. Em direção ao golpe	286
4. Vitória do anticomunismo e do americanismo e perecimento do antiamericanismo..	294
5. Guerra Fria, confusão entre os conceitos de antiamericanismo e comunismo e as preocupações estratégicas do Brasil	301
6. Os motivos do golpe no debate parlamentar: comunismo, papel dos Estados Unidos e política externa.....	309
Conclusão	321

Lista de siglas e abreviaturas

Adep: Ação Democrática Popular
ADP: Ação Democrática Parlamentar
AID: *Agency for International Development*
Amforp: *American & Foreign Power Company*
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Cepal: Comissão Econômica para a América Latina
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CIA: *Central Intelligence Agency*
CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CTB: Companhia Telefônica Brasileira
ESG: Escola Superior de Guerra
EUA: Estados Unidos da América
FAB: Força Aérea Brasileira
FEB: Força Expedicionária Brasileira
FFAA: Forças Armadas
FMI: Fundo Monetário Internacional
FMP: Frente de Mobilização Popular
FPN: Frente Parlamentar Nacionalista
Ibad: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ipes: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITT: *International Telephone and Telegraph Company*
JID: Junta Interamericana de Defesa
MAD: *Mutual Assured Destruction*
MRE: Ministério das Relações Exteriores
MTR: Movimento Trabalhista Renovador
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
OPA: Operação Panamericana
PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PDC: Partido Democrata Cristão
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PEI: Política Externa Independente
PL: Partido Libertador
PR: Partido Republicano
PRP: Partido de Representação Popular
PRT: Partido Republicano Trabalhista
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PST: Partido Social Trabalhista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
RDA: República Democrática Alemã
RFA: República Federal da Alemanha
RPC: República Popular da China
STF: Supremo Tribunal Federal
TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN: União Democrática Nacional
UNE: União Nacional dos Estudantes
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID: *U.S. Agency for International Development*

Introdução

O que um país como o Brasil deveria fazer para vencer um quadro em que mais da metade de sua população ainda não sabia ler nem escrever, e que vivia na miséria e sem concretas perspectivas de melhora no futuro? De outra parte, como proteger um sistema de crenças e valores tradicionais, que se propugnava baseado na liberdade dos indivíduos, contra a ameaça representada pelo comunismo? As respostas a essas perguntas foram sendo oferecidas por governos e grupos políticos no interior do Congresso Nacional de modo bastante intenso ao longo da primeira metade da década de 1960. Afinal, o Congresso Nacional, por definição, foi a instituição que congregava todas as correntes políticas com alguma influência nos rumos do Brasil.

Grosso modo, todos os agrupamentos políticos do Legislativo brasileiro preocuparam-se com ambas as questões. Mas, de certa maneira, dois grandes grupos se formaram, sendo que cada um deles se voltou prioritariamente a um dos problemas a fim de oferecer alguma solução. De um lado a esperança por um futuro mais promissor; do outro, o medo pelas consequências de invasão de uma ideologia que subverteria a ordem tradicional, com a adoção de um novo sistema de produção e de crenças. Na filosofia e na política, esperança e medo formam um antigo par oposto. Os dois, isoladamente ou em conjunto, possuem a capacidade de justificar a ação política. Thomas Hobbes, por exemplo, aponta que, para sair do estado de guerra de todos contra todos, o estado reúne os sentimentos de medo da morte violenta e da esperança da paz.¹

Nesse contexto, as relações internacionais apresentavam ao mesmo tempo risco e oportunidade ao Brasil. Risco, segundo certo grupo de políticos, de se ver tomada por uma ditadura comunista; para outros, de ter a sua liberdade de ação para vencer os obstáculos rumo

¹ KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002, p.133. Para Gaddis, os Estados Unidos e a União Soviética ofereciam esperança, mas apenas o segundo precisava recorrer ao medo para se manter funcionando. A distinção aqui feita entre esses dois termos não leva esse aspecto em consideração. Cf. GADDIS, John Lewis. **The Cold War: a new history**. Nova York: Penguin, 2006, p.98.

ao desenvolvimento econômico limitada. Ou oportunidade, de se associar ao líder do bloco ocidental com vistas a promover o seu desenvolvimento e se proteger da ameaça vinda do leste ou, então, de ampliar suas opções comerciais e barganhar maior atenção dos Estados Unidos. Um e outro espectro, pois, foi sendo preenchido por americanistas e antiamericanos. Esses foram agrupamentos políticos no interior do Congresso Nacional que representavam não só propostas de como o País deveria se relacionar com os Estados Unidos, mas principalmente sistemas de crenças mais amplos, de como um país como o Brasil deveria agir domesticamente e no plano internacional. Esse dualismo foi possível graças à posição dos Estados Unidos, e tudo a eles relacionado, no centro do debate, o que contribuiu então para substituir a divisão anterior entre nacionalistas e entreguistas. O americanismo, por exemplo, não representou apenas a crença nos valores difundidos pelos Estados Unidos, como democracia, progresso e sociedade mais justa. Da mesma forma, antiamericanismo não significava tão somente rejeição pelo modelo norte-americano ou convicção de que suas ações representassem sempre um ato nocivo ao Brasil. Nesse aspecto, este estudo propõe uma divisão não rígida entre americanistas e antiamericanos – e suas gradações, moderados e radicais – numa análise eminentemente política desses fenômenos. A partir disso, será possível entender a dinâmica e as ideologias políticas existentes no interior do Congresso Nacional no que tangia à inserção internacional do Brasil, seu projeto de desenvolvimento econômico e, mais especificamente, as relações com os Estados Unidos e as implicações da Guerra Fria para o País.

Por essa razão, este estudo se assenta em grande parte nas discussões parlamentares nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Isso não significa desconsiderar a importância e o peso das comissões temáticas para a conformação das discussões e das decisões do Parlamento. Ocorre que, diante das limitações de acesso aos debates travados no interior das comissões frente à existência de notas taquigráficas sistematizadas e que cobrem a totalidade dos pronunciamentos nos plenários, optou-se por limitar o material da pesquisa a eles, exceto quanto à comissão parlamentar de inquérito que tratou de investigar as atividades do complexo Ibad/Ipes/Adep, por configurar tema evidentemente ligado ao núcleo da pesquisa. Ademais, o que ocorria nas comissões, de modo geral, era refletido também nos plenários, significando a oportunidade de condensar as diferentes vertentes de pensamentos que existiam no Parlamento. No entanto, não constitui objetivo desta tese analisar os padrões de voto para as diferentes proposições relacionadas à política externa. Mais importante que isso, considerou-se o posicionamento ideológico frente aos temas, que no mais das vezes não

foram levados à votação, mas a uma discussão em que foram separados os favoráveis e os contrários a determinada ação ou omissão do governo, sendo cada grupo também separado de acordo com suas distintas gradações. Para tanto, foram pesquisadas e sistematizadas, com base em datas e temas selecionados, algumas centenas de pronunciamentos, discursos e apartes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a partir dos arquivos disponíveis nessas duas instituições. Embora isto contribuísse para a extensão das páginas desta tese, optou-se por incluir excertos daqueles pronunciamentos considerados por nós mais representativos e ilustrativos dos debates então travados.

Provavelmente, este estudo possui o mérito de especificar, analisar, categorizar e apontar as nuances daquilo que se convencionou tratar de propostas da esquerda, da ala conservadora, o peso da Política Externa Independente (PEI) para o debate parlamentar e a imagem dos Estados Unidos no meio político brasileiro. De certo modo, apresenta um panorama dos esquemas mentais existentes na política brasileira durante o período histórico. Da mesma forma, representa uma renovada tentativa de estabelecer uma forte conexão entre políticas doméstica, externa e internacional durante a primeira metade da década de 1960.² Dessa maneira, é possível antecipar que, a partir das discussões que puderam ser observadas no Congresso Nacional quanto aos rumos que o Brasil deveria seguir, a Política Externa Independente (1961-1964), as reações que ela suscitou e os limites criados pela política internacional da Guerra Fria se inter-relacionaram.

Cumprido ressaltar que este estudo não se restringe a apontar e analisar os debates e os embates travados no interior do Legislativo brasileiro. Isso porque é intrínseco aos estudos sobre o Parlamento a avaliação e a contextualização daquilo que ocorre também fora dos seus limites. Afinal, a análise em torno das atividades do Parlamento dificilmente deve ser encarada isoladamente. Ao material coletado das discussões parlamentares foram confrontados os posicionamentos e os acontecimentos relevantes ocorridos nos governos Quadros e Goulart e da parte das autoridades de Washington, principalmente. Para isso, serviram de fontes as obras bibliográficas, jornais e documentos de arquivos norte-americanos referenciados, entre os quais os disponíveis nos sítios eletrônicos de arquivos pessoais de presidentes (Kennedy e Johnson) e da CIA. Em outras palavras, procurou-se apontar de que modo as circunstâncias internacionais foram importantes para modular o debate nacional. Da

² BARBOSA, Antônio José. **O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961-1967)**. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), dez. 2000. Tese de Doutorado, p. 214.

mesma forma, são indicados diversos aspectos dos governos Jânio Quadros e João Goulart, em especial no que toca à PEI. O Parlamento agia movido por esse ambiente, nacional e internacional. Imprescindível, pois, lançar especial atenção àquilo que movia, pensava e agia afora os próprios parlamentares.

Ao mesmo tempo, é destacado o uso de dois neologismos da segunda parte do século XX: Guerra Fria e Terceiro Mundo.³ Afinal, vivia-se a preocupação comum e geral entre os países do Terceiro Mundo com o desenvolvimento e a superação da condição de miséria de cada país. No Brasil não era diferente. Em decorrência disso, esta pesquisa propõe uma mudança no fundamento teórico quanto à análise histórica desse período no Brasil, de fundamentação marxista para outra, de orientação neorrealista, em que preocupações da Guerra Fria desempenharam papel de destaque. Para parte expressiva da historiografia brasileira, como também dos antiamericanos apontados neste estudo, o capitalismo norte-americano (ou plutocracia), aliado aos conservadores no interior do Brasil, estava no centro das explicações, como se a Guerra Fria fosse um mito ou uma variável secundária. É compreensível essa interpretação, pois de fato a Guerra Fria representou para o Terceiro Mundo a continuação do modelo colonialista, ainda que por meios distintos, daí a lógica de negá-la, juntamente com o novo mecanismo de dominação. Aqui se cuida de apresentar uma análise distinta, que parte do pressuposto de que a Guerra Fria constituiu-se em importante variável explicativa para as ações e crenças de significativa parcela de atores políticos, em que preocupações de ordem estratégica foram, muitas das vezes, colocadas antes de interesses em ganhos econômicos pontuais e imediatos. Nesse tocante, a pesquisa sofreu determinante influência de estudos mais recentes que se dedicam à Guerra Fria como principal objeto de estudo. Consoante a isso, foram incorporados na construção dos argumentos os resultados de estudos a respeito do anticomunismo no Brasil.

Baseado em parte na obra de Amado Luiz Cervo sobre o Parlamento brasileiro, esta pesquisa tem como objetivo investigar as correntes de ideias e seus desdobramentos e alcance prático no interior do Parlamento. Contudo, diversamente de Cervo e também de Rocha, este estudo não pretende analisar o papel exercido pelo Parlamento em relação à política externa

³ WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: third world interventions and the making of our times.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 2.

brasileira de forma sistemática ao longo do período dos governos Quadros e Goulart.⁴ Essa tarefa já foi abordada de forma competente pelos trabalhos de Manzur e Barbosa.⁵ Sem embargo, esta pesquisa possui pontos em comum com esses trabalhos, mas a análise tem objetivo mais restrito e metodologia diversa. E, embora se valha em grande medida das mesmas fontes primárias, ou seja, discursos de membros do Congresso Nacional, esta pesquisa procurou analisar todos os discursos no original, em seu inteiro teor, não funcionando as obras de Manzur e Barbosa como referência bibliográfica nesse aspecto específico.

Durante toda a confecção desta tese, as contribuições teóricas da literatura de história das relações internacionais foram incorporadas, notadamente de Amado Luiz Cervo e seus ensinamentos subjacentes de construir conceitos explicativos que devam colocar os fatos empíricos antes da teoria, do acumulado histórico da diplomacia brasileira e de como as ideias, os esquemas mentais, as correntes de pensamento ou as visões de mundo foram se plasmando e como a sociedade foi se conformando a eles, em projetos e agrupamentos políticos conflitantes, demonstrando, ao mesmo tempo, a “riqueza da divergência e das propostas alternativas”⁶. No entanto, optou-se por não fazer menção frequente a essas obras, ou contraposição explícita dos argumentos divergentes, exceto naquilo diretamente influenciado por elas, como em algumas passagens emprestadas de Reinhart Koselleck.

Ademais, cabe fazer um alerta. O objeto desta pesquisa não é o antiamericanismo/americanismo, nem mesmo o Parlamento em matéria de relações internacionais, ou, ainda, a Guerra Fria, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, a Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o nacionalismo e o anticomunismo. É, de outro modo, como todos esses elementos se relacionaram, em um cipoal de variáveis, nos planos doméstico e internacional, que criou as condições excepcionais de um debate cada vez mais polarizado e que culminou, como uma espécie de marcha inexorável, no golpe civil-militar de 1964. Cremos que a explicação das relações internacionais do Brasil desse período, então, deva ser pluridimensional. Mas aqui se cuidará a delimitar apenas aos seus aspectos considerados estruturantes, em que o relacionamento

⁴ CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Internacionais (1826-1889)**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. ROCHA, Regina da Cunha. **Parlamento Brasileiro e Política Exterior na República (1889-1930)**. Curitiba: Juruá, 2011.

⁵ MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **A Opinião Pública e a Política Exterior do Brasil: 1961-1964**. Curitiba: Juruá, 2009. BARBOSA, 2000.

⁶ CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 26.

com os Estados Unidos, a luta contra o comunismo, nos planos interno e externo, e a disputa pelo melhor modelo de desenvolvimento econômico para o País tiveram no Congresso Nacional um fórum que refletia os sentimentos e as posições políticas de então. Representava, enfim, uma instituição que respondia e pressionava os governos Quadros e Goulart a cada passo – nunca de forma uníssona – refletindo as mais diversas correntes de opinião existentes no Brasil. Em verdade, algumas dessas vozes da corrente política brasileira fizeram-se calar por imposição legal – ou quando verbalizavam, o faziam de modo mais comedido. Foi o caso dos comunistas, que diante da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), afiliaram-se sob as bandeiras dos partidos existentes.

Com frequência, os dois presidentes do período são apresentados de forma caricatural. Jânio, como personalista, desequilibrado, dramático; Goulart, fraco, incompetente, despreparado; ambos, demagogos e oportunistas. Os dados apontam, para além das opiniões de seus contemporâneos, que esses dois importantes personagens da história recente do Brasil foram muito mais complexos. Portanto, este estudo tem a intenção de contribuir também para a desmistificação das figuras desses dois presidentes da República cujas saídas do cargo significaram agudas crises políticas. De outra parte, essa é também uma tentativa de se distanciar de estereótipos maniqueístas dos atores políticos em um momento da história que conduziu o País a uma ditadura. A polarização do período, muitas vezes, contamina as reflexões e as interpretações históricas sobre ele. Enfim, uma tipificação maniqueísta não faz jus aos fatos.⁷ Da mesma forma, foi um propósito constante imprimir à pesquisa o cuidado para não silenciar um ou outro grupo político, evitando apresentar uma visão estereotipada de uma crença ou ideologia. Na maior parte das vezes, isso foi criado para fins de ataque político ao oponente – quer seja “entreguista”, “vendilhão da pátria”, “fascista”, “antidemocrático”. Por isso, evitar-se-á apontar para cada um dos agrupamentos políticos, americanista e antiamericano, como o certo e o errado do debate político. Isso porque um e outro se configuraram em conjuntos ideológicos distintos para as mesmas realidades. Sem embargo, essa é também uma história sobre o Brasil e o mundo de hoje, como se construíram. Um passado que ainda permanece bastante vivo.

O estudo está dividido em seis capítulos. À exceção do primeiro capítulo, os demais foram separados, grosso modo, por ordem cronológica, desde a ascensão de Jânio Quadros à Presidência da República até a deposição de João Goulart em abril de 1964. Dessa forma, no

⁷ Agora eu (não) era o herói, por Sylvia Colombo. **Folha de São Paulo**, 14/04/2013.

capítulo primeiro são apresentados os conceitos em torno do americanismo e do antiamericanismo e, principalmente, suas diferentes gradações no interior do Congresso Nacional. No capítulo segundo são apontados os aspectos gerais da PEI sob Quadros, o cenário partidário do Congresso Nacional para todo o período analisado, as primeiras tentativas do governo de aproximação com o Bloco Socialista e os debates suscitados no ensejo do lançamento da Aliança para o Progresso. O capítulo seguinte avança nos aspectos políticos criados pela Guerra Fria, notadamente com a questão cubana e as suspeitas ideológicas quanto às intenções de Jânio Quadros. Por fim, o capítulo terceiro aborda a crise institucional de agosto/setembro de 1961 diante dos desafios criados pela política externa, apesar dos poucos meses de sua implementação, e da percepção de risco comunista no Brasil.

O quarto capítulo analisa as preocupações de cunho econômico e comercial durante a primeira fase do governo João Goulart, incluindo questões não diretamente ligadas à política externa, mas que compunham o seu grande debate, tais como as encampações de empresas estrangeiras e a aprovação da lei de remessa de lucros. Nele também são abordadas as controvérsias entre antiamericanos e americanistas sobre o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, o papel da ajuda financeira norte-americana para o desenvolvimento econômico brasileiro e, finalmente, a atuação do complexo Ibad/Ipes/Adep em apoio à bancada americanista. O capítulo quinto avalia os impactos de temas estratégicos das relações internacionais, como a Reunião de Consulta de Punta del Este de 1962, a Conferência do Desarmamento de Genebra e a crise dos mísseis de Cuba, na construção dos argumentos de americanistas e antiamericanos, juntamente com os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Nesse capítulo são tratados outros dois pontos. O primeiro aborda a oposição à PEI congregada durante a votação da moção de censura ao chanceler San Tiago Dantas e a rejeição de seu nome para o cargo de primeiro-ministro. O segundo ponto trata da crise econômica e da crescente polarização do debate político doméstico com o aumento do estigma comunista, até o primeiro semestre de 1963. No último capítulo são analisados, de modo mais intenso que nos anteriores, os aspectos do cenário político doméstico, a partir de fins de 1963 até abril de 1964, em que foi testemunhada uma maior atuação dos radicais (dos diversos agrupamentos existentes) nos contornos do debate político, tornando assim mais remota uma solução conciliatória para a crise. Foi durante esse período que o medo comunista tomou a sua forma mais dramática, apontando enfim para o golpe civil-militar. São reservadas a esse capítulo algumas considerações acerca do relacionamento entre comunismo, anticomunismo, americanismo e antiamericanismo diante do cenário da

Guerra Fria. Da mesma forma, são apontados os possíveis motivos do golpe no debate parlamentar. Nesse ponto, como não poderia deixar de ser, são analisados o papel dos Estados Unidos, o peso do medo comunista, a política externa brasileira e, finalmente, as influências e os resultados das ações de americanistas e antiamericanos em todo o contexto político que culminou com a quebra do regime democrático no Brasil.

CAPÍTULO 1

Conceitos e histórico do antiamericanismo e do americanismo e suas expressões no Congresso Nacional

O antiamericanismo é um fenômeno antigo, com fundamentos e percepções distintos para diferentes contextos e sociedades. Ele não configura apenas em uma atitude ou um conjunto de opiniões negativas em relação aos Estados Unidos da América, mas também em importante variável que influencia, de algum modo, as ações e os desenhos relativos à política externa de um país. Para uma determinada posição política, existe sempre o seu lado antagônico. O antiamericanismo encontra, pois, no americanismo o seu inimigo político e ideacional – o que vai além de ser simplesmente contra ou a favor dos Estados Unidos. Ambos dizem respeito a concepções e formas de enxergar a ação política de um país específico – ou agrupamento social – em relação ao que os Estados Unidos representam, agem, seu passado e suas promessas para o futuro, se benéficas ou prejudiciais para aquilo que desejam como projeto para seu país ou, ainda, seus objetivos mais imediatos.

Em princípio, é necessário delimitar o conceito que o antiamericanismo pode ter na análise da história da política externa de um país, uma vez que o termo pode significar diferentes acepções. É importante salientar que não existe apenas uma explicação, ou uma explicação principal, para o antiamericanismo. Ele é essencialmente heterogêneo e multidimensional.¹ Um conceito inicial de antiamericanismo, então, diz respeito a uma predisposição, um pré-conceito, que percebe as ações dos EUA diante de outro país como prejudiciais aos interesses nacionais desse Estado, antes mesmo de uma prévia análise objetiva, ou então uma tendência psicológica de deter visões negativas dos Estados Unidos e de sua sociedade no geral. É importante, pois, investigar em que medida um sentimento de

¹ KATZENSTEIN; Peter J.; KEOHANE, Robert (Eds.). **Anti-Americanisms in World Politics**. Nova York: Cornell University Press, 2007, p. 11.

antiamericanismo, em um contexto histórico e social, pode influenciar o relacionamento de um país – o Brasil, no caso – com os Estados Unidos.²

As relações do Brasil com os Estados Unidos conformam um de seus eixos fundamentais de inserção internacional. Nesse contexto, empreender uma análise entre a política exterior do Brasil e o fenômeno do antiamericanismo pode contribuir para determinar as razões e os contornos de determinados movimentos e reações de nossa diplomacia e das demais instituições e agrupamentos políticos domésticos. Essa assertiva parece bastante evidente, também, para o período da Política Externa Independente (1961-1964), em que o mercado e a ajuda financeira norte-americanos eram essenciais para qualquer projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, da mesma forma que preocupações de ordem estratégica.

De fato, as relações dos Estados Unidos com o Brasil não caberiam em conceitos simples do tipo *aliança não-escrita*, *alinhamento*, *rivalidade emergente*, *dependência*, *relações perigosas*, *relações triangulares*, *assimetria* ou *relações especiais*, muito menos antiamericanismo/americanismo, todos veiculados ora pelo discurso diplomático e político, ora pelo acadêmico.³ No entanto, a tentativa de se conceitualizar o antiamericanismo, e paralelamente o americanismo, tem o objetivo de contribuir para entender a complexidade que envolve as relações do Brasil e a grande potência do norte, tanto nos seus aspectos sociais como, principalmente, políticos e econômicos.

Metodologicamente, há um sério obstáculo em se mensurar o antiamericanismo numa sociedade e avaliar o seu impacto concreto na condução da política externa de um determinado país. Em geral, as pesquisas de opinião ou as análises dos conteúdos de discursos são duas das formas mais amplamente utilizadas. Também em razão de uma análise quantitativa do antiamericanismo durante a primeira metade da década de 1960 no Brasil ser limitada, a forma escolhida por este estudo para avaliar o fenômeno foi por meio do posicionamento daqueles atores que, em tese, exerceram substancial influência nas decisões políticas do período – os agrupamentos políticos representados no Parlamento.

Portanto, o Parlamento – devido às diversas correntes e grupos ideológicos atuando no seu interior – refletiu, de maneira geral, as posições pró e contra os Estados Unidos nos diferentes aspectos e graduações que puderam existir no cenário político brasileiro. Para os

² KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 12.

³ CERVO, 2008, p. 220.

fins de análise, os congressistas serão classificados de acordo com suas concepções diante dos Estados Unidos e da proposta de abordagem que o Brasil deveria seguir no plano internacional, tendo como pano de fundo, invariavelmente, as preocupações acerca da Guerra Fria. Essa metodologia mostra-se qualitativa, na medida em que avalia o teor do posicionamento dos principais atores políticos envolvidos em cada tema, suas origens e argumentos; mas também quantitativa, diante da possibilidade de mensurar o grau e o número de parlamentares pró e antiamericanos. Nesse caso, contudo, é forçoso admitir limitações, uma vez que não é considerada a totalidade de deputados e senadores durante as duas legislaturas (que é o período do mandato dos parlamentares, ou seja, que vai de uma eleição a outra) e, a partir disso, separados em dois grandes grupos. A repartição dos grupos americanistas e antiamericanos levou em consideração aqueles congressistas que tiveram atuação direta nos casos em debate. Por exemplo, um deputado federal que fosse a favor do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, em discussão durante o segundo semestre de 1961, e que não se pronunciou sobre o assunto, não utilizou da tribuna, não participou dos debates ou fez qualquer aparte, não pôde ser computado. Essa é uma limitação metodológica, mas que, provavelmente, é contornada com as manifestações documentadas durante os debates que, de modo geral, são as que conformaram as decisões do colegiado e consubstanciaram as posições a favor, contra, moderados, radicais, etc. A pesquisa, portanto, é quantitativa na proporção em que pode afirmar que a maioria agiu dessa ou daquela forma, que a oposição, principalmente, defendia tal ou qual bandeira, sem, no entanto, apontar o número, nem mesmo a aproximação estatística, de parlamentares de um ou de outro setor. Essa é uma característica limitadora do estudo dos parlamentos e que é resolvida pela expressão e ação dos líderes partidários e dos atores de relevo, que apontam as direções dos demais legisladores que, ainda que silentes, seguem as linhas propugnadas por uma minoria “super atuante”.

É importante salientar que os conceitos em torno do antiamericanismo apresentados pela academia compõem a imensa maioria quando comparados a seu rival ideológico, o americanismo. Essa a razão de os tópicos a seguir que tratam da conceitualização pelas ciências sociais, características em algumas outras regiões do mundo e aspectos gerais no Brasil se limitarem ao antiamericanismo. A abordagem dos dois fenômenos é apresentada na proposta de conceitualização para o tratamento dos debates no interior do Parlamento durante o período da Política Externa Independente. Além disso, este capítulo traz outros dois tópicos. Um que busca sintetizar em um pequeno espaço as relações bilaterais entre o Brasil e os

Estados Unidos nos anos que antecedem a década de 1960 e outro a respeito do antiamericanismo e do americanismo diante da Guerra Fria.

1. Conceitualização de Antiamericanismos: contribuições da teoria

Como ocorre com os demais conceitos históricos, o antiamericanismo varia ao longo do tempo. As palavras, apesar de permanecerem as mesmas em diferentes tempos e espaços, não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado. Existem tantas variações entre países e regiões que o mais correto seria se referir a antiamericanismos (no plural) ao invés de antiamericanismo (no singular).⁴

O termo antiamericanismo abrange uma variedade de comportamentos. Dito de outra forma, o fenômeno do antiamericanismo não pode ser explicado de maneira única, homogênea. Varia não só de acordo com o tempo e o país, mas também em relação a grupos e indivíduos, se considerarem diferentes aspectos da sociedade e da política norte-americanos. O antiamericanismo, grosso modo, significa a expressão de atitudes negativas em relação aos Estados Unidos. Contudo, não se trata de uma excepcionalidade norte-americana. Afinal, sentimentos anti-imperialistas ou *anti* determinada nação têm uma longa trajetória. O Império Romano certamente suscitou medo, inveja e inimizade entre aqueles povos sujeitos ou ameaçados pelo seu poder. E sentimentos anti-imperialistas são retomados ao longo da história – os Estados Unidos, sendo um império ou não, agiram à semelhança de um. Portanto, o antiamericanismo, apesar de ser capaz de conter características únicas, é apenas um exemplo de um fenômeno social mais abrangente e genérico, que pode englobar, além do anti-imperialismo, o “antibrasileirismo”, o “antiniponismo”, etc.⁵

Os Estados Unidos, como é usual ocorrer em qualquer país de grandes dimensões, rica história e variada composição étnica, são uma nação heterogênea. Essa heterogeneidade, ou polivalência, pode ser a própria causa da heterogeneidade do americanismo e de sua antítese, o antiamericanismo. Daí a razão de, na maior parte dos casos, os sentimentos em relação aos Estados Unidos serem expressos de forma multidimensional: respeito e ressentimento, ao mesmo tempo, ou seja, admira certos aspectos e rejeita outros. Nisso, é

⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 105.

⁵ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, pp. 2 e 251. HOLLANDER, Paul (Ed.). **Understanding Anti-Americanism: Its Origins and Impact at Home and Abroad**. Chicago: Ivan R. Dee Publisher, 2004.

possível, sem haver uma contradição inerente, admirar sua cultura popular, ciência e tecnologia e deter posições amplamente antiamericanas. Não só. Essa combinação de diversidades no interior dos Estados Unidos, tanto de valores como de modos de se viver e agir, pode servir de aprovação e de rejeição de um mesmo aspecto: da política, da cultura, dos valores, etc., porque existem várias dimensões no interior de cada um deles, ou seja, aprovação de uma determinada linha política e rejeição de outra, admiração por uma expressão cultural e rejeição de outra, sendo todas elas, ainda assim, autenticamente norte-americanas. Esse é um dos aspectos que as pesquisas de opinião disponíveis foram incapazes de detectar, ou seja, ser contra a cultura norte-americana, por exemplo, não significa dizer, necessariamente, ser contra toda forma de cultura norte-americana. Isso indica, mais uma vez, a complexidade de atitudes descritas simplesmente como antiamericanas e que, muitas vezes, os dados estatísticos podem mascarar aspectos políticos importantes e não indicar as diferentes tipologias do antiamericanismo. Um dos primeiros passos ao analisarmos o conceito é distinguir se o antiamericanismo é baseado “no que os EUA são” (valores fundamentais e atitudes da sociedade norte-americana) ou “no que os EUA fazem” (suas políticas, especialmente a externa). O antiamericanismo baseado no que “são” os Estados Unidos tende, naturalmente, a resistir mais a mudanças na política norte-americana e a permanecer inalterado e enraizado por mais tempo, na medida em que os valores culturais são menos passíveis a alterações frequentes quando comparados a linhas de governo.⁶

Entre as diferentes definições de antiamericanismo, podemos apontar como qualquer ação ou expressão que se torna parte de um ataque à política externa, sociedade, cultura ou valores dos Estados Unidos. Nisso, existem quatro tipos distintos de antiamericanismo: 1) orientado pelo assunto (contra determinadas políticas norte-americanas); 2) ideológico (que envolve um conjunto de ideias coerentes, frequentemente relacionadas ao nacionalismo, marxismo ou fundamentalismo islâmico, que percebem os Estados Unidos como os grandes vilões do mundo); 3) instrumental (utilizado para conquistar apoio doméstico por meio de ataques aos Estados Unidos, como uma espécie de “inimigo” externo comum ou principal culpado por eventuais erros do governo, ou simplesmente o “bode expiatório”, pelo recurso deliberadamente diversionista e escapista); e 4) revolucionário (que procura derrubar um governo pró-americano e desenvolver as bases de apoio popular do novo regime).⁷ Outro

⁶ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, pp. 2, 10, 19, 103.

⁷ RUBINSTEIN, Alvin e SMITH, Donald. Anti-Americanism in the Third World. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 497 (Maio/1988), pp. 35-45.

conceito é que o antiamericanismo se fundamenta numa ideia singular que algo associado aos Estados Unidos, ligado ao núcleo do modo de vida norte-americano, é profundamente errado e ameaçador para o resto do mundo. Ou então, uma hostilidade sistêmica contra os norte-americanos e suas tentativas de aproximação e presença em determinado país, o que inclui ataques a indivíduos nacionais pró-americanos. Há também tentativas de diferenciar o antiamericanismo em si daquilo que seriam críticas aos Estados Unidos. Nesse sentido, antiamericanismo seria uma forma de crítica combinada a certa dose de ódio contra os Estados Unidos. Outro conceito busca criar uma analogia entre o antiamericanismo e o anti-semitismo europeu, que vilipendiava todo um povo e sua cultura, o “outro”, como tentativa, também, de definir a si próprios.⁸

A partir de uma conceitualização mais complexa e adotada em parte por este estudo, Katzenstein e Keohane⁹ classificam o antiamericanismo em três categorias: opinião, desconfiança e preconceito. A opinião (*opinion*) representa a forma mais branda de antiamericanismo e acompanha a evolução dos fatos independente de sua origem ser os Estados Unidos ou o povo norte-americano, um julgamento, portanto, sem qualquer tipo de predisposição, e aberto a novas informações. Para outros autores, como Revel, essa seria apenas uma atitude crítica em relação a aspectos dos Estados Unidos, diferente, portanto, do antiamericanismo, que teria base quase que exclusivamente irracional.¹⁰ A desconfiança (*distrust*) significa oposição ou falta de apoio aos Estados Unidos, uma predisposição para o ceticismo (“me mostre que você está certo” ou “me mostre que você se comportará bem aqui”). O preconceito (*bias*), por fim, indica uma profunda inclinação a atribuir ações e motivos negativos aos Estados Unidos em qualquer situação (ou na maior parte de situações), sem se preocupar em analisar as especificidades da ocasião ou dos atores envolvidos. Tanto a desconfiança como o preconceito tendem a subestimar as informações potencialmente favoráveis e fazer das informações negativas em relação aos Estados Unidos mais salientes, ficando o preconceito com um grau de abertura a novas informações bastante mais reduzido. O papel do antiamericanismo, portanto, na maior parte das vezes, não fica restrito apenas a uma simples oposição a determinado movimento ou proposta dos Estados Unidos (opinião), mas principalmente numa predisposição fortemente negativa para os EUA, mesmo diante de atitudes claramente positivas de sua política externa (desconfiança e preconceito).

⁸ Apud STEINBERG, David (org.). **Korean Attitudes toward the United States: changing dynamics**. Nova York: East Gate Book, 2005.

⁹ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 21.

¹⁰ REVEL, Jean-François. **Anti-Americanism**. São Francisco: Encounter Books, 2004, p. 143.

Além disso, é possível identificar diferentes graus de antiamericanismo (que num *continuum* vai desde americanismo radical, uma visão essencialmente positiva dos Estados Unidos, até antiamericanismo radical). Nesse sentido, o antiamericanismo liberal critica o lado hipócrita da política externa norte-americana, de não seguirem, eles próprios, os ideais liberais. Nisso incluem o apoio a ditaduras (em que a história da América Latina é rica de exemplos), a proteção ao comércio internacional de sua agricultura, a procura pela proteção extensiva de suas patentes farmacêuticas, etc. Esse é um dos pontos que afetam bastante o Brasil e pode suscitar posturas antiamericanas de fato inclusive naquelas figuras tidas como americanófilas (isto é, defesa de fiel e estreita relação com os Estados Unidos). Em segundo lugar, o antiamericanismo social representa o conflito de visões e valores, o ressentimento da ideia política guiada pelo mercado pura e simplesmente, da injustiça de políticas que privilegiam os ricos em detrimento dos menos favorecidos em decorrência de um sistema plutocrático, da manutenção da pena de morte, da preferência por ações unilaterais no cenário internacional, da desobediência a tratados e organizações internacionais, do desrespeito aos direitos raciais (bastante presente na década de 1960). O antiamericanismo nacionalista-soberano, por seu turno, tem o seu foco no poder político, em especial nos valores de não perder o grau de soberania do país e de proteger as características da identidade e cultura nacionais. Por fim, o antiamericanismo em seu formato radical sustenta que a identidade política e econômica dos Estados Unidos assegura que suas ações serão necessariamente prejudiciais aos bons valores, práticas e instituições do resto do mundo ou de um determinado país ou região apenas. O variante radical prega, portanto, a necessidade de transformar o mundo, ou pelo menos a sociedade e a política norte-americanas. Isso não significa, necessariamente, o recurso à violência, mas é nesse grupo que incluem os defensores da destruição da sociedade norte-americana, por considerá-la incorrigível na sua essência.

McPherson, em seu estudo sobre o antiamericanismo na América Latina, aponta alguns padrões que o diferenciam de outras regiões.¹¹ Nesse caso, o antiamericanismo, de modo geral, não se configura como uma ideologia *a priori*, mas sim como uma reação às políticas norte-americanas. Quanto mais as relações com os Estados Unidos são percebidas como prejudiciais, maior a expressão do antiamericanismo na política e na sociedade. Outra descoberta de McPherson é de que, na maior parte das vezes, suas causas são econômicas, ou seja, de que a pobreza latino-americana tem como um dos seus principais obstáculos a

¹¹ MCPHERSON, Alan (Ed.). **Anti-Americanism in Latin America and the Caribbean**. Nova York: Berghahn Books, 2008, pp. 271-275.

exploração norte-americana. Um terceiro aspecto do antiamericanismo na América Latina é que ele é substancialmente potencializado quando combinado com outras construções ideológicas, notadamente com o nacionalismo, o anti-imperialismo e os movimentos de resistência tradicionais. Do mesmo modo que Keohane e Katzenstein, é observada uma polivalência proeminente, em que são percebidos benefícios e prejuízos, ao mesmo tempo, decorrentes das relações com os Estados Unidos. O quinto aspecto se refere ao uso político que pode ser conferido ao antiamericanismo, como válvula de escape para os problemas nacionais, oportunisticamente acusando os norte-americanos de bodes-expiatórios das mazelas vividas pelo país, tanto se agem (espoliando a economia ou ferindo a soberania nacional) ou se se omitem (se negando a ajudar técnica e financeiramente o desenvolvimento econômico do país). Mas como instrumento de manipulação política, nem sempre o antiamericanismo pode funcionar. Finalmente, o antiamericanismo se fortalece quando exercido pelo governo ou classe política dirigente. E é justamente nesse caso que incentiva uma resposta mais séria por parte dos Estados Unidos. Afinal, para Washington, o problema maior não era o antiamericanismo em si – em um grande número de estudantes, camponeses, trabalhadores detendo posições ou opiniões antiamericanas – mas sim a sua transformação em antiamericanismo na classe política ou de Estado, nas relações de governo a governo. Todas essas noções serão bastante válidas para entendermos o papel do antiamericanismo na primeira metade da década de 1960 durante os governos Quadros e Goulart.

Políticos, militares e diplomatas brasileiros, além de grupos expressivos do Parlamento, nunca deixaram de desconfiar das intenções dos Estados Unidos. Era preciso preservar algum grau de autonomia diante do sistema capitalista internacional e do seu principal motor. Havia certa crença no valor intrínseco da autonomia da política externa.¹² Com efeito concorrem para o antiamericanismo brasileiro outros fatores que não apenas aqueles ligados aos ditames da política externa do País. Nesse aspecto, motivos de ordem econômica e política misturaram-se a críticas ao apoio norte-americano às ditaduras, sua ação indireta por meio de organismos internacionais que controlavam, sua cultura, seus valores. Contudo, possivelmente o fator que mais relação e impacto possuía para a condução da política exterior do Brasil se fundamentava justamente em uma reação de desconfiança (ou preconceito) gerada pelos Estados Unidos de séria ameaça a seus valores mais caros.¹³ Em outros termos, o antiamericanismo, ao menos no que tange aos assuntos da política externa do

¹² SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, pp. 10, 12, 125.

¹³ CERVO, 2008, p. 92.

País, representava menos uma tentativa de minar o poder dos Estados Unidos e repúdio ao que a sociedade e a cultura norte-americanas significavam, do que defesa intransigente dos interesses nacionais. Era assim que a maior parcela dos antiamericanos com alguma influência no processo decisório de política externa agia.

2. Antiamericanismos em outros países

O antiamericanismo em outros países e regiões do mundo, mesmo em diferentes contextos históricos, guarda estreita conexão com as noções de acusação e ressentimento. Em primeiro lugar, acusação de um grave dano histórico ao país ou à região. Em segundo lugar, ressentimento de um prolongado relacionamento que trouxe mais prejuízos que ganhos. Ou, como no caso da Europa, nas percepções de falta de autenticidade, de estupidez e de pobreza da cultura norte-americana.¹⁴

No caso da Coreia do Sul, por exemplo, o antiamericanismo lançou suas bases na acusação de que os Estados Unidos foram os responsáveis pela partição do país (Norte e Sul). O antiamericanismo sul-coreano é um fenômeno antigo, de um histórico turbulento no relacionamento entre os dois países desde o fim da II Guerra Mundial, com forte presença militar norte-americana e apóio explícito aos governos autoritários do país, até 1987. Juntamente com reivindicações sociais e políticas de um relacionamento mais equilibrado, apoiado num sentimento nacionalista de retomada de elementos críticos da soberania sul-coreana, principalmente do eleitorado mais jovem, o antiamericanismo vem se tornando mais proeminente no país nos últimos anos, tanto nos círculos sociais como nos meios oficiais do Estado.¹⁵

Da parte da Alemanha, as oscilações entre atitudes pró e antiamericanas levaram em consideração as circunstâncias históricas do fim da II Guerra Mundial. Por isso, com a derrota do governo nazista, a presença dos Estados Unidos na Alemanha Ocidental encontrou um ambiente propício, uma vez que representava benefícios econômicos e estratégicos valiosos frente à ameaça soviética. No começo da década de 1960, a imagem dos EUA alcançou seu

¹⁴ HOLLANDER, 2004, p. 4.

¹⁵ HWANG, Balbina Y. Anti-Americanism in Korea: implications for the future of the U.S.-ROK alliance. *East Asia*. Summer 2003, pp. 60-73. STEINBERG, 2005, passim.

cume, com a aura do novo, energético e atrativo. Até mesmo o seu presidente, J. F. Kennedy, um jovem comparado a seus equivalentes europeus, contribuiu para isso.

Ainda assim, o longo período posterior de densa relação lucrativa para a Alemanha, o que pode ser estendido a outros países da Europa, não impediu o surgimento de um antiamericanismo de cunho cultural em grande medida, dando ensejo a um relacionamento de amor e ódio. Por esse motivo, a condenação principal da sociedade alemã em relação aos Estados Unidos dizia respeito à sua indústria cultural, ao imperialismo cultural, fato observado principalmente após a década de 1970, ao mesmo tempo em que uma nova geração de alemães, que não tinha testemunhado diretamente os benefícios materiais da ajuda norte-americana no pós-guerra, emergia. As ações norte-americanas em outras partes do globo também serviam de matéria-prima para o mesmo fenômeno, contra atitudes arrogantes e hipócritas de sua política externa. O antiamericanismo surgiu, portanto, como uma forma de afirmação da própria cultura e modo de pensar e agir europeu e, em particular, alemão. Nessa toada, os Estados Unidos representariam o lado obscuro da modernidade.¹⁶ Contudo, isso não significa que o antiamericanismo seja um fenômeno recente na Europa; ele é endêmico entre as suas classes dominantes desde 1776, pelo menos, em que julgavam a cultura norte-americana bastante inferior. Os norte-americanos, nessa linha, eram vistos como perniciosamente materialistas, individualistas e de uma cultura pobre, vazia e superficial, em que a massificação e a quantidade eram mais importantes que a qualidade. Portanto, o que antes era visto apenas como uma pobreza cultural se transformou em imperialismo cultural, ameaçando desalojar a “tradição” e a “riqueza” da cultura europeia.¹⁷ Isso dizia respeito não só aos Estados Unidos, mas principalmente ao senso europeu de superioridade a todo tipo de estrangeiro, da Ásia, da África e, claro, da América do Norte. Um típico caso do anacrônico eurocentrismo e da necessidade de europeização do mundo, ou seja, rejeição a tudo que fosse distinto do modo europeu de produção e de cultura, representado pelos novos bárbaros – ricos, mas podres e sem valores.¹⁸

¹⁶ BERENDSE, Gerrit-Jan. German anti-Americanism in context. *Journal of European Studies*. 33(3/4); 333-350.

¹⁷ REVEL, 2004, p. 146.

¹⁸ James Ceaser aponta a origem filosófica desse pensamento em estudos como de Richard Muller Freienfels. Em uma de suas publicações, de 1927, Freienfels considera o “mal” do americanismo como uma alteração da alma, fazendo-a perder em profundidade, por conta da “matematização”, da “mecanização” da vida em detrimento da qualidade. Como seus predecessores, Martin Heidegger defendia a ideia de que a “América foi o lugar da catástrofe”. Segundo esse pensamento, a padronização e a quantidade retiravam qualquer preocupação com a qualidade e mesmo com a liberdade, de escolher, de agir. Apud CEASER, James. *The Philosophical Origins of Anti-Americanism in Europe*. In: HOLLANDER, 2004, p. 55. DANIELS, Anthony. *Sense of*

No restante da Europa, em especial a França (indicado pela bibliografia como o mais antiamericano país europeu), são apontadas como causas do antiamericanismo, também, o ressentimento pelo papel dominante dos Estados Unidos nos assuntos econômicos, políticos e militares em todo o mundo. Na França, o “mais velho inimigo entre os amigos dos Estados Unidos”, a denúncia contra a “coca-colanização” do Velho Mundo foi bastante institucionalizada com base em um grande estoque de argumentos antiamericanos. O antiamericanismo francês revela também sobre o que é a França como o que são os Estados Unidos: um ressentimento de uma liderança mundial perdida. E, acima de tudo, uma profunda rejeição pelo que é percebido como hábitos consumistas, que reduzem a experiência humana à ação de comprar. Em suma, um país sem autenticidade, marcado pela estupidez, extravagância e excentricidade.¹⁹

Na América Latina, o antiamericanismo tem suas raízes nos movimentos de resistência, especialmente ao poder da colônia, do império e das injustiças administrativas que esse sistema representava. Os Estados Unidos e os países latino-americanos, diversamente de muitas outras regiões, possuem longas e estruturantes relações que colocam o debate político interno diante delas em constante destaque. Após o século XIX, os Estados Unidos vieram substituindo o papel de metrópole ou de império que antes pertencia a Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda. Por outros meios, mas ainda uma relação marcada por profunda percepção de espoliação. Nessa linha, houve uma interpretação de que a pobreza latino-americana esteve unida com a riqueza norte-americana, em uma extensa sedimentação de ressentimentos que moldaram as memórias históricas e as mitologias nacionais. De outro modo, os abusos do poderio norte-americano criaram um sentimento de rejeição que integrou diversas sociedades e, por conseguinte, foi se transformando em ação política efetiva de contenção à penetração dos Estados Unidos e defesa dos interesses considerados vitais para cada uma das nações que se relacionavam com eles.²⁰

Afinal, foi a América Latina a primeira região exposta ao poder estatal norte-americano, desde as guerras de anexação de novos territórios (como da metade do México na guerra de 1846-1848), das expedições de flibusteiros (William Walker na Nicarágua,

Superiority and Inferiority in French Anti-Americanism. In: HOLLANDER, 2004, p. 68. KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 36.

¹⁹ MEUNIER, Sophie. The distinctiveness of French anti-Americanism. In: KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, pp. 129, 141. REVEL, 2004, p. 4. SNOW, Nancy. **Propaganda Inc.:** vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Graphia, 2004, p. 9.

²⁰ MCPHERSON, 2008, pp. 2, 9. PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil-Estados Unidos.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 17.

nomeado presidente do país entre 1855 e 1857), da diplomacia da canhoneira e do dólar (construção da estrada de ferro norte-americana no istmo do Panamá na década de 1850 e incentivo à independência do departamento do Panamá da Colômbia, em 1903, em troca do direito de construir o canal), das atividades políticas da CIA para a efetivação de golpes de estado (Salvador Allende no Chile), até as políticas restricionistas do Consenso de Washington. Na primeira metade do século XX, os Estados Unidos ocuparam Cuba, Panamá, México, Nicarágua, Haiti, República Dominicana, e outros países da América Central. A política da canhoneira e do dólar significava que junto dos marines chegavam grandes capitalistas norte-americanos, como foi o caso de Minor Keith, que converteu a Guatemala em uma maciça *plantation* com a United Fruit Company. Esses eventos históricos impactaram profundamente a percepção não apenas nesses países, mas em todo o mundo e, em especial, em toda a América Latina. A inicial admiração pelo grande irmão do norte foi cedendo lugar à criação de fortes grupos políticos de oposição à presença norte-americana em seus países.²¹

Restava, então, o ensinamento de que os Estados Unidos poderiam impor sua vontade pela força mesmo que contrariando os princípios das relações internacionais defendidos por eles em outras frentes. A opinião de que Washington agia com prepotência e hipocrisia se consolidava principalmente entre a elite latino-americana. Esse desencanto pelos princípios diante das ações dos Estados Unidos se prolongou durante as décadas do século XX, desde a tomada de países menores até o apoio a ditaduras aliadas. Um diplomata mexicano resumiu essa impressão em 1920, numa campanha para demover o governo norte-americano de qualquer risco de intervenção direta em seu país, depois de ocorridas também duas incursões militares no México (1914 e 1916) ordenadas pelo presidente Woodrow Wilson:

*Wilson, durante a Grande Guerra, afirmou diversas vezes que ele era o defensor da lei e da justiça, protetor das nações mais fracas (...) e que para ele a liberdade de uma pequena nação era tão sagrada como a da maior nação (...) e o que o Sr. Wilson fez senão de forma abrupta eliminar a independência do Haiti e da República Dominicana?*²²

Ao mesmo tempo em que o antiamericanismo na América Latina se originou como um movimento de resistência (às limitações impostas ao desenvolvimento dos países), na esteira dos movimentos nacionalistas e independentistas, ele foi se transformando – em um

²¹ MCPHERSON, 2008, pp. 2, 14.

²² Isidro Fabela. Apud BRITTON, John A. Redefining Intervention: Mexico's contribution to anti-Americanism. In: MCPHERSON, 2008, p. 41.

processo de mutação social e histórica – também em uma autêntica linha de ação política. Na memória coletiva dos diferentes países da região, a visão de soldados impondo pela força os objetivos de política externa norte-americana, numa relação bilateral marcada menos pela negociação entre dois entes soberanos, como se fazia supor de um país recém independente pelo direito internacional, e mais pela violência do “big stick”, manteve-se bastante viva durante anos. Uma declaração de Simon Bolívar de 1829, bastante lembrada²³, resumia o sentimento antiamericano de então: “os Estados Unidos estão predestinados pela Providência a amaldiçoar nossa América com miséria em nome da liberdade”. Eduardo Prado, no Brasil, confirmava esse sentimento: “não há uma nação latino-americana que não tenha sofrido em suas relações com os Estados Unidos”.²⁴

Com o tempo, a política do porrete, ou o uso sem disfarces da força bruta, foi cedendo espaço para outros instrumentos como persuasão, pressão, suborno, até chegar às negociações em condições *a priori* isonômicas. Mesmo assim, essas abordagens não se excluíaam. Foram, em verdade, ultrapassadas em número de frequência de uso, com as formas mais “civilizadas” sobrepujando-se sobre as mais “brutas” com o passar dos anos, sem isso significar, ao menos no esquema ideacional latino-americano, extinção de qualquer delas.

Dessa forma, a política da boa vizinhança, inaugurada por Franklin D. Roosevelt e que se estendeu até o fim da II Guerra Mundial, representou uma diminuição nos ressentimentos latino-americanos contra os Estados Unidos, mas não eliminou por completo da memória a possibilidade do uso da força. Em termos estratégicos, a guerra dos aliados contra o nazismo lembrava sobre as vantagens em manter sedimentadas as relações com os Estados Unidos no que concernia às preocupações militares e de defesa. Com isso, ressaltava-se o fato de o poderio militar norte-americano servir também de proteção aos interesses de defesa dos territórios dos países que compunham o continente americano. O TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), celebrado em 1947, consagrava esse entendimento de defesa hemisférica sob o guarda-chuva dos Estados Unidos.

De fato, o antiamericanismo teve seus fundamentos alterados em grande medida. Tão pernicioso para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina como o

²³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961 e em 18/03/1963. As referências às datas dos discursos são do dia em que foram proferidos, e não da publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O mesmo vale no tocante ao Senado Federal.

²⁴ MCPHERSON, 2008, p. 13. O livro de Eduardo Prado, “A Ilusão Americana”, não raro foi mencionado pelos antiamericanos como referência didática da história dos Estados Unidos sobre a América Latina. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

intervencionismo militar foram consideradas as atuações das corporações e do governo norte-americanos que impediam a adoção de políticas nacionalistas e autônomas. Essa noção de que o sistema financeiro internacional, dominado pelos Estados Unidos, contribuía para o processo de empobrecimento da região foi ganhando maior número de adeptos em toda a América Latina nas décadas seguintes e foi se consagrando como um dos mais importantes pilares do antiamericanismo na região. Da mesma forma que os abusos foram denunciados, a negligência dos Estados Unidos no pós-II Guerra Mundial quanto à ausência de um plano de ajuda econômica à semelhança do que foi oferecido à Europa e ao Japão também foi sentida. Como se não fosse suficiente o sentimento de frustração por isso, o antiamericanismo se alimentava da impressão de os países ao sul do continente terem sido simplesmente explorados, como exportadores de matérias-primas para os esforços de guerra.²⁵ O curto período de otimismo em relação aos Estados Unidos foi seguido pelo retorno à condição de secundários e relegados à própria sorte nos seus esforços de desenvolvimento econômico. Os anseios por um programa de ajuda econômica, ao lado da reconstrução de países devastados pela guerra, não se concretizaram, contribuindo para reforçar a percepção de que as ações dos EUA na América Latina não traziam qualquer tipo de vantagem. Ao contrário, apenas espoliação e manobras políticas.

Na Argentina, o fenômeno do antiamericanismo possuiu certas peculiaridades em relação ao restante da América Latina. A Argentina, juntamente com Brasil e México, aplicou com mais coerência e com efeitos de maior impacto estrutural os parâmetros do paradigma desenvolvimentista de inserção internacional, só que de modo mais radical. Como se isso não bastasse, diversamente das relações especiais entre o Brasil e os Estados Unidos observadas durante a Segunda Guerra Mundial, a Argentina optou pelo neutralismo até quase o fim dos combates, o que gerou uma forte reação negativa por parte do governo norte-americano no que concernia às suas relações com esse país. As sequelas por essa opção foram sentidas pela Argentina durante muito tempo ainda.²⁶

Na década de 1940, o antiamericanismo argentino obteve um grande apelo político como resposta às atividades da embaixada dos EUA em Buenos Aires sob o comando de Spruille Braden, o que foi tenazmente utilizado por Juan Domingo Perón em benefício

²⁵ MCPHERSON, 2008, p. 18. BRITTON, John A. Redefining Intervention: Mexico's contribution to anti-Americanism. In: MCPHERSON, 2008, p. 48.

²⁶ CERVO, 2007, pp. 32, 42. VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 21.

próprio. Braden seguiu uma linha de confrontação quase que direta e aberta a Perón, a quem considerava uma séria ameaça aos interesses dos Estados Unidos e um “Al Capone com tendências nazistas”. Quando da eleição presidencial de 1945, a embaixada norte-americana buscou dar forte apoio à oposição peronista. Isso representava uma ameaça às pretensões de Perón em se eleger, mas ao mesmo tempo, diante do papel de destaque do embaixador na arena política argentina e da adoção de medidas de claras e grosseiras interferências no processo político do país, promoveu uma oportunidade única. Tão logo, os peronistas cunharam o termo “bradenismo” como a penetração do imperialismo *yankee* em conluio com a velha oligarquia argentina, permitindo acusar, então, os opositores a Perón como traidores e vendilhões da pátria. Perón, por outro lado, se apresentou como o defensor número um da independência nacional. A eleição de Perón para a presidência, provavelmente, obteve uma expressiva ajuda em decorrência da abordagem da embaixada norte-americana, que fez eclodir os sentimentos nacionalistas e antiamericanos do eleitorado.²⁷

Depois do fiasco da eleição de 45, Washington compreendeu que se pretendesse influenciar a dinâmica da política argentina, deveria fazê-lo de modo discreto, secreto ou sem qualquer tipo de oposição direta e aberta ao governo ou apoio aos opositores. O erro de não seguir esse novo critério poderia ser seriamente contraproducente para os interesses norte-americanos. Era preciso agir com tato e extrema delicadeza, sem dispensar o uso de ações encobertas, ou seja, agindo à sombra e sem publicidade.²⁸ Esses ensinamentos passaram a ser tratados como bastante valiosos para a ação cotidiana de outras embaixadas norte-americanas nos países do Terceiro Mundo.²⁹ No Brasil, por exemplo, a participação intensa do embaixador Lincoln Gordon no desenrolar da política doméstica durante os anos que precederam o golpe de 1964 procurou seguir de perto esses preceitos.

²⁷ DORN, Glenn J. “Bradenism” and Beyond: Argentine Anti-Americanism, 1945-1953. In: MCPHERSON, 2008, p. 62. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 416. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 227. FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. **O Antiamericanismo de Cátedra: desenvolvimento e nacionalismo no Brasil na década de 1950**. Brasília: Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), jul. 2012. Tese de Doutorado, p. 117.

²⁸ DORN, Glenn J. “Bradenism” and Beyond: Argentine Anti-Americanism, 1945-1953. In: MCPHERSON, 2008, p. 77.

²⁹ O conceito de Terceiro Mundo se referia a um conjunto de países submetidos, grosso modo, a um histórico de exploração colonial semelhante e que experimentava um processo de marginalização nas relações internacionais no pós-II Guerra Mundial. Implicava também a busca por uma “terceira posição”, fora do esquema ideológico proposto pelas duas superpotências. A partir da década de 1980, esse termo entrou em desuso, mas a sua utilização para o período aqui tratado mostra-se a mais apropriada.

3. O antiamericanismo brasileiro: aspectos gerais

O paradigma desenvolvimentista da política externa brasileira, em que os anos 1961-1964 estão inseridos, tinha na autonomia de atuação um de seus principais pilares. A consciência a respeito do subdesenvolvimento econômico do País demandava a liberdade de ação de sua política externa como um instrumento necessário para a promoção de sua prosperidade. O desenvolvimentismo pressupunha crescente grau de autonomia das políticas exteriores, entendida essa autonomia como conformação das decisões externas, em primeiro lugar, à percepção de interesses próprios. A dizer isso, sem autonomia decisória não haveria projeto nacional. Tanto que o modelo autonomista de desenvolvimento latino-americano confrontava, com frequência, com a hegemonia dominadora da economia norte-americana, de restringir a margem de manobra da economia do Brasil a uma lógica em que os principais ganhos eram ditados pela grande potência do norte.³⁰

Desse modo, era indispensável liberdade de ação (mesmo que relativa) para a política externa desempenhar de forma eficiente o seu papel supletivo do grande projeto de desenvolvimento econômico do Brasil. Soberania com autonomia decisória vinculados ao projeto de desenvolvimento-industrialização foram ideias-força de todo o paradigma desenvolvimentista, alcançando sua definição conceitual mais elaborada a partir dos anos 1960, com a Política Externa Independente (PEI). Por diversos motivos, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos não foram, ao longo desses anos (assim como nos demais, no geral), tranqüilas e, em parte, podem ser explicadas com base na desconfiança do Brasil das intenções dos Estados Unidos.³¹

Esse sistema ideacional tem suas raízes muito tempo antes do surgimento do paradigma desenvolvimentista no Brasil e que, por consequência, contribuiu para avolumar um expressivo estoque de antiamericanismo no País. O lema “a América para os americanos”, proposto pelo presidente James Monroe em 1823, reiterava a neutralidade dos EUA em questões que envolviam as nações européias para, em seguida, declarar qualquer intromissão no continente americano como um passo perigoso para sua paz e segurança. Aplicava aqui no

³⁰ CERVO, 2007, pp. 32, 71. SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21th Century**. Brasília: IBRI, 2009, p. 52.

³¹ CERVO, 2008, pp. 35, 232. ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p 12.

continente “as lições dos colonialistas europeus”³². Mais tarde, à doutrina Monroe seria acrescentado o corolário de Theodore Roosevelt, o “*big stick*”, “fale macio e carregue um porrete grande: você irá longe” – exercício do poder, se necessário com o uso da força. O processo de enriquecimento material do país exacerbou o seu expansionismo e a sua belicosidade, amplificado por uma tendência ao messianismo nacional, da ideia de povo eleito, resumido no conceito de destino manifesto. Décadas depois, durante a Guerra Fria, a América Latina continuava sendo tratada de forma semelhante, por meio da doutrina da reserva estratégica na zona de influência global dos Estados Unidos frente à União Soviética.

Nesse contexto, ainda na primeira metade do século XIX, as atenções norte-americanas se voltaram para o Amazonas, seja pela abertura à navegação, seja pela colonização direta de seu território, por meio da transplantação de parte de sua população negra e, conseqüentemente, constituição da República Amazônica. A desconfiança do governo brasileiro fazia sentido pelo histórico expansionista dos Estados Unidos nos territórios do México – primeiro ocupar pela população, depois anexar formalmente. Provável que datam dessa época os primeiros esquemas ideacionais de criação e consolidação do antiamericanismo no Brasil. O próprio ministro americano Robert C. Schenk admitia que “a atividade e o espírito aventureiro do povo e do governo dos Estados Unidos somente excita, no Brasil de modo geral, o medo de que o mais pacífico empreendimento possa ocultar algum desígnio mau contra a sua prosperidade e possessões”. Outro diplomata norte-americano, Richard Meade, constatou, em 1858, que “nossas ameaças oficiais, ou por outras formas, têm criado preconceitos contra nós na comunidade” brasileira. As expressões “confiança” e “respeito” conviviam, agora, com as de “desconfiança”, “ódio”, “ressentimento” e “ceticismo” na gramática do relacionamento bilateral entre os dois países.³³

As ações norte-americanas, então, eram vistas, primeiro, como motivadas por um interesse egoístico, ambicioso e tendente a prejudicar os interesses brasileiros. Eduardo Prado considerava “deletéria e perniciososa” a influência dos Estados Unidos no Brasil, afirmando que os laços que uniam os dois países não passavam de ficção, com ganhos apenas para um lado (os Estados Unidos) e que, a todo momento, ameaçavam a autonomia e a soberania brasileiras. O fantasma de uma intervenção armada dos Estados Unidos em cidades brasileiras em decorrência de crises políticas (Revolta da Armada, suicídio de Getúlio Vargas, golpe

³² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

³³ BANDEIRA, 2007, pp. 137 e 247. CERVO, 2008, p. 69.

militar de 1964³⁴) encontrava exemplos abundantes no subconsciente coletivo da sociedade e dos homens de Estado brasileiros. No fim, isso não ocorreu, mas as interferências concretas, mesmo que indiretas, no processo político brasileiro (redemocratização de 1944, participação ativa da embaixada dos Estados Unidos nos acontecimentos que culminaram no golpe de 1964) foram frequentes. E essas passagens históricas, se reais ou imaginárias, faziam parte do estoque de argumentações antiamericanas e, portanto, com consequências concretas no processo político brasileiro.

Essas ideias serviram como matéria-prima para o antiamericanismo no Brasil (ou as causas do ressentimento contra os Estados Unidos³⁵), disseminando-se, ao mesmo tempo, na sociedade e na elite política do País. O estoque de antiamericanismo pode ser, por meio de um mecanismo social e histórico, legado de geração a geração, mantido por memórias do passado, ainda que longínquo. A partir daí, as opiniões da população podem ser institucionalizadas em um período de grande antagonismo pelas elites políticas, que então criam uma barreira para relações mais profícuas com os Estados Unidos. A memória coletiva e o legado existentes condicionaram substancialmente a probabilidade de conflitos.³⁶

Nesse aspecto, a “rivalidade emergente” entre Brasil e Estados Unidos pode ter seu embrião não na década de 1950, quando à política exterior dos Estados Unidos repugnava a industrialização brasileira, como argumenta Moniz Bandeira, mas em anos mais longínquos do século XIX.³⁷ Segundo a tese da “rivalidade emergente”, o processo brasileiro de modernização e industrialização resultou no aumento das áreas de atrito e choque com os Estados Unidos. Ainda de acordo com essa perspectiva, os diversos governos norte-americanos existentes percebiam o Brasil como um real ou potencial desafio à sua hegemonia, sendo imprescindível, portanto, limitar o seu desenvolvimento. Para outros defensores dessa tese, sempre que um país periférico se desenvolve, gera uma reação por parte dos países centrais. Isso, portanto, faria com que os Estados Unidos minassem qualquer tentativa de o Brasil superar sua condição de país periférico do sistema internacional, levados por uma questão estrutural.

De qualquer modo, a desigualdade de poder entre Brasil e Estados Unidos compelia as autoridades brasileiras a adotarem uma posição defensiva, de desconfiança. Era necessário

³⁴ BANDEIRA, 2007, p. 634.

³⁵ CERVO, 2008, p. 29.

³⁶ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, pp. 21, 37, 129.

³⁷ CERVO, 2008, p. 232.

certo distanciamento e, ao mesmo tempo, maior autonomia dos Estados Unidos, evitando compromissos e resistindo ao crescimento da interdependência entre as duas economias e sociedades. A vasta assimetria de poder combinada a uma aproximação entre os dois países poderia produzir atritos, o que seria sentido desproporcionalmente pelo lado mais fraco.

Como se não bastassem as ações concretas de país a país, as atitudes dos homens que representavam as negociações bilaterais oficiais concorriam para fixar uma percepção antiamericana do lado brasileiro. Desde o século XIX pelo menos, houve relatos de enviados do governo norte-americano ao Brasil que utilizavam de expedientes de ameaça, provocação, insulto, arrogância, grosseria e prepotência. E, ainda na década de 1960, a diplomacia norte-americana persistia na utilização de ferramentas como chantagem, corrupção e ameaça a fim de convencer a favor de seus interesses.³⁸

Ainda assim, os Estados Unidos representaram um exemplo de democracia, de federação e de república para o Brasil. O progresso simbolizado pelos Estados Unidos reunia experiências e expectativas para “nações jovens” do continente.³⁹ O americanismo das primeiras horas da República, por exemplo, procurou instituir o nome, a constituição e até mesmo a bandeira copiada dos Estados Unidos. Esse mimetismo não significava, contudo, uma colaboração tendente ao servilismo, mas apenas como um exemplo de sucesso a ser seguido, de modelo de desenvolvimento econômico e social, um laboratório de práticas para um futuro mais moderno.⁴⁰ Com os anos, os Estados Unidos continuariam a representar um ideal, um exemplo, pelo prestígio da imagem do “*american way of life*”, por meio da música, do cinema, dos produtos. Ademais, os atritos políticos e as desconfianças de lado a lado não afetavam o crescimento do comércio bilateral, como questões distintas. O mesmo não ocorreu em relação aos aspectos de ajuda financeira que, principalmente em relação a governos reticentes quanto a um apoio mais firme para os Estados Unidos, sofreram limitações como forma de pressionar por mudanças de atitudes.

De todo modo, a política externa brasileira que não defendesse a soberania e o espaço de autonomia do País frente aos Estados Unidos foi sendo denominada por grande parte da historiografia e segmentos políticos como entreguista, servil e adúladora. Cabia ao

³⁸ BANDEIRA, 2007, pp. 104, 157 e 576. CERVO, 2008, p. 16. ARINOS FILHO, 2001, p. 181. SPEKTOR, 2009, p. 68.

³⁹ KOSELLECK, 2006, *passim*.

⁴⁰ CERVO, 2007, p. 8. KENNEDY, David M. *Imagining America: the promise and peril of boundlessness*. In: KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 46.

Brasil um espaço isonômico nesse relacionamento, e não apenas caudatário e que não permitisse um avanço econômico e social do País. Mais lógico, portanto, era “procurarmos ser nós mesmos, da mesma forma que eles procuram ser eles mesmos”⁴¹. O uso do termo “americanófilo” servia para designar, muitas vezes, como um rótulo e um instrumento deslegitimador das credenciais de oponentes políticos na dinâmica dos embates entre grupos domésticos. O antiamericanismo, com isso, foi institucionalizado com o respaldo e a legitimação de parte da sociedade brasileira.

As discussões acerca da maneira mais apropriada de o Brasil estabelecer relações com os Estados Unidos, desde Rio Branco pelo menos, movimentaram-se entre os pêndulos de um alinhamento automático e de uma amizade pragmática, ou seja, com maior grau de autonomia e liberdade.⁴² Grosso modo, americanistas e antiamericanos foram preenchendo, respectivamente, um e outro polo desse debate.

No que concerne à análise do antiamericanismo no Brasil até a década de 1960, talvez os principais conceitos explicativos residam na busca do desenvolvimento econômico e de um maior grau de autonomia para se atingir esse objetivo. Todo esse movimento, sem embargo, sofreu influência decisiva do cenário internacional em que as preocupações em torno da Guerra Fria limitavam qualquer margem de manobra dos países satélites.

De outro modo, desenvolvimento e autonomia podem estar na base daquilo que poderia representar as principais causas do fenômeno do antiamericanismo observado no meio político brasileiro ao longo do período 1961-1964. O conceito de antiamericanismo conjugava-se com a noção de dominação e despojo dos interesses nacionais. Nesse período, avanços dos interesses norte-americanos eram percebidos como o outro lado da mesma moeda da drenagem dos recursos nacionais, que por meio de remessas de lucros, juros, *royalties* e dividendos, causavam um déficit estrutural do balanço de pagamentos e eram considerados a principal causa da inflação. Em suma, a simples presença dos Estados Unidos no Brasil atingia aquilo que havia de mais caro entre os objetivos da política externa brasileira: desenvolvimento econômico e autonomia política. Natural, portanto, uma reação de desconfiança e mesmo de preconceito contra os Estados Unidos, tanto por parte da diplomacia como dos grupos políticos representados no Congresso Nacional.

⁴¹ Tristão de Ataíde. Apud BANDEIRA, 2007, p. 299.

⁴² MANZUR, 2009, p. 50.

4. Relações Brasil-Estados Unidos, de 1939 a 1960

Em termos históricos, é importante salientar alguns aspectos do relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos com o intuito de situarmos melhor o debate acerca do antiamericanismo, do nacionalismo, do americanismo e do cenário geral do período de 1961 a 1964.

De acordo com o *mainstream* da historiografia brasileira, com Getúlio Vargas o Brasil soube estabelecer essa relação de maneira altiva, soberana e com independência do processo decisório. Muitos outros países, e alguns governos brasileiros, tentaram, mas de forma servil. Posturas de Vargas de defesa dos interesses nacionais e da margem de autonomia do país tinham alta receptividade no grande público. Vargas entendeu que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos poderiam acelerar a industrialização, por meio de recursos advindos das exportações para o mercado norte-americano, de créditos e de inversões diretas. Nisso se incluem afirmações de cunho nacionalista de Vargas, como “não preciso buscar exemplos nem lições no estrangeiro”.

Durante a conformação da Segunda Guerra Mundial, Vargas colocou em curso a tática da barganha nacionalista, beneficiando-se da margem de manobra gerada pelo cenário de conflito entre a Aliança e o Eixo, que buscavam aliados para solidificar suas posições de equilíbrio de poder mundial. A triangulação varguista, que ficou conhecida também como equidistância pragmática, negociou o apoio do Brasil aos Estados Unidos em troca de benefícios (econômicos e políticos). A iminência da eclosão do conflito mundial foi vista como oportunidade pelo governo brasileiro para pôr em curso o projeto de desenvolvimento industrial, em que um dos passos fundamentais era a criação de uma siderurgia nacional. Em 1941, finalmente, os Estados Unidos concordaram em conceder um empréstimo para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em troca da lealdade do Brasil na guerra. Outras concessões foram feitas na área de modernização das forças armadas, com o fornecimento de armamentos, a instalação e uso da base militar em Natal, além de negociações de acordos na área de minerais estratégicos como urânio. Em novembro de 1942, foi instalada a Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA e em janeiro de 1943, Roosevelt e Vargas se encontraram na Base de Natal, considerado ponto geográfico estratégico para o acesso dos aliados à Ásia e à África. Na mesma linha de estreita cooperação estratégica entre os dois países, o Brasil participou dos combates em solo europeu por meio da FAB (Força Aérea Brasileira) e da FEB (Força Expedicionária Brasileira), equipadas com a ajuda dos

Estados Unidos. Porque lucrativa, o governo brasileiro resolveu por bem acatar a aliança proposta, abrindo as portas para um processo mais avançado de industrialização e fortalecendo militarmente o País frente a seus vizinhos latino-americanos.⁴³

Mas esse posicionamento não se deu sem acalorados debates, entre entreguistas e nacionalistas, principalmente a partir do imediato pós-Guerra, quando a expectativa brasileira pela continuidade da aliança especial dava os primeiros sinais de falha. Ambas as correntes travaram um embate sem tréguas pela definição da política externa nacional, principalmente no interior do Parlamento.⁴⁴ Os nacionalistas posicionavam-se contrários à penetração do capital internacional espoliador e que impedia o efetivo desenvolvimento econômico do País, defendendo, ao mesmo tempo, um processo de crescimento independente, baseado nos potenciais locais; sendo que os entreguistas, por outro lado, defendiam a utilização de meios externos como motor do desenvolvimento nacional, sem que isso significasse negar a importância das indústrias de capital nacional nos setores em que houvesse capacidade para isso.

Em seguida, Eurico Gaspar Dutra adotou o alinhamento incondicional aos Estados Unidos como uma estratégia de alcançar o tão desejado desenvolvimento nacional. No contexto do pós-guerra e com a experiência bem sucedida de Volta Redonda, ganhou força as teses americanistas de que uma aproximação com os Estados Unidos trariam as maiores vantagens para os esforços de desenvolvimento econômico do País. Segundo essa abordagem, o Brasil teria mais a ganhar do que a perder ao seguir as diretrizes de Washington, recebendo, em troca, concessões para o projeto de desenvolvimento do País, além de reconhecimento simbólico do *status* especial do Brasil no mundo. O interesse nacional, desse modo, se resumia a aderir aos desígnios norte-americanos, promovendo-os, e não resistindo a eles. O governo Dutra, por essa razão, ficou marcado pela historiografia por uma postura de “submissão” diante dos Estados Unidos. Nesses anos, segundo o pensamento antiamericano, o “servilismo” apenas contribuía para reduzir a margem de autonomia da política externa brasileira, pois tranquilizava o governo de Washington, desobrigando-o de qualquer investimento para comprar lealdade e segurança, na retaguarda. Nessa linha, a diplomacia submissa de Dutra aumentava a dominação econômica e ideológica dos Estados Unidos no Brasil e, ao mesmo tempo, diminuía a capacidade de o país barganhar ganhos para o seu

⁴³ PECEQUILO, 2011, p. 24. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil: o nacionalismo e a política externa independente (1945-1964)**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9. BANDEIRA, 2007, pp. 372, 378.

⁴⁴ VIZENTINI, 2004, pp. 10, 60.

projeto desenvolvimentista. A aceitação inerte e automática da hegemonia norte-americana – uma proposta do grupo americanista – produziu profundas frustrações no meio político brasileiro, que depois de Dutra foi prosseguida por Café Filho (1954-55), por não alcançar recompensas econômicas nem pela cooperação de guerra, nem pelo concurso que prestou à implantação da nova ordem internacional.⁴⁵

Nos Estados Unidos, a nova administração de Harry Truman (1945-1953), no contexto da nascente bipolaridade, passou a pressionar governos percebidos como autoritários, procurando, ao mesmo tempo, combater o risco de expansão comunista. Nessa toada, Truman apoiou a administração Dutra no Brasil, que fora resultado do processo de redemocratização do pós-Guerra, e deu início à política de contenção da União Soviética na Europa com o lançamento do Plano Marshall. Nesse novo contexto, as expectativas brasileiras quanto à colaboração dos Estados Unidos para seu projeto de desenvolvimento foram frustradas. Na lógica das esferas de influência, a América Latina foi considerada por Washington como protegida de ameaças externas imediatas, dispensando, portanto, a implementação de um custoso plano de ajuda financeira ao estilo do aplicado na Europa e no Japão. Dessa maneira, houve pouca margem de manobra externa no cenário bipolar da Guerra Fria e pouca relevância estratégica dos países latino-americanos. Mesmo assim, o governo brasileiro ainda durante muito tempo insistiu na tese do alinhamento automático como a melhor forma de aproximação dos Estados Unidos.

A frustração e o desapontamento resultado da estratégia de alinhamento automático de Dutra propiciou o retorno de teses antiamericanas no governo, o que foi efetivado com a volta de Vargas à presidência. O segundo governo Vargas (1951-1954) representou a ascensão do nacionalismo e a tentativa de refundar a bem-sucedida barganha nacionalista da II Guerra Mundial. Na ausência de um claro inimigo externo como foi a Alemanha antes, Vargas adotou um discurso de denúncia ao imperialismo e ao colonialismo, às assimetrias do poder mundial e de defesa do desenvolvimento, paz e justiça, à luz do processo de descolonização afro-asiática que emergia na década de 1950. Em circunstâncias diversas, a resposta norte-americana foi distinta. Para os Estados Unidos, o nacionalismo de Vargas foi percebido como ameaça. A administração de Dwight Eisenhower (1953-1961) considerou um alerta a recusa brasileira de participar na Guerra da Coreia (1950-1953) e os crescentes

⁴⁵ CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 82. CERVO, 2008, p. 45. BANDEIRA, 2007, p. 431.

movimentos populares no Brasil. No caso da nacionalização do petróleo, os Estados Unidos buscaram interferir nas discussões internas, com o apoio à oposição (os “entreguistas” no Congresso Nacional), agravando a situação política de Vargas.

A miséria e o baixo nível de desenvolvimento dos países latino-americanos apontavam, de acordo com o *Eisenhower Report* de 1953, para uma instabilidade social na região. O relatório do governo norte-americano recomendava, diante disso, ações similares às do Plano Marshall e alertava para o crescente antiamericanismo nesses países. Ao reverso, Washington optou pela intensificação das pressões contra governos considerados autônomos e nacionalistas como forma de se evitar qualquer tipo de aproximação com o Bloco Socialista. Entre a ajuda financeira e o uso da força e de pressões políticas, os Estados Unidos optaram pelo segundo como forma de encarar o lugar da América Latina na Guerra Fria, apesar de dizerem-se dispostos a empreender um esforço de grandes proporções, a exemplo do Plano Marshall, para curar as enfermidades econômicas da região.⁴⁶

Nos acontecimentos que se sucederam ao suicídio de Vargas, as manifestações antiamericanas se exacerbaram. Na própria carta-testamento, o presidente do Brasil denunciava que uma “campanha subterrânea dos grupos internacionais” exercia pressão contra os direitos do trabalhador – elemento fundamental de seu governo – e, portanto, contra a soberania do País. A luta “contra a espoliação do Brasil” e todo o caráter antiamericano da carta foi o último suspiro do nacionalismo varguista. A reação do povo à notícia da morte do presidente ensejou um quebra-quebra contra estabelecimentos que, pela sua denominação, dessem a mais leve ideia de origem norte-americana, e a embaixada dos Estados Unidos sofreu ataques. Havia um consenso nos meios políticos e na população em geral de que os “grupos internacionais” referidos na carta-testamento e em tantas outras ocasiões se compunham principalmente por norte-americanos e seu governo.⁴⁷

Com o suicídio de Vargas, o presidente Café Filho (1954-1955) rompeu as iniciativas de seu antecessor, retomando o alinhamento automático com os Estados Unidos. Juscelino Kubitschek, na primeira metade de seu governo (1956-1958), deu prosseguimento ao alinhamento automático, com a busca de consolidar o Plano de Metas (50 anos em 5) por um processo de industrialização por meio do associacionismo. Na segunda metade do governo

⁴⁶ PECEQUILO, 2011, pp. 25, 28. Para Kennedy só um Plano Marshall salva A. Latina. **Jornal do Brasil**, 07/08/1961.

⁴⁷ HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 39. VIZENTINI, 2004, p. 77.

Kubitschek, foi retomada a postura de maior influência na história da política externa brasileira, que advogava que os custos do alinhamento eram mais altos que seus benefícios, como resultado do período de frustração do pós-Guerra quanto à ajuda financeira e transferência tecnológica norte-americanas que não vieram. O antiamericanismo voltava a ser adotado pelo governo, ainda que de modo menos frequente, numa nova tentativa de barganhar a ajuda financeira com os Estados Unidos. Em 1958, JK lançou a OPA (Operação Panamericana) com o objetivo de sensibilizar as autoridades norte-americanas da necessidade de um Plano Marshall para a América Latina: impedir a deterioração da situação político-social dessas nações já em dificuldades econômicas e que as tornavam permeáveis ao comunismo. No ano seguinte, a suspensão do Brasil de negociações com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a recusa em apoiar intervenções norte-americanas em Cuba obtiveram, a um só tempo, repercussão positiva junto à população, que respaldava qualquer ação que tinha como fundamento a defesa plena da soberania nacional e do princípio da autodeterminação dos povos; e negativa junto ao governo dos Estados Unidos, que percebia sinais de tendências esquerdistas no País.⁴⁸ Na campanha presidencial de 1960, os dois principais candidatos, Jânio Quadros e General Henrique Lott, adotaram um discurso nacionalista, tomando o sentido de contestação aos Estados Unidos, o que apontava para futuras relações bastante intensas entre os dois países.

5. Antiamericanismo e americanismo no Congresso Nacional

O Congresso Nacional representou, durante a primeira metade da década de 1960, a diversidade de pensamentos políticos em disputa no Brasil, que procuraram influenciar as ações do governo nos seus variados aspectos. De um modo geral, os agrupamentos no interior do Parlamento – seja por critério partidário ou por tema tratado – são formados de acordo com suas posições diante da linha do governo. Daí decorre a formação de aliados (também chamados de maioria, ou base governista) e opositores (minorias), separados, por sua vez, em diferentes graus de comprometimento.

No tocante às relações internacionais do Brasil durante o quadriênio 1961-1964, e mais especificamente aos temas que diziam respeito diretamente ao relacionamento com os

⁴⁸ SPEKTOR, 2009, pp. 14, 67. PECEQUILO, 2011, pp. 20, 26. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias.** Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 246.

Estados Unidos, essa divisão foi clara. As conexões entre posições de política externa e políticas domésticas foram exaltadas pelos aspectos estruturais de uma esfera e de outra. No plano internacional, a Guerra Fria; no plano doméstico, a luta contra o comunismo, além das tradicionais discussões subjacentes em torno dos modelos de desenvolvimento para o Brasil. Exemplo disso é que a defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos para tratar da questão cubana era confundida com a defesa do sistema comunista. As relações internacionais do período influenciaram sistematicamente a percepção dos eventos no Brasil. Em alguns casos a relação entre as esferas foi tão estreita que ficava difícil apontar se a preocupação maior com o assunto eram suas repercussões no âmbito internacional ou no doméstico.⁴⁹

De um lado, por mutação natural e pelas condições impostas pelo cenário mundial, o antigo debate entre nacionalistas e entreguistas/associacionistas foi ganhando a forma de uma disputa de ideias entre antiamericanos e americanistas. Isso porque o papel central dos Estados Unidos, em termos econômicos e estratégicos, ficava mais evidente, tornando-se o relacionamento com os norte-americanos o ponto fulcral do projeto de inserção internacional do País e de qualquer planejamento econômico e de sustentação de um regime político. Nesse aspecto, não faria mais sentido falar em “nacionalismo contra o estrangeiro” ou “entreguismo” ao estrangeiro. O “estrangeiro” no discurso político era quase que exclusivamente os Estados Unidos, praticamente onipresente, com as evidentes exceções levantadas pelos anticomunistas em relação à União Soviética. Portanto, o binômio nacionalista/entreguista cedeu lugar, como variável dominante, à disputada antiamericano/americanista.

As noções do nacionalismo e do entreguismo não deixaram de coexistir no debate político brasileiro; passaram apenas a figurar como variáveis recessivas, quando em comparação às dominantes. O dualismo antiamericanismo/americanismo só fazia sentido em um ambiente político e social que posicionava os Estados Unidos (e tudo a eles relacionado) no centro das discussões e das preocupações locais e internacionais. Assim, essa “obsessão norte-americana” (pró ou contra), apesar de ter sido uma regra na política brasileira na primeira metade da década de 1960, não foi a única expressão política e social. Os diferentes conceitos surgiram, conviveram e desapareceram da linha cronológica da história sem que

⁴⁹ STORRS, Keith Larry. **Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964**: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath. Cornell University, Ph.D. Political Science, international law and relations, 1973, p. 443. COELHO, Fernando. **1964**: golpe de Estado, ditadura e guerra fria. Recife: Bagaço, 2010, p. 17.

isso significasse eliminação de seus efeitos e daquilo que deu causa ao seu surgimento. Por exemplo, o que deu causa ao reforço do antiamericanismo foi a resistência à exploração, a busca por independência, o desejo de desenvolvimento econômico e social e o nacionalismo. Enfim, elementos que já existiam no consciente social e político brasileiro bem antes e que continuou vivo mesmo depois de ter perdido a roupagem e a estrutura fornecidas pelo antiamericanismo, como uma espécie de “acumulado histórico” do pensamento político brasileiro.⁵⁰ Os aspectos econômicos e políticos, domésticos e internacionais, da década de 1960, contribuíram para a convergência, em grande medida, dos anseios nacionalista e antiamericano:

*Desta tribuna, afirmo que, no dia em que o Brasil fizer um pacto para sua emancipação econômica, para a felicidade do seu povo, fico com o povo brasileiro, mas não com os trustes de Wall Street. Esta é a atitude dos nacionalistas deste país.*⁵¹

Por conseguinte, nacionalismo e antiamericanismo guardavam estreita relação, chegando mesmo a se confundir no cenário político do Brasil da década de 1960.⁵² O nacionalismo se consagrou na história política brasileira como uma orientação de defesa dos interesses do Brasil em primeiro lugar, desde o século XIX, sem necessariamente se converter em posições antiamericanas. O antiamericanismo observado no meio político brasileiro derivava das raízes nacionalistas. Mas no primeiro caso foi focado em um aspecto específico das relações internacionais, qual seja, todo aquele em que o estrangeiro opressor e explorador coincidia com os Estados Unidos. Os próprios políticos durante a década de 1960 a que chamamos de antiamericanos se identificavam e eram reconhecidos, antes de “anti-Estados Unidos”, como nacionalistas, até mesmo por seus adversários, porque não buscavam enfocar os Estados Unidos, mas sim o Brasil, frente a qualquer outro “colonizador”:

*O que continua a existir no Brasil é a mentalidade colonialista. Continuamos a repetir o que outros disseram. E, como esses que disseram antes não o fizeram em favor do Brasil, mas defenderam outras culturas, outras civilizações, continuamos, aqui no Brasil, a servir a interesses da Inglaterra, da França, e de outros países.*⁵³

Da mesma forma:

⁵⁰ CERVO, 2008, p. 26.

⁵¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Domingos Velasco (PSB-RJ), em 26/01/1961.

⁵² FERREIRA, 2012, p. 29.

⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 16/08/1961.

Desejamos esclarecer que aqui não estamos para defender nenhum país além do Brasil. Somos representantes do povo brasileiro e nos insurgimos contra qualquer potência que deseje entrar nos problemas de que o Brasil se julgue – e necessariamente o é, como a nação soberana – único juiz e responsável.⁵⁴

Os conceitos num embate político desempenham papel fundamental. Por esse motivo, os antigos entreguistas ou associacionistas não se viam dessa forma, nem mesmo como americanistas. No começo, ainda em 1961, sentiram a dificuldade de encontrar uma expressão que satisfizesse suas ambições diante do inimigo político. Entreguista ou pró-americano denotaria um sentido pejorativo que deslegitimaria quaisquer credenciais políticas e, por isso, foram utilizados apenas pela ala acusadora, os nacionalistas e antiamericanos. Em algumas ocasiões houve tentativas de se utilizarem das concepções de “verdadeiros nacionalistas” ou “bons nacionalistas” diante dos “neo-entreguistas” do Brasil à União Soviética.⁵⁵ Com o avançar das discussões e o aprofundamento do elemento comunista nos debates, eles tomaram emprestado um conceito que já vinha sendo utilizado pela diplomacia norte-americana em relação à Guerra Fria: “democratas”, em contraposição a comunistas:

Os democratas brasileiros não são contra o nacionalismo: são sim, contra o internacionalismo de certa área dita nacionalista.⁵⁶

As controvérsias entre americanistas e antiamericanos no Congresso Nacional foram, durante esse período, curiosamente bastante impactantes para a tomada de rumos das relações internacionais e para a trajetória política interna do Brasil, ao mesmo tempo em que refletiram o estado de espírito dos projetos em disputa. Ambos os grupos influenciaram o Executivo, patrocinaram ou barraram matérias de interesse em discussão no Parlamento e, quando o centro da disputa política pareceu ter se deslocado para as grandes mobilizações sociais (comícios, passeatas, greves, protestos populares), replicaram e atuaram ativamente nesse processo.

Os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) adotaram a autointitulada Política Externa Independente (PEI) que, pela primeira vez, institucionalizava,

⁵⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 11/05/1962.

⁵⁵ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 30/05/1963. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados João Mendes (UDN-BA), em 16/06/1961, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964. KOSELLECK, 2006, p. 101.

⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 16/06/1961. No mesmo sentido: deputados Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 10/10/1963, Geraldo Freire (UDN-MG), em 08/11/1963, Arruda Câmara (PDC-PE), em 06/02/1964, Oscar Corrêa (UDN-MG) e Bilac Pinto (UDN-MG), em 26/02/1964, Corrêa da Costa (UDN-MT), em 01/04/1964.

de forma sistemática, a busca por uma posição mais afirmada para o Brasil no cenário internacional, ao mesmo tempo em que elevava à condição de princípio de governo, na prática, porque não era escrito, uma atitude antiamericana moderada e de fundamento nacionalista-soberano. Os governos anteriores a 61 haviam adotado o antiamericanismo como prática recorrente de ação e de retórica, principalmente com Vargas e Kubistchek, mas não ainda como uma linha metódica e *a priori*. Ao contrário, mais como reação a desafios pontuais e esporádicos colocados pelo cenário do momento e evitando um conflito aberto com o governo dos Estados Unidos. A PEI, desde a sua concepção, pretendia imprimir ao Brasil alguns princípios que, direta ou indiretamente, repercutiriam no posicionamento do País frente aos Estados Unidos: defesa da autodeterminação dos povos; busca pela ampliação dos mercados internacionais do Brasil, inclusive com o Bloco Socialista; tomada de posição soberana nos fóruns multilaterais, sem necessidade de consulta prévia a qualquer outra nação; nacionalismo econômico. Buscava, enfim, conquistar a modernidade do Brasil por conta própria, sem esperar mais pela ajuda estrangeira.

A PEI foi um dos produtos das políticas populistas de Quadros e Goulart porque se preocupava em legitimar sua razão de existir nos anseios do povo. O antiamericanismo foi sabidamente manipulado, de cima para baixo, em troca do apoio popular, de mobilização das massas, que detinham um elevado estoque de sentimento antiamericano e nacionalista. Era, enfim, a resposta às demandas por maior desenvolvimento econômico, livre das amarras que sugavam as riquezas nacionais em detrimento dos pobres e que tinha nos Estados Unidos a origem, senão a única, certamente a principal, das ações governamentais e de companhias “deletérias” ao interesse brasileiro e que, comprovadamente, não haviam trazido a esperada ajuda para o desenvolvimento do pós-guerra. A constatação de falhas estruturais no modelo de inserção internacional do Brasil, que diziam respeito em primeiro lugar ao seu relacionamento com os Estados Unidos e à ação brasileira no novo cenário da Guerra Fria, levou à total rejeição da política anterior. Não significava, contudo, simples demagogia ou um desencontro entre discurso e ação, uma prática comum de outros frutos dos governos populistas. Os princípios foram efetivamente colocados em prática, em uma tentativa sincera de tornar o caráter “independente” da PEI realidade. O populismo está em que fora exercido e avalizado em nome das massas e procurando refletir, tanto quanto possível, um sentimento popular, com forte apelo a argumentos de proteção da economia nacional e de políticas redistributivas e de valorização do trabalhador. A PEI estava sintonizada não apenas com o populismo, mas também com o trabalhismo do governo João Goulart. Ao cabo, ambos nunca

foram bem compreendidos por Washington, que via neles uma posição vacilante entre o liberalismo e o personalismo, mas que inseridos no contexto da Guerra Fria poderiam facilitar a adoção do comunismo.

Diante disso, os governos Jânio e Jango encontraram as vozes de apoio à PEI no Congresso, basicamente, com os antiamericanos, e de oposição, com os americanistas. Cabe ressaltar que isso não significa dizer que a base de apoio do governo era formada, toda ela, por antiamericanos e a oposição, por americanistas, ou vice-versa. Até porque, durante o governo Quadros, essa relação se viu invertida, uma vez que foram os antiamericanos, a maior parte na oposição ao presidente, que apoiaram sua política externa. Goulart, de modo semelhante, detinha muitos americanistas como parte da base aliada ao governo, que apesar de não concordarem com as linhas traçadas para a política externa, votavam com o Executivo em outros assuntos. Desse modo, americanismo e antiamericanismo, por si só, não indicavam a posição *a priori* em relação ao governo, mas apenas em relação à sua política externa.

De uma maneira geral, é possível dividir os grupos antiamericano e americanista no Congresso Nacional dentro das categorias moderado e radical, em uma tipologia do antiamericanismo (e sua variante oposta) mais condizente com a realidade em questão e que, de um modo ou de outro, reproduzem as divisões consagradas na ciência política de extrema-direita, direita, centro (e as variantes centro-direita e centro-esquerda), esquerda e extrema-esquerda. Ainda que as definições que levam em consideração os aspectos psicológicos e sociais do antiamericanismo sejam importantes para compreender o fenômeno, a abordagem no que diz respeito às relações internacionais deve se assentar essencialmente no seu caráter político. Para toda visão antiamericana houve uma contestação, o que é típico do meio político. Para compreender as causas e os efeitos do antiamericanismo é preciso analisar o contexto político. A mesma atenção que se dá ao antiamericanismo merece ser dispensada também ao americanismo, como expressão política que foi.

Como nossa análise do antiamericanismo/americanismo é fundamentalmente sobre a política, o Parlamento brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado Federal) tem a capacidade de demonstrar as principais contingências e desenvolvimentos sobre o tema, mais mesmo do que uma investigação centrada apenas no Executivo (Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores), graças aos debates abertos e à possibilidade de colocação de posições divergentes de modo transparente. Ademais, toda essa confluência de ideias – ao menos as públicas e levadas aos plenários – estão registradas nos diários e notas taquigráficas do Congresso Nacional, de um modo que não ocorre com nenhum processo decisório no

Executivo.⁵⁷ É no Parlamento, portanto, que as tensões políticas e as discussões sobre os rumos do País podem ser detectadas mais facilmente.

5.1.Moderados e radicais: uma proposta de conceitualização operacional

A tarefa de criar grupos políticos distintos por meio de um conjunto de concepções não deve ser tratada de forma rígida. Possui razão de ser na medida em que servem para facilitar a análise dos processos políticos. De outro modo, conceitos que pouco informam sobre as preferências dos atores envolvidos devem ser evitados em benefício da clareza das argumentações. Nesse sentido, referir-se a “conservadores” e “esquerdistas” como agrupamentos políticos em embate durante a década de 1960 pode levar a conclusões inexatas, como se os primeiros pretendessem apenas ou principalmente manter o *status quo* de seus privilégios; os segundos, modificar a realidade em prol do benefício geral. Na mesma linha, “nacionalistas” e “entreguistas/associacionistas” sugerem, a partir de uma análise consagrada pela historiografia brasileira, uma disputa do bem contra o mal, dos progressistas contra os retrógrados e obtusos. A divisão aqui proposta, entre americanistas e antiamericanos e seus subgrupos, moderados e radicais, pretende, apesar da sua reconhecida limitação temporal e geográfica (1961-64, Congresso Nacional), evitar as armadilhas historiográficas de simplificação e maniqueísmo quando se trata de disputas políticas de um passado não tão distante. Por esse motivo, procurar-se-á um tratamento isonômico para ambos os grupos, sob a presunção de que se configuravam como conjuntos de ideologias e crenças distintos, e não em políticas certas e erradas simplesmente.

Nesse ponto, a historiografia reproduziu um termo bastante utilizado no debate político com o propósito de deslegitimar o grupo dos “entreguistas” (ou americanistas), consagrando o clichê de que esse agrupamento pretendia, em realidade, “entregar” ou “vender” o Brasil (e suas riquezas) ao estrangeiro em troca de benefícios pessoais e egoísticos. O debate político e a análise histórica, nesse caso, seguem critérios distintos. O primeiro busca impor ou ver adotada uma concepção. O segundo, deve se esforçar para revelar as causas, os argumentos e a confluência do debate entre os grupos políticos em ação, evitando apontar o certo e o errado no jogo político e, por conseguinte, silenciar um dos lados. Isso, sem embargo, não garantirá isenção ideológica desta pesquisa, que eventualmente

⁵⁷ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 12.

poderá tombar para argumentos de coloração antiamericana ou americanista em algumas passagens inadvertidamente. Mas visa, pelo menos, evitar o estabelecimento de uma vestimenta *a priori* antiamericana, como parece ter feito Moniz⁵⁸, ou americanista⁵⁹, numa tentativa de diminuir o seu grau de normativismo.⁶⁰

De modo geral, os antiamericanos moderados advogavam que o desenvolvimento econômico do Brasil se daria somente a partir de uma posição mais afirmativa e independente do País frente a qualquer outra nação (fossem os Estados Unidos ou a União Soviética ou outra qualquer), em uma espécie de ideologia de resistência contra as dominações no Terceiro Mundo:

*(...) já escolhi há muito tempo (...) entre o Brasil e a União Soviética. Fiquei, fico e ficarei com o meu país. Mas entre os Estados Unidos e o Brasil, ficarei, fico e sempre estive com o meu país. A esta segunda pergunta, se entre o Brasil e os Estados Unidos com quem ficariam, certos representantes dos trustes internacionais, muita gente baixaria os olhos e não responderia.*⁶¹

Ao mesmo tempo, eles defendiam a manutenção das relações estratégicas com os Estados Unidos dentro do quadro da Guerra Fria, sendo a maior parte deles também anticomunistas. Mas o foco não era nessa frente, não tendo “o pavor nem a histeria anticomunista”.⁶² Preocupava-os a busca por autonomia e, por conseguinte, desenvolvimento econômico do País, a partir de um projeto alternativo ao comunismo e ao americanismo. Mas também viam o cenário bipolar da Guerra Fria de então em um momento de apaziguamento e que, portanto, vinha sendo utilizado apenas como pretexto para formar zonas de influência a cada uma das superpotências. Esse era um cenário que constrangia o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, ao enfatizar o combate ao comunismo em detrimento dos assuntos econômicos.⁶³ Era, portanto, uma reação contra a ortodoxia da Guerra Fria. A moderação no antiamericanismo era baseada na postura de desconfiança em relação aos Estados Unidos principalmente nos seus aspectos econômicos, tanto do governo quanto de suas corporações em atividade no território brasileiro. Contestavam não o capitalismo em si, mas o lugar

⁵⁸ Cabe esclarecer, ainda que em nota de rodapé, que os rótulos de antiamericano ou americanista neste trabalho será utilizado sem quaisquer conotações pejorativas.

⁵⁹ Esse parece ser o exemplo de: ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antônio (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

⁶⁰ WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 2004, p. 47.

⁶¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 21/05/1962.

⁶² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), em 28/08/1961. Na mesma linha, Deputado Aderbal Jurema (PSD-PE), em 28/05/1962.

⁶³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Guerreiro Ramos (PTB-GB), em 02/03/1964 e em 04/03/1964.

reservado ao Brasil no sistema de produção internacional, relegado à condição de exportador de matérias-primas baratas. O modelo cepalino de Raul Prebisch influenciou bastante as noções dos antiamericanos ao indicar que, nas relações entre centro e periferia, os primeiros obtinham riqueza em detrimento dos países pobres em função da deterioração dos termos de troca.⁶⁴ Por isso, o objetivo principal dos antiamericanos moderados era impor um limite à penetração norte-americana no território brasileiro, e não necessariamente romper laços e prejudicar a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos:

*A posição do Brasil não é absolutamente a de ser contra os EUA. Deve ser a de independência, a de afirmação dos pontos de vista de interesse de nossa pátria, quaisquer que sejam as circunstâncias que se lhe apresentam. E, ao estabelecer essa posição, não estamos querendo tornar-nos inimigos da grande nação.*⁶⁵

Em termos dos capitais necessários para o desenvolvimento do País, os antiamericanos, de modo geral, dispensavam maior ênfase na poupança interna e, paralelamente, maior controle dos fluxos de investimentos estrangeiros, de modo a coibir os lucros considerados exagerados ou remessas que atentassem contra o câmbio nacional. A sua preocupação maior não era com a divisão Leste-Oeste, mas com a crescente separação entre a riqueza e a pobreza do Norte e do Sul, respectivamente:

*Veja como estão ultrapassadas essas ideias de mundo livre e de mundo escravo. O Brasil pertence ao chamado mundo livre, mas quando andamos por todo o interior deste país e vemos a miséria que campeia, o analfabetismo, a ignorância, verificamos que pertencemos a um mundo livre que não dá mais comida, mais habitações, melhores condições de vida para o povo brasileiro.*⁶⁶

O antiamericanismo, nessa linha, não pode ser explicado apenas como um desvio de caráter dos indivíduos, uma “rotina do ressentimento”, inveja, aversão à modernidade e ao ocidentalismo ou uma predisposição irracional similar ao racismo ou uma “miopia ideológica” ou “obsessão”, como defendido por Hollander e Revel.⁶⁷ Os antiamericanos moderados, do meio da classe política brasileira, não eram meramente ideológicos e irracionais a ponto de não levar em consideração pontos de admiração, modelos a seguir e a parte vantajosa das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Foi, portanto, uma reação

⁶⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 22/05/1962.

⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

⁶⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Domingos Velasco (PSB-RJ), em 26/01/1961.

⁶⁷ HOLLANDER, 2004, pp. 9, 12, 18. REVEL, 2004, p. 7.

com forte elemento racional, que procurava distinguir a cultura e a sociedade da política externa dos Estados Unidos, pois não escondiam

*a maior admiração pelo povo americano (...) de aplaudir o que é bom e condenar o que é mau; de vibrar com o povo norte-americano, por exemplo, pela sua grandiosidade industrial e científica; de aplaudir e me entusiasmar com os norte-americanos pelo espírito jovial do seu povo, pela contribuição grandiosa das suas universidades, como, de resto, me confrangem o coração os pontos negativos daquela civilização, que os tem: sua discriminação racial, por exemplo em Boston, onde um homem de cor não faz essa confraternização que no Brasil fazem conosco nossos irmãos de sangue e de pensamento. (...) numa crítica isenta, aplaudindo o que tem de grandioso e condenando o que tem de errado. (...) não nos move odiosidades xenófobas.*⁶⁸

Da mesma forma:

*Não sou inimigo profissional dos Estados Unidos, nem amigo profissional dos Estados Unidos. (...) ao contrário, um homem que tem uma grata recordação de longo estágio que fez nos Estados Unidos (...) e enorme admiração pelo povo americano.*⁶⁹

Os antiamericanos moderados procuravam também distinguir os grupos políticos no comando dos Estados Unidos. Desse modo, tendiam a considerar mais benéficas para as relações com o Brasil as administrações do partido democrata, ante a linha dura do partido republicano, recebendo com grande esperança a chegada de Kennedy à Casa Branca:

*(...) não há dúvida de que a linguagem usada pelo Sr. Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em seu discurso, é diferente da geralmente empregada antes da posse do presidente Kennedy. Não é mais aquela linguagem rude do puro e simples interesse que encontrávamos nos textos frios dos comunicados da política exterior do departamento de estado, antes da posse dos democratas. Mudou efetivamente, a maneira de ver e de enquadrar o problema [do desenvolvimento econômico da América Latina].*⁷⁰

Essa distinção partidária na política norte-americana e suas repercussões nas relações internacionais não era exclusiva de antiamericanos. Havia o americanismo que percebia como mais benéficas para o Brasil quando as relações eram conduzidas por um governo do partido democrata (o “partido popular”) ao invés dos republicanos (“o partido dos tubarões, dos

⁶⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Temperani Pereira (PTB-RS), em 19/07/1963.

⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Guerreiro Ramos (PTB-GB), em 02/03/1964.

⁷⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Sarney (UDN-MA), em 11/08/1961.

trustes, dos ricos”⁷¹). Mas isso não contribuía para convertê-lo em antiamericanismo quando a presidência era exercida por um político republicano, embora arrefecesse os ânimos e as expectativas quanto às vantagens para países como o Brasil.

De outro lado, os antiamericanos radicais pregavam a urgência de o Brasil romper todos os laços de dependência econômica externa, inclusive da necessidade de ajuda financeira, com os Estados Unidos, sem isso significar filiação com a União Soviética. Compunham também o grupo dos antiamericanos radicais os comunistas – ainda que não fossem a maioria – figurando entre os defensores do desligamento do relacionamento estratégico do Brasil com os Estados Unidos e movimentação para a esfera de influência soviética (além da contraposição ao capitalismo em si, em que os Estados Unidos eram considerados o maior representante no sistema internacional). Mas, de modo geral, os antiamericanos radicais defendiam a neutralidade absoluta diante da Guerra Fria, mesmo em assuntos de poder. Isso porque, o Brasil sendo composto por um povo jovem, com uma grande dimensão geográfica e um futuro brilhante pela frente, a melhor estratégia seria a equidistância das grandes potências, não sendo caudatário nem dos EUA nem da Rússia⁷², ou caudatário de ninguém:

*Temos que criar nossa personalidade, nosso poderio, sob um aspecto novo. Temos que ser brasileiros, brasileiros e apenas brasileiros. Claro que temos que manter uma convivência inteligente com todas as nações do globo (...). Quero dizer, mais uma vez, que me libertei desse campo em que o homem acredita, ainda, no gênio protetor de qualquer grande potência, enquanto as grandes potências estão a serviço de seus interesses de ordem econômica e financeira exclusivamente.*⁷³

Com efeito, as retóricas antiamericana e comunista se assemelhavam em diversos pontos, como as menções a “interesses mercenários dos monopólios internacionais” e urgência de os países do Terceiro Mundo adotarem uma “posição capaz de fazer uso amplo de suas riquezas naturais e proceder à sua industrialização e o começo de uma vida melhor para seus povos”.⁷⁴ Ambos diziam-se “guerreiros” na luta contra o “imperialismo” norte-americano, identificando os Estados Unidos como o opressor estrangeiro, sem isso obrigá-los

⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Freire (PSP-MG), em 18/08/1961.

⁷² Rússia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) aparecem como intercambiantes nas discussões do período. Apesar da imprecisão conceitual, preferiu-se manter os termos no original, como de fato eram tratados.

⁷³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 12/11/1962.

⁷⁴ Essas foram passagens do discurso de Khrushchev na ONU em 1960, e que tinha a intenção de ser dirigida ao Terceiro Mundo. Apud WESTAD, 2005, p. 71.

a compor o mesmo agrupamento ideológico. Essa coincidência nos discursos e nas argumentações facilitou, por outro lado, a confusão entre ambos. Como o nome indica, a radicalização desse antiamericanismo tinha como base o “preconceito”, ou uma profunda atitude negativa em relação aos Estados Unidos, conforme exposto acima, sem representar necessariamente apoio a teses comunistas:

*O Brasil não vai macaquear, nem descambar para um regime materialista comunista. Seria, então, de uma mediocridade lamentável, criaremos neste País uma mentalidade, uma civilização inteiramente nova, que vai superar tudo que existe por aí. Acredito que o Brasil, dadas as qualidades magníficas deste povo, dada a natural espiritualidade e bondade deste povo, criará para o mundo, não apenas para si próprio, um exemplo novo, uma mentalidade inteiramente renovadora, verdadeiramente empolgante. De sorte que não podemos perder tempo em estarmos discutindo os processos comunistas, nem em nos dobrarmos sobre os livros de Karl Marx, ou de quem quer que seja. Não podemos olhar para trás, e sim para frente.*⁷⁵

Obviamente, as construções históricas de antiamericanos e americanistas refletiam o futuro que desejavam. Esse preconceito sistemático dos antiamericanos radicais criou condições para uma expectativa altamente negativa em relação aos Estados Unidos: de agir perniciosamente, sempre ou quase sempre. A partir disso que eram interpretadas todas as demais ações do governo, dos indivíduos e das corporações norte-americanas no Brasil e no mundo, de manipulação, arrogância, indiferença e em que a única linguagem que reconheciam era das bombas, das conspirações e do dólar:

*Um dos maiores homens deste século, o filósofo Bertrand Russel, assim disse sobre o presidente americano: “Costumávamos chamar Hitler de perverso por matar os judeus, mas Kennedy e MacMilan são muito mais perversos que Hitler. Nós não podemos obedecer às ordens desses criminosos. Eles são malvados e abomináveis. São as pessoas mais perversas que viveram na história da humanidade, e é nossa obrigação fazer todo o possível contra eles”.*⁷⁶

Muitos deles sustentavam a tese de que a Guerra Fria era um produto do complô dos Estados Unidos (e também da União Soviética) como pretexto para dominar parte do mundo, uma vez que o estado de paz contrariava a execução de seus interesses. A guerra, afinal, seria

⁷⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 30/11/1961.

⁷⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 19/04/1961.

mais lucrativa aos Estados Unidos porque, pela imposição da força, a rapina e os lucros seriam multiplicados.⁷⁷ Desse modo,

*a Rússia e os EUA não são inimigos. Não. Fingem ser inimigos, mas entendem-se muito bem. (...) O que eles fazem inteligentemente é enganar os meninões, que são as outras nações. Cada potência daquelas domina e explora a seu bel-prazer, um grupo de nações. (...) Em matéria de guerra, não haverá a terceira guerra mundial.*⁷⁸

Isso tinha razão de ser, pois a divisão do mundo em dois polos antagônicos não era algo natural das relações internacionais. À luz dessa interpretação, a luta contra o comunismo era apenas o ingrediente ideológico para justificar a defesa dos trustes norte-americanos que dominavam havia décadas a economia dos países latino-americanos – e que prejudicavam inclusive o próprio povo norte-americano – , essa “a verdadeira face e os reais objetivos dos muitos planos e doutrinas criados pelos Estados Unidos”.⁷⁹ O golpe de estado na Guatemala, em 1954, era apontado como um desses exemplos de intervenção, ao lado dos casos do México, Cuba e outros: o presidente eleito Jacob Arbens havia prejudicado os interesses da poderosa *United Fruit*, ao aplicar uma política econômica e social voltada para os interesses da nação e do povo; em seguida foi taxado de comunista; os Estados Unidos manobraram para convocar uma conferência interamericana que aprovou a Declaração Anticomunista de Caracas, que

*sancionou vergonhosamente a intervenção armada que, logo depois, os Estados Unidos realizaram contra a Guatemala, utilizando mercenários e um traído da pátria guatemalteca, o assalariado da United Fruit, Castillo Armas. Depois da derrubada do governo “comunista” da Guatemala, o que ocorreu? Foi por acaso instalada a democracia? Não! (...) efetivou-se na Guatemala uma ditadura sanguinária.*⁸⁰

Com base nisso, os antiamericanos, de modo geral, classificavam como “de fachada” a defesa pelos Estados Unidos dos princípios democráticos e de seus propósitos pacifistas, o que convencia apenas aqueles que não conheciam o seu passado.⁸¹ Ao Brasil restava, portanto, optar não entre o comunismo e a democracia, mas sim entre o desenvolvimento e o

⁷⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 30.

⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 12/11/1962.

⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

⁸¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Brant (PR-MG), em 26/10/1961, e Fernando Santana (PTB-BA), em 06/11/1961.

atraso.⁸² É importante salientar que o conceito de antiamericanismo radical empregado para a análise do Congresso Nacional não coincide com a mesma expressão de “antiamericanismo radical” proposta por Katzenstein e Keohane⁸³ e mencionada acima.

Dessa forma, a maior parte desses antiamericanos do cenário político brasileiro, moderados e radicais, tinha o fundamento nacionalista-soberano, crendo, na mesma medida, em um papel crescente do Brasil como uma potência média, que deveria diversificar suas relações com outros parceiros (inclusive do Bloco Socialista), e rejeitavam principalmente as ações dos Estados Unidos no plano internacional, sem significativa oposição aos valores fundamentais e às atitudes da sociedade norte-americana (ou seja, um antiamericanismo baseado no “que os EUA faziam” e não no “que os EUA eram”):

*Não nos atiramos contra nenhum estrangeiro, não temos espírito de xenofobia, não abrigamos ódio contra qualquer povo ou país. Mas o fato de não guardarmos em nossos corações ódio ou rancor contra qualquer povo ou qualquer nação não nos impede de defender também sem ódio e sem rancor, antes e acima de tudo, aqueles interesses vitais que julgamos sejam os interesses brasileiros.*⁸⁴

Nesse aspecto, requeriam do governo brasileiro uma política externa mais independente e ativa em relação a qualquer país:

*(...) no Brasil [há] muitos partidários da política externa dos Estados Unidos, da União Soviética, mas um número insuficiente de partidários da política externa do Brasil (...) Até nesta Casa ouvimos, de um dos nossos colegas, que temos de fazer uma opção: o Brasil não pode deixar de escolher ou Moscou ou Nova York; ou o mundo soviético, ou o mundo norte-americano. Não! Nós, cristãos, não temos de optar, de modo algum, entre dois mundos. Temos que tomar uma posição ativa, e não uma atitude ausente. Se deflagra uma bomba atômica na Rússia Soviética, protesto do cristão a respeito desse fato; se isto ocorre na América do Norte, novo protesto do cristão; se na França, ainda uma vez protesto do cristão.*⁸⁵

⁸² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 26/05/1962.

⁸³ Keohane e Katzenstein conceituam os antiamericanismos radical e nacionalista-soberano como tipos distintos. Por sua vez, a tipologia proposta neste estudo considera que o antiamericanismo radical também possuiu fundamentos nacionalistas-soberanos, só que de forma mais acentuada. KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 33.

⁸⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 06/11/1961.

⁸⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 10/10/1961. No mesmo sentido, Vianna defendia, no dia 23 de novembro de 1961, que como não desejava fosse “o Brasil satélite dos Estados Unidos, não colabore nem colaboraria, para que fosse satélite da União Soviética ou de qualquer outra nação”.

A defesa da soberania servia de escudo contra intromissões indesejadas quanto aos destinos político e econômico do Brasil pelos Estados Unidos. Em grande parte, o antiamericanismo (e de forma acentuada na sua variante radical) servia a propósitos escapistas, na tradição da teoria da lenda negra, como uma forma de transferir a insatisfação pelo estado de coisas no Brasil da década de 1960, criando uma espécie de mito de que o mal econômico, social e político brasileiro era culpa dos norte-americanos (governo e suas corporações). Mas esse não era o principal propósito do antiamericanismo, que no cenário político brasileiro se constituiu mais do que um movimento de resistência, uma reação apenas. Ele adquiriu contornos de ação política derivados do nacionalismo econômico, de afirmação da autonomia política e independência de ação no plano internacional, estabelecendo um caminho para o desenvolvimento econômico e social a partir dos esforços domésticos apoiados no capital estrangeiro (que deveriam seguir regras estabelecidas pelo Estado em prol do desenvolvimento nacional) sem qualquer distinção de origem. De modo que o antiamericanismo focava os aspectos econômicos da dinâmica das relações internacionais, como consequência subestimando a determinação de Washington em definir sua atuação junto ao Brasil em termos de guerra contra o comunismo. A frustração com a promessa não realizada de ajuda norte-americana do tipo Plano Marshall – cada vez mais evidente depois de quase duas décadas do fim da II Guerra Mundial – tornava o ideário antiamericano mais atraente e lógico para a sociedade e, por conseguinte, para os políticos. Ou seja, quanto menos promissoras as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, maiores os questionamentos quanto aos seus rumos:

*Temos, até aqui, servido à causa dos Estados Unidos. E esse país que, através do plano Marshall, reconstruiu a Alemanha, a Itália e o Japão, que foram seus inimigos mortais, pagou-nos a nossa ajuda com o mais completo abandono, deixando-nos na miséria.*⁸⁶

Portanto, o recurso de argumentos antiamericanos como prática diversionista da atenção dos problemas brasileiros, especialmente das dificuldades econômicas – ou criação dos Estados Unidos como bode-expiatório das mazelas nacionais – foi exercido tanto pelo governo como por congressistas. Em definitivo, o escapismo não era a principal razão do antiamericanismo político no Congresso Nacional. Cria-se, de fato, que aos Estados Unidos (na condição de espoliador estrangeiro do momento) cabia parcela significativa das raízes do atraso econômico brasileiro. Os Estados Unidos exerceram o papel de culpados convenientes

⁸⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 23/03/1961.

em muitas ocasiões, graças ao seu fácil apelo popular e à incapacidade de resolver por conta própria os problemas crônicos do País, adiando a responsabilidade de se fazer uma autocrítica.⁸⁷ Mas mesmo para os antiamericanos mais radicais, a responsabilidade dos próprios brasileiros no processo de superação da condição de miséria nacional não era negligenciada. Era preciso extirpar as atividades imperialistas no País, mas também promover outras medidas que não dependiam do estrangeiro:

*(...) o problema social e econômico do Brasil, atingindo no fundamento as causas das explorações do povo por esses grupos imperialistas (...) destruir a exploração desses grupos que asfixiam o desenvolvimento econômico do Brasil, enfrentar os latifúndios que impedem que se faça uma reforma agrária na profundidade que se deverá para que se tenha aqui um mercado interno capaz de assegurar a expansão da nossa indústria (...) as causas da miséria do povo brasileiro.*⁸⁸

Da parte dos americanistas moderados, acreditava-se que uma postura autônoma e de independência em relação aos Estados Unidos seria benéfica para o projeto nacional de desenvolvimento econômico e, em outros casos, poderia até mesmo ser tolerada. No entanto, por limitações impostas pelo cenário da Guerra Fria (e da possibilidade de um efetivo conflito armado e direto à espreita) e das condições financeiras do País, cabia ao Brasil se alinhar ao governo norte-americano política, comercial, econômica e estrategicamente. Somente os Estados Unidos detinham condições econômicas e militares para providenciar os investimentos necessários (diante das parcas condições de poupança nacional) ao desenvolvimento brasileiro e impedir o avanço do comunismo internacional. Não havia, diante do cenário de confrontação nas relações internacionais, o que se falar em neutralismo para o Brasil:

*O que há no momento no mundo é o choque entre as nações do bloco soviético e as nações do mundo ocidental, lideradas estas pelos Estados Unidos. E nesta luta, neste conflito, aquelas nações que pretendem assumir posições neutralistas, de não-alinhamento ou que outro nome ou cognome queiram tomar, estas nações, em breve, terão o destino de Cuba (...).*⁸⁹

Nesse caso, o neutralismo e a equidistância de ambas as potências não passava, segundo os americanistas, de um artifício dos comunistas para, primeiro, se desvencilhar dos

⁸⁷ REVEL, 2004, pp. 9, 102.

⁸⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 12/05/1961.

⁸⁹ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

Estados Unidos e, depois, se unir à União Soviética.⁹⁰ Não restava ao Brasil senão escolher um dos lados e apoiar naquilo que fosse preciso – e os Estados Unidos, dado principalmente o seu caráter ocidental, cristão, democrático, capitalista, com uma longa tradição de relacionamento continental, deveria ser a escolha natural e mais vantajosa para os interesses nacionais:

*A solidariedade é que está em causa. Cada país, hoje, é forçosamente solidário com o bloco das nações que estão agregadas aos Estados Unidos ou solidário com o outro bloco das nações agregadas à Rússia. Não é possível o meio termo, a neutralidade, que é a maneira de fugir às responsabilidades. (...) O dever do Brasil é o da solidariedade.*⁹¹

A visão realista das relações internacionais secundava essa tese americanista, na medida em que as principais características a serem retidas da estrutura internacional, anárquica e competitiva, era da desconfiança e da possibilidade real da guerra:

*(...) a União Soviética, por enquanto, não deseja uma guerra, porque a guerra que pretende é traiçoeira, feita e preparada à socapa. Felizmente para nós, para o mundo livre, os Estados Unidos verificaram a tempo aquilo que os russos pretendiam realizar. O fogo só se cala com fogo. Os países desarmados são presas fáceis, e isso jamais deixará de acontecer.*⁹²

Desse modo, o avanço dos Estados Unidos na corrida armamentista com a URSS, por exemplo, era aplaudido por parlamentares filiados ao americanismo. Em 1962, a explosão de mais uma bomba atômica pelo governo norte-americano recebeu os protestos do governo do Brasil, mas, no Congresso Nacional a preocupação estratégica ganhou destaque:

*Não discuto aqui os efeitos da radiação na atmosfera, mas penso que os Estados Unidos devem prosseguir nessa corrida com a União Soviética, porque é essa a única linguagem que os bolchevistas entendem, que é da força bruta. Para a defesa das democracias ocidentais, os Estados Unidos não podem deixar ultrapassar-se. (...) Congratulo-me, pois, com a grande democracia americana, por esse espetacular feito.*⁹³

A sobrevivência dos países ocidentais, portanto, estava vinculada à própria sobrevivência dos Estados Unidos, desde que o mundo se dividiu em dois blocos militares, “o

⁹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mendes de Moraes (PTN-GB), em 24/04/1962.

⁹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962.

⁹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Siffert (UDN-GB), em 12/11/1962.

⁹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mendes de Moraes (PTN-GB), em 27/04/1962.

democrático e o comunista”⁹⁴. Nesse sentido, enfatizavam as assimetrias entre os dois países como motivo de o Brasil dever buscar a proteção estratégica e a ajuda financeira dos Estados Unidos, benefício que o grande e forte concederia ao pequeno e fraco, mas confiável parceiro. Enfim, o estreitamento das relações, em determinados casos, traria mais ganhos que prejuízos ao Brasil. Diante da divisão do mundo em dois polos antagônicos e do risco de eclosão de uma terceira guerra mundial, o Brasil deveria fiar-se nos Estados Unidos como líderes militares, como fizera no passado:

*Se a América do Norte já livrou as outras nações do hemisfério do fascismo, que também as livre do comunismo. Oxalá não falhe a grande democracia do Norte a este belo destino.*⁹⁵

A distinção existente nas relações internacionais entre marxismo-leninismo e liberal-democracia vinha sendo importada pelos americanistas nas discussões internas ao Parlamento, numa tentativa de identificar qualquer tipo de antiamericanismo com comunismo:

*Por toda a parte há ofensa ao americano, como desculpa para a propaganda do comunismo e não para a defesa dos interesses brasileiros.*⁹⁶

Não encaravam como uma posição *a priori* pró-Estados Unidos, de submissão de decisões, mas sim de escolha do sistema filosófico e de ideologia liberal-democrático frente ao sistema oposto propugnado pela União Soviética.⁹⁷ Importante dizer que muitos dos americanistas moderados eram, ao mesmo tempo, anticomunistas radicais. Por esse motivo, em momentos em que as discussões de caráter estratégico foram mais evidentes, posicionaram-se fortemente a favor de um alinhamento estreito com os Estados Unidos. Mas quando os riscos de uma invasão comunista estrangeira se desvaneciam, retomavam a defesa de um alinhamento pragmático.

O americanismo radical, por seu turno, sustentava o alinhamento automático e incondicional com os Estados Unidos como a forma mais eficiente e eficaz de trazer dividendos para o Brasil, como ajuda financeira, maior projeção junto aos vizinhos sul-americanos, proteção internacional diante da Guerra Fria, etc. Aliás, a temática da Guerra Fria

⁹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Côrtes (UDN-GB). O deputado Pedro Aleixo (UDN-MG), em 13/11/1962, leu o discurso que seria proferido por Menezes Côrtes que, devido a seu súbito falecimento, não pôde fazê-lo.

⁹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/11/1962.

⁹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

⁹⁷ STORRS, 1973, p. 228. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Petrônio Fernal (PTB-PR), em 10/10/1961.

foi trazida com insistência para o debate parlamentar como uma das maiores preocupações dos americanistas, tendência não observada nos antiamericanos:

*O mundo está dividido. De um lado os que creem em Deus e do outro os que negam; uns que acreditam nas liberdades e direitos humanos, outros que os negam; uns que acreditam na democracia, outros não; negam-na, creem sim nas ditaduras (...). De um lado os que creem na verdadeira paz, do outro os que exploram a paz. (...) é justo que se diga que o perigo que o comunismo representa para o mundo e para os valores temporais e eternos da pessoa humana, tornam-no um monstro, face a outros perigos e ameaças.*⁹⁸

Os americanistas radicais sustentavam também que os Estados Unidos ao agirem em seu interesse próprio, estavam agindo da mesma maneira pelo interesse do Brasil, em uma espécie de adaptação do liberalismo para as relações internacionais. A crença na hegemonia benevolente (ou no seu formato mais agudo, de que os Estados Unidos agiam movidos por um altruísmo piedoso) foi amplificada pela noção de que o continente americano havia sido brindado com uma nação irmã que contribuía para a promoção da democracia e do progresso em todo o mundo. Uma noção absolutamente diversa da apresentada pelos antiamericanos que consideravam a atuação dos Estados Unidos na América Latina semelhante à dos estados europeus coloniais do século XIX, em que seus objetivos eram principalmente exploração e submissão. Para os americanistas, embora ainda houvesse preocupações com o controle das linhas políticas adotadas, os Estados Unidos traziam também desenvolvimento, garantia de liberdade aos cidadãos e democracia. Devia-se manter a “tradição eterna de Rio Branco” e “cultivar a amizade dos Estados Unidos”, “amigos na independência e na revolução de Floriano”. No geral, concluíam que uma moralidade inerente era ao mesmo tempo causa e princípio para o papel internacional dos Estados Unidos. Uma conclusão superficial dessas, indubitavelmente, só poderia ser explicada em termos ideológicos: a identificação com a visão do futuro que Washington representava era tão forte que as suas qualidades morais suplantavam todos os outros aspectos.⁹⁹ Portanto, cabia a um país como o Brasil saber aproveitar essa dádiva geográfica. Para eles, a história norte-americana de espoliação dos países da América Central, do *Big Stick*, estava “inteiramente superada”¹⁰⁰:

⁹⁸ Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 10/03/1961.

⁹⁹ Discursos Senado Federal. Senador Silvestre Pércles (PSD-AL), em 12/12/1962. TEIXEIRA, Ulysses Tavares. A Tradição Liberal e as Origens do Excepcionalismo Norte-Americano. 3º Encontro Nacional ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais, julho de 2011, p. 6. WESTAD, 2005, pp. 5, 403.

¹⁰⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Corrêa da Costa (UDN-MT), em 27/07/1961.

[os Estados Unidos são] um país que nos trata como muitos pais não tratam seus filhos; é um país que tem sido de excessiva generosidade para conosco.¹⁰¹

Ou, então, de que pior do que o histórico do intervencionismo dos Estados Unidos vinha sendo os crimes cometidos pelo “oriente” (União Soviética – na Hungria, por exemplo - e China comunista, principalmente) e que eram evitados de menção por parte dos antiamericanos:

Não queiramos ser covardes, enquanto a Rússia intervém em tudo e ninguém protesta. Devemos fazer uma política máscula, de homem.¹⁰²

Importante salientar que, da mesma forma que o antiamericanismo sofria profunda mutação de concepção de acordo com as fases da história, os americanistas da primeira metade da década de 60 guardavam poucas características em comum com os do início do período independente e do pós-proclamação da República no Brasil. Estes acreditavam no ideal democrático e no exemplo concreto da viabilidade da federação e da república, ao longo do século XIX, como principal fator de atração dos Estados Unidos. A utilização do termo “americanismo”, portanto, guardava a noção de modelo (econômico, político, social) vindo do norte do continente a transplantar para os trópicos, em contraposição ao domínio europeu no País. Perdurava, contudo, certa dose da crença no mito do excepcionalismo americano, de que os valores, o sistema político e a história do país mereceriam admiração universal.¹⁰³ Com efeito, a noção de que os Estados Unidos serviam também como modelo de desenvolvimento econômico e social permanecia como um dos fundamentos do americanismo na década de 1960, apesar da menor ênfase dispensada a esse aspecto.¹⁰⁴ Nesse sentido, a independência dos Estados Unidos, celebrada todo 4 de julho, abria uma oportunidade para os americanistas radicais (e que detinham tanto a noção estratégica como a de admiração) festejarem os laços tradicionais entre o Brasil e aquele país. O regime democrático adotado após a declaração da independência norte-americana era exaltado como um fundamento e um exemplo para as densas e especiais relações com o Brasil, a grande nação democrática do continente sul-americano. Havia discursos – o que era, e é, próprio do meio político – que se avizinhavam a atos de adulação e louvor a personalidades, que apenas o americanismo radical se preocupou em proceder no caso dos representantes norte-americanos:

¹⁰¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Freire (PSP-MG), em 27/07/1961.

¹⁰² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Plínio Salgado (PRP-SP), em 26/10/1961.

¹⁰³ BANDEIRA, 2007, pp. 110, 204. FERREIRA, 2012, p. 49.

¹⁰⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Epilogo de Campos (UDN-PA), em 05/07/1962. BANDEIRA, 2007, pp. 250, 416.

*E o Brasil, a grande nação democrática do continente, aliado tradicional do nobre e generoso povo norte-americano, não pode deixar de entoar hinos cívicos de reafirmação de nosso apreço e solidariedade àquela grande gente. (...) E quero daqui levar aos nossos irmãos do continente vizinho, por intermédio da figura simpática e popular do embaixador Lincoln Gordon, a expressão sincera de nossa estima.*¹⁰⁵

A admiração pelo exemplo norte-americano conjugava-se com a necessidade de o Brasil estabelecer e manter fortes laços estratégicos com os Estados Unidos, noção que era amplificada pelo cenário da Guerra Fria:

*(...) os EUA são verdadeiro monumento da democracia. Sua grandeza é uma lição de liberdade. O exemplo deles é imortal e deve estar sempre presente aos olhos daqueles que apregoam a falência da democracia. (...) devíamos ter orgulho, as nações do continente, de encontrar entre nós, como um dos nossos, um país que, a vários aspectos, constitui o mais belo prodígio que ainda marca na superfície da terra a ação da espécie humana. Contribuirmos para enfraquecer-lhe a autoridade no mundo seria política de contrassenso, para não dizer de suicídio. (...) Ela é o fator decisivo de tranquilidade na atribulada hora que passa e saberá encontrar, na pureza de suas tradições e na fraternidade de seus sentimentos, todo o incentivo para uma campanha vitoriosa de congregação continental contra o comunismo.*¹⁰⁶

Para os americanistas, os Estados Unidos só favoreceriam o desenvolvimento econômico do Brasil de modo substantivo, como ocorrera com o Japão, parte da Europa e no episódio de Volta Redonda, se o governo efetivamente se comprometesse com os objetivos do país, sem vacilações, hesitações ou bífrentismos. O fiel apoio brasileiro aos Estados Unidos no plano estratégico, desse modo, resultaria em auxílio econômico e colocaria o Brasil no rol de países levados ao desenvolvimento pela via norte-americana. Para eles, existia uma grave contradição e inconsistência no pensamento antiamericano de buscar aliar maior independência e liberdade de ação do País e o desejo por maior ajuda financeira dos Estados Unidos. O exemplo da colaboração durante a II Guerra Mundial era o mais elucidativo nesse sentido: enquanto a maioria dos países latino-americanos apenas apoiaram os Aliados, o Brasil foi além, permitindo a construção de uma base aérea no Nordeste e sendo o único país da região a participar dos esforços de guerra, com o envio de tropas para combater em solo italiano. Na visão dos americanistas, o resultado disso, além da siderúrgica de Volta Redonda

¹⁰⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Epilogo de Campos (UDN-PA), em 05/07/1962. O deputado Sylvio Braga (PSP-PA), em 20/10/1961, proferiu discurso no mesmo sentido.

¹⁰⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/11/1962.

e da reestruturação das forças armadas, foi o compromisso dos Estados Unidos em apoiar o desenvolvimento econômico do Brasil, em bases diferenciadas das demais nações em desenvolvimento. Se, depois, o benefício não veio como esperado, isso se devia menos à aproximação com os Estados Unidos e mais a fatores exógenos ou a mudanças de postura de governos brasileiros subsequentes.

Com os Estados Unidos, o Brasil deveria estabelecer suas relações bilaterais mais importantes e estreitas para, a partir disso, angariar o indispensável capital externo e mercado consumidor para seus bens de exportação, como meio de dotar o País de capacidades para o seu desenvolvimento econômico.¹⁰⁷ Em resumo, a fidelidade no campo político (que era um dos poucos atributos que o Brasil poderia oferecer aos Estados Unidos) se reverteria em benefício econômico (fator considerado abundante nos Estados Unidos e à disposição apenas daqueles que se fizessem alinhados às suas diretrizes), construindo uma relação bilateral privilegiada com os Estados Unidos. Com esse conjunto de elementos, os americanistas defendiam estar propondo a adoção de uma política de cunho realista, adequada às modestas capacidades brasileiras no plano externo. Ao mesmo tempo, não admitiam a designação “entreguista” ou de alinhamento automático (ainda não em voga na época), pois sugeriam relações que evitassem sacrifícios materiais para o Brasil. Se necessário fosse, o País deveria discordar das linhas traçadas pelos Estados Unidos, desde que não atingissem as escolhas sistêmicas, particularmente as que diziam respeito à sobrevivência do ocidente.¹⁰⁸ O programa partidário da UDN em seu capítulo “da política exterior” refletia essa tentativa de se equilibrar entre a bajulação e a autonomia:

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

¹⁰⁸ Na década de 1990, na Argentina, Carlos Escudé propôs a teoria do “realismo periférico” em torno dessa ideia. Ela buscava constituir uma proposta normativa para Estados débeis, baseada na ausência de poder. Significava, também, uma resposta à política tida como profundamente antiamericana e inócua, que trouxe (nessa visão) apenas prejuízos ao país. As confrontações políticas com a potência do norte deveriam ser evitadas com vistas a melhorar as condições de negociação para a obtenção de ganhos econômicos tangíveis. Com isso, o antiamericanismo não estaria simplesmente extirpado da política externa argentina, mas o seu grau estridente, irreal, “imoral” e altamente custoso para os interesses nacionais, sem qualquer ganho expressivo em contrapartida, deveria ser abandonado. Era preciso, portanto, substituir a política de confrontação automática gestada desde Perón e informada por uma alta dose de antiamericanismo por uma atitude “realista” e centrada no cidadão argentino. Ademais, dentro da perspectiva do “realismo periférico”, a autonomia continuaria sendo um valor para a ação da política externa do país, sem que essa liberdade de manobra representasse uma autodestruição (como havia ocorrido no episódio que culminou com a Guerra das Malvinas). Era preciso levar em consideração, desse modo, os custos dessa liberdade sem limites. O correto, pois, seria evitar custos excessivos e desnecessários. Cf. ESCUDÉ, Carlos. Pheripheral Realism: an Argentine Theory-Building Experience, 1986-1997. In: SARAIVA, 2009, pp. 227, 229, 230, 233.

*Não será o Brasil nem “yes man” dos Estados Unidos nem “satélite” da Rússia. Será um aliado fraternal e independente dos Estados Unidos (...).*¹⁰⁹

Interessante salientar que essa colaboração foi antecipada na prática pelos parlamentares americanistas durante a primeira parte da década de 1960, que buscaram trocar informações de forma sistemática com representantes do governo norte-americano no Brasil.¹¹⁰ De outro modo, essa ideia foi, ao mesmo tempo, defendida e executada na medida do que foi possível pelos próprios congressistas.

Como não poderia deixar de ser, os americanistas reagem com grande entusiasmo a qualquer movimento de aproximação do Brasil aos Estados Unidos. De algum modo, havia quem descartasse a possibilidade mesmo de o Brasil se apartar da órbita norte-americana em direção ao comunismo. Ao Brasil cabia o papel de “grande aliado do povo norte-americano” e, graças às suas características democráticas e cristãs, não haveria lugar no País para a fixação de ideologias estranhas. Ao lado disso, ainda ecoavam no Legislativo vozes a favor de uma relação especial entre Brasil e Estados Unidos. A tese de Rio Branco do início daquele século, portanto, encontrava amparo como se fora atual. Isso porque, dada a importância geoeconômica do Brasil no continente e a interligação de interesses entre os dois países, assentada numa longa tradição histórica, o País deveria receber atenção prioritária na agenda da política externa norte-americana quando comparado aos demais países latino-americanos.¹¹¹

Os americanistas encontravam, da mesma forma que os antiamericanos, exemplos de países que adotaram essa linha de colaboração e conseguiram construir interesses convergentes com os Estados Unidos. O Japão foi o caso mais recorrente: havia passado de país pobre para país rico em pouco tempo, além do maior investimento em educação, graças à ajuda norte-americana:

Ora, o processo adotado pelo Japão é hoje conhecido (...) o instrumento fundamental para isso ainda é o capital estrangeiro. Era um país como o Brasil, onde o brasileiro tem uma

¹⁰⁹ Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 05/04/1963. O programa partidário da UDN nesse ponto, possivelmente, recebeu influência da doutrina defendida por Afonso Arinos de “amizade, sem subordinação, aos Estados Unidos”, numa tentativa de corrigir o ato de “beija-mão” (“atitude espetacular de humildade e servilismo”, aponta Moniz Bandeira em **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 431) do líder do partido Otávio Mangabeira quando da visita do general Dwight Eisenhower em 1946.

¹¹⁰ CIA, Central Intelligence Bulletin, 07 de fevereiro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mário Tamborindéguy (PSD-RJ), em 12/04/1962.

*situação realmente de pobreza, não se pode contar com a poupança nacional para um grande ou rápido desenvolvimento.*¹¹²

Diziam-se profundos conhecedores da história da cooperação dos EUA com os demais países, das razões e dos motivos que os levaram a cooperar financeira e tecnicamente com um país como o Brasil. Não se referiam apenas a ajudas pontuais como Volta Redonda, “mas numa predisposição para grande ajuda”. Essa predisposição à ajuda norte-americana, de acordo com o americanismo, dependia da inexistência de três fatores: conjuntura do cenário internacional, que poderia exigir maior atenção norte-americana a áreas e países que não o Brasil e a América Latina; política doméstica, com a presidência sob o partido republicano (“conservador e que se firmava no apoio das classes produtoras em benefício próprio”); e postura do governo brasileiro de conduzir sua política externa pela via da “chantagem” e sem comprometimento sincero às causas comuns.¹¹³ Mas não deixavam, de modo realista, de criticar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos principalmente quanto à negligência da ajuda financeira para o desenvolvimento brasileiro – uma política mesquinha dos Estados Unidos para um antigo amigo como o Brasil comparado ao que dispensou a seus inimigos de guerra com o Plano Marshall.¹¹⁴

A distinção entre antiamericanos e americanistas, neste ponto, não leva em consideração as filiações quanto ao liberalismo e ao capitalismo. Isso porque, se é verdade que podemos afirmar que a quase totalidade dos americanistas eram liberais e, portanto, convergiam nos valores políticos, o mesmo pode ser dito em relação à grande parcela dos antiamericanos, principalmente da parte moderada, mas não deixando de incluir também os antiamericanos radicais (em menor grau e com a exclusão automática dos comunistas). Mais especificamente, utilizando a noção proposta por Joseph S. Nye, antiamericanos e americanistas poderiam, em tese, compartilhar duas das três fontes potenciais de “soft power” dos Estados Unidos: convergência de valores políticos e uma cultura atraente, funcionando como um modelo de economia, cultura e sociedade.¹¹⁵ Frente à União Soviética no contexto da Guerra Fria, criam na superioridade ética do sistema ocidental. A divergência principal

¹¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962. Da mesma forma: Deputado Corrêa da Costa (UDN-MT), em 31/01/1964.

¹¹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Océlio de Medeiros (PSD-PA), em 11/08/1961.

¹¹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 25/05/1962.

¹¹⁵ Apud KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 286. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 04/07/1961.

recaía no terceiro elemento de atração aos mesmos objetivos norte-americanos, a percepção americanista de que as políticas dos Estados Unidos eram benignas ao Brasil:

*embora reconhecemos os múltiplos defeitos que aquela civilização, em certos aspectos, materialista, comporta, temos de reconhecer, a bem da verdade, que nunca nenhum outro povo da terra prestou ao mundo tantos e tão assinalados benefícios como os que têm sido a ele prestados pela nação norte-americana.*¹¹⁶

Esse foi o principal ponto que diferenciava antiamericanos (que não concordavam quanto a isso) e americanistas no Parlamento brasileiro. Portanto, um aspecto da definição ampla de americanismo, qual seja, de seguir os exemplos de sucesso dos Estados Unidos, não era exclusividade dos americanistas, mas também parte significativa dos antiamericanos propugnava desse mesmo ideal, apesar da aparente contradição.¹¹⁷

Com efeito, havia uma clara distinção no liberalismo defendido por um e outro grupo. De forma geral, o americanismo defendia o estrito respeito ao direito adquirido de investidores estrangeiros e o tratamento equânime entre empresas nacionais e alienígenas como forma de incrementar os influxos de investimentos no País. O liberalismo sustentado por parte dos antiamericanos igualava-se com o nacionalismo econômico tradicional: proteção à indústria brasileira nascente, expropriação de bens de empresas estrangeiras ineficientes e espoliadoras do lucro exagerado em território nacional, se necessário diante de uma irrisória ou simbólica compensação financeira, regulamentação do fluxo de remessa de lucros para o exterior a fim de proteger o balanço de pagamentos e de evitar a fuga das riquezas aqui produzidas. De qualquer maneira, ambos acreditavam no capitalismo como opção ao desenvolvimento econômico brasileiro; e que aquilo que contrariasse os princípios defendidos por eles constituía ignóbil erro *antidesenvolvimentista*.

Isso, contudo, não implica afirmar que os antiamericanos no Parlamento brasileiro tinham uma noção basicamente racional do cenário internacional, dos Estados Unidos e do lugar do Brasil nesse contexto, ou seja, que o antiamericanismo não fosse eivado de causas também emotivas. Havia bastante irracionalidade nessas concepções ideacionais, que valia também para os americanistas: crenças em mitos, simplificações exageradas da realidade, acesso limitado a informações, etc. Mas recaía na leitura racional das vantagens e desvantagens para o Brasil no formato de sua inserção internacional diante dos Estados

¹¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

¹¹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Clóvis Pestana (PSD-RS), em 25/01/1961.

Unidos, da Guerra Fria e de suas necessidades de desenvolvimento econômico, em que americanistas e antiamericanos chegavam a conclusões opostas por meios semelhantes. Na arena política, de forma geral, o que mais importava era a ação norte-americana no País (“o que os EUA faziam”) que um sentimento baseado apenas em fatores irracionais, como inveja pela riqueza norte-americana, rejeição à modernidade e ao sistema democrático.¹¹⁸

Americanistas e antiamericanos, como se vê, tinham, grosso modo e ao menos na parte da retórica, o mesmo objetivo: combater as causas do subdesenvolvimento, da miséria e da pauperização da população e conduzir o Brasil a um nível econômico, social e de importância internacional mais elevado, a questão central do pensamento brasileiro.¹¹⁹ Os meios para alcançar essa tarefa é que diferiam. Para americanistas e antiamericanos, a resposta dos Estados Unidos para as reivindicações brasileiras em relação a seu projeto de desenvolvimento e de maior atenção política contrastava entre a subserviência, para os primeiros, e a barganha, para os segundos. Portanto, ambos os grupos eram “nacionalistas” na acepção de que pretendiam, em tese, colocar os interesses do Brasil em primeiro lugar, se preocupando efetivamente com o destino da nação. Tratava-se de construções de identidades coletivas para o Brasil, ou que o País deveria ser: apartado de um opressor egoísta, para os antiamericanos; ou aquilo que o País deveria almejar para o seu futuro, com a ajuda do hegemônico benéfico.

6. Americanismo e antiamericanismo diante da Guerra Fria

Ao contrário do que foi apontado em vários estudos a respeito do antiamericanismo em outras partes do mundo, como no caso da França¹²⁰, mesmo que ficasse facilitado o uso político de seus argumentos devido ao grande estoque de antiamericanismo na sociedade brasileira, a sua utilização significou custos. Entre 61 e 64, os antiamericanos foram, pouco a pouco, acusados de comunistas, antidemocráticos, anti-religião, competiram em eleições em que seus adversários gozavam de maior apoio financeiro (como no caso do Ibad) e, finalmente, sofreram, parte deles, a cassação de mandatos com o advento do governo militar em abril de 1964. Outro ponto que diferencia o período da PEI com os antiamericanismos em

¹¹⁸ MCPHERSON, 2008, p. 8.

¹¹⁹ CERVO, 2008, p. 17.

¹²⁰ MEUNIER, Sophie. The distinctiveness of French anti-Americanism. In: KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 148.

outras épocas e regiões é que havia incentivos para defender os Estados Unidos e criticar posições ou pronunciamentos antiamericanos – o que não ocorreu nos casos da França e da Alemanha – não como flexibilização do conceito de soberania nacional, mas de defesa dos interesses brasileiros e manutenção da condição ocidental e não comunista do País.

A análise da atuação parlamentar durante a PEI revela que o Congresso Nacional deteve caráter principalmente moderado, tanto da parte da ala americanista, quanto da ala antiamericana. As posições de radicalização testemunhadas, apesar de parecer um paradoxo, se deveram menos a *anti* ou *pró* americanismo e mais ao anticomunismo. Nisso, foi possível observar esse outro aspecto político, a luta contra o comunismo, como fator de radicalização do ambiente doméstico. Desse modo, poder-se-ia dizer de um mesmo político ser defensor de teses americanistas moderadas e ser radical quanto ao anticomunismo; ou de antiamericanos serem, ao mesmo tempo, anticomunistas. Os temas em confluência que eram chamados ao debate político foram diversos, conectados e encarados como graves, mas não implicavam uma conclusão automática do tipo “todo anticomunista era americanista”. Por certo, como dito acima, todo americanista, assim como a política externa dos Estados Unidos à época, era anticomunista, mas a relação entre americanismo e comunismo foi um tanto mais complexa.

As atividades que envolviam antiamericanos e americanistas criavam um idioma capaz de conectar questões dos Estados Unidos e dos desafios do Brasil diante da estrutura internacional com os assuntos locais.¹²¹ Dessa forma, preocupações domésticas, como inflação, miséria, fome, flagelo no Nordeste, desemprego, queda real nos salários dos trabalhadores, foram relacionadas diretamente à política externa brasileira e à atuação de estrangeiros no Brasil também pela ação política desses indivíduos que exerciam seus mandatos parlamentares.

Um dos principais aspectos do debate antiamericanos/americanistas reside nas discussões acerca do anticomunismo no Brasil. Como se disse, em ambos os grupos existiam indivíduos anticomunistas. Ocorre que a concepção de risco iminente do comunismo internacional, ou seja, aquele associado a outro Estado (no caso, União Soviética, diretamente ou via Cuba, e China continental) e às preocupações da Guerra Fria, estava mais intimamente ligada à ala americanista do Congresso. A luta contra o comunismo, de acordo com essa concepção, exigia uma atenção redobrada e cuidadosa pela crença de que bastava um “foco” comunista, ou um pequeno grupo de devotados indivíduos, inclusive com presença no Estado

¹²¹ KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007, p. 313.

(mormente Executivo e Legislativo), para criar as condições para a revolução a partir de movimentos apoiados nas massas, à maneira como havia ocorrido com os bolcheviques russos, até mesmo em um ambiente social marcado pela passividade política e de economia agrária.¹²² O modelo de guerrilhas foi exportado por Che Guevara e o governo cubano na certeza de que o que havia sido bem sucedido na Rússia de 1917 e adaptado à realidade dos países do Terceiro Mundo por Cuba, em 1959, deveria ser seguido pelos demais países. A simples possibilidade de isso ser aplicado no Brasil assustou o anticomunismo.

Essa concepção de luta antissubversiva, de certo modo, teve sua primeira acolhida no Brasil na Escola Superior de Guerra (ESG) a partir da década de 1950. Nesse sentido, a possibilidade de guerra era considerada uma ameaça constante. E contra o perigo comunista o Brasil deveria se proteger, aliando-se de forma indiscutível ao mundo ocidental. Essa “cruzada anticomunista” deveria se atentar a todas as formas de ameaça, sobretudo as sutis, de atos subversivos e mesmo se praticados por pequenos grupos. Era imperioso atacar as suas primeiras aparições, as infiltrações comunistas, para que a transformação do Brasil em satélite da URSS não se transformasse em um processo irreversível. Isso somente seria possível dentro de um alinhamento inequívoco ao ocidente democrático e cristão, o “mundo livre” liderado pelos Estados Unidos.¹²³

De outro modo, os antiamericanos rejeitavam a noção ortodoxa de Guerra Fria, também uma tendência global de intelectuais e das esquerdas durante as décadas de 1960 e 1970, segundo aponta Westad.¹²⁴ Nessa linha, a Guerra Fria era fruto, primeiramente, de uma tentativa norte-americana de impor sua vontade e seu sistema econômico sobre regiões relutantes. De maneira geral, é possível afirmar que o discurso antiamericano calcava-se na esperança, de uma vida mais digna, justa e confortável; sendo que o americanismo, além da esperança nesses aspectos, atingidos por outros meios, agregava o discurso do medo (do autoritarismo, da falta de liberdade, que representava o comunismo).¹²⁵

Ao fim do corte temporal aqui proposto, como costuma ocorrer com toda luta política, um dos lados venceu a batalha, enquanto o outro pereceu. Mas entre os fatores que

¹²² MCPHERSON, 2008, p. 21.

¹²³ VIZENTINI, 2004, p. 31.

¹²⁴ WESTAD, Odd Arne (ed.). **Reviewing the Cold War: approaches, interpretations, theory.** Frank Cass, 2000, p. 4.

¹²⁵ GADDIS, 2006, p. 98.

ajudaram a determinar esse desfecho, o anticomunismo desempenhou papel central, talvez mais que os próprios temas que preocupavam os antiamericanos.

Em decorrência da paranoia anticomunista criada pela Guerra Fria e refletida nas atitudes da política externa norte-americana, qualquer crítica aos Estados Unidos foi identificada como propaganda comunista. A revolução cubana de 1959 elevou a América Latina à categoria de prioridade na política de contenção ao comunista no mundo. Durante a década de 1960, Washington interpretou o antiamericanismo como uma patologia que ou era comunista na sua essência ou, na melhor das hipóteses, poderia facilitar sua adoção. O anticomunismo, enfim, contribuiu para distorcer o significado do antiamericanismo.¹²⁶ Ao mesmo tempo, deu sentido à oposição americanista. Por esse motivo, os antiamericanos eram instados, a todo o momento, a ponderar seus posicionamentos diante da Guerra Fria:

*Não sou contra o povo americano, não sou comunista, nunca fui, mas, por isso não fico proibido de abordar assuntos vinculados ao interesse da minha pátria, do meu povo, da minha gente e do nosso interesse (...).*¹²⁷

Era até concedida a possibilidade de ele ter suas raízes em outras ideologias endógenas, como nacionalismo, indigenismo, anti-imperialismo e movimentos de resistência. Mas assim como ocorrera com os revolucionários de Sierra Maestra uma vez que conquistaram Havana, transformando Cuba em uma aliada da União Soviética a partir de um movimento de contestação interno, o antiamericanismo poderia representar uma oportunidade para a URSS, e um risco para os Estados Unidos no jogo da Guerra Fria.

¹²⁶ MCPHERSON, 2008, p. 5.

¹²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tenório Cavalcanti (UDN-RJ), em 22/05/1962.

CAPÍTULO 2

Ascensão de Jânio Quadros e o debate sobre o projeto de desenvolvimento do País: entre o americanismo e o antiamericanismo

Jânio da Silva Quadros apresentava-se como um homem do povo, um antipolítico e *outsider*, um amador honesto, jamais um representante da elite. Durante as eleições presidenciais de 1960, ele contou com a ajuda decisiva da UDN, do PDC, do PR e do PTN, seu partido, embora procurasse dar mostras de que prescindia do apoio de qualquer deles; pretendia estar acima dos partidos e junto do povo. Em especial a UDN, que cultivava o moralismo e adotava o lema “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, sintonizava-se com as propostas do candidato: moralizar os costumes, lutar contra a corrupção desenfreada, os empresários gananciosos e a velha política que apoiava o governo de JK e combater a inflação criada pelos excessos de gastos do Estado. A vassoura simbolizou sua campanha e também suas promessas, de varrer o velho e trazer o novo para o Brasil. A crítica à corrupção e à ineficiência burocrática e acusações a Kubitscheck, apontado como irresponsável e “presidente voador”, empolgavam o eleitorado. A mais vistosa obra do governo de Kubitscheck, Brasília, era apresentada como inútil sorvedouro de dinheiro público.¹

A legislação eleitoral admitia votos diferenciados para presidente e vice. Multiplicaram-se pelo País os comitês Jan-Jan (Jânio-Jango), que solicitavam aos eleitores que votassem em Jânio para presidente e João Goulart para o cargo de vice, muito embora os dois pouco tivessem em comum em termos programáticos, ideológicos e partidários e, principalmente, fizessem parte de chapas opositoras. Jânio sagrou-se vitorioso nas urnas com folga de votos sobre seu principal adversário, o Marechal Teixeira Lott, da coligação

¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a ditadura e a Guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 38. Linha política da UDN diante de Jânio vai ser fixada na Convenção do Recife. **Jornal do Brasil**, 24/04/1961. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 237. CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 163.

PSD/PTB. Jango, do outro lado, ultrapassou por pequena margem o candidato a vice da UDN e que compunha a chapa de Quadros, Milton Campos.² Quadros revelara-se um ótimo candidato, carismático e com personalidade dinâmica. Restava demonstrar o mesmo desempenho das urnas na condução da Presidência da República. E as expectativas da população se faziam enormes.

O Brasil, com cerca de 72 milhões de habitantes, experimentava uma rápida expansão da população urbana (apesar de permanecer predominantemente rural), politização das massas, metade da população analfabeta e uma situação econômica pouco promissora, com alta da inflação, crescente taxa de desemprego e intensificação dos conflitos no Nordeste. Cerca de 90% das exportações de produtos provinham da agricultura, principalmente café, algodão e cacau, todas *commodities* atingidas pela baixa mundial de preços. Apenas o café fornecia cerca de 60% das exportações brasileiras. Com a queda nos preços, os ganhos com sua venda despencaram de 1,1 bilhão de dólares em 1956 para 713 milhões em 1960.³

Como resposta a essa situação calamitosa, ele prometia resgatar a economia, colocar as finanças e a administração do governo em ordem e retomar o prestígio internacional do Brasil. Sua experiência anterior como governador de São Paulo o credenciou a convencer o eleitorado de que ele possuía a capacidade de adotar um saneamento administrativo e combate à corrupção, sem renunciar os ganhos em desenvolvimento. Sua plataforma de campanha agradava, portanto, tanto à direita como, em parte, à esquerda. Internamente prometia progresso econômico crescente e orçamento saneado; externamente, uma inserção independente, incluindo a expansão de relações comerciais e diplomáticas com os países do Bloco Socialista. A economia estava na base dos problemas do Brasil sob a nova presidência. A imensa dívida externa herdada de JK vinha pressionando o governo a tomar medidas drásticas. Entre elas, o refinanciamento da dívida externa era a prioridade: o País devia 2,5 bilhões de dólares, dos quais 30% venceriam no primeiro ano de seu governo, enquanto os ganhos totais esperados com as trocas eram de apenas 1,2 bilhão.⁴

² Jânio Quadros obteve 48% dos votos, Teixeira Lott, 33%, e Ademar de Barros, 19%. Na disputa para vice-presidente, João Goulart, 41,6%, Milton Campos, 40,6% e Fernando Ferrari, 19,5%. Cf. CHACON, 1981. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 20. SKIDMORE, 1982, p. 235.

³ CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, "The Outlook for Brazil", 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. VIZENTINI, 2004, p. 124. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 46.

⁴ CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, "The Outlook for Brazil", 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio recebeu de JK a faixa presidencial. No discurso de posse, Quadros repetiu a intenção demonstrada durante a campanha: “o povo estará comigo e comigo governará”. No Senado, dizia-se que Quadros se penetrava de espírito comum, acompanhava as massas e os acontecimentos e o seu caráter carregava o despojo de conceitos e preconceitos “quando se está em jogo a sorte da nação”.⁵ Na Câmara dos Deputados, o novo presidente era visto, mais que professor de geografia e de português, como o mestre da opinião pública:

*Ele sabe o povo. E é nisso que reside sua força extraordinária. O povo é o solo onde ele faz germinar o novo Brasil.*⁶

O entusiasmo com o governo recém-eleito oferecia também oportunidade para a inauguração de novas abordagens e visões de políticas públicas. Quadros tinha isso em mente também no que concernia à política externa brasileira. Nesse aspecto, adotou uma linha que, ainda que não fosse totalmente nova na diplomacia brasileira, desgostou gravemente àqueles políticos que o haviam apoiado durante as eleições, e obteve a aprovação e o apoio de grupos que o faziam oposição nas demais áreas. Além desse ponto, o presente capítulo aborda um panorama do Congresso Nacional durante a primeira metade da década de 1960, assim como os modelos de desenvolvimento em debate no seu interior. Tão importante quanto isso, foram os aspectos que circundaram as tentativas de aproximação com o Bloco Socialista empreendidas pela diplomacia Quadros-Arinos, e as expectativas e desconfiâncias em relação ao lançamento de um programa de ajuda financeira que prometia, no seu princípio, rivalizar com o Plano Marshall.

1. Política Externa Independente sob Quadros

Na visão de Quadros, um novo Brasil exigia uma nova política externa. Nada mais apropriado para a implementação dessa tarefa do que um presidente eleito com o objetivo de fazer ouvir as massas, de estar junto ao povo. Com a competência de auxiliá-lo na pasta das relações exteriores, Quadros escolheu um político da UDN, partido que o havia apoiado durante as eleições. À primeira vista, a combinação entre Afonso Arinos de Melo Franco, um udenista histórico, e a adoção de uma política externa de viés independente, e antiamericano,

⁵ Discursos Senado Federal. Senador Lourival Fontes (PTB-SE), em 19/04/1961.

⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Derville Allegretti (PR-SP), em 26/06/1961.

liderada por um político populista por excelência, parecia algo improvável. Ocorre que Quadros e Arinos compartilhavam uma visão de inserção do Brasil nas relações internacionais que buscasse por seus próprios meios, na condição de país maduro que alcançara, o tão almejado desenvolvimento econômico e social. Ambos eram antiamericanos moderados, sendo o presidente um tanto mais incisivo que o seu ministro.⁷

Sem embargo, Arinos discordava de “certos excessos publicitários (...), principalmente quanto a um aparente, impossível e desnecessário antagonismo para com os Estados Unidos” que Quadros demonstrava. Segundo ele, a preocupação em antagonizar emotivamente os Estados Unidos, com criar prejudiciais resistências internas, não ajudava aos interesses nacionais. Numa tentativa de minimizar qualquer mal estar criado pelas ações da PEI de Quadros, o Itamaraty insistia em dizer aos representantes dos Estados Unidos que o Brasil continuava e continuaria a “fazer parte do mundo livre, e que, nesse mundo livre, os Estados Unidos são nossos melhores amigos”.⁸

O nome de Arinos oferecia, a um só tempo, garantias de confiança aos grupos conservadores, agradava à UDN, que pertencia à base irrestrita de apoio ao governo durante os primeiros meses após sua posse⁹, e se mostrava capaz de implementar uma política externa anticonservadora e independente. Mas a indicação de um nome da UDN para a pasta das relações exteriores não tinha a intenção principal de agradar ao partido de Arinos. Foi feita mais por ele próprio ter participado da campanha e mesmo sem consulta ao partido e, paradoxalmente, com o tempo, se transformaria no maior alvo de críticas de udenistas ao governo. Isso não deveria ser surpresa para aqueles que acompanharam a trajetória de Quadros em direção à Presidência da República. Declarava-se eleito sem compromissos com partidos políticos, de não ter ideologia, indicando que quem traçaria a política do governo seria ele próprio, com suas próprias ideias, sem constantes consultas nem mesmo a seus

⁷ Interessante salientar que Arinos não era propriamente tido como pertencente ao grupo dos antiamericanos renitentes no seu histórico como político e parlamentar. Exemplo disso é que, em 1952, como deputado federal, teve atuação decisiva na aprovação do Acordo de Assistência Militar-Brasil-Estados Unidos. Na ocasião, desempenhando a função de líder da minoria, ajudou, a pedido do chanceler João Neves da Fontoura, a superar as dificuldades colocadas pelas “facções parlamentares antiamericanas” ao tratado, propondo uma espécie de reserva interpretativa a seu texto. O problema dizia respeito à referência a uma lei norte-americana de 1951, a Lei de Segurança Mútua, dando ensejo à interpretação de que o Brasil se comprometeria a obedecer não só o tratado, como também a legislação de um país estrangeiro. A solução encontrada foi que o governo brasileiro interpretaria a referência à lei para os fins contidos expressamente no texto do próprio tratado. Cf. ARINOS FILHO, 2001, p. 68.

⁸ ARINOS FILHO, 2001, pp. 142 e 163.

⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 02/02/1961.

ministros. No dia seguinte à sua posse, foi esse o panorama traçado por um deputado e que, curiosamente, não seria desmentido pelos fatos futuros:

E tanto isto é verdade que o Senhor Afonso Arinos, indagado pela imprensa sobre o seu comportamento em face da hipótese de o navio Santa Maria aportar no Brasil, respondeu que ainda ia ouvir Jânio Quadros para, então, dar a sua opinião a respeito. (...) o governo vai ser pessoal. (...) É o governo de S. Exa., o Senhor Jânio Quadros, com suas próprias ideias, com suas próprias contradições, a que iremos aqui assistir. E os ministros vão limitar-se a acompanhá-lo, ora numa, ora noutra direção, de conformidade com os objetivos que ele tenha em vista e que todos desconhecemos.¹⁰

Nesse sentido, foi o personalismo de Quadros, possivelmente, que marcou mais a construção das linhas estruturantes de sua política externa que as próprias diretrizes emanadas do Itamaraty. Essa característica do presidente era notória para os políticos tanto da oposição quanto da situação. Sua vontade, muitas vezes, se sobrepunha a orientações técnicas de seus ministérios. Era um presidente diligente, sistemático e que adotava uma rotina de trabalho peculiar e que logo ficaria conhecida por todos: os bilhetinhos do presidente, que, para seus críticos, valiam “muito mais do que as leis”¹¹. Ou era, então, “um presidente que se limita a escrever bilhetes aos seus ministros e demais auxiliares, em permanente e continuada improvisação, enquanto problemas da mais alta magnitude deixam de ser solucionados”¹². Esse fato contribuiu para criar uma imagem caricaturada, burlesca e jocosa da administração Quadros, e simplificada, que não condizia com a realidade de um político que detinha suas convicções e cria que era sua função, na presidência, colocá-las em prática.

Arinos acreditava possuir o legado de seu pai, Afrânio de Melo Franco, que havia lutado contra o *establishment* da Europa ocidental, numa atitude de insubmissão às imposições dos grandes. Com Quadros, ele esperava ter a mesma empreitada de luta do país pequeno na defesa da causa que parecia justa, enfrentando os grandes. O contexto e os atores é que seriam diferentes. Nisso, as relações com os Estados Unidos – a potência do momento – deveria alicerçar-se no entendimento franco e nas decisões autônomas. Autônomas por parte do Brasil, em linha, portanto, com o espírito traçado para a política externa brasileira de Quadros. A defesa da soberania, da autonomia e do nacionalismo representava para Arinos o valor básico para sustentar sua posição contrária ao alinhamento automático com os Estados

¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 01/02/1961.

¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 22/08/1961. Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 18/08/1961.

¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Miguel Bahury (PSD-MA), em 08/06/1961.

Unidos. Esse posicionamento manteve-se como sua invariável posição doutrinária, ou seja, amizade, sem subordinação, aos Estados Unidos.¹³

A política externa de Jânio Quadros elegeu a busca por maior grau de autonomia como elemento fundamental de seus principais desígnios: aumentar o leque de parceiros comerciais do Brasil, melhorar as relações com os países do Bloco Socialista e, principalmente, estabelecer relações menos subservientes com os Estados Unidos. Como lembra Vizentini, durante o governo Quadros, a diplomacia não possuía a denominação oficial “Política Externa Independente”, embora fosse correntemente aceito que o governo possuía uma política externa de caráter independente (em minúsculo). A teorização em torno do conceito da PEI veio somente com San Tiago Dantas e Araújo Castro, sendo que Arinos até mesmo discordava do seu uso. Com efeito, a Política Externa Independente (PEI) não representou uma completa inovação às linhas do Itamaraty, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. Ainda assim, buscou aprofundar diretrizes e adotar novos princípios. Durante os sete meses incompletos de seu governo, o Brasil presenciou uma época em que os temas de política externa despertaram controvérsias até então não vistas na história do País.¹⁴

Isso porque a política externa interligava-se às discussões que atingiam diretamente o cotidiano da vida das pessoas – o sistema político e econômico que o Brasil iria seguir, comunismo/leninismo ou capitalismo/liberalismo. Nem a diplomacia nacional nem Quadros tinham a pretensão de trazer esse tema ao debate, mas as escolhas que fizeram para prosseguir no seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico do País impuseram esses desafios. O que antes ficara reservado a discussões por pequenos grupos, agora movia a população e uma significativa maior atuação do Parlamento. Portanto, para muitos, não se tratava apenas de política externa, mas principalmente de política doméstica – aquilo que o Brasil pretendia se tornar no futuro. Para os americanistas, deveria ser uma nação democrática, capitalista, ocidental e, o que era mais importante, não comunista. Para os antiamericanos, deveria ser um país mais próspero, menos desigual, livre de qualquer espoliação vinda do exterior, mas não necessariamente comunista.

¹³ ARINOS FILHO, 2001, pp. 12, 123, 139.

¹⁴ VIZENTINI, 2004, pp. 123, 133. ARINOS FILHO, 2001, p. 141.

A nova política externa pretendia aproximar o Brasil de nações não-alinhadas e neutralistas, mas sem se tornar oficialmente nenhum deles, e, portanto, mais distantes dos Estados Unidos. Essa foi uma tentativa de quebrar o *script* imposto por Washington e Moscou e pavimentar o seu próprio percurso em direção a um modelo de desenvolvimento e modernização econômica e social para o País. Muitos outros representantes do Terceiro Mundo ensaiaram o mesmo, com o intuito de escapar aos esquemas de subserviência e irrelevância estabelecidos pelo fato de pertencer à esfera de influência segura e garantida dos Estados Unidos. A orientação de Jânio, para alguns dos que esperavam enterrar a esquerda e o getulismo, representou uma desagradável surpresa, para outros, o cumprimento das promessas de campanha. Essas propostas, portanto, geraram reações diversas entre americanistas e antiamericanos, tendo sempre como pano de fundo a discussão mais ampla sobre o anticomunismo. Aliás, a ameaça de uma infiltração comunista no Brasil vinha sendo um fator de preocupação de vários setores muito tempo antes. A ESG, durante a década de 1950, alertava para os riscos da propaganda política e do surgimento de focos de subversão no País. O mesmo ocorreu durante a presidência de JK, em que o tema do anticomunismo tomou o caráter de assunto dominante, tanto na visita do presidente aos Estados Unidos como quando recebeu o vice-presidente Nixon no Brasil.¹⁵

Buscava-se, de outro modo, um posicionamento mais relativizado entre o Leste e o Ocidente, quebrando a rigidez da bipolaridade, e não apenas absoluta relação estreita ou desempenhando função de apêndice dos Estados Unidos, ainda que claramente tendesse para o ocidentalismo capitalista. Para Arinos, contudo, independência não era o mesmo que neutralismo, que seria uma forma de engajamento: o Brasil pertencia ao ocidente não se apresentando, portanto, indiferente à divisão ideológica do mundo. O caráter independente, de outro modo, seria a “afirmação definitiva da nossa soberania política, inclusive, e sobretudo, no estabelecimento de contato comercial e econômico, no âmbito internacional, com todos os países do mundo”, segundo Arinos, sem deixar de se filiar ao sistema das democracias ocidentais.¹⁶ “Nacionalista” e “independente” eram as características enaltecidas pela nova

¹⁵ HERSHBERG, James G. The Crisis Years, 1958-1963. In: WESTAD, 2000, p. 304. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002, p. 233. VIZENTINI, 2004, p. 86. FERREIRA, 2012, p. 81.

¹⁶ HERSHBERG, James G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962. **Journal of Cold War Studies**. Vol. 6, n.º 2 e 3, 2004, p. 5. PECEQUILLO, 2011, p. 32. ARINOS FILHO, 2001, p. 230. Arinos reafirma que Brasil condenará intervenção em Cuba. **Jornal do Brasil**, 18/05/1961.

política externa, identificando um maior peso do Brasil no cenário internacional, atingido o *status* de potência intermediária.

A nova linha de inserção do Brasil nas relações internacionais era decorrência direta da crítica nacionalista ao alinhamento automático com os Estados Unidos.¹⁷ A visão de que o alinhamento automático não se traduzia em vantagens foi compartilhada com os antiamericanos no Congresso. A Alemanha Ocidental e a França eram os dois exemplos de sucesso dessa estratégia de posição independente e viril diante dos Estados Unidos. Os dois países dependiam do auxílio econômico e da proteção militar norte-americana, mas não abdicavam de contestar as diretrizes norte-americanas quando percebiam que elas colidiam com seus interesses nacionais¹⁸:

*(...) embora devendo favores tão grandes, [nenhum deles] diz amém a tudo que os Estados Unidos propõem. A França a cada instante diverge. (...) A Alemanha Ocidental, país que deve bilhões de dólares aos EUA para sua recuperação de após-guerra (...) não aceita as posições dos EUA – todas elas – quando julga que essas posições podem atentar de qualquer modo, contra os seus interesses nacionais ou internacionais.*¹⁹

Os argumentos a favor de uma nova política externa para o Brasil foram consolidados nos debates do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão engajado na criação e na promoção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, e da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), com ênfase na contestação da hegemonia dos países centrais em detrimento do subdesenvolvimento dos países periféricos.

O neutralismo isebiano, tomado de empréstimo pela política externa Quadros-Arinos, advogava um “quase-neutralismo” ou “neutralismo ocidentalizante” como forma de barganha frente aos Estados Unidos. A interpretação partia da constatação da emergência do movimento dos não-alinhados, do prestígio do campo socialista, dos problemas causados por Cuba, e do crescente peso político e estratégico do Brasil nas relações internacionais. Detinha a percepção de que, devido ao antagonismo gerado pela Guerra Fria e à relativa imobilização a que cada uma das superpotências condenava a outra, os países do Terceiro Mundo desfrutariam de uma crescente área de liberdade para afirmar seus propósitos de desenvolvimento e emancipação, especialmente diante da flexibilização da ordem bipolar do

¹⁷ BANDEIRA, 2007, p. 450.

¹⁸ Essa mesma constatação também é apontada por Gaddis. Cf. GADDIS, 2006, p. 139.

¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

período.²⁰ Não se alinhar automaticamente aos Estados Unidos, negociar a cada circunstância o seu apoio estratégico, adotar uma diplomacia autônoma e independente e construir uma posição de destaque no hemisfério sul criariam as condições necessárias para ser cortejado pelos EUA como um aliado importante do ocidente, com base principalmente nos seus próprios interesses na inserção internacional do País. Hélio Jaguaribe, na obra *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, era um dos que defendiam as vantagens de uma política de tipo neutralista.²¹ Mesmo diante das limitações da estrutura internacional da Guerra Fria, havia de fato zonas de autonomia e mesmo de resistência diante das superpotências, onde seria possível influenciar as ações do parceiro hegemônico. Essa era a tentativa que o Brasil deveria fazer diante dos Estados Unidos. O governo norte-americano esperava de Quadros esta atitude: “apesar de ele provavelmente não adotar uma posição totalmente alinhada ao neutralismo, ele provavelmente tentará pesadas barganhas em negociações futuras com os Estados Unidos”, sem, no entanto, “prejudicar a forte ligação existente entre os Estados Unidos e o Brasil”.²²

A barganha neutralista não foi propriamente uma invenção brasileira. A China foi um desses casos em que a “tirania do fraco”, uma potência secundária, barganhou maiores benefícios e manteve posição de autonomia alternando alinhamento e defecção das esferas de influência de Moscou e Washington. A rivalidade entre as duas superpotências encorajava essa atitude, de manter-se neutro e, ao mesmo tempo, flertando com os dois lados do conflito, numa política enraizada no anti-imperialismo e seguida, também, por Nasser (Egito), Nehru (Índia) e Sukarno (Indonésia), ainda que de modos substancialmente distintos. Para contrabalançar a ameaça norte-americana, Pequim escolheu negociar com os soviéticos, e vice-versa quando julgou conveniente.²³ Contudo, esse foi um jogo perigoso e que não foi bem sucedido no Brasil.

A reação dos Estados Unidos não foi muito favorável à nova política externa. O embaixador norte-americano no Brasil, John Moors Cabot, criticou abertamente a política externa “independente” do Brasil (entre aspas, como se referiam os documentos norte-

²⁰ Cuba e a Guerra Fria, por Hélio Jaguaribe. **Jornal do Brasil**, 27/04/1961. SARAIVA, 1997, pp. 257 e 259.

²¹ Apud VIZENTINI, 2004, pp. 183, 213.

²² CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. GADDIS, John Lewis. On Starting All Over Again: a naïve approach to the study of the Cold War. In: WESTAD, 2000, p. 31. GADDIS, 2006, p. 132.

²³ GADDIS, John Lewis. On Starting All Over Again: a naïve approach to the study of the Cold War. ZHANG, Shu Guang. China’s Strategic Culture and the Cold War Confrontations. HERSHBERG, James G. The Crisis Years, 1958-1963. In: WESTAD, 2000, pp. 32, 263, 309. WESTAD, 2005, p. 70. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Osni Regis (PSD-SC), em 04/03/1964.

americanos para a PEI), em obediência a instruções do departamento de estado, o que provocou um incidente diplomático, pois Quadros, em público, o repeliu. Afonso Arinos apontou a “infiltração da propaganda norte-americana da Guerra Fria no meio dos oficiais superiores das Forças Armadas” como um dos fatores da oposição à política externa de Quadros. Para as autoridades norte-americanas, a PEI era o resultado muito mais de concessões de Jânio aos esquerdistas do que uma opção ideológica consistente. Enxergavam nela uma tentativa de Quadros conciliar esses grupos devido às suas insatisfações com as duras medidas de reforma econômica que pretendia impor.²⁴ Da mesma forma, para os antiamericanos no Parlamento brasileiro, Jânio adotava, simultaneamente, uma política interna reacionária, antipopular; e uma política externa popular e progressista. Na prática, era nitidamente bifronte: na sua política externa consultava os interesses da pátria brasileira; na interna, atendia apenas aos grupos poderosos:

*A posição neutralista advogada do presidente Jânio Quadros parece-nos a única que consulta os interesses do Brasil. Não temos nenhuma razão para lutar nem a favor dos Estados Unidos, nem da União Soviética. O que esses dois colossos desejam é a hegemonia mundial, e só por estupidez poderíamos favorecer a uma das partes, em prejuízo de nossa própria condição de Estado soberano.*²⁵

Os americanistas concordavam com essa avaliação, da contradição e do paradoxo entre as políticas interna e externa, mas com os polos positivo e negativo em lados diversos: “ascendia uma vela a Deus e outra ao diabo”, diziam.²⁶ Logo no começo da administração Quadros, a PEI vinha sendo acusada de trazer intranquilidade para o País. Para os americanistas, por ela, estávamos

*seguindo rumos na política internacional que fogem completamente à tradição. Para que forças o Brasil se encaminha?*²⁷

Portanto, a implementação da PEI criou uma situação inusitada no Congresso Nacional, onde o governo Quadros já se deparava com a dificuldade de não possuir uma maioria parlamentar de apoio. A despeito de o ministério ter ficado a cargo da UDN, a política externa Quadros-Arinos sofreu oposição de sua base aliada, especialmente dos

²⁴ CERVO, Amado Luiz (Org.). **O Desafio Internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 161. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 320. CIA, Central Intelligence Bulletin, 07 de fevereiro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 23/03/1961.

²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 18/08/1961. Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 25/08/1961.

²⁷ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 06/03/1961.

próprios udenistas (da parte dos *lacerdistas* e da “banda de música”), e encontrou apoio no grupo de oposição ao governo – notadamente o PTB, partido do vice-presidente João Goulart.²⁸

Quadros e Arinos, naturalmente, discordavam da opinião de que havia um contraste ou um descompasso entre as políticas interna e externa: ambas se complementavam na formação de um único objetivo que era o estímulo ao desenvolvimento brasileiro.²⁹ De fato essas interpretações, contemporâneas ao período, indicam certo menosprezo pela capacidade de Quadros em avaliar o cenário político e, principalmente, em deter alguma convicção, em virtude de sua famigerada postura populista. Ao que tudo indica, as raízes, ou forças profundas, da PEI de Jânio Quadros não residiram no cálculo básico de obter apoio da esquerda no plano interno a fim de compensar o desagrado criado pela ortodoxia na condução da política econômica, de viés conservador. Se assim fosse, a equação deveria ter levado em conta não só os ganhos políticos com os nacionalistas e antiamericanos e, em termos partidários, o apoio do PTB (partido de oposição) à PEI. O passivo criado pelas decisões de política externa – que apontavam para um distanciamento das posições tradicionais do Brasil frente ao ocidente e aos Estados Unidos, lembrando que isso estava mais forte na percepção dos americanistas do que algo concreto e efetivo – enfraqueceu o apoio dos partidos da base do governo. Em resumo, o “radicalismo” na política externa para atenuar a agressividade das esquerdas no combate ao conservadorismo da política econômica interna não foi compensado pela oposição gerada à PEI, que vinha justamente de sua base confiável.

O presidente Jânio, antes mesmo das eleições, dava mostras da sua intenção em adotar uma política externa mais afirmativa, independente e de aproximação do Bloco Socialista, motivado principalmente pelo desejo de implementar ações que contribuíssem para o desenvolvimento do País. Por esse motivo, suas motivações foram autênticas e, caso houvesse preocupação relevante com o apoio daqueles políticos que o faziam oposição, também deveria ter tido em relação àqueles que se comprometeram com a sua governabilidade, essencial a qualquer presidente da República. Como apontam os acontecimentos dos últimos meses de seu governo, a PEI demonstrou ser muito mais um problema para o equilíbrio político do que uma estratégia pensada em conquistar o apoio de

²⁸ BENEVIDES, 1981, p. 117.

²⁹ ARINOS FILHO, 2001, p. 241.

uma gama maior de grupos. Mesmo diante das adversidades e das ameaças de defecção de sua base, Quadros insistia na defesa dos princípios que nortearam a PEI.

Mas muitos dos antiamericanos que defendiam a PEI exigiam também uma posição mais clara, forte e, por conseguinte, antiamericana por parte de Quadros. O início do governo criava uma situação de “esperar para ver”. Até então, apenas palavras haviam anunciado a nova política externa brasileira; faltavam os atos. E um desses, caso Quadros estivesse realmente interessado em colocar o Brasil em posição neutralista – algo por que os antiamericanos ansiavam – era revogar o acordo militar com os Estados Unidos para o uso do território de Fernando de Noronha, pois não podíamos

ser neutros enquanto subsistir um pacto que nos subordina aos interesses dos americanos, como é o caso do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. E será ridículo apregoar uma política neutralista enquanto, como acontece em Fernando de Noronha, um pedaço do nosso território estiver ocupado por uma das nações que pleiteiam a hegemonia universal. O presidente Jânio Quadros, que se tem mostrado um homem de coragem, deveria, para expulsar do espírito dos brasileiros qualquer dúvida sobre a sinceridade de sua posição neutralista, denunciar o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e mandar varrer de Fernando de Noronha as tropas que lá hastearam outra bandeira que o auriverde pendão de nossa terra.³⁰

Cerca de cinco meses depois, representantes do antiamericanismo voltavam a pedir a revogação do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Um motivo se assomava ao anterior: corte de despesas. Afinal, Quadros vinha adotando uma política econômica sob o signo da austeridade e da recuperação das finanças do País, que reduziu verbas do funcionalismo público, com a demissão de 15 mil funcionários e a suspensão por um ano para a contratação de novos servidores, e de investimentos em infraestrutura. Nessa perspectiva, o tesouro nacional, que se encontrava em estado “desesperador”, como afirmou o presidente da República, contribuía financeiramente para manter os serviços norte-americanos que operavam no Brasil dentro do quadro do acordo. Como se não bastassem os poucos recursos, a implementação desse acordo era “lesiva aos interesses e à própria segurança nacional”.³¹ Para os antiamericanos, a presença militar dos Estados Unidos em território nacional deveria ser cessada, ou ao menos aliviada, para o bem da soberania brasileira e na esteira da reiterada política de austeridade de Jânio Quadros. Apesar de não transparecer isso, o presidente tendia

³⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 23/03/1961.

³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ramon Oliveira (PTB-ES), em 15/08/1961.

para essa conclusão, principalmente por motivos políticos. Tanto que o governo dos Estados Unidos considerava pouco provável que Quadros renovasse o acordo que expiraria em janeiro de 1962 sobre a utilização de Fernando de Noronha para a instalação de bases de mísseis guiados.³² Isso demonstrava a capacidade de a PEI de Quadros em aproximar os antiamericanos ao governo e, ao mesmo tempo, desagradar a Washington e aos americanistas.

2. O cenário partidário do Congresso Nacional diante dos debates acerca da política externa (1961-1964)

Foi principalmente a partir de 1831 que o Parlamento se consolidou, pouco a pouco, como ator relevante na formulação da política externa. Por seus posicionamentos nacionalistas em defesa da independência e da soberania do Brasil, bem como pela diversidade de seus componentes, o Senado e a Câmara dos Deputados tornaram-se a força política de maior representatividade no cenário nacional.³³

Apesar de haver bastante convergência de posições durante as primeiras décadas de funcionamento do Parlamento brasileiro em torno de temas da agenda internacional, algumas questões foram polarizadas. Em política externa, concepção de Estado e o lugar da inserção internacional do Brasil, o Congresso Nacional se notabilizou, mais que pelas suas decisões em casos específicos, pelo debate político, entre correntes de ideias distintas. Primeiro, portanto, o embate se deu entre liberalistas e protecionistas, passando por entreguistas/associacionistas e nacionalistas e, finalmente, entre americanistas e antiamericanos.

Com o início da República, no entanto, o Parlamento viu sendo minorada a sua influência nas decisões do governo referentes à política externa, a ponto de ele se tornar um mero “carimbador” das decisões anteriormente tomadas no âmbito dos gabinetes do Executivo. Essa tendência só foi interrompida em alguns casos, em que o Parlamento agiu de modo proativo, como durante a ocupação das ilhas de Trindade e Martim Vaz pela Inglaterra (1895/1896) e do litígio com a Bolívia envolvendo a região do Acre.

Com efeito, o Parlamento procurou refletir, tanto quanto possível, a opinião pública em suas discussões e encaminhamentos sobre a política externa. Essa noção não deve ser

³² CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

³³ MANZUR, 2009, p. 34.

confundida com o cliché de que o Legislativo funcionasse como uma “caixa de ressonância” da sociedade. Afinal, as forças políticas no interior do parlamento dificilmente atuavam em perfeita sintonia com a lógica de seu eleitorado. Por isso, o Parlamento não podia ser considerado como apenas reativo aos sabores da opinião pública do momento, apesar de indiscutivelmente sofrer influências dela. Foi durante a PEI de Quadros e Jango que essa conjugação se deu de modo mais claro e contundente por diversas circunstâncias políticas domésticas e do cenário internacional, marcado pelo acirramento da Guerra Fria. De outro modo, a política externa foi alçada à condição de tema de primeira ordem durante o período 1961-1964, sobretudo pela via do debate no Congresso Nacional. Assim, a política externa deixou de ser tema periférico, deslocando-se para o centro das grandes discussões nacionais. E foi também nesse período que, ao contrário da tradição republicana brasileira, o Parlamento constituiu-se em local privilegiado de discussões em torno da diplomacia e dos principais rumos do País.³⁴ O Parlamento, portanto, teve papel fundamental para a definição e o controle da política externa nesses dois governos, refletindo parte do debate da própria sociedade brasileira. As discussões parlamentares entre americanistas e antiamericanos representaram parcela significativa desse período histórico.

Durante a primeira metade da década de 1960, os partidos não se preocupavam em representar unidade ideológica, coexistindo no interior de cada um facções divergentes.³⁵ Por isso, os vínculos partidários se constituíram, na maior parte das vezes, por fatores relacionados a questões municipais e regionais, bem como a lealdades políticas pessoais. A UDN (União Democrática Nacional), nascida em 1945 de uma oposição centro-direita ao Estado Novo de Getúlio Vargas, representava em grande medida as classes urbanas média e alta e o empresariado moderno da região centro-sul (mas que também possuía ligações no interior), com um conjunto amplo de posições liberais, anticomunistas, antinacionalistas e anti-populistas. Isso se traduzia na crítica ao excesso de intervencionismo estatal e na defesa da abertura aos investimentos estrangeiros e valorização da ciência. Ainda assim, no seu interior distinguiam-se diversos subgrupos, como os “bacharéis”³⁶, os “realistas” e,

³⁴ BARBOSA, Antônio José. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003, pp. 256, 271.

³⁵ MANZUR, 2009, p. 74.

³⁶ Os “bacharéis” da UDN eram dos poucos agrupamentos políticos que se preocupavam com o desenvolvimento científico e tecnológico, influenciando em grande medida o programa partidário da UDN nesse quesito. Participavam dessa ala Aliomar Baleeiro, Luís Viana Filho, Nestor Duarte, Bilac Pinto, Milton Campos, Pedro

finalmente, uma ala esquerda que ficou conhecida como “bossa nova”. Essa ala udenista defendia as reformas, a PEI e a lei de remessa de lucros ao exterior.³⁷ O PSD (Partido Social Democrático), por seu turno, havia sido fundado na década de 1940 com base nos interventores estaduais, nos industriais de São Paulo e nos chefes políticos oligárquicos das zonas rurais, os coronéis. Era um partido predominantemente de “clientela”, pragmático e evitando adotar posições doutrinárias rígidas (exceto no que tocava ao princípio da propriedade privada), acostumado a usufruir o poder e seus benefícios sob Getúlio e JK. Da mesma forma que a UDN, mantinha em seu interior subgrupos, como os esquerdistas agressivos e a “ala moça”, que pouco tinham em comum com os muito mais numerosos representantes dos grandes latifúndios. Eles combatiam o reacionarismo do partido e ofereciam apoio às reformas de base, a teses nacionalistas e à PEI. Daí a causa de UDN e PSD revelarem um baixo índice de coesão partidária quando da votação de temas diretamente ligados à PEI, mesmo quando um partido fazia oposição ao governo (PSD em relação a Jânio e UDN à administração Goulart) ou aliança (em papéis inversos).³⁸

O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) havia sido criado sobre a máquina sindical e, mesmo com um programa voltado principalmente para a classe operária, característica que havia sido gestada por Getúlio e herdada por João Goulart, a exemplo dos demais partidos, possuía subdivisões internas: direita, centro e esquerda. A direita, em certos aspectos, se aproximava da UDN e do PSD, tanto que quando da crise de 1964, se uniu à frente anticomunista. O centro, que provavelmente teve em San Tiago Dantas sua expressão máxima, buscou afastar-se dos extremistas e possuía tom mais moderado. A esquerda, ou grupo “compacto” ou “ideológico”, compôs a principal e mais ativa base de apoio dos últimos meses do governo Goulart. Centro e esquerda secundaram o governo Goulart quanto à sua política externa e às reivindicações para a adoção das reformas de base. Cabia ao PTB agir como agente do governo, inclusive durante o período Quadros, ao canalizar os fundos recebidos do ministério do trabalho para o movimento sindical (que praticamente fazia parte da estrutura do governo) e, assim, fortalecer sua posição junto aos trabalhadores e sindicatos.

Aleixo, Gabriel Passos, Oscar Correa, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso e outros. Cf. CHACON, 1981, p. 164.

³⁷ BARBOSA, 2003, p. 262.

³⁸ Exemplo disso foram as votações na Câmara dos Deputados da moção de censura ao ministro San Tiago Dantas, em 20/05/1962, e da rejeição da indicação de Dantas para o cargo de primeiro-ministro, em 28/06/1962. No caso da indicação, PSD e UDN obtiveram 0,70 e 0,76, respectivamente, no Índice de Coesão Rice. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Coalizões Parlamentares e Instabilidade Governamental: a experiência brasileira (1961-1964)*. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 266.

Os esforços de Quadros em conquistar o apoio da massa trabalhadora e neutralizar a força política de Goulart (que exercia também o cargo de presidente do PTB) junto aos sindicatos resultaram em recorrentes embates entre o presidente e o seu vice.³⁹

Embora menores, os demais partidos exerceram significativa influência nas discussões políticas, graças também à atuação coesa de seus membros diante dos temas propostos. Um desses casos foi o PRP (Partido de Representação Popular), de viés integralista e que contou com a coordenação do já experiente Plínio Salgado na Câmara dos Deputados durante a primeira metade da década de 1960.⁴⁰ Um dos pontos mais marcantes de sua atuação dizia respeito à defesa de um alinhamento automático com os Estados Unidos e, principalmente, se juntando ao empenho na luta anticomunista, no Brasil e no mundo. O PRP, apesar de contar com um número reduzido de parlamentares, exerceu papel fundamental na contraposição à PEI e na consolidação da noção de perigo comunista em território brasileiro. Cabe enfatizar que os deputados “integralistas” foram dos mais obstinados nesse sentido, tais como Abel Rafael, Oswaldo Zanello, Arno Arnt e o próprio Plínio Salgado, revelando também elevada unidade partidária. O PL (Partido Libertador) defendia o liberalismo econômico e era apelidado de “linha auxiliar da UDN”. Da mesma forma, contava entre os anticomunistas e contrários à PEI. Um partido com forte influência católica, o PDC (Partido Democrata Cristão) era anticomunista na sua essência e, por essa razão, optou por atacar sistematicamente a PEI. O PSB (Partido Socialista Brasileiro), que tinha como lema “socialismo e liberdade”, atuou como sólido apoio à PEI e às reformas de base propostas por Jango. Seus partidários defendiam com frequência argumentações antiamericanas, nacionalistas e anti-imperialistas, o que contribuiu para sedimentar as acusações – inexatas, na sua maioria – de que se tratavam de comunistas ou pró-comunistas.⁴¹ Além desses partidos,

³⁹ BARBOSA, 2000, p. 69. BARBOSA, 2003, pp. 252, 259. SKIDMORE, 1982, p. 281. DREIFUSS, 2006, p. 35. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pp. 71, 76, 77. BENEVIDES, 1981, p. 114. STORRS, 1973, passim. CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴⁰ Plínio Salgado foi fundador e presidente da Ação Integralista Brasileira, em 1932. Na ocasião da eleição do novo presidente Castelo Branco, em abril de 1964, Salgado assim resumia as atividades anticomunistas de seu partido: “meu partido se orgulha de jamais ter dado legenda a comunistas ou linhas auxiliares do comunismo, meu partido se orgulha de ter vindo de raízes, desde que quando levantamos, pela primeira vez no Brasil, a bandeira anticomunista; meu partido se orgulha de ter sido a primeira agremiação, anteriormente denominada Ação Integralista Brasileira, que alertou a nação para o perigo que, então, se aflorava e que viera gradativamente a crescer. (...) Meu partido foi o vanguardeiro, através de seus representantes, na tribuna, combatendo preliminarmente, as relações diplomáticas do Brasil com a Rússia soviética e os países comunistas (...)”. In: Discursos Congresso Nacional. Deputado Plínio Salgado (PRP-SP), em 11/04/1964.

⁴¹ CHACON, 1981, pp. 166, 169.

havia o PR (Partido Republicano), o PSP (Partido Social Progressista) e o PST (Partido Social Trabalhista), que contavam com frequentes e sistemáticos apoiadores da PEI (sendo o PSP, no geral, de tendência antiamericana radical). De outra parte, o PTN (Partido Trabalhista Nacional) reforçava a tese anticomunista e de rejeição da PEI no Congresso.⁴²

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de proscrito, representava um ator político frequente no cenário nacional, tanto como apoio eventual ou inimigo primeiro a combater. Afinal, sua força, latente, não poderia ser desprezada. Nas eleições municipais de 1947, por exemplo, o PCB reiterou sua posição de quarto maior partido em termos de voto popular. E mais, em São Paulo ultrapassou a UDN, tornando-se o terceiro partido em número de votos, e conseguiu a maioria de membros na então capital federal. Mesmo o PTB não demonstrava ser páreo para o PCB nem ideológica nem organizacionalmente. Naquele mesmo ano, diante da ameaça de se verem multiplicados os representantes comunistas nos diversos legislativos e, ato contínuo, nas demais cadeiras a serem disputadas pelo voto no futuro, o PCB foi declarado ilegal por decisão judicial. Por esse motivo, muitos comunistas se abrigaram sob a bandeira de outros partidos, como o PSB e o PTB, constituindo pequena minoria neles. A partir do XX Congresso do PCUS, em 1956, foi estabelecida nova abordagem para a implantação de regimes comunistas nos diversos países do mundo. Na esteira da *desestalinização* do comunismo internacional, ficou decidido que a transição para o socialismo deveria ser feita por meios pacíficos, estratégia destinada a propiciar uma aliança com o nacionalismo emergente no hemisfério sul.⁴³ Em 1962, devido a discordâncias quanto à abordagem a seguir (pelos meios institucionais e políticos existentes ou menos comprometedora, podendo recorrer à ação violenta se necessário) houve uma cisão dos comunistas brasileiros em duas organizações: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ligado à URSS, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mais próximo da China maoísta e que procurou adotar, por isso, uma tática preferencialmente de guerrilha de campo.

A distribuição das cadeiras no Parlamento, como aponta a tabela abaixo, é reveladora quanto à governabilidade das presidências Quadros e Goulart e às soluções encontradas para as crises de 1961 e 1964. Nesse aspecto, o PSD e o PTB, que detinham mais da metade da composição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, contribuíram para encontrar uma

⁴² Durante 1961-1964, além dos partidos mencionados, existiram o PRT (Partido Republicano Trabalhista) e o MTR (Movimento Trabalhista Renovador), totalizando nove partidos legalmente em funcionamento. In: SANTOS, 1981, passim.

⁴³ VIZENTINI, 2004, p. 104. DREIFUSS, 2006, p. 38.

solução de consenso quando da renúncia de Quadros e posse de Jango, facilitada possivelmente por se situarem na oposição ao antigo governo e na base de apoio do novo. A UDN, nesse momento, apesar de manter-se aliada ao governo, estava dividida em relação a um apoio incondicional a Quadros. De outro modo, em 1964, diante dos reiterados pedidos de *impeachment* contra o presidente João Goulart (e que requeria a aprovação de 2/3 dos parlamentares), a alternativa perseguida pela oposição, minoritária, foi recorrer ao expediente inconstitucional do golpe civil-militar e, portanto, fora de uma solução institucional. O PSD, nesse momento, apesar de reticente e de muitos de seus membros terem passado à oposição aberta a Jango, não estava disposto a referendar o impedimento do presidente.

Ainda que esse tema seja abordado ao longo de todo este estudo, cabem alguns esclarecimentos prévios sobre os partidos de apoio e oposição. No período de 61 a 64, a desagregação das forças políticas no Congresso tornava inviável o desenvolvimento de qualquer programa de governo mais consistente, em razão do perfil de inconstâncias das coalizões parlamentares que se constituíram. Mais: ficava configurada uma situação de crise e instabilidade governamental em que nem o governo detinha condições estáveis para governar, nem a oposição possuía condições estáveis de exercer a oposição.⁴⁴ Quadros detinha minoria no Congresso, o que vinha dificultando a aprovação de medidas que pretendia implementar. Foi por esse motivo que se acredita ter ensaiado o ato de renúncia com vistas a retomar a presidência com poderes majorados, contornando assim a debilidade de possuir uma pequena base de apoio. Goulart, por seu turno, embora gozasse de ampla maioria, não vinha alcançando os votos necessários para aprovar os temas mais polêmicos das reformas de base e que exigiam mudança na Constituição (e portanto aprovação de 3/5 das duas casas legislativas). Entre eles, a reforma agrária sem necessidade de prévio pagamento em dinheiro e a questão da elegibilidade dos analfabetos, que sofriam forte oposição do PSD. Um dos expedientes procurados por Jango para contornar esse obstáculo foi o incentivo à pressão popular sobre o Congresso, via greves políticas e comícios, para que as reformas de base fossem finalmente aprovadas. Por questões específicas, tanto a estratégia de Quadros como a de Jango foram mal sucedidas.

⁴⁴ SANTOS, 1981, pp. 261, 273.

Composição do Congresso Nacional

Partido	Câmara dos Deputados		Senado Federal	
	Legislatura		Legislatura	
	1959-1963	1963-1967	1959-1963	1963-1967
PSD	115	118	20	21
UDN	70	91	20	18
PTB	66	116	16	16
PSP	25	21	1	2
PL	3	5	3	2
PR	17	4	0	1
PDC	7	20	0	0
PTN	7	11	1	2
PSB	9	5	0	1
PRP	3	5	0	0
PRT	2	3	0	0
MTR	0	3	1	1
Outros	2	7	1	2
TOTAL	326	409	63	66

Fontes: Câmara dos Deputados (In: SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil, 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 23); Senado Federal, legislatura 1959-1963 (Diário do Senado Federal, de 03 de fevereiro de 1962), legislatura 1963-1967 (Diário do Senado Federal, de 04 de fevereiro de 1963).

Nesses anos, dois blocos suprapartidários agiam de modo mais intenso, relevante e coeso que os próprios partidos políticos: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), um servindo de oponente ideológico do outro.⁴⁵ A formação desses conglomerados de representantes de vários partidos indicava que o debate político mais cotidiano e relevante do período se polarizava entre nacionalistas e associacionistas, antiamericanos e americanistas, acima muitas vezes das escolhas dos programas partidários.⁴⁶ Em grande parte dos casos, esses grupos parlamentares substituíram os partidos, ao congregarem elementos que, discordando dos seus programas partidários, seguiam os rumos seja da Frente,

⁴⁵ Existiram quase tantas outras frentes e grupos suprapartidários quanto assuntos em debate, como o Grupo Municipalista e o Grupo Mudancista (a favor da mudança da Capital Federal).

⁴⁶ DREIFUSS, 2006, p. 151. BARBOSA, 2003, p. 261. BARBOSA, 2000, p. 110.

seja da Ação. Esse aspecto revelava que os partidos mantinham aguda incoerência com seus programas para grande parte de seus membros, como indicado acima.⁴⁷

No Congresso Nacional, os nacionalistas e os antiamericanos organizaram-se em torno da FPN. Em atividade desde 1956, a frente possuía como princípio defender políticas e soluções nacionalistas para o desenvolvimento brasileiro. Grosso modo, a FPN, que reuniu entre 50 e 70 parlamentares ao longo de sua atuação, apoiou a Política Externa Independente e as ações pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras. O termo de compromisso da frente coincidia com os princípios da PEI: “defesa intransigente do princípio da autodeterminação e não-intervenção”, “relações diplomáticas e culturais com todos os povos” e “afastamento do Brasil de qualquer bloco militar”.⁴⁸ Não raro, o governo Goulart se viu obrigado a enfatizar junto a autoridades dos Estados Unidos que a posição do presidente e da FPN, que contava com mais da metade de seus filiados oriundos do PTB, guardava divergências em certas ocasiões, a fim de evitar maiores atritos entre os dois governos.⁴⁹

Do outro lado, a ADP, criada em 1961, reuniu parlamentares americanistas (cerca de 155, ou perto de 1/3 da composição da Câmara dos Deputados), oriundos principalmente da UDN e do PR, atraindo mais tarde integrantes do PSD, mas também de outros partidos. Em relação à PEI, a Ação representava o papel de implacável oposição. O objetivo principal da ADP era combater a infiltração comunista no Brasil, sob o princípio “anticomunista sempre, reacionário nunca”. Seu manifesto de fundação fazia referência desde o início a conceitos que foram utilizados ao longo de toda a sua atuação política: combate aos comunistas, inclusive os inocentes-úteis e os criptocomunistas, em defesa da democracia, entendida como contraposição ao regime comunista. Para tanto, eram contrários ao reatamento de relações diplomáticas com os países do Bloco Socialista e favoráveis ao alinhamento com os Estados Unidos.⁵⁰

Essas duas frentes protagonizaram um debate que não ficou limitado ao Parlamento. Ao eleitorado, principalmente urbano, agradava a abordagem nacionalista, independente e antiamericana da FPN, o que se revertia em votos para os seus membros, como ficou

⁴⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 29/05/1962.

⁴⁸ Termo de compromisso da FPN, de 3 de fevereiro de 1963. Apud CHACON, 1981, p. 478.

⁴⁹ BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização**: rivalidade emergente. São Paulo: SENAC São Paulo, 1999, p. 79. BARBOSA, 2000, p. 166. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 27, 1995.

⁵⁰ MOTTA, 2002, p. 239. SILVA, João Carlos Ferreira da. **Assaltos ao Parlamento**: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. Brasília: CEFOR/Câmara dos Deputados, Programa de Pós-Graduação, 2007, p. 20.

comprovado em grande medida nas eleições de 1962. Por esse motivo, somado ao fato de constituir o partido do governo, o PTB mostrou-se em ascensão nessas eleições, passando, em números relativos, de 20% para 28% da composição total da Câmara dos Deputados, frente a uma queda de 35% para 28,8% do PSD e estagnação da UDN. Em contrapartida, principalmente depois de 1963, grande parte do PSD e a UDN se aproximaram com o objetivo de fazer frente ao governo, seu programa de reforma e, especialmente, às linhas de sua política externa, com forte apoio do eleitorado anticomunista.⁵¹

De outra parte, a ADP se lançou também em busca de maior mobilização eleitoral e social, se contrapondo à FPN pelo discurso do medo comunista. A ADP, grosso modo, contribuiu na organização dos esforços dos diversos parlamentares que criticavam as linhas adotadas pela política externa de Quadros e Goulart e investiu na consolidação do anticomunismo. Da mesma forma, ela foi capaz de apoiar a atuação parlamentar e eleitoral dos políticos americanistas, financeira e intelectualmente, em conjunto com as atividades da Adep (Ação Democrática Popular) e do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Mais tarde, em uma disputa para capturar a agenda política do governo Jango, testemunhou-se a divisão entre “esquerda negativa” ou “radical” e “esquerda positiva”. Em 1962 foi criada a Frente de Mobilização Popular (FMP), representando o primeiro agrupamento, sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul e, depois, deputado federal pela Guanabara, Leonel Brizola. A FMP, cuja proposta programática detinha cunho antiamericano radical, contou com a adesão de organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas e de alguns integrantes do Congresso Nacional e do PCB. Em outubro de 1963 foi lançada a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, pela iniciativa do ex-chanceler e ex-ministro da fazenda San Tiago Dantas, a quem se autointitulava representante da “esquerda positiva”. Essa frente era integrada por políticos moderados do PTB e de outros partidos de centro-esquerda e do PCB. Seu objetivo principal era a aprovação das reformas de base dentro dos princípios constitucionais e democráticos, em um momento de exacerbação do debate político. A fragmentação dos movimentos de esquerda e de apoio ao governo, entre antiamericanistas, radicais e moderados, e a atitude ambígua de Goulart diante desses vários grupos, enfraqueceu a continuidade do governo no ano de 1964.⁵² O antiamericanismo entrou

⁵¹ DREIFUSS, 2006, p. 151. BARBOSA, 2003, pp. 258, 261.

⁵² ABREU, Alzira Alves de. Na presidência da República: as frentes partidárias durante o governo Goulart. FGV Dossiês, Jango. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 10/março/2012.

em choque entre as suas concepções moderada e radical, frente ao fenômeno de congregação anticomunista daquele momento.

3. Um Congresso pelo Desenvolvimento Nacional: modelos em debate

Após a revolução de 1930, o desenvolvimento passou a constituir-se na tônica principal da política externa brasileira. A luta pelo desenvolvimento, enfim, ensejou campo fértil para as discussões no interior do Parlamento quanto aos melhores caminhos a se tomar – maior grau de autonomia ou projeto associado –, surgindo daí, entre os variados grupos existentes, entreguistas e nacionalistas e, depois, americanistas e antiamericanos em lados opostos de um mesmo *continuum*.

Pela sua ampla diversidade de pensamento ali representada, dificilmente pode-se afirmar que o Congresso Nacional, durante 1961 a 1964, agiu mais em um sentido do que em outro. Houve, por certo, períodos de sobreposição de grupos, americanistas ou antiamericanos, associacionistas ou nacionalistas. De comum, no entanto, esses grupos defendiam os esforços para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, divergindo sobre os meios para se alcançar esse objetivo, se com o maior controle do Estado nacional dos fluxos de investimento, busca por novos mercados independente de preocupações ideológicas, etc. Em larga escala, os debates se referiam também ao modelo de inserção internacional do Brasil.

Como dito, muito do antiamericanismo observado no Parlamento dizia respeito mais à defesa de uma posição mais autônoma e nacionalista do que uma tendência de apoio às concepções da União Soviética e simplesmente contrária aos Estados Unidos.⁵³ Mas, como os debates parlamentares demonstram, a defesa de um distanciamento dos Estados Unidos sofria da dificuldade congênita de separar a questão do comunismo e da Guerra Fria.

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, o presidente Jânio Quadros demonstrava que o governo seguiria “uma posição internacional mais afirmativa e independente”, mas mantendo-se fiel à posição ideológica do ocidente.⁵⁴ De outra forma, apontava para a intenção de seguir um caminho pragmático no que se referia aos objetivos do

⁵³ Cf. MANZUR, 2009, p. 126.

⁵⁴ ARINOS FILHO, 2001, p. 155. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 23.

Brasil no plano econômico e comercial e, no plano multilateral, autônomo, sem isso significar êxodo da área estratégica liderada pelos Estados Unidos. Concordava, enfim, com a divisão Leste-Oeste, mas que a preocupação de um país como o Brasil deveria se concentrar na eliminação progressiva e rápida entre Norte-Sul, com vistas ao desenvolvimento econômico. A mensagem trazia subjacente a crença de que o conflito Leste-Oeste restringir-se-ia, cada vez mais, “ao campo das atitudes ideológicas”.

Da mesma forma, o antiamericanismo buscava insistir na necessidade do desenvolvimento econômico do Brasil, reservando às preocupações de ordem estratégica uma posição não prioritária. Nesses termos, o deputado Campos Vergal (PSP-SP) protestou contra a ajuda militar dos Estados Unidos ao Brasil, estimada em 60 milhões de dólares. A seu ver, essa ajuda era ineficiente – armamento inútil, composto de “sucatas” inoperantes – e, acima de tudo, custosa, razão pela qual deveria ser rejeitada pelo presidente Jânio Quadros. Os antiamericanos rechaçavam a insistência do governo norte-americano em assuntos de segurança e defesa, “pretendendo tornar-nos mercenários da sua guerra”⁵⁵, quando, na realidade, não era de canhões nem de baionetas, nem de aviões de guerra a jato nem de tanques que o Brasil precisava,

*o Brasil necessita e os Estados Unidos, se quiserem podem colaborar conosco – repito – é de instrumentos para a lavoura, especialmente caminhões, tratores. Indispensável se torna que recebamos auxílios no sentido de combater toda a sorte nas colheitas brasileiras.*⁵⁶

Nessa toada, a encampação de empresas estrangeiras era aplaudida por praticamente todos os antiamericanos como um grande serviço em prol do interesse do Brasil. Afinal, era necessário desenvolver o Brasil por meio da eliminação da miséria e, nisso, defendiam os antiamericanos, a atuação de companhias concessionárias que desservissem o poder que lhes outorgava a concessão contribuía somente para emperrar o avanço econômico do País. O antiamericanismo, portanto, defendia a estatização e a encampação dessas empresas que, na maioria compostas por capitais estrangeiros, atuavam nas áreas de telefonia e eletricidade.⁵⁷ Nesse contexto, a encampação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola foi um marco no movimento nacionalista e antiamericano.

⁵⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Carmelo D’Agostino (PSD-SP), em 02/08/1961.

⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSP-SP), em 02/08/1961.

⁵⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Osmar Cunha (PSD-SC), em 20/03/1962 e Medeiros Neto (PSD-AL), em 03/04/1962.

A noção de que as companhias estrangeiras, notadamente norte-americanas, eram um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do Brasil não era novidade. Por exemplo, no México a campanha de expropriação das empresas petrolíferas de propriedade norte-americana foi assentada na discussão de que, em troca dos vultosos lucros que elas vinham recebendo por vários anos, nada de benéfico deixavam em solo mexicano.⁵⁸

As ações de encampação sem prévia e justa indenização desagradavam ao empresariado norte-americano e às autoridades em Washington. No Parlamento brasileiro, os americanistas as criticaram sistematicamente, mas também viam na resposta dos Estados Unidos aos processos de encampação um respeito a outras nações, pois solicitava apenas indenização às companhias de um capital “que elas mesmas ganharam honestamente” dentro desses países. Não se podia, então, falar-se em “imperialismo americano” onde havia apenas respeito ao direito.⁵⁹

Para os americanistas radicais, a própria ideia de encampação de empresas industriais e comerciais sem indenização, para converter a economia desses setores em monopólio do Estado, representava a adoção de uma técnica política soviética e, portanto, atentatória ao liberalismo. A exemplo do que ocorrera em outros países como Cuba, essas eram “indicações precisas, incontestáveis” da tentativa de se adotar um Estado Soviético, pré-comunista, típico da órbita russa.⁶⁰ Desse modo, por essa argumentação, opunha-se ao processo de encampação sem justa indenização não por ferir os interesses de empresas norte-americanas específicas, mas por enfraquecer o sistema de produção capitalista como um todo e, ato contínuo, substituí-lo pelo modo de produção comunista. O governo norte-americano, da mesma forma, via com preocupação aquilo que poderia ser uma onda de expropriações de empresas de eletricidade, principalmente, e das limitações da atuação de bancos estrangeiros.⁶¹

Em um patamar mais amplo, a disputa entre o liberalismo norte-americano e o comunismo soviético impregnava as discussões no interior do Parlamento brasileiro sobre os meios de se desenvolver o País. O comunismo aparecia como um atentado ao liberalismo por atingir dois de seus principais pilares – a liberdade, ao praticar o autoritarismo político; e o

⁵⁸ BRITTON, John A. Redefining Intervention: Mexico`s contribution to anti-Americanism. In: MCPHERSON, 2008, p. 54.

⁵⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Corrêa da Costa (UDN-MT), em 27/07/1961.

⁶⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 16/06/1961.

⁶¹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 21 de março de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

direito à propriedade, ao desapossar os particulares de seus bens e os estatizar.⁶² Mas o liberalismo norte-americano não era criticado apenas por comunistas. Os antiamericanos, ainda que defendessem a permanência do sistema produtivo brasileiro nos moldes do capitalismo, buscavam criar um modelo alternativo, que combinasse as preocupações sociais com o estágio de desenvolvimento e as necessidades próprias do Brasil.

Cuba, então, aparecia como modelo de rápido desenvolvimento econômico e social, com avanços significativos nas políticas habitacional e educacional que poderiam servir de exemplo para o Brasil.⁶³ Mas esses parlamentares alegavam que a menção ao modelo econômico cubano não significava defesa do sistema comunista:

*Fez-se uma revolução [em Cuba] que liquidou uma ditadura das mais terroristas de que se tem memória; o governo revolucionário realizou a reforma agrária verdadeira a que liquidou as bases econômicas e sociais do latifúndio; executou a reforma urbana que deu casas para o povo; está liquidando o analfabetismo; colocou as riquezas do país a serviço do bem-estar e da felicidade do povo.*⁶⁴

Os americanistas entendiam esses elogios, bem como a defesa da autodeterminação de Cuba, como uma simpatia desses outros parlamentares pelo comunismo, que tinham “constante preocupação de mascarar a atuação de Fidel Castro em Cuba, classificando-a de grande democracia”. Para eles, Cuba havia implantando uma ditadura comunista, não menos suave que a de Fulgêncio Batista. Havia, também, adotado a prática do fuzilamento, da compra sistemática de armas e aviões Mig em lugar de tratores e material escolar, “armando aquela república, numa ameaça constante a todos os países do continente”.⁶⁵ E, naturalmente, reagiam às críticas contra os Estados Unidos, que para os americanistas radicais constituíam o exemplo na história da humanidade de país disposto a ajudar os outros:

Lamento profundamente que V. Exa. esteja atacando os Estados Unidos dessa maneira. É um país que nos trata como muitos pais não tratam seus filhos; é um país que tem sido de excessiva generosidade para conosco. E ainda encontramos nesta Casa, templo de todas as liberdades, quem como V. Exa. venha tecer elogios a um regime de tirania como o de Fidel

⁶² MOTTA, 2002, p. 38.

⁶³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 12/05/1961.

⁶⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Ribeiro (UDN-MT), em 27/07/1961.

*Castro, e acusar um governo democrático, livre, como o americano. Lamento profundamente isso.*⁶⁶

O deputado Salvador Losacco (PTB-SP), que juntamente com um grupo de parlamentares havia visitado Cuba, não concordava com essa opinião. Disse ter testemunhado o povo cubano “no gozo de uma liberdade como nunca vi no Brasil” e uma imensa mobilização para acabar com o analfabetismo. Além disso, os cubanos tiveram a “coragem de se levantar para varrer dali” o imperialismo norte-americano e os cubanos que serviam de seus agentes, em referência à invasão da Baía dos Porcos. E acusava os americanistas de nunca terem condenado ditaduras “do tipo da de Batista, de Stroessner, no Paraguai, a de Trujillo, na República Dominicana, a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal. Essas é que são ditaduras”. Os antiamericanos colocavam-se, em suma, contra as ditaduras “de esquerda e de direita” indistintamente.⁶⁷ Isso era o suficiente para que as discussões entre americanistas e antiamericanos se reduzissem à disputa ideológica entre Leste-Oeste, transplantada para a política brasileira:

Deputado Fernando Ribeiro: (...) não comungo com seus pontos de vista nem lhe dou o direito de me julgar.

Deputado Salvador Losacco: Eu queria que V. Exa. me dissesse qual o meu ponto-de-vista. Não sou comunista, sou um homem de esquerda.

*Deputado Fernando Ribeiro: V. Exa. é comunista declarado, e todo o mundo sabe.*⁶⁸

Os avanços econômicos, culturais e científicos de cada modelo também eram utilizados para reforçar as argumentações a favor deles. Nesse ponto, a corrida espacial serviu de importante fator de propaganda política para a União Soviética durante a primeira metade da década, com repercussões diretas na área de defesa. Em abril de 1961, o astronauta soviético major Yuri Alekseyevich Gagárin fez o primeiro voo espacial na órbita em torno da Terra. A experiência, de uma hora e 48 minutos no espaço, vivida por um mecânico metalúrgico de 27 anos nascido numa granja, servia como uma triunfante propaganda para o comunismo soviético, de justiça social, e demonstração de sua superioridade na corrida espacial e, por conseguinte, de modelo de desenvolvimento econômico. “O céu é escuro,

⁶⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Freire (PSP-MG), em 27/07/1961.

⁶⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Losacco (PTB-SP), em 27/07/1961. Discursos Senado Federal. Senador Venâncio Igrejas (UDN-GB), em 30/06/1961. Deputados do Brasil vão a Cuba. **Jornal do Brasil**, 26/04/1961.

⁶⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Em 27/07/1961.

muito escuro, a Terra é de um azul muito claro”, anunciou Gagárin, revelando uma era de possibilidades até então inimagináveis pelo homem.

Aproveitando a sensação de vitória logo após o regresso de Gagárin, Moscou, em um comunicado, fez veemente apelo para o desarmamento universal e completo sob estrito controle internacional. “Colocamos as façanhas soviéticas não a serviço da guerra, mas ao serviço da paz e segurança dos povos”, dizia a declaração. Nikita Krushev, primeiro-ministro soviético, pouco depois, ostentava a possibilidade de realizar voos tripulados à lua e a outros planetas, como uma clara demonstração da força do modelo comunista. John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, felicitou a União Soviética pelo feito científico, mas ordenou o representante norte-americano na ONU instar os demais países para a urgência de um acordo para o uso do espaço sideral para fins pacíficos, prevendo a possibilidade de se lançar do espaço à Terra bombas de hidrogênio. No Brasil, Quadros também felicitou o governo soviético pelo “feito extraordinário destinado a rasgar, para o homem e para o progresso, novos e ilimitados horizontes”.⁶⁹

O voo de Gagárin foi registrado com júbilo pelos antiamericanos, que naturalmente possuíam maior propensão para exaltar os sucessos econômicos e científicos da União Soviética.⁷⁰ Pouco depois, o deputado petebista José da Silveira sugeriu ao Ministro das Relações Exteriores que o governo brasileiro convidasse Gagárin para visitar o País.⁷¹ Em 2 de agosto, Gagárin foi recebido pelo Congresso Nacional em uma sessão para homenageá-lo. Americanistas e anticomunistas se abstiveram de comparecer à sessão “não por despreço à ciência ou ao povo russo (...) mas pela repercussão que esta recepção oferece diante de todo o País, dado o caráter publicitário comunista que se empresta a essa homenagem”.⁷² Os antiamericanos, por outro lado, da mesma forma que ocorrera quando da viagem de Gagárin pela órbita da terra, estavam mais dispostos a homenageá-lo como herói da humanidade, saudado especialmente pelo líder do PTB.⁷³ Quadros, mais uma vez, concedeu a Grã Ordem do Cruzeiro do Sul a um convidado estrangeiro, como sugeria o protocolo presidencial. Depois disso, Krushev enviou mensagem ao presidente brasileiro agradecendo o gesto de

⁶⁹ Gagárin abre o rumo para outros planetas. **Jornal do Brasil**, 13/04/1961. URSS pode ter bomba que vale por 5 mil atômicas. **Jornal do Brasil**, 10/08/1961. WESTAD, 2005, p. 71. GADDIS, 2006, p. 84.

⁷⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Neiva Moreira (PSP-MA), em 12/04/1961, Clemens Sampaio (PTB-BA), em 13/04/1961.

⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José da Silveira (PTB-PR), em 18/04/1961.

⁷² Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Arruda Câmara (PDC-PE) e Emílio Carlos (PTN-SP), em 02/08/1961, e Padre Vidigal (PSD-MG), em 04/08/1961.

⁷³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 02/08/1961.

amizade e prometendo que as conquistas da ciência soviética destinavam-se à “causa da paz e ao bem de todos os homens da Terra”.⁷⁴

Apesar da evidente superioridade soviética na corrida espacial (a União Soviética, em novembro de 1957, também foi pioneira no lançamento do satélite Sputnik I), os americanistas radicais não viram abalar a confiança na capacidade de liderança dos Estados Unidos frente à União Soviética em virtude do “momentâneo” sucesso científico alcançado com Gagárin. Por essa razão, congratularam-se com os Estados Unidos pela missão do cosmonauta Allan Sheppard Jr., por ter conseguido “realizar grande façanha, em tempo recorde”.⁷⁵ Mas isso não escondia a apreensão da Casa Branca e dos americanistas no Parlamento brasileiro sobre os riscos que implicava nos cálculos da Guerra Fria. Kennedy reconhecia o considerável atraso dos Estados Unidos em relação à União Soviética, tanto no campo militar como no científico. Afinal, ele havia sido eleito com a ajuda do discurso do “*missil gap*”, que significava o atraso dos EUA em um eventual confronto com a URSS na parte de projéteis. Por essa razão, o próprio presidente norte-americano viu-se obrigado a se empenhar a dar novo impulso aos programas espaciais de seu país, traduzido em maiores concessões de créditos (em 1961 o congresso norte-americano havia aprovado um crédito de 1,6 bilhão de dólares para o setor) e exigência de prioridade extrema para a obtenção de resultados e a promessa de que os norte-americanos seriam os primeiros a chegar à lua, “antes dos russos”.⁷⁶ Khrushchev via o feito de Sheppard com típico desdém: “foi apenas uma façanha que os americanos repetirão o que fizemos; apenas repetirão – vejam bem – o que fizemos”.⁷⁷

Em outra frente, as discussões sobre a lei de remessas de lucros ocuparam lugar de destaque acerca das alternativas a serem seguidas para o desenvolvimento do Brasil. Mesmo após sua aprovação na Câmara dos Deputados, em novembro de 1961, o tema continuou

⁷⁴ Yuri Gagárin estará hoje em Brasília. **Jornal do Brasil**, 02/08/1961. Khrushchev vê convite a Yuri Gagárin como gesto de amizade. **Jornal do Brasil**, 03/08/1961.

⁷⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aniz Badra (PDC-SP), em 05/05/1961.

⁷⁶ EUA reconhecem o atraso. **Jornal do Brasil**, 13/04/1961. Kennedy: atraso é de 10 anos. **Jornal do Brasil**, 22/04/1961. Norte-americanos ainda confiantes de que serão os primeiros a ir à Lua. **Jornal do Brasil**, 08/08/1961. Um diálogo de Kennedy com James Webb, diretor da NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), ilustra o grau de prioridade que a presidência conferia ao programa espacial e de sua relação com as questões da Guerra Fria: “*Jim, I think it is a top priority. (...) this is important for (...) international political reasons, and for, this is, whether we like it or not, a race. If we get second to the moon, it's nice, but it's like being second anytime. (...) otherwise we shouldn't be spending this kind of money, because I'm not that interested in space. (...) the only justification for it, in my opinion, is to do it in this time or fashion is because we hope to beat them [the Russians] and demonstrate that starting behind as we did, by a couple of years, by God, we passed them.*” Apud WIDMER, Ted; KENNEDY, Caroline. **Listening In: the secret White House recordings of John F. Kennedy**. New York: Hyperion, 2012, p. 220.

⁷⁷ Khrushchev diz que vence mas quer coexistir. **Jornal do Brasil**, 13/05/1961.

suscitando polêmicas. Depois de emendado no Senado, o projeto de lei retornou à Câmara, que manteve o texto mais rígido quanto ao tratamento de capitais estrangeiros aprovado em primeiro lugar. Em linhas gerais, a lei de remessa de lucros inovava ao excluir os lucros reinvestidos da definição de capital-base sobre a qual a remessa de lucros poderia ser calculada. Nesse tocante, o antiamericanismo sagrou-se vitorioso, em prejuízo ao grupo dos americanistas, mas não sem antes um debate intenso e que se aprofundava nos detalhes a respeito da melhor forma de se contabilizar os investimentos estrangeiros feitos no País.⁷⁸

Para os antiamericanos, a luta dos países subdesenvolvidos pelo seu progresso econômico era a nova fase da velha luta pela igualdade, agora igualdade internacional, sem a espoliação do livre jogo das forças de mercado.⁷⁹ O projeto de lei sobre a remessa de lucros era um dos pontos cruciais para o estabelecimento de um caminho para o desenvolvimento econômico do Brasil, corrigindo o desequilíbrio financeiro do País criado pelos substanciais envios de divisas.⁸⁰ Mas esses exemplos não eram colhidos senão do ocidente, lembravam os seus defensores, para esclarecer que qualquer projeto de lei que visasse à limitação do envio de lucros ao exterior não tinha nenhuma fundamentação comunista.⁸¹ A solução, afinal, parecia simples, bastando adotar no Brasil as mesmas regras que se adotavam nos Estados Unidos e outros países centrais do ocidente, onde já existiam leis antitrustes e que regulamentavam a remessa de lucros. O desenvolvimento nacional, defendiam os antiamericanos, necessitava sim do capital estrangeiro, mas condicionado e regulamentado.⁸²

No dia 07 de julho, à noite, em cadeia de rádio e TV, Quadros comunicou o envio ao Congresso do projeto de lei sobre a remessa de lucros para o exterior. De concepção inicialmente bem recebida, os antiamericanos viram nele depois um projeto que de fato não atingia os seus objetivos de limitar a remessa de lucros para o exterior, uma “verdadeira farsa”. Para o deputado petebista Sérgio Magalhães significava

que o poder executivo procura os grandes temas defendidos aqui por nós, pelo PTB e pelos deputados que têm lutado pelas ideias mais progressivas no sentido do nosso

⁷⁸ SKIDMORE, 1982, p. 277. PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado em 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 26.

⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 16/08/1961.

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 16/08/1961.

⁸¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 16/08/1961.

⁸² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 18/08/1961.

*desenvolvimento econômico, para desvirtuá-las e apresentando-se ao público como seu defensor.*⁸³

Segundo ele, o projeto de Quadros circunscrevia-se a intenções gerais, não tratando, contudo, de estabelecer registro de capitais, com vistas a limitar a remessa em função do capital que efetivamente ingressou no País, tampouco cuidava da nacionalização dos lucros excedentes. Somava-se a isso o fato de não fazer qualquer distinção entre capital brasileiro e capital estrangeiro. O seu texto merecia “absoluta condenação” por prejudicar, ao fim, o capital nacional ao aumentar o imposto de renda das empresas indiscriminadamente, contrariando os objetivos anunciados pelo governo. Era um engodo apenas, uma fraude, deixando em realidade a remessa de lucros inteiramente livre e desembaraçada de impedimentos de qualquer natureza, “submetendo-a de mãos atadas à voracidade dos trustes e cartéis”.⁸⁴ Por esse motivo, apesar de haver apresentado antes um projeto de lei que regulamentava a remessa de lucros e de figurar como um dos maiores defensores do tema no Congresso Nacional, o deputado Magalhães, nacionalista e antiamericano, apontava o projeto como mais um ato do populismo janista, que se limitava a aspectos propagandísticos, criando resultados adversos aos inicialmente propostos:

*O primeiro dever do homem público brasileiro é o de ter consciência nacional, é o saber distinguir entre o autêntico e o falso, entre o autóctone e o alienígena, pois nesta fase de nossa história em que a nação pretende afirmar a sua soberania nada mais perigoso do que equiparar por meio de mistificações repulsivas o capitalista brasileiro ao banqueiro estrangeiro, em fortalezas irresistíveis. O projeto de lei do poder executivo, divulgado como se pretende disciplinar a remessa de lucros para o exterior, deve ser repellido por todos os homens deste país, dentro e fora do Congresso, que desejam ter uma pátria soberana, um governo autêntico, um povo senhor do próprio destino.*⁸⁵

Além disso, representaria um retrocesso se fosse aprovada em seu formato original, por não fazer menção a dois decretos sobre limitação de remessa de lucros ao exterior dos governos Vargas e Dutra, como também “[propiciava] o aumento do capital das empresas alienígenas com recursos a elas concedidos pelo tesouro nacional, o qual se privaria da cobrança de tributos para facilitar-lhes a expansão desordenada”.⁸⁶

⁸³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 09/08/1961.

⁸⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 17/08/1961 e em 10/11/1961.

⁸⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 17/08/1961.

⁸⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 22/08/1961.

Em tese, a proposta de regulamentar a remessa de lucros deveria encontrar a objeção da bancada americanista. Apesar disso, o projeto de autoria de Quadros foi defendido por americanistas provavelmente porque não mais se discutia a viabilidade ou não de um projeto com esse propósito, mas sim sobre a maneira de executá-lo. Com efeito, as pressões para se aprovar algum projeto sobre remessas de lucros se avolumavam. E a solução encontrada pela equipe do governo agradou àqueles que temiam uma fuga de capitais e queda nos investimentos estrangeiros. Por isso, os americanistas consideravam-na uma proposição eficiente, limitando o que se podia limitar ao estabelecer no imposto de renda uma distinção entre lucro reinvestido e lucro distribuído, ao contrário do que exigiam os antiamericanos quanto ao estabelecimento de uma porcentagem dos capitais efetivamente ingressados no País.⁸⁷

Ademais, a natureza do capital nacional impedia o mesmo reconhecimento exigido ao capital estrangeiro, que era o direito de transferir-se para o seu país de origem, razão pela qual não viam os americanistas motivos para polêmicas e limitações quantitativas para a sua remessa. Em termos econômicos, o capital estrangeiro, condicionado pelas tendências mundiais de competição entre os países para atraí-lo, era primordial para o desenvolvimento do Brasil. Para isso, o que se necessitava era criar condições favoráveis – na linha do liberalismo – para atrair esses capitais a investirem no setor produtivo nacional. Enfim, defendiam, em grande medida, a liberdade de fluxo do capital estrangeiro privado como condição para o desenvolvimento de nossa economia:

O capital de risco estrangeiro é atraído, sim, pela grande oportunidade de investimento que um país como o nosso oferece. A tendência desse capital, uma vez investido, não é sair, mas permanecer, enquanto o clima econômico se mantiver favorável. Mantido esse clima, é desnecessário cercear quantitativamente a compra de divisas. Abolido esse clima, a própria proibição de adquirir um dólar sequer seria impotente para atrair novos capitais. (...) sou contrário à limitação quantitativa, que, a meu ver, constitui uma armadilha altamente inconveniente aos interesses nacionais, por propiciar uma saída de recursos que devemos manter dentro do País. (...) evitar que, atraídos por miragens, por raciocínios distorcidos, por equívocos que são uma herança do passado, acabemos tomando medidas

⁸⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Daniel Faraco (PSD-RS), em 09/08/1961, e Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 17/08/1961.

*contraproducentes, e nos ilhando, num mundo em que o capital representa fator de produção altamente escasso, ardorosamente disputado por todos os povos.*⁸⁸

Ao reverso, os antiamericanos apontavam que no Brasil o capital estrangeiro, na sua maioria, não concorria para o desenvolvimento do País, por ser uma fraude. Não havia ingressos substanciais e efetivos do exterior, mas sim a sua formação “à sombra de favores cambiais, fiscais e bancários obtidos em consequência da falta completa de legislação que defendesse a nossa acumulação interna”.⁸⁹

Portanto, a lei de remessa de lucros ganhava destaque nas discussões sobre os requisitos para o Brasil finalmente se desenvolver, a fim de estancar a evasão das riquezas nacionais ou, então, atrair investimentos externos em maior quantidade. Para os antiamericanos, a toda a vinda de capital estrangeiro correspondia necessariamente uma saída, mas que nisso fosse estabelecida uma trincheira, feita de tal ordem que a saída do capital não fosse maior do que a entrada.⁹⁰ As discussões acerca do melhor texto ao projeto de lei sobre remessa de lucros ganharia novo impulso, e maior contraposição entre americanistas e antiamericanos, com a chegada de Goulart à presidência. Com uma diferença. Para a infelicidade dos americanistas, o novo governo apoiaria a tese antiamericana de maior rigor no controle de remessas ao estrangeiro.

4. Em busca de novos mercados

Jânio Quadros, ainda durante sua campanha presidencial, demonstrava a intenção de proceder a uma abertura política e econômica das relações internacionais do Brasil com qualquer país, independente das tonalidades ideológicas, aspecto bastante valorizado pelos antiamericanos.⁹¹ Portanto, uma das novidades prometidas pela PEI, apesar de ensaiada durante o governo de Kubitschek, dizia respeito ao desafio de ampliar os mercados aos produtos brasileiros no exterior, incluindo o Bloco Socialista, não temendo enfrentar os desafios políticos que a medida acarretaria:

⁸⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Daniel Faraco (PSD-RS), em 18/08/1961.

⁸⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 22/08/1961.

⁹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dagoberto Salles (PSD-SP), em 18/08/1961.

⁹¹ Discursos Senado Federal. Senadores Heribaldo Vieira (UDN-SE), em 06/03/1961, e Gaspar Velloso (PSD-PR), em 18/08/1961.

*Abrimos nossos braços a todos os países do continente, abrimo-lo também às velhas coletividades europeias e asiáticas, sem prevenções políticas e filosóficas.*⁹²

Isso se traduzia em um dos maiores desafios de sua gestão, que era o estabelecimento de relações com os países do Bloco Socialista. Possibilitar ao Brasil recursos de várias áreas parecia ao governo condição necessária para a ordenação e a consolidação do desenvolvimento interno do País. A abertura para o Bloco representava a possibilidade de conquistar novos mercados para as *commodities* brasileiras e procurar bens de capital em valores que não em dólar.⁹³

O projeto de aproximação com o Leste guardava no governo a preocupação com um possível desvirtuamento para “fins ilegítimos”⁹⁴, com a infiltração da propaganda comunista pelas embaixadas desses países em território brasileiro. Esse foi, afinal, o maior obstáculo para o reatamento das relações com a URSS e os demais países do Bloco e que foi apontado em relatório do Itamaraty elaborado antes da posse de Quadros. Segundo o documento, a “total inadequação de recursos – policiais e outros – para contrarrestar a intensa propaganda comunista e a ação subversiva que seriam, presumivelmente, promovidas por uma embaixada soviética, especialmente num país como o Brasil, em que as condições de subdesenvolvimento oferecem terreno ideal para isso” desaconselhava o restabelecimento das relações com esses países.⁹⁵

Apesar de o corpo técnico do Itamaraty antecipar os principais pontos da oposição à medida que surgiriam no Parlamento e séria controvérsia entre os oficiais militares, Quadros empreendeu providências no sentido de restabelecer as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética e os países do Bloco Socialista. Esse era um gesto típico do personalismo janista que não estava disposto a se limitar a recomendações da burocracia. A finalidade era incrementar as trocas comerciais por meio de mercados não tradicionais, diante da saturação na absorção dos produtos brasileiros na Europa ocidental, Estados Unidos e Japão.

Em princípio, os Estados Unidos nada tinham a se opor ao restabelecimento das relações entre o Brasil e a União Soviética. O secretário do tesouro norte-americano, Douglas Dillon, afirmara que elas poderiam mesmo ser de utilidade para a solução dos problemas

⁹² Jânio Quadros. Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 44, 45.

⁹³ ARINOS FILHO, 2001, p. 141. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 313. CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁹⁴ ARINOS FILHO, 2001, p. 155.

⁹⁵ Apud ARINOS FILHO, 2001, p. 169.

econômicos brasileiros, desde que os soviéticos concordassem em consumir os produtos adquiridos no Brasil ao invés de reexportá-los, o que criaria competição com os produtos brasileiros no mercado europeu e de outras regiões.⁹⁶ As primeiras medidas de Quadros em relação à abertura de novos mercados foi o envio de missões comerciais aos países do Bloco.

Para encabeçar a missão ao leste europeu, Jânio indicou o jornalista e diretor do *Diário de Notícias*, João Ribeiro Dantas. A sua escolha foi criticada inclusive por aqueles parlamentares que apoiavam a reaproximação do Brasil com o Bloco por denotar que o presidente colocava à margem o Ministério das Relações Exteriores, órgão próprio para a finalidade de consecução da política externa. Essa movimentação de Quadros foi apontada como uma política “balofa e mesquinha”, ao “autorizar providências estapafúrdias aos seus agentes inexperientes”, e tinha a intenção de humilhar o Itamaraty, que vinha sendo classificado pelo presidente como reacionário e incompetente.⁹⁷

O governo havia instruído a missão Dantas a visitar a República Democrática Alemã (RDA) “sem caráter oficial” ou qualquer conotação política. Essa preocupação decorria do fato de a Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha – RFA) adotar a Doutrina Hallstein, que significava a recusa de manter relações diplomáticas com qualquer estado – excetuada a União Soviética – que reconhecesse o governo da Alemanha Oriental.

Apesar da ênfase dada a essa advertência, João Dantas, em fins de maio, concluiu entendimentos com a República Democrática Alemã, em documento assinado conjuntamente com o ministro do comércio exterior do país. Em seguida, ante a ameaça de rompimento da Alemanha Ocidental, o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Vasco Leitão da Cunha, expediu comunicado oficial desmentindo a notícia dada pela imprensa de que o Brasil havia assinado um protocolo comercial com a Alemanha Oriental, desautorizando o embaixador extraordinário brasileiro. Portanto, dentro do Bloco Socialista, a situação da Alemanha Oriental impedia as relações diplomáticas pela incompatibilidade de se manter, concomitantemente, ligações de Brasília com Bonn e Pankov, e não pelo fato de ser comunista. Os interesses financeiros, econômicos e comerciais do Brasil recomendavam a preservação dos laços com a Alemanha Federal. Ao fim, o governo brasileiro acolheu as diretrizes da Alemanha Ocidental que impediam a assinatura do protocolo com a porção oriental do território alemão; e Vasco Leitão foi demitido por haver decidido pela expedição

⁹⁶ US\$ 900 milhões para A. Latina ainda em 61. **Jornal do Brasil**, 14/04/1961.

⁹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Miguel Bahury (PSD-MA), em 08/06/1961.

da nota à imprensa sem a prévia autorização do ministro ou do presidente da República, o que para Jânio foi “um ato indesculpável de indisciplina”.⁹⁸

Imediatamente após a divulgação da nota do MRE, o Congresso exigiu explicações. Em audiência na comissão de relações exteriores da Câmara dos Deputados, João Dantas confirmou a versão apresentada por Arinos de que havia ido à Alemanha Oriental por conta própria, e não a pedido do presidente Quadros. Os americanistas apontaram-na como uma “mentira” governamental, pois contrariava o que havia sido afirmado pelo próprio presidente Jânio Quadros dias antes. Toda essa trapalhada e confusão, pois, colocava a nação brasileira “em desmoralização diante da Alemanha Oriental”.⁹⁹ A polêmica em torno desse fato suscitou a tentativa, não concretizada, de instituir uma CPI para examinar, sob todos os ângulos, a missão João Dantas. A iniciativa, a cargo de um deputado udenista, havia partido de um pedido do próprio Dantas, com o apoio do chanceler Arinos, “para esclarecer eventuais acusações que [vinham] sendo feitas pela imprensa como por grupo de parlamentares”.¹⁰⁰ Do lado dos antiamericanos, esse incidente foi minimizado. Os resultados da missão João Dantas constituíam, isso sim, uma vitória para o projeto de desenvolvimento nacional, com ênfase no uso do comércio compensado com os países visitados. Tanto assim que eram solicitadas providências do governo no sentido de alterar a legislação que tratava do comércio compensado para que também particulares, além dos entes públicos, pudessem se utilizar desse instrumento.¹⁰¹

Com a China comunista (República Popular da China), o Brasil não mantinha relações diplomáticas. Nesse ponto, seguia a linha determinada pelos norte-americanos de reconhecer somente a República da China, sediada na ilha de Formosa, como o governo legítimo de todo o território chinês. Impulsionado pelos interesses comerciais e apoiado pelos mesmos parlamentares que defendiam a aproximação com o Bloco¹⁰², o novo governo brasileiro tencionava desmontar essa abordagem, enviando uma missão comercial à Pequim e apoiando a inclusão da RPC na ONU. Essa era a concretização dos desígnios da PEI e que, mais uma vez, levavam a atritos com a ala americanista. Em agosto, uma missão comercial encabeçada pelo vice-presidente João Goulart foi enviada à China. Independente dos

⁹⁸ ARINOS FILHO, 2001, p. 220.

⁹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Padre Vidigal (PSD-MG), em 24/08/1961, e Hermógenes Príncipe (PSD-BA), em 30/05/1961.

¹⁰⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Seixas Dória (UDN-SE), em 06/07/1961.

¹⁰¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 19/06/1961 e Pereira Nunes (PSP-RJ), em 06/07/1961.

¹⁰² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aderbal Jurema (PSD-PE), em 25/07/1961.

resultados comerciais, a missão derivou em críticas anticomunistas aos titulares dos dois cargos mais altos da República. Lá Goulart encontrou-se com Mao Tse-tung, elogiou os sucessos dos comunistas chineses e disse que, assim como havia sido feito na China com uma revolução profunda, o Brasil também procurava o caminho de transformações sérias.¹⁰³ Curiosamente, essa ideia retornaria mais tarde pelas palavras de Goulart com o conceito de “reformas de base”. Mas o foco ainda estava em Quadros.

No Congresso Nacional, a reação à política de aproximação do Bloco foi imediata. Os antiamericanos aplaudiram¹⁰⁴ Quadros pela “iniciativa de homem corajoso, esplêndida e esperada”¹⁰⁵, projetando-se “como uma espécie de Rio Branco da era cosmonauta”¹⁰⁶ sob o aspecto do fomento das exportações e da industrialização. Os petebistas, embora mantendo a posição de combate ao governo, reconheciam que o gesto de reaproximação com o Bloco convinha “aos interesses da nação”¹⁰⁷. Outros, diante da demora em efetivar o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, o ponto de maior polêmica do projeto em direção aos mercados do “orientes”, desconfiavam que Jânio trairia a promessa de campanha porque era apoiado “pelos conservadores e pretendia não a cumprir desde o princípio”, mantendo, pois, a economia brasileira na dependência única dos grupos econômicos internacionais instalados nos Estados Unidos.¹⁰⁸

Os antiamericanos não acreditavam que a manutenção de relações diplomáticas com a União Soviética fosse motivo de exclusão do caráter não-comunista, de aliado dos Estados Unidos e de fiel ao sistema americano.¹⁰⁹ A abertura ao Bloco era apresentada como o caminho natural da emancipação econômica nacional. E, para os antiamericanos, por uma razão simples:

Não podemos exportar muito para as nações do ocidente porque os mercados destas já estão praticamente saturados (...) só nos resta conquistar os [mercados] socialistas. (...) Já regressou da União Soviética a missão chefiada pelo ministro Leão de Moura. Os resultados obtidos são os mais auspiciosos. Já regressou também o embaixador itinerante João Dantas. Sua missão foi também coroada de um êxito que se diria espetacular. (...) E a

¹⁰³ CIA, Current Intelligence Weekly Review, 31 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁰⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 25/07/1961. Discursos Senado Federal. Senador Lourival Fontes (PTB-SE), em 25/08/1961.

¹⁰⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 27/07/1961.

¹⁰⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Derville Allegretti (PR-SP), em 26/06/1961.

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 26/06/1961.

¹⁰⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 22/08/1961.

¹⁰⁹ Discursos Senado Federal. Senador Venâncio Igrejas (UDN-GB), em 30/06/1961.

*China popular aguarda tão-somente a ida de uma missão brasileira a Pequim para estabelecer conosco um comércio de alto interesse para os dois países.*¹¹⁰

Esse era o mesmo argumento apresentado pelo chanceler Arinos. O Brasil necessitava de bens de capital e novos mercados para seus produtos numa escala que não vinha sendo atendida pelos mercados tradicionais, “não para ver se o seu regime nos interessa, porque não nos interessa, mas para não deixar entorpecer o desenvolvimento econômico do Brasil”. A justificativa para a aproximação com o Bloco era primordialmente econômica, a exemplo do que outros países ocidentais faziam – e lucravam - há muito, como Alemanha Ocidental, França, Reino Unido, Itália e os próprios Estados Unidos.¹¹¹ Quanto a isso, os antiamericanos acrescentavam que

*nos rumos da política exterior do Brasil, ditada pelo novo presidente da República, apenas seguimos as pegadas da grande nação norte-americana. Nada mais, nada menos. Manteremos as mesmas relações que os Estados Unidos da América do Norte vêm mantendo. Parece-me que a grande nação sul-americana tem os mesmos direitos, no que respeita às relações diplomáticas, que a grande nação norte-americana, sem que lá esteja em risco a democracia. Também o Brasil saberá defender-se.*¹¹²

De parte dos americanistas (assim como de militares, setores da imprensa e Igreja), a PEI de Quadros testemunhou a maior dose de críticas em decorrência da possibilidade de reatar relações com a União Soviética e o Bloco. Viam nisso a chance de favorecer o Bloco Socialista em detrimento de suas tradicionais relações com os Estados Unidos, trazendo clima de intranquilidade ao País, pelo incentivo aos princípios comunistas.¹¹³ Concordavam que Quadros - “sempre autêntico, sempre o mesmo” - estava apenas cumprindo aquilo que havia prometido durante a campanha eleitoral. A maior parcela de culpa deveria recair, pois, na miopia política dos eleitores que o alçaram à condição de presidente da República. Essa era a opinião dos americanistas que faziam oposição ao governo nas áreas externa e interna, ao mesmo tempo e desde o princípio da administração, diversamente dos udenistas, que desejaram e se empenharam pela sua vitória. O deputado Padre Vidigal foi um desses. Para

¹¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Derville Allegretti (PR-SP), em 26/06/1961.

¹¹¹ O presidente Jânio Quadros dizia a respeito que “o interesse do reatamento com a URSS será ditado, sobretudo, pelos aspectos econômicos”. In: Jânio pronto a entender-se com Kennedy e Kruschew. **Jornal do Brasil**, 31/05/1961. Brasil não cederá à histeria da intervenção. **Jornal do Brasil**, 23/05/1961. Jânio diz à URSS que seus recursos podem ajudar o Brasil. **Jornal do Brasil**, 18/08/1961.

¹¹² Discursos Senado Federal. Senador Vivaldo Lima (PTB-AM), em 06/03/1961.

¹¹³ Discursos Senado Federal. Senadores Francisco Gallotti (PSD-SC), em 06/03/1961, e Lima Teixeira (PTB-BA), em 06/03/1961 e em 30/06/1961. CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

ele, a alternativa colocada nas urnas a Quadros, o Marechal Teixeira Lott, a quem havia apoiado, nunca manifestara qualquer simpatia “pelo sanguinário Fidel Castro ou qualquer admiração por Nikita Kruschev” e sempre mostrou “a sua aversão e a sua repugnância pelo regime comunista e pelo Partido Comunista que [existia] clandestinamente, funcionando fora da lei”. Lamentava, assim, a derrota de Lott, que se fosse feito presidente, não estaria adotando uma “política pró-União Soviética”. Portanto, nenhum cabo eleitoral ou eleitor de Jânio deveria ficar surpreendido com sua política externa: “nunca iludiu a quem quer que seja”, não mistificou o eleitorado brasileiro. A crítica deveria servir também aos udenistas, aos bispos e ao cardeal Jaime Câmara, que haviam apoiado Quadros em contraposição a Lott, “notoriamente católico de credo, de mandamentos e de sacramentos”, mas depois atacavam a PEI. Todos esses que contribuíram para a vitória do novo presidente, que estava “trabalhando a ruína do País” e o “desmoronamento de nossas mais belas tradições democráticas e cristãs”, não deveriam tê-lo feito. Isso porque o restabelecimento das relações diplomáticas com a Rússia implicava “consequências imprevisíveis”, se

a futura embaixada russa e os consulados russos espalhados por todo o território nacional se transformarem em focos de desordem, em antros de espionagem, em centros de propaganda de doutrinas deletérias e nocivas, no gozo de imunidades e de impunidades, nesta República que não dispõe de um eficiente serviço de contraespionagem (...).¹¹⁴

Nesse aspecto, o reatamento traria riscos em decorrência da presença oficial de soviéticos no território brasileiro, o que representaria o fim do plano de contenção ao comunismo internacional. Vale destacar que o anticomunismo brasileiro defendia uma espécie de doutrina própria a partir das argumentações antecipadas por Vidigal: diante da ausência de meios para combater a propaganda comunista que (certamente) embaixada e consulados desempenhariam (a embaixada cubana no Rio de Janeiro já era alvo de suspeitas nesse sentido¹¹⁵), fazendo de Brasília o “quartel-general da campanha *pró-bolchevização* da América Latina”, a postura mais prudente do Brasil seria manter-se como fortaleza, fechada e intocada, contra quaisquer elementos comunistas. Mais tarde, somaria a essa noção a ideia de que a pobreza e a miséria brasileiras, diversamente do que ocorria nos países do primeiro mundo que mantinham relações diplomáticas com o Kremlin, criavam condição favorável a um pernicioso alastramento das teses comunistas no País. Essa noção não deixava de conter

¹¹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 04/08/1961.

¹¹⁵ Em maio de 1961, por exemplo, o adido cultural da embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, Martin Mora Diaz, foi preso por autoridades estaduais em razão da censura a um filme que pretendia exibir. In: Governo federal respeita as imunidades do diplomata cubano. **Jornal do Brasil**, 16/05/1961.

um fundo racista, que defendia a incapacidade de o Brasil, ao menos naquele momento, impedir o avanço comunista não apenas pelas condições econômicas menos favoráveis, mas também pelo despojamento de “resistência cultural, moral” quando comparado a esses países, nações maduras e avançadas. Ou então em razão da existência no País de um “caldo de cultura”¹¹⁶ que facilitava o comunismo:

Qualquer desses países [como Estados Unidos, França e Inglaterra, que mantêm relações diplomáticas com a URSS] já atingiu um grau de evolução que o põe inteiramente a coberto das infiltrações de uma doutrina político-filosófica sob todos os aspectos inferior a sua. O nosso é diferente. Cultural, econômica e socialmente, somos um organismo patologicamente azado a males contagiosos. E é por isso que temos por verdadeira insânia abrir-se as portas às cortes moscovitas. A indigência de argumentos dos partidários da nossa aproximação com as potências da Cortina de Ferro salta aos olhos de qualquer um (...) Quadros, que se mostra tão hábil em convencer a opinião pública no terreno puramente político, mostra-se muito pouco convincente nesse grave assunto.¹¹⁷

Essa interpretação foi dividida também pelas autoridades norte-americanas, incluindo o presidente Kennedy. A América Latina vinha sendo encarada como um adolescente, governada por líderes temperamentais, intransigentes, personalistas e vaidosos. Enfim, uma imaturidade política que poderia conduzir ao caminho errado do comunismo. A infiltração comunista apresentava-se como a primeira ameaça, a que se seguiriam outros dois passos: tomada do poder e aplicação do comunismo em todo o Brasil. O Nordeste brasileiro representava a maior preocupação – pela condição de pobreza e pelo constante estado de fermentação. Somente lá, contavam-se 25 mil membros das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, a quem os Estados Unidos consideravam pró-comunista e pró-Castro. As Ligas eram vistas como uma poderosa força para a “agitação social” entre os trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra. O cenário demonstrava força política dos comunistas brasileiros, mas para Washington, Quadros estava disposto a mantê-los sob controle. De qualquer maneira, a possibilidade de alguma contribuição direta e facilitada aos comunistas ou pró-comunistas brasileiros pela instalação de representações dos países do Bloco em território nacional poderia reverter esse ambiente de estabilidade política do País nos

¹¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 04/06/1962.

¹¹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 16/03/1961. Carlos Lacerda também dizia que o Brasil corria perigo, exatamente porque estava “moralmente desarmado e politicamente desintegrado para servir de campo à invasão soviética na América”. In: Política externa serve à URSS, afirma Lacerda. **Jornal do Brasil**, 04/08/1961.

próximos anos. Em resposta a essa atração que o comunismo exerceria sobre as nações subdesenvolvidas, Krushev percebia um elogio, pois “nos últimos 40 anos, a URSS se transformou no maior país industrial do mundo”.¹¹⁸

Arinos rebatia as críticas indicando que o reatamento somente seria concluído mediante planos pré-estabelecidos, a fim de evitar eventual utilização do pessoal diplomático russo para fins de propaganda ideológica, com especial vigilância sobre os acordos culturais, pelo risco de expor a sociedade brasileira à infiltração comunista. Por isso, desde o princípio, o governo Quadros pretendia se acautelar para que, na formulação do acordo diplomático com a União Soviética, fosse preservada a “estrutura política” brasileira sedimentada nos valores do mundo democrático ocidental. Em resumo, o governo defendia que o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, passo fundamental para o desenvolvimento econômico do País, não se transformaria em risco ideológico e, finalmente, contribuiria, pela intensificação de relações entre países de matizes distintos, para a coexistência pacífica entre os povos.¹¹⁹

Importante salientar que nos primeiros dois meses da presidência Quadros, ao menos, apenas os americanistas que não apoiavam o governo, muito pouco numerosos, protestavam com maior pertinência contra a política de aproximação com os países da Cortina de Ferro. Adauto Lucio Cardoso (UDN-GB) e outros americanistas, pela ligação que mantinham com o governo, chegaram mesmo a minimizar as críticas a respeito como defesa da tese isolacionista, ou a dirigir as críticas “com certa timidez”, como apontado pelo deputado Padre Vidigal em relação ao deputado Arruda Câmara.¹²⁰ Empolgados com a nova administração, eram, antes janistas que anticomunistas, americanistas, conservadores ou outra designação. Estavam propensos a confiar em Jânio pela promessa de renovação política que ele representava ou, ainda, a fim de cultivar seus próprios projetos de poder. As críticas, até então, eram indiretas, revestidas de aspecto de sugestão contra o perigo comunista, e sempre compensadas com elevados elogios e esperanças quanto ao novo governo:

¹¹⁸ WESTAD, 2005, p. 147. CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Krushev diz que vence mas quer coexistir. **Jornal do Brasil**, 13/05/1961.

¹¹⁹ ARINOS FILHO, 2001, pp. 236, 238. CIA, Central Intelligence Bulletin, 25 de fevereiro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Brasil não cederá à histeria da intervenção. **Jornal do Brasil**, 23/05/1961. Arinos: intercâmbio é base para Brasil forte. **Jornal do Brasil**, 29/05/1961. Leão vê paz com a URSS no comércio. **Jornal do Brasil**, 07/08/1961.

¹²⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 16/03/1961.

*Vejo com que firmeza, com que dignidade e patriotismo, com que respeito e dedicação, com que sacrifícios o presidente Quadros está procurando governar o País.*¹²¹

Nesse início de governo, da parte da UDN, Carlos Lacerda – que, apesar de não compor o Parlamento, possuía forte influência no seu debate interno – dizia acreditar na boa intenção de Quadros quanto à política externa, como uma manobra para “tapar a boca dos comunistas e seus aliados, fazendo no plano internacional o papel que convém à União Soviética, a fim de que esta contenha, dentro do Brasil, os seus agentes brasileiros”. Mas isso não significava apoiar a “estratégia”, pois havia o receio de o governo avançar tanto que, depois, não pudesse recuar de um rumo perigoso. Lacerda, pois, exigia da UDN, que para ele se encontrava no limbo entre partido de governo e partido de oposição, uma definição partidária contra a PEI, que nada tinha de “realista, de uma complacência suicida em relação à agressão comunista contra o mundo livre”.¹²²

Em decorrência dessas divergências intrapartidárias, que situava de um lado os lacerdistas e parte da “banda de música” e, de outro, a recém-criada “bossa nova”, em maio de 61 a UDN confirmou, após convenção nacional, a linha política do partido de integral apoio ao governo Jânio Quadros, especialmente à sua política externa. Segundo documento aprovado durante a convenção, a PEI vinha afirmando “a presença do Brasil como nação autônoma com vocação de paz e contrária à tendência de domínio de qualquer natureza de um país sobre outro”. O deputado Herbert Levy, tradicional membro da “banda de música” e eleito presidente do partido, defendeu que a UDN continuaria uma equipe para auxiliar o presidente da República nos seus propósitos reformistas e renovadores, e que seus representantes no Congresso lutariam para a aprovação das leis solicitadas pelo Poder Executivo, mas alertando ao mesmo tempo sobre os perigos do comunismo disfarçado. A intenção principal não era concordar ideologicamente com o governo, mas sim manter a aliança e assim a ilusão udenista de fazer parte da Presidência da República. Em síntese, poder, não o teve; oposição, não a desejava. Aparentemente vencedora, a UDN não era governo nem oposição, constrangida a “apoiar um governo que não era seu”, como se queixou mais tarde Levy. A participação udenista no governo Quadros refletia essa ambiguidade partidária, pois enxergava, da parte da “bossa nova”, como positiva a política perseguida por Arinos no MRE e, da parte da “direita” do partido, como acertadas as escolhas da política

¹²¹ Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 08/03/1961.

¹²² Carlos Lacerda contra UDN e a política internacional. **Jornal do Brasil**, 25/04/1961.

econômica ortodoxa e que privilegiava os acordos com os Estados Unidos do ministro da fazenda Mariani.¹²³

Essa tendência sofreu um ponto de inflexão apenas após a efetivação e a revelação dos primeiros resultados do envio de missões oficiais do governo ao Bloco, como a liderada pelo chefe do departamento econômico do Itamaraty Paulo Leão de Moura a Moscou, onde havia firmado com o governo soviético acordos comerciais, pondo “mais pá de cal na vã esperança”¹²⁴ do conjunto dos americanistas que evitavam qualquer tipo de oposição mais contundente a Quadros. Em fins de julho, mais e mais americanistas se diziam perplexos diante dos atos concretos do governo em direção ao reatamento. No último mês efetivo de sua administração, Quadros enviou mensagem a Moscou aceitando visitar a União Soviética, provavelmente no ano seguinte.¹²⁵ E ao contrário do que realmente ocorrera durante a campanha presidencial, alguns americanistas procuraram desconstruir a argumentação de que o reatamento fazia parte de sua plataforma de governo. Com isso, Jânio teria traído e iludido “centenas de milhares de eleitores brasileiros, que nele votaram e o acompanharam nas urnas” em direção a um perigo que não se sabia como sair depois.¹²⁶ Essa era uma estratégia política que, no que tange a toda a discussão sobre o reatamento, foi retomada com maior frequência, qual seja, apresentar a decisão do governo como parte de um plano oculto e que tomava a nação de surpresa. Houve também, entre os seus apoiadores, quem justificasse ter convicção de que Jânio não reataria as relações diplomáticas, mesmo ouvindo suas pregações durante a campanha presidencial.¹²⁷

Os opositores ao reatamento ou inauguração de relações com o Bloco contestavam também as vantagens econômicas e comerciais aduzidas para justificar a iniciativa. Nesse tocante, o foco continuava sendo a União Soviética/Rússia – o cerne de todo esse debate. Para eles, a Rússia não ofereceria mercado algum para os produtos brasileiros, revelando a inutilidade do reatamento. Moscou agia arditamente, acenando com a falsa promessa de vantagens econômicas para um país pobre e carente como o Brasil, desgraçadamente liderado por um político personalista, obtuso e que não sustentava os compromissos firmes do

¹²³ UDN aprova política de Jânio em convenção. **Jornal do Brasil**, 02/05/1961. BENEVIDES, 1981, pp. 114, 116. A UDN, durante o governo Quadros, assegurou quatro pastas ministeriais: fazenda, com Clemente Mariani, minas e energia, com João Agripino, agricultura, com Cabral da Costa (apartidário indicado pelo governador udenista Cid Sampaio) e relações exteriores, com Afonso Arinos.

¹²⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 16/03/1961.

¹²⁵ Arinos confirma visita de Jânio à URSS no próximo ano. **Jornal do Brasil**, 10/08/1961.

¹²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 28/07/1961 e 04/08/1961.

¹²⁷ Padre Calazans rompe com Jânio, no Senado, por discordar de política. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961.

ocidentalismo cristão, que era Quadros, para em seguida minar as bases da democracia brasileira a fim de substituí-la pelo bolchevismo soviético. Os americanistas, pois, viam-se diante de uma trincheira em um teatro de guerra, e deveriam lutar para conter o avanço do inimigo:

*(...) portanto, é evidente que não é para incrementar as nossas exportações que o presidente Jânio Quadros se propõe mandar um embaixador a Moscou; o único propósito da União Soviética em entrar nos mercados das nações democráticas é lançar mão de todos os recursos, inclusive do seu potencial econômico, para solapar as bases da organização democrática internacional que se empenha em levantar barreiras à expansão do bolchevismo no mundo (...) é impossível a paz entre Moscou e as nações democráticas.*¹²⁸

Outro grupo de americanistas cria ser possível defender o estabelecimento de relações apenas comerciais com o Bloco, ou seja, concordava com as vantagens para o desenvolvimento econômico do Brasil na aproximação, mas era totalmente contrário ao reatamento das relações diplomáticas.¹²⁹ Essa, no entanto, não era uma alternativa considerada pelo governo nem pelos antiamericanos, por repercutir, ao fim, em pouco adensamento comercial, como comprovavam as missões Dantas e Leão. Eram, enfim, as relações diplomáticas que dotariam o comércio de meios para o seu incremento. Outros americanistas, em número reduzido, até concediam à ideia de aproximação econômica e política com todas as nações do mundo, considerando que o “comércio não tinha pátria”.¹³⁰

Em fins de março, o governo brasileiro restabeleceu relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, e iniciou relações com a Bulgária e a Albânia. Polônia e Tchecoslováquia já possuíam relações formais com o Brasil antes. Com relação à União Soviética, as questões políticas em jogo eram mais delicadas, e a efetivação do reatamento foi marcada por estancamentos e retrocessos momentâneos. A aproximação do Brasil com os países do Bloco foi acompanhada passo a passo pelo governo norte-americano, que admitia que o movimento era uma resposta do Brasil para contrabalancear o distanciamento e as debilidades do relacionamento com o ocidente e os Estados Unidos. Em julho, uma missão soviética de boa vontade, integrada por deputados do *Soviet Supremo*, altos funcionários do governo e acadêmicos, veio ao Brasil. Quadros os recebeu e os condecorou. A condecoração

¹²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 16/03/1961.

¹²⁹ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 06/03/1961. Padre Calazans rompe com Jânio, no Senado, por discordar de política. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961.

¹³⁰ Discursos Senado Federal. Senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), em 26/05/1961.

dos nove integrantes da missão soviética contribuiu para a construção da imagem do presidente simpático ao comunismo internacional. O Congresso Nacional também recebeu a visita da comitiva. Com a renúncia do presidente, no entanto, não houve tempo para que essas relações fossem retomadas durante o seu governo, apesar dos passos concretos que foram dados nesse sentido.¹³¹

Mas não era apenas pelo estabelecimento de relações oficiais que o comunismo internacional ameaçava ingressar no Brasil, segundo os americanistas. Em abril de 1961, chegavam notícias de que publicações subversivas – o sinônimo utilizado para comunistas, ou seja, subverter a ordem democrática e instituir um regime estranho à tradição ocidental do Brasil – haviam sido impressas na China continental para serem distribuídas no território nacional.¹³² Pouco depois, o risco de doutrinação das ideias comunistas era apontado com cada vez maior frequência, a exemplo de relatos de *bolchevização* de alunos secundários por professores em Brasília.¹³³ Esse receio anticomunista incentivou um deputado a apresentar projeto de lei que dispunha sobre a repressão e defesa contra a implantação e propaganda do regime comunista no Brasil. Segundo o deputado Mendes de Moraes (PSP-GB), seu autor, o projeto 3.016, de 1961, possibilitaria ao País se armar institucionalmente contra o perigo externo representado por Cuba, China e União Soviética. Para tanto, a exemplo do macarthismo, autorizava o Executivo a demitir eventuais comunistas e impedia que comunistas dirigissem organizações estudantis.

Cuba (principalmente) e Bolívia também poderiam servir de base para a infiltração comunista.¹³⁴ O comunismo se avizinhava do Brasil e exigia um estado de atenção por parte dos anticomunistas antes mesmo do restabelecimento de relações diplomáticas com os países do Bloco. Para os antiamericanos, a acusação de que Cuba pretendesse exportar a revolução comunista era simplesmente infundada.¹³⁵

¹³¹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 10 de maio de 1961. CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. CERVO; BUENO, 2002, p. 317. VIZENTINI, 2004, p. 153. Reatamento com URSS após Dantas. **Jornal do Brasil**, 03/05/1961.

¹³² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 10/04/1961.

¹³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Talarico (PTB-DF), em 23/11/1961.

¹³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 18/07/1961.

¹³⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Wilmar Dias (PSD-SC), em 10/11/1961.

5. Aliança para o Progresso: o combate ao comunismo pelo desenvolvimento

O governo mantinha a convicção de que sem o auxílio estrangeiro maciço que viesse compensar as deficiências básicas da economia brasileira, o Brasil não alcançaria o pleno desenvolvimento. Esses recursos, em virtude da realidade financeira internacional, deveriam vir principalmente dos Estados Unidos. A tentativa inicial, assim como fizera Kubistchek em relação à OPA, era acoplar a necessidade de ajuda financeira com a manutenção do sistema democrático brasileiro e a promessa de progresso econômico e social e combate ao comunismo. Portanto, como resultado e movidos pela consciência e solidariedade continentais, os Estados Unidos acudiriam os Estados latino-americanos em seus esforços de desenvolvimento.

Os Estados Unidos, enfim, propuseram um plano de ajuda em que ambas as partes, credor e receptor de investimentos, estabeleceriam uma aliança, com responsabilidades mútuas, em prol do desenvolvimento e do progresso. O nome do programa, pois, tentava sintetizar seus propósitos, e em 13 de março de 1961 o presidente Kennedy anunciou a Aliança para o Progresso aos representantes diplomáticos dos países da América Latina reunidos na Casa Branca. A Aliança previa um investimento, em sua maioria público, de cerca de 20 bilhões de dólares dentro de dez anos, para financiar programas de desenvolvimento e reforma social, complementado com a entreatajuda dos países latino-americanos. A proposta de Kennedy visava inicialmente solapar as bases sociais revolucionárias e instrumentalizar formas de pressão sobre os governos locais, com a melhora da condição de vida no continente e a ampliação da classe média. A Aliança para o Progresso também visava responder aos anseios lançados pela OPA de JK e de que a política externa norte-americana deveria alterar drasticamente sua abordagem com a América Latina, podendo concorrer para as tentativas de demonstrar que os Estados Unidos não eram na realidade um novo império nas Américas e que seu poder econômico poderia se reverter em benefício para o hemisfério. Deixava, portanto, de combater povos pobres e famintos com bombas e tanques quando o que eles realmente precisavam era comida, água, boas rodovias, assistência médica e um pouco de respeito às suas idiossincrasias regionais.¹³⁶

¹³⁶ HOLLANDER, 2004, p. 8. BANDEIRA, 2007, p. 555. PARKER, 1977, p. 16.

A linha de combater o comunismo pela via do incentivo ao desenvolvimento, técnico e econômico, era apoiada por grande parte dos políticos de Washington, que qualificavam a América Latina como um dos principais cenários da Guerra Fria. Um desses representantes foi o senador democrata Hubert Humphrey, que acreditava que os Estados Unidos não poderiam controlar os países latino-americanos simplesmente exibindo suas forças, um argumento que ganhou mais ímpeto após o fiasco da invasão da Baía dos Porcos. Essa era, enfim, uma tese sustentada como nuclear pelos antiamericanos, mas que possuía significativa acolhida também nos Estados Unidos, entre políticos, intelectuais e a sociedade no geral há algum tempo. Em resumo, para eles a luta contra o comunismo no hemisfério ocidental não seria ganha brandindo o velho porrete.¹³⁷

No caso do Brasil, o persistente esforço em se desenvolver economicamente, associado à rápida urbanização, que vinha contribuindo significativamente para o aumento das demandas populares por melhores condições de vida, e a renitente recusa dos Estados Unidos em oferecer o montante de assistência financeira exigido para implementar o projeto de desenvolvimento econômico, facilitavam a “agitação comunista”. A afirmação vinha de um relatório redigido pelo governo norte-americano em 1954.¹³⁸ Essa continuava sendo a proposta de autoridades com grande influência no governo Kennedy. Em 1961, Allen Dulles, diretor da CIA, defendia que o problema básico da América Latina estava na necessidade de modernizar a sociedade, transformando as massas desprivilegiadas em indivíduos participativos e colaboradores para objetivos construtivos. Arthur Schlesinger Jr., assistente especial da presidência, concordava que as massas marginalizadas eram o fermento da América Latina e que os Estados Unidos deveriam tomar alguns passos para contribuir com o desenvolvimento econômico do hemisfério, como ênfase em empréstimos e investimentos em educação, saúde pública e transporte.¹³⁹ A Aliança para o Progresso visava atender a esses apelos feitos em relação ao Brasil e ao restante da América Latina.

No bojo do programa de ajuda estava a preocupação com a saúde e a viabilidade econômica dos países da região. Por esse motivo, além do esperado repasse financeiro e técnico, os defensores da Aliança para o Progresso no meio político norte-americano criam

¹³⁷ Humphrey diz que A. Latina é essencial na Guerra Fria e condena ação contra Cuba. **Jornal do Brasil**, 10/05/1961. Intelectuais dos EUA pedem reatamento com Cuba. **Jornal do Brasil**, 11/05/1961. EUA prometem pelo menos vinte bilhões em dez anos. **Jornal do Brasil**, 08/08/1961.

¹³⁸ CIA, National Intelligence Estimate, “Probable Developments in Brazil”, 04 de dezembro de 1954. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹³⁹ CIA, Central Intelligence Bulletin, Memorandum for Mr. Dulles/Mr. Arthur Schlesinger, Jr., 05 de maio de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

que também era dever dos Estados Unidos exigir dos governos latino-americanos reformas econômicas e sociais que oferecessem resultados concretos para o povo. Ocorre que em determinados momentos as exigências por reformas foram mais frequentes e maiores que a concessão de ajuda – o que não foi bem recebido pelos governos locais.¹⁴⁰

Depois, esses ideais reformistas foram abandonados, dando lugar às teses da “linha dura” norte-americana, de ofensiva militar e repressiva contra os movimentos de esquerda na América Latina, revelando que no tocante à forma de conter o avanço comunista nos demais países existiam duas correntes políticas no interior dos Estados Unidos. A primeira, representada pela esquerda, defendia a ênfase em ajuda financeira; a segunda, uso da força e ações encobertas. O Plano Marshall e as relações entre os Estados Unidos e o Japão foram os produtos mais bem elaborados e sucedidos da primeira proposta. Conectava, de forma intrínseca, o avanço do sistema capitalista e a vitória dos valores políticos norte-americanos. Era preciso restabelecer a prosperidade dessas importantes economias, então devastadas pela guerra, sem o que não haveria estabilidade no mundo e, por conseguinte, segurança para os Estados Unidos. Ideologia (liberalismo, capitalismo e democracia) e interesses nacionais (de segurança e econômico) caminhavam juntos, ao invés de se figurarem como dicotômicos. A execução dessa política representava sacrifícios imediatos (com o desembolso de vultosa soma de empréstimos do cofre público dos Estados Unidos), um programa de cooperação bastante próximo entre governos e incertezas quanto aos seus resultados.¹⁴¹ A segunda concepção, defendida pela “linha dura”, era menos custosa e mais garantida quanto aos resultados. Por motivos que fogem do escopo deste estudo, na América Latina foi ensaiada a primeira linha e, finalmente, implementada a segunda, durante a década de 1960.

O congresso norte-americano se mostrou reticente quanto à liberação de recursos com a frequência e o volume requeridos pelo presidente Kennedy para prover a Aliança para o Progresso. Um programa com poucos recursos e prazo longo (uma década) para apresentar resultados significativos nas condições de vida das populações parecia demasiado ineficiente frente aos resultados imediatos que a “velha” política do porrete prometia. Um dos primeiros defensores dessa retomada da utilização da força militar para fazer frente à “subversão vermelha” foi Richard Nixon, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1960. Para

¹⁴⁰ CIA, Remarks by the honorable Adlai Stevenson, United States Ambassador to the United Nations, before the National Press Club, 26 de junho de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁴¹ VIZENTINI, 2004, pp. 160, 184. MACDONALD, Douglas J. Formal Ideologies in the Cold War: toward a framework for empirical analysis. In: WESTAD, 2000, p. 183. WESTAD, 2000, p. 10. WESTAD, 2005, p. 25.

ele, fiar-se na ajuda econômica com a esperança de que isso, apenas, poderia conter o avanço comunista, seria desastroso. E arriscava dois conselhos a Kennedy: “a ação multilateral não será possível e a mera ajuda econômica jamais dará resultados na América Latina” e “o governo deve falar menos agressivamente e proceder mais agressivamente, à medida que a subversão vermelha ameaçar o mundo livre”.¹⁴² No senado dos Estados Unidos, o democrata George Smathers, na mesma linha, dizia que a solução ao problema do comunismo na América Latina não estava na paciência e muito mais debate, mas era tempo de reconhecer uma marca onde os Estados Unidos deveriam dizer “além disso, não se passa”.¹⁴³ Ao fim, eles parecem ter sido escutados pelos engenheiros da diplomacia norte-americana e por Kennedy, que procurou promover a aplicação da fórmula de reduzir a sedução do socialismo não com mais dinheiro, mas sim com mais força e astúcia, o que se verá mais adiante.¹⁴⁴

Em agosto de 61, o Conselho Econômico e Social da OEA se reuniu em Montevideú para discutir a implementação do programa da Aliança para o Progresso. Uma mensagem de Kennedy dirigida aos representantes dos países ali reunidos dizia que só um esforço de grandes proporções, “a exemplo do Plano Marshall”, poderia resolver os sérios problemas econômicos da América Latina. A comparação entre o programa de reconstrução da Europa de 1947 e a Aliança para o Progresso foi uma promessa inicial dos Estados Unidos, embora em um período de tempo maior. Isso visava aumentar a sua atratividade juntos aos países latino-americanos, pois há muito a região cultivava o desejo de receber uma atenção semelhante ao Plano Marshall. Com o tempo, a analogia entre ambos seria desfeita por iniciativa também das autoridades norte-americanas e pela evidência de sua aplicação, cerca de 20 vezes menor que o plano de reconstrução da Europa do pós-guerra.¹⁴⁵

Antiamericanos moderados identificavam o maior interesse norte-americano com um programa de ajuda financeira com o irrompimento de governos independentes na América Latina, a exemplo do que ocorrera com o Brasil a partir de 31 de janeiro, e com a ameaça

¹⁴² Nixon dá conselho a Kennedy. **Jornal do Brasil**, 25/04/1961. Durante a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, Richard Nixon também sugeriu uma solução semelhante: intervenção militar no Brasil. Cf. BANDEIRA, 2007, p. 566.

¹⁴³ Dean Rusk diz à comissão do senado que o ataque a Cuba “foi um desastre”. **Jornal do Brasil**, 03/05/1961.

¹⁴⁴ Westad, de forma magistral, resume essa dualidade na política externa norte-americana da seguinte forma: “até hoje, a combinação entre crescimento estável e democracias estáveis que Washington perseguiu ostensivamente pode ser vista em dois quase-estados (*half-states*) – Coréia do Sul e Taiwan - , mas inexistente em quase outros trinta países [do Terceiro Mundo] em que os Estados Unidos intervieram, direta ou indiretamente, desde 1945”. Cf. WESTAD, 2005, p. 404. CERVO, 1994, p. 192.

¹⁴⁵ Para Kennedy só um Plano Marshall salva A. Latina. **Jornal do Brasil**, 07/08/1961. BANDEIRA, 1999, p. 94. CERVO; BUENO, 2002, p. 325.

comunista. O jovem deputado José Sarney (UDN-MA) considerava isso uma “tristeza para nós”, por não haver qualquer preocupação de ordem humana, a partir da qual se tirava a ilusão de que, no momento em que essa ameaça desaparecesse, não importasse se essas nações continuassem “mergulhadas na pobreza, no desencanto, na miséria, na fome e na doença, cessaria também o fluxo de ajuda técnica e financeira”. A proposta norte-americana com a Aliança, contudo, era vista ainda como “tímida” e incompatível com “as concessões fundamentais que os povos da América Latina exigem da nação mais rica do continente”. Reclamava, então, maior ajuda do governo norte-americano à América Latina.¹⁴⁶

A razão de países como os Estados Unidos se esquivarem de ajudar concretamente países como o Brasil, de acordo com os antiamericanos, residia em fatores de interesse econômico. Ao fim, a ajuda seria prejudicial a suas economias por significar perda de mercados exportadores de matérias-primas e importadores de artigos manufaturados. Essa era uma característica comum aos antiamericanos, qual seja, interpretar as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos como jogos de soma zero, justificando a partir disso a resistência norte-americana a uma sincera ajuda ao desenvolvimento brasileiro. O americanismo, ao contrário, simplesmente não cria na existência dessa teoria da “conspiração do atraso”.¹⁴⁷

Mas para os antiamericanos moderados, esse obstáculo poderia ser superado em virtude de os Estados Unidos desempenharem “a missão de ser o contraste do comunismo”, podendo optar entre dois dilemas: servir a essa missão histórica de líder do mundo ocidental, oferecendo aos demais países os frutos do desenvolvimento capitalista, ou cumprir o destino muito secundário, informado pelos grupos de pressão internos com vistas à “colonização comercial”. Daí “porque da dramática crise que vive hoje o grande país líder do continente, e nós, da América Latina”. Mas da escolha errada acarretaria a perda irremediável da América Latina:

*Ou eles abdicam de posições fundamentais e instaurem em nossos países uma economia forte e duradoura, capaz de fazer com que participemos com eles da grande máquina e do progresso do mundo ocidental, ou irremediavelmente perderão os nossos países, perderão a licença mundial, porque é impossível mantê-la, nesses termos nos dias que passamos.*¹⁴⁸

¹⁴⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Sarney (UDN-MA), em 11/08/1961.

¹⁴⁷ Roberto Campos. In: BANDEIRA, 1999, p. 11.

¹⁴⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Sarney (UDN-MA), em 11/08/1961.

Para que essa decisão fosse tomada pelos Estados Unidos, os antiamericanos reivindicavam a aplicação dos princípios da PEI e das diretrizes de Jânio quanto à postura independente em todos os fóruns multilaterais, inclusive na reunião que ocorria no Uruguai sobre a ajuda financeira da Aliança para o Progresso, em que a delegação brasileira foi chefiada pelo ministro da fazenda Clemente Mariani. Era preciso exigir que a ajuda dos Estados Unidos não se limitassem a paliativos e contribuições para a educação, saúde e assistência social, mas que incluíssem principalmente investimentos em indústrias de base, fator realmente capaz de contribuir para a superação da linha do subdesenvolvimento econômico.¹⁴⁹ Em realidade, Mariani, dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, defendeu diante do conselho da OEA que o conflito ideológico Leste-Oeste estava condicionado à atenuação do desequilíbrio econômico e social entre Norte-Sul, considerando especialmente as Américas. Da mesma forma, sustentou que o programa deveria concentrar seus esforços nas zonas de depressão econômica, principalmente Nordeste brasileiro e Bolívia, áreas consideradas perigosas para o alastramento das ideias comunistas pelo governo norte-americano. Em nota divulgada após a reunião, Mariani afirmava que os financiamentos da Aliança para o Progresso ao Brasil deveriam atingir cerca de 800 milhões de dólares por ano.¹⁵⁰

Houve também interpretações calcadas numa postura preconceituosa, mesmo quando os objetivos da proposta norte-americana se apresentavam como benéficas para o Brasil. Nesse sentido, os antiamericanos radicais, como em outras ocasiões, enxergaram na Aliança para o Progresso um velho hábito da “política de chantagem” do imperialismo yanque, que era apresentada como salvação da América, mas que trazia no seu bojo “mais miséria, mais pobreza, mais exploração, menos desenvolvimento independente, mais tirania e menos liberdade”:

Em outras ocasiões os atores se chamavam Coolidge, Hoover, Truman, Eisenhower; hoje se chama Kennedy. O que antes se denominava Doutrina Monroe, Política de Boa Vizinhança, etc., hoje se denomina Aliança para o Progresso. Reuniões do tipo dessa que pretende realizar na capital uruguaia, dentro de algumas semanas, já tiveram lugar dezenas de vezes, ao longo dos decênios que marcam a vida das antigas colônias europeias na

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Guerra Fria tem base econômica, diz Mariani. **Jornal do Brasil**, 09/08/1961. EUA comprometem-se a ajudar América Latina. **Jornal do Brasil**, 10/08/1961. Projeto de Declaração aprovado sem voto de Cuba. **Jornal do Brasil**, 16/08/1961. Brasil terá US\$ 800 milhões anuais da Aliança para o Progresso. **Jornal do Brasil**, 26/08/1961.

América. (...) Kennedy hoje promete a mesma coisa que prometeram seus antecessores aos povos latino-americanos. E usa a mesma linguagem. (...) Essa política que o presidente Kennedy tenta apresentar como reviravolta, que procura caracterizar ideologicamente como a luta da liberdade contra a tirania (todas as outras “doutrinas” e “planos” dos Estados Unidos em relação aos povos latino-americanos continham também esse ingrediente “ideológico”, mudando-se de acordo com a época, é claro, o representante da “tirania”) não passa, essa é a verdade, de mais uma tentativa desesperada – esperamos que seja a última e fracasse – do imperialismo e dos monopólios norte-americanos para perpetuar a sua dominação política e econômica sobre todos os países independentes da América Latina, menos um: a gloriosa Cuba de Fidel Castro, que já rompeu as cadeias de exploração do seu povo (...).¹⁵¹

Para os americanistas, por outro lado, se o Brasil quisesse receber os benefícios que foram testemunhados em outras partes do mundo, como com o Plano Marshall, deveria então alterar sua abordagem com os Estados Unidos, não mais “chantageando” via política internacional, como vinha sendo conduzido:

Podemos trazer para aqui muito mais do que 500 milhões de dólares [como prometido inicialmente para a Aliança para o Progresso]; podemos trazer investimentos maciços; podemos trazer cooperação mais intensa, sem que isso signifique o recrudescimento de qualquer forma de colonialismo, mas apenas a necessidade que tem o mundo de progredir, um mundo onde não haja países ricos exploradores, nem países pobres explorados.¹⁵²

Na prática, parlamentares de todos os matizes concordavam com a necessidade da ajuda financeira externa para o desenvolvimento do País. No entanto, alguns deles lembravam que nem todos os problemas brasileiros deveriam esperar o aporte de capital do estrangeiro para sua solução. Dessa maneira, o deputado Rubem Nogueira defendia que a erradicação do analfabetismo não deveria figurar na pauta de reivindicações do Brasil durante a discussão do lançamento da Aliança para o Progresso. Para ele, o analfabetismo era problema do Brasil, “que nos envergonha”, para cuja solução havia leis e recursos orçamentários. Bastava cumprir a Constituição.¹⁵³

Ainda sem resultados concretos quanto a uma substantiva ajuda financeira dos Estados Unidos, Jânio Quadros reclamava, próximo do fim de seu governo, de que palavras e planos já não bastavam. O programa Aliança para o Progresso ainda estava no início de sua

¹⁵¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

¹⁵² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Océlio de Medeiros (PSD-PA), em 11/08/1961.

¹⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Rubem Nogueira (PRP-BA), em 11/08/1961.

implementação, mas a crítica de Quadros serviria perfeitamente para todo o restante de sua aplicação. Isso porque ao fim não foram obtidos os financiamentos necessários para sustentar o plano e, como dito acima, a opção pelo intervencionismo encoberto e o uso da força, em última instância, foi retomada por Washington, em detrimento de qualquer plano de ajuda financeira.¹⁵⁴

Parte das autoridades norte-americanas estava de fato inclinada a promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos pela Aliança para o Progresso, especialmente após a revolução cubana ter comprovado que as massas rurais e marginalizadas, tradicionalmente letárgicas, poderiam despertar e se transformar em uma força política efetiva, em direção a um processo revolucionário comunista. A Aliança para o Progresso, em definitivo, foi uma resposta desses grupos às causas da ameaça comunista na região – uma preocupação político-estratégica antes que simplesmente econômica e comercial.¹⁵⁵ Apesar disso, sofreu fortes resistências internas quanto à sua viabilidade prática, dentro das preocupações em torno da segurança nacional e das estratégias para a Guerra Fria.

¹⁵⁴ Jânio diz aos EUA (via Prado) que “palavras e planos já não bastam” para subdesenvolvidos. **Jornal do Brasil**, 02/08/1961. PECEQUILO, 2011, p. 31.

¹⁵⁵ CIA, Central Intelligence Bulletin, Memorandum for Mr. Dulles/Mr. Arthur Schlesinger, Jr., 05 de maio de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

CAPÍTULO 3

Política Externa, risco comunista e crise institucional: Cuba, renúncia de Quadros e posse de Jango

A partir das discussões acerca dos problemas econômicos e dos desafios criados ao desenvolvimento brasileiro, foram acrescentados outros, de ordem política e estratégica. Nessa linha, risco comunista e cálculos em torno da Guerra Fria combinaram-se para, ainda em um formato difuso, fortalecerem as críticas contra a PEI de Quadros. Nessa toada, a questão cubana ganhou importância até então não vista para o Brasil, tanto no que atingia suas diretrizes internacionais, quanto os rumos políticos domésticos.

Ainda durante as eleições de 1960, Jânio Quadros, acompanhado de seu futuro ministro das relações exteriores, Afonso Arinos, visitou Cuba. Ali se esboçava a política que o futuro governo adotaria em relação à ilha de Fidel Castro. Ambos ficaram convencidos de que Cuba necessitava reintegrar-se plenamente ao sistema interamericano e de que a aproximação do Brasil não fosse apresentada como gesto de hostilidade aos Estados Unidos, para evitar tanto uma má repercussão na política interna como eventuais dificuldades ao País.

Na Câmara dos Deputados, antes também da posse de Quadros, avolumavam-se vozes a favor de uma reorientação em relação à política externa brasileira para a questão cubana. Criticava-se a posição do chanceler Horácio Lafer, do governo de Juscelino Kubitschek. Eram os primeiros passos de um longo debate acerca do problema cubano em relação aos Estados Unidos e à União Soviética e, por conseguinte, suas implicações para a política de segurança hemisférica. Os antiamericanos moderados acusavam a “velha” diplomacia do Itamaraty de “fraqueza”, “tibiaza” e “vassalagem” à *Wall Street*. Era o protesto de um deputado – “protesto de um representante do povo, contra esse ministro viajante dos americanos [em referência ao chanceler Horácio Lafer]”.¹ O apelo contra a atitude

¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Anísio Rocha (PSD-GO), em 11/01/1961.

americanista do governo já havia sensibilizado o novo presidente eleito. Àquela altura, se fazia sentir uma forte demanda pela adoção de uma política externa brasileira que incorporasse as teses antiamericanas – o terreno havia ficado propício para a PEI no que se referia à defesa do princípio da não-intervenção e, por conseguinte, defesa de Cuba contra qualquer plano de invasão norte-americana.

Pouco tempo depois, o assistente especial do secretário de estado para assuntos latino-americanos, Adolfo Berle Jr., ex-embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, visitou o Brasil com o intuito de obter a anuência de Quadros para reconhecer de imediato o governo contrarrevolucionário cubano, na eventualidade de deposição de Fidel. Através desse reconhecimento, os Estados Unidos poderiam, dentro desse espírito, invadir Cuba com suas próprias forças se requerido. Para ele, Cuba se afastava da disciplina interamericana ao adotar a política de um grupo extracontinental que desejava controlar as Américas. O representante norte-americano acenava com a possibilidade de ajuda externa em troca do apoio brasileiro à política intervencionista de Washington nas Caraíbas.²

A audiência entre o presidente e Berle exemplificou a postura de contestação aos Estados Unidos por Quadros e pela sua PEI. O presidente procurou endurecer (fazendo-o esperar por mais de duas horas pela audiência e, depois, praticamente o expulsando do gabinete) a conversa a fim de demonstrar a autonomia e independência decisória do Brasil nos assuntos de seu interesse. Ademais, o governo brasileiro discordava da ênfase dada ao problema cubano pelos Estados Unidos, enquanto procurava colocar em primeiro plano as questões relativas ao apoio econômico e financeiro ao País. Como de costume, a essa atitude de Quadros – de frieza e rechaço a um graduado representante do governo norte-americano – foi dado amplo conhecimento. No Congresso, os antiamericanos extasiaram-se com a notícia.³

As discussões acerca de Cuba e de todos os temas que a acompanhavam, sem qualquer intenção do governo Quadros, foram se tornando pontos de grave disputa sobre qual caminho o Brasil deveria adotar. Para os antiamericanos, a defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos; para os americanistas, apoio às teses de

² Essa informação foi repetida mais tarde por deputados que visitaram Cuba, em maio daquele ano. Na ocasião, Fidel Castro exibiu telegramas que ligavam a concessão de empréstimos ao Brasil pelo FMI e à mudança de posições em relação a Cuba. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Osmar Cunha (PSD-SC), em 12/05/1961.

³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Osmar Cunha (PSD-SC), em 12/05/1961. BANDEIRA, 2007, p. 557. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 319. VIZENTINI, 2004, p. 157. GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 183.

Washington de que Havana havia se tornado uma cabeça-de-ponte para o comunismo no hemisfério e, portanto, não configurava em apenas um problema bilateral entre Cuba e os Estados Unidos. A evolução dos acontecimentos históricos iniciados com um malfadado plano gestado pelo governo Kennedy de invasão do território cubano passou, por motivos não diretamente ligados a isso, pela desconfiança do caráter não-comunista do presidente brasileiro, uma crise institucional interna e, finalmente, retomada do temor comunista pela figura de um outro ator político que substituiria Quadros na função de comando do País.

1. O malogro da invasão da Baía dos Porcos

No dia 17 de abril, uma força paramilitar integrada por exilados cubanos, treinados e apoiados pela CIA, desembarcou na Baía dos Porcos (Playa Girón), em Cuba. Após a invasão, o governo cubano expediu um apelo “aos povos da América e do mundo” denunciando que “o imperialismo dos Estados Unidos, o maior inimigo da humanidade, lançou sua anunciada e covarde agressão contra Cuba”, usando “mercenários e aventureiros”. A União Soviética exigia na ONU a cessação imediata das operações iniciadas em Cuba, atribuindo a total responsabilidade dos acontecimentos aos norte-americanos. Nikita Krushev, primeiro-ministro da União Soviética, chegou a declarar que Cuba poderia contar com o auxílio soviético, mas foi intimado por John Fitzgerald Kennedy, presidente dos Estados Unidos, a não intervir em território cubano. O mesmo foi visto no Brasil, quando centenas de manifestantes marcharam sobre o consulado norte-americano no Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, acusando os EUA de uma atitude “imperialista e covarde”. Manifestações antiamericanas também eclodiram em outras cidades da América Latina, Europa e Ásia, com queima de bandeiras dos Estados Unidos e tentativa de atacar edifícios de representações norte-americanas. No Chile houve greve geral em solidariedade a Cuba. Na ONU, o representante norte-americano, Adlai Stevenson, negou qualquer ação agressiva de seu país. Em Washington, declaração semelhante foi feita pelo secretário de estado Dean Rusk. Ambos, porém, manifestaram simpatia pelos anticastristas, que vinham lutando em prol da liberdade do povo cubano.

Pouco tempo depois, sob o lema “*patria o muerte*”, a invasão foi reprimida pelas tropas de Fidel Castro e pela mobilização popular. A campanha semi-encoberta da administração Kennedy para depor o regime castrista revelou as fraquezas dos planos norte-

americanos para conter o avanço comunista no hemisfério: mal assessorada, pouco informada, irracional e desproporcional para os objetivos envolvidos. Pior: reforçava as críticas feitas ainda antes das eleições contra o presidente de que era jovem, inexperiente e que não poderia enfrentar os complexos problemas internacionais, e ridicularizado pela oposição como um “*no-win chief*”.⁴

A política externa de Jânio, apesar de eloquente na sua altivez e no discurso a favor da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, eximiu-se de maior envolvimento na questão cubana. A diplomacia brasileira cria que era preciso evitar uma intervenção em Cuba, a qual precipitaria a volta da pauta político-repressiva em detrimento da econômico-cooperativa de Washington no combate ao comunismo na América Latina. Desde há muito, o Brasil desejava ver os EUA combaterem a “subversão comunista” através do apoio concreto ao desenvolvimento econômico do País. Inicialmente, Quadros resistiu a fortes pressões dos Estados Unidos em apoiar um plano de invasão de Cuba e, ao tomar conhecimento de sua efetivação, ordenou o Itamaraty expressar o “repúdio” do Brasil. Em face da sugestão de Arinos de que esse gesto seria “muito duro”, ao fim manifestou apenas “profunda apreensão” diante da violação à soberania de Cuba, reiterando “sua decisão inabalável de defender neste continente e no mundo os princípios de autodeterminação dos povos”, apoiando, ao mesmo tempo, a proposta mexicana que solicitava a imediata cessação das hostilidades e a apuração da origem das forças desembarcadas em território cubano. Alguns outros países latino-americanos, como Equador e Guatemala, apoiaram incondicionalmente o movimento anticastrista, ao passo que Índia, China e Arábia Saudita acusaram os Estados Unidos de patrocinadores e estimuladores da invasão.⁵

A esse posicionamento, os antiamericanos reputaram ausência de uma atitude “realmente vigorosa” de Quadros, o que posicionava sua política externa independente apenas

⁴ HERSHBERG, James G. The Crisis Years, 1958-1963. In: WESTAD, 2000, p. 316. A política de contenção ao comunismo teve início com a própria estratégia norte-americana para a Guerra Fria e foi formulada por George F. Kennan, em 1947, para conter o avanço soviético na Europa. Invasores de Cuba lutam já no interior. **Jornal do Brasil**, 18/04/1961. Kennedy diz a Krushev que fique fora de Cuba. **Jornal do Brasil**, 19/04/1961. Manifestações anti-EUA em três continentes. **Jornal do Brasil**, 20/04/1961. Jornal russo diz que atitude de Kennedy na crise cubana é miopia. **Jornal do Brasil**, 22/04/1961. BANDEIRA, 2009, pp. 213, 216. WIDMER; KENNEDY, 2012, p. 3.

⁵ CERVO; BUENO, 2002, p. 354. CERVO, 1994, p. 160. VIZENTINI, 2004, pp. 144, 158. BANDEIRA, 2007, p. 558. Apreensão do Brasil pelos desembarques armados em Cuba. **Jornal do Brasil**, 18/04/1961. EUA barram ação da ONU contra intervenção em Cuba. **Jornal do Brasil**, 21/04/1961. Brasil pede à ONU que apure a invasão. **Jornal do Brasil**, 22/04/1961.

nos limites da retórica.⁶ Deveria, aliás, ter protestado junto aos Estados Unidos, que organizaram a expedição. A manifestação de uma modesta “apreensão”, ainda que pessoalmente intencionasse expressar “repúdio”, tornava flagrante uma característica essencial de sua PEI: a de ser uma tentativa, que recuava diante dos obstáculos mais sérios; muito forte nos seus princípios e discursos, nem tanto na sua execução.⁷ Para o deputado petebista por Minas Gerais San Tiago Dantas, o governo brasileiro preferiu com isso nada esclarecer; ao invés, contribuiu para aumentar a perplexidade das demais chancelarias e do público com frases ambíguas, que tanto pareciam condenar a atitude dos Estados Unidos em relação a Cuba, como denunciar uma possível intervenção de países socialistas no regime revolucionário cubano. Dantas dizia não ser lícito a um Estado ou à própria OEA penetrar na esfera de autodeterminação de um Estado para procurar mudar-lhe o regime. Antiamericano moderado, San Tiago era ainda “apenas” um deputado, sem influência decisiva nos rumos da política externa brasileira.⁸

Pouco depois da invasão, um grupo de deputados se deslocou para o Rio de Janeiro com o intuito de se encontrar com o embaixador dos Estados Unidos, Moors Cabot, e manifestar as apreensões da Câmara dos Deputados e um apelo ao presidente Kennedy, assinado por diversos deputados membros da FPN, para que o governo norte-americano continuasse a justificar sua liderança no mundo ocidental e não interviesse em Cuba, em consonância com o direito à autodeterminação. Faziam parte da comitiva os antiamericanos Barbosa Lima Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Josué de Castro, Bocaiuva Cunha, Fernando Santana e Neiva Moreira. Para eles, o esmagamento da revolução cubana por forças estrangeiras traria, invariavelmente, repercussões negativas para o processo de evolução pacífica de ideias e fatos que interessavam ao desenvolvimento brasileiro, evitando, ao mesmo tempo, entrar no mérito da questão ideológica de Cuba. Na prática, o ato coletivo desses parlamentares não resultou em qualquer compromisso concreto. Cabot disse em

⁶ Comentando mais tarde o episódio, Quadros repetia a deliberada imprecisão dos termos da declaração oficial brasileira: “manifestei junto a autoridades norte-americanas e continentais as minhas apreensões em relação a qualquer violência contra o governo e o povo cubanos. Entendia que a ação da natureza da desenvolvida poderia pôr em risco a unidade das Américas e a própria paz mundial”. In: Jânio pronto a entender-se com Kennedy e Krushev. **Jornal do Brasil**, 31/05/1961.

⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 26/08/1961.

⁸ San Tiago: EUA são culpados por Fidel e devem negociar. **Jornal do Brasil**, 16/05/1961. San Tiago dizia: “é preciso manter a longa via das negociações. Negociar ainda, negociar sempre”. Foram esses princípios que ele tentou levar para a Conferência de Punta del Este no janeiro do ano seguinte, nas funções de chefe de delegação e chanceler brasileiro, buscando revestir a PEI com maior vigor e obediência a seus princípios.

entrevista que estranhava que representantes de um país democrático reivindicassem a defesa de uma tirania em Cuba, um país tão claramente ligado ao comunismo.⁹

De maneira geral, a bancada antiamericana na Câmara dos Deputados acusou imediatamente a invasão de Cuba como sendo uma ação desempenhada por forças preparadas pelos Estados Unidos, explorando “cubanos que estavam na miséria em Miami enviando-os a defender interesses americanos”.¹⁰ Essa atitude, mais uma vez, confirmava “a imaturidade dos Estados Unidos para a liderança deste continente”. O ataque “traíçoeiro”, preparado nos Estados Unidos e subvencionados pelos grupos econômicos que exploravam a terra cubana e que se viram, de um momento para outro, pela energia de Fidel Castro, varridos da Ilha, reforçava a convicção dos mapas cognitivos dos antiamericanos, do agrupamento radical principalmente. Nesse aspecto, eram os interesses econômicos da plutocracia norte-americana que informavam a diplomacia do país, a exemplo das velhas práticas da diplomacia da canhoneira e do dólar, fundamentado no preconceito de que os Estados Unidos sempre se moveriam por motivos ardis, a despeito das promessas – falsas – do jovem e recém empossado presidente Kennedy. Essa análise se assentava na crítica marxista, que identificava os Estados Unidos como a própria expressão da classe burguesa, que mais tarde culminaria em esquemas explicativos como a teoria da dependência, ou de modo mais simples, na influência perniciosa dos interesses capitalistas na direção da política externa norte-americana¹¹:

*Ora, é preciso ser muito ingênuo para não verificar que atrás dessa traiçoeira, dessa vil, dessa, sem dúvida, bem maquinada invasão de Cuba, está o apoio dos Estados Unidos. Nunca tivemos ilusões com relação ao presidente Kennedy que, ao ensejo de sua posse, fez discurso em que dava a entender que os Estados Unidos iam mudar sua política para a América Latina. Kennedy é apenas uma expressão dos trustes internacionais, um defensor dos baixos desígnios, desses mesmos trustes.*¹²

Os antiamericanos radicais viam no episódio da Baía dos Porcos a prova da continuidade do cinismo na política externa dos Estados Unidos. Kennedy prometera liberdade e bem-estar aos povos latino-americanos e ofereceu a Cuba, em verdade, a

⁹ Deputados lançam movimento nacional em defesa do princípio de autodeterminação. **Jornal do Brasil**, 19/04/1961. STORRS, 1973, p. 314.

¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Brant (PR-MG), em 12/05/1961, Neiva Moreira (PSP-MA), em 24/04/1961, e Fernando Santana (PTB-BA), em 12/05/1961 e em 28/05/1962.

¹¹ WESTAD, 2005, p. 28.

¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 19/04/1961.

“agressão armada, o estímulo à ação terrorista contra a revolução, o bombardeio de cidades e a destruição de plantações”, não para exterminar a alegada ditadura comunista que lá havia se implantado, mas para restaurar o velho estado de coisas, “restaurar os trustes que sugavam as riquezas da ilha e obrigavam o povo cubano a viver na mais extrema das misérias”.¹³ Mas, para a sua satisfação, o malogro da invasão instigava a esperança que ainda havia na luta contra o imperialismo:

*Nas praias de Girón, na pequenina Cuba, a 90 milhas das costas americanas, o povo cubano prestou um grande serviço aos povos irmãos da América Latina. Mostrou que a fera ainda tem dentes, ainda é agressiva, pode fazer mal. Mas mostrou também que ela já não pode impedir, com facilidade de antes a verdadeira liberdade. Não a liberdade que o presidente Kennedy prega hipocritamente – a liberdade que favorece o imperialismo destes estrangeiros, mas a liberdade que permite a reforma agrária verdadeira, que extermina a miséria dos campos e das cidades, a liberdade que permite a codificação de uma indústria nacional autêntica, a liberdade enfim que promove a exploração das riquezas em favor do povo, para transformar a nação num Estado soberano, senhor dos seus próprios destinos.*¹⁴

De fato, cinco dias antes da invasão, Kennedy havia declarado que não haveria, em nenhuma circunstância, intervenção em Cuba “por parte das forças armadas dos Estados Unidos”, acrescentando que “o problema de Cuba [era] dos próprios cubanos”. Mais uma vez, acusava Castro por sua aproximação com o Bloco Comunista e por suas críticas “aos líderes democráticos liberais do hemisfério”.¹⁵ Em parte, sua promessa foi cumprida, pois em termos técnicos, não houve utilização (oficial) de homens das forças armadas norte-americanas na tentativa de deposição do regime cubano. De outra parte, as teses antiamericanas de ações traiçoeiras e às escondidas pelo governo dos Estados Unidos na América Latina ganhavam mais uma prova de sua veracidade. De modo semelhante, os interesses e as ambições dos Estados Unidos na América Latina não admitiam, na concepção antiamericana, preocupações de ordem geoestratégica, restando limitados ao único objetivo do lucro.¹⁶ Era como se a Guerra Fria não existisse de fato para os antiamericanos.

Para alguns dos americanistas, não havia evidências de que os Estados Unidos tivessem contribuído para a invasão. Ao contrário, adotavam, naquele momento, uma política “de respeito absoluto às soberanias dos pequenos países”, abandonando o passado de

¹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 27/07/1961.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ EUA não intervirão em Cuba. **Jornal do Brasil**, 13/04/1961.

¹⁶ BANDEIRA, 2007, p. 34.

intervenções da época do *Big Stick*, o que não era observado por um outro imperialismo recente, muito mais ameaçador, que era o soviético:

*Os Estados Unidos poderiam, de uma rajada, acabar com Cuba, mas está respeitando a opinião do povo cubano, mesmo com essa ameaça do comunismo no hemisfério.*¹⁷

Essa opinião certamente não levava em consideração que os Estados Unidos encontravam-se, na realidade, impedidos de uma ação direta em Cuba nessas circunstâncias em razão de uma possível retaliação da União Soviética. Washington temia que em resposta Moscou pudesse invadir Berlim Ocidental ou mesmo a Turquia, tornando os acontecimentos incontroláveis e com um risco de generalização nos conflitos ou até o limiar de uma guerra nuclear, o que seria suicídio. Esse foi o motivo que levou Kennedy a evitar o envolvimento direto e aberto das forças armadas norte-americanas na invasão da Baía dos Porcos.¹⁸ Os americanistas, no entanto, preferiram uma interpretação *naïve* dos acontecimentos, crendo numa nova limitação ética dos Estados Unidos no que concernia ao seu uso da força, compartilhando o mito americano de que o país agia consistentemente de acordo com uma moral superior.

Para outros, o mais importante era deter o avanço comunista no hemisfério, razão pela qual o Congresso Nacional deveria pronunciar uma palavra de simpatia e apoio ao movimento anticastrista operado durante a invasão da Playa Girón e que queria “libertar a sua terra do jugo de um ditador que já caiu nos braços da Rússia”¹⁹, acentuando que os invasores não compunham um exército de mercenários apenas.²⁰ Ademais, não caberia falar em autodeterminação dos povos em um país onde não se admitia eleições e em que o comunismo internacional se implantou.²¹ Ressoavam a mesma defesa feita por José Miró Cardena, líder dos exilados cubanos e chefe do Conselho Revolucionário de Cuba, para quem o problema cubano não deveria ser considerado apenas à luz do direito de autodeterminação, mas sobretudo a partir dos interesses da segurança, da paz e da defesa das Américas. Por essa razão, os americanistas advogavam que Cuba havia passado de um problema de interesse só dos Estados Unidos para constituir prioridade também do Brasil e de qualquer outra nação da América Latina. De início a revolução cubana, segundo eles, despertou grandes simpatias internacionais, para logo depois terem seus princípios traídos “pelo próprio chefe que

¹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Corrêa da Costa (UDN-MT), em 27/07/1961.

¹⁸ BANDEIRA, 2009, p. 215.

¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/05/1961.

²⁰ Discursos Senado Federal. Senador Victorino Freire (PSD-MA), em 25/04/1961.

²¹ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 26/05/1961 e em 30/06/1961.

comandou a luta contra a corrupção, os privilégios e os abusos de poder dos governos corruptos”. Essa “revolução”, pois, deveria ser contida pela ameaça que representava à paz do continente.²²

Essa interpretação estava em perfeita consonância com a visão de Washington de não encarar o problema cubano como que se pudesse ser negociado somente se o governo norte-americano relaxasse a política de hostilidade e permitisse que os maiores países da América Latina agissem como mediadores. Ao contrário, a administração norte-americana defendia – e os americanistas seguiam essa linha – de que o problema não era de maneira alguma de caráter bilateral e que assuntos como compensação pela expropriação de propriedades eram de importância secundária, que poderiam ser negociados se outras circunstâncias fossem favoráveis. Para eles, a causa real de preocupação estava no estabelecimento em território cubano de uma cabeça-de-ponte para a penetração comunista e a subversão de todo o hemisfério, em uma nova forma de agressão contra o interesse coletivo. Quanto a isso, Kennedy sustentava que

*os indícios são claros – e a hora é tardia. Nós e nossos amigos latino-americanos teremos de enfrentar a realidade de que não podemos mais adiar a própria questão de nossa sobrevivência. Nesse aspecto, diferente, talvez, de alguns outros não pode haver contemporização.*²³

O representante dos EUA na ONU dizia que, por esse motivo, “o assunto deveria preocupar a todas as repúblicas americanas, afetando a América Latina mais que os Estados Unidos, porque [eram] os países latino-americanos os mais vulneráveis e os alvos de fato da agressão indireta [de então]”. O problema, portanto, era universal, e um país como o Brasil deveria se inquietar mais que os próprios Estados Unidos com a ameaça que Cuba representava. Ao menos os americanistas brasileiros concordavam com isso.²⁴

Para os antiamericanos, os Estados Unidos vinham errando em relação aos países do Terceiro Mundo, como apontava o exemplo da questão cubana, o que os tirava qualquer apoio popular nessas regiões, pois

ao invés de se manterem em atitude de reserva, para que os acontecimentos digam de que lado está o povo de cada país, o Departamento de Estado e, através dele, o Serviço de

²² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ocelio de Medeiros (PSD-PA), em 24/04/1961.

²³ John Kennedy. In: EUA barram ação da ONU contra intervenção em Cuba. **Jornal do Brasil**, 21/04/1961.

²⁴ CIA, Remarks by the honorable Adlai Stevenson, United States Ambassador to the United Nations, before the National Press Club, 26 de junho de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

*Inteligência, toma posição inteiramente contrária aos sentimentos dos povos da Ásia, da África e da América Latina.*²⁵

Qualquer movimento de libertação ou democratização vinha sendo julgado “aos olhos do mundo ‘livre’ como instrumento de Moscou, da União Soviética”, acusavam os antiamericanos. Da mesma forma,

*a pressão dos Estados Unidos lançou o povo chinês nos braços da União Soviética. Também o governo cubano, ainda que não comunista, e até anticomunista a princípio, foi levado, pela imbecilidade do Departamento de Estado, a jogar-se nos braços da União Soviética. Assim também qualquer país do mundo – inclusive o Brasil – que queira lutar pela sua emancipação econômica, encontrando de parte dos Estados Unidos, ou seja, dos trustes internacionais de Wall Street, a opressão, a incompreensão e a perseguição, lançar-se-á nos braços daqueles governos que queiram amparar as suas justas reivindicações.*²⁶

A relação entre os movimentos nacionalistas, independentistas, autonomistas, neutralistas com o comunismo vinha sendo apontado como uma tendência de Washington e que, ao fim, forçava muitos países a adotar a única solução possível, que era o estreitamento de relações com a União Soviética, como, para eles, havia ocorrido com Cuba. Para os antiamericanos, tratava-se de um sério erro de interpretação, em que a recusa dos Estados Unidos em acudir esses movimentos libertários era o que os conduzia ao comunismo; para os americanistas, o primeiro passo para um processo consciente e planejado de comunização desses países, maquinado desde o princípio. Para o deputado San Tiago Dantas (PTB-MG), cabia totalmente ao governo dos Estados Unidos grande parte da responsabilidade pela deterioração da situação cubana, notadamente após a edição do *Sugar Act* de 1960:

*É uma grave perda para o sistema americano o fato de Cuba colocar-se sob um regime antidemocrático, mas isso não justifica a aplicação de sanções econômicas ou militares. Além disso, ao contrário do que manifestaram os Estados Unidos, não podem ser consideradas encerradas as negociações com o governo Fidel, único caminho para evitar que Cuba seja lançada ao rol dos fatos consumados.*²⁷

Os antiamericanos radicais criam menos em um erro de interpretação do Departamento de Estado, e mais numa estratégia deliberada de apoiar somente governos

²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Domingos Velasco (PSB-RJ), em 26/01/1961.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ San Tiago: EUA são culpados por Fidel e devem negociar. **Jornal do Brasil**, 16/05/1961.

ditatoriais, nas Caraíbas, na América do Sul, Ásia e outros continentes.²⁸ Isso porque as democracias, mais propensas a ouvir as reivindicações do povo, lutavam “pela sua emancipação econômica, [tendo] que se chocar com os interesses dos trustes de Wall Street”. A interpretação da ação internacional dos Estados Unidos, nessa linha, alicerçava-se nos seus interesses econômicos, “na sua velha e desmoralizada política de apoiar os interesses dos trustes norte-americanos que espoliam os povos subdesenvolvidos”. A alegação de que Cuba constituía ameaça à integridade dos Estados Unidos porque estava aceitando a ajuda da União Soviética, portanto, seria apenas um pretexto para flexibilizar o princípio da não-intervenção. E para esse princípio, lembravam os antiamericanos radicais, os Estados Unidos mantinham-se os principais defensores quando se tratavam dos “Somozas e outros mais, como Franco, Salazar, na Saudi Arábia, em toda a parte onde há verdadeira opressão dos povos”. E da mesma forma:

*Quando um povo luta por sua emancipação econômica, quando luta pelos seus direitos fundamentais e encontra de Wall Street a maior oposição, enquanto, da União Soviética, mãos estendidas, indago quem poderá condená-lo por aceitar o auxílio desta (...). Como condenar Fidel Castro? (...) por se revoltar contra a espoliação dos trustes internacionais?*²⁹

Cabe destacar que essa crítica não era uma singularidade de antiamericanos do Terceiro Mundo. Nos Estados Unidos, no mesmo período, um grupo de intelectuais e estudantes exigia do governo o restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba e a cessação do apoio de Washington aos exilados cubanos, com vistas a separar o regime de Fidel do Bloco Comunista. De acordo com essa linha, a intervenção indireta nos assuntos cubanos distorcia os tradicionais propósitos norte-americanos.³⁰ Igualmente, no senado norte-americano, o vice-presidente da comissão de relações exteriores daquela Casa e presidente da subcomissão encarregada da América Latina, senador Wayne Morse, considerava a política da Casa Branca para Cuba um erro colossal e incompatível com o direito internacional, com os

²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSB-RJ), em 26/01/1961.

²⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Domingos Velasco (PSB-RJ), em 26/01/1961.

³⁰ Intelectuais dos EUA pedem reatamento com Cuba. **Jornal do Brasil**, 11/05/1961. Estudantes dos EUA contra “contínua hostilidade” de Kennedy em relação à Cuba. **Jornal do Brasil**, 15/05/1961. Um grupo de emigrados cubanos, em resposta ao manifesto assinado por 70 professores de Harvard e MIT que condenava a hostilidade dos Estados Unidos em relação a Cuba, afirmaram que eles haviam adotado os argumentos e as posições comunistas com o propósito de amarrar as mãos do presidente Kennedy para a solução do problema cubano. Esse foi apenas mais um exemplo de que a dualidade e a esquizofrenia comunismo/anticomunismo havia se alastrado por todo o globo. In: Câmara dos Deputados dos EUA fixou posição contra Cuba: 401 x 2. **Jornal do Brasil**, 18/05/1961. GADDIS, 2006, p. 147.

princípios de uma política externa sensata e com o interesse da manutenção de Cuba no hemisfério ocidental. Essa opinião foi repetida no Congresso Nacional pelos antiamericanos para demonstrar que não eram apenas os políticos brasileiros que vinham manifestando oposição à invasão de Cuba, mas também políticos norte-americanos, e do mesmo partido do governo Kennedy, o que refutava as acusações de eles “estarem a serviço de ideologias estranhas”, de estarem contra os Estados Unidos. Esses antiamericanos congratulavam-se com as ideias de Morse na esperança de retomar a política da boa vizinhança de Roosevelt, em que ações unilaterais não fossem empreendidas pelos Estados Unidos, sob o custo de perderem “a amizade da maior parte do resto da América Latina por muitos anos”, apesar do triunfo militar.³¹

A despeito do fracasso da invasão da Baía dos Porcos, aumentaram as pressões norte-americanas sobre Cuba. Os planos de assassinato contra Castro, o programa de ações encobertas *Operação Mongoose*, as tentativas de imposição de sanções políticas interamericanas³² e as discussões a respeito de uma nova tentativa de invasão, até mesmo diretamente empreendida por forças armadas do país, passaram a fazer parte da rotina norte-americana para tratar da questão cubana, e que ganharia um novo capítulo apenas 18 meses depois do desembarque na Baía dos Porcos, com a crise dos mísseis, em proporções e riscos até então não experimentados durante a Guerra Fria.³³

Kennedy mostrava-se ainda mais preocupado com a situação cubana após o que era visto nos meios políticos norte-americanos como o desastre de Playa Girón. Para ele, “se a doutrina de não-intervenção não resguardar o continente do comunismo, os Estados Unidos não vacilarão em cumprir suas obrigações primordiais que se relacionam com sua própria segurança”. Os Estados Unidos enxergavam a defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos para o caso cubano, portanto, como uma justificativa para uma

³¹ Wayne Morse. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 26/04/1961.

³² Entre elas, a expulsão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, efetuada em abril de 1961, e a expulsão da OEA, em fevereiro do ano seguinte, na Conferência de Punta del Este. Na primeira ocasião, o Brasil votou pela aprovação da proposta, apresentada pelos Estados Unidos, solicitando ao mesmo tempo reserva às sessões e aos votos da Junta pela delegação de Cuba, “como medida de caráter temporário enquanto dure a atual e evidente aliança de Cuba com o bloco soviético” (In: Excluída Cuba da Junta Interamericana de Defesa. **Jornal do Brasil**, 27/04/1961). Na segunda, apesar da abstenção, a delegação brasileira atuou frontalmente contrária à proposta de expulsão.

³³ Kennedy estuda tática contra Fidel. **Jornal do Brasil**, 26/04/1961. Rusk pediu à OTAN que pressione América Latina contra Cuba. **Jornal do Brasil**, 15/05/1961. Para mais informações sobre a *Operação Mongoose* e os complôs de assassinato de Castro, ver a competente análise de Moniz Bandeira em: BANDEIRA, 2009, p. 216 et seq.

política de inatividade contra a penetração comunista no hemisfério. Cuba, enfim, não era uma “ilha totalmente isolada”, e a administração Kennedy não estava disposta a retroceder em seus objetivos nem a “abandonar Cuba” aos comunistas. Para Kennedy, algumas lições deveriam ser tiradas desse episódio, como a de que as forças do comunismo não deveriam ser subestimadas e de que Cuba se fortalecia como base para subverter as demais nações do continente.

Mais importante do que isso, a Guerra Fria passara a ser travada de forma implacável na vizinhança do país, a 120 quilômetros da costa norte-americana. E do mesmo modo que ocorria nas demais regiões do globo, ultrapassava em muito o choque dos exércitos ou o uso de armas nucleares para ser empreendida na base da subversão, da infiltração, da fraude. Para combater essa nova tática, portanto, os Estados Unidos elegeram os mesmos instrumentos que percebiam estarem sendo utilizados pelos comunistas, com as devidas modificações, ou seja, ações indiretas e encobertas, práticas abaixo dos atos oficiais de Estado, numa guerra não declarada, contra uma “agressão indireta”. Nesse sentido, o conceito tradicional de relações internacionais tornava-se sem sentido.³⁴

A questão cubana, realçada pelo malogro da Baía dos Porcos, trazia da parte do presidente Kennedy os matizes da Guerra Fria de segurança nacional norte-americana, defesa do modelo liberal-democrático e, enfim, da luta messiânica dos Estados Unidos contra o novo inimigo da paz e da liberdade:

*A mensagem de Cuba, do Laus, do crescente clamor de vozes comunistas na Ásia e na América Latina – estas mensagens são todas as mesmas. As sociedades que se entregam à complacência, à autoindulgência e ao comunismo estão sendo varridas junto aos escombros da história. Somente os fortes, somente os operosos, somente os dotados de visão podem sobreviver. Nenhuma tarefa maior se apresenta a esta nação e a este governo. Nenhum desafio é mais merecedor de toda a nossa energia. (...) Quero deixar claro que como seu presidente, estou decidido a manter a sobrevivência e o sucesso do nosso sistema, não importa o custo, não importa o perigo.*³⁵

Na Câmara dos Deputados, a bancada do PTB divulgou nota criticando essa nova disposição da administração Kennedy em atacar Cuba no caso de julgar a segurança do seu país ameaçada. Também em contraposição, a União Soviética prometia auxiliar Cuba em caso

³⁴ Secretário dos EUA pede uma reinterpretação da tese de não-intervenção. **Jornal do Brasil**, 13/05/1961.

³⁵ John Kennedy. In: Kennedy admite possibilidade de intervenção. **Jornal do Brasil**, 21/04/1961. Kennedy diz que paz atual é pior que guerra. **Jornal do Brasil**, 28/04/1961.

de ataque. Ainda em 1961, Krushev ameaçara os Estados Unidos com represálias, por meio de foguetes. Posteriormente, declarou referir-se aos foguetes simbolicamente, mas reiterou sua promessa de conceder toda a ajuda necessária a Cuba. Se imaginando isso ou não, os foguetes a que o primeiro-ministro soviético se referiu tornariam realidade somente no ano seguinte.³⁶ De todo modo, a União Soviética mostrava-se disposta a não permitir uma nova ação militar do tipo da Baía dos Porcos, pois para Krushev,

*se os imperialistas dos Estados Unidos, contra o senso comum, desencadearem outra aventura disfarçada contra Cuba, isso acarretará sérias consequências, sobretudo para os próprios Estados Unidos. Os imperialistas já não podem mais escapar, hoje em dia, de suas aventuras.*³⁷

Ajustados à Casa Branca, americanistas e anticomunistas ensaiavam a campanha “Cuba sim; comunismo não. Rússia fora de Cuba!”, baseada no manifesto do Partido Nacionalista, que vinha dando apoio à Ação Democrática Parlamentar (ADP) na sua luta “contra os falso-nacionalistas”. O partido em si não possuía expressão parlamentar, mas era uma forma de os americanistas refutarem o discurso dos nacionalistas tradicionais. O deputado João Mendes (UDN-BA), presidente da ADP, propunha-se a demonstrar que ela era contra esse “falso nacionalismo”, ou “internacionalismo” que defendia o processo de *bolchevização* de Cuba. Essa foi a mesma opinião de outro partidário da UDN, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que também procurava criticar os nacionalistas por culpar o “estrangeiro, imperialismo americano e outros mitos”, que apenas beneficiava os comunistas. Para ele, “o nacionalismo, como ideologia, é totalitarismo e serve agora ao comunismo, como serviu ao fascismo”.³⁸

Já em junho de 1961 observava-se no Congresso Nacional uma preocupação dos americanistas com “bombas atômicas russas” apontadas para os Estados Unidos e, por conseguinte, para a América, como também com a propaganda comunista no continente, a partir de Cuba. Essa subversão comunista, segundo apontado pelos americanistas, era feita com material vindo da Rússia já impresso em português e espanhol. Cuba, por diversos fatores de subordinação, havia se transformado em protetorado russo-soviético, perdendo a possibilidade de libertar-se por conta própria, razão pela qual não caberia a aplicação do

³⁶ PTB discorda do discurso de Kennedy e PTB acusa Kennedy de ferir a política exterior do Brasil. **Jornal do Brasil**, 06/05/1961. URSS reafirma que ajudará Cuba em caso de ataque, mas não diz de que forma. **Jornal do Brasil**, 27/04/1961.

³⁷ Nikita Krushev. In: Krushev reafirma apoio se Cuba for atacada. **Jornal do Brasil**, 03/05/1961.

³⁸ Carlos Lacerda contra UDN e a política internacional. **Jornal do Brasil**, 25/04/1961.

princípio da autodeterminação dos povos para a solução do problema cubano. Ela necessitava, na argumentação americanista, do apoio das nações irmãs do continente, para expulsar a Rússia de seu território, restabelecer o sistema democrático e reintegrar-se no quadro interamericano, para salvaguarda do modo de vida livre no continente. Os “falsos nacionalistas”, que se prestavam ao impatriótico papel de instrumentos do comunismo russo-chino-cubano no Brasil, deveriam ser combatidos. A ADP, nesse tocante, deveria atuar contra os quislings (pessoas que traem sua pátria, ajudando um inimigo invasor) “internacionalistas”.³⁹ Ocorre que os antiamericanos e os nacionalistas tradicionais também tinham em mente esse mesmo objetivo, só que com o alvo apontado no sentido inverso.

2. Do nacionalismo ao comunismo: Cuba como foco de subversão no continente

No Brasil, o embaixador Cabot informava ao chanceler Arinos existir uma evidente influência comunista em Cuba e que Castro era “um títere nas mãos dos dirigentes soviéticos”.⁴⁰ Essa opinião, naturalmente, vinha sendo compartilhada com os americanistas, que reclamavam da orientação política do governo em relação a Cuba. Em maio de 1961 foi aprovado um requerimento na comissão de relações exteriores da Câmara dos Deputados, de autoria de Ocelio de Medeiros (PSD-PA), solicitando o comparecimento do chanceler Arinos para pronunciar-se sobre o tema. Para ele, nesse tocante a política externa brasileira vinha sendo formulada de maneira duvidosa e apreensiva. Isso se devia, possivelmente, graças ao personalismo do presidente Jânio Quadros, apontava o autor do requerimento, de tal maneira “que a inquietude e o medo reinantes criam um clima de tensões e apreensões na vida nacional, esse reconhecido personalismo deve ser quanto antes contido na política externa, para que não ultrapasse as nossas fronteiras e concorra para insegurança do continente”, fortalecendo o regime cubano e sua capacidade de alastrar o comunismo nas Américas. Cria que a defesa feita pelo Itamaraty do princípio da autodeterminação dos povos – que acusava como simples princípio acadêmico, criação doutrinária – não conciliava com as preocupações de segurança hemisférica e de solidariedade com “um dos nossos maiores e mais sinceros irmãos, os Estados Unidos da América, nação irmã com quem o governo brasileiro está

³⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 16/06/1961.

⁴⁰ ARINOS FILHO, 2001, p. 183.

negociando empréstimos⁴¹, cooperação, ajuda, auxílios e financiamentos, enfrenta a possibilidade de uma guerra de destruição que talvez se alastre pelas nossas próprias fronteiras”.

Pensando assim, a preocupação com a Guerra Fria e o apoio estratégico aos Estados Unidos pelo Brasil, sem hesitações, eram a chave para mais investimentos e para o fortalecimento do sistema ocidental em um eventual conflito com seu novo inimigo ideológico, depois de Hitler e Mussolini, qual seja, o comunismo de Fidel Castro, de Stalin e de Khrushchev, para preservar, mais uma vez, as “liberdades democráticas” e as “indestrutíveis tradições cristãs”.⁴² A PEI de Quadros e Arinos em relação a Cuba, definitivamente, não vinha contribuindo para isso, segundo a ala americanista. A essas críticas, Quadros respondia que “as medidas sobre a política externa cabem ao presidente da República, que não pretende levar em consideração as palavras dos que estranham as medidas presidenciais, pensando que o presidente seria diferente do candidato”, o que confirmava, mais uma vez, o seu personalismo crônico.⁴³

Ao mesmo tempo, uma comitiva composta de cerca de vinte deputados visitou Cuba pouco tempo após a invasão da Baía dos Porcos, a convite do governo. Lá observaram *in loco* a situação política e econômica da ilha e tiveram reuniões com autoridades locais. No relato da viagem, expuseram a interpretação antiamericana da revolução: uma reação à política imperialista dos capitais norte-americanos. A aproximação à União Soviética, ademais, só havia sido decidida após o embargo comercial imposto pelos Estados Unidos, para vender seus produtos, pois

*quando a revolução cubana se fez, não tinha esse caráter socialista, que só apareceu depois como revide à tentativa de fazer com que Cuba continuasse, cada vez mais, dependente dos Estados Unidos (...) os EUA foram realmente o grande responsável pela atual situação de Cuba e pela retirada daquela nação da mentalidade dos princípios e dos dogmas latino-americanos antes existentes.*⁴⁴

Além disso, Fidel garantiu aos parlamentares brasileiros, durante conversa reservada que durou cerca de quatro horas, que não havia feito nenhum pacto militar com a União

⁴¹ Poucos dias depois, foi finalizado um acordo de empréstimo no valor de US\$ 1 bilhão com os Estados Unidos. In: Mariani assina acordo de US\$ 1 bilhão com os Estados Unidos. **Jornal do Brasil**, 17/05/1961.

⁴² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ocelio de Medeiros (PSD-PA), em 05/05/1961. Personalismo de Jânio deve ser contido para exterior, declarou Deputado Océlio. **Jornal do Brasil**, 06/05/1961.

⁴³ Política externa é assunto do presidente, reafirma Jânio. **Jornal do Brasil**, 24/05/1961.

⁴⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Osmar Cunha (PSD-SC), em 12/05/1961.

Soviética. O nível de cooperação se limitava, nesse sentido, às áreas econômica e comercial. Os antiamericanos estavam convencidos de que a revolução foi uma opção do povo cubano pela “esperança de dias melhores numa forma socialista ou socializante” ao invés de continuar na miséria e na exploração capitalista. Não era obra do comunismo internacional, mas de uma vontade soberana de seu povo por um caminho para o seu desenvolvimento:

*É um livre direito que tem o povo cubano (Palmas).*⁴⁵

Os americanistas insistiam que a defesa de Cuba era o mesmo que a defesa do comunismo soviético e tentavam imputar como “comprometedoras” essas palmas “porque de amigos da Rússia, de homens da esquerda”.⁴⁶ Mas esses deputados representavam ainda, na avaliação dos americanistas, uma parcela muito pequena, que não interpretava os sentimentos da maioria do Congresso. Entre eles, contudo, estava o líder do PTB, partido do futuro presidente, deputado Almino Afonso (PTB-AM), que “[morria] de amores por Cuba e países ligados à Rússia”⁴⁷, segundo seu acusador.

Os americanistas acreditavam que de nada valia progresso material sem liberdade. Em outros termos, não se diziam contra as reformas sociais empreendidas pelo governo revolucionário cubano, a construção de moradias para a população ou a erradicação do analfabetismo, mas sim que elas fossem levadas a termo “dentro da *sovietização*, ou com a supressão das liberdades, através da prisão de centenas de milhares de pessoas, do fuzilamento no *paredón*”, a exemplo do que ocorria também com a Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, e outras nações “torturadas pelo comunismo, onde não se [podia] dizer uma palavra em defesa da sua independência e da sua liberdade”.⁴⁸

Durante o período da presidência Quadros, os americanistas reclamavam da recorrência que a temática cubana era trazida ao debate ao invés dos “importantes problemas brasileiros que [deveriam] absorver a atenção desta Casa”, como a situação do Nordeste. Para eles, essa insistência era feita por parlamentares que atuavam como “representantes do povo cubano”.⁴⁹ Cuba ainda não era vista como uma ameaça alarmante para o anticomunismo brasileiro no Parlamento. Parte da imprensa, diferentemente, via com grave preocupação a

⁴⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ruy Ramos (PTB-RS), em 12/05/1961.

⁴⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/05/1961.

⁴⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/05/1961.

⁴⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Arruda Câmara (PDC-PE), em 12/05/1961, e Padre Vidigal (PSD-MG), em 29/05/1961. Discursos Senado Federal. Senadores Padre Calazans (UDN-SP), em 10/03/1961, Guido Mondin (PSD-RS), em 18/05/1961.

⁴⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 17/05/1961.

política brasileira para Cuba como indicação de uma guinada para a esquerda, se afastando do ocidente e se aproximando do oriente, onde a Iugoslávia, o Egito e Cuba gravitavam.⁵⁰

A ameaça cubana, grosso modo, era encarada com relativo comedimento pelos americanistas, apesar das preocupações de que poderia se transformar em cabeça-de-ponte do comunismo no hemisfério.⁵¹ Isso porque o governo brasileiro, apesar da defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos⁵² e do (moderado) protesto contra a invasão da Baía dos Porcos, mostrava-se contra a *sovietização* de Cuba. Arinos, por exemplo, prometia romper as relações entre os dois países no caso de Fidel instalar um governo “do tipo soviético”, concordando com a tese dos Estados Unidos de que os acordos hemisféricos impediam a existência de tal regime no continente. Por esse motivo, em uma exposição aos deputados na comissão de relações exteriores, em 17 de maio, o chefe do Itamaraty demonstrou que a implantação do regime comunista em Cuba exigia especial atenção dos demais países do continente:

*(...) devemos equilibrar a luta pela autodeterminação dos povos com a defesa do regime democrático, porque o que não podemos aceitar, na América, é o comunismo internacional (...) temos que nos mobilizar, mas mobilizar-nos dentro do quadro da não-intervenção.*⁵³

A justificava para a promessa de rompimento, segundo apresentada pelo chanceler, se assentava na propriedade distinta da busca por restabelecimento de relações com países comunistas como a URSS por uma questão de localização geográfica. O que definia um e outro seria estar “fora da América” ou “dentro da América”⁵⁴ Esse silogismo, ao mesmo tempo, agradava aos antiamericanos, como Ivete Vargas (PTB-SP) e San Tiago Dantas (PTB-MG), por prometer defender os princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos; e aos americanistas, pela postura irredutível contra o comunismo internacional no hemisfério. Buscava, de outro modo, se equilibrar entre dois compromissos opostos: o da não-intervenção e o da impossibilidade de aceitar uma república comunista na América.⁵⁵

⁵⁰ Guinada para a esquerda, editorial. **O Estado de S. Paulo**, 19/05/1961.

⁵¹ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 06/03/1961.

⁵² Em audiência no plenário da Câmara dos Deputados em 28 de julho, Afonso Arinos defendia que a não-intervenção era a garantia processual necessária ao princípio da autodeterminação.

⁵³ ARINOS FILHO, 2001, pp. 128, 188. Arinos reafirma que Brasil condenará intervenção em Cuba. **Jornal do Brasil**, 18/05/1961.

⁵⁴ Arinos: Brasil romperá com Cuba se Fidel adotar linha soviética. **Jornal do Brasil**, 06/05/1961. Brasil não cederá à histeria da intervenção. **Jornal do Brasil**, 23/05/1961.

⁵⁵ Arinos reafirma que Brasil condenará intervenção em Cuba. **Jornal do Brasil**, 18/05/1961.

Outro aspecto que destoava das visões dos americanistas e de Washington foi que os antiamericanos percebiam um efeito positivo imediato da revolução cubana nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Para eles, “antigamente, cada vez que necessitávamos de discutir com os Estados Unidos, tínhamos que ir lá suplicar: ‘me dá um dinheiro aí?’”. Os Estados Unidos se mostravam apreensivos com a América Latina depois de Fidel e deveriam, por isso, alterar “sua política de exploração imperialista”, sob pena de outra revolução tipo Cuba se dar “e muito breve”.⁵⁶ Daí o alerta do antiamericanismo aos Estados Unidos e aos conservadores em relação ao Brasil. Assim como Cuba, o Brasil vivia situação de atraso, miséria e dependência e, porque não havia capacidade de as autoridades brasileiras resolverem os problemas dessa “gente na miséria”, algo semelhante poderia vir a ocorrer aqui.⁵⁷ Dessa forma, esperava-se uma resposta diversa dos Estados Unidos para conter aquilo que ocorreu em Cuba, que deveria servir de lição, com mais investimentos, menos exploração econômica e menos truculência militar.

Nessa linha, era advogado que a Aliança para o Progresso foi a resposta dos Estados Unidos a Fidel e Guevara, uma esperança latino-americana de que a abordagem norte-americana para os problemas de miséria e da ameaça comunista poderiam estar se aproximando da antiga reivindicação de se atrelar democracia a desenvolvimento:

*(...) devemos agradecer, sobretudo, ao sacrifício do povo cubano que abriu os olhos do governo americano para o fato de que a América Latina não poderia continuar sendo, apenas, um quintal para a exploração dos trustes internacionais.*⁵⁸

Ao fim, a revolução cubana se mostrou o reverso de uma nova e auspiciosa abordagem norte-americana para a América Latina, apesar dos acenos da administração Kennedy, contidos principalmente na Aliança para o Progresso, de procurar atender às reivindicações da região quanto à necessidade de promover o desenvolvimento econômico para conter a possível marcha comunista. Nesse aspecto, o antiamericanismo contribuiu para um grave erro de interpretação que o governo brasileiro dividia, de que os Estados Unidos estivessem dispostos a negociar maior ajuda financeira em troca de não flertar com o comunismo.

⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ruy Ramos (PTB-RS), em 12/05/1961.

⁵⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Osmar Cunha (PSD-SC), em 12/05/1961, e Clidenor Freitas (PTB-PI), em 17/05/1961.

⁵⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 18/08/1961.

3. Quadros comunista?

A Igreja Católica constituiu-se em um dos maiores opositores ao comunismo no Brasil, um inimigo irreconciliável, e um desafio à própria sobrevivência da religião.⁵⁹ Com isso, o elemento religioso contribuiu para tornar mais complexos os debates em torno do antiamericanismo e da Guerra Fria e da posição do Brasil diante dos desafios impostos. A religião, em contraposição ao caráter ateu do comunismo, facilitou o embate contra a PEI e o antiamericanismo pela confusão que se fez desses com a ameaça vermelha. A ala cristã do Parlamento, grosso modo, foi a primeira a se posicionar contrária ao restabelecimento das relações entre o Brasil e o Bloco ou a qualquer sinal de apoio a Cuba e a manter serrada oposição à PEI nos anos seguintes.⁶⁰ De modo geral, os americanistas demonstravam inquietação com a PEI de Quadros. Tanto que, em junho, desejando dar ao governo uma advertência, conseguiram rejeitar a indicação de José Ermírio de Moraes para a embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha, por 26 votos a 22.⁶¹

A acusação de cumplicidade ou tolerância da política externa de Quadros-Arinos ao comunismo se aguçou quando, em 19 de agosto de 1961, Quadros recebeu em Brasília Che Guevara, ministro da indústria de Cuba, e o condecorou com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A oposição a toda a PEI, nesse caso, já havia ultrapassado há muito os limites dos representantes da Igreja no Congresso ou de poucos americanistas que não faziam parte do governo. A cerimônia, ocorrida no Planalto, durou apenas cinco minutos. Esse ato foi visto como uma provocação, irritando muitos oficiais superiores das Forças Armadas que, em protesto, ameaçaram restituir suas comendas.⁶² A concessão da condecoração foi extremamente explorada pelos americanistas de oposição (que já se opunham ao governo ou passaram a se opor depois disso), por contrariar a tradição de país livre e democrata e representar a adoção de uma política crescentemente esquerdista.⁶³ Desse modo,

⁵⁹ MOTTA, 2002, p. 18.

⁶⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Arruda Câmara (PDC-PE), em 29/10/1962, Othon Mader (UDN-PR) e Abel Rafael (PRP-MG), em 22/05/1962. Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 10/03/1961. BARBOSA, 2000, p. 134.

⁶¹ Discursos Senado Federal. Senador Vitorino Freire (PSD-MA), em 07/06/1961.

⁶² “Che” Guevara recebe de Jânio a Ordem do Cruzeiro do Sul. **Jornal do Brasil**, 21/08/1961. CERVO, 1994, p. 161. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 80. BANDEIRA, 2007, p. 562.

⁶³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 19/08/1961. CIA, Central Intelligence Bulletin, 22 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. No ano seguinte, o deputado Othon Mader (UDN-PR) apresentou projeto de lei (n.º 4.785/1962) que declarava sem efeito o decreto de 18 de agosto de 1961 que conferiu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Ernesto

*a Ordem do Cruzeiro foi menoscabada por Jânio Quadros. (...) A tradição cristã da nação brasileira repele condecorações a servos do comunismo na América.*⁶⁴

Os movimentos da PEI de Quadros – notadamente a aproximação ao Bloco e o posicionamento contrário à invasão de Cuba – haviam provocado preocupações com a ameaça de expansão do comunismo no Brasil. Ainda assim, a UDN, que mantinha o apoio a Quadros, durante e após a convenção em Recife, manifestou a sua aprovação também das diretrizes da política externa brasileira conduzida pela pasta cedida a um correligionário, pois visava “ao engrandecimento do Brasil e à conciliação do seu prestígio no conserto das nações, notadamente no interesse da preservação da independência dos países americanos, bem como do sistema de segurança continental contra o comunismo”.⁶⁵

Carlos Lacerda, no entanto, não se enquadrou nas diretrizes de disciplina do partido. A política externa do presidente – ainda que este eleito com o apoio do partido e aquela executada justamente por um de seus membros fundadores⁶⁶ – consistia no maior problema a que o governador da Guanabara se dedicara a combater e razão de ter abandonado o “barco vermelho em que [navegava] o presidente da República, rumo ao Oriente”, justificado pelo deputado americanista Último de Carvalho.⁶⁷ A condecoração a Che era a evidência que faltava para a montagem do quadro de uma cruzada anticomunista no Brasil. Denúncia de infiltração comunista ou tendência comunista no governo, seja ele qual fosse, não era novidade na biografia política de Lacerda. Era a reedição do golpismo “preventivo”. Antes, ele havia incriminado os governos de Vargas e Kubitschek de estarem infiltrados de elementos comunistas. No início de agosto, bem antes do episódio da condecoração a Che, Lacerda vinha declarando que a política externa do governo estava destruindo a unidade do continente e servindo de cabeça-de-ponte diplomática para a Rússia completar o que

Guevara, “cidadão apátrida, aventureiro internacional, profissional de revoluções comunistas de ódio e sangue”. O projeto não foi aprovado, sendo arquivado em 1973. No Congresso Nacional, a concessão da Ordem continuou sendo objeto de críticas por longo tempo ainda, como a constante do discurso do senador Padre Calazans, em abril de 1962, e do senador Lima Teixeira, em dezembro de 1962. Discursos Senado Federal. Senadores Padre Calazans (UDN-SP), em 12/04/1962, Lima Teixeira (PTB-BA), em 12/12/1962.

⁶⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 19/08/1961.

⁶⁵ Moção de apoio à política interna e externa de Jânio Quadros aprovado pelo diretório nacional da UDN em 24 de maio de 1961, por proposta do deputado Epílogo Cunha. In: UDN reafirma apoio à política interna e externa de Jânio. **Jornal do Brasil**, 25/05/1961.

⁶⁶ Em decorrência das críticas de Carlos Lacerda em relação à política exterior comandada por seu pai, o deputado estadual da Guanabara Afonso Arinos Filho renunciou ao posto de vice-líder do governo em fins de maio de 1961. In: Afonso Arinos Filho renuncia à vice-liderança do governo. **Jornal do Brasil**, 27/05/1961. Outros partidários de Arinos também o atacaram gravemente em função de suas ações à frente do Itamaraty, como o senador Padre Calazans (UDN-SP), que ao fim do governo o classificou de “moço de recados”. In: Padre Calazans rompe com Jânio, no Senado, por discordar de política. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961.

⁶⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Último de Carvalho (PSD-MG), em 22/08/1961.

militarmente havia iniciado em Cuba, a pretexto de conquistar novos mercados, catalisando a oposição à PEI. Assim, pela PEI, entravam “os russos de fora para estimular os russos de dentro”, transformando o Brasil no grande salto da Rússia na América do Sul. Nessa empreitada anti-PEI, Lacerda contava além do apoio de parlamentares e outros políticos, com a importante ajuda de alguns meios de comunicação, como os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, além, claro, do de sua propriedade, o *Tribuna da Imprensa*.⁶⁸

Na tarde do mesmo dia em que Che foi condecorado em Brasília, Lacerda entregou as chaves da Guanabara ao líder anticastrista Manoel Antônio Verona, dando início a uma campanha de “tumulto na nação”, ou uma “verdadeira revolução”, em torno da concessão de uma simples condecoração, que não possuía valor algum.⁶⁹ Na oportunidade, o mais combativo dos anticomunistas apoiava a ideia de que vastas áreas da América seriam, em breve, transformadas em novas Cubas, reafirmando que “apenas comunistas apoiam a política do presidente Jânio Quadros”. Entre eles, inclusive na defesa da concessão da medalha a Che, um dos mais aguerridos foi o líder do PTB, fato que teria importância amplificada com os acontecimentos seguintes que colocariam o partido na condição de titular do governo federal.⁷⁰

De todo modo, essa política anticomunista chefiada por Lacerda, com seu “talento para a demolição”⁷¹, obteve forte apoio no Congresso de parlamentares de diversos partidos. Foi apontado como um “democrata”, aceção que fazia mais sentido como o contrário de comunista do que defensor das regras do regime democrático propriamente dito.⁷² Para o deputado Feliciano Pena (PR-MG), Lacerda, “com sua costumeira coragem e decisão, impede que o comunismo se instale em nosso País”. Pena também fez parte dos políticos que haviam apoiado a candidatura de Quadros e que não haviam atribuído importância fundamental à sua promessa de reatar relações diplomáticas com a União Soviética, considerando também que Jânio era o candidato “então apontado pelos próprios comunistas brasileiros como o seu inimigo”.⁷³ A situação se reverteu, como dito acima, quando os anticomunistas testemunharam que às promessas de campanha eram dados passos concretos para

⁶⁸ Carlos Lacerda contra UDN e a política internacional. **Jornal do Brasil**, 25/04/1961. Política externa serve à URSS, afirma Lacerda. **Jornal do Brasil**, 04/08/1961. BENEVIDES, 1981, pp. 114, 117. BANDEIRA, 2007, p. 562.

⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 22/08/1961.

⁷⁰ Lacerda entrega a chave do Rio a anticastrista e anuncia “atitude grave”. **Jornal do Brasil**, 21/08/1961.

⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Derville Allegretti (PR-SP), em 26/06/1961.

⁷² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Último de Carvalho (PSD-MG), em 22/08/1961.

⁷³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Feliciano Pena (PR-MG), em 25/08/1961.

implementá-las. No Senado, o vice-líder da maioria, Lima Teixeira, reconhecia que a intenção de Quadros de promover o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e sua condução como um todo da política externa vinha gerando inquietações no País.⁷⁴

Na Câmara dos Deputados, Ernâni do Amaral Peixoto, presidente do PSD, não via motivos para crise. Afinal, era praxe conceder uma condecoração a todo ministro estrangeiro que visitasse o país, o que era “perfeitamente razoável”. Fernando Santana, do PTB da Bahia, compartilhava a mesma opinião: era costume condecorar ministros, sem considerações da pessoa, da geografia nem do mérito, ou seja, “a ordem conferida a Guevara não significa nada”⁷⁵, ou um ato típico do cerimonial de recebimento de representantes de governos estrangeiros no Brasil⁷⁶ ou de rotina diplomática⁷⁷. Para os antiamericanos que ainda criam na autenticidade da PEI de Quadros, a condecoração se revestia sim de valor no sentido de apoiar um movimento de resistência ao imperialismo operado não apenas em Cuba, mas no mundo todo.⁷⁸ No Senado, Caiado de Castro apontou que o País caminhava inexoravelmente para a esquerda e que a concessão da comenda ultrapassava qualquer critério de tolerância. O senador Padre Calazans (UDN-SP), que havia contribuído para a vitória de Quadros nas urnas, criticou duramente a concessão da comenda, para em seguida romper com o presidente Quadros:

*Política se faz com mais seriedade, menos uísque e menos outras coisas. Não sei por que Che Guevara foi condecorado. Por ter as mãos ensanguentadas como Fidel Castro? Porque se fez assassino milhões de cubanos? Porque saqueou terras? Porque tomou propriedades particulares? Porque aprisionou o povo e enganou uma nação? Porque entregou Cuba a Kruschew para que tivesse um baluarte, uma trincheira, um bastião dentro do continente americano, para ameaçar todas as nações da América?*⁷⁹

A preocupação com as repercussões da Guerra Fria, nesse sentido, ganhou maior atenção pelos americanistas a partir do avanço das negociações com a União Soviética e, finalmente, um ponto de esquizofrenia com a entrega da comenda a Che, “um assassino argentino a soldo de Cuba”. Principiava um processo de criação da imagem de Quadros à

⁷⁴ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 25/08/1961.

⁷⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 18/08/1961.

⁷⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Adahil Barreto (PTB-CE), em 18/08/1961.

⁷⁷ Discursos Senado Federal. Senadores Lourival Fontes (PTB-SE) e Heribaldo Vieira (UDN-SE), em 18/08/1961.

⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 22/08/1961.

⁷⁹ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 79. Jânio Quadros mantinha fama de que fazia uso de uma quantidade generosa de álcool, daí a menção feita pelo senador Padre Calazans. Cf. SKIDMORE, 1982, p. 249.

semelhança dos “ditadores vermelhos”. Em um mundo “ideologicamente dividido em dois campos nitidamente opostos – de um lado os governos democráticos, eleitos pelo povo, na mais plena liberdade; de outro, os governos ditatoriais” – Jânio era inquirido de tentar destruir a democracia em nossa terra.⁸⁰ Mais comedido, Adauto Lúcio Cardoso (UDN-GB), que ainda fazia parte da base de apoio a Quadros, classificou a homenagem de “provocação inútil”.

O pânico anticomunista, inadvertidamente, ganhou vulto, forma e imagem real com a comenda a Che. A partir de um gesto definitivamente sem importância política de relevo, a histeria anticomunista vislumbrou uma forma eficiente de dar sentido às críticas antes formuladas à PEI, ao “sadismo” de Quadros e à “marcha inexorável para a esquerda” vivenciada no Brasil.⁸¹ Os americanistas conciliavam a crítica ao comunismo soviético com elogios aos Estados Unidos. Eram, pois, dois lados de uma mesma moeda:

*(...) os Estados Unidos (...) sempre ajudaram os povos fracos a se levantar, e nunca se apoderaram de terras de outros países, quando estes deles necessitaram. Inegavelmente, os Estados Unidos sempre foram defensores assíduos da liberdade, e eu prefiro que falte pão à minha mesa, mas não a liberdade.*⁸²

Além disso, a comenda a Che parecia aos americanistas uma predileção a Cuba e à União Soviética, em detrimento dos Estados Unidos, pois se fosse ato de rotina diplomática a concessão da ordem a visitantes estrangeiros,

*por que razão Che Guevara foi condecorado? [Douglas] Dillon [secretário do tesouro norte-americano] veio aqui deixando milhões de dólares. O irmão do presidente Kennedy também esteve aqui. Esses não foram condecorados.*⁸³

Parte dos antiamericanos tentou diminuir o grau de polêmica criado sobre a entrega da medalha, pois de fato girava em torno do secundário, em que os temas a respeito dos projetos de desenvolvimento econômico e social do Brasil deixaram, temporariamente, de serem debatidos. Não seria motivo para tanta celeuma.⁸⁴ Mais importante seria adotar uma

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Último de Carvalho (PSD-MG), em 22/08/1961.

⁸¹ Discursos Senado Federal. Senadores Lima Teixeira (PTB-BA), Caiado de Castro (PTB-DF), Fernandes Tavora (UDN-CE), em 18/08/1961.

⁸² Senador Padre Calazans (UDN-SP). In: Padre Calazans rompe com Jânio, no Senado, por discordar de política. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961. Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 24/08/1961.

⁸³ Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 24/08/1961.

⁸⁴ Discursos Senado Federal. Senador Heribaldo Vieira (UDN-SE), em 18/08/1961.

política externa efetivamente independente, sem subordinações ao FMI ou sujeições aos Estados Unidos:

*Ora, podem colocar no peito de cem Gagárrins, de duzentos Che Guevaras estrelas e comendas, que isto não tem grande significação para certo grupo de brasileiros que raciocinam muito mais objetivamente.*⁸⁵

Retomando a acusação de que Quadros adotava uma política externa vanguardista apenas para mascarar o “processo de desnacionalização da nossa indústria, de pauperização do povo brasileiro”, os antiamericanos reclamavam da efetivação das promessas feitas por ele na ocasião da campanha eleitoral à Presidência da República. A concessão de comendas, nesse ponto, fazia parte da grande estratégia janista de defender na política interna os interesses dos grupos econômicos internacionais, que mantinham nossa economia em total dependência, e aparecer sintonizado com a luta contra o imperialismo ianque. Che, para alguns desses antiamericanos, fora simplesmente utilizado como instrumento da propaganda sistemática e deliberada de Jânio, uma prática diversionista que evitava atacar os problemas mais sérios do Brasil.⁸⁶ Do mesmíssimo modo que as críticas à dualidade entre PEI e política econômica doméstica conservadora, a acusação não fazia sentido. Afinal, o gesto de condecoração ao ministro da economia de Cuba significou custos políticos imensuráveis a Quadros.

Tomada isoladamente, a condecoração a Che não teria repercutido tão mal assim no meio anticomunista brasileiro. Ocorre que ela fora interpretada como um crescente de uma obra iniciada pela nova política externa de Quadros, com afirmações no plano externo que não condiziam com a suposta tradição ocidental brasileira e de aproximação com o Bloco Socialista, sob qualquer que fosse o pretexto. A oposição à PEI, encabeçada por americanistas, explorou o gesto com bastante estardalhaço. A partir daí, o Brasil seria jogado nos braços do comunismo sino-soviético. O deputado João Mendes, presidente da ADP, tecia a profissão de fé do anticomunismo ao afirmar que

o Brasil é nitidamente uma nação cristã e democrata, devotada ao respeito à pessoa humana. Trairá o mandato dela recebido, porque estará em choque com os próprios sentimentos do povo brasileiro, que, no exercício desse mandato, aceitar o “paredón” cubano como forma de justiça. E como não se considerasse bastante conferi-la aos

⁸⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 18/08/1961.

⁸⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 22/08/1961.

*membros de certa missão soviética, secundários representantes de interesses comerciais russos, escolheu-se o peito de Che Guevara, argentino que renegou sua pátria a fim de servir ao comunismo internacional, para nele colocar, profanando-a, a Cruz de Cristo.*⁸⁷

4. Renúncia de Quadros e crise institucional

Na noite do dia anterior à condecoração de Che, Lacerda se encontrou com o presidente da República no Palácio do Planalto. Lacerda, mais tarde, retomou a estratégia das denúncias públicas. No dia 22 de agosto, revelou, ao vivo pela TV, durante palestra que havia sido convidado a proferir no auditório da Excelsior, de que Quadros vinha articulando um golpe e o havia convidado a participar dele. Círculos udenistas em Brasília esperavam, de outro modo, que Lacerda renunciasse ao governo da Guanabara, pois vinha afirmando na véspera que iria tomar “uma atitude grave”.⁸⁸ Se assim o fizesse, certamente iria inovar na trajetória de sua biografia política. Preferiu manter a linha já consagrada do *lacerdismo*: denunciar, plantar o medo comunista e, finalmente, implodir.

No Congresso Nacional nem mesmo o seu partido apoiou as denúncias. O deputado Adauto Lúcio Cardoso reafirmava ser indiscutível o apoio e a solidariedade da UDN à política exterior do presidente Quadros – tema que se apresentava como o primeiro alvo de críticas dos opositores ao governo. Mas nesse ponto afirmava não ceder no essencial, que era a luta contra o comunismo, só que sem o estilo de “opulento colecionador de devoções e inimizades” da agitada vida pública de Lacerda. Na mesma linha, a FPN divulgou manifesto em que apontava o episódio iniciado no auditório da Excelsior como pretexto de agitação emocional que visava a armar todo um sistema de reação contra a política progressista defendida pelos nacionalistas.⁸⁹ Contudo, o pior da crise ainda estava por vir.

O governador da Guanabara se debatia publicamente contra Quadros e sua PEI. Chegou a proclamar-se ministro *ad hoc*, uma vez que o Rio de Janeiro era “o centro político, cultural, diplomático e militar do País”.⁹⁰ Um ato tresvariado que evidentemente não passou da retórica, mas que no conjunto teve sentido político. No dia 24, na TV Rio, a líder de

⁸⁷ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 80.

⁸⁸ Lacerda entrega a chave do Rio a anticastrista e anuncia “atitude grave”. **Jornal do Brasil**, 21/08/1961. BENEVIDES, 1981, p. 117.

⁸⁹ Adauto: apoio da UDN a Jânio é indiscutível. **Jornal do Brasil**, 24/08/1961.

⁹⁰ Lacerda: só comunistas apoiam a política externa. **Jornal do Brasil**, 24/08/1961.

audiência, Lacerda revelou os detalhes dessa conversa que tivera com Quadros e, especialmente, com o ministro da justiça, Pedroso Horta. Segundo ele, o ministro Horta, homem da confiança do presidente, fora incumbido de buscar apoio entre alguns governadores, a começar por Lacerda, e que o presidente reclamava da dificuldade de governar com “esse Congresso” e que, “já que deseja ‘recesso remunerado’, fique realmente em recesso remunerado”, refletindo o desprestígio do Congresso Nacional junto à opinião pública e o suposto desejo de Quadros por amplos poderes, acima da Constituição.⁹¹ A toda essa trama palaciana, o governador da Guanabara tentava revestir com traços sinistros que davam coesão aos passos de Quadros no plano internacional:

Vejam bem que nunca se fará, nem faria eu, a injustiça de supor que homem da inteligência e da lucidez do presidente Jânio Quadros seja capaz de cair de amores pela Bulgária somente pelo que a Bulgária nos possa comprar ou vender, tampouco verberar os Estados Unidos no momento exato em que eles corrigem seus erros e se aproximam do Brasil com uma linguagem franca que consiste afinal, objetivamente, num apoio efetivo ao nosso desenvolvimento. (...) Por trás da condecoração dada ilegalmente a esse aventureiro internacional, a esse apátrida especialista em oprimir a pátria alheia, que coisas se escondem, que aventuras, que tramas da madrugada, que torvas conversas, que sinistras combinações!⁹²

As denúncias caíram como bomba em Brasília. Às 4 da madrugada, os líderes partidários na Câmara dos Deputados acertaram que aprovariam no plenário a convocação do ministro da justiça para responder ao governador guanabariniano (Lacerda também deveria ser chamado em seguida). Pelos jornais, Horta defendera-se das acusações de Lacerda qualificando-as de fantasiosas e estranha uma conspiração com o “mais intransigente, o mais ousado adversário da política externa do governo federal” e, principalmente, “o mais boquirroto do País”. A experiência golpista de Lacerda (com Vargas e, em 1955, contra a posse de Juscelino Kubitschek) o fazia uma figura hostilizada e que reputava pouca confiança pela maior parte de deputados, inclusive de seu próprio partido.⁹³ Havia, em princípio, uma

⁹¹ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 83. SKIDMORE, 1982, p. 247. BANDEIRA, 2007, p. 563. Câmara cria comissão para recobrar o prestígio. **Jornal do Brasil**, 18/08/1961. Lacerda diz que recusou convite para uma reforma das instituições. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961.

⁹² Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 84.

⁹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Adauto Cardoso (UDN-GB), em 26/08/1961. Nenhuma ação da UDN poderá ser dirigida contra Jânio, diz Levi. **Jornal do Brasil**, 25/08/1961. DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. BENEVIDES, 1981, passim.

tendência por aceitar as explicações e os esclarecimentos do ministro.⁹⁴ De modo geral, portanto, o Congresso, tanto da parte da oposição como da base de apoio ao governo, não tomava naquele instante “as acusações como verdadeiras”⁹⁵ e não aceitavam mais a colocação dos problemas políticos em termos de “Brasil *lacerdista* ou Brasil *janista*”,⁹⁶ “esses dois políticos profissionais” que, em proveito próprio, queriam monopolizar todas as atenções no setor político e administrativo do País.⁹⁷ Havia uma disposição a virar a página dessa crise.

A audiência com o ministro na Câmara fora marcada para as quatro da tarde do mesmo dia 25, uma sexta-feira. No Senado, pouco antes, Horta procurou o presidente do Congresso, Moura Andrade, entregando-lhe um ofício assinado por Quadros que dizia

*Nesta data e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República.*⁹⁸

As razões de Quadros para a sua renúncia foram eivadas de um tom nacionalista, que lembrava a carta-testamento de Vargas de exatos 7 anos antes⁹⁹, e uma espécie de manifestação do presidente “antipolítico” que havia, a contragosto e após árdua luta, sucumbido às forças da velha política:

*Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. (...) Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira emancipação política e econômica era o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça federal a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando e denunciando a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais às ambições de grupos dirigidos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis se levantam contra mim e me infamam ou me intrigam até com a desculpa de colaboração (...).*¹⁰⁰

Pouco depois, na Câmara, o deputado Dirceu Cardoso (PSD/ES) pedia um aparte para “um pronunciamento da mais alta importância para o país e para o mundo”. Cardoso leu o documento de renúncia de Jânio. Em seguida houve tumulto no plenário, dominado pela

⁹⁴ MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 70, 86. País em calma espera chegada de João Goulart. **Jornal do Brasil**, 26/08/1961.

⁹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 25/08/1961.

⁹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Aurélio Vianna (PSB-AL) e Fernando Santana (PTB-BA), em 18/08/1961.

⁹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 22/08/1961.

⁹⁸ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 98.

⁹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 26/08/1961. BANDEIRA, 2007, p. 564.

¹⁰⁰ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 99.

surpresa e emoção.¹⁰¹ Nos dois primeiros apartes que se seguiram, surgiram as opções que mobilizariam o Congresso e o Brasil nos dias subsequentes. Osmar Cunha (PSD/SC) exigiu a posse imediata do presidente da Câmara: “que assuma Mazzilli imediatamente o governo, de acordo com a Constituição da República, para que se mantenha a legalidade neste país, para que se mantenha a ordem e para que não venha o golpe contra a nação”. Mendes Gonçalves (PSD/MT) propôs, de imediato, uma mudança no regime: “vamos imediatamente adotar o regime parlamentarista, com o objetivo de evitar que a aventura tome conta deste país”. Legalidade e parlamentarismo, pois, balizaram o debate acerca da sucessão presidencial, acrescido, mais tarde, de um terceiro ponto em decorrência da intervenção dos ministros militares, que era a recusa de o vice assumir a cadeira. No Senado, a reação foi semelhante à notícia trazida por Jefferson de Aguiar (PSD-ES), de muita apreensão e expectativa.¹⁰²

O líder do governo na Câmara, Nestor Duarte, classificou a renúncia de “calamidade”. “É como um temporal!”, disse. Procurou apelar ao plenário para que a renúncia fosse rejeitada, “por amor à nossa terra, por amor ao regime”.¹⁰³ Afonso Arinos, da mesma forma, fez gestões junto ao Congresso para que se rejeitasse a renúncia, sustentando que os ministros militares não poderiam conhecê-la antes que o Parlamento.¹⁰⁴ Tão logo, a proposta não recebeu acolhida de nenhuma parte, mesmo dos mais conservadores e que não nutriam qualquer simpatia para o vice João Goulart:

*O regime continuará na pessoa do sucessor. O regime não acabará. Há o sucessor constitucional.*¹⁰⁵

Por isso não é correta a afirmação de que anticomunistas, conservadores, americanistas, udenistas ou outra designação semelhante fossem, no geral ou em suas totalidades, contrários à posse de Goulart. Ao reverso, muitos dos parlamentares identificados com esses agrupamentos foram dos primeiros a defender a legalidade:

(...) minha posição em face da Constituição da República é invariável. Lutarei para que ela seja preservada. (...) digo que quaisquer que sejam os meus sentimentos de patriota, quaisquer que sejam os meus temores e apreensões por ver assomar à presidência um homem como o Sr. João Goulart, minha decisão inabalável é de lutar para que a

¹⁰¹ Câmara acompanhou hora a hora a crise que culminou com o gesto do Presidente. **Jornal do Brasil**, 26/08/1961.

¹⁰² Discursos Senado Federal. Senador Jefferson de Aguiar (PSD-ES), em 25/08/1961.

¹⁰³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Nestor Duarte (UDN-BA), em 25/08/1961.

¹⁰⁴ País em calma espera chegada de João Goulart. **Jornal do Brasil**, 26/08/1961.

¹⁰⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Último de Carvalho (PSD-MG), em 25/08/1961.

*Constituição seja cumprida, ainda que a República corra os mais graves riscos. (...) Defendo a necessidade de que se cumpra a Constituição e se dê posse aos eleitos, ainda que fosse o pior dos malfeitores, ainda que se tratasse do mais grave dos riscos para a República.*¹⁰⁶

Em suma, americanistas (radicais e moderados) e anticomunistas se colocaram a favor da posse de Goulart, alinhados com os antiamericanos. O que se discutia então era o cumprimento dos preceitos constitucionais e a defesa da legalidade e da democracia mais do que qualquer possível orientação política do novo governo. O sucessor legal, fosse ele quem fosse, deveria ser imediatamente empossado. As questões de linhas políticas pretendiam-se discutir, ponto a ponto e pormenorizadamente, assim que o governo as adotasse ou as sugerisse ao Congresso Nacional.¹⁰⁷

De outra parte, repercutindo ainda as razões do gesto inesperado de Jânio, Almino Afonso, líder do PTB, partido ao qual cabia a vaga da presidência na ausência do titular, apontava a renúncia como um golpe em que o presidente pretendia retornar ao governo à maneira de um ditador, com mais força nos braços do povo, tese que ficaria consagrada entre os reais motivos que levaram Quadros à renúncia:

(...) sob pena de considerarem ingênuos, de aceitar que o documento [de renúncia] corresponda à verdade dos fatos. Por que não denunciar quais são as forças que neste momento comandaram a renúncia? São poderosas forças econômicas? (...) São forças políticas? Mas que forças são essas se a própria oposição sucessivas vezes aqui outra coisa não tem feito senão declarar que na manutenção do regime democrático não distinguiríamos qualquer limite de natureza partidária, mas, ao invés, nós nos entregaríamos à luta ombro a ombro com todas as forças democráticas deste País (...). Se não são as forças políticas que se levantam para derrubar o governo, se não o são as forças econômicas, que não são apontadas se as próprias forças militares o governo testemunha ainda neste instante estarem seguras, tranquilas e firmes na manutenção da ordem democrática, que força é, que mistério é que estranho poder, neste instante, derrubaria um governo como se arreia um castelo de cartas? O PTB (...) não pode aceitar esta renúncia senão como um golpe em que o presidente da República pretenda retornar o governo à maneira de um ditador, disfarçado ou não, seja sob que forma for. (...) Esta Câmara está

¹⁰⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aduardo Cardoso (UDN-GB), em 26/08/1961.

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), em 26/08/1961, e Arruda Câmara (PDC-PE), em 27/08/1961. SKIDMORE, 1982, p. 255.

*perplexa, é compreensível. Não é próprio da vida pública nacional o jogo de última hora, a farsa que engana, o engodo que confunde.*¹⁰⁸

A reação das autoridades norte-americanas não diferia muito disso. Quando se tornou pública, a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro viu no documento de renúncia o “ápice de egocentrismo e demagogia, considerando-o cuidadosamente escrito para incitar as massas, com claro apelo nacionalista antiamericano”.¹⁰⁹ Para a CIA, em memorando enviado a Kennedy, a atenção de Quadros a Che Guevara e a Gagárin, somada às tentativas de se aproximar do Bloco Socialista, despertou forte desaprovação do exército e de elementos conservadores no Brasil. Segundo essa avaliação, Jânio esperava provocar uma forte manifestação de apoio popular, em resposta à qual ele retornaria à presidência em melhor posição diante de seus adversários.

A Rádio de Moscou defendia a tese de que a renúncia havia sido resultado da intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil: “mais de cem golpes de estado na América Latina encontram explicações nos arquivos do departamento de estado e do serviço secreto norte-americano, onde se refletem as maquinações dos trustes e monopólios internacionais”. China e Cuba acusavam, da mesma forma, as forças imperialistas dos EUA com o objetivo de depor um estadista que estava tentando livrar seu país do poder monopolístico e colonialista norte-americano, e Fidel Castro aproveitou para conclamar o povo brasileiro a seguir a experiência cubana e tomar em armas contra os reacionários. O governo norte-americano classificou de “absurdas” as acusações de Moscou, Havana e Pequim.¹¹⁰

O ato da renúncia do presidente surpreendeu a todos, inclusive a seus ministros de estado. Para muitos de seus colaboradores mais próximos, como Afonso Arinos, Jânio dava mostras de uma instabilidade nervosa que, por vezes, chegava a tangenciar o desequilíbrio mental.¹¹¹ Por esse motivo, muitos reputaram ao seu temperamento pessoal e conhecido gosto por ações dramáticas a decisão pela renúncia, tese minoritária dentro do meio político daquele momento.

¹⁰⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 25/08/1961.

¹⁰⁹ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 321.

¹¹⁰ MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 26, 27, 322. CIA, Current Intelligence Weekly Review, 31 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹¹ ARINOS FILHO, 2001, p. 248.

Mesmo os deputados que compunham a base de apoio ao governo dividiam as desconfianças de que ele pretendia “voltar mais forte”, lembrando também que, durante as eleições presidenciais, Quadros já havia renunciado à sua candidatura com o mesmo objetivo.¹¹² Esse fator contribuiu para criar no Congresso condições de agir preventivamente e evitar a implantação de um presidente com poderes sobrepujados por meio de uma manobra política arдил e conhecida.¹¹³ A urgência do acontecimento exigia do Congresso uma ação “antes que uma desgraça maior, na eventualidade de choques de paixões, jogue o País nas convulsões de uma guerra civil”.¹¹⁴ Era generalizada a noção de que se tratava de uma convulsão para o País, um momento de insegurança para as instituições.¹¹⁵

Para o líder do PTB, a renúncia estava aceita pelo Congresso e nada mais havia o que discutir a não ser cumprir o dispositivo constitucional. O deputado Gustavo Capanema procurou retificar a resposta do Congresso a uma renúncia do titular do Poder Executivo:

*a renúncia não precisa ser aceita pelo Congresso; ela é ato unilateral, irretirável. Não temos competência constitucional para aceitá-la, recusá-la, a única coisa que nos cabe é tomar conhecimento que foi a renúncia. Nestas condições, o que se segue é a aplicação pura e simples da Constituição.*¹¹⁶

Diante da confusão, o presidente do Congresso, Auro Moura Andrade, convocou sessão conjunta das duas casas legislativas para antes do fim da tarde. Com a maioria dos parlamentares presentes, Auro abriu a sessão informando que ao Congresso competia somente tomar conhecimento do pedido, ao mesmo tempo em que tocava em um dos pontos que supostamente maior oposição havia criado ao governo Quadros:

*Claro, teríamos todos desejado que esta renúncia não se tivesse dado com os fundamentos que li. O Congresso vinha prestigiando a ação do presidente Jânio Quadros, particularmente no campo das relações diplomáticas.*¹¹⁷

¹¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 25/08/1961.

¹¹³ Além de Jânio, Carlos Lacerda e Juan Domingo Perón ensaiaram antes essa estratégia de ameaçar a renúncia para, pelo clamor do povo, retornar com poderes ampliados.

¹¹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 25/08/1961.

¹¹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 25/08/1961.

¹¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Gustavo Capanema (PSD-MG), em 25/08/1961.

¹¹⁷ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 103.

5. Posse de Jango, risco comunista e a solução parlamentarista

Pouco tempo depois do problema da renúncia haver sido superado, o debate passou a concentrar-se na posse de João Belchior Marques Goulart – a segunda fase da crise de agosto/setembro/61. Esse foi um desenlace para o “pedido” de renúncia que Jânio e seus apoiadores mais íntimos, provavelmente, não haviam esperado. Não houve nenhum grande apelo do povo para o seu retorno. Ao contrário, a população, no geral, sentiu-se traída e desgostosa com sua abrupta saída, temendo pelo futuro político do País.

Até então, Goulart desempenhara um papel basicamente secundário no meio político, embora exercendo os destacados cargos de vice-presidente da República e presidente nacional do PTB. Washington o via com desprezo, como o “vice-presidente viajante”, um populista de pouco talento e, pior, “extremamente esquerdista”.¹¹⁸ Os americanistas também não nutriam qualquer boa imagem de Goulart.

As razões da renúncia de Quadros passaram a ser uma das maiores controvérsias da história do Brasil. Se o gesto do presidente da República foi uma farsa, porque não foi considerado por Quadros que o Congresso a consideraria um ato irreversível?¹¹⁹ “Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. É a esta que devo atender e respeitar”, dizia Jânio.¹²⁰ E foi assim que ele saiu da Presidência da República, como quem solicita a demissão de um emprego por motivos de consciência pessoal, sem muito justificar a seus aliados e apoiadores.

Somada às demais explicações para o pedido de Quadros, figurava uma em que colocava a PEI no centro das discussões. O jornal *Correio Braziliense* publicou no mesmo dia da renúncia nota informando que Quadros recebeu os três ministros militares (Odílio Denis, da guerra, Gabriel Grün Moss, da aeronáutica, e Silvio Heck, da marinha) após a comemoração do dia do soldado para expressarem sua desconformidade com a política externa, que vinha criando “chama de intranquilidade” e “insegurança” e não se responsabilizariam do que poderia advir disso, o que o teria levado à sua decisão de não mais permanecer no cargo de presidente da República. Moniz registra que o ministro da guerra já o havia advertido quatro vezes antes sobre as inquietações no meio militar decorrentes da PEI

¹¹⁸ CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Jofilly (PSD-PB), em 25/08/1961.

¹²⁰ Presidente Jânio Quadros renunciou “vencido pela reação”. **Jornal do Brasil**, 26/08/1961.

por significar risco ao esquema de segurança do hemisfério ocidental.¹²¹ Esta era uma hipótese sustentada também por diversos parlamentares e considerada como possibilidade em Washington¹²²: a PEI havia derrubado Quadros, pela correlação que se fazia entre ela e a suposta condução do País à comunização.

Nesse sentido, qualquer que fosse o novo presidente da República que buscasse manter a mesma linha de política exterior, “na defesa inflexível da autodeterminação dos povos e afirmação da soberania brasileira”, o destino não seria diferente daquele que foi reservado para Quadros, empreendido pelas “resistências externas e, também, [por] seus agentes internos”.¹²³ De acordo com essa opinião, a crise adveio da política externa de Quadros, que usou de deslealdade e bifrontismo. Se se seguisse a trilha ordenada pelo ex-presidente, o Brasil se encaminharia ao comunismo e à tutela da Rússia.¹²⁴ Essas as “forças terríveis” que se levantaram contra Quadros.

Portanto, antes de se definir a questão sucessória, a “nova” política externa antagonizava antiamericanos e americanistas. Para os antiamericanos, o novo presidente deveria conservar a PEI para manter o Brasil independente da vontade tanto do ocidente quanto do oriente, “independência plena”, fora do comunismo ou do materialismo de Marx, mas também sem “esposar o materialismo grosseiro firmado, fincado e defendido pelo capitalismo internacional”.¹²⁵ Para os americanistas, irrompia uma oportunidade de se corrigir os rumos que tencionavam para a facilitação da comunização do Brasil:

¹²¹ Ainda segundo Moniz, uma vez, Quadros lhe respondeu que não estava acostumado a ceder a pressões. Das outras, ao que consta, permaneceu calado. Cf. BANDEIRA, 2007, p. 561.

¹²² CIA, National Intelligence Estimate, n. 93-61, “The Outlook for Brazil”, 08 de agosto de 1961. CIA, Memorandum, “The Situation in Brazil”, 28 de agosto de 1961. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Esse debate ressurgiu várias vezes depois, como este do deputado Tenório Cavalcanti, em abril de 1963: “Jânio Quadros repeliu a ingerência do embaixador Berle, certa feita, e tomou atitude agressiva no setor econômico, com relação à posição do Brasil na política exterior. Enviou emissário à Conferência das Nações Neutralistas, no Cairo, e à Conferência dos Não-Comprometidos [Não-Alinhados], em Belgrado. (...) Prestigiou o protocolo da missão Dantas na Alemanha Oriental. Determinou que o Brasil lutasse pelo ingresso da China Continental na ONU. Enviou missão diplomática e comercial à China de Mao-Tse-Tung (...) fez vir ao Brasil missões comerciais soviética, chinesa, tcheca, recebeu missão de boa vontade da URSS, Gagárin, condecorou Guevara, escreveu a Krushev reafirmando o neutralismo do Brasil (...). Talvez isso tivesse forçado a renúncia.” In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tenório Cavalcanti (UDN-RJ), em 05/04/1963.

¹²³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado José Jofilly (PSD-PB), em 25/08/1961.

¹²⁴ Discursos Senado Federal. Senador Silvestre Péricles (PSD-AL), em 26/08/1961.

¹²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 25/08/1961.

*(...) que venha para o futuro uma série de dias melhores para o povo brasileiro, mas, de acordo com as nossas tradições cristãs, que repudiem e venham a repudiar qualquer infiltração comunista, qualquer infiltração exótica vinda do oriente.*¹²⁶

Os impactos da PEI, tanto para o já então antigo governo, como para o precedente, não podem ser subestimados. Embora com poucos meses de sua implementação e com o apoio de políticos conservadores e americanistas – a própria UDN manteve-se alinhada a Quadros e à sua política externa até o fim de seu governo, apesar das graves divergências intrapartidárias – ela gerou sérios temores anticomunistas. A simples declaração de simpatia de Goulart pela política externa de Quadros foi interpretada pelos americanistas como “tendências esquerdistas”, e a possibilidade de prosseguir com a PEI era o que, na opinião dos americanistas e anticomunistas radicais, vinha dificultado a sua posse, e não apenas um “mero capricho do general Denys”.¹²⁷

Se Quadros havia caído em razão da PEI, Goulart não deveria tomar posse também em razão dela, dada sua tendência, pessoal e partidária, por mantê-la. Goulart, desse ponto de vista, não mereceria qualquer gesto de aprovação depois de ter manifestado “simpatia pela China comunista, pela Rússia soviética, pelas ligas camponesas, pelo regime vigente em Cuba”. Mas tudo isso o fez na condição de vice-presidente da República; “outra coisa certamente deverá ser o Sr. João Goulart na Presidência da República, na consciência das suas responsabilidades de chefe de uma nação cristã, de uma nação católica”.¹²⁸ Dessa maneira, o vice de tendências esquerdistas e simpático aos comunistas ainda merecia uma chance, mas acompanhada de um alerta:

(...) nestes sete últimos meses o comunismo desenvolveu e cresceu no Brasil mais do que nos últimos anos. (...) Seja garantida a presidência a João Goulart, mas, se querem assim (...) não se admitindo cripto-comunistas em volta dele, não se permitindo a continuação da propaganda dos comunistas franca e abertamente no Brasil; não se tolerando a cubanização do Brasil e a divulgação, aqui, da doutrina comunista (...) [sem manter] a política exterior do presidente Jânio Quadros (...) regendo a nação brasileira com fidelcastristas, com filocomunistas, etc, que já estão explorando João Goulart (...). Acabo de defender [a Goulart] (...) refiro-me aos comunistas amigos dele, que ele os tem, aos criptocomunistas que aqui existem, aplaudindo João Goulart, mas comprometendo-o. Falsos amigos de João Goulart, eles exploram João Goulart, querendo servir-se dele para o

¹²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 25/08/1961.

¹²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 27/08/1961.

¹²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 27/08/1961.

*enterro da democracia e para a infelicidade do Brasil. (...) é isso que muitos “janguistas” oportunistas querem nesta hora.*¹²⁹

Em resumo, um dos pontos nucleares tanto da renúncia (de Quadros) como da discussão sobre a posse (de Goulart), foi o anticomunismo. O curioso é que em nenhum dos casos dizia-se respeito a um político ligado ao PCB ou que sustentasse as teses marxista-leninistas, mas de alguém que abriria as portas para a invasão vermelha. E o desenlace desse processo viria pela política externa de aproximação com os países do Bloco e de distanciamento do líder do sistema ocidental. Essa era a chave da crise, constatada desde o seu primeiro instante:

*(...) desgraçadamente neste País, as correntes de opinião que fazem do anticomunismo um alto e rendoso negócio e, a pretexto do anticomunismo, o que querem é derrubar as instituições democráticas no Brasil. (...) a vocação democrática do país hoje só tem um rumo, um caminho, uma diretriz – o respeito à Constituição, com a posse do presidente eleito, Dr. João Goulart.*¹³⁰

Apesar das tentativas de se dividir a discussão entre “comunistas” e “democratas” - ou seja, os que eram a favor da PEI e, portanto da posse de Goulart, e os contrários -, a grande maioria do Congresso não estava disposta a se submeter a essa escolha. Em um ponto da discussão acerca do problema sucessório, o tema “comunismo” dominou os debates no interior do Parlamento. Goulart seria impedido de preencher a cadeira que lhe cabia de presidente da República por ser um comunista, ou filo-comunista. Mas onde estava esse comunismo que era apontado “em todas as sombras que por acaso nos atravessam o caminho”?¹³¹ Não havia, naquele momento, argumentos suficientemente substanciosos para convencer nem a Igreja (que lutou em defesa da legalidade) nem a maior parte do Congresso de um risco iminente de comunização do Brasil. Isso valeu até mesmo para os mais atentos anticomunistas no Parlamento e diante das manifestações de apoio da figura mais emblemática do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes:

(...) se as razões concretas, relativas à segurança nacional, que se arguem contra o Sr. João Belchior Goulart forem procedentes, votarei pelo impeachment, sobretudo se o forem sua atuação e os seus pronunciamentos comprometedores sobre a China e a Rússia que visitou em cumprimento ao programa de política externa do Sr. Jânio Quadros que mereceu minha

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), em 27/08/1961.

¹³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Manoel de Almeida (PSD-MG), em 06/09/1961.

*crítica e cuja política apenas interna eu aplaudi. (...) Se nós, com intransigência, com interesse, ou com outras finalidades, não tivermos o senso (...) de procurar uma solução harmônica e provocarmos uma ditadura militar, seremos os responsáveis pelo sofrimento do povo debaixo da espada, cujos rigores V. Exas. não conhecem e seremos os responsáveis, mais tarde, quando muitos chorarem os sofrimentos e os fuzilamentos – porque eles virão, não se iludam... (...) ainda há poucos dias, o Sr. Luiz Carlos Prestes lançou manifesto de apoio jubiloso e entusiástico de loas extraordinárias à política externa de Jânio Quadros, que era, em suma, a mesma de João Goulart (...) [os comunistas] têm dado apoio à política externa de Jânio Quadros e de João Goulart.*¹³²

O americanismo e o anticomunismo adotaram, grosso modo, a defesa da posse seguida de estreita vigilância, o que sintetizaria de forma notável o desencadeamento da história do Brasil durante o governo Goulart:

*(...) o que a razão manda é dar posse a João Goulart, mas vamos vigiá-lo, vamos olhá-lo bem. Quando S. Exa. virar para a esquerda, aqui estará o Congresso vigilante, para votar o impeachment, baseado em fatos, não em suposições.*¹³³

Em Goiás, o governador Tenente Coronel Mauro Borges Teixeira abordava também o tema central da polêmica em torno da posse de Goulart, a manutenção ou não das linhas da PEI. O deputado goiano Castro Costa (PSD) endossava as argumentações de Teixeira, que dizia que retroceder na política externa de Quadros seria “reconhecer em nosso país uma incapacidade congênita, que nos privaria do direito de manter relações comerciais e diplomáticas com quem quer nos convenha” e de reivindicar a autodeterminação dos povos. Seria, de outro modo, “uma humilhação nacional, um aviltamento inominável, retroagirmos desse caminho e voltarmos à condição pura e simples de satélite”. Nesse ponto, o antiamericanismo havia identificado na PEI de Quadros um avanço fundamental para projetar o Brasil como um dos países líderes do mundo subdesenvolvido.¹³⁴

Os antiamericanos radicais, de outra maneira, desejavam que o novo presidente reformulasse a implementação da política externa brasileira, adotando uma PEI mais aprofundada e menos retórica. De modo que a PEI de Jânio fora elaborada “para conseguir a simpatia dos grupos de esquerda, não [tendo] senão um sentido declaratório”, nada fazendo para tomar, no plano internacional, uma atitude realmente vigorosa. Na mesma linha de

¹³² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 28/08/1961.

¹³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Freire (PSP-MG), em 27/08/1961.

¹³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Castro Costa (PSD-GO), em 28/08/1961.

argumentação, tratava-se de uma política indefinida, ao mesmo tempo da esquerda e da direita, que não conseguiu vencer os primeiros obstáculos que poderiam dar a possibilidade de cumprir os compromissos firmados durante a sua eleição.¹³⁵

Nesse sentido, a PEI compunha o ponto de divergência entre antiamericanos e americanistas. Ambos defendiam a posse, mas para os americanistas, Goulart deveria proceder a uma retração de suas linhas (da gradação moderada) ou absoluta abdicação de sua condução (radicais). Para os antiamericanos, ao contrário, a PEI deveria ser mantida (moderados) ou aprofundada e concretizada (radicais).

De acordo com os ministros militares, o vice-presidente não poderia assumir a presidência em decorrência de suas atividades subversivas no País, comprovadas em “farta documentação”. O ministro da guerra enviou ao Congresso, por meio da Mensagem n.º 471/61, o parecer das Forças Armadas sobre a inconveniência da posse de Goulart. Na prática, foi um quase ultimato solicitando uma mudança na Constituição para evitar a sucessão de Goulart, ameaçando estabelecer uma junta militar caso isso não fosse cumprido. Em outras palavras, um golpe. Mas o Congresso não estava de todo disposto a ceder. Adauto Cardoso (UDN-GB), por exemplo, reafirmava seu compromisso com os ideais democráticos e, em um ato de coragem, defendeu mais uma vez a posse do substituto legal para, em seguida, ingressar com uma representação criminal contra o presidente da República em exercício e contra os ministros militares.

Em meio a alguns protestos e à cobertura da imprensa a favor da posse de Goulart, diversos jornais foram ocupados por censores do estado, como na Guanabara por ordem do governador Carlos Lacerda. Com efeito, muito antes da possibilidade de se ver efetivado como presidente da República, Goulart colecionava desconfianças, como o “responsável por tantos males feitos no País nos últimos anos”, que padecia de um primarismo que incomodava, mas que metia medo também, pela manobra política que fazia com os trabalhadores para seus “apetites eleitorais”.¹³⁶ E tudo isso como ex-ministro do trabalho e vice-presidente apenas. Torná-lo presidente seria o mesmo que incumbir a máxima condução

¹³⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 26/08/1961.

¹³⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arno Arnt (PRP-RS), em 06/03/1961. Durante o pronunciamento foi reproduzido editorial de *O Globo* de 04 de março de 1961. ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 111.

do País a um déspota disposto a se aventurar nos tortuosos caminhos do comunismo para satisfazer seus projetos pessoais de poder.

Diante da crise, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se reuniram extraordinariamente também no fim de semana que se seguiu à renúncia, procurando encontrar uma solução que sustentasse a legalidade. Para manter-se em funcionamento (“verdadeira sessão permanente, indispensável para que cumpramos o dever constitucional de vigilância e assistência às instituições democráticas”, disse um deputado udenista¹³⁷ ou, de acordo com o presidente do Senado, para que estivesse “em condições de deliberar sobre qualquer medida legislativa de caráter urgente”¹³⁸) mesmo não tendo matéria específica sobre o tema para deliberar, pautaram para a ordem do dia projetos diversos, como o que regulamentava o exercício da profissão de massagista, outro que concedia pensão, etc.

Paralelamente e fora do Congresso, iniciava-se o movimento em defesa da legalidade, de que a Constituição deveria ser respeitada e, por conseguinte, o vice-presidente tomar posse. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, casado com a irmã de Goulart, Neusa, montava uma resistência armada no Palácio Piratini, com a ajuda da polícia militar estadual, e tentava convencer o restante da população a seguir a “rede da legalidade” com a ajuda da estação de rádio de Guaíba. Brizola dizia disposto ao sacrifício, diante do fato de

já termos sido dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência de nosso povo!

Mais tarde, em um gesto que seria determinante para a conclusão da crise, o general do III Exército, Machado Lopes, aderiu ao movimento pela legalidade. O Marechal Henrique Lott, que também defendia a legalidade – mais em função do respeito aos preceitos constitucionais ao invés de representar um apoio à figura de Goulart propriamente dita - foi preso. As Forças Armadas haviam rachado, o que prenunciava uma ameaça de guerra civil.¹³⁹ O manifesto de Lott contra a decisão de Odílio Denys, ministro da guerra, foi lido no plenário da Câmara dos Deputados como um convite ao Parlamento resistir, em defesa das instituições,

¹³⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aduino Cardoso (UDN-GB), em 26/08/1961.

¹³⁸ Discursos Senado Federal. Senador Moura Andrade (PSD-SP), em 26/08/1961.

¹³⁹ MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 133, 172, 179, 181. CIA, Central Intelligence Bulletin, 28 de agosto de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. SKIDMORE, 1982, p. 257.

para que a Casa se mantivesse “em sessão permanente, até que os fatos se esclareçam e até que tomemos aquela atitude definitiva que toda a nação espera do Congresso”¹⁴⁰:

“(...) tomei conhecimento, nesta data, da decisão do ministro da guerra, marechal Odílio Denys (...) de não permitir que o atual presidente da República, João Goulart, entre no exercício de suas funções (...). Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha Pátria e com as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação. (...) pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro. (...)”
Henrique Lott.

A saída política para o impasse, que assegurasse a posse de Goulart e atendesse à “inquietação nacional”¹⁴¹, foi encontrada pelo Congresso Nacional. Em conversa entre Afonso Arinos e Goulart, que ainda estava em Paris, a possibilidade da adoção do sistema parlamentarista tomava fôlego. Para o líder do PTB na Câmara, deputado Almino Afonso, isso seria no fundo um “golpe branco das forças reacionárias” contra Jango, desferido pelo próprio Congresso, apesar de, doutrinariamente, ser um defensor do parlamentarismo e das propostas que tramitavam há bastante tempo na Casa nesse sentido. Almino consultou, então, o líder da UDN, Menezes Cortes, que apontaria para a construção do consenso na Câmara: “você mostrou a saída, Almino!”. Os líderes discutiram a opção a portas fechadas.¹⁴²

Portanto, em princípio a tese parlamentarista fora rechaçada pelo PTB e pelos aliados de Goulart – que o queriam como presidente da República com plenos poderes, conforme estabelecido na Constituição e reconhecido pelas eleições de 1960. A renúncia de Jânio deveria, assim, ser encarada como “ato de rotina dentro do regime democrático”, repetindo as palavras do governador da Bahia, Juraci Magalhães: “rei morto, rei posto”.¹⁴³

A solução parlamentarista, aos poucos, passava a agradar a ambas as correntes que se formaram em torno da questão. Da parte do grupo contrário à posse de Jango, limitava os seus poderes na presidência e o colocava sob sistemática vigilância do Parlamento, contendo eventuais riscos do “acidente” João Goulart na presidência.¹⁴⁴ Afinal, não era certo que Goulart fosse, aos olhos desse grupo, evidentemente pró-comunista; estava ainda em

¹⁴⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 27/08/1961.

¹⁴¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Nelson Carneiro (PSD-RJ), em 27/08/1961.

¹⁴² MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 225, 275.

¹⁴³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 26/08/1961.

¹⁴⁴ SKIDMORE, 1982, p. 311.

suspeição pela proximidade “de certos amigos (...) que atraem para ele a desconfiança da nação”, como defendia o deputado Padre Vidigal. Os anticomunistas e americanistas buscavam apoiar Goulart, esperançosos também de que, com o novo governo, fosse “devolvida a política externa ao padrão convencional”:

*Dou o meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manifestou sua índole e pensamento conservadores.*¹⁴⁵

Os defensores da tese legalista, de outra parte, preservavam a incolumidade da Constituição e obtinham a suspensão do veto militar para a posse de Goulart. Conseguiram, ademais, incluir na proposta de emenda à Constituição dispositivo que previa um plebiscito sobre a manutenção do sistema parlamentarista ou o retorno ao presidencialismo em janeiro de 1965, nove meses antes da eleição seguinte para a presidência.¹⁴⁶

Os três ministros militares foram dos poucos que não se convenciam com a solução política. Mas, do mesmo modo, não dispunham de qualquer coesão dentro das FFAA nem do Congresso para uma ação conjunta contra Goulart. Tampouco de Washington, ainda sob a atmosfera do primeiro ano da administração Kennedy e da promessa de combater os comunistas com base no desenvolvimento econômico e na democracia, contida na Aliança para o Progresso, implicando o não favorecimento a golpes de Estado.¹⁴⁷ O ministro da Guerra, Odílio Denys, afirmara ter chegado a hora de o Brasil “optar entre o comunismo e a democracia”. No dia 30 de agosto, os ministros militares divulgaram um documento em que acusavam Jango de incentivar e promover “agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais”, permitir a infiltração comunista e esquerdista no ministério do trabalho¹⁴⁸, apoiar greves e de ter tornado patente em suas viagens sua admiração pelos regimes soviético e chinês, ameaçando se transformar em um outro Fidel Castro das Américas:

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo em nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das

¹⁴⁵ Deputado Plínio Salgado. Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 237.

¹⁴⁶ Discursos Senado Federal. Senadores Lima Teixeira (PTB-BA), Afonso Arinos (UDN-GB), em 01/09/1961.

¹⁴⁷ BANDEIRA, 1999, p. 66. PARKER, 1977, p. 23.

¹⁴⁸ Na época de sua passagem pelo ministério do trabalho, em 1953/1954, João Goulart foi acusado de estar participando de articulações, juntamente com Vargas e Perón, para implantar no Brasil uma “república sindicalista”. Na esteira dessas acusações, causou bastante inquietação a proposta de aumentar em 100% o salário mínimo e de procurar beneficiar os sindicatos. Cf. BANDEIRA, 2007, p. 478. BANDEIRA, 2010, p. 250. GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, 2006, pp. 12, 31.

*nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas – avultam à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil.*¹⁴⁹

A PEC do parlamentarismo, ao fim, foi aprovada na Câmara por 264 votos a favor e 10 contra. Aos ministros militares, embora reiterassem todas as restrições a Goulart, não restava outra solução que não acatar a decisão do Congresso. Apesar disso, não abriram mão de empreender, logo em seguida, uma campanha ativa de conspiração contra o novo governo, procurando o apoio civil para isso. A emenda foi promulgada num domingo, 3 de setembro, diante de 56 senadores e 280 deputados, alterando inteiramente o sistema político brasileiro, ao dividir as atribuições do Poder Executivo entre o presidente da República e o conselho de ministros, ao qual cabia a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como a administração federal. O campo de atuação e a influência política do Congresso Nacional viram-se amplificados com o novo modelo.

A ameaça da eclosão de uma guerra civil no Brasil foi, enfim, vencida pela conciliação construída no Parlamento. Para o cargo de primeiro-ministro, Goulart discutia um nome de consenso – um moderado que desagradasse o menos possível às facções do Congresso. San Tiago Dantas, do PTB; Juraci Magalhães, da UDN; Amaral Peixoto, Moura Andrade e Tancredo Neves, do PSD, eram os cotados.¹⁵⁰ Em 7 de setembro, aniversário dos 139 anos da independência do Brasil, João Goulart tomou posse no Congresso, significando também a volta ao poder da coligação PTB-PSD, dizendo assumir

*a Presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a nação. (...) Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir. Prefiro pacificar a acirrar os ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.*¹⁵¹

Grosso modo, a atmosfera política no Brasil apontava para um misto de alívio, atenção e um moderado otimismo. Alívio de que a crise institucional – grave e com real risco de eclodir conflitos armados em diversos pontos do território brasileiro – chegara ao fim, por consenso, revelando com isso certa maturidade institucional do País. Atenção, da parte dos anticomunistas e americanistas, incluindo os militares, quanto aos rumos que Goulart daria a seu governo e, principalmente, à política externa; da parte dos antiamericanos, se o novo

¹⁴⁹ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 238.

¹⁵⁰ CIA, Special National Intelligence Estimate, n. 93-2-61, “Short-Term Prospects for Brazil under Goulart”, 07 de dezembro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. MARKUN; HAMILTON, 2011, pp. 238, 246, 308.

¹⁵¹ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 314.

presidente realmente cumpriria a profecia que se fazia a partir de sua biografia, de engendrar uma política econômica, social e externa de vanguarda, atacando as raízes da miséria brasileira. O otimismo moderado dizia respeito a todos esses agrupamentos políticos e à capacidade de Goulart de atender às suas expectativas, mesmo que conflitantes.

CAPÍTULO 4

Mais distante dos Estados Unidos, mais próximo do desenvolvimento: as medidas econômicas e comerciais da primeira fase do governo Goulart

Depois de resolvida a questão sucessória com João Goulart, o governo dos Estados Unidos decidiu adotar uma atitude de cooperação cautelosa em relação à nova presidência do Brasil. Essa política não sofreria solução de continuidade até meados de 1963. Nessa primeira fase, a administração Kennedy chegou mesmo a encorajar Goulart a prosseguir em seu interesse pela reforma social, mas também o pressionou constantemente a empreender uma política econômica de austeridade e combate à inflação que, na ótica de Washington, vinha se tornando cada vez mais inadiável. A despeito disso, a implementação de uma política desse tipo representaria uma ação profundamente impopular, precipuamente junto aos sindicatos de trabalhadores, principal base de apoio do governo. Por esse motivo, a contragosto do governo norte-americano e da oposição no Congresso Nacional, Goulart procurou adiar ao máximo a adoção de uma política econômica nessa linha.¹

O apoio norte-americano ao novo governo não dispensou as preocupações quanto à infiltração comunista. As primeiras indicações de Goulart para compor a estrutura administrativa levantaram sérias suspeitas de que elementos comunistas vinham sendo prestigiados, justificando a manutenção do regime sob rígida vigilância. A embaixada norte-americana no Brasil traçava um cenário que muito preocupava Washington dentro do escopo da Guerra Fria: de que havia alguma possibilidade de Jango estar preparando, conscientemente ou não, o caminho para uma efetiva infiltração comunista para um eventual golpe. Um dia após a sua posse, o embaixador interino dos Estados Unidos no Rio de Janeiro,

¹ SKIDMORE, 1982, p. 390. CERVO; BUENO, 2002, p. 354.

Niles Bond, sugeriu ao presidente Kennedy suspender quaisquer empréstimos, caso o governo de Goulart reforçasse as suspeitas quanto às tendências comunistas.²

Goulart sabia que Kennedy desconfiava que ele fosse um comunista. Inicialmente, o presidente brasileiro concordava com a ideia de que poderia demitir funcionários considerados proto-comunistas e mudar suas declarações públicas, se isso contribuísse para provar que não era um comunista. Mas defendia que não podia fazê-lo caso os Estados Unidos recuassem em seus compromissos de ajuda financeira ao Brasil.³

O governo centrou parte dos debates de seu programa na implementação de um conjunto de alterações nas legislações agrária, bancária, urbana, universitária, eleitoral e tributária. Goulart, ao fim e ao cabo, vislumbrou no termo “reformas de base” a oportunidade de sintetizar todo o seu programa de governo, qual seja, um rearranjo geral e profundo de todas as estruturas arcaicas do Brasil em prol das massas de trabalhadores, projeto amplamente secundado pelos antiamericanos devido à urgência exigida para as soluções dos problemas econômicos do País.⁴ A miséria somada ao crescimento da população brasileira, que segundo estimativas da época atingiria 100 milhões de habitantes até o fim do século XX, pressionavam para a inadiável solução dos obstáculos ao desenvolvimento econômico e, enfim, os relativos a educação, saúde, trabalho, previdência, habitação. Do contrário, uma revolução poderia eclodir em um futuro muito breve:

(...) o receio que tenho é que, quando realmente desejarmos solucionar esses problemas, graves, o povo não queira mais resolvê-los através de meios legais. O processo revolucionário no Brasil é de profundidade. Estamos vivendo uma revolução; se ainda não estourou no país é porque ainda não há uma liderança autêntica para lhe assumir o comando. O que aconteceu em Cuba não foi diferente.⁵

Afinal, para a solução dos “problemas de base”, capazes de cortar as causas profundas que impediam o País de avançar, que havia se instalado ainda na época da colônia, o melhor seriam “reformas de base”, evitando uma revolução social que negaria para sempre

² CIA, Central Intelligence Bulletin, 28 de setembro de 1961. CIA, Special National Intelligence Estimate, n. 93-2-61, “Short-Term Prospects for Brazil under Goulart”, 07 de dezembro de 1961. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 328.

³ CIA, Central Intelligence Bulletin, 18 de outubro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴ BARBOSA, 2000, p. 86.

⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 23/05/1962.

as possibilidades de uma solução tranquila.⁶ A resolução dos problemas brasileiros não podia mais esperar, pois

*este País já se encontra em plena revolução. (...) o Nordeste, nordeste mesmo, não pode esperar, e o outro Nordeste, que está inquieto, que não suporta mais o sofrimento da descapitalização, (...) o Nordeste amazônico, o Nordeste central, o Nordeste Mato Grosso, o Nordeste Goiás, o Nordeste Minas Gerais, o Nordeste Espírito Santo – tornou-se um vulcão – o Nordeste clamando por medidas que estabeleçam o equilíbrio e provoquem desenvolvimento e progresso.*⁷

O temor maior dos americanistas não era por uma eventual tendência comunista de Jango em si, mas pelo risco de ele, ainda que sem a intenção, conceder espaço aos comunistas em seu governo e, finalmente, levar o País a uma ditadura vermelha. Para os americanistas, as reformas de base foram um dos primeiros indícios dessa tendência, em virtude de elas, em sua maioria, representarem propostas de solução comunista para os problemas brasileiros, pretexto para a tomada do poder pelo comunismo. Para os antiamericanos, constituíam-se em um conjunto de soluções da esquerda, mas que não guardava qualquer relação com as ideias marxista-leninistas, procurando diferenciar nacionalismo e antiamericanismo de comunismo.⁸

Para um grupo, inclusive de aliados, Goulart era considerado um político fraco, incompetente, despreparado e incapaz, uma incógnita em relação à real influência comunista na formação de seu governo. Para outros, ao contrário, representava um “homem inteligente, simples, capaz, digno e, acima de tudo, patriota”.⁹ Ainda no início de seu governo, Jango era visto como uma promessa de estadista:

*Jango provou que é homem sereno, equilibrado, e, positivamente, um democrata. Não um democrata de fachada. Mas um governante com fundas raízes nas massas populares, que conhece os seus problemas, sente os seus anseios e necessidades, por isso, está credenciado a falar. E há de ser um baluarte da democracia, não só neste país, mas terá missão mais larga que o futuro dirá.*¹⁰

⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Brant (PR-MG), em 26/10/1961 e em 06/04/1962, Fernando Santana (PTB-BA), em 06/11/1961, Almino Afonso (PTB-AM), em 26/05/1962, e Aurélio Vianna (PSB-AL), em 06/04/1962.

⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 29/05/1962.

⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Padre Vidigal (PSD-MG) e Celso Brant (PR-MG), respectivamente, em 23/05/1962.

⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Clemens Sampaio (PTB-BA), em 05/04/1962. FERREIRA, 2006, pp. 13 e 27.

¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Benjamim Farah (PSP-GB), em 12/04/1962.

Goulart era considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e exercia o cargo de comando do PTB. Fez sua carreira baseado no sistema dos sindicatos e dos tribunais criados em toda a federação. De acordo com Thomas Skidmore, Jango carecia de visão política a longo alcance e não era dono de um fascínio sobre os eleitores.¹¹ Para alguns analistas norte-americanos, Jango era, da mesma forma, demagogo e oportunista e sem ideologia ou ideal.¹² Isso pode ser verdade se comparado a Getúlio, que havia sido o seu tutor na carreira política e de quem foi ministro do trabalho. Apesar disso, João Goulart desempenhou sua função de presidente da República de modo muito mais complexo e gerou paixões e ódios do Congresso Nacional e do eleitorado que vão além de qualquer avaliação desse tipo.

Tancredo Neves foi o primeiro-ministro de setembro de 1961 a junho de 1962. Neves vinha sendo apontado por Washington como um político relativamente sem expressão e um exemplo de oportunista da velha guarda, e que não estava disposto a engajar-se numa disputa aberta com Goulart pelos poderes do Executivo.¹³ Isso significou na prática a submissão da vontade do Legislativo ao Executivo. Além disso, não raro, o Congresso contrariou as diretrizes do gabinete em assuntos de grande relevância sem, contudo, significar sua dissolução, como prevê um sistema parlamentarista em tese. Apesar do novo aparato institucional e constitucional, o parlamentarismo de então manteve fortes traços do presidencialismo, ao mesmo tempo em que colocava a Câmara dos Deputados no centro do processo político, em virtude de o gabinete tornar-se responsável perante ela. Importante salientar que a ineficiência do parlamentarismo brasileiro dos primeiros meses desagradava a deputados de praticamente todos os grupos políticos, inclusive do líder do governo, que criticava a omissão recorrente do primeiro-ministro nos debates de maior importância.¹⁴

A tensão experimentada por Jânio Quadros entre os modelos de desenvolvimento a seguir, acoplada ao papel reservado à política externa brasileira para a construção desses objetivos, foi aprofundada sob o governo Jango. Nisso inserem-se as discussões não diretamente ligadas à PEI, como as atinentes às encampações de empresas estrangeiras e à lei de remessa de lucros. Da mesma forma que a PEI foi mantida, a empreitada em busca dos mercados do “oriente” continuou. O cerne dos debates manteve-se na dualidade busca-por-desenvolvimento/proteção-contra-o-comunismo-internacional. Esse embate parecia dar razão

¹¹ SKIDMORE, 1982, p. 263.

¹² HERSHBERG, 2004, p. 8.

¹³ CIA, Special National Intelligence Estimate, n. 93-2-61, “Short-Term Prospects for Brazil under Goulart”, 07 de dezembro de 1961. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 30/11/1961.

aos antiamericanos, traduzido em maior número de votos nas eleições gerais previstas para outubro de 1962. Contra essa tendência, foram forjados alguns “institutos” para funcionar de apoio eleitoral e das atividades parlamentares de americanistas. Em resumo, as discussões referentes ao cenário da Guerra Fria continuaram dando o tom das disputas políticas domésticas e da atuação dos Estados Unidos no Brasil em um patamar bastante mais elevado, ajudado por acontecimentos no plano internacional e pela presença de um suspeito na presidência da República.

1. Política externa Jango-Dantas-Tancredo, os obstáculos ao desenvolvimento econômico e o fantasma comunista

Para o Itamaraty, João Goulart indicou San Tiago Dantas, que, pouco antes, em 22 de agosto, havia sido nomeado por Quadros para o posto de delegado permanente do Brasil junto à ONU. Dantas havia alcançado uma rara quase unanimidade entre americanistas e antiamericanos quanto à sua escolha para o posto em Nova York, com exceção de alguns membros da UDN, menos por questões ideológicas e mais por ciúmes pela escolha de um opositorista em detrimento de um homem da base governista.¹⁵ À época, ele renunciaria à função de deputado federal, que exercia pelo PTB de Minas Gerais, para cumprir as exigências do novo cargo. No Congresso, seus pares defendiam que a escolha de Quadros havia deixado a melhor impressão nos círculos políticos e intelectuais do País ao investir em função tão representativa “um dos maiores expoentes da cultura brasileira no setor das letras jurídicas e sociais”. Mesmo na oposição, o que revelava certa isenção do presidente, o PTB via o gesto como uma glória para o partido. Curiosamente, os americanistas dos mais presentes nos debates do plenário da Câmara dos Deputados – entre eles Padre Vidigal, Antônio Carlos Magalhães, Alde Sampaio e Adauto Cardoso – e do Senado Federal (Padre Calazans) foram os principais louvadores da figura de San Tiago e da feliz escolha de Quadros para o cargo. Na imprensa, graças à sua “cintilante inteligência e magnífica cultura”, o comparavam a Rui Barbosa na conferência de Haia para a função na ONU.¹⁶ Dantas se despediu afirmando que “nesses três anos e pouco que vivi na Câmara, conhecendo-a de perto

¹⁵ Atecpa-se UDN à crise ministerial. **Jornal do Brasil**, 09/08/1961. Afonso Arinos também vinha sendo cotado para o cargo novamente. In: Novo chanceler vai rever as relações entre Brasil e Cuba. **Jornal do Brasil**, 06/09/1961.

¹⁶ San Tiago e a ONU, por Chermont de Britto. **Jornal do Brasil**, 15/08/1961.

e assistindo-lhe ao trabalho, foram altamente fecundos e altamente construtivos, e que deles o que retirei foi uma confiança maior no Brasil”.¹⁷ Os acontecimentos posteriores o colocariam, porém, na condição de chanceler de um novo governo, desfazendo a necessidade da despedida do Congresso e do País, e mudando radicalmente a recepção que o faziam os americanistas. As primeiras impressões da embaixada dos Estados Unidos sobre o novo chanceler brasileiro se limitaram a afirmar que era “um antigo fascista, agora conhecido como um importante líder intelectual da esquerda”.¹⁸

Dantas deu sequência à Política Externa Independente (PEI) de Jânio-Arinos, que por sua vez havia dado os seus primeiros passos ainda com Kubitschek. Para o PTB, partido que vinha fazendo dura oposição ao governo Quadros, esse era um dos poucos e notáveis pontos de intersecção entre os dois programas de governo. No dia mesmo da renúncia do presidente, o partido deixava clara a linha a ser seguida pelo novo governo na condução de sua política exterior: prosseguimento da PEI, não de Jânio Quadros, mas “que [era] a política do PTB”¹⁹, muito tempo antes estabelecida no seu programa partidário, e por corresponder melhor aos objetivos do Brasil no momento histórico.²⁰ Nesse sentido, o prolongamento da PEI durante a gestão Jango não decorreu de uma improvisação – decorria, ao invés, de programa assentado no seu partido e reiterado em sucessivas convenções.²¹ Além disso, o PSD, principal partido de apoio do novo governo, tendia a aprovar a continuação da PEI, conforme declaração emanada da convenção nacional partidária daquele ano: “perseverar numa estrita linha de independência, sem prejuízo, porém, dos nossos notórios compromissos de solidariedade com o mundo ocidental, democrático e cristão”. Em outros termos, fidelidade no campo estratégico aos Estados Unidos e manutenção da condição do Brasil de país não-comunista.²²

¹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Anísio Rocha (PSD-GO) e Eloy Dutra (PTB-DF), em 23/08/1961, e Cunha Bueno (PSD-SP), Padre Nobre (PTB-MG), Ranieri Mazzilli (PSD-SP), Padre Vidigal (PSD-MG), Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), Adauto Cardoso (UDN-GB), Alde Sampaio (UDN-PE) e San Tiago Dantas (PTB-MG), em 24/08/1961. Discursos Senado Federal. Senadores Padre Calazans (UDN-SP), em 24/08/1961, Nogueira da Gama (PTB-MG) e Sérgio Marinho, em 25/08/1961. DANTAS, San Tiago. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 314.

¹⁸ MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 331.

¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 25/08/1961.

²⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

²¹ Cabe lembrar que a inclusão em um programa de partido do termo “independente” para tratar da política externa do Brasil não era garantia de que os princípios postulados pela Política Externa Independente fossem os aceitos. Afinal, no programa da UDN de 1957 lia-se que, na política externa, o Brasil deveria ser um “aliado cordial e independente dos Estados Unidos”. Apud CHACON, 1981, p. 164. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 29/05/1962.

²² CHACON, 1981, p. 162.

As discussões entre americanistas e antiamericanos em torno da presidência de Goulart eclodiram antes mesmo de sua posse. Os petebistas defendiam a PEI das acusações dirigidas a ela e a Quadros pelos ministros militares, de trazer “intranquilidade” à nação num de seus pontos mais polêmicos que era a aproximação com o Bloco:

*Intranquilidade de quem? Intranquilidade por quê? Todos os países do mundo, países de tradição católica apostólica romana, mantêm relações com os países da Cortina de Ferro e nem por isso são países comunistas, nem por isso deixaram de ser países católicos, nem por isso abriram mão de seus direitos e de suas prerrogativas democráticas a favor de qualquer regime da extrema esquerda ou da extrema direita.*²³

Nesse sentido, o novo governo conduziu a diplomacia brasileira para o reatamento de relações com a União Soviética e, na reunião dos chanceleres dos países do continente americano em Punta del Este, em janeiro de 1962, discordou da resolução proposta pelos Estados Unidos que pretendia expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ainda assim, procurou enfatizar que a PEI seguia “a melhor tradição da democracia brasileira, fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs”²⁴, com o intuito de desatrelar esses movimentos a qualquer simpatia ao Bloco Comunista. San Tiago deixou o ministério em junho de 1962 para disputar um novo mandato na Câmara dos Deputados. Com a renúncia de Tancredo Neves naquele mesmo mês, Dantas foi indicado por Goulart para a vaga de primeiro-ministro. Contudo, graças principalmente aos opositores da PEI, o seu nome foi vetado pelo Congresso Nacional. Retornaria ao cargo de ministro, só que da Fazenda, em janeiro de 1963.

A intenção de San Tiago, desde a posse como chanceler, era manter no Itamaraty o objetivo primordial de elevar o nível de vida do povo brasileiro por meio da PEI. Da parte do governo norte-americano, havia quem esperasse que mesmo com a continuação da PEI, as inconstâncias e os ataques gratuitos típicos de Fidel Castro e de Quadros fossem evitados. Alguns meses depois de exercer a presidência, Goulart comentou, reservadamente, que era fácil e até popular ser antiamericano quando ele não tinha nenhuma responsabilidade, mas que

²³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 25/08/1961.

²⁴ FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, vol. 1. p. 162. CERVO; BUENO, 2002, p. 328. CERVO, 1994, p. 40. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 37, n.º 1, 1994, p. 24.

como presidente ele sabia que era essencial para o futuro do Brasil cooperar com os Estados Unidos.²⁵

Ocorre que a PEI antes de Goulart fora conduzida por um governo conservador; com a posse do vice, que sofria de forte suspeição ideológica de tendência pró-comunista, o quadro se inverteu. Para os anticomunistas, Jânio vinha adotando uma linha alarmante no plano da política externa, mas mantendo na política doméstica ações que não criavam o mesmo temor. De outro modo, se a PEI já era vista com desconfiança com Quadros, com Jango essa situação se agravou.²⁶

Tanto assim que, em abril de 1962, o presidente Goulart empreendeu uma viagem aos Estados Unidos, com vistas a fortalecer os laços entre os dois países e, principalmente, atenuar as inquietações dos investidores internacionais. A visita de um presidente brasileiro aos EUA era planejada para ter ocorrido antes, em dezembro de 1961, caso Jânio Quadros não houvesse renunciado. Na Câmara dos Deputados, surgiram demonstrações de aprovação à sua visita, com a esperança de isso contribuir para acelerar a execução plena da Aliança para o Progresso em todo o continente. Para atestar o apoio, alguns deputados compareceram ao embarque da comitiva do presidente aos Estados Unidos, desejando demonstrar, ao mesmo tempo, o prestígio político de Goulart e a normalidade democrática vivida no Brasil.²⁷

Na avaliação de Herbert Levy, líder da UDN na Câmara dos Deputados, do grupo americanista, a visita do presidente, juntamente com os ministros Walter Moreira Salles e San Tiago Dantas, e com o apoio do embaixador Roberto de Souza Campos, havia atingido plenamente seus objetivos. Apresentaram, afinal, os problemas do Brasil em termos realísticos, em sua opinião, com o mérito de desanuviar o ambiente das relações bilaterais entre os dois países e apontar para melhores dias no enfrentamento dos problemas comuns.²⁸ Apesar do amplo apoio à PEI de Goulart, os antiamericanos desconfiaram das intenções do presidente com a viagem. Afinal, a incerteza sobre os pontos de vista de Jango afligia até

²⁵ FRANCO, 2007, pp. 159, 161. MANZUR, 2009, p. 227. San Tiago: política externa independente. **Jornal do Brasil**, 11/09/1961. San Tiago promete dar continuidade à política externa. **Jornal do Brasil**, 12/09/1961. San Tiago ao “N.Y Times”: Brasil pode pender para Ocidente, URSS ou neutros. **Jornal do Brasil**, 12/09/1961. CIA, Special National Intelligence Estimate, n. 93-2-61, “Short-Term Prospects for Brazil under Goulart”, 07 de dezembro de 1961. CIA, Current Intelligence Weekly, “Brazil’s six months under Goulart”, 23 de março de 1962. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

²⁶ VIZENTINI, 2004, p. 176.

²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Theódulo de Albuquerque (PR-BA), em 02/04/1962, Clemens Sampaio (PTB-BA), em 05/04/1962, e Santos Lima (PTB-CE), em 12/04/1962. Casa Branca anuncia visita de Jânio aos EUA em dezembro. **Jornal do Brasil**, 09/08/1961.

²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 11/04/1962.

mesmo os seus aliados. Era ele um confiável defensor do caráter independente da política externa brasileira ou um aliado do capital internacional? Alguns dos antiamericanos radicais acreditavam que, com isso, João Goulart havia escolhido o caminho da centro-direita, traíndo seu passado e sua herança getulista.²⁹ A presença de Roberto Campos, defensor de um estreito alinhamento entre os dois países, na embaixada do Brasil em Washington reforçava esse sentimento:

*Temos, como embaixador em Washington, um homem que seria muito melhor representante dos Estados Unidos no Brasil do que representante do Brasil nos Estados Unidos, o Sr. Roberto Campos. S. Exa., como embaixador, deveria ser normalmente defensor dos nossos interesses naquela nação. Acontece, porém, que o Sr. Roberto Campos é muito mais interessado na defesa dos interesses dos Estados Unidos no Brasil do que na defesa dos interesses do Brasil nos Estados Unidos.*³⁰

A impressão de Kennedy em relação a Goulart, segundo conversa que teve com o embaixador brasileiro em Washington, havia sido bastante positiva, percebendo nele um líder reformador de centro, bastante hábil na comunicação com as massas e capaz de assumir a necessária liderança da Aliança para o Progresso na América Latina. Apesar disso, Jango não se impressionou com as preocupações dos Estados Unidos quanto às notícias que davam conta da infiltração comunista nos movimentos sindicais brasileiros.³¹

A visita serviu também de resposta aos ministros militares da época da renúncia de Jânio Quadros, que haviam tentado impedir a posse de Jango, demonstrando, ao menos temporariamente, o caráter pró-ocidente e próximo aos Estados Unidos do novo presidente. Ficava afastado, momentaneamente, o pânico de alguns setores, inclusive norte-americanos, contra a invasão comunista no governo.³² De imediato, contribuía para a sensação de que a administração Goulart, de início vacilante entre comunismo e capitalismo, havia concluído sua escolha: permaneceria fiel à órbita norte-americana.³³ Para os americanistas, portanto, a viagem de Jango aos Estados Unidos fora muito bem sucedida, sendo o comportamento do presidente exemplar. Para os antiamericanos moderados, comprovava que o governo norte-

²⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 06/04/1962.

³⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 03/05/1962.

³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Benjamim Farah (PSP-GB), em 12/04/1962. SKIDMORE, 1982, p. 265. BANDEIRA, 2007, p. 579.

³² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Benjamim Farah (PSP-GB), em 12/04/1962.

³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mendes de Moraes (PTN-GB), em 24/04/1962.

americano não impunha qualquer restrição à PEI ou ao governo Jango: “os Estados Unidos compreendem nossa posição”.³⁴

De modo geral, a PEI de San Tiago Dantas, Tancredo Neves e João Goulart possuía recepção bastante positiva dos meios antiamericanos da categoria moderada. A PEI significava, desse modo, um salto para o progresso, obtendo do capitalismo dos Estados Unidos e do comércio com a URSS e o leste europeu, de relacionamentos bilaterais recém-reatados, os melhores benefícios para o Brasil. A fala da diplomacia brasileira ganhava, aos olhos de antiamericanos de grau médio, altivez e independência. Os ganhos por essa nova posição no relacionamento com Washington, no plano político e econômico, seriam sem precedentes quando comparados a qualquer outro país latino-americano. Era preciso, então, não se curvar ou tomar posição de adulação ao poderio da maior nação capitalista para adquirir o respeito e a atenção merecidos pelo Brasil. O antiamericanismo desse tipo era menos uma oposição severa aos Estados Unidos e mais uma intimação por uma defesa assertiva dos interesses do Brasil:

*Jango desafia a maioria conservadora do Congresso Americano [por ocasião de sua visita àquele país] e conquista o respeito para o Brasil moderno e progressista. Reconhecida a liderança natural do Brasil na América Latina e a legitimidade da posição independente que somente as nações democráticas já adultas podem sustentar em sua política exterior. (...) foi precisamente essa posição digna, independente e franca o fator que melhor impressionou os círculos dirigentes americanos e abriu perspectivas de um novo diálogo entre ambos os países, aquele diálogo tolerante, promissor e corajoso. (...) seguindo uma política internacional independente, pode o Brasil prestar serviços muito mais valiosos à causa da democracia e da paz.*³⁵

Apesar de a visita de Jango aos Estados Unidos ter produzido resultados concretos limitados, parecia o início do que poderia vir a ser uma cooperação mais frutífera entre os governos dos dois países que, desde a posse do novo presidente brasileiro, adquiria mais elementos de repulsa do que de afinidade.³⁶

No entanto, os efeitos do sucesso da visita e o apaziguamento de americanistas e do governo dos Estados Unidos duraram pouco. Nesses termos, oficiais norte-americanos,

³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962. Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 06/04/1962, e Senador Nogueira da Gama (PTB-MG), em 26/04/1962.

³⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Benjamim Farah (PSP-GB), em 12/04/1962.

³⁶ *Ibidem*.

incluindo o próprio Kennedy, autorizaram a CIA a oferecer suporte a políticos e militares opositores de Goulart no mesmo ano. Ademais, a viagem de Kennedy ao Brasil, prevista para fins de 1962, foi cancelada sob o pretexto de que a presença do presidente em Washington seria necessária para tratar diretamente da crise que envolvia o transporte de mísseis soviéticos a Cuba. Na realidade, o cancelamento se deveu mais pela insatisfação do governo dos Estados Unidos com o presidente João Goulart e sua política antiamericana e populista.³⁷

Em 30 de julho de 62, Lincoln Gordon reuniu-se na Casa Branca com Kennedy e Richard Goodwin, conselheiro especial da presidência. O receio quanto à *cubanização* do Brasil se aprofundava em Washington, como indica o diálogo:

Gordon: Creio que uma de nossas tarefas mais importantes consiste em fortalecer a estrutura militar. É preciso deixar claro, porém com discrição, que nós não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, contanto que fique claro o motivo...

Kennedy: ... contra a esquerda.

Gordon: Ele [Goulart] está entregando o maldito país aos...

Kennedy: ... aos comunistas.

*Goodwin: ... nós podemos muito bem querer que eles assumam o poder até o final do ano, se puderem.*³⁸

Sete dias antes, Gordon havia se encontrado com Goulart. Ouviu do presidente a repetição de suas convicções a respeito do perigo posto pelos comunistas no Brasil: não era sério o suficiente para suscitar preocupação. Como se vê, as autoridades norte-americanas discordavam desse ponto de vista.³⁹

Aos opositoristas, a política externa de San Tiago Dantas poderia resultar em liquidação de século e meio de boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, prejudicando o trabalho fecundo do Itamaraty até então.⁴⁰ Isso para, como vinha sendo acusado, se aproveitar da presença do sentimento antiamericano existente de modo difuso no eleitorado brasileiro para angariar votos a seu projeto político pessoal. Contudo, difícil era indicar os opositores da PEI de Goulart-Dantas que não fossem americanistas. O tempo provou, no fim, que os princípios da política externa de então sobreviveram a outros mandatários no Planalto e no Itamaraty independente de interesses eleitorais imediatos.

³⁷ SKIDMORE, 1982, p. 266. HERSHBERG, 2004, p. 12. BANDEIRA, 2007, p. 579.

³⁸ Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 335.

³⁹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 26 de julho de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mendes de Moraes (PTN-GB), em 24/04/1962.

1.1. Encampações de empresas norte-americanas

Durante a visita aos Estados Unidos, Jango conversou com Kennedy sobre a compra das companhias de serviços públicos de propriedade norte-americana, e sobre a aplicação do capital da venda em determinadas indústrias no Brasil. Jango e San Tiago esperavam que essa proposta ajudasse a permitir ao investidor norte-americano retirar-se dos investimentos considerados politicamente ultrasensíveis, assim como sem interesse financeiro, sem privar o País do capital estrangeiro. Esse tema havia se transformado em um dos principais pontos da agenda de discussão entre Brasil e Estados Unidos naquele momento graças à expropriação efetuada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, da subsidiária da *International Telephone and Telegraph Company* (ITT) em princípios daquele ano.⁴¹

Ao menos no início do governo Goulart, a administração Kennedy encarava a situação particular da encampação das propriedades da ITT bem encaminhada pelo governo federal. Afinal, a medida de expropriação “sem justa indenização” fora empreendida por um governo estadual, em que a União pouco controle detinha sobre a evolução dos fatos. Mesmo assim, o governo de Goulart tentou demonstrar-se empenhado no sentido de encontrar uma solução justa e sem demora para ambas as partes ao instituir um grupo de trabalho para dirimir a questão, sem a necessidade de esperar uma decisão da justiça federal, a qual as autoridades norte-americanas consideravam suspeita para julgar a questão por ser parte interessada.⁴² À medida que ficava mais evidente que a promessa de Goulart de rápida solução ao problema não seria cumprida, maior insistência era dada pelas autoridades norte-americanas quanto ao tema na agenda bilateral Brasil-Estados Unidos.⁴³

Pouco depois no congresso norte-americano, foi votada a emenda do senador Bourke Hickenlooper, que previa a proibição da assistência financeira a países que nacionalizassem propriedades de norte-americanos sem justa e imediata indenização, numa tentativa de se

⁴¹ SKIDMORE, 1982, p. 252. BANDEIRA, 2007, p. 579. VIZENTINI, 2004, p. 191. PARKER, 1977, p. 38. Em um relatório sobre o tema, a CIA apontava que uma das prováveis razões porque Brizola havia tomado essa decisão teria sido o de pressionar Goulart, seu rival político, antes de sua visita aos Estados Unidos. In: CIA, Central Intelligence Bulletin, 01 de março de 1962. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴² Sobre uma reunião que teve com Lincoln Gordon e San Tiago Dantas, Brizola relatou que o embaixador norte-americano disse não concordar com a forma como estava sendo encaminhada e conduzida a expropriação feita no Rio Grande do Sul, porque o Poder Judiciário brasileiro, como parte, era suspeito para julgar a questão. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Leonel Brizola (PTB-GB), em 19/03/1963.

⁴³ CIA, Reply to Senator J. W. Fulbright's letter of May 1, 08 de maio de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 11 de abril de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. PARKER, 1977, p. 34.

evitar modelos como o de Cuba. Na ocasião, o governo Kennedy posicionou-se contrário ao texto da emenda, por minar uma das alternativas de combater o comunismo nos países do Terceiro Mundo, em especial na América Latina, que era por meio da assistência financeira. Ele reconhecia que o direito de propriedade dos cidadãos norte-americanos deveria ter tratamento especial para o país. Contudo, o governo sustentava que tal proteção aos direitos de propriedade de seus nacionais deveria ser feita por meio de métodos consistentes com a proteção de todos os outros aspectos considerados de interesse nacional, em especial o que dizia respeito à defesa da segurança nacional e do combate ao comunismo nos demais países (como manter a estabilidade de um governo ameaçado por uma tomada comunista). Por esse motivo, do ponto de vista do governo norte-americano, não seria apropriado incluir na legislação do país a proibição automática de assistência a governos que expropriassem propriedades norte-americanas sem uma justa compensação.

No caso específico da América Latina, acreditava-se que a suspensão de ajuda externa apenas ajudaria a conduzir os países em direção ao comunismo, ao mesmo tempo em que não evitaria novas expropriações. Ademais, Kennedy compartilhava a crença de que o sentimento nacionalista nessa região ficaria exacerbado com a aplicação da nova regra, que poderia ser vista como uma tentativa da parte dos Estados Unidos de interferir nos negócios domésticos desses países, o que acabaria contribuindo para o fortalecimento das teses comunistas. Para os americanistas no Congresso, a atitude de Kennedy comprovava o quanto os Estados Unidos mantinham-se amigos e magnânimos em relação ao Brasil.⁴⁴ Ao fim, a emenda foi aprovada, demonstrando que a maior parte do congresso norte-americano possuía ainda uma posição atrelada a velhos interesses econômicos. Ao contrário disso, o governo norte-americano insistiu na abordagem estratégica para o problema, em que era prevista a concessão de algumas perdas imediatas, inclusive com prejuízos diretos a interesses econômicos norte-americanos, em nome da segurança nacional e do combate ao comunismo. O texto da lei aprovada, contudo, concedia ao presidente norte-americano o arbítrio de julgar em cada caso se prestaria ou não auxílio financeiro, razão pela qual novos empréstimos foram concedidos ao Brasil depois, como os obtidos em março de 1963 pela missão do ministro da fazenda San Tiago Dantas.⁴⁵

⁴⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 16/03/1962.

⁴⁵ BANDEIRA, Moniz. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 75. WIDMER; KENNEDY, 2012, p. 248. CIA, Reply to Senator J. W. Fulbright's letter of May 1, 08

Nesse tocante, as discussões acerca das encampações, como não poderia deixar de ser, constituíram um dos pontos basilares do debate americanistas/antiamericanos. Para os americanistas, erro não havia na decisão de um governador de estado em encampar companhia, nacional ou estrangeira, desde que seu ato fosse praticado com obediência às normas e a desapropriação do patrimônio fosse feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro – conforme determinava a Constituição brasileira. Mas a desapropriação da ITT efetuada por Brizola, para eles, merecia especial reprovação devido ao comportamento do governador do Rio Grande do Sul: demagógico e provocador. Isso porque criava sérias dificuldades ao governo federal pela ameaça de espoliação do patrimônio de empresa, e aqui um ponto que merece destaque, “de uma nação amiga, da qual se pleiteava investimentos no nosso país”. A ameaça de “semiconfisco” de Brizola, ao oferecer como preço dos bens da Telefônica cerca de 7% apenas do seu valor real, provocava “justas reações” de empresários norte-americanos ao tomarem conhecimento de que não havia garantias para os capitais estrangeiros aplicados no Brasil. O resultado seria o declínio do crédito para o Brasil e o afastamento de novos investimentos. Ao fim, todo o movimento afetava uma das principais bases para o desenvolvimento econômico brasileiro segundo a noção americanista: livre fluxo de capital estrangeiro.

Junto com a campanha de encampação da ITT, causava um estado de alerta o fato de existirem demonstrações de prevenções e ódio contra os Estados Unidos. Com isso, além da preocupação com a questão dos investimentos, as encampações deveriam ser tratadas como um assunto de interesse estratégico na medida em que poderiam inaugurar uma política de distanciamento entre o Brasil e “esse país, que constitui a barreira intransponível ao comunismo, a sentinela vigilante da América Latina contra o avanço dos Fidel Castro; essa nação amiga a que nos prendem sentimentos comuns e a que nos ligam laços de tradicional solidariedade”. Preocupava, portanto, o “antiamericanismo”, que fazia referência ao “imperialismo capitalista ianque”, como forma de enfraquecer a luta nacional e internacional contra o comunismo e os efeitos políticos negativos das encampações. A partir daí, na progressão das discussões com os antiamericanos, pouco faltava para transformá-los em “comunistas” ou “filo-comunistas”, pois aquilo que enfraquecia ou não contribuía com a luta anticomunista, deveria ser considerado inimigo. A construção da simbiose dos conceitos

antiamericano-comunista estava em marcha, primeiro com a contraposição entre democratas/antiamericanos, depois, democratas/comunistas.⁴⁶

Para o líder do PTB na Câmara dos Deputados, a declaração de que Brizola não se caracterizava por ser muito amigo dos Estados Unidos não deveria ser entendida como ofensa, mas como reconhecimento da independência com que se portava o governador gaúcho. Para ele, em consonância com o antiamericanismo, o processo de encampação havia sido realizado com lisura, correção, legalidade e juridicidade. A discordância em relação aos valores devidos como meio de indenização refletia a fraude contábil utilizada pela empresa para inflacionar os investimentos.⁴⁷ Os antiamericanos advogavam que, caso a companhia não concordasse com os valores recebidos, deveria recorrer à justiça brasileira, “o que ela não pode fazer é recorrer ao Departamento de Estado, porque não é instância da justiça brasileira”, sugerindo a tentação pelo imperialismo econômico por parte dos Estados Unidos.⁴⁸

Um ponto bastante enfatizado pelos antiamericanos se assentava nas motivações que levariam um governo a empreender um processo de encampação. Segundo esse pensamento, o desserviço dessas empresas – estrangeiras na sua quase totalidade – corroía a capacidade de expansão da economia nacional, se constituindo em um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento devido aos serviços prestados serem precários e carentes de ampliação, modernização e investimentos. Por essa razão, o controle dessas concessões iria, a um só tempo, limitar o capital estrangeiro “licencioso” e emancipar a economia nacional. Em resumo, essas empresas obtinham grandes lucros (que os remetiam ao exterior), pouco investiam e, por conseguinte, criavam entraves para o desenvolvimento econômico da região e do País como um todo. Não se podia falar, pois, em liberdade de investimentos (como defendiam os americanistas) em um país com mais de 40 milhões de miseráveis; a liberdade em um país subdesenvolvido deveria ser o poder de um povo de se livrar da miséria, da restrição e da fome, em primeiro lugar.⁴⁹

Algo que parece paradoxal, até mesmo governadores americanistas empreenderam encampações em seus estados. Um deles, Carlos Lacerda, da Guanabara, mandou desapropriar a CTB (Companhia Telefônica Brasileira). A partir disso, a acusação de

⁴⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 16/03/1962 e em 21/03/1962. Discursos Senado Federal. Senador Eurico Rezende (UDN-ES), em 29/04/1963.

⁴⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Temperani Pereira (PTB-RS), em 21/03/1962.

⁴⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 21/03/1962.

⁴⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Temperani Pereira (PTB-RS), em 21/03/1962.

comunismo ou de inimigos do capital estrangeiro para todos aqueles que promoviam encampações não fazia mais sentido para os americanistas. As justificativas eram basicamente as mesmas utilizadas antes no Rio Grande do Sul: a companhia havia se tornado uma parasita da economia brasileira, tornando-se fator negativo no processo do desenvolvimento econômico nacional. Um ponto, contudo, destoava dos demais. Era o que definia o valor a ser pago a título de indenização, o que requeria um criterioso levantamento físico e contábil dos bens das empresas. Os americanistas estavam dispostos a pagar o preço justo (também na visão das empresas), ao passo que seus opositores propunham o desconto no valor total dos “exorbitantes” (e “ilegais”⁵⁰) lucros precedentes. O contrário representaria prejuízo à nação.⁵¹

Os antiamericanos também apresentaram uma explicação conspiratória para esse movimento de encampação efetuado por governadores americanistas. Como eles eram tradicionais aliados do capital estrangeiro, o fizeram em conluio para poupá-lo das limitações da lei de remessa de lucros aprovada há pouco na Câmara. Isso porque as companhias estrangeiras estavam aterrorizadas com a possibilidade de não terem acesso às linhas de crédito público (o projeto proibia empréstimos a empresas com capital estrangeiro) e de se verem proibidas de remeter os lucros ao exterior (pois elas, no geral, não haviam trazido quaisquer capitais ao Brasil, tendo se estabelecido aqui com a ajuda do governo brasileiro). Dessa forma, segundo a interpretação antiamericana, a encampação de Lacerda distinguia-se da de Brizola por atender aos interesses do capital estrangeiro, fazendo o jogo delas, sem qualquer preocupação de fundo nacional.⁵²

A atuação da mineradora Hanna no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais também gerou conflitos entre o governo e a embaixada norte-americana. A repercussão na Câmara dos Deputados, nesse caso, foi mais favorável aos antiamericanos e não gerou grande oposição dos americanistas, que, em alguns casos, chegaram a apoiar o governo (parlamentares mineiros, principalmente). O ministério de minas e energia, comandado por Gabriel Passos, ordenou encerrar as concessões tidas como irregulares e desapropriar áreas superficiárias para passá-las a companhias nacionais em que a União tivesse maioria de capital. O deputado Celso Passos (UDN-MG), filho do então ministro de minas, criticou a atitude do embaixador

⁵⁰ Segundo a legislação mencionada (Código de Águas, Decreto n.º 24.643/1934), o limite para o lucro dessas companhias era de 10%, quando na realidade excediam os 30%.

⁵¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Dagoberto Salles (PSD-SP), em 05/04/1962, Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 30/04/1962 e em 03/06/1963, Leonel Brizola (PTB-GB), em 30/05/1963, e Temperani Pereira (PTB-RS), em 19/07/1963.

⁵² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 06/04/1962.

Gordon de protestar junto ao presidente da República contra o despacho do ministério e negou que a decisão havia sido influenciada por comunistas.⁵³ Nesse aspecto, possivelmente, o vigor anticomunista foi atenuado pela tradição nacionalista no debate acerca da política de minas e energia, traçada antes com a campanha “o petróleo é nosso”, em que as discussões sobre o ferro de Minas Gerais se inseriam.

1.2.A lei de remessa de lucros ao exterior

Os antiamericanos insistiam na ideia de que o histórico saldo negativo entre entrada e saída de capitais era um obstáculo a ser superado no Brasil. Era necessário, assim, furar a “ventosa” que espoliava o País e consagrar a sua independência econômica e equilibrar a situação financeira.⁵⁴ A instituição da lei de remessa de lucros representaria passo essencial para interromper o processo espoliativo, “do rapinismo e do roubo” no Brasil. De outro modo, seria a eliminação da bomba de sucção do esforço de todo o povo brasileiro que transferia as riquezas nacionais e prejudicava a força da moeda e da economia. Os antiamericanos pretendiam criar uma distinção entre o capital nacional e estrangeiro, de modo a favorecer o progresso do primeiro, ao contrário do texto-base enviado por Jânio Quadros. Desse modo, depois da posse do governo Goulart, retornaram a defender a modificação profunda do projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados que, como estava redigido, vinha sendo considerado insignificante quanto ao controle das remessas ao exterior e equivocado quanto aos objetivos anunciados. Por essas razões, o texto, enfim, foi modificado.⁵⁵

Assim como antes, durante o governo Jânio Quadros, os americanistas defendiam o livre fluxo de capitais, sem a inclusão de qualquer limitação quantitativa no texto da lei sobre remessa de lucros ao exterior. Permaneciam a favor do texto enviado por Quadros, que propunha meios fiscais, restringindo a remessa pelo imposto de renda (se capital reinvestido, cobrar-se-ia 10% de imposto; se distribuído, 30%). Para eles, somente assim o Brasil poderia retirar o grande contingente de cidadãos da miséria. Criar uma distinção fictícia entre capitais

⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Passos (UDN-MG) e Último de Carvalho (PSD-MG), em 13/08/1963. A UDN, não obstante estar na oposição ao governo Goulart, compôs os ministérios de minas e energia, com Gabriel Passos, de viação e obras públicas, com Virgílio Távora, e durante o gabinete Brochado da Rocha, de relações exteriores, com Afonso Arinos.

⁵⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tenório Cavalcanti (UDN-RJ), em 22/05/1962.

⁵⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Fernando Santana (PTB-BA), em 06/11/1961, Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE) e Gabriel Hermes (UDN-PA), em 18/11/1961, e Ruy Ramos (PTB-RS), em 29/11/1961.

nacionais e estrangeiros, ademais, apenas contribuiria para o enriquecimento da “plutocracia industrial brasileira”, interessada no monopólio de que gozava aqui, para “espoliar a nação”, rechaçando o empresariado estrangeiro quando, na realidade, poderia oferecer produtos de melhor qualidade a preços menores. Em decorrência do novo formato dado à lei de remessa de lucros pelo Congresso, os americanistas esperavam o “trancamento total da nação para quaisquer inversões de capitais estrangeiros”. Isso porque a lei havia proposto uma fórmula “absurda” e “policialesca” que atentava contra a liberdade de movimento, condição essencial para um maior fluxo de investimentos. Sem embargo, o americanismo mantinha-se coerente com o liberalismo econômico.⁵⁶

O antiamericanismo, nesse aspecto, defendia o inverso. Os investimentos estrangeiros para cá migrariam, como capital de investimento, somente se o Estado impusesse barreiras à livre importação de bens. Portanto, os investimentos estrangeiros seriam majorados pelo disciplinamento de sua aplicação; incentivando nos setores mais urgentes e criando barreiras naqueles em que empresas brasileiras nascentes atuavam. Além disso, entre o capitalista nacional e o estrangeiro, naturalmente, optavam por defender o nacional em virtude de criar poupança dentro do País, fator primordial para o desenvolvimento econômico.

A aprovação da lei de remessa de lucros gerou suspeitas da parte dos anticomunistas menos atentos aos debates que ocorreram no interior do Parlamento. Isso porque grande parcela dos congressistas anticomunistas e conservadores votaram a favor do projeto, pela simples crença de que isso contribuiria para minorar o problema cambial brasileiro e serviria de estímulo à indústria nacional e aos reinvestimentos estrangeiros. A aprovação da lei pelo voto majoritário não diminuía o caráter moderado e anticomunista do Congresso Nacional. Mas, para alguns, vislumbrava-se um padrão que apontava para o marxismo-leninismo na conduta do Parlamento: primeiro, o reatamento diplomático com a União Soviética, em seguida discussão (sem a aprovação, contudo) da lei agrária, da redução da jornada de trabalho, etc.

A promulgação da Lei de Remessa de Lucros em setembro de 1962 repercutiu diretamente nas inversões norte-americanas. Os fluxos de capitais diminuiram, também, porque os Estados Unidos passaram a encarar com cautela o que consideravam como a

⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Tristão da Cunha (PR-MG) e Daniel Faraco (PSD-RS), em 18/11/1961, Herbert Levy (UDN-SP), em 17/07/1963, Cunha Bueno (PSD-SP), em 26/02/1964.

presença de radicais antiamericanistas no governo brasileiro.⁵⁷ Por ela, considerava-se capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas, indicando a vitória das ideias antiamericanas nesse aspecto. De modo diverso, os americanistas defendiam a tese de que os lucros reinvestidos deveriam ser considerados juntamente com o investimento básico como parte da base sobre a qual as remessas poderiam ser enviadas ao estrangeiro.

Quando em janeiro de 1964 Jango finalmente assinou o decreto que regulamentava a lei de remessa de lucros, os antiamericanos demonstraram-se bastante otimistas com os seus resultados para o futuro do desenvolvimento econômico brasileiro. A partir dele, acreditavam que o País estaria dotado de instrumentos para se proteger da “sanha do capital imperialista” e reverter a tendência de país pobre, explorado e fornecedor apenas de matérias-primas baratas. A argumentação para o controle de remessas se assemelhava com as que foram utilizadas a favor do reatamento das relações com a União Soviética: outros países faziam o mesmo, inclusive os próprios Estados Unidos. Para os antiamericanos e para Jango, havia vários exemplos no mundo ocidental de nações que ou adotaram ou vinham adotando esse instrumento segundo os interesses correspondentes às fases de desenvolvimento em que se encontravam. Em discurso quando da ocasião da assinatura do decreto de regulamentação, o presidente lembrava os exemplos: Austrália, França até 1959, Estados Unidos (onde incidia imposto específico de 30% sobre acionistas residentes no exterior) e Inglaterra.⁵⁸ Para Goulart, evitar-se-iam as explorações do espírito colonialista e

*o que importa com a fixação desse teto [para o envio dos rendimentos] é apenas barrar o caminho à espoliação dentro de um quadro legal que assegura condições normais e contínuas de cooperação. (...) visam a coibir abusos intoleráveis.*⁵⁹

Para os americanistas, a regulamentação havia extrapolado os contornos da lei de remessa de lucros. O resultado, então, seria pior ainda, fazendo com que os investimentos estrangeiros não se interessassem mais em migrar para o País. Como o desenvolvimento econômico passava necessariamente, segundo a crença americanista, pela capacidade de atração de investimentos alienígenas, o governo estava empreendendo o oposto, “cortando

⁵⁷ MANZUR, 2009, p. 253. SKIDMORE, 1982, p. 277.

⁵⁸ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 16/03/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Ortiz Borges (PTB-RS), em 20/01/1964, Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 22/01/1964.

⁵⁹ João Goulart. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ortiz Borges (PTB-RS), em 20/01/1964.

esta artéria de vivificação da nossa pátria”.⁶⁰ Os antiamericanos contestavam a base dessa ideia, afirmando que um país como o Brasil poderia se desenvolver apenas com o capital nacional, desde que racionalmente canalizado.⁶¹

1.3.A PEI após San Tiago Dantas

Afonso Arinos de Melo Franco voltou à chefia do Itamaraty no gabinete Brochado da Rocha, dando continuidade à PEI, iniciada por ele no governo Quadros. O seu nome havia sido ventilado antes, para compor o primeiro ministério de Goulart, mas diante de impasses internos na UDN, incluindo a oposição ao seu trabalho à frente do MRE durante o governo Quadros feita por seu partidário o deputado João Mendes, presidente da ADP, Arinos não foi liberado. Mas o antigo chanceler contava com grande prestígio junto ao governo Goulart e, por essa razão, foi escolhido para seguir no lugar de Dantas para ocupar o cargo que a ele antes seria destinado na ONU. Segundo depoimento do próprio Afonso Arinos, o clima de radicalismo e infantilismo emocional, irresponsabilidade e insensatez reinante nessa época na cúpula da política brasileira conduziram as ações em torno do gabinete Brochado da Rocha. Da parte dos temas tratados pelo Itamaraty, houve sensível queda no número e no grau de polêmicas políticas observadas no interior do Parlamento.⁶²

Hermes Lima acumulou durante setembro de 1962 a janeiro de 1963 as funções de primeiro-ministro e chanceler. Após o retorno do regime presidencialista, Lima manteve-se no posto de ministro das relações exteriores. Em sua opinião, a política externa brasileira vinha seguindo o caminho da moderação e do equilíbrio, que não significavam dubiedade.⁶³

Em seguida, a nomeação de Evandro Lins e Silva para o Itamaraty, durante a reforma ministerial de junho de 63, causou protestos dos anticomunistas, apesar de lembrar em seu discurso de posse dos pontos abordados na *Encíclica Pacem in Terris* do Papa João XXIII, procurando enfatizar o caráter cristão e, portanto, anticomunista da política externa brasileira sob Goulart e que seria dado prosseguimento com a sua gestão na pasta das relações exteriores. Lins vinha sendo apontado pelas autoridades norte-americanas como um dos

⁶⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Correa da Costa (UDN-MT), em 31/01/1964.

⁶¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Guerreiro Ramos (PTB-GB), em 31/01/1964.

⁶² Volta de Arinos ao Itamaraty foi impedida pela própria UDN. **Jornal do Brasil**, 11/09/1961. ARINOS FILHO, 2001, pp. 13, 356.

⁶³ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, em 05/04/1963.

“infiltrados” comunistas no governo, devido ao seu “comprovado” longo histórico de atividades pró-comunistas.⁶⁴

Durante a chancelaria João Augusto de Araújo Castro (agosto de 1963 a abril de 1964), um diplomata de carreira, a política externa deixou de fazer parte do debate central interno. As preocupações com a política doméstica desencorajavam qualquer crítica substancial aos movimentos da PEI. O que poderia ser considerada uma contradição, americanistas e anticomunistas passaram até mesmo a manifestar apreço ao ministro das relações exteriores de Jango. Nesse sentido, Araújo Castro era percebido como conduzindo o MRE de acordo com as expectativas de anticomunistas no momento de maior polarização política e oposição deles ao governo Goulart.⁶⁵ De outro modo, o tema nuclear passou a ser a viabilidade do regime e seus rumos, se para o comunismo ou não. Curiosamente, até mesmo o acordo entre Estados Unidos e União Soviética para a proibição de explosões nucleares na atmosfera não recebeu atenção pelo Parlamento, apenas menções da parte dos americanistas.⁶⁶ Quanto mais próximo do fim do governo, o Itamaraty passava a tornar-se menos um problema frente à tensão esquizofrênica dos vários agrupamentos diante da figura de Goulart. Uma tendência oposta daquilo que foi testemunhado no seu início.

Após a saída de San Tiago do Itamaraty, as tensões entre o Brasil e os Estados Unidos não foram suavizadas. Ao contrário, o governo Jango tornava-se cada vez mais um passivo no jogo hemisférico da Guerra Fria. Tanto que, em dezembro de 1962, o presidente americano enviou ao Brasil seu irmão e ministro da justiça, Robert Kennedy. A intenção era procurar mudar a orientação política e econômica do presidente brasileiro e de seu governo, numa espécie de pregação de como o Brasil deveria ser governado. Bob, em encontro de três horas com Goulart, reclamou da aplicação desordenada dos recursos norte-americanos, exprimiu o descontentamento de seu governo com a aproximação do Brasil com os países do Bloco, a infiltração de comunistas no governo, discutiu os atrasados comerciais, o impasse acerca do pagamento sobre as encampações e, finalmente, a questão cubana. O presidente, comentando o encontro que tivera com Bob, dizia ter dissipado todas as impressões negativas que ele formara sobre o Brasil. Ao fim, Goulart não cedeu nem afastou do governo seus colaboradores apontados como comunistas, tampouco reprimiu os sindicatos e as entidades

⁶⁴ MOTTA, 2002, p. 256. VIZENTINI, 2004, p. 212. CIA, Central Intelligence Bulletin, 21 de junho de 1963. CIA, Current Intelligence Memorandum, “The Situation and Outlook in Brazil”, 15 de julho de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 19/03/1964.

⁶⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Euclides Triches (PDC-RS), em 12/08/1963.

estudantis. Da mesma forma, as impressões negativas de seu governo nos círculos de Washington apenas pioraram.⁶⁷

2. O reatamento das relações entre o Brasil e a União Soviética

O paradigma desenvolvimentista da política externa brasileira, desde os anos 1930, havia estabelecido como linhas gerais a serem adotadas para o comércio exterior do País a oportunidade e o pragmatismo. A PEI de Jânio e Goulart prosseguiu nessas duas linhas, mesmo levando em conta o cenário de recrudescimento da Guerra Fria. Diante disso, é possível dizer que a PEI, na realidade, foi um produto da Guerra Fria (ao buscar alternativas ao desinteresse dos Estados Unidos pelo projeto de desenvolvimento econômico brasileiro) e, ao mesmo tempo, constrangida pelo cenário internacional de embate ideológico (ao desencorajar quaisquer medidas de aproximação com o Bloco Soviético e distanciamento dos Estados Unidos).

De acordo com a postulação básica da PEI, o Brasil deveria ampliar sua autonomia no plano internacional e desvincular-se dos condicionamentos impostos pela bipolaridade. Nesse sentido, as aspirações e iniciativas do País deveriam ser motivadas pelos interesses nacionais e não pelas pressões das grandes potências, particularmente os Estados Unidos, a fim de implementar de modo pleno uma política exterior com amplo sentido econômico e social. Em suma, a confrontação ideológica não deveria limitar as possibilidades do crescimento econômico brasileiro.⁶⁸

Desse modo, Jânio Quadros assumira o compromisso, finalizado por San Tiago e Goulart em fins de 1961, de reatar as relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, com base no interesse de aumentar o intercâmbio comercial do País. Embora a questão viesse sendo discutida há muito tempo, a decisão surpreendeu o Congresso Nacional, que no geral protestou pela “maneira tipicamente presidencialista, que se pretendia impor ao funcionamento do sistema parlamentar vigente”, sem prévio entendimento com o

⁶⁷ VIZENTINI, 2004, p. 209. BANDEIRA, 1999, p. 78. PARKER, 1977, p. 52. Robert Kennedy hoje em Brasília com Goulart. **Jornal do Brasil**, 17/12/1962. Goulart ao JB: dissipadas as dúvidas nas relações entre o Brasil e os EUA. **Jornal do Brasil**, 19/12/1962. CIA, NSC Executive Committee Meeting, 11 de dezembro de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁶⁸ HIRST, 2009, p. 43. FRANCO, 2007, p. 182. CERVO; BUENO, 2002, pp. 309, 318, 343. CERVO, 1994, p. 162.

Parlamento.⁶⁹ Para os anticomunistas, o reatamento implicava maiores riscos de infiltração bolchevique, devido aos diversos canais que naturalmente seriam acionados em decorrência de uma relação bilateral. Ademais, o gesto poderia desagradar aos Estados Unidos, o que, por princípio, deveria ser evitado a todo custo de acordo com uma avaliação americanista radical.

O argumento principal para a normalização das relações comerciais e diplomáticas entre os dois países e os demais membros do Bloco Socialista tinha, portanto, cunho econômico, dentro do objetivo da universalização de parceiros, como haviam defendido Quadros e Arinos antes. Esses argumentos haviam sido antecipados durante a apresentação do programa de governo de Tancredo Neves, em setembro de 1961, e mesmo durante a posse de San Tiago como ministro das relações exteriores.⁷⁰

Em exposição do chanceler para a Câmara dos Deputados sobre os motivos do reatamento, San Tiago lembrou que, diante da futura explosão demográfica do Brasil, o país tinha urgência de crescer sua economia. E, para isso, fazia-se necessário aumentar as importações nos próximos anos com o objetivo de realizar o programa de desenvolvimento e atingir as escalas de crescimento desejadas. Aumento de importações significava, por sua vez, necessidade de aumentar as exportações brasileiras para compensar a balança comercial. Para isso, o governo prospectou as áreas de maior capacidade de receber os bens de origem brasileira, sem limites de qualquer natureza, pois “discriminar [seria] fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e das condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica”⁷¹. O cenário do comércio internacional, segundo o Itamaraty, não era promissor. Na África havia poucas possibilidades; a Europa dispensava tratamento discriminatório em favor de ex-colônias; os Estados Unidos representavam uma área de pouco crescimento dinâmico. O Bloco Soviético, ao contrário, apresentava o índice de crescimento do comércio mais elevado do mundo e, portanto, excedente de capacidade de absorção de produtos. Esperava-se que com o reatamento, o Bloco, ao lado de Estados Unidos e América Latina, iria se transformar em um dos principais mercados de produtos brasileiros. As razões

⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raul Pilla (PL-RS), em 28/11/1961.

⁷⁰ FRANCO, 2007, pp. 162, 218. Poucos meses depois de sua posse como chanceler, San Tiago Dantas voltou à defesa do reatamento das relações com a União Soviética, então já consumada, diante da Câmara dos Deputados: “Não há nisso ideologia, Senhores Deputados. (...) não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea, quando estamos vendo que o nosso país tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros e só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo, se conseguirmos aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar, em todas as áreas, as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos”. Em 23 de novembro de 1961. BANDEIRA, 1999, p. 70.

⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, em 23/11/1961.

para o reatamento das relações diplomáticas se fundamentavam primordialmente, segundo Dantas, em argumentos matemáticos, modelos econométricos e estudos de base científica, sem qualquer sentido ideológico.

Evidentemente, a base antiamericana de apoio à PEI no Congresso concordava com essas considerações.⁷² Para ela, nada havia sido feito “à socapa, às ocultas”. Tudo elaborado com base em estudos e antecipado muito antes pelo então governo e pelo antecedente, sem qualquer intenção de transformar o Brasil em satélite da Rússia.⁷³ De outro lado, a ala americanista reagiu contra a medida, lembrando também os motivos do rompimento pelo Brasil das relações com a URSS em 1947.⁷⁴ E o fato de ter sido uma ideia gestada na administração anterior não amenizava as preocupações da medida:

*Não se pode negar a existência de uma diplomacia suicida, entre nós (...). É lamentável, pois, que a diplomacia rubro-amarela de Jânio Quadros se tenha infiltrado em nossa chancelaria. V. Exa. [San Tiago Dantas], na verdade, acaba de nos trazer uma notícia trágica para os nossos dias futuros.*⁷⁵

As motivações de ordem ideológica, como de simpatia ao comunismo, eram veementemente rechaçadas tanto pelo governo como pela maioria dos antiamericanos no Congresso. Oficialmente, não havia qualquer interesse político no relacionamento, exceto naquilo que dizia respeito ao objetivo difuso de contribuir para imprimir maior densidade ao diálogo, juntamente com a ONU, na busca para a paz mundial. No Congresso era lembrado que por princípios constitucionais, ideológicos e doutrinários, o Brasil se desincompatibilizava com o sistema comunista. Portanto, os princípios da autonomia e do pragmatismo comercial nortearam o reatamento diplomático em grande medida. Mesmo os antiamericanos não pretendiam que o objetivo principal da restauração do relacionamento Brasil-URSS fosse o de desagradar aos Estados Unidos, mas sim o de obter o maior ganho possível para o desenvolvimento econômico brasileiro. Não era, enfim, uma proposta de

⁷² Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Wilmar Dias (PSD-SC) e Ivete Vargas (PTB-SP), em 23/11/1961, Campos Vergal (PSP-SP), em 28/11/1961.

⁷³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Viana (PSB-AL), em 23/11/1961.

⁷⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Abel Rafael (PRP-MG), em 27/11/1961, e José Humberto (UDN-MG), em 28/11/1961. O governo brasileiro havia rompido relações com a URSS após a publicação de um artigo com ataques ao presidente Dutra e à FEB, na Gazeta Literária de Moscou. Uma das exigências do Brasil para o reatamento em 1961 foi a publicação de um artigo de retração ao de 1947. Cf. CERVO; BUENO, 2002, p. 343.

⁷⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira da Silva (PSD-AM), em 23/11/1961.

“desenvolvimento brasileiro via Moscou”, mas, depois do exame de todas as possibilidades, parte da “luta de salvação de um povo que não quer ficar na miséria”.⁷⁶

Isso demonstra que a maior parcela dos antiamericanos não guardava simpatia com o comunismo nem buscava que o Brasil se distanciasse dos Estados Unidos por motivos de ódio (ao que o povo ou a nação norte-americana representavam) ou preconceito. O caráter supletivo da política exterior do grande projeto nacional de desenvolvimento econômico foi, então, colocado em prática, ainda que com sérias repercussões políticas.⁷⁷ Um gesto percebido tão somente como “afirmação da maioria política, da maioria internacional do País”.⁷⁸ Era preciso tão somente expandir o mercado brasileiro, de forma pragmática e independente das ideologias do país com que o Brasil negociava:

Não podemos, pelo fato de defenderem os comunistas uma ideologia contra o sistema liberal democrático no Brasil, ter medo deles, quando temos de defender o Brasil nessa área em que eles atuam. Na hora em que tivemos de matar italianos católicos na porta do Vaticano, alemães católicos na Alemanha e na Itália, como o nosso soldado de braços com os russos defendendo interesses de grupos econômicos americanos, não procuramos carteira de identidade de ninguém. E agora, que estamos defendendo os interesses econômicos do Brasil, a independência econômica do Brasil, a independência econômica de nossa pátria, é que vamos procurar identidade ideológica? Creio que não podemos colocar as soluções desse problema, como mera questão de crença filosófica, como mera questão geográfica, mas, sim atendendo à gravidade do momento, como questão brasileira.⁷⁹

Para os americanistas, essa era apenas uma falácia, ainda mais considerando, em suas avaliações feitas posteriormente, os números inexpressivos para a balança comercial brasileira. Essa medida, que vinha sendo apontada como uma “aventura”, contribuiria apenas para nos aproximar, a passos acelerados, das repúblicas do oriente, das ditaduras comunistas, abandonando tradicionais companheiros, como se as relações fossem excludentes.⁸⁰ Da mesma forma que havia ocorrido durante a discussão desse tema durante o governo Quadros,

⁷⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 23/11/1961. No mesmo sentido e no mesmo dia, deputado Ruy Ramos (PTB-RS), para quem a Frente Parlamentar Nacionalista desejava o Brasil liberto, “para não ser colônia dos Estados Unidos nem satélite da Rússia soviética (...) quer manter o nosso país na absoluta independência e soberania da autodeterminação dos povos”. Ainda segundo Ramos, “um dos grandes objetivos da FPN se consuma hoje, com o reatamento das relações do Brasil com um dos maiores países da atualidade”.

⁷⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 23/11/1961.

⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), em 23/11/1961.

⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tenório Cavalcanti (UDN-RJ), em 22/05/1962.

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 13/06/1962.

os americanistas alertavam que as embaixadas russas, na maioria dos países ocidentais, vinham funcionando como focos de espionagem e de campanhas subversivas.⁸¹ Portanto, o reatamento traria vantagem substancial apenas à União Soviética, por ter aqui um instrumento de propaganda e de infiltração:

*Tudo quanto se argumentava no terreno ideológico era por S. Exa. [ministro San Tiago Dantas] levado para o terreno econômico. É comum nesta Casa, quando se discute no terreno ideológico, certos simpatizantes da Rússia levarem o debate para o terreno econômico, onde os números e os interesses econômicos podem sofrer contestação. Mas isso não ocorre com o princípio ideológico. (...) Mas o Sr. San Tiago Dantas voltava à carga, era preciso reatar relações, porque, com esse reatamento, com a abertura dos consulados, teríamos melhores resultados. Então, pergunto hoje: quais os resultados? O que já vendemos além do pouco que vendíamos até hoje para a Rússia e para os países satélites?*⁸²

Essa avaliação coincidia com a do governo dos Estados Unidos. O temor maior de Washington não era com o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética com o objetivo – que era público por parte do governo brasileiro e de antiamericanos – de aumentar o comércio exterior do Brasil, mas com suas repercussões econômicas mais amplas, políticas e até mesmo estratégicas. A preocupação dizia respeito à manutenção segura do Brasil na esfera de influência dos Estados Unidos, e a questão cubana, mais uma vez, era lembrada com insistência pela bancada parlamentar americanista. O próprio Khrushchev não escondia o interesse de transformar o Brasil em seu aliado estratégico até 1968 via revolução, provavelmente com alguma ajuda soviética.⁸³ Desse modo, ao contrário do que afirma Hirst, não houve flexibilização das barreiras ideológicas que impediam contatos comerciais com a União Soviética e os países do Leste europeu.⁸⁴ Elas continuaram como sólidos instrumentos de distanciamento político e estratégico entre o Brasil e os países socialistas e que o objetivo comercial não tinha a intenção de superar. O reatamento com a União Soviética reafirmou a discrepância entre a preocupação com a segurança e a contenção do comunismo por parte de Washington e da bancada americanista e a aspiração ao desenvolvimento por parte da PEI e

⁸¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 23/11/1961.

⁸² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 22/05/1962.

⁸³ HERSHBERG, 2004, p. 59.

⁸⁴ HIRST, 2009, p. 41.

da ala antiamericana do Congresso Nacional.⁸⁵ E do mesmo modo que ocorrera durante o governo Quadros, muitos dos americanistas continuavam defendendo ser possível o estabelecimento de densas relações apenas comerciais, com a exclusão de qualquer tipo de contato diplomático.⁸⁶

Portanto, se de um lado os ganhos comerciais eram nulos devido ao reatamento das relações com o bloco soviético, do outro, os riscos de contaminação comunista eram incomensuráveis, segundo os americanistas, mesmo tendo a União Soviética relações normalizadas com 71 Estados, entre grande parte da Europa, Canadá, Argentina, Uruguai, México, Bolívia e os próprios Estados Unidos:

*Lutamos contra a infiltração ideológica da Rússia, porque suas armas são traiçoeiras. A Rússia se apresenta de forma diferente do que é na realidade e nos promete coisas que não faz. Não fez nem para o povo russo, não fez para o povo chinês, não fez para o povo polaco ou húngaro ou qualquer povo que tenha dominado até hoje. Jamais conseguiu vencer por eleições em lugar algum, e só venceu e dominou pela força. O que a Rússia nos oferece é a escravidão, mas a apresenta com cores rosa, porque vem a fala da escravidão econômica que sofremos hoje, fala da nossa miséria, e nós, que nos queremos libertar, esquecemos que há outros caminhos de libertação, outros meios de libertação e acreditamos nas promessas russas.*⁸⁷

Nesse aspecto, os antiamericanos acusavam os deputados contrários ao reatamento de serem “mais americanistas do que a própria América do Norte, que [mantinha] relações diplomáticas e comerciais com a Rússia”.⁸⁸ Parte dos americanistas moderados concordava com esse argumento, acreditando não haver relação entre a promoção do comunismo no Brasil e o reatamento, pois

*no plano interno, o reatamento jamais poderia ser invocado como arma de política interna do Partido Comunista do Brasil. Isto não é uma vitória de partido comunista algum. É uma decisão autônoma do povo brasileiro.*⁸⁹

⁸⁵ FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 48 (2), 2005. p. 8. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

⁸⁶ Discursos Senado Federal. Senador Lima Teixeira (PTB-BA), em 30/11/1962.

⁸⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 22/05/1962.

⁸⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ferro Costa (UDN-PA), em 26/05/1962.

⁸⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 23/11/1961. No mesmo sentido e no mesmo dia, deputados Mendes de Moraes (PTN-GB) e Menezes Cortes (UDN-GB).

Mas, para outros, o reatamento significava a importação das inquietações da Guerra Fria para o interior do Brasil:

De amanhã em diante, dois grupos aqui forjarão por uma atitude, em face do restabelecimento das relações do Brasil com a Rússia. Não está apenas no fato do restabelecimento, está na sua repercussão nacional, na sua repercussão continental e até no mundo. Não éramos contra a medida, cinco anos atrás, como talvez não sejamos daqui a cinco anos, mas, sim, nesta hora em que vemos dois blocos que se estendem desde o Ártico, passando pela Europa toda, cruzando pela África e indo aos confins da Ásia e que hoje se estendem até a este plenário.⁹⁰

Outro ponto bastante criticado no Parlamento foi que o reatamento havia sido anunciado no dia de ação de graças, o que, segundo os americanistas, servia de profanação para a crença cristã. A data não poderia ser mais inconveniente e condenável também pelo fato de ser próxima à homenagem às vítimas da Intentona Comunista, de 27 novembro de 1935.⁹¹ Para alguns americanistas, a escolha seria proposital e obra do “cripto-comunista” San Tiago Dantas.⁹² Tanto que na celebração do 27 de novembro, logo em seguida ao reatamento, marcada como uma grande festividade e um ato de repúdio ao comunismo, alguns manifestantes protestaram com vaias ao chanceler. Apesar disso, a figura do presidente Goulart, que também compareceu à celebração no Mausoléu (como aliás o fez durante todos os anos de sua presidência), da mesma forma que no Parlamento, foi preservada neste momento.⁹³

De início, o reatamento previa medidas de ordem interna para impedir que, à sombra de relações comerciais e diplomáticas mantidas com a União Soviética, se favorecessem movimentos de infiltração ou de propaganda política comunista. Para tanto, o convênio assinado entre os dois países previa limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários, fixação de número máximo de diplomatas

⁹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 23/11/1961.

⁹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Arruda Câmara (PDC-PE), Padre Vidigal (PSD-MG) e Abel Rafael (PRP-MG), em 23/11/1961, e Raul Pilla (PL-RS), em 28/11/1961. Na data de 27 de novembro eram realizadas comemorações públicas em homenagem aos militares legalistas mortos durante a intentona, que usualmente se caracterizavam pelas manifestações anticomunistas da cúpula militar brasileira. A intentona historicamente representava boa parte do arsenal propagandístico e um bloqueio psicológico usado pelos anticomunistas no Brasil, do mito do que os comunistas seriam capazes de fazer: assassinar seus próprios companheiros, em um ato de covardia, enquanto dormiam. Era ela que, através da celebração ritualizada, contribuía para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista. Cf. MOTTA, 2002, passim.

⁹² Discursos Senado Federal. Senador Guido Mondim (PRP-RS), em 27/11/1961.

⁹³ MOTTA, 2002, pp. 3, 83, 235, 245.

russos, sistema de retirada de pessoas, todas as vezes que isso se fizesse necessário, sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata*, e outras limitações de atuação da diplomacia soviética no Brasil. Diante dessas garantias e da necessidade de expandir as exportações brasileiras, em um primeiro momento mesmo parlamentares anticomunistas apoiaram a medida.⁹⁴

Poucos dias depois, San Tiago compareceu à comissão de relações exteriores do Senado, onde, a exemplo do que fizera na véspera na Câmara dos Deputados, justificou a decisão do governo. O senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO) apoiou a medida, lembrando que fora durante o seu governo que haviam sido iniciados os planos para o restabelecimento das relações com a União Soviética. Da mesma forma que antes, não acreditava que isso mudaria o caráter ocidental do Brasil.⁹⁵

O reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética continuou alvo de fortes críticas ao longo de 1962. Naquele ano, era esperada uma exposição comercial do governo russo no Rio de Janeiro. Mesmo os parlamentares americanistas que haviam apoiado o reatamento apontavam que cerca de 800 pessoas, algumas com passaporte diplomático, se preparavam para promover propaganda comunista, numa verdadeira “invasão russa”, configurando a exposição como de caráter mais político e de propaganda ideológica e menos comercial, pois

*que tem a ver um busto de Lenin, que toma o espetacular pé direito do edifício, com uma exposição comercial? Qual o objetivo comercial daquelas frases que nem sequer correspondem à realidade histórica, não do passado, mas do presente, que se observam na entrada da exposição e segundo as quais a URSS se bate pela paz eterna e pelo mais severo controle internacional do desarmamento universal e completo?*⁹⁶

Por esse motivo, aqueles americanistas e anticomunistas que haviam apoiado o gesto de aproximação com a União Soviética em novembro de 1961, tendo em vista os interesses comerciais do Brasil e as cláusulas de garantia contra eventuais infiltrações comunistas, modificaram suas posições diante daquilo que percebiam como violação dos objetivos iniciais do acordo. O governo nada vinha fazendo para impedir que a embaixada russa atuasse como verdadeira célula de propaganda comunista. O chanceler San Tiago Dantas defendia-se das

⁹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pinheiros Chagas (PSD-MG), em 23/11/1961. CERVO; BUENO, 2002, p. 330. Brasil reata relações com URSS cercado de cautelas. **Jornal do Brasil**, 24/11/1961.

⁹⁵ Reatamento com a URSS para o mundo é ato de continuidade. **Jornal do Brasil**, 25/11/1961.

⁹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Cortes (UDN-GB), em 29/05/1962.

acusações de facilitação de infiltração comunista, afirmando que o Itamaraty, juntamente com o Conselho de Segurança Nacional, vinha observando de perto as atividades da exposição a fim de impedir a propaganda subversiva institucional.⁹⁷ Não obstante, a exposição soviética ocorrida no Rio de Janeiro criou a oportunidade para os americanistas criticarem o modo de produção socialista. O sistema produtivo do capitalismo liberal (de “respeito à pessoa humana” e de incentivo às “suas próprias forças criadoras”) era, pois, exaltado: o sistema russo era inferior em qualidade técnica por se basear no trabalho compulsório e no planejamento centralizado. Por essa razão, os produtos lá expostos, as geladeiras, os automóveis, as motocicletas, as máquinas de costura, os tecidos, etc, “graças a Deus” eram muito piores e mais caros que os encontrados no ocidente.⁹⁸

Depois, os americanistas acusavam o fato de a embaixada brasileira em Moscou ter apenas meia dúzia de funcionários diplomáticos, ao passo que a embaixada russa no Rio de Janeiro (ainda não havia se transferido para a nova capital) possuir algumas centenas de “agentes comunistas fazendo a sua propaganda livremente”, contando para isso com a tolerância do governo. A cláusula da reciprocidade constante do reatamento das relações bilaterais, de acordo com esse ponto de vista, não estava sendo obedecida por manifesto desinteresse do Itamaraty, não correspondendo às promessas que o ministro San Tiago Dantas havia feito no plenário da Câmara dos Deputados quando do reatamento:

*O que se vê é que o Itamaraty quer que essa situação se torne um fato consumado, para, depois, nunca mais se pedir a retirada dos russos do Brasil e ficarmos nós, aqui dentro, com essa leva enorme de propagandistas de ideologias exóticas, contrariando frontalmente aquilo que o ministro do exterior, empenhando sua palavra de honra, prometeu seria cumprida.*⁹⁹

Além do maior número de funcionários na embaixada russa no Brasil, a cláusula que determinava a limitação geográfica de um perímetro de 40 km não vinha sendo respeitada, sem nenhuma providência do MRE, segundo acusavam os americanistas.¹⁰⁰ Portanto, a política externa adotada por San Tiago Dantas, mais uma vez, era acusada de facilitar a penetração comunista no Brasil. E, nesse ponto, o embate entre americanistas e antiamericanos foi retomado, agora quanto à presença dos Estados Unidos no Brasil. Em

⁹⁷ DANTAS, 1983, p. 397.

⁹⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Cortes (UDN-GB), em 29/05/1962.

⁹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962. A mesma linha defenderam os deputados Menezes Cortes (UDN-GB) e Padre Vidigal (PSD-MG), em 29/05/1962.

¹⁰⁰ Deputado Abel Rafael (PRP-MG). Apud DANTAS, 1983, p. 395.

resposta ao número excessivo de pessoal diplomático da embaixada russa no País, o deputado Celso Brant, de tendências antiamericanas radicais, replicou:

*Louvo o patriotismo de V. Exa., estranhando apenas que seja um patriotismo pela metade. V. Exa., segundo me consta, até hoje não ergueu o seu protesto contra a infiltração evidente do governo dos Estados Unidos neste país. Sabe que o Brasil tem uma soberania pela metade; sabe que a infiltração dos Estados Unidos no Brasil é continuada. Sabe quantos americanos existem no Brasil? Quantos americanos entraram no Brasil nos últimos três meses?*¹⁰¹

De acordo com dados oficiais, em 1962, 4.968 norte-americanos com vistos especiais ingressaram no Brasil, número quase quatro vezes superior à média dos anos anteriores e posteriores, o que causou estranhamento no Itamaraty e na Câmara dos Deputados pela bancada antiamericana. De acordo com Moniz Bandeira, os norte-americanos, na condição de pastores evangélicos, comerciantes, estudantes, pesquisadores, etc., tinham como destino principal o Nordeste, a região que mais preocupava o governo dos Estados Unidos como potencialmente revolucionária. Algumas autoridades brasileiras suspeitaram que eles, em grande parte, pertenciam à CIA e/ou às unidades especiais de contra-insurreição.¹⁰² No Brasil daqueles anos, possivelmente, havia infiltrações de toda parte: da União Soviética, de Cuba e dos Estados Unidos. Esse, no fim, era apenas mais um capítulo da reincidência da Guerra Fria no território nacional. Mas para os americanistas, não havia o que temer de uma atuação semelhante por parte da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, como alegavam os antiamericanos:

*Alguns colegas nossos querem transportar esse problema [da atuação da embaixada russa no Brasil como vetor de propaganda comunista] para o campo econômico, e falam sobre os Estados Unidos, perguntando por que não combatemos a infiltração dos Estados Unidos em nosso país. Ora, os Estados Unidos não têm por que pregar democracia aqui. Seria chover no molhado, pois somos um regime democrático, e os Estados Unidos, que o adotam, não teriam interesse em pregar outra política.*¹⁰³

Na sequência, a tese americanista que mais tarde ficaria conhecida como “hegemonia benevolente” era exposta pelo deputado Othon Mader, para justificar o rechaço não a qualquer tipo de interferência externa, mas somente àquela de cunho pernicioso:

¹⁰¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 22/05/1962.

¹⁰² BANDEIRA, 1999, p. 76.

¹⁰³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 22/05/1962.

*Responderia a V. Exa. dizendo que os americanos vieram ao Brasil para nos ajudar, para fortalecer a nossa economia, para fazer com que as nossas instituições não fossem destruídas, para nos auxiliar. São nossos aliados democratas e a presença deles para nós, no Brasil, só pode ser motivo de satisfação; o que não acontece com os russos, amigos da ditadura, inimigos da liberdade, homens que querem destruir as instituições incipientes que temos no Brasil. (...) Não considero os Estados Unidos como invasor nem como inimigo. A história está aí: há mais de 140 anos temos relações com os Estados Unidos, e delas só nos temos beneficiado. Nunca fomos prejudicados pelos Estados Unidos. Ao contrário, temos beneficiado.*¹⁰⁴

O debate entre os dois parlamentares – pró e antiamericano – prosseguiu na mesma linha, numa época em que as discussões no plenário do Congresso Nacional eram bastante valorizadas no escopo das atividades parlamentares. Para o antiamericanismo não restava dúvida, o subdesenvolvimento brasileiro tinha raízes na dominação norte-americana, sem isso se converter em defesa do comunismo:

*Veja que na sua opinião, não são os Estados Unidos que impedem o desenvolvimento do Brasil, não. É a União Soviética. Pergunto: onde estão aquelas forças que até hoje impediram o desenvolvimento do Brasil? Qual a organização russa que impediu o desenvolvimento da industrialização do Brasil? Sabemos, e V. Exa. sabe mais que ninguém, que realmente os grandes inimigos do país são os americanos. Mas não vamos defender a União Soviética...*¹⁰⁵

O governo dos Estados Unidos, por meio do embaixador Lincoln Gordon, expôs, mais tarde, suas queixas a Goulart por não ter ele censurado publicamente os políticos que atacavam os Estados Unidos e pediam o estreitamento de relações com os países do Bloco Socialista.¹⁰⁶ O posicionamento de Brant e de outros antiamericanos no Congresso, portanto, desagradava diretamente não só a parlamentares americanistas, como a Washington também. Nesse sentido, a Guerra Fria não permitia que um ataque aos Estados Unidos fosse separado de uma eventual aproximação à URSS – a bipolaridade aguda, de certo, não reservava espaço para o neutralismo:

¹⁰⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962. Esses argumentos, apesar do grande lapso temporal, estão em acordo com a tese, ou o mito, de que os Estados Unidos são responsáveis, segundo Samuel Huntington, pela maior parte dos avanços benéficos no mundo, como liberdade, democracia, economias abertas e ordem internacional. Para Michael Hish, os EUA são “*the greatest gift the world has received in many, many centuries, possibly all of recorded history*”. Apud WALT, Stephen M. *The Myth of American Exceptionalism*. Disponível em: www.walt.foreignpolicy.com. Acesso em 22/out/2011.

¹⁰⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 22/05/1962.

¹⁰⁶ BANDEIRA, 2007, p. 595.

*O chanceler do Brasil, San Tiago Dantas, foi quem reconheceu em Punta del Este a incompatibilidade entre o regime soviético e o democrático que vive no Brasil, ao passo que com os Estados Unidos, república democrática, não temos incompatibilidade. A França, a Alemanha, a Venezuela, a Argentina, qualquer país pode mandar para cá seus súditos, suas empresas, seus capitais, que não temos do que temer, ao passo que da Rússia temos. Não é só o Brasil. O mundo está cheio de exemplos de países que acreditaram nas boas falas da Rússia e hoje estão escravizados, não tem liberdade. Não devemos iludir-nos, da mesma forma por que outros já foram iludidos.*¹⁰⁷

Essa era, portanto, uma das maiores dificuldades do antiamericanismo no sentido de persuadir os demais grupos políticos e de eleitores de que era contra a intromissão de qualquer potência, Estados Unidos, União Soviética ou outra qualquer. O antiamericanismo brasileiro, menos propenso ao radicalismo e mais revestido do tipo moderado, equilibrou-se em uma espécie de neutralismo de tendência norte-americana, isto é, buscou se distanciar dos Estados Unidos com o objetivo de angariar melhores vantagens comerciais com o Bloco Socialista, mas, em termos estratégicos e políticos, manter inalterados os laços com os Estados Unidos. Assim sendo, não só americanistas, mas também antiamericanos (moderados e mesmo alguns radicais) aceitavam a bipolaridade do poder mundial em assuntos de interesse estratégico.

A dificuldade para o governo e o Itamaraty estava em traçar uma política externa que equilibrasse esses extremos em uma mesma ação. Ademais, para expressiva parcela de políticos brasileiros, em especial os membros do Congresso Nacional, assim como para o governo norte-americano, não se apresentava tão clara a opção estratégica e política pelos Estados Unidos no que concernia ao debate ideológico da Guerra Fria. Nada garantia que o Brasil não se tornaria a próxima Cuba do continente americano.

Na visão de Celso Brant, a artilharia de críticas era voltada contra os Estados Unidos pelo simples fato de ser esta a potência da ocasião que desempenhava o papel de espoliadora da economia brasileira, contribuindo para o aumento da miséria e da desigualdade social, não por uma questão intrínseca aos Estados Unidos:

(...) estarei de acordo com V. Exa. em que, de fato, a União Soviética deseja hoje entrar em nosso país e dominá-lo, se V. Exa. concordar comigo em que já existe um – os Estados Unidos – que aqui está e nos domina há muito tempo. Temos, então, de lutar contra dois inimigos. Fora daí não podemos fugir. (...) essa grande ajuda do governo americano, dos

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

*trustes americanos ao Brasil fez com que chegássemos, a esse ponto de uma miséria tão completa, tão definitiva, tão irrecuperável, que estamos em situação de revolução. Estaria de acordo com V. Exa. quando, dizendo que os Estados Unidos nos ajudaram a enriquecer, V. Exa. defende uma pequena minoria que de fato se enriqueceu com a ajuda americana. Mas a grande maioria do povo brasileiro esta se empobreceu.*¹⁰⁸

O temor dos americanistas era de que, retirando a presença sistemática de um dos lados do embate ideológico, facilitava-se a entrada do outro. Ou, pior, de que por trás do discurso antiamericano se escondessem objetivos meramente comunistas. O antiamericanismo moderado e mesmo o radical não-comunista sentia a dificuldade de se posicionar num debate cada vez mais polarizado. O presidente da comissão de relações exteriores, deputado Raimundo Padilha, registrava, juntamente com um voto de apoio ao gesto do Itamaraty, que o reatamento era uma gravíssima responsabilidade que acabara de assumir o governo.¹⁰⁹ E de fato foi, não pelo ato em si, que estava longe de ser uma ação isolada dentro do hemisfério ocidental, mas pela simbologia e repercussão amplificada pela conjugação dos cenários doméstico e externo daquele período. Os anticomunistas enxergaram nele uma oportunidade de dar forma e significado à sua luta, até então difusa e sem claro sentido político:

*Como chefe de um partido que polariza, no território nacional, os sentimentos anticomunistas da nação e que, por conseguinte, a atitude da minha bancada, como do meu partido, é contrária a esse ato do governo. (...) Agora percebo que a Providência Divina está fortalecendo a causa que defendo, porque terei diante de mim o inimigo de que necessito. Até agora temos vivido na água morna, sem ter com quem brigar. As consequências deste ato governamental irão dar-me aquilo que é mais precioso (...) – o adversário. Iremos lutar no Brasil para defendermos as tradições cristãs da nacionalidade, a soberania da pátria, e a liberdade e dignidade dos cidadãos.*¹¹⁰

Nos anos seguintes à reativação do relacionamento, Brasil e União Soviética concluíram diversos acordos de comércio e pagamentos, com vistas ao cumprimento do intercâmbio bilateral. Os acordos previam a abertura de um escritório comercial brasileiro na URSS e uma representação comercial soviética no Brasil. Desde o reatamento das relações, o intercâmbio comercial entre os dois países duplicou o seu volume. Ainda assim, os americanistas criticaram os resultados do comércio, muito aquém daquilo que os defensores do reatamento pregaram. Para eles, apenas a União Soviética havia ganhado – com a

¹⁰⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 22/05/1962.

¹⁰⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 23/11/1961.

¹¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Plínio Salgado (PRP-SP), em 23/11/1961.

expansão da propaganda comunista no País.¹¹¹ O governo explicava que o comércio com os soviéticos e o Bloco não vinha sendo atendido como demandado pelo Brasil devido aos compromissos deles com os demais países da área socialista, razão pela qual as estimativas inicialmente previstas não terem sido alcançadas.¹¹² Apesar disso, os antiamericanos exigiam do governo a manutenção da política de ampliação do comércio internacional por meio de novos parceiros e aprofundamento das relações comerciais com a União Soviética. Nessa toada, a China continental – um país com mais de 700 milhões de habitantes, enquanto a Ilha de Formosa possuía apenas 11 milhões - deveria ser o próximo passo da diplomacia brasileira, ainda que sofresse a oposição dos Estados Unidos nesse aspecto.¹¹³

3. À espera da ajuda financeira norte-americana

Em um dos principais eixos de discussão entre parlamentares pró e antiamericanos, durante a primeira fase do governo João Goulart, figurava a questão da necessidade de ajuda financeira dos Estados Unidos para o desenvolvimento econômico do Brasil. A Aliança para o Progresso, até o momento, não vinha se concretizando como esperado. A tentativa de convencer as autoridades dos Estados Unidos no sentido de lançar uma efetiva versão do Plano Marshall para a América do Sul continuava ecoando nas discussões do Legislativo, a despeito de o Itamaraty já ter arrefecido suas esperanças quanto a isso.

Foram inúmeros os apelos de parlamentares para que os Estados Unidos socorressem a economia do Brasil, seja pela sensibilização da pobreza extrema em si que parte do país sofria, seja pela necessidade de conter a ameaça comunista, que poderia ter seu acesso facilitado pela absoluta falta de desenvolvimento econômico e social de seus cidadãos. Os pedidos, no mais das vezes, provinham de congressistas de tendências americanistas.

Nesse sentido, o deputado Yukishigue Tamura havia encontrado uma fórmula que, ao mesmo tempo, poderia beneficiar os Estados Unidos, o Japão e, finalmente, a América Latina, em especial o Brasil. Para tanto, defendia a criação da “Operação fundos GARIOAEROA do Japão pró-desenvolvimento dos países da América Latina”. Esta operação, segundo Tamura, seria um valioso instrumento de cooperação da Aliança para o

¹¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Herbert Levy (UDN-SP), em 17/07/1963, Pedro Anschau (PRP-RS), Oswaldo Zanella (PRP-ES), em 09/07/1963.

¹¹² Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, em 05/04/1963.

¹¹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Chagas Rodrigues (PTB-PI), em 14/12/1963.

Progresso no objetivo do desenvolvimento econômico-social dos países latino-americanos. Os recursos dessa operação adviriam da liberação do Japão, pelos Estados Unidos, de pagar a dívida de guerra destinada ao socorro às vítimas da II Guerra Mundial e à reabilitação econômica deste país, estimada em 490 milhões de dólares. O perdão da dívida japonesa, portanto, estaria condicionado à sua aplicação em atividades de natureza agroindustrial no Brasil e nos demais países da América Latina. Os fundamentos da argumentação, mais uma vez, se assentavam no trinômio desenvolvimento econômico, democracia e luta contra o comunismo, resultando, daí, benefício sobretudo aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Como se não bastasse, 490 milhões de dólares poderiam não significar grande quantia para um país rico como os Estados Unidos, mas para o Japão e a América Latina representariam mais uma possibilidade ao seu desenvolvimento. Significaria, de outro modo, uma política diplomática de vultosa envergadura com um mínimo de sacrifício financeiro por parte dos Estados Unidos. Tamura chegou a enviar sua sugestão aos presidentes Kennedy e Goulart, sem, contudo, vê-la concretizada.¹¹⁴

Em outra vertente, durante a visita do chanceler San Tiago Dantas aos Estados Unidos em abril de 1962, juntamente com o presidente Goulart, era esperada a concessão de um empréstimo no valor de 120 milhões de dólares para promover o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.¹¹⁵ A notícia do empréstimo, enfim, foi recebida com grande esperança por parlamentares da região, que, com frequência, reclamavam do estado de carência e abandono da população pelo poder público. A resposta para as mazelas de fome e miséria brasileiras viriam, então, dos recursos financeiros de um outro poder público, no caso, o governo dos Estados Unidos.¹¹⁶ Mais tarde, essa ajuda financeira ao Nordeste sofreu retenção em virtude da insistência do governo norte-americano em controlar sua aplicação.¹¹⁷

Essa mesma visita de Goulart aos Estados Unidos revigorou as esperanças de parlamentares quanto a uma efetiva retomada da colaboração dos capitais públicos e privados norte-americanos no desenvolvimento econômico brasileiro, além dos empréstimos especificamente ali fechados. Na ocasião, somado à liberação dos créditos de 120 milhões de

¹¹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Yukishigue Tamura (PSD-SP), em 20/02/1962, em 16/03/1962 e em 12/06/1962.

¹¹⁵ Segundo a CIA, a situação no Nordeste era a mais suscetível à influência comunista, agravada pela crescente violência social e risco de descontrole por parte das autoridades brasileiras. In: CIA, Current Intelligence Weekly, 15 de dezembro de 1961. CIA, Central Intelligence Bulletin, 13 de abril de 1962. CIA, Current Intelligence Weekly Summary, 01 de junho de 1962. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Milton Brandão (PSD-PI), em 06/04/1962.

¹¹⁷ SKIDMORE, 1982, pp. 266 e 390. BANDEIRA, 2007, p. 579.

dólares, foi adiado um vencimento de 30 milhões de dólares do FMI e assegurada ampla colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Aliança para o Progresso e do *Export and Import Bank*, para as necessidades de financiamento que o Brasil viesse a ter em função do seu programa desenvolvimentista.

A oposição, apesar do apelo ao dinheiro norte-americano, lembrava a importância de, ao mesmo tempo, o novo governo parlamentarista seguir a orientação determinada de equilibrar o orçamento público, por meio de uma política de austeridade, de moralidade pública e de combate ao empreguismo na estrutura do governo. O desenvolvimento econômico do Brasil, para o bem da verdade, passava pela ajuda externa dos Estados Unidos para a corrente majoritária do Congresso Nacional, sem se descuidar, contudo, das responsabilidades intestinas das autoridades brasileiras. Essa tese, sustentada principalmente pelos americanistas, ecoava as argumentações do governo dos Estados Unidos, a exemplo do que ocorria nos demais assuntos da pauta bilateral.¹¹⁸

Parte dos antiamericanos, principalmente os radicais, detinha uma leitura diversa daquela que o governo brasileiro insistia em promover na busca por investimentos estrangeiros diretos. O deputado do PSD paulista Campos Vergal, por exemplo, defendia que os capitais estrangeiros que se encaminhavam ao Brasil não eram fruto da boa vontade ou por pena dos Estados Unidos da condição da economia e da sociedade do País. Esses investimentos vinham porque o Brasil representava um grande mercado, com grandes possibilidades para os interesses internacionais. Nesses termos, adotar uma política externa de distanciamento dos Estados Unidos e com maior grau de autonomia não prejudicaria o fluxo de investimentos norte-americanos, que não se limitavam a uma lógica meramente política, mas sim a interesses de lucros e que a economia brasileira poderia bem responder:

*O Brasil é um país que convém ao alto capitalismo estrangeiro, não para nos ajudar, não para nos proteger, porque o alto capitalismo não tem coração nem alma, não tem interesse em proteger ninguém. (...) Nunca fui um desiludido, um desanimado. Luto, como lutarei sempre pela grandiosidade de minha pátria e de meu povo, creio firmemente nos altos destinos do Brasil. Porém, que haja lá fora um país poderoso que nos queira proteger, que tenha dó de nós que se encante com os nossos belos olhos, repito, e com as nossas lindas pernas, isso fica para os ingênuos.*¹¹⁹

¹¹⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 11/04/1962.

¹¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 12/11/1962.

Como visto antes, o capital estrangeiro era considerado fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, notadamente para a ala americanista. Por esse motivo, criticavam com veemência aqueles que atacavam o programa da Aliança para o Progresso e o capital estrangeiro.¹²⁰ O Japão, no caso, era o exemplo a ser imitado, sem deixar de admitir a necessidade de investimentos em outras áreas, como a de educação:

*Há um grande exemplo no mundo – o do Japão, que passou de país pobre para país rico em pouco tempo. Ora, o processo adotado pelo Japão é hoje conhecido (...) o instrumento fundamental para isso ainda é o capital estrangeiro. Era um país como o Brasil, onde o brasileiro tem uma situação realmente de pobreza, não se pode contar com a poupança nacional para um grande ou rápido desenvolvimento. O capital estrangeiro realmente seria o grande instrumento para o desenvolvimento mais rápido e é o que nós observamos hoje no Brasil.*¹²¹

Se dos encontros entre Vargas e Roosevelt resultara a criação de Volta Redonda, importante marco do desenvolvimento do parque industrial brasileiro, por que não esperar que entre Jango e Kennedy surgisse o reconhecimento por parte dos EUA de que o Brasil já havia atingido a etapa final de seu estágio de nação subdesenvolvida? Afinal, não havia razão de o governo norte-americano distinguir o Brasil de nações como Japão, França, Itália e os países escandinavos. Parte do Congresso cria que, diante do espírito americanista, de que todo o continente compunha uma só família de nações, não poderia o país mais rico do globo e membro desse mesmo continente abandonar à própria sorte seus pares após expressiva ajuda financeira para a reconstrução de países na Europa e Ásia, fora do continente, portanto.¹²² O americanismo, mais uma vez, se apegava a argumentações de fundo ético para esperar uma mudança de atitude do governo norte-americano em relação ao Brasil.

Para os americanistas, reavaliando os passos que levaram a Volta Redonda, os Estados Unidos se convenceram da necessidade de ajuda financeira após compromisso cristalino por parte do governo brasileiro com as estratégias comuns entre os dois países. De outra parte, os antiamericanos renovavam a defesa de que Volta Redonda fora o resultado da postura independente e pragmática adotada pela política externa de Vargas, que buscou os melhores benefícios ao Brasil através da barganha entre os dois lados opostos no plano internacional. Um e outro grupo, dessa forma, advogava a necessidade de retomar a estratégia

¹²⁰ Discursos Senado Federal. Senador Padre Calazans (UDN-SP), em 23/08/1962.

¹²¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962.

¹²² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mário Tamborindéguy (PSD-RJ), em 12/04/1962.

adotada durante a II Guerra Mundial, de acordo com sua interpretação dos acontecimentos. E a ajuda financeira norte-americana continuava, como em Volta Redonda, essencial para a disparada do desenvolvimento nacional.

O governo Goulart, dividindo as mesmas crenças dos antiamericanos do Congresso Nacional, nutria esperanças na possibilidade de relançar a política de barganha com os Estados Unidos, movimento antes ensaiado por Jânio Quadros. Para isso, a estratégica continuava sendo a “barganha neutralista”, ou seja, demonstrar descompromisso com a aliança estratégica com os Estados Unidos, flertando, em tese, com a ideia de que a fidelidade brasileira exigia algum esforço financeiro por parte das autoridades norte-americanas. Em diversas ocasiões, o presidente defendeu que o Brasil não vinha obtendo ajuda suficiente dos Estados Unidos e do mundo livre e que, por isso, poderia ser obrigado a aceitar as ofertas soviéticas de um projeto de assistência.¹²³ Muito provavelmente, Jango não detinha qualquer real intenção de se locomover do bloco ocidental. A fonte para essa tese, como dito em capítulo precedente, havia sido os debates em torno do ISEB. Goulart via-se – e era percebido – como legítimo herdeiro político de Vargas. Não por acaso, ele tentou reaplicar os ensinamentos de seu tutor na condução dos negócios com os Estados Unidos. Tentava adotar, alternativamente, um discurso independente e contestatório, principalmente diante das massas, e outras vezes um tom conciliador ou, como afirma Vizentini em relação a Vargas, “o puro e simples acatamento das demandas americanas, muitas vezes secretamente”.¹²⁴

Nesse contexto, a Aliança para o Progresso causava ainda grande entusiasmo entre os americanistas mesmo após passada a euforia com o seu lançamento. Era vista, grosso modo, como um esforço de cooperação para acelerar com urgência o desenvolvimento econômico e o progresso social de toda a América Latina, aliada ao componente democrático.¹²⁵ Alguns integrantes da ala americanista mantinham a mesma opinião de quando do lançamento do programa, afirmando ser uma prova da solidariedade intercontinental do povo norte-americano e do presidente John Kennedy, ou seja, apesar de seus próprios problemas internos, iam ao encontro das necessidades de outros povos, numa ação de altruísmo, abnegação e solidariedade das relações internacionais.¹²⁶ Entretanto, aliados do governo Jango no

¹²³ CIA, Central Intelligence Bulletin, 27 de novembro de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹²⁴ VIZENTINI, 2004, p. 45.

¹²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Yukishigue Tamura (PSD-SP), em 20/02/1962, e Theódulo de Albuquerque (PR-BA), em 02/04/1962.

¹²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Epilogo de Campos (UDN-PA), em 05/07/1962.

Congresso atacavam a Aliança para o Progresso, acusando de instrumento do imperialismo ianque. Isso, segundo os americanistas, era um grande erro que poderia ser justificado apenas pela motivação ideológica marxista (como haviam feito os partidos comunistas na Europa em relação ao Plano Marshall), pois

*quando se iniciou a Aliança para o Progresso ninguém poderia enfrentá-la frontalmente. Era um gesto de compreensão, de generosidade, de nobreza de um país, de um governo democrático que, sentindo insustentável sua posição de ilha de prosperidade num mar de miséria, deliberou estabelecer um programa amplo de assistência, sem qualquer remuneração, sem qualquer retribuição e sem pagamento de volta.*¹²⁷

A ala antiamericana, naturalmente, continuava não compartilhando desse mesmo otimismo quanto ao programa de ajuda financeira norte-americano. A Aliança para o Progresso continuava sendo encarada apenas como um novo instrumento de submissão e dominação dos Estados Unidos na América Latina:

*(...) o protesto que formulamos contra a interferência indevida da embaixada dos Estados Unidos na política interna do Brasil. O cavalo de Tróia dessa interferência é a chamada Aliança para o Progresso, forma de neocolonialismo através da qual o governo americano está indo aos mais diferentes rincões de nossa pátria para matar a fome do povo brasileiro. O governo americano está se utilizando de um meio, de um veículo de propaganda que hoje não se faz sentir apenas (...) num Estado, numa cidade, mas em todo o país. (...) protesto que firmamos contra a intromissão indevida da embaixada dos Estados Unidos que, através da Aliança para o Progresso, está penetrando na política brasileira e impedindo que o Brasil realize aquilo que é o grande sonho da nossa geração: a sua independência econômica.*¹²⁸

Para os antiamericanos radicais, não havia concessões a fazer sobre o papel e a responsabilidade dos Estados Unidos quanto à miséria brasileira. Eram eles os responsáveis pela criação da fome no Brasil e pelo subdesenvolvimento de sua economia, pois eram os Estados Unidos, afinal, que comandavam os “trustes internacionais, as forças espoliativas que impediam os países de se desenvolver”.¹²⁹ Não caberia, então, exatamente a essas “forças” arrogar-se o direito de serem os salvadores da fome brasileira. Para Celso Brant, deputado do PR mineiro, “o povo brasileiro [devia] pelo menos ser dono de sua fome”. Ao Brasil, nessa linha, não faltava ajuda financeira externa, demagógica, pois provinda de um país que se

¹²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 17/07/1963.

¹²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 11/05/1962.

¹²⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 11/05/1962.

atribuía o direito de ser o defensor de uma democracia que não praticava, nunca havia praticado e jamais praticaria. Faltava, sim, tratamento equânime, liberdade e independência econômica.

4. Ibad, Adep, Ipes: em prol da bancada americanista no Congresso

O Congresso Nacional testemunhou maior inquietação e intensificação de atividades de grupos americanistas principalmente após a posse de Goulart e a instauração do regime parlamentarista. Primeiro pelo aumento do temor ao comunismo, segundo por sua maior importância institucional na condução das diretrizes do governo decorrentes do parlamentarismo, ainda que com todas as imperfeições do modelo brasileiro. Nesse cenário, ganharam maior dimensão as tentativas de controle da opinião parlamentar, quer seja pelo oferecimento de aporte intelectual ou financeiro a deputados e senadores com tendências favoráveis à tese pró-americana e anticomunista, quer seja em atividades eleitorais diretamente, com o intuito de eleger o maior número possível de parlamentares para a bancada americanista.¹³⁰

Desse modo, além do *lobbying* sobre o Legislativo, foram organizados grupos de ação política e ideológica com vistas a moldar e compartilhar as linhas de atuação no interior do Parlamento, além da usual propaganda para influenciar a opinião pública e o eleitorado. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de 1950 foi o Ibad.¹³¹ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) foi fundado no Rio de Janeiro, em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, que não possuía atuação na vida política brasileira até então. Antes, em 1951, ele havia criado a S.A. Incrementadora de Vendas Promotion, uma agência de publicidade que, mais tarde, teria papel preponderante na implementação das ações dos grupos Ibad/Adep. Pelo seu estatuto, o Instituto era uma associação civil com a finalidade de fomentar o desenvolvimento da livre empresa e promover a assistência social. Na realidade, o principal móvel de ação do Ibad era a luta anticomunista no País.

Em março de 1962, por iniciativa também de Hasslocher, foi fundada a Ação Democrática Popular (Adep) que, na realidade, funcionava como “uma subsidiária do

¹³⁰ As passagens desta pesquisa referentes ao Ibad/Ipes/Adep/Promotion e sua atuação junto ao Congresso Nacional são debitárias em grande parte ao trabalho de síntese de SILVA, 2007.

¹³¹ DREIFUSS, 2006, p. 112.

Ibad”.¹³² Outra entidade ligada à luta anticomunista e ao mesmo *modus operandi*, inclusive no que se referia aos seus dirigentes, foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes).¹³³ Todas essas entidades atuavam em conjunto. O Ibad era o órgão definidor, a coordenação central; a Promotion, a responsável pelo recolhimento, repasse e ocultação do dinheiro, ou seja, disfarçar as doações recebidas pelo esquema, com complexas manobras para obscurecer as origens do dinheiro; Adep, além de intermediar a entrega de recursos a políticos, cumpria o papel mais visivelmente político, assim como o Ipes, que operava como centro estratégico, ou de acordo com o seu estatuto, com os “intuitos educacionais, sociológicos e cívicos”. A arregimentação dos membros diretores e colaboradores dessas entidades era feita, na maior parte, entre antigos integrantes de movimentos anticomunistas e, entre esses, muitos militares da reserva, como João Baptista Leopoldo Figueiredo, presidente do Ipes, ex-presidente do Banco do Brasil e tio do futuro presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo.¹³⁴

Nisso, o Ipes cuidou de criar um Grupo de Assessoria Parlamentar, que servia como mais um canal de financiamento para sua rede de deputados e senadores beneficiários e receptores de ajuda, por meio de uma “ação discreta” na Câmara e no Senado. Mas não só, pois ao escritório de Brasília, como era mencionado nos memorandos internos, incumbia o fornecimento da determinante coordenação política da campanha anti-Goulart, americanista em seus princípios e assumidamente anticomunista. Fornecia, assim, ajuda intelectual, como estudos, pareceres, projetos de lei, discursos, emendas e bases argumentativas, principalmente para os parlamentares membros da ADP e ligados ao Ipes. Para tanto, havia sido formado um grupo de inteligência para antecipar as intenções dos parlamentares antiamericanos/nacionalistas, com uma coleção de dados e de ações preventivas. Entre seus membros, o grupo contou com a colaboração do General Golbery do Couto e Silva. Com efeito, os vários grupos de estudo e as ações do Ipes desempenharam papel fundamental na preparação, coordenação e implementação das diferentes atividades ideológicas e políticas

¹³² CPI Ibad/Ipes, p. 9958.

¹³³ DREIFUSS, 2006, p. 320. Promotion, Adep e Ibad tinham íntimas vinculações. Os sócios do Ipes eram todos elementos ligados à Promotion. Por seu turno, o diretor superintendente do Ibad era o mesmo detentor do controle das ações da Promotion. A Adep, da mesma forma, teve grande parte de sua interferência no pleito de 1962 subordinada aos critérios da Promotion. Daí o porquê de se referir a todas essas entidades como um “complexo”. A CPI, instalada depois para investigar as atividades dessas entidades, contudo, não logrou demonstrar de forma clara e precisa a atuação eleitoral do Ipes, tendo ela permanecido livre para atuar mesmo depois da suspensão das atividades do Ibad e da Adep.

¹³⁴ CPI Ibad/Ipes, pp. 9946, 9957. SILVA, 2007, p. 72. DREIFUSS, 2006, p. 175. BARBOSA, 2000, p. 135.

dos americanistas/anticomunistas no Congresso Nacional.¹³⁵ A Adep também mantinha como rotina de trabalho o acompanhamento sistemático e pormenorizado dos discursos e demais atividades dos parlamentares no Congresso. Esses dados eram utilizados tanto para o mapeamento dos parlamentares como para material de divulgação de programas de rádio patrocinados pela Adep. Um desses programas foi “O Congresso em Revista”, transmitido pela Rádio Alvorada e custeado integralmente pela entidade.¹³⁶

Como visto, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), em grande medida, funcionava como extensão do complexo Ipes/Ibad/Adep no Congresso Nacional, alinhada à luta anticomunista e em prol do americanismo.¹³⁷ Muitos de seus membros deixavam claro que a ADP apoiava incondicionalmente as atividades “anti-bolchevistas” do Ibad.¹³⁸ Não só, pois também atuou como intermediária entre os recursos do Ibad e o financiamento de deputados membros da ADP, como aponta o caso admitido pelo próprio deputado Arruda Câmara, beneficiado por João Mendes, presidente da ADP.¹³⁹ Numa carta trocada entre dirigentes do Ibad logo após as eleições de 1962, a conexão entre a entidade e a ADP, no Congresso, foi reafirmada entre seus objetivos:

a) Servir como um elo entre o povo e os seus representantes, membros da ADP, no Congresso. Trazer ao povo relatórios e explicações sobre a atuação de seus deputados e senadores em Brasília. Trazer aos deputados e senadores notícias sobre os problemas e reivindicações do povo que representam. (...) e) Fortalecer e apoiar os políticos, individualmente, que ideologicamente se identificam conosco.(...) h) Disseminar

¹³⁵ DREIFUSS, 2006, pp. 207, 340, 349, 358.

¹³⁶ O Ibad e a Adep também patrocinaram jornais e programas de TV, principalmente por meio da Promotion. Nessa toada, o jornal carioca “A Noite” foi arrendado pela Promotion antes das eleições de 1962 com o objetivo de defender “a linha política de intransigente defesa da democracia”. De acordo com depoimentos tomados pela CPI, muitos jornais e revistas com linhas editoriais esquerdistas ou comunistas encontraram dificuldades em manter as verbas de publicidade por intermédio da Promotion. Nesse sentido, “a discriminação de verbas publicitárias têm levado à ruína e ao fechamento inúmeras publicações brasileiras que se arrogam o direito de utilizar uma linha de opinião contrária aos interesses dos grandes grupos internacionais, que passam logo a ser apelidados de anti-norte-americanos e por fim de comunistas”. Por esse motivo, muitos antiamericanos no Congresso criticavam com frequência e de modo geral aquilo que consideravam como grande influência norte-americana sobre a mídia brasileira, que mais tarde ligariam também à figura do Ibad. Nessa linha, o deputado Celso Brant dizia que “as grandes agências de publicidade deste País são completamente controladas pelos americanos a tal ponto que, em determinado momento, quando o senado americano disse ao governo brasileiro que deveria optar entre o projeto de remessa de lucros e a Aliança para o Progresso, concedi dez entrevistas a jornais brasileiros e não saiu uma linha em nenhum jornal. Não há nenhuma possibilidade de se fazer a defesa do Brasil nos jornais que aí estão”. CPI Ibad/Ipes, pp. 9944, 9950. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 22/05/1962.

¹³⁷ DREIFUSS, 2006, p. 320.

¹³⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados João Mendes (UDN-BA), em 30/07/1963, Abel Rafael (PRP-MG), em 07/08/1963, Anísio Rocha (PSD-GO), em 20/08/1963.

¹³⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 26/08/1963.

*propaganda ideológica acerca do atual conflito entre a democracia e o comunismo no Brasil.*¹⁴⁰

Mas não poderia, por esse motivo apenas, a ADP ser considerada uma simples subsidiária do Ibad/Adep, embora em grande parte contaminada pelo esquema *ibadiano*. Era, antes disso, uma frente parlamentar, que reunia também deputados não ligados ao Ipes/Ibad/Adep, mas que compartilhavam objetivos semelhantes: a luta anticomunista sob a conceitualização de defesa do “regime democrático”.¹⁴¹ Independentemente, as discussões em torno do Ibad contribuíram para acirrar as acusações entre as alas americanistas e antiamericanas:

*(...) é uma vergonha, e mais do que isso, é uma canalhice um político querer arranjar mandato a custa do dólar americano. (...) dinheiro americano é dinheiro da traição.*¹⁴²

A possível ligação entre Ibad, dinheiro norte-americano e financiamento de parlamentares parecia ser o ponto que explicava toda a ação “entreguista” e anticomunista dos americanistas, emprestando coesão às acusações anteriormente feitas:

*(...) quero fixar-me, hoje, é neste tal Ibad, é nesses dólares, nesses traidores que vão buscar dólares, nesses subservientes, nesses apátridas que vão buscar dólares na embaixada americana para eleger seus candidatos nos vários estados. São esses mesmos que acreditam em russos barbudos que comem crianças cruas. (...) É o dinheiro americano que paga essas baboseiras todas. Como se o Brasil fosse um país de castrados, de pataratas, de idiotas, que tivesse que aceitar isso por imposição dos dólares. Aqui, aí daquele que fizer o que o próprio americano faz no seu país, combatendo, cerceando, tremenda e violentamente o capital estrangeiro. Imediatamente as vestais aparecem. Então o indivíduo é cripto-comunista, ou comunista mesmo, quando sabemos que essa história de comunismo no Brasil é balela. (...) essa balela, essa indústria anticomunista serve de capuz para esse Ibad (...) essa indústria anticomunista (...) [contra os] que realmente são democratas (...) e que não sofrem de neurose anticomunista (...).*¹⁴³

Segundo apontam os indícios, as atividades eleitorais do Ibad se iniciaram em março de 1962, quando da concepção da Adep, variante *ibadiana* para atuação em campanhas políticas e contatos com candidatos. As eleições de outubro do mesmo ano previam a disputa

¹⁴⁰ Apud SILVA, 2007, p. 70.

¹⁴¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 23/11/1962. SILVA, 2007, pp. 20 e 72.

¹⁴² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ary Pitombo (PTB-AL), em 23/11/1962.

¹⁴³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 23/11/1962.

pela totalidade das cadeiras da Câmara dos Deputados (409), parte do Senado Federal (45) e 11 governos de Estado. Eram ainda nessas eleições que estava em jogo a composição do Congresso Nacional que legislaria por todo o governo Goulart, até 1965. As eleições eram vistas como cruciais para remover comunistas infiltrados das estruturas do estado brasileiro, no caso de os candidatos americanistas serem bem sucedidos. O apoio a candidaturas se deu sem preocupações partidárias. Era preciso, em primeiro lugar, que o candidato detivesse posturas que o alinhassem, mais tarde, à bancada americanista, apesar de o termo utilizado na época se referir a “anticomunista” e “democrata” somente.¹⁴⁴

A interligação e a submissão das ações parlamentares dos candidatos apoiados pela Adep/Ibad aos comandos da entidade pretendia-se direta. Tanto que a Adep formulou uma “Carta de Princípios” em que constava o compromisso de, se eleito à Câmara dos Deputados, o candidato deveria seguir a orientação ideológica da Adep/Ibad e ligar-se à ADP.¹⁴⁵ Fica claro, desse modo, o processo de captação de novos membros para a Ação Democrática Parlamentar no momento mesmo do processo eleitoral, preferencialmente aqueles que tivessem alguma condição real de se eleger. Em troca, em primeiro lugar, era oferecido apoio material e logístico para a campanha.¹⁴⁶

Com base em estimativas, cada candidato a deputado federal ganhou entre três e quatro milhões de cédulas, 200 faixas, 200 mil cartazes, empréstimo de veículos (apenas a Adep havia adquirido 80 para uso nas campanhas), pagamento de combustível, participação em programas de rádio e TV contratados pela Promotion, sendo que, em alguns casos, o material poderia ser substituído pelo correspondente em dinheiro. A ajuda aos candidatos não era uniforme, podendo variar para mais ou menos desses valores.¹⁴⁷ Foi justamente essa “pletora de dinheiro” lançada no campo das disputas eleitorais que causou espanto em grande parte da Câmara dos Deputados, a ponto de ela se ver compelida a investigar a fundo a atuação do Ipes/Ibad/Adep. O primeiro requerimento de instituição de uma CPI com este

¹⁴⁴ CIA, Current Intelligence Weekly Review, 21 de setembro de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. CPI Ibad/Ipes, pp. 9941, 9947. BARBOSA, 2000, p. 95.

¹⁴⁵ Muitos candidatos, naturalmente, recusaram-se a assinar a declaração de compromissos, quer seja por sua inocuidade jurídica, quer seja pela inabilidade política que um ato desse tipo representaria. Apesar disso, havendo interesse especial em apoiá-los, a exigência da declaração era dispensada. CPI Ibad/Ipes, p. 9949.

¹⁴⁶ Nas eleições de 1962, a Adep contribuiu para a campanha de 250 candidatos a deputado federal e um número não conhecido de candidatos ao Senado. Além disso, atuou fortemente nas campanhas para deputação estadual e governos de estados ocorridas nas mesmas eleições. Cf. SILVA, 2007, p. 22. CPI Ibad/Ipes, p. 9951.

¹⁴⁷ Em 1962 não havia sido instituída a cédula única para as eleições legislativas. Desse modo, cabia aos candidatos providenciar a confecção de cédulas com seus nomes, seguindo o padrão determinado pela Justiça Eleitoral, disponibilizando-as em número suficiente nos locais de votação. Por esse motivo, esse era um dos principais itens dos gastos de campanha e fundamental para o sucesso eleitoral. Cf. SILVA, 2007, p. 23.

objetivo foi protocolado em fins de 1962, ainda durante as eleições, graças ao “fabuloso apoio econômico”, inédito até então. Com a legislatura próxima do fim, não foi possível mesmo iniciar as investigações.¹⁴⁸

Vale registrar que essa forma de arregimentação de anticomunistas e americanistas para o Congresso, apesar da ligação ideológica, causou protestos públicos também de membros da ADP. Mas a reação mais violenta contra a atuação do Ibad/Adep durante as eleições de 1962 coube aos antiamericanos. O deputado Eloy Dutra (PTB-GB), autor do primeiro pedido de CPI para investigar as entidades, editou um livro para denunciar o que ele próprio havia testemunhado durante as eleições no Rio de Janeiro:

Sem dúvida, a “democracia” defendida pelo Ibad é uma democracia à moda gorila: a bandeira anticomunista foi levantada por esse órgão apenas como pretexto, como premissa para, a partir daí, inquinare de “comunistas” ou “esquerdistas” quaisquer tentativas que se fizerem no sentido de uma renovação institucional nas bases nacionais. Em suma: o movimento político que é o Ibad, atentando a interesses externos e internos, visa a congregare forças em todas as áreas para o fim de subjugar esse irrequieto Brasil, década de 60 (...) Esses, na verdade, são os coveiros da democracia.¹⁴⁹

Em abril de 1963, o deputado Paulo de Tarso (PDC-SP) renovou o pedido de instauração da CPI, dando prosseguimento à iniciativa de Dutra, então eleito vice-governador do Estado da Guanabara. A intenção era averiguar as acusações daquilo que poderia ser a “maior máquina de corrupção jamais instalada no País”, com dinheiro estrangeiro do Fundo do Trigo – “dólar americano” - e com a intenção de eleger figuras “reacionárias e conservadoras”.¹⁵⁰ A UDN e o PSD buscaram retardar a indicação dos seus representantes mas, depois de algumas semanas, a comissão foi instalada sob a presidência do deputado Peracchi Barcelos (PSD-RS), sendo o deputado Laerte Vieira (UDN-SC) responsável pela elaboração do relatório. Esses, juntamente com a maior parte dos integrantes da CPI, eram considerados deputados-*ibadianos* pelo grupo antiamericano. Com esse formato, a comissão estava predestinada a nada apurar de relevante.

No meio dos trabalhos da CPI, em agosto de 1963, a Presidência da República editou um decreto suspendendo as atividades do Ibad e da Adep por três meses e determinando sua dissolução no decorrer desse prazo. As razões utilizadas foram a defesa do regime

¹⁴⁸ DUTRA, Eloy. **IBAD**: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 41.

¹⁴⁹ Ibid., pp. 7, 11.

¹⁵⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Eloy Dutra (PTB-DF), em 23/11/1962.

democrático, vez que as duas entidades exerciam atividade político-eleitoral “intervindo no processo de escolha dos representantes políticos do povo brasileiro e pretendendo a tomada do poder através da corrupção eleitoral”. No decreto constava também como motivo uma das maiores suspeitas da bancada antiamericana no Congresso e que o presidente Goulart dividia, a de que os recursos do Ibad/Adep tinham origem estrangeira, ao afirmar que as entidades “utilizaram incalculável soma de recursos financeiros, cuja origem ainda desconhecida atenta contra a segurança das instituições e pode, inclusive, atentar contra a própria soberania nacional”.¹⁵¹ Em depoimento para a comissão de investigação da Câmara dos Deputados em 1963, o próprio tesoureiro da Adep disse desconfiar que os recursos tinham como origem o estrangeiro, dada a facilidade de obtenção quando comparado ao histórico de campanhas eleitorais por ele participadas. As suspeitas – o que continuaria dessa forma devido à ausência de provas – tanto da parte do governo como da bancada antiamericana era de que os recursos provinham dos Estados Unidos, para sustentar a campanha anticomunista, em seu sentido mais amplo como vinha sendo aplicado no Brasil, ou seja, inclusive contra antiamericanos.¹⁵²

O decreto presidencial foi utilizado como pretexto para os deputados *ibadianos* convencerem a maioria a interromper os trabalhos da CPI, sob a justificativa de que havia sido esvaziada e desprestigiada a função da comissão, mesmo às vésperas do depoimento do fundador das entidades, Ivan Hasslocher. A decisão causou grande celeuma política e uma situação insustentável diante do aumento das desconfianças acerca das ligações dos membros da comissão com o Ibad e a própria extensão da atuação das entidades no cenário político brasileiro. Para resolver o impasse, foi estabelecido um acordo entre os principais partidos com o objetivo de restabelecer a CPI, agora com novos integrantes, tendo na presidência Ulysses Guimarães (PSD-SP) e, na relatoria, Pedro Aleixo (UDN-MG).¹⁵³

Refeita, a CPI conseguiu tomar, em 25 de setembro, o esperado depoimento de Ivan Hasslocher. Na condição de indiciado, e portanto desobrigado a responder às perguntas dos deputados, buscou ressaltar a todo momento que as firmas que financiaram os empreendimentos do Ibad/Adep eram nacionais, negando, ao mesmo tempo, confessar a exata origem. Isso, aliás, fazia parte de uma estratégia conjunta da diretoria dessas entidades diante da CPI, afirmar que “nenhuma empresa estrangeira [fazia] parte de seu corpo de

¹⁵¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 52.425, de 31 de agosto de 1963. Diário Oficial da União, Seção I, 02/09/1963, p. 7611. Apud SILVA, 2007, p. 29.

¹⁵² CPI Ibad/Ipes, p. 9946.

¹⁵³ Fechada para balanço, por Barbosa Lima Sobrinho. **Jornal do Brasil**, 14/09/1963.

associados”.¹⁵⁴ Esse cuidado tinha motivação não só pela preocupação da legitimidade frente à argumentação da defesa do interesse nacional e da soberania brasileira que qualquer político, seja antiamericano ou americanista, precisava deter. A Lei 1.164, de 1950, estabelecia que era vedado aos partidos políticos receber, direta ou indiretamente, recursos de procedência estrangeira. De outro modo, os dirigentes do Ibad/Adep se esforçaram no sentido de afirmar que os recursos, apesar de não apontar exatamente os nomes dos doadores, tinham origem nacional exclusivamente, sob pena de os envolvidos terem incorrido em ilícito eleitoral. Para os antiamericanos não restava dúvidas: a origem dos recursos estava no governo dos Estados Unidos.¹⁵⁵

Sem avançar de modo substancial além do declarado pelos dirigentes do Ibad e da Adep quanto ao total de recursos usados na campanha, e sem propor o aprofundamento das investigações sobre os parlamentares eleitos com a ajuda dessas entidades, o relatório final da CPI foi aprovado por unanimidade. De acordo com o relatório do deputado Pedro Aleixo, os efeitos da ajuda eleitoral do Ibad/Adep foram praticamente insignificantes ou de pouca dimensão. Apesar de os recursos à disposição do “complexo” serem vultosos, esse valor foi pulverizado pela grande quantidade de candidatos. Houve casos, ainda segundo essas conclusões, de candidatos que sofreram decréscimo no número de votos recebidos quando comparados a pleitos anteriores em que não contaram com a colaboração dessas entidades. Em Minas Gerais, por exemplo, os dois candidatos ao Senado ajudados foram derrotados. Casos semelhantes ocorreram com as candidaturas à deputação federal. A ajuda, nesta linha, foi ineficiente e, nos casos de sucesso, se deveu mais à capacidade pessoal e a seu histórico na vida pública do que aos recursos *ibadianos*. Desse modo, as investigações parlamentares chegavam a uma solução que não prejudicaria em demasia a imagem dos deputados e senadores da ADP e que receberam contribuição do Ibad/Adep. Em outras palavras, como em um acordo de cavalheiros, preservava-se o americanismo da ADP e a imagem do Congresso Nacional e de seu membros, com a contrapartida de que Ibad/Adep deveriam ser eliminadas do contexto político brasileiro, por exercerem “a mais nefasta corrupção da vontade popular” e “atividades que a Constituição [reservava] aos partidos políticos”.¹⁵⁶ Essas medidas, contudo, não garantiram a cessação dos procedimentos aplicados pelo “complexo”, que sofreriam mutação no formato e nos nomes dos personagens envolvidos.

¹⁵⁴ DREIFUSS, 2006, p. 225.

¹⁵⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Breno da Silveira (PTB-GB), em 04/07/1963.

¹⁵⁶ Em dezembro de 1963, o Judiciário confirmou a decisão do Executivo e dissolveu oficialmente o Ibad e a Adep. CPI Ibad/Ipes, p. 9960.

Isso não significou concordância plena quanto ao teor das conclusões pelos membros da comissão. Nesse sentido, um voto em separado dos deputados Temperani Pereira (PTB-RS) e Afonso Celso (PTB-RJ) ressaltava a indicação da origem dos recursos como sendo estrangeira:

Se bem não haja a confissão expressa de nenhum dos responsáveis pela máquina corruptora (...), os elementos circunstanciais e indiciários levam-nos a uma fundada suspeita de que tais recursos eram estrangeiros. Essa a presunção gerada no curso do inquérito e que reclama prova em contrário.¹⁵⁷

Para os dois parlamentares da base de apoio ao governo não havia dúvida “em afirmar a existência de deputados federais que certamente se elegeram graças ao Ibad”, não concordando, portanto, com as conclusões do relatório que minimizaram a influência do Ibad e de suas associadas nos resultados eleitorais e na pequena ajuda (“simbólica”) prestada aos candidatos ao Congresso.

Apesar disso, as eleições de 62 demonstraram a dificuldade de, mesmo com todo o investimento financeiro nas campanhas pelo complexo Ibad/Adep/Ipes, eleger uma bancada americanista de ampla maioria. No Senado, a UDN, de maioria americanista e opositora ao governo, viu sua participação percentual reduzida, sendo que a composição dos demais partidos não sofreu significativas alterações, consagrando a ampla base de apoio ao governo Jango. Na Câmara dos Deputados, o PTB cresceu, o PSD caiu e a UDN manteve-se minoritária. Em suma, no Parlamento o antiamericanismo e a base de sustentação da presidência João Goulart permaneciam firmes e bastante representativos. Em Pernambuco, que além de ter eleito governador um antiamericano radical, Miguel Arraes, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e José Ermírio de Moraes, o principal financiador da campanha de Arraes, foram eleitos para a Câmara e o Senado, respectivamente. Isso demonstrava, em uma avaliação posterior do Ipes, uma constante tendência esquerdista-trabalhista do eleitorado.¹⁵⁸

Mais tarde, o embaixador Lincoln Gordon admitia parte da origem dos recursos que, seja via Ibad ou diretamente, foram destinados à formação da bancada americanista no Parlamento:

¹⁵⁷ Apud CPI Ibad/Ipes, p. 9962.

¹⁵⁸ DREIFUSS, 2006, p. 353.

(...) eu também fui favorável à proposta de dar através da Agência Central de Inteligência (CIA) alguma assistência financeira aos candidatos ao Congresso que tinham uma atitude amigável com relação aos Estados Unidos.¹⁵⁹

A abertura dos documentos oficiais, décadas depois, comprovaram as suspeitas de antiamericanos de que os recursos provieram em sua maior parte dos Estados Unidos. E esclareceram o ponto de que não se tratou apenas de ajuda esporádica, pontual e restrita, como sugeria Gordon, apesar de a quantia total ainda ser desconhecida.¹⁶⁰ Segundo relato de Philip Agee, ex-agente da CIA, Ibad/Adep despenderam nas eleições de 1962 entre doze e vinte milhões de dólares, valores da época.¹⁶¹ Ademais, pouco antes da posse de Goulart, autoridades norte-americanas discutiam a abordagem a adotar no Brasil. Preconizavam uma ação afirmativa para enfrentar a ameaça comunista, dirigida especificamente contra “pessoas não amigáveis” em países amigáveis. Mas alertavam para o fato de que “grande parte deste esforço teria de ser encoberto para evitar comprometer a posição dos grupos que estamos financiando”.¹⁶² Washington cria que, do outro lado, candidatos da extrema esquerda também vinham sendo ajudados por fundos oriundos de Cuba e de Moscou.¹⁶³

Acredita-se que foi a partir do “fundo do trigo” que os recursos vinham sendo repassados à execução dos empreendimentos do Ibad/Adep/Ipes. Esse fundo, com depósitos em conta do BNDE operada pela embaixada norte-americana, da qual 40% não era contabilizada, consistia do superávit em Cruzeiros acumulados pela venda do trigo americano no Brasil.¹⁶⁴ Além do complexo Ibad/Adep/Ipes, Dreifuss menciona que as eleições de 1962 foram consideradas o auge de uma das maiores operações políticas jamais empreendida pela

¹⁵⁹ GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil**: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002, p. 102. Em entrevista à revista *Veja*, em 1977, Gordon, falando dessa assistência financeira aos candidatos, disse que “sem dúvida, foi muito mais do que um milhão de dólares [valores da época], e eu não me surpreenderia se fossem cinco milhões de dólares. Mas não foi uma soma exorbitante, não foram dezenas de milhões de dólares”. Revista *Veja*, n.º 444, 90/03/1977, p. 6. Apud SILVA, 2007, p. 37.

¹⁶⁰ The Presidential Recordings, John F. Kennedy. Miller Center of Public Affairs – University of Virginia, USA. Meeting on Brazil, Monday, July 30, 1962 (reunião com as presenças de John Kennedy, Lincoln Gordon, Richard Goodwin e McGeorge Bundy). Disponível em: www.millercenter.org. Acesso em: 01/03/2013.

¹⁶¹ AGE, Philip. **Dentro da Companhia**: diário da CIA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 285. Apud SILVA, 2007, p. 39. Para Moniz Bandeira, o Ibad atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, utilizando como seu agente “um certo Ivan Hasslocher”. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001, p. 83. Niles Bond, então cônsul dos Estados Unidos, dizia ter certeza de que fundos americanos chegavam às operações do Ipes. Cf. DREIFUSS, 2006, p. 223.

¹⁶² Apud MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 331.

¹⁶³ GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil**: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002, p. 329. Apud SILVA, 2007, p. 38.

¹⁶⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Max da Costa Santos (PSB-GB), em 27/11/1963. DREIFUSS, 2006, pp. 223, 350.

divisão ocidental da CIA. Desse modo, a estação do Rio de Janeiro e suas muitas bases nos consulados distribuídos pelo País, que haviam oportunamente aumentado em número, encontravam-se comprometidas numa campanha de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas e americanistas. Ademais, a *Agency for International Development* (AID), buscou contribuir com as “ilhas de sanidade” (no meio dos mares escuros e tempestuosos do Brasil), de modo direto a unidades da federação dirigidos por governadores amigos, ao invés do governo central. Dentre os apoiados encontravam-se Carlos Lacerda (GB), Ademar de Barros (SP), Cid Sampaio (PE), Aluísio Alves (RN) e José de Magalhães Pinto (MG). Essa foi, enfim, uma variante desfigurada da Aliança para o Progresso e do Plano Marshall, em formato reduzido e bastante seletivo.¹⁶⁵

Em um telegrama da embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o departamento de estado, era alertado em relação às eleições de 62 que:

*(...) está ocorrendo neste país uma guerra política de grande importância, que determinará sua orientação doméstica e externa e, com ela, a maior parte do continente. Temos grande interesse no resultado e estamos tentando usar nossa influência destramente para levar a um resultado favorável.*¹⁶⁶

Depois das eleições, o comitê executivo do conselho de segurança dos Estados Unidos decidiu por uma diretriz política de curto prazo que incluía “continuar a encorajar elementos democráticos moderados brasileiros no Congresso, nas FFAA e em outros lugares que defendam políticas democráticas e externas [que] nós possamos apoiar”.¹⁶⁷ Diante desses fatos, é possível afirmar que a interligação entre Washington e bancada americanista no Congresso Nacional foi direta e frequente. Ao fim, ambos buscaram atuar contra o antiamericanismo, no Parlamento e no governo brasileiros.

¹⁶⁵ DREIFUSS, 2006, pp. 223, 345, 350.

¹⁶⁶ Apud DREIFUSS, 2006, p. 346.

¹⁶⁷ Ibidem.

CAPÍTULO 5

A Guerra Fria e os temas estratégicos: a “independência” longe demais

Os governos Quadros e Goulart coincidiram com o apogeu da Guerra Fria, as tensões mais perigosas entre o Leste e o Ocidente e que pareciam levar o mundo ao precipício de uma guerra nuclear.¹ Nesse contexto, algumas posturas latino-americanas contrárias aos Estados Unidos foram interpretadas como com motivações comunistas, mesmo que na realidade fossem basicamente nacionalistas ou antiamericanas moderadas. O aguçamento da disputa entre as duas superpotências pelo controle e manutenção de regiões sob suas órbitas limitava, cada vez mais, a distinção entre neutralistas e comunistas do ponto de vista da diplomacia norte-americana.

Cuba, definitivamente, contribuiu para a extensão das tensões ideológicas entre capitalismo e comunismo na América Latina. Ao Brasil, para os americanistas representados no Congresso Nacional, cabia alinhar-se aos Estados Unidos como guardião nuclear do sistema ocidental. Com isso, a maior parte dos antiamericanos e o governo concordavam. Não era possível, em termos práticos, o Brasil adotar uma posição separada dos Estados Unidos no tocante aos aspectos estratégicos, seja porque não interessava ao governo um alinhamento à União Soviética, seja porque o País não tinha força para se manter isolado de ambas superpotências. Mas para o governo Jango e para os antiamericanos, a Guerra Fria vivia um processo de apaziguamento. Kennedy, a seu turno, temia que o “Brasil subestimasse os perigos do expansionismo ideológico cubano”, ou seja, subestimasse a própria Guerra Fria.

Portanto, o tema da Guerra Fria possuía importância central tanto para a política externa brasileira como para o debate político interno. De acordo com Westad, as elites políticas dos países do Terceiro Mundo construíram suas agendas, em grande medida, como

¹ O período entre 1958-1963 é apontado como os “anos de crise” na história da Guerra Fria. A esse respeito, ver: HERSHBERG, James G. *The Crisis Years, 1958-1963*. In: WESTAD, 2000, p. 303.

resposta aos modelos apresentados pelas ideologias capitalista e comunista, conectando seus próprios interesses domésticos a uma fé em uma ideologia internacional. No caso do Brasil, porém, essa relação foi substancialmente diversa: os dois maiores grupos foram divididos em capitalistas pró-EUA/anticomunistas (americanistas) e autonomistas-independentistas (antiamericanos e nacionalistas; na maior parte das vezes também anticomunistas). A disputa interna no Brasil durante esse período foi peculiar em razão da presença diminuta dos comunistas nas instituições nacionais. A polarização doméstica, ao contrário do que ocorreu em outros países do Terceiro Mundo, não refletia perfeitamente o cenário internacional.² Por conseguinte, o período 1961-1964 no Brasil, curiosamente, não pode ser definido simplesmente como um embate entre anticomunistas e comunistas/antiamericanos. De fato, o anticomunismo mobilizou e fundamentou diversas das ações na política nacional, inclusive a mais dramática, que foi o golpe civil-militar de abril de 1964. A concepção do antiamericanismo encontrou no Brasil como grupo antagônico mais claro o americanismo que, por diversas razões, se revestiu em disputa ideológica que refletia o cenário internacional, ainda que com sérias imperfeições. Goulart, pois, não era verdadeiramente temido e criticado por esse grupo pelo fato de deter convicções comunistas. Temia-se, em maior número, a adoção de uma “república sindicalista”, assentada no trabalhismo e que poderia se degenerar para o comunismo, a exemplo de Cuba pós-1959.³

Apesar das graves denúncias e da forte oposição exercida por anticomunistas e americanistas, até meados de 1963 não havia ainda um pedido explícito de impedimento do presidente da República. As tentativas, ao menos no tocante às discussões públicas, eram de que Goulart adotasse nova postura no sentido de reprimir, em todas as áreas, a infiltração comunista. Portanto, não havia naquele momento, salvo eventual movimento conspiratório nos bastidores do Congresso Nacional, uma tentativa de substituição do nome de Goulart da Presidência da República. Subsistiam fortes esperanças de que o presidente pudesse recuar nos seus desígnios de concentrar o poder com alguma ajuda dos comunistas.

De outra parte, embora houvesse evidente antagonismo entre as duas superpotências, alguns parlamentares enxergavam a conciliação de objetivos entre ambas, com o intuito de cada uma dominar e explorar um grupo de países. Seria, então, ingenuidade crer que Estados Unidos e União Soviética pudessem, realmente, causar uma terceira guerra mundial. Por essa

² WESTAD, 2005, *passim*.

³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 17/08/1962 e em 12/09/1962.

percepção da Guerra Fria, de ausência de guerra real e existência apenas de uma guerra “imaginária”⁴, ficava confirmado que a melhor escolha para o Brasil seria a neutralidade, a equidistância entre os dois polos de poder:

*(...) a ingenuidade [da noção de rivalidade entre URSS e Estados Unidos] está no seguinte: V. Exa. acredita nessa luta entre os EUA e a Rússia. Não existe nenhuma luta. Esses dois grandes países se entendem. Compreendem-se. Fazem as melhores transações subterrâneas de superfície, as melhores possíveis. Não haverá terceira guerra. Estão pondo medo nos meninos, que são as pequenas nações. Os grandes capitalistas internacionais, donos das grandes fábricas de armas e munições querem é vender armas. V. Exa. acredita numa guerra entre Rússia e EUA. Isso nunca se dará. Isso é campanha de jornais. Eles agitam-se, agitam-se, mas na hora, um ou outro recua, porque se entendem muito bem. Façamos nós a defesa de nossa pátria, vivendo equidistantes. (...) não tenho essa ingenuidade de acreditar que o bloco A ou o bloco B está defendendo a civilização cristã, a liberdade etc. Eles se entendem muito bem. Nós somos ingênuos. (...) A Rússia e os EUA não são inimigos. Não. Fingem ser inimigos, mas entendem-se muito bem. Existem as melhores relações diplomáticas, comerciais, científicas entre essas duas nações. (...) Cada potência daquelas domina e explora, a seu bel-prazer, um grupo de nações.*⁵

Essa percepção de parte dos antiamericanos no Parlamento de que a Guerra Fria não se tratava de um embate tão sério e crítico para a sobrevivência de cada uma das duas superpotências parecia ser dividida com o próprio governo Goulart e o então primeiro-ministro e, cumulativamente, chanceler Hermes Lima. Na opinião do embaixador Lincoln Gordon, por exemplo, Hermes era “ingênuo e (...) ignorante quanto à realidade da Guerra Fria”. Da parte de Jango, como se percebe na discussão acerca da crise dos mísseis tratada abaixo, a prioridade continuava sendo buscar espaços para o desenvolvimento econômico do Brasil com uma postura autônoma e antiamericana, mesmo em situações de extrema sensibilidade para o embate estratégico EUA-URSS.

Mesmo o chanceler San Tiago Dantas entendia que o mundo não estava às vésperas de uma guerra real. Para ele, a concepção da Guerra Fria como simples ponto de passagem e transição para uma etapa de choque militar e guerra real não correspondia à realidade, visto que o balanço de poder entre as duas superpotências permanecia equivalente, o que desincentivava ações beligerantes de uma parte contra outra, somado ao temor de destruição

⁴ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 21/03/1962.

⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 23/02/1962 e em 12/11/1962.

total que as armas nucleares traziam para o contexto da guerra (“destruição mútua assegurada”, ou MAD). A Guerra Fria representava, de outro modo, um estado permanente de competição e “o que se pretende, o que se objetiva é, nos termos de uma competição entre o comunismo e a democracia, obter vitórias diplomáticas, realizar um trabalho de recíproca influência e alcançar, através desse processo constante, predominância política”.⁶ Para parte da historiografia, de forma semelhante, “a Guerra Fria foi uma invenção estrangeira que reprimiu os interesses do povo latino-americano”⁷ ou, mais especificamente, uma invenção dos Estados Unidos.⁸

Esse, provavelmente, foi o principal erro de percepção e, portanto, de ação dos antiamericanos no Brasil, qual seja, desconsiderar que naquela primeira metade da década de 1960 a disputa em relação à Guerra Fria configurava tema supersensível para os Estados Unidos. Mas isso preocupava não apenas o governo norte-americano, como também influente e importante setor do Congresso Nacional, os americanistas. Com a evolução dos fatos, tendo como pano de fundo esse cenário, a situação política interna no Brasil refletiria mais e mais o embate ideológico da estrutura internacional.

As disputas ideológicas deixavam pouca margem a ponderações moderadas, em um cenário que apontava cada vez mais para os radicalismos. As reações do Parlamento brasileiro às posições adotadas pela chancelaria na Conferência de Punta del Este e na Conferência do Desarmamento em Genebra, somadas aos acontecimentos que envolveram a crise dos mísseis de Cuba, ajudam a entender as conexões e os arranjos em torno do americanismo, do antiamericanismo e da Guerra Fria. A partir de temas de evidência internacional, os debates passaram a concentrar a atenção na postura do governo João Goulart e o crescente risco de comunização do Brasil, durante a fase de retomada do sistema presidencialista.

1. A questão cubana: Punta del Este e o combate à interferência soviética no continente americano

A disputa mais ampla observada entre comunismo e capitalismo, União Soviética e Estados Unidos, alcançou a forma mais concreta na América Latina pela questão de Cuba,

⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, em 07/02/1962.

⁷ CERVO, Amado Luiz. Latin America and the Cold War. **Via Mundi**. Brasília, n.º 2, outubro/dezembro 2000.

⁸ VIZENTINI, 2004, p. 20.

notadamente no período dos governos Jânio e Goulart. Os Estados Unidos não admitiam quaisquer avanços dos ideais comunistas para os demais países do continente pelo exemplo cubano. Cuba, assim, estava no centro da Guerra Fria. Nesse sentido, durante a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores Americanos em Punta del Este, entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, o tema central, proposto pelos Estados Unidos, tratou da expulsão de Cuba da OEA. Pela primeira vez, era colocado de modo mais claro para o sistema interamericano um problema da Guerra Fria e que possivelmente consistiu num dos maiores testes da PEI.⁹

O Brasil, na ocasião, não foi favorável à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, o que foi muito criticado no Congresso Nacional, apesar de estar de acordo com as linhas tradicionais da diplomacia brasileira de defesa dos princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção e ter sido antecipado junto ao conselho de ministros, formado por membros do Parlamento. Antes mesmo de Punta del Este o Itamaraty, em acordo com o conselho de ministros, demonstrava a necessidade de continuar sendo “defensor infatigável” desses princípios em todas as circunstâncias e momentos em que eles deveriam ser aplicados, talvez menos por Cuba em si e mais como uma garantia concreta para o Brasil em qualquer eventualidade futura. Ainda como deputado federal, San Tiago Dantas já defendia que não se justificava o afastamento de Cuba da OEA, nem a aplicação de sanções militares ou econômicas para conduzir o povo cubano coercitivamente ao regime democrático.¹⁰

Com isso, o debate entre americanistas e antiamericanos voltou ao centro do foco no Parlamento. Para os americanistas, a Reunião não poderia converter-se em tribunal para julgamento de regimes porque não se tratava, em verdade, de julgar o regime de Fidel Castro,

⁹ FRANCHINI NETO, 2005, pp. 4, 17. BARBOSA, 2000, p. 180. BANDEIRA, 2007, p. 577. BANDEIRA, 1999, p. 71. CERVO; BUENO, 2002, p. 340. CERVO, 1994, p. 163. Os grandes resultados. **Jornal do Brasil**, 31/01/1962. Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, em 07/02/1962. Desde ao menos maio de 1961, os Estados Unidos acalentavam a ideia de convocar uma reunião extraordinária de consulta dos ministros do exterior dos países do continente para examinar o caso de Cuba, quando o presidente Kennedy enviou uma mensagem ao presidente da Colômbia, Lleras Camargo, sugerindo que ele fizesse o pedido. In: EUA sugerem à Colômbia reunião contra Cuba. **Jornal do Brasil**, 03/05/1961. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Salvador Lossaco (PTB-SP), em 28/05/1962.

¹⁰ San Tiago: EUA são culpados por Fidel e devem negociar. **Jornal do Brasil**, 16/05/1961. Brasil sustenta não intervenção em Cuba e Berlim. **Jornal do Brasil**, 15/09/1961. CERVO; BUENO, 2002, p. 337. VIZENTINI, 1994, p. 29. FRANCO, 2007, pp. 162, 295. Nesse sentido, San Tiago Dantas defendia que “a defesa do direito, no mundo em que vivemos, para as nações militarmente fracas (...) é a intangibilidade dos princípios e da norma jurídica. Ai do Estado responsável que compareça a uma reunião internacional para homologar, com seu voto, uma ressurreição da política de poder!”. In: Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, em 07/02/1962.

uma vez que esse se definia em si próprio ao inscrever-se entre os que pregavam a revolução comunista mundial para entregar as nações todas ao jugo soviético.¹¹ Para os antiamericanos, San Tiago Dantas defendeu uma política de governo, notadamente a que mais correspondia aos interesses do Brasil, e não apenas uma visão pessoal. Ao reverso do que os americanistas apontavam, não visava agradar aos comunistas brasileiros, mas correspondia a uma luta histórica de toda a América Latina em defesa dos princípios da autodeterminação e de não-intervenção.¹²

Apesar da posição contrária do Brasil (juntamente com Argentina, México, Chile, Bolívia e Equador), se abstendo na votação, a resolução que propunha a expulsão de Cuba da OEA foi aprovada por quatorze votos. O presidente argentino Arturo Frondizi declarou, em 3 de fevereiro, que “as delegações [desses] seis Estados fundamentaram sua abstenção (...) no direito internacional, que resolve questões vinculadas à soberania dos Estados e só admite interpretações restritivas”¹³. Pouco depois, e em razão da posição tomada em Punta del Este, um golpe militar depôs o presidente argentino de seu cargo. As fortes reações domésticas em cada país por aquilo que foi discutido no balneário uruguaio atingiram também o Brasil.

Para a opinião pública e o congresso norte-americanos, a expulsão não garantiu uma vitória clara dos Estados Unidos em um assunto sobremaneira crítico e identificado como estratégico na sua disputa com a União Soviética e, pior, na sua mais próxima esfera de influência. Alertava, ao contrário, para as vulnerabilidades das Américas frente à influência soviética. Os Estados Unidos esperavam obter uma votação final de 16 ou mais países, sofrendo, então, uma grande desilusão por não terem conseguido, após dez dias de esforços e pressões de todos os meios, fazer com que as nações latino-americanas assumissem uma posição unânime em face do regime de Castro. O golpe recebido pelos Estados Unidos pareceu ainda mais sério se considerado que a obstrução foi encaminhada pelas duas maiores e mais influentes nações da América Latina, o Brasil e o México. Os delegados norte-americanos pareceram surpresos diante da firmeza do “grupo da resistência”, dirigido pelo Brasil. Para Washington, San Tiago foi o ministro do exterior que tomou uma posição mais pró-Castro quando comparado a qualquer outro chefe de delegação.¹⁴ Os americanistas no

¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 07/02/1962.

¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 13/02/1962. CERVO; BUENO, 2002, p. 335.

¹³ Apud VIZENTINI, 2004, p. 187.

¹⁴ Aumentam as perspectivas de cisão na Conferência dos Ministros americanos. **Jornal do Brasil**, 23/01/1962. 14 votos expulsam Cuba da OEA e Washington Post destaca pressões de dentro e fora sobre delegação dos EUA.

Congresso, por sua vez, contestavam a afirmação de que o Brasil saiu vitorioso da Reunião, apesar de, em grande parte, concordarem com a posição favorável à resolução sobre a incompatibilidade do comunismo com o sistema interamericano, à expulsão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (JID) e com a prevenção quanto à necessidade de uma intervenção armada em território cubano.¹⁵

A diplomacia Goulart-Tancredo-Dantas, mais uma vez coerente com as posições defendidas em outras ocasiões, votou a favor, na mesma conferência, de uma declaração condenando a adesão do regime de Fidel Castro ao marxismo-leninismo, por ser o comunismo incompatível com o sistema interamericano e com os princípios da democracia representativa, previstos no art. 5º da Carta de Bogotá. O antiamericanismo da PEI, afinal, limitava-se a transitar entre os princípios da autodeterminação dos povos e da não-ingêrência, independência e autonomia dos países em relação aos Estados Unidos em assuntos de economia, comércio e política. De outra parte, em temas estratégicos, relacionados à Guerra Fria, antiamericanismo e nacionalismo institucionalizados no governo, e também no Congresso Nacional, de tendências moderadas em sua maioria, procuravam manter intacta a adesão à esfera de influência dos Estados Unidos, contrária, portanto, ao comunismo e à União Soviética. Punta del Este simbolizou, portanto, mais uma demonstração de que o Brasil se guiava pelo antiamericanismo moderado, mas irremediavelmente anticomunista. Grosso modo, a bancada antiamericana aplaudiu a atitude autônoma do governo em relação aos Estados Unidos¹⁶ que, ao mesmo tempo, condenou o regime de Fidel:

*A linha adotada por San Tiago Dantas em Punta del Este, de independência, foi a melhor possível – perfeitamente consentânea com os princípios de povo cristão.*¹⁷

Pouco depois das conclusões da Reunião e dos inícios dos trabalhos legislativos, San Tiago Dantas compareceu à Câmara dos Deputados para prestar contas da atuação do Brasil,

Jornal do Brasil, 31/01/1962. BANDEIRA, 2007, p. 577. BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização**: presença dos EUA no Brasil. São Paulo: Ed. SENAC SP, 1998. p. 338. Os países que votaram com os Estados Unidos pela expulsão de Cuba da OEA foram: Guatemala, Uruguai, El Salvador, República Dominicana, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Costa Rica, Honduras, Panamá, Peru, Paraguai e Haiti. CIA, Current Intelligence Weekly, “Brazil’s six months under Goulart”, 23 de março de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Abel Rafael (PRP-MG) e Herbert Levy (UDN-SP), em 07/02/1962.

¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), em 13/02/1962.

¹⁷ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 26/04/1962.

como era de praxe em um sistema parlamentarista.¹⁸ De acordo com ele, a posição do Brasil não poderia ser considerada uma surpresa para nenhum país. Com os Estados Unidos, a chancelaria brasileira vinha desde pouco depois da posse do novo governo, em novembro de 1961, estabelecido conversações longas e minuciosas sobre o tema. Como se não bastasse, Dantas ressaltou o caráter anticomunista da posição brasileira durante Punta del Este, lembrando que o Brasil, juntamente com as vinte “nações democráticas do hemisfério”, aprovou a resolução cujo título foi “ofensiva do comunismo na América Latina” e que continha a enunciação de uma posição de luta perante a ação subversiva do comunismo internacional (leia-se soviética e cubana). Além disso, San Tiago procurou deixar claro aos deputados que o principal tema em discussão na Reunião não se limitava a Cuba, mas principalmente à obediência ao princípio da não-intervenção, a “pedra angular sobre que se levanta a nossa comunidade de nações livres”. A posição brasileira se fundamentava, também, em bases jurídicas, pois a Carta da OEA não previa mecanismo através do qual se eliminaria um Estado membro, compulsoriamente. Pior, não poderia uma reunião de consulta redefinir critérios antes estabelecidos em uma conferência interamericana, o mais alto poder constituinte dentro do sistema. De outro modo, seria necessária uma reforma do pacto constitutivo da OEA, enfim um novo tratado, para, em observância ao direito internacional, se discutir sobre a expulsão de um estado-membro. A posição do Brasil na Reunião de Punta del Este serviu para reafirmar suas linhas nacionalista, independente e, apesar de não declarada, antiamericana.

No Congresso Nacional, para os americanistas, Punta del Este representou um erro abissal de nossa diplomacia, uma derrota humilhante sofrida pelo Brasil, sendo a exposição de San Tiago duramente criticada não apenas durante sua presença na Câmara dos Deputados no início de fevereiro de 1962, que foi bastante tumultuada, mas ao longo de todo o período em que esteve à frente do Itamaraty.¹⁹ Para alguns, a própria linguagem do Itamaraty na Reunião de Consulta, e repetida por Dantas diante do plenário da Câmara dos Deputados, possuía certo viés comunista, em que o termo “reacionário” seria dado como sendo do inimigo, e o “progressista”, que o comunista admitiria apenas para aquele que aderisse às suas teses. San

¹⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, em 07/02/1962. Dois dias antes, em 5 de fevereiro, o chanceler havia explicado, em cadeia de televisão, a posição do Brasil em Punta del Este.

¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Padre Vidigal (PSD-MG), em 07/02/1962, e Mendes de Moraes (PTN-GB), em 24/04/1962. Na Argentina, a reação foi mais forte ainda ao posicionamento do governo na Reunião de Punta del Este contrário à expulsão de Cuba, em que os ministros militares exigiram uma reformulação da política do presidente nesse tocante. Cf. BANDEIRA, 2010, pp. 332 et seq.

Tiago era chamado mais uma vez pelo epíteto de “San Tiago de Cuba” e representante dos *cubanófilos* e dos comunistas brasileiros.²⁰

Nesse sentido, ainda que o representante do Itamaraty repetisse a postura do governo contrária ao comunismo em diversas ocasiões, a oposição à PEI não se convencia totalmente quanto às suas reais intenções. Para ela, a defesa da profissão de fé anticomunista de San Tiago não fazia sentido na medida em que o Brasil se opusera à exclusão de Cuba da OEA, satélite de Moscou. Apenas essa postura poderia provar suas reais intenções. Do contrário, o chanceler brasileiro “ataca o comunismo e age de forma a defendê-lo”²¹ “para que Cuba cresça em força como cidadela do comunismo internacional dentro da América”²². Conseqüentemente, a tentativa do Itamaraty de minimizar controvérsias domésticas ao ter votado pela suspensão de Cuba da JID e a favor da resolução anticomunista (procurando agradar aos americanistas) e, ao mesmo tempo, se abster da expulsão da OEA (para satisfazer às reivindicações dos antiamericanos)²³ não surtiu o efeito desejado.

Em relação à impossibilidade jurídica de expulsão de Cuba da OEA durante a reunião, tese levantada pela representação brasileira, a bancada americanista questionou o fato de que, aquele Estado que perdeu a condição de pertencer a uma sociedade, logicamente estaria excluído. Ademais, se não fosse da competência da consulta de chanceleres, poderia a representação brasileira ter recomendado uma conferência posterior, com maiores poderes, para expulsar uma “nação hoje satélite da Rússia e que faz apenas agitação no continente americano”.²⁴ Como se não bastasse, “o *juridicismo* de San Tiago” não levou em conta fatos pretéritos da própria OEA, que criou a Junta Interamericana de Defesa pelo mesmo mecanismo de consulta de chanceleres e que havia decidido antes pelo rompimento coletivo das relações diplomáticas com a República Dominicana.²⁵

A linguagem de convivência pacífica não poderia ser tolerada, de acordo com o deputado Abel Rafael, sob o risco de um país como o Brasil capitular diante do comunismo e da política cubana de fomento a ações subversivas no Recife, no Goiás e em outras partes do

²⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Abel Rafael (PRP-MG) e Padre Vidigal (PSD-MG), em 07/02/1962, e Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 21/05/1962.

²¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 13/02/1962.

²² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

²³ FRANCHINI NETO, 2005, p. 20.

²⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 07/02/1962.

²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

território nacional.²⁶ Ao lado disso, os americanistas defendiam que a maioria do povo brasileiro, democrata e cristão, ao contrário do que San Tiago havia apontado, não estava de acordo com a “política de cobertura moral de Cuba”²⁷, sendo que

*o povo brasileiro não é essa meia dúzia de energúmenos que furiosamente quer destruir a nossa democracia atrelando a nação brasileira ao carro de triunfo do comunismo ateu, assassino de todas as liberdades (...) em Punta del Este prevaleceu a vontade não do povo brasileiro, mas apenas de San Tiago Dantas.*²⁸

O distanciamento das posições dos Estados Unidos vinha sendo encarado como o outro lado da moeda do processo de submissão do Brasil ao império soviético. Nesse sentido, o nacionalismo da política externa brasileira reduziu-se, para os americanistas, ao “repúdio e ao ódio aos Estados Unidos da América do Norte”, ao “rompimento de nossas tradicionais relações de amizade com aquela poderosa nação do continente” e “apoio à tirania sanguinária de Fidel Castro” pelo critério da não-intervenção para justificar o “império da tirania”.²⁹

Os antiamericanos contraditavam afirmando que somente com a auscultação da opinião pública poder-se-ia saber qual a orientação exata do povo. Desse modo, não era possível afirmar se o povo brasileiro estava a favor ou contra a posição adotada em Punta del Este pelo governo. Mesmo assim defendiam que a PEI representava um avanço na defesa dos interesses nacionais, com maior autonomia e independência quando comparada às posições anteriores da diplomacia de “votar sempre com os Estados Unidos”.³⁰ Isso não significava “votar com a representação russa”³¹, como acusavam os americanistas, mas “votar com os interesses do Brasil”.

O deputado Arruda Câmara procurou sintetizar a visão americanista sobre a posição da diplomacia brasileira durante a Reunião em Punta del Este:

*[a delegação do Itamaraty] não interpretou o pensamento do povo brasileiro, nem do Congresso, como não o vêm interpretando o governo atual e o governo passado nesta política exterior, sinuosa e nociva de mãos estendidas à Rússia e seus satélites.*³²

²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 07/02/1962.

²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 13/02/1962.

²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

²⁹ Discursos Senado Federal. Senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), em 19/03/1962.

³⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 13/02/1962.

³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

³² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 07/02/1962.

O significado da Reunião foi profundo e de longa duração no debate entre pró e antiamericanos. A posição do Brasil, contrária à expulsão de Cuba da OEA, foi veementemente rechaçada pelos americanistas, apesar de o governo ter antecipado e reafirmado em diversas ocasiões que manteria uma atitude de defesa intransigente dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos no tratamento da questão cubana.³³ Isso porque, na opinião deles, não havia qualquer proposta de invasão do território cubano que justificasse a utilização desses princípios. Houve, ao reverso, posição de que o regime comunista era incompatível com “fundamentos democráticos e cristãos” do continente americano.³⁴ Além disso, não se podia falar em autodeterminação de um povo que era impedido de eleger seus candidatos, submetido à tirania e ao domínio de uma potência estrangeira.³⁵ Essa era, em poucas linhas, a tese levada à Reunião de Consulta por Dean Rusk, representante dos Estados Unidos, e repisada várias vezes pelos parlamentares americanistas.

Para os americanistas, preocupavam os efeitos da Guerra Fria. O mais natural para um país como o Brasil, ligado invariavelmente a um dos dois polos possíveis de poder, era apoiar os Estados Unidos em Punta del Este.³⁶ Othon Mader, da UDN do Paraná, fez severa censura à insistência na tese de que a Carta dos Estados Americanos não permitia a expulsão de Cuba. O assunto havia sido retomado, três meses após a Reunião de Punta del Este, por ocasião da visita de João Goulart aos Estados Unidos, em abril de 1962. O curioso é que Goulart era poupado de críticas mais contundentes, ainda que defendesse abertamente a posição brasileira, restando ao chanceler San Tiago Dantas a maior parte da culpa pelo ocorrido, por serem ele e o primeiro-ministro os responsáveis pela conduta da política externa, de acordo com o novo regime parlamentarista.³⁷ Dantas havia defendido em Punta del Este uma posição absolutamente falsa e que não traduzia o pensamento da maioria do povo brasileiro, segundo os americanistas. Para Mader, afinal, “os discursos nestes pontos são

³³ FRANCO, 2007, p. 174.

³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962, e Arruda Câmara (PDC-PE), em 07/02/1962. Discursos Senado Federal. Senadores Afrânio Lages (UDN-AL) e Padre Calazans (UDN-SP), em 12/04/1962.

³⁵ Discursos Senado Federal. Senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), em 05/07/1962.

³⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Alde Sampaio (UDN-PE), em 07/02/1962.

³⁷ San Tiago, graças a Punta del Este, recebeu o apelido pejorativo de “San Tiago de Cuba”. Cf. HERSHBERG, 2004, p. 10. Em outras ocasiões em que a política externa recebeu críticas contundentes por parte dos americanistas, o presidente João Goulart também foi poupado de qualquer tipo de crítica, graças ao sistema parlamentarista em vigor, como no caso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 24/11/1961. Discursos Senado Federal. Senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), em 05/07/1962.

sempre inspirados pelo MRE, havendo uma intromissão indevida e infeliz do ministro das relações exteriores no belo discurso do chefe da nação brasileira”:

(...) o que vimos foi o nosso ministro das relações exteriores, Sr. San Tiago Dantas, aproveitar o ensejo [da visita de Goulart aos Estados Unidos] para dar mais uma alfinetada nos americanos, como a demonstrar nossa inconformação com a derrota que sofremos em Punta del Este. Se fossemos verdadeiramente democratas, isto é, se o Sr. San Tiago Dantas fosse verdadeiramente democrata, saberia que as decisões ultrapassadas, os atos passados em votação não devem mais ser comentados. Assim o ensina a democracia. Entretanto, S. Exa. não perde oportunidade de manter aquele seu ponto de vista, sobretudo quando estamos na melhor harmonia com os Estados Unidos, dele auferindo vantagens, embaçando o brilho das manifestações e dos festejos durante a visita de nosso presidente da República.³⁸

De acordo com os americanistas, Punta del Este havia enfraquecido a OEA, com a contribuição determinante do Brasil. O melhor seria, nessa linha, apoiar a proposta norte-americana e extirpar qualquer influência maléfica comunista e, portanto, estranha ao continente americano. Na mesma linha, Washington considerava a Cuba comunista intolerável, por representar uma séria ameaça a seus interesses frente à União Soviética. Por esse motivo, a defesa de Cuba em Punta del Este implicou distanciamento das posições norte-americanas, apesar do benefício imediato para o reforço das teses antiamericanas do governo Goulart e amplamente apoiadas pelo respectivo grupo no Congresso Nacional.³⁹

Em defesa do chanceler San Tiago Dantas e da posição por ele adotada, o deputado Almino Afonso, então líder do PTB, respondendo à crítica lançada por Othon Mader, afirmava não ter sido quebra de ética ou atentatório aos interesses do Brasil o posicionamento fundamentado nos princípios da autodeterminação dos povos e de não-intervenção para contrariar a proposta norte-americana. O gesto, para o grupo de apoio à política externa brasileira adotada pelo governo Goulart, correspondeu à tradição de independência do País, de altivez, lembrando mais uma vez que San Tiago Dantas havia assinado a declaração anticomunista.⁴⁰ Fiel aos princípios antiamericanos gestados no nacionalismo, Almino Afonso cria que o relacionamento estreito entre Brasil e Estados Unidos não excluía o sentido de independência brasileira:

³⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 06/04/1962.

³⁹ HERSHBERG, 2004, p. 62.

⁴⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 13/02/1962.

*Uma coisa é harmonia, outra é subserviência: uma coisa é cordialidade, outra é seguir batendo palmas a uma política que eventualmente não corresponda à nossa. (...) a cordialidade não exclui a independência da nossa política exterior.*⁴¹

Pelo seu posicionamento, Almino vinha sendo rotulado por americanistas como “representante da corrente marxista desta Casa”.⁴² A questão cubana, portanto, incitava uma discussão explosiva entre antiamericanos e americanistas. Trazia, de outro modo, a Guerra Fria para dentro do Congresso Nacional.

Nesse sentido, o embaixador de Cuba no Brasil, Hernandez Armas, havia sido acusado pelo ministro da marinha, Almirante Ângelo Nolasco, de incitar a infiltração comunista no país, em 1962, pouco depois da reunião de Punta del Este. A denúncia fazia referência a contatos entre o embaixador e “grupos de agitadores” com o fim de promover a propaganda comunista e obter a simpatia de lavradores brasileiros, atuando como um “foco de subversão”.⁴³ A acusação estava em sintonia com as conclusões da CIA: sem exceção as embaixadas cubanas haviam se tornado centros de propaganda e se esforçavam em cultivar grupos locais receptivos. No Brasil, prestava assistência ao PCB, liga dos camponeses e PCdoB.⁴⁴ A questão cubana, assim, ganhava mais um capítulo na discussão legislativa:

(...) toda a população brasileira, todos os homens que se preocupam com o destino do país e o próprio governo têm conhecimento disso. É lamentável, profundamente lamentável, que o governo não tome uma providência enérgica, uma providência severa contra a embaixada de Cuba no Brasil, cujo titular nada mais é do que um lacaios de Moscou, procurando incutir na mentalidade de nosso povo aquela desgraça que lá está, em Cuba. Temos, na embaixada de Cuba no Brasil, um foco de comunismo, contra o qual o governo precisa tomar providências enérgicas. É lamentável que o Itamaraty, o primeiro-ministro e o

⁴¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 06/04/1962. Almino Afonso era importante representante da esquerda radical e havia sido nomeado ministro do trabalho do governo de João Goulart em 1963. De acordo com Skidmore, era conhecido por tolerar os esquerdistas radicais e a infiltração comunista no movimento sindical. Apesar dessa descrição, não adotava no Congresso posições radicalmente antiamericanas. Cf. SKIDMORE, 1982, passim. Para a embaixada dos Estados Unidos, Almino era descrito como possível membro do partido comunista e que havia recebido grandes somas de contribuições para a sua campanha política de governos da Cortina de Ferro. In: CIA, Central Intelligence Bulletin, 07 de maio de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 21/05/1962.

⁴³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

⁴⁴ CIA, Special National Intelligence Estimate, “Castro’s subversive capabilities in Latin America”, 09 de novembro de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 23 de julho de 1963. CIA, Cuban Subversion in Latin America since February 1963, 25 de julho de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

*presidente da República não tomem medidas imediatas para expulsão quem aqui vem para fazer intranquilidade e provocar convulsão social.*⁴⁵

O ministro da marinha havia solicitado também providências contra as supostas atividades subversivas da embaixada, acusada de ter se transformado em “célula *cubanizadora* do Brasil”.⁴⁶ Mais tarde, o conselho de ministros havia comunicado que não recebera qualquer denúncia a respeito de atividades do embaixador cubano. As suspeitas e as acusações por parte dos anticomunistas continuavam. Portanto, o Parlamento brasileiro, por meio da bancada americanista, havia sido *convocado* a compor a luta contra o surgimento de um regime comunista no Brasil, pela influência cubana, que possuía representantes tanto internos como estrangeiros. O conceito de guerra antissubversiva foi, então, antecipado pelas disputas entre diferentes grupos de parlamentares no Congresso Nacional.⁴⁷ Para o chanceler San Tiago Dantas, o tema de eventuais infiltrações comunistas pelo governo cubano deveria ser tratado pela pasta responsável pelos problemas de ordem interna do País, não configurando, portanto, em pontos de política internacional. Os antiamericanos acrescentavam que não havia todo esse perigo de o comunismo avançar no Brasil pela via cubana.⁴⁸ A bancada americanista protestava contra esse entendimento, percebendo aí uma causa de ordem muito mais internacional do que doméstica e a conivência e letargia do governo com a ação comunista internacional em território brasileiro, da mesma forma como ocorria com a embaixada soviética. As acusações de infiltração comunista e da existência de focos de subversão movimentaram todo o período da presidência de Goulart de forma progressiva e insistente.⁴⁹

Diante da notícia de que tropas norte-americanas estavam se preparando para uma invasão militar de Cuba, em setembro de 1962, parlamentares antiamericanos formularam um apelo para que o governo brasileiro protestasse contra a ação.⁵⁰ O general Mark Clark, do exército dos Estados Unidos, em visita ao Brasil, havia pressionado o governo Goulart para que apoiasse a invasão, segundo denunciaram alguns parlamentares. O Planalto, ao reverso,

⁴⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 22/05/1962.

⁴⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 22/05/1962.

⁴⁷ BANDEIRA, 2010, p. 321.

⁴⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Campos Vergal (PSD-SP), em 16/02/1962.

⁴⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas e deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 07/02/1962; deputados Hamilton Nogueira (UDN-DF), em 06/06/1962; Anísio Rocha (PSD-GO), em 13/06/1962; Wilmar Guimarães (UDN-GO), em 18/06/1962; Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 13/09/1962; Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 13/11/1962, João Mendes (UDN-BA), em 27/11/1962; Hebert Levy (UDN-SP), em 30/11/1962; Arruda Câmara (PDC-PE), em 16/02/1962; Othon Mader (UDN-PR), em 13/06/1962.

⁵⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 12/09/1962.

insistia, para satisfação da ala antiamericana, na tese do respeito da soberania e da autodeterminação dos povos para o tratamento da questão cubana. Um manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista realçava a dramaticidade daquele momento de crise:

(...) Qualquer agressão contra Cuba, que os Estados Unidos promovam ou patrocinem, implicará o rompimento de todos os acordos continentais, e o Brasil não poderá continuar mantendo relações com uma nação que ameaça a sua e a soberania de todas as nações latino-americanas. Será um ato de guerra contra os povos da América Latina, a que não poderemos ficar indiferentes.⁵¹

A disputa diplomática e militar entre Estados Unidos e Cuba parecia, aos olhos dos antiamericanos, um capítulo típico de espoliação, dominação e injustiça da cena internacional e, mais especificamente, de toda a América Latina. De um lado, “um forte, industrial, um colosso; o outro, tão pobre, tão espoliado e tão miserável, tão atrasado”⁵². Mesmo assim, para o antiamericanismo, o “gigante do norte” não desistiria do seu projeto de dominação e espoliação, num embate tão desigual como injusto.

Do lado oposto, o exemplo de Cuba deveria ser contido. Durante a primeira metade da década de 1960, diversas eram as manifestações da opinião pública, de autoridades norte-americanas e de americanistas brasileiros no sentido de que crescia, com o passar do tempo, o risco de se alastrar regimes alinhados com a URSS. Nesse contexto, o Brasil representava uma das principais peças no cenário estratégico dos Estados Unidos na América Latina. A partir desse ponto de vista, a América inteira estava ameaçada com o domínio comunista em Cuba, “no coração do continente”, constituindo-se, portanto, em um “perigo real” para o Brasil.⁵³

Em matéria de promessa de desenvolvimento econômico, o modelo cubano rivalizava com o proposto pelos Estados Unidos aos países latino-americanos por meio da Aliança para o Progresso. Enquanto o governo norte-americano acenava com uma perspectiva de renda per capita anual da ordem de 600 dólares para todos os países da região em 1980, ou seja, dentro de 18 anos, Che Guevara afirmava que Cuba, graças ao seu modelo livre das

⁵¹ Manifesto de 12 de setembro de 1962 da Frente Parlamentar Nacionalista, assinado pelos deputados Celso Brant, José Joffily, Andrade Lima Filho, Neiva Moreira, Fernando Santana, Clidenor Lamarline Távora, Jacok Frantz, Campos Vergal, Louro Leão, Gabriel Gonçalves, Waldir Simões, Salvador Losacco, Sergio Magalhães, Lício Hauer, Barbosa Lima Sobrinho e Bento Gonçalves.

⁵² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 23/10/1962.

⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Arruda Câmara (PDC-PE) e Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962

amarras norte-americanas, alcançaria uma renda per capita cinco vezes maior. No espectro oposto, os americanistas lembravam as razões da criação do muro de Berlim:

*(...) Se o regime soviético é tão bom, tão doce, tão suave – “um verdadeiro paraíso” – por que o muro da vergonha na Alemanha? Por que não se deixa sequer a liberdade de sair aos que querem retirar-se?*⁵⁴

O governo brasileiro não abria mão de abordar a questão cubana com os Estados Unidos com base nos princípios da autodeterminação e da não-intervenção, mesmo passadas as discussões de Punta del Este. No entanto, um ponto que ficou desconhecido dos debates no Congresso Nacional era a postura da diplomacia brasileira não apenas de resistência quanto a ações que fossem consideradas descomedidas dos Estados Unidos sobre Cuba, mas também propositiva no sentido de incentivar o restabelecimento das relações entre os dois países. A proposta, por exemplo, foi abordada pelo chanceler San Tiago Dantas durante visita a Washington em abril de 1962, que havia sido feita juntamente com o presidente Jango. Dantas, em um encontro com o secretário de estado Dean Rusk, lembrou que o Brasil gozava de boa situação junto ao governo cubano e poderia ajudar a incentivar Havana a retornar à esfera de influência dos Estados Unidos. O chanceler brasileiro enfatizou, ao mesmo tempo, que não havia possibilidade de se retornar ao *status quo* anterior à revolução de 1959; o mais provável seria criar condições para um novo governo nacionalista e não-alinhado, mas fora da órbita soviética. Para os Estados Unidos, dois pontos configuravam inegociáveis: suspensão da ligação direta entre Cuba e União Soviética em termos estratégicos e encerramento de quaisquer ações subversivas no hemisfério ocidental.⁵⁵ As negociações, contudo, não avançaram, mas demonstram a intenção da diplomacia Dantas-Jango de que a defesa de Cuba não incluía seu regime e muito menos sua relação estratégica com a União Soviética. Ao contrário do que era sustentado por americanistas no Congresso Nacional, o governo não cultivava qualquer admiração por Cuba ou intenção de conduzir o Brasil à área de influência soviética.

Com efeito, o governo brasileiro parecia ainda não ter consciência da dimensão do problema para os Estados Unidos e de como eles percebiam que o nacionalismo e o antiamericanismo poderiam evoluir para um sistema comunista subordinado à União Soviética, da mesma forma que ocorrera em Cuba. Por esse motivo, o secretário de estado,

⁵⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 29/10/1962.

⁵⁵ HERSHBERG, 2004, p. 12.

Dean Rusk, procurou enfatizar, mais uma vez, que a administração Kennedy não considerava as mudanças econômicas internas nem mesmo as expropriações de empresas norte-americanas pelo governo de Fidel Castro os temas de maior preocupação quanto a Cuba, mas sim sua ligação a Moscou e o apoio a atividades subversivas em outros países, de caráter comunista. Dito de outro modo, não eram o nacionalismo e o antiamericanismo os pontos prioritários e ultrassensíveis da agenda política internacional dos Estados Unidos. A questão era a Guerra Fria.

2. A Conferência do Desarmamento em Genebra

A diplomacia brasileira, até a PEI, mantinha a tradição de se posicionar ao lado dos Estados Unidos quando se discutia o tema de armas nucleares nas Nações Unidas. Como um leal aliado, buscava acusar a intransigência soviética pelos malogros das negociações, apoiando ao mesmo tempo as determinações norte-americanas de proceder ao desarmamento apenas em situações cuidadosamente controladas.⁵⁶

A Conferência do Desarmamento em Genebra serviu de divisor de águas dessa tendência. Oficialmente conhecida como Conferência do Comitê das Dezoito Nações sobre o Desarmamento, ela inaugurou seus trabalhos em 14 de março de 1962, com a presença do chanceler San Tiago Dantas. Brasil e México participaram da conferência como representantes da América Latina. O senador Afonso Arinos (UDN-GB) assumiu, depois da volta de Dantas ao Brasil, a chefia da delegação brasileira. A tese defendida pelo País durante a Conferência foi substanciada nos riscos da corrida armamentista em contraste com os grandes benefícios perdidos pela recusa dos poderosos a se desarmarem. No decurso das conversações, os Estados Unidos procederam à nova série de testes nucleares, e a União Soviética declarou-se preparada para, em consequência, recomeçar a sua. No Congresso, praticamente todos os grupos políticos ressentiram do não comparecimento prévio do chanceler Dantas à Câmara dos Deputados para prestar informações sobre essa importante conferência, o que em tese deveria ter sido efetuado sendo o regime parlamentarista.⁵⁷

⁵⁶ STORRS, 1973, p. 293.

⁵⁷ ARINOS FILHO, 2001, pp. 297, 348. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 29/03/1962.

O Brasil adotou uma “posição de equidistância” no conflito Leste-Oeste na Conferência, apesar de reafirmar que era integrado política e culturalmente ao ocidente. Nela, o senador Arinos apresentou declaração contra as explosões atômicas, juntamente com o grupo dos países “não-alinhados” (para os efeitos apenas da conferência – Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia). Além disso, o Brasil propôs o trinômio desarmamento, inspeção (por uma comissão internacional idônea) e reconversão econômica (isto é, a realocação desses colossais recursos econômicos gastos em armamentos em investimentos nos países subdesenvolvidos, a partir de um fundo internacional). Sobre a desnuclearização de certas áreas do mundo, a delegação brasileira opinou que as nações que não dominavam a tecnologia atômica, sem decisões nesse campo, deveriam ficar imunes aos riscos de natureza nuclear.⁵⁸

Essa posição da chancelaria brasileira coadunava-se com os princípios da PEI de que o País deveria adotar atitude de independência nos órgãos multilaterais, no sentido de não secundar as posições de Washington quando conflitantes com os interesses primeiros da nação. Do mesmo modo que em outras ocasiões, essa postura era justificada com a reiteração da posição ocidental do Brasil. Para os apoiadores da PEI, a atuação da delegação brasileira na Conferência havia sido brilhante, lembrando também que o Brasil, como “celeiro dos materiais necessários à energia atômica [urânio]” detinha autoridade fundamental para participar dessas discussões.⁵⁹ Em resumo, para os antiamericanos, o Brasil estava apenas “procurando falar alto”.⁶⁰ Para os americanistas, vinha “falando alto demais”, contrariando “frontalmente os Estados Unidos”.⁶¹

O senador Venâncio Igrejas (UDN-GB), que vinha ocupando como suplente a cadeira vagada pela ausência de Afonso Arinos, reafirmava a defesa da delegação brasileira em Genebra de que o Brasil não se filiava ao neutralismo em razão dos compromissos sérios do ponto de vista da vinculação com o bloco político a que pertencia, liderado pelos Estados Unidos.⁶² Mas essa posição do Brasil não agradava aos americanistas, que exigiam uma postura mais clara do País diante do conflito entre as duas superpotências:

⁵⁸ CERVO; BUENO, 2002, p. 347. CERVO, 1994, p. 87. VIZENTINI, 2004, p. 142.

⁵⁹ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 21/03/1962.

⁶⁰ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 30/05/1963.

⁶¹ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 30/05/1963.

⁶² Discursos Senado Federal. Senador Venâncio Igrejas (UDN-GB), em 26/04/1962.

*O Brasil deve ser, positiva, franca e rasgadamente, aliado ao mundo ocidental cristão. Deve ser vinculado política e militarmente aos seus amigos da civilização, do ideal, do direito.*⁶³

Em nota, o Itamaraty condenou as explosões nucleares na atmosfera, programadas pelo governo norte-americano, como contrárias aos interesses da paz e da segurança internacional. A posição brasileira, implicitamente, contrariava a posição norte-americana, pois.⁶⁴ Essa era, também, a mesma linha argumentativa dos antiamericanos moderados no Congresso: contra as experiências atômicas que vinham contaminando os ares com precipitações radioativas, seja da União Soviética ou dos Estados Unidos, num desejo de filiar-se aos movimentos pacifistas do mundo e no receio das ainda desconhecidas implicações para a saúde humana. Mas não só os antiamericanos se engajaram no discurso pacifista quanto às explosões atômicas e à corrida armamentista. A Ação Democrática Parlamentar (ADP), congregando grande número de americanistas, exprimiu sua condenação às duas superpotências (e também à França, que vinha empreendendo no Saara), indistintamente, contra o que considerava a continuação criminosa das explosões atômicas. Nesse aspecto, o pacifismo e a prudência quanto aos riscos da radiação causada por essas explosões para a humanidade influenciaram bastante as discussões a ponto de aproximar as visões de americanistas e antiamericanos, em prol da paz mundial.⁶⁵

No entanto, essa não era uma concessão que se observou da parte dos americanistas radicais ou dos anticomunistas radicais. Para eles, a condenação às explosões atômicas se restringiu ao caso soviético, sob a ação insana “dos tiranos que se abrigam sob a Cortina de Ferro, onde comandam os dementes sanguinários *nikitianos* que pretendem comunizar os países livres dos continentes”. A imagem da União Soviética nesse tocante, como de praxe, era apresentada de forma caricatural. Malévola, sinistra, “escavando sepulturas e devorando cadáveres” e aterrorizando o mundo com suas máquinas e armas de guerra, ao estilo da bestialidade e insensibilidade de Calígula e Nero. Do outro lado, os Estados Unidos, que, se

⁶³ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 26/04/1962. No mesmo sentido e na mesma data, o senador Padre Calazans (UDN-SP): “se houver independência de nossa política externa, ela deve se situar dentro da defesa do mundo ocidental e cristão. A esse mundo não podemos escolher para pertencer – realmente a esse pertencemos”.

⁶⁴ VIZENTINI, 2004, p. 195. BANDEIRA, 2007, p. 580.

⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Euzébio Rocha (PDC-SP), em 18/09/1961, Hamilton Nogueira (UDN-DF), em 19/09/1961, Aurélio Vianna (PSB-AL), em 22/09/1961, Hélio Cabral (PSD-BA), em 04/04/1962.

procediam a testes nucleares, era com o objetivo de defender a liberdade e o bem estar da humanidade:

Contudo ainda resta alguma esperança para a humanidade. (...) Ainda existem comunidades dispostas a enfrentar as ameaças, povos que falam pela voz decidida de seus dirigentes, em nome da razão e do direito da sobrevivência da humanidade cristianizada. (...) A oração há pouco proferida pelo presidente Kennedy, dos Estados Unidos da América do Norte, é o novo Sermão da Montanha, levando os homens maus à razão e ao amor pelos seus semelhantes, onde quer que eles estejam. (...) Kennedy (...) apreciando o panorama terrífico em que estamos vivendo entre explosões nucleares que envenenam os espaços, cujas nuvens negras são arrastadas pelos ventos para a dizimação de crianças indefesas, homens desarmados (...) O presidente Kennedy falou em nome do mundo livre (...) este estadista jovem e enérgico, que não tem medo das ameaças, pois nos ensinamentos da doutrina cristã, rebusca os fundamentos eternos que regem os povos livres da terra. (...) Esse discurso é uma resposta viril às detonações covardes das bombas de Khrushchev, que acabarão por destruir toda a sua demência diabólica e o seu desejo vandálico de ter o mundo livre a seus pés.⁶⁶

Afora a questão das explosões nucleares, para os americanistas, fiéis ao apoio estratégico aos Estados Unidos, o Brasil deveria ter seguido suas diretrizes em Genebra. Por esse motivo, viram na posição de San Tiago a fuga “da linha clássica do Itamaraty, para se tornar caudatário da Rússia ou dos comunistas”, interpretando o pensamento dos comunistas brasileiros. A escolha pela equidistância, ou neutralismo, entre as duas superpotências, não se podia explicar diante da luta “do bem contra o mal”, da “liberdade contra a escravidão”, do “erro contra a verdade”.⁶⁷ Na Guerra Fria, os americanistas concordavam com Washington de que era imperioso fazer uma escolha antes que fosse tarde, ao lado dos que protegiam a nossa independência, porque se não houvesse os Estados Unidos, com todo o seu poderio bélico, o Brasil estaria irremediavelmente “nas mãos dos comunistas”:

(...) não podemos, de forma alguma, ignorar que o mundo está dividido em duas correntes (...) o homem está dividido entre esses dois blocos e nós pertencemos a um deles. Pertencemos ao bloco dos homens livres. Não somos pela Rússia ou pelos Estados Unidos. Somos pelo Brasil. Mas, dentro da realidade internacional, o povo que, pela sua concepção de liberdade, pelo seu poderio militar, pela sua vocação histórica de acudir aos seus

⁶⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira da Silva (PSD-AM), em 04/10/1961. Na mesma linha, deputado Mendes de Moraes (PTN-GB), em 27/04/1962.

⁶⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Padre Vidigal (PSD-MG), em 23/05/1962, e Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

*semelhantes, se acha em condições de defender a independência e a dignidade do Brasil, é o povo norte-americano.*⁶⁸

Para outros, a crítica merecia maior ênfase: o Brasil havia ensaiado o papel de satélite da União Soviética ao defender teses que somente a ela favoreciam. As declarações de Dantas a favor do estabelecimento de áreas desnuclearizadas, por exemplo, foram ligadas à sua recente visita à Polônia, sugerindo alguma orientação política do Bloco:

*(...) o Brasil, que deve à proteção americana a sua independência, o Brasil, representado pelo professor San Tiago Dantas, protestou... contra a atitude dos Estados Unidos!!! Com um cinismo inesgotável voltaram os soviéticos, para ganhar tempo, a fazer a nova proposta de suspensão das experiências atômicas (promessa não cumprida anteriormente durante a conferência). E foi a delegação brasileira que se encarregou, treinando para satélite da Rússia, de apresentar a proposta soviética aos Estados Unidos e à Inglaterra, contribuindo destarte para dar tempo ao bloco comunista de ganhar terreno no setor do poderio nuclear. (...) Quem, durante a própria Conferência de Desarmamento, esqueceu os compromissos assumidos? A União Soviética que, infelizmente, tem nesta Casa mais de meia dúzia de representantes. (...) E é o Brasil, senhores, que se apresenta como fiador da Rússia! É o Brasil que, apoiando a proposta soviética de moratória nuclear, está contribuindo para apressar a catástrofe! É preciso fazer voltar o Sr. San Tiago Dantas. É preciso retirar-lhe o direito de falar e de agir tão desastrosamente em nosso nome e à nossa revelia!*⁶⁹

Em resposta, os antiamericanos afirmavam que as críticas contra o ministro San Tiago Dantas por não ter seguido uma linha tradicional na diplomacia brasileira não deveriam ser consideradas na medida em que, até então, essa linha vinha sendo basicamente caudatária dos Estados Unidos. Em Genebra, ao contrário, o Brasil atuou com independência e vigor.⁷⁰ Durante a conferência, URSS e EUA apresentaram uma declaração conjunta em que condenava a propaganda bélica e bania as guerras como meios de solucionar as disputas internacionais. Para os antiamericanos, essa era uma prova de que a argumentação da Guerra Fria e do medo anticomunista defendida pelos americanistas – ou o grupo de “ultrarreacionários”, segundo sua designação – tinha como objetivo apenas estrangular as liberdades democráticas no Brasil, utilizando-se da PEI não preocupados com a política internacional, mas para que se implantasse no País o “sistema dos lábios cerrados”, da “rolha”, para preservação dos seus interesses econômicos. Para eles, algo semelhante ocorria

⁶⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 21/05/1962.

⁷⁰ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 21/03/1962.

nos Estados Unidos. Isso porque o próprio Kennedy buscava acordos com a União Soviética, mas se, no plano interno, combatia os trustes, os cartéis e os monopólios, era tachado de esquerdista, de comunista. Nessa interpretação, a política internacional servia apenas de pretexto para o conservadorismo dos grupos econômicos domésticos, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Do mesmo modo que os democratas norte-americanos combatiam o macarthismo, os antiamericanos propunham a oposição à perseguição política realizada pelos anticomunistas brasileiros.⁷¹ Numa variante da teoria marxista, eram apenas os interesses econômicos que estavam em jogo:

*(...) os grupos reacionários do Brasil querem aquilo que o povo norte-americano não suporta mais e que nenhum governante seria capaz de propagar na sua própria terra. Querem voltar a um passado que deveria estar sepultado há muitos anos.*⁷²

A Conferência de Genebra, desse modo, serviu como mais uma arena em que os princípios da PEI deveriam ser exercidos e, como não poderia deixar de ser, tema de apoio ou oposição da parte de antiamericanos e americanistas, respectivamente. Mais importante que isso, de como o Brasil deveria se comportar diante de assuntos estratégicos que envolviam a Guerra Fria e o combate ao comunismo.

3. San Tiago Dantas: um chanceler contra o americanismo

A atuação de San Tiago Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores foi alvo de severas críticas por parte de anticomunistas e americanistas, os principais opositores da PEI. Tanto assim que, em maio de 1962, foi apresentada na Câmara dos Deputados uma moção de censura contra o chanceler. Antes, em fevereiro do mesmo ano, deputados americanistas insatisfeitos com a posição adotada pelo Brasil em Punta del Este haviam proposto o mesmo documento, que afinal não foi colocado em discussão e votação porque se aproximava o período de recesso parlamentar.⁷³

⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 28/05/1962, em 29/05/1962 e em 27/06/1962.

⁷² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 29/05/1962

⁷³ Com base no art. 12 do Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, a moção foi arquivada porque a regra estabelecia sua votação em cinco dias após apresentação, para se evitar uma situação de fragilidade permanente ao ministro, o que não seria possível devido ao fim do período de sessão legislativa. Em novembro de 1961, outra moção de censura havia sido ensaiada, mas não proposta, pela ala americanista contra San Tiago em razão do reatamento das relações com a URSS.

O instrumento, próprio do parlamentarismo vigente, tinha como origem o grupo de oposição à PEI, encabeçado pelo deputado Cardoso de Menezes e por alguns integrantes da Ação Democrática Parlamentar. Os principais acontecimentos da política externa brasileira sob o comando de Dantas foram lembrados pelos seus críticos para demonstrar o *bifrontismo* e a ambiguidade da pasta: Punta del Este, reatamento das relações entre o Brasil e a URSS, as discussões sobre a desatomização de certas regiões do mundo. A intenção inicial dos deputados americanistas radicais era colocar em votação um documento mais forte, como uma moção de desconfiança. Contudo, não houve número suficiente de assinaturas para a apresentação do documento, restando possível apenas a moção de censura.

San Tiago Dantas havia acumulado uma fortuna com uma carreira de sucesso na advocacia. Com os anos, passou de líder integralista na década de 1930 para membro moderado da ala esquerda do PTB. Dantas havia se desligado da ideologia do integralismo, mas não deixava de se apresentar como um “adversário do comunismo internacional”. Ainda assim, para os seus hostilizadores, ele era ou uma incógnita ou um filo-comunista, e mesmo para muitos de seus apoiadores, um indivíduo que não inspirava total confiança devido ao seu passado.⁷⁴

Apesar da “grande inteligência e inesgotável engenhosidade nas negociações políticas”⁷⁵, Dantas sofreu violento ataque no Congresso. Para a CIA, Dantas era um antiamericano que guardava certa simpatia em relação a regimes autoritários, desde o nazista até o Bloco Soviético, incluindo Cuba.⁷⁶ Esses dados parecem ter informado em grande medida os discursos de parlamentares americanistas em relação ao ministro:

*(...) deformação que aliava seu espírito à causa do antigo Eixo, nos tempos ignominiosos do nazi-fascismo, quando S. Exa. [San Tiago] integrava o Conselho Supremo do antigo Partido Integralista, que abandonou na hora do perigo (...). Não julgue a Câmara que exagero. Em se tratando do Sr. San Tiago Dantas, (...) [que festejou] com um amigo o encontro de Hitler e Mussolini no Passo de Brenner, quando os dois ditadores pactuaram o fim da democracia na Europa e no mundo.*⁷⁷

A moção de censura, se aceita, implicaria forçar o Itamaraty a mudar de rumo. Se rejeitada; de que o Parlamento em sua maioria aprovava, ainda que em linhas gerais, a PEI

⁷⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 04/05/1962 e em 21/05/1962, e Salvador Lossaco (PTB-SP), em 28/05/1962. MOTTA, 2002, p. 12. DANTAS, 1983, p. 415.

⁷⁵ SKIDMORE, 1982, p. 286.

⁷⁶ HERSHBERG, 2004, p. 15. CERVO; BUENO, 2002, p. 341.

⁷⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

implementada pelo chanceler, o primeiro-ministro e o presidente da República. Há muito, a bancada americanista mostrava-se bastante descontente não só com os rumos da política externa brasileira, mas com o próprio San Tiago Dantas:

*Parece que está havendo uma inversão de ordem dos valores nesta Casa. O Gabinete é o poder delegado. Nós, somos o poder delegante. Estamos acima do Gabinete e nenhum ministro, por mais erradamente soberbo que julgue ser (...) pode, nesta Casa, faltar com consideração a qualquer membro do Congresso, porque assim como nós podemos nomear ministros, assim como podemos escolher ministros, podemos também derrubar ministros.*⁷⁸

A discussão da moção (que durou vários dias até a sua votação final) deu ensejo aos americanistas de criticar abertamente a PEI e tentar que o governo parlamentarista sob Jango adotasse novas diretrizes em sua política externa, com um alinhamento mais próximo aos Estados Unidos e medidas claramente anticomunistas.⁷⁹ Apesar da complexa agenda internacional brasileira, eram os Estados Unidos e as implicações da Guerra Fria os principais pontos de discussão levantados pelo Congresso Nacional, o que comprova o caráter nuclear desses assuntos. Era reconhecido que a política externa de então não era senão um prolongamento e a efetivação do governo anterior de Jânio Quadros e do chanceler Afonso Arinos, nos seus aspectos positivos e negativos, a depender do grupo político que usava da palavra.

Era preciso, para os proponentes da moção, adotar uma revisão da política externa, para enquadrá-la nos interesses do Brasil e integrar o país na comunidade continental, “ao lado de nossos irmãos, de nossos amigos que têm a mesma mentalidade e defendem as mesmas ideias que nós”⁸⁰, ou seja, dos Estados Unidos. Se os movimentos da chancelaria brasileira não fossem interrompidos, o futuro quanto à *comunização* do País ficaria cada vez mais incerto, dado que San Tiago Dantas, na visão de seus críticos mais severos, não merecia qualquer tipo de confiança. O que estava em causa era a própria civilização ocidental – que vinha sendo conduzida, dirigida, orientada e defendida pelos Estados Unidos, por ser a nação mais forte do bloco. Portanto, a luta entre os dois blocos poderia significar o aniquilamento do ocidente e, pior, com a defecção ou colaboração do Brasil, que não prestava a solidariedade que se supunha nessas ocasiões em que eram discutidas questões de política de poder.⁸¹ Era

⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 07/02/1962.

⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Cortes (UDN-GB), em 29/05/1962.

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

⁸¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962.

preciso, portanto, agir “antes que o comunismo silencie nossa voz e faça calar esta tribuna”⁸². E era justamente no medo da infiltração comunista e no conseqüente distanciamento dos Estados Unidos que os americanistas, “impressionados”, enfatizavam:

*(...) Eu gostaria de demonstrar como é contraditório e incongruente o nosso ministro das relações exteriores e como S. Exa., por várias vezes, tem enganado a nação brasileira, dizendo uma coisa e fazendo outra. Basta ver aquele caso de Punta del Este. Agora mesmo tivemos a sua atuação em Genebra, onde S. Exa., ao mesmo tempo em que alegava representar uma nação ocidental e respeitar os compromissos do Brasil para com os outros países, colocava-se inteiramente a favor dos interesses russos. (...) Agora, foi à Polônia, fazer não sei o que, porque não cabia a S. Exa., de forma alguma, visitar esse país tão longínquo, atrás da Cortina de Ferro, portanto, sem independência e sem possibilidade de falar, subjogado que está pela Rússia. Foi lá o ministro das relações exteriores fazer aquela declaração de que o Brasil é pela desatomização de certas áreas – tese apresentada pela Polônia, defendida pela Rússia, apoiada pelo nosso país e combatida pelos Estados Unidos e por outros países. (...) O Brasil, que devia, por seus compromissos, por sua tradição, por sua história, por seus interesses, por sua conveniência estar ao lado dos países ocidentais, das repúblicas que defendem a democracia e a liberdade, se colocou, mais uma vez, ao lado das nações totalitárias, ao lado das ditaduras socialistas. (...) Já se vê que o Brasil está apoiando, nada mais nada menos aquilo que a Rússia quer, contra os Estados Unidos, as repúblicas democráticas, contra aqueles que foram nossos amigos toda a vida e continuam sendo até hoje. Em vez, como disse, de estarmos do lado que nos interessa, que nos convém, do lado em que temos vivido, onde está nossa cultura, nossa história, nossa economia, nossos interesses políticos e sociais, afastamo-nos cada vez mais desses países. Estamos aproximando-nos da Rússia. Estamos fazendo o jogo daqueles nossos inimigos.*⁸³

Veja que, para os americanistas radicais, de tendência a um alinhamento automático em todos os aspectos, a tese em si, o mérito da discussão, não tinha tanta importância como o fato de os Estados Unidos serem contrários ao tema. Daí porque mencionarem a atuação brasileira em Punta del Este como “fragorosa derrota”, ao não coincidir com a maioria dos países do hemisfério, e principalmente com os Estados Unidos. O motivo para essa tomada de posição não era, necessariamente, baseado numa paixão, num sentimento irracional ou, simplesmente, em algum tipo de ganho material pessoal e imediato. Essa tese, muito em voga em análises que tomavam partido de um lado ou de outro, foram bastante difundidas pela

⁸² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 04/06/1962.

⁸³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

historiografia de viés antiamericano, que prolongaram a disputa política observada no âmbito do Legislativo para as salas de aula e os livros de história. Ao contrário, o americanismo, da mesmíssima forma que seu oposto, o antiamericanismo, fazia parte de um conjunto de crenças de indivíduos e grupos políticos que buscavam pregar aquilo que seria o melhor caminho para um país como o Brasil se desenvolver e se proteger. Em uma afirmação despojada de qualquer juízo de valor, americanistas e antiamericanos agiam movidos por aquilo que acreditavam ser o melhor modelo de inserção do Brasil.

O ponto de maior ataque da oposição à PEI de San Tiago Dantas dizia respeito à possibilidade de o Brasil se distanciar dos Estados Unidos e se aproximar, ainda que inadvertidamente, da União Soviética. Afinal, a disputa entre as duas superpotências representava, para ela, a luta entre a democracia e a ditadura, a liberdade e a tirania, a verdade e a mistificação. Isso ficava cada vez mais claro à medida que a discussão sobre a moção de censura avançava no plenário da Câmara dos Deputados.⁸⁴ Em sua exposição diante do plenário da Câmara, San Tiago reforçava o caráter antiamericano moderado de sua condução à frente da delegação em Punta del Este:

*(...) se a política externa brasileira (...) era ou não do agrado do departamento de estado [norte-americano] confesso que não julguei, jamais, do meu dever apurar o ponto, pois realmente só desejo saber se a política externa do Brasil era do agrado do conselho de ministros, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*⁸⁵

A esse respeito, os antiamericanos percebiam uma grande incongruência. Afinal, os Estados Unidos apoiavam a Iugoslávia – uma ditadura comunista – e recebiam aplausos dos americanistas por isso. “Onde a coerência dos que se batem em torno de princípios” e que defendem o rompimento de relações com Cuba, por ser uma ditadura – “comunista ou não, ditadura é ditadura” -, questionava o deputado Aurélio Vianna (PSB-AL). Pela mesma lógica, o Brasil deveria romper relações com a Espanha fascista, com Portugal parafacista, com Paraguai, etc.⁸⁶ Portanto, a disputa ideológica entre democracia e comunismo não resistia à análise mais acurada da realidade internacional dos Estados Unidos, que agia de modo hipócrita no que dizia respeito às ditaduras:

⁸⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962, e Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1961.

⁸⁵ DANTAS, 1983, p. 386.

⁸⁶ No mesmo sentido: Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 30/05/1963.

*Muitos defensores da política externa dos Estados Unidos calam-se diante de determinados fatos. O seu silêncio representa apoio, aplauso ou conivência. (...) Os Estados Unidos vêm sustentando através de anos as piores ditaduras latino-americanas. Com o dinheiro enviado dos Estados Unidos elas se mantinham e se mantêm ainda, contra o desejo do povo. E o que acontece? Os Estados Unidos contam, vêm contando com ditadores mas não contam e não vêm contando com o povo democraticamente espezinhado, esmagado pelas ditaduras oligárquicas. (...) Não sou a favor do sistema comunista que vige em Cuba, como não sou a favor do sistema fascista que vigora na Espanha (...). Condeno aqueles que lutam com dois pesos e duas medidas.*⁸⁷

Em resposta, os americanistas defendiam que as ditaduras como as de Franco e Salazar diferiam da cubana e outras do Bloco por não exportarem revoluções, praticando espionagens e empreendendo tentativas de invadir o território alheio.⁸⁸

San Tiago, de outra parte, esforçava-se por demonstrar que detinha uma linha de ação política para as relações internacionais do Brasil de tendência centrista e anticomunista. O próprio antiamericanismo que imprimia para a política exterior do País era apenas moderado. Mas as suspeitas quanto à aproximação comunista pela via da política externa brasileira e o embate ideológico da Guerra Fria exaltavam as posições americanistas no Congresso Nacional.

Para os apoiadores da PEI, “as forças reacionárias” do Brasil propunham, com o gesto, retomar o sistema da “exploração do homem pelo homem”, recolocando o País na órbita do alinhamento automático aos Estados Unidos, da exploração imperialista, com sérios prejuízos ao projeto de desenvolvimento econômico brasileiro. Nessa linha, Dantas vinha sendo acusado do “crime de ser patriota”, de tentar encontrar solução brasileira para problemas brasileiros, e por não termos seguido “mansamente, carneiramente, bovinamente, como uma nação sem cérebro, sem capacidade, sem opinião, tudo aquilo que o mestre americano diz ser a verdade”.⁸⁹ Ademais, consideravam mais importante do que discutir os temores exagerados quanto à propagação do comunismo no Brasil se ater aos graves

⁸⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 21/05/1962. Cerca de um ano depois, agora na condição de senador da república eleito por Guanabara, Aurélio Vianna repetiu a mesma noção: “não defendo o sistema de governo que vige em Cuba, por um motivo que anula os outros, não sou comunista”. Discursos Senado Federal. Senador Aurélio Vianna (PSB-GB), em 08/05/1963.

⁸⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 21/05/1962.

⁸⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Brant (PR-MG), em 11/05/1962 e em 23/05/1962, e Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

acontecimentos da “falta de arroz, de feijão, de farinha, de vestuário para grande parte da nossa população”.⁹⁰

Coerentes em suas opiniões, os antiamericanos radicais, apesar de não apoiarem a moção de censura contra Dantas, não eram totalmente favoráveis à sua política externa. O elemento “independente” da PEI, para eles, não atuava de forma plena no relacionamento com os Estados Unidos. Independência não queria dizer hostilização, mas sim capacidade de discussão equânime. Quando interessava ao Brasil algum auxílio financeiro, como a Aliança para o Progresso, ainda na visão desse grupo, a diplomacia San Tiago Dantas-Tancredo Neves-João Goulart aceitava as ingerências dos Estados Unidos “com um cândido amém”.⁹¹

Como se não bastasse, os americanistas atribuíam a Dantas a ação de um político que comprometia os interesses internacionais do Brasil para atender a seus eventuais partidários e à sua própria candidatura nas eleições parlamentares de 1962, “cortejando os comunistas, na esperança de merecer o apoio deles (...) com visível interesse eleitoreiro”.⁹² As acusações, mais uma vez, atingiam a própria pessoa do ministro, suas convicções erráticas, uma hora aliado da direita, outra da esquerda:

*Que ele sofra essas mudanças radicais na personalidade, na sua conduta, no seu comportamento pessoal, vá lá, é livre, pode assim agir, mas não deve aplicar esses mesmos princípios, esse mesmo critério à conduta exterior do país. Não podemos tolerar que o Sr. San Tiago Dantas dê à política exterior do Brasil a forma que imprime em sua vida particular. (...) Não é possível, porém, leve ele tão longe sua diversão de mudar de opinião, de passar de uma teoria a outra, de uma mentalidade para outra, deixando atrás de si toda uma tradição de política exterior do Brasil e que precisa ser preservada, porque nesta política tradicional é que se encontram, na realidade, os seus interesses. Nessa orientação, sim, o Brasil precisa perseverar.*⁹³

A ambiguidade do ministro, para os americanistas, contaminava a atuação da política externa brasileira. Afinal, ora o Brasil votava com os neutros, ora com os ocidentais e ora com os socialistas. No entanto,

nem estamos com os neutros, nem com os socialistas, nem com os ocidentais. Não inspiramos mais confiança nem aos neutros, nem aos socialistas, nem aos ocidentais,

⁹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Clemens Sampaio (PTB-BA), em 04/06/1962.

⁹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), em 28/05/1962.

⁹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

⁹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 22/05/1962.

*porque ninguém mais hoje pode ter confiança num país como o Brasil, que não sabe o seu caminho, a sua definição. Numa hora vota com os neutros, noutra, com os ocidentais, em Punta del Este, na questão da incompatibilidade do regime russo, ora vai a Varsóvia prestigiar o regime russo.*⁹⁴

De modo geral, ainda não eram feitas frequentes referências à infiltração comunista no governo. Naquele momento, a ameaça comunista era tratada como uma movimentação dispersa, presente em alguns agrupamentos sociais ou vinda do estrangeiro, sem necessariamente ligação com o estado brasileiro.⁹⁵ San Tiago Dantas, assim como Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves, não eram acusados de comunistas propriamente ditos, mas sim de condutores do Brasil ao comunismo, instrumentos de manobra no jogo da Guerra Fria, “inocentes úteis” da União Soviética:

*(...) não duvidamos da boa fé de muitos políticos brasileiros. Quem diz que o Sr. San Tiago Dantas é comunista? Eu não digo. Digo que ele é santiaguista, que só procura fazer o nome de San Tiago Dantas aparecer. (...) Quem pode dizer que membros do gabinete, colegas nossos, são comunistas? Não são, mas agem em conjunto como se o fossem, porque preparam o caminho, pensando – é o título que se dá de inocentes úteis – que com essas manobras preparam o caminho para suas vitórias eleitorais, quando estão perdendo terreno diante do povo. Hoje, quando chegamos ao povo para discutir, para conversar, jogam-nos na cara que somos deputados, que nada fazemos. Nós, homens de governo, tanto do legislativo como do executivo, somos mal vistos pelo povo. Mesmo aqueles que exploram a miséria do povo se levantam contra nós. Somos apontados como aqueles que nada fazem. (...) Mas devemos lutar para que nossos filhos não paguem pelos nossos erros. Os filhos da Tchecoslováquia estão pagando pelos erros do Bennes e do congresso daquele país (...) são homens de boa fé. (...) não [podemos] deixar de lutar com todas as forças contra a invasão ideológica que nos vem da Rússia. Não vem da América do Norte, que só quer o nosso dinheiro, mas não nossa alma. A Rússia, entretanto, quer a nossa alma, a nossa crença, quer despojar-nos de tudo.*⁹⁶

Na ocasião, toda crítica à PEI tinha como alvo quase que exclusivo o comandante da pasta das relações exteriores, San Tiago Dantas, um ponto da moção bastante criticado por não considerar todo o gabinete, em teoria o mandatário pela adoção das linhas políticas em

⁹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 22/05/1962.

⁹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/02/1962.

⁹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Abel Rafael (PRP-MG), em 22/05/1962.

todos os ministérios.⁹⁷ De fato, ele era o principal responsável pela execução da diplomacia brasileira, mas tanto o presidente da República como o conselho de ministros foram poupados, em um primeiro momento, do alvo americanista, como se viu também em outras ocasiões. Dantas, aos olhos desse grupo, agia à revelia do presidente e do primeiro-ministro, como na ocasião em que, no dia nacional de ação de graças, data comemorativa no calendário católico, o chanceler reatou as relações com a URSS, supostamente fora dos estudos e das conversações que estavam em curso com as demais autoridades do governo, antecipando um gesto que poderia ser mais bem gestado no interior da administração, segundo esses mesmos parlamentares. A intenção dos autores da moção em acusar apenas ao chanceler, e não a todo o gabinete de ministros, era não criar uma crise para o sistema parlamentar, limitando-se apenas em ajustar a conduta do Itamaraty.⁹⁸

A moção, que dependia do voto da maioria absoluta de deputados, por fim, não foi aprovada, graças aos indispensáveis votos de membros da ala americanista que concordavam com os antiamericanos de que a posição então assumida por San Tiago Dantas havia decorrido de uma diretriz ditada pelo conselho de ministros. Para esses americanistas, que aliás foram encabeçados pelo líder da UDN, deputado Menezes Cortes, San Tiago Dantas em Punta del Este era assunto superado. Até mesmo a ADP se dividiu diante do impasse, como bem admitiu o seu presidente, deputado João Mendes. Somente 20% de seus membros votaram a favor da censura e, portanto, de acordo com a orientação da Ação.⁹⁹ Outros preferiram se abster, concordando com os argumentos levados ao plenário por Cortes, mas não se dispõem a dar, com o seu voto, um atestado de aprovação que San Tiago não merecia.¹⁰⁰ O caso específico da moção confirma a ideia de que os partidos não possuíam qualquer tipo de coesão ideológica. Isso porque, além do fato de o líder da UDN ter sido contra um documento que prejudicaria o coordenador de uma política a que se opunha arduamente, muitos dos membros do PTB votaram a favor da moção.¹⁰¹

O líder do PTB, deputado Almino Afonso (PTB-AM), via na rejeição da moção razões para a Câmara dos Deputados se alegrar. Afinal, era prova de maturidade democrática, de unidade na defesa absoluta e intransigente do regime e das instituições. Com efeito, apenas

⁹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Lourival de Almeida (PSD-ES), em 26/05/1962.

⁹⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Geraldo Freire (UDN-MG), em 26/05/1962.

⁹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados João Mendes (UDN-BA), em 29/05/1962, e Padre Vidigal (PSD-MG), em 30/05/1962. João Mendes, por sua vez, votou a favor da moção.

¹⁰⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Menezes Cortes (UDN-GB) e Ernani Sátiro (UDN-PB), em 29/05/1962.

¹⁰¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Nobre (PTB-MG), em 29/05/1962.

44 deputados votaram a favor do seu texto. Mas principalmente não escondia um sentimento triunfalista da base governista de que a votação ocorrida na Câmara marcava de maneira irrecusável o apoio à PEI, por ser o anseio do povo brasileiro e corresponder historicamente aos interesses nacionais.¹⁰²

O sentimento de vitória do governo logo após a votação não refletia a realidade. Em contraste, a San Tiago Dantas e à PEI ainda eram reservadas fortes doses de críticas. Principalmente os seus maiores opositores consideravam-se vencidos, mas não convencidos, prometendo, assim, continuar a luta contra a infiltração vermelha pela via da política externa. E ao contrário dos governistas que interpretaram a rejeição da moção como prova de maturidade democrática da Câmara dos Deputados, enxergaram nela um alerta de que, assim como ocorrera em outros parlamentos como o da Hungria, Iugoslávia, Romênia e Tchecoslováquia, havia decidido de forma “desajuizada” em prol do comunismo no Brasil e contra o sentimento do povo.¹⁰³ Isso apontava para os primeiros sinais de desconsideração com o papel institucional da Câmara dos Deputados quando ela não atendia às pretensões de cada um dos grupos políticos, uma tendência que encontrará o seu ponto mais alto nos próximos dois anos:

*(...) hoje em dia a Câmara dos Deputados já não é mais a representante legítima da opinião pública nacional. Já há muita divergência entre o povo e os deputados.*¹⁰⁴

Reproduzindo o editorial do jornal *O Globo* do dia seguinte à votação, Dirceu Cardoso (PSD-ES) referendava a opinião de que

*(...) perguntamos aos brasileiros (...) é isso que queremos? Um governo sustentado por comunistas “armados até os dentes”? (...) Que abra nossas portas à invasão vermelha? A resposta será – ninguém duvide – totalmente negativa. Contra ela só se pronunciarão os adeptos do marxismo e os comuno-nacionalistas do Sr. Brizola, do Sr. Almino Afonso [líder do PTB na Câmara dos Deputados] e de pouco mais.*¹⁰⁵

No caso da moção, portanto, Dantas contou com americanistas de bom senso entre os seus apoiadores, que não pretendiam atacar a sua figura a qualquer custo ou “permitir

¹⁰² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 29/05/1962.

¹⁰³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Abel Rafael (PRP-MG), em 29/05/1962, e Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 04/06/1962.

¹⁰⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 13/06/1962.

¹⁰⁵ A Recuperação do Tempo Perdido. *O Globo*, 04/06/1962. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), em 04/06/1962.

distorções interpretativas”.¹⁰⁶ De forma distinta, em junho de 1962, após a renúncia de Tancredo Neves e a indicação de Goulart, San Tiago Dantas teve o seu nome rejeitado para o cargo de primeiro-ministro após votação na Câmara dos Deputados. Na oportunidade da indicação ao cargo máximo do parlamentarismo, os americanistas votaram em bloco pela sua rejeição por enxergar nele o condutor de uma política que no âmbito internacional contribuía para transportar o Brasil para a esfera soviética.

O grupo dos americanistas atacou exacerbadamente a indicação do ex-chanceler ao posto, não deixando mesmo de deturpar declarações suas e se utilizando da imagem de antigo integralista:

*se tivermos na chefia de gabinete um homem que já se manifestou tão declaradamente contra as democracias e em favor dos regimes totalitários, será o fim da nossa democracia.*¹⁰⁷

Antes mesmo de se confirmarem os rumores acerca da possível indicação de Dantas para primeiro-ministro, os opositores à PEI previam que a sua efetivação no cargo seria o início de uma convulsão social e política no Brasil. Nessa toada, se a tendência comunizante já havia sido consolidada por San Tiago Dantas na política externa, essa seria igualmente implementada na política doméstica durante a nova função, finalizando, então, um planejamento gestado desde o princípio. Por isso, não criam que João Goulart – que ainda gozava de certa opinião favorável diante dos americanistas e conservadores - fosse sequer lançar esse desafio sobre seus ombros, ao indicar “um homem verdadeiramente odiado por todos e sem apoio na opinião pública brasileira”, um “agente da subversão comunista infiltrado no Itamaraty”¹⁰⁸:

Que se detenha e medite o presidente da República (...) muito digno presidente (...) que se tem mostrado um homem sereno, que tem surpreendido até seus próprios adversários e que

¹⁰⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Cortes (UDN-GB), em 29/05/1962.

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Othon Mader (UDN-PR), em 13/06/1962.

¹⁰⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Othon Mader (UDN-PR), em 13/06/1962, Anísio Rocha (PSD-GO), em 15/06/1962 e em 20/06/1962, Correa da Costa (UDN-MT), Dirceu Cardoso (PSD-ES), Estefano Mikilita (PDC-PR), José Menck (PDC-SP), Pereira da Silva (PSD-AM), Oswaldo Zanello (PRP-ES) – para quem San Tiago Dantas era um “homem comprometido com as forças negativas, cuja ideia fixa é cubanizar o Brasil expandindo com o governo do assassino Fidel Castro, a política comunista nas Américas” - , em 18/06/1962, Alberto Hoffmann (PRP-RS), Menezes Cortes (UDN-GB), em 27/06/1962, Padre Vidigal (PSD-MG), Raul Pilla (PL-RS), Saldanha Derzi (UDN-MT), Alde Sampaio (UDN-PE) – que justificou seu voto contrário à indicação afirmando que “a paixão política nacional está hoje dividida entre *russistas* e ocidentalistas e até os atos da nossa vida interna estão sendo julgados pelo sentido que levam para uma ou outra direção. Sem se poder saber das convicções íntimas de San Tiago Dantas, observa-se que, na qualidade de ministro das relações exteriores, os seus atos tomaram mais o aspecto de *russistas* do que de ocidentalistas, o que o coloca em situação de desconfiança entre os que desejam manter-se dentro da civilização ocidental” -, em 28/06/1962.

*tem merecido tantas vezes os nossos aplausos pelo desejo de acertar, não venha agora cometer um desacerto tamanho que vai deixar a nação estarecida.*¹⁰⁹

O governo e os antiamericanos, ao contrário, guardavam outra avaliação da situação: depois da rejeição da moção contra San Tiago, a Câmara dos Deputados possivelmente votaria outra espécie de “moção de confiança” a Dantas, agora para a indicação ao cargo de primeiro-ministro. Os antiamericanos radicais deixavam a proposta mais clara ainda, ao afirmarem que apenas uma pessoa que não tivesse características conservadoras como do gabinete “moribundo” de Tancredo poderia empreender a reformulação da política interna como exigida pelo povo. Em outras palavras, antiamericanos pretendiam levar o progressismo e a experiência nacionalista da PEI para a política doméstica.¹¹⁰ Americanistas, no polo oposto, visavam evitar a todo custo a importação de noções já combatidas como *bolchevizes* para um raio de ação ampliado.

O líder da UDN, deputado Menezes Cortes, que havia defendido a rejeição da moção de censura, já sinalizava que seu partido se colocaria inteiramente contra a indicação de San Tiago para o cargo de primeiro-ministro. O PSD, da mesma forma, posicionou-se, por meio de nota pública, contra a indicação, apesar de reafirmar a disposição do partido em continuar cooperando com o governo Goulart. Traduzindo, não estava disposto ainda a desertar da base de apoio. O PRP (Partido de Representação Popular), sucedâneo do integralismo, também se posicionou contrário à indicação, “pela demagogia esquerdista, facilitação da desordem social e desenvolvimento do comunismo no País”.

Como resposta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ameaçou entrar em greve geral em apoio a Dantas, sob o lema “Queremos um ministro nacionalista”. Os americanistas defenderam que a Câmara dos Deputados não poderia ceder às pressões dos sindicatos que, a seu ver, estavam infiltrados de comunistas.¹¹¹ Na direita, oficiais do exército antigetulistas atacaram-no e tentaram impedir que sua indicação fosse ratificada. Sem embargo, a razão principal para tamanha rejeição ao nome dele foi sua passagem pelo

¹⁰⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 18/06/1962.

¹¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Celso Brant (PR-MG), em 13/06/1962, em 18/06/1962 e em 22/06/1962, Campos Vergal (PSD-SP), em 18/06/1962, Aurélio Vianna (PSB-AL), em 22/06/1962, em 26/06/1962 e em 28/06/1962, Santos Lima (PTB-CE), em 24/06/1962 e em 27/06/1962, Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), em 25/06/1962, Abrahão Moura (PSP-AL), em 26/06/1962, Derville Allegretti (PR-SP), em 27/06/1962, Lício Hauer (PTB-GB) – para quem a orientação de San Tiago Dantas como chanceler foi “sempre orientada de acordo com os mais legítimos interesses nacionais. Daí, a oposição que lhe fazem os grupos mais reacionários e mais identificados com as forças espoliadoras da nossa pátria” -, em 28/06/1962.

¹¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados João Mendes (UDN-BA), em 18/06/1962, Abel Rafael (PRP-MG), em 22/06/1962, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 27/06/1962.

Itamaraty. A defesa de San Tiago e de Jango de formar um gabinete de “responsabilidade conjunta” foi rechaçada.¹¹² Após outra tentativa frustrada de indicação – do pessedista e presidente do Senado Federal Auro Moura Andrade – Brochado da Rocha foi nomeado primeiro-ministro. Logo após sua confirmação no cargo, Rocha defendeu a PEI e propôs a inclusão das reformas de base na pauta de votações da Câmara.¹¹³

A rejeição do nome de Dantas foi, também para o complexo Adep/Ipes/Ibad, uma grande vitória, revelando, uma vez mais, que a bancada americanista contava com vasto apoio em seu combate contra o antiamericanismo/comunismo/*filo-comunismo*. Adep/Ibad/Ipes consideravam San Tiago como símbolo de demagogia e a essência das relações de amizade do Brasil com Cuba e com a URSS, consideradas como anátema por essas entidades. Aliás, Ibad e a bancada americanista mantinham sintonia quanto à avaliação de San Tiago Dantas, apontando-o “como um derrotado na conferência de Punta del Este, e [classificando-o] como traidor da política diplomática brasileira, além de ser taxado de simpatizante do regime soviético”. O resultado foi comemorado com a publicação dos nomes dos 174 deputados que votaram contra a indicação na revista *ibadiana* Ação Democrática, de julho de 62. Temporariamente, San Tiago Dantas se retirava do foco dos debates políticos do Brasil de então, sem isso significar diminuição das tensões entre americanistas e antiamericanos.¹¹⁴

4. Crise dos Mísseis: a Guerra Fria nas Américas

Em um contexto já bastante conturbado pelas polêmicas em torno de Punta del Este, a crise dos mísseis de 1962 elevou a urgência das discussões acerca da Guerra Fria no Brasil. O embate entre União Soviética e Estados Unidos atingiu seu clímax quando mísseis soviéticos de médio e intermédio alcance, com ogivas nucleares, capazes de atingir as principais cidades norte-americanas, até a fronteira do Canadá, começaram a ser instaladas em Cuba. Provavelmente, esse foi o momento mais perigoso de toda a Guerra Fria.¹¹⁵

Depois de um intenso debate entre os principais membros do governo norte-americano, o presidente John Kennedy decretou o bloqueio naval contra Cuba, anunciando

¹¹² DANTAS, 1983, p. 165.

¹¹³ Moura Andrade (PSD-SP), na verdade, renunciou em razão da negativa ostensiva de Goulart em aprovar os ministros que havia indicado para o seu gabinete. Cf. SKIDMORE, 1982, p. 268. CIA, Central Intelligence Bulletin, 10 de julho de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹⁴ CPI Ibad/Ipes, p. 9944. DREIFUSS, 2006, pp. 343, 374.

¹¹⁵ WESTAD, 2000, p. 15. GADDIS, 2006, p. 77. HERSHBERG, 2004, p. 3. BANDEIRA, 2009, p. 230.

em 22 de outubro em rede nacional de televisão dos Estados Unidos que o país daria “uma resposta retaliatória plena à União Soviética” se algum foguete nuclear fosse lançado sobre qualquer nação do hemisfério. Da mesma forma, acusou a Rússia e seu primeiro-ministro de mentirem ao negar que Cuba estava sendo transformada em uma base capaz de lançar armas de destruição em massa, aspecto que depois foi repetido pelos americanistas no Congresso.¹¹⁶ O único objetivo dessa ação soviética seria criar, em suas palavras, “uma capacidade de ataque nuclear contra o hemisfério ocidental”. Além disso, advertiu os soviéticos de que se reagissem por meio de agressão em algum outro lugar no mundo, como Berlim Ocidental, seria respondida pela ação que se fizesse necessária, indicando a existência de um risco real de guerra nuclear.¹¹⁷

Diante disso, a ala antiamericana do Congresso Nacional protestou contra aquilo que seria um “ato de guerra não declarado” e que preocupava toda a paz da humanidade. A solução mais adequada seria, nessa linha, a verificação prévia por diplomatas e técnicos daquilo que os filmes aéreos denunciavam, a presença em território cubano de instalações de mísseis nucleares com objetivos de longo alcance. A reivindicação era no sentido de que a ONU ou a OEA (apesar de Cuba não mais figurar como membro da organização) intermediar todo o processo de negociação a fim de encontrar uma solução pacífica para o litígio ali instalado, envolvendo Estados Unidos e União Soviética, além da própria Cuba, e evitando qualquer quebra do princípio da não-intervenção.¹¹⁸

Em seguida à ordem de bloqueio, a delegação norte-americana junto à OEA apresentou projeto de resolução com o objetivo de configurar as hipóteses dos artigos 6º e 8º do Tratado do Rio de Janeiro.¹¹⁹ À base disso, os Estados Unidos solicitaram dos demais membros do TIAR sanções de natureza militar contra Cuba, isolada ou coletivamente, a fim

¹¹⁶ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962. Para Mem de Sá, “por isto que a Rússia, com os seus atuais dirigentes, não merece fé, não merece credibilidade nem confiança por parte de nenhuma outra nação, de nenhum outro povo”.

¹¹⁷ Kennedy anuncia bloqueio naval de Cuba. **Jornal do Brasil**, 23/10/1962. WIDMER; KENNEDY, 2012, p. 148.

¹¹⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 23/10/1962. Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 29/10/1962.

¹¹⁹ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Tratado do Rio, é um tratado de defesa mútua, celebrado em 1947, entre diversos países do continente americano e cujo princípio nuclear é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na doutrina da defesa hemisférica.

de conferir legalidade ao bloqueio.¹²⁰ Para os antiamericanos, o Brasil não deveria seguir essas orientações, sob o risco de criar perigoso precedente para a soberania do próprio país no futuro.¹²¹

Ao departamento de estado norte-americano preocupava as pressões da esquerda e da ala dos antiamericanos sob o governo Jango em relação a este episódio. Apesar do sentimento geral antiamericano, exacerbado na sociedade brasileira após o bloqueio, de o confronto entre Estados Unidos e Cuba representar uma luta de “Davi contra Goliás”, Washington procurou garantir total e irrestrito apoio do Brasil durante a crise, procurando demonstrar a gravidade da situação. Nesse ponto, o grupo de congressistas americanistas obteve maior destaque, frente a relativo retraimento de parlamentares antiamericanos. Isso decorreu, em grande medida, do fato de que as teses antiamericanas no Congresso Nacional, de maioria moderada, estarem mais bem fundamentadas em questões de economia e comércio, ligadas às lógicas do nacionalismo, do desenvolvimentismo e da busca por maior autonomia de ação política. Preocupações de ordem eminentemente estratégica, como a da crise dos mísseis, não configuravam o alvo principal da defesa de um distanciamento dos Estados Unidos. Grosso modo, isso demonstra em parte que o antiamericanismo observado no Parlamento durante esse período concordava em manter o Brasil na esfera de influência dos Estados Unidos em assuntos exclusivamente ligados à Guerra Fria. Essa a razão por procurar distinguir postura “independente” de “afastamento” dos Estados Unidos.¹²²

Da parte do governo Jango, as ações durante a crise pareciam equivocadas e contraditórias na opinião do departamento de estado norte-americano. Isso porque, reservadamente, Goulart garantia total apoio aos Estados Unidos, sendo que, publicamente, a fim de não desagradar à opinião antiamericana, mas não chegando a negar apoio ao bloqueio, enfatizava a necessidade de se respeitar o princípio da não-intervenção e de chegar a uma resolução pacífica da crise. Para Washington, isso demonstrava o caráter pendular e não confiável da administração Goulart.

¹²⁰ Se não conseguisse obter os $\frac{3}{4}$ dos votos dos países membros do TIAR para aprovar o bloqueio naval, Kennedy estava disposto a conduzi-lo ilegalmente ou sob declaração de guerra, ainda que reconhecesse as desvantagens de tal medida. A esse respeito, ver: WIDMER; KENNEDY, 2012, p. 163.

¹²¹ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 29/10/1962. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 23/10/1962.

¹²² BANDEIRA, 2007, p. 584. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Etelvino Lins (PSD-PE), em 28/05/1962.

Essa atitude do governo brasileiro desagradou aos Estados Unidos em um momento de profunda crise para a Guerra Fria, fazendo transparecer que Jango dedicava pouca preocupação em uma conjuntura de séria ameaça ao hemisfério e de risco de uma escalada militar de grandes proporções entre as duas superpotências.¹²³ Ainda assim, o posicionamento do governo Jango agradou à bancada americanista em razão de apoiar o bloqueio e de o presidente não ter cedido às pressões dos antiamericanos radicais no sentido de se posicionar contrário aos Estados Unidos e considerar a ação militar como ato de agressão a Cuba.¹²⁴ Da mesma forma, antiamericanos moderados deram-se por satisfeitos com a reiterada defesa de Goulart quanto ao princípio da não-intervenção para o tratamento de Cuba, acreditando que o apoio dado ao bloqueio visava apenas afastar a presença russa em nosso continente. Em termos de política doméstica, Jango havia alcançado seus objetivos.¹²⁵

Americanistas faziam, no Congresso Nacional, a defesa do bloqueio naval e que, ao Brasil, não era permitida uma posição de neutralidade diante da crise, uma vez que não existia “neutralidade entre a democracia e o totalitarismo, entre a democracia e o comunismo”. Essas ideias eram divididas com o departamento de estado e o governo Kennedy, como ficou provado com a abertura dos documentos mais tarde.¹²⁶ Da mesma forma, acompanhavam a diplomacia norte-americana em apontar que o TIAR havia sido flagrantemente violado.¹²⁷ Como se não bastasse, o clima de tensão era acrescido de um alerta à segurança imediata do território de outros países latino-americanos, uma vez que o grupo favorável ao bloqueio argumentava que os foguetes ali instalados tinham como alvo também outros países que não só os Estados Unidos.¹²⁸

Aos americanistas, a crise evidenciava algo que Fidel Castro vinha evitando admitir: que Cuba havia se transformado em satélite, vassalo ou preposto da União Soviética, ou seja, que “de forma definitiva e incontestável” havia ficado comprovado “que já não existe mais uma nação cubana, independente e livre”, “apenas uma ilha dominada pela Rússia”.¹²⁹ Da mesma forma:

¹²³ HERSHBERG, 2004, pp. 19, 33. CERVO, 1994, p. 164. Nas mãos da ONU. **Jornal do Brasil**, 23/10/1962.

¹²⁴ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

¹²⁵ Discursos Senado Federal. Senador Paulo Fender (MTR-PA), em 29/10/1962.

¹²⁶ HERSHBERG, 2004, p. 39.

¹²⁷ Discursos Senado Federal. Senadores Sérgio Marinho (UDN-RN) e Afrânio Lages (UDN-AL), em 24/10/1962.

¹²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 29/10/1962.

¹²⁹ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

*Falou Fidel Castro em todas essas negociações? Não. Falou o primeiro ministro da União Soviética. Quer dizer que o Sr. Fidel Castro hoje não é mais do que um títere, do que uma figura de ornamentação em Cuba, é que a União Soviética é quem decide, é quem negocia, é quem delibera sobre a situação de Cuba, sobre os seus armamentos, sobre a montagem dos seus instrumentos de agressão à América do Norte e do Sul. (...) fala-se contra o imperialismo americano. O líder do Partido Trabalhista Brasileiro [Leonel Brizola] sangrou em saúde, pelo que li nos jornais, em defesa de Cuba, da autodeterminação de Cuba, de sua soberania. Autodeterminação onde não existe voto, onde o povo não fala, onde a imprensa não fala, onde só existe o “paredón” para os que divergem, onde milhares são fuzilados sumariamente? Que autodeterminação de farsa é essa? Que soberania é essa quando é o Sr. Khrushchev quem resolve os negócios de Cuba? Soberania com governos títeres e tropa de ocupação?*¹³⁰

Nesse novo contexto, não faria mais sentido falar, de acordo com os americanistas, como a diplomacia brasileira fez na Reunião de Punta del Este, em autodeterminação dos povos para defender a ação livre e desimpedida de Cuba quanto à escolha de seu regime. A invocação dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação tinha como objetivo apenas desviar a atenção do caso principal que era o de preservação da segurança continental e de diminuição dos riscos de uma guerra global nuclear. Para os americanistas, esses argumentos, se trazidos de boa ou má fé, contribuíam somente para que Cuba permanecesse “cúmplice de uma empresa de denominação comunista”, uma “cabeça-de-ponte e uma base de operações neste hemisfério de uma potência antidemocrática e expansionista”.¹³¹ Da parte dos Estados Unidos, acreditavam que havia apenas “medidas de defesa da América contra a Rússia”, não um processo de intervenção, que seria uma agressão deliberada e gratuita.¹³² No mesmo sentido:

Os comunistas desta Casa, os cripto-comunistas, os pseudo-comunistas e os inocentes úteis do Itamaraty julgavam-se donos da verdade e gritavam que os cubanos, no gozo de

¹³⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 29/10/1962. No mesmo sentido e no mesmo dia discursou o senador Mem de Sá (PL-RS), afirmando que “a prova irrecusável (...) está em que foi o ditador da Rússia quem se entendeu com o presidente dos Estados Unidos da América do Norte, discutiu, debateu, propôs e contrapôs e, afinal, num lampejo de bom-senso decidiu voltar atrás, comprometendo-se a dismantelar o aparelhamento agressivo que a Rússia ali havia montado. Os dirigentes cubanos não foram no episódio ouvidos ou sequer consultados. Tudo foi tratado e resolvido à revelia deles, como se de fato não existissem, como se eles fossem, como de fato são, meros prepostos, meros vassalos, subordinados à potência estrangeira a que servem”. Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

¹³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Menezes Côrtes (UDN-GB). O deputado Pedro Aleixo (UDN-MG), em 13/11/1962, leu o discurso que seria proferido por Menezes Côrtes que, devido a seu súbito falecimento, não pôde fazê-lo. Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

¹³² Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

*autodeterminação, desfrutavam de exemplar liberdade e agiam independentemente da Rússia. Agora ficou provado que tínhamos razão quando denunciávamos Cuba como transformada em possessão russa. E os pretensos salvadores da pátria, os fidelcastristas, antes tão loquazes e pairadores neste plenário, agora somem daqui, não tocam no assunto, fogem não somente da Casa, mas da discussão, mostrando que nós é que estávamos com a razão. Não havia autodeterminação em Cuba: Cuba era colônia da Rússia, estava a serviço dos comunistas internacionais e o Sr. Fidel Castro era infiel à sua terra e à sua gente.*¹³³

Não era negado, pelos que defendiam a ação militar norte-americana nesse caso, que os Estados Unidos detinham bases em outros continentes, como vinha tentando fazer a União Soviética em Cuba. No entanto, o que separavam as duas superpotências eram razões de natureza ideológica – uma beneficiava nações como o Brasil, colocando o seu poderio militar não para atacar o mundo, mas para enfrentar o avanço do comunismo e defender a liberdade; a outra colocava em sérios riscos a democracia e o bem estar de todas as nações:

*(...) os Estados Unidos têm demonstrado total ausência de qualquer desejo de eliminar ou conquistar qualquer nação [ao contrário da URSS]. As bases americanas têm ajudado a manter a paz, desde o fim da II Guerra Mundial. As bases americanas foram erigidas para a preservação da liberdade [ao contrário das soviéticas em Cuba]. A Rússia estabeleceu regimes títeres pela força de suas armas em toda a Europa Oriental. (...) As bases russas em Cuba representam uma ameaça à paz. (...) Em nome desta Casa, congratulo-me com os EUA por motivo de sua atitude decisiva no Caribe, salvando a América, salvando a própria civilização cristã do ocidente, salvando nossa democracia.*¹³⁴

À época da crise dos mísseis, os acontecimentos históricos da II Guerra Mundial apareciam recentes ainda. Dezesete anos após a derrota do nazismo e do fascismo na Europa, com a decisiva ajuda militar norte-americana, os argumentos de luta pela liberdade e democracia pelos Estados Unidos no mundo foram facilmente retomados no debate político. Para os americanistas, a história de luta contra a opressão se repetia, em um contexto absolutamente novo, é verdade. Mas, assim como em 1939-1945, o Brasil deveria permanecer fiel e colaborativo ao lado dos Estados Unidos.¹³⁵

No fim, Khrushchev, apesar dos protestos de Fidel Castro, se convenceu de que o melhor a fazer seria recuar e evitar o risco de uma escalada nuclear, em favor da mútua

¹³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/11/1962.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 12/11/1962. Essa era a mesma argumentação apresentada por intelectuais da ESG. Cf. STORRS, 1973, p. 181.

sobrevivência entre Estados Unidos e URSS. Isso foi decidido sem mesmo consultar ou informar o governo cubano, o que contribuiu para reforçar os argumentos dos parlamentares americanistas de que Cuba vinha sendo usada como simples “colônia da Rússia”. Depois da crise dos mísseis, Estados Unidos e União Soviética perceberam o quão próximo eles haviam chegado de uma catástrofe nuclear, e implicitamente concordaram em avançar no sentido de “regularizar” suas disputas no futuro, apontando para limites mais seguros para a competição da Guerra Fria, fora da possibilidade de, literalmente, dizimar toda a humanidade. Nesse aspecto, a crise dos mísseis representou um ponto de inflexão no conflito entre as duas superpotências, tornando mais previsível e estável as relações bilaterais, como também quanto às armas nucleares, às rivalidades sobre Berlim e a Europa central. Além disso, Kennedy prometia, publicamente, não invadir Cuba (o que era um dos objetivos de Moscou, ou seja, tornar a revolução de Fidel segura), e, secretamente, retirar os mísseis norte-americanos da Turquia em um futuro próximo. Essa “longa paz” entre Washington e Moscou não incluiu certas áreas do Terceiro Mundo que, ao contrário, experimentaram uma maior rivalidade quanto à contenção e ao avanço dos seus interesses. Assim, a crise dos mísseis lembrava que a bomba atômica constituía elemento central de explicação da dinâmica da Guerra Fria.¹³⁶

Apesar do apoio ao bloqueio naval e das tentativas do governo brasileiro de contribuir para a solução diplomática da crise (com a “missão Albino”¹³⁷), o episódio reforçou a ideia na cúpula dos Estados Unidos que características nacionalistas e antiamericanas de Jango e de seus apoiadores, o que devia incluir parte do Congresso Nacional, tornavam-nos demasiadamente inconstantes, erráticos, imprevisíveis e perigosos para as preocupações da Guerra Fria. A lembrança do recente episódio de Punta del Este e a falta de apoio consistente com os Estados Unidos durante a crise recrudesceram a atuação do governo norte-americano e de congressistas americanistas contra o antiamericanismo da política externa brasileira. Para o presidente Kennedy, o Brasil tornava-se a maior preocupação na América Latina, e

¹³⁶ HERSHBERG, James G. *The Crisis Years, 1958-1963*. In: WESTAD, 2000, pp. 16, 304, 318-320. WIDMER; KENNEDY, 2012, p. 188. WESTAD, 2005, p. 72. GADDIS, 2006, pp. 80, 262.

¹³⁷ O plano, gestado pela secretaria de estado norte-americana e que dava prosseguimento à proposta de San Tiago a Rusk feita em abril daquele ano, era convencer Fidel Castro, em um esforço secreto, a estabelecer um acordo com os Estados Unidos. Nele, Cuba deveria se comprometer a romper sua aliança com a União Soviética, requerer a retirada dos mísseis soviéticos e cessar quaisquer ações de apoio a movimentos revolucionários e subversivos no hemisfério ocidental (treinamento de guerrilhas, apoio financeiro e propaganda comunista). Em troca o governo norte-americano prometia “muitas mudanças” no seu tratamento a Cuba, fazendo supor um aporte de benefícios principalmente materiais e financeiros para o país, ou ao menos a suspensão do embargo econômico. Cf. HERSHBERG, 2004, pp. 23, 27, 37, 49. BANDEIRA, 2007, p. 585. BANDEIRA, 2009, p. 236. BANDEIRA, 1999, p. 73. CERVO; BUENO, 2002, pp. 348. 356. Em maio de 1961, o governo brasileiro já demonstrava a intenção de exercer papel de mediador na crise entre Cuba e Estados Unidos. In: Arinos: Brasil talvez seja mediador na crise Cuba-EUA. **Jornal do Brasil**, 25/05/1961.

considerações quanto a apoiar um eventual golpe militar ganhavam contornos mais sérios antes mesmo de o ano de 1962 chegar ao seu fim. No dia 11 de dezembro, Kennedy já se demonstrava desmesuradamente inquieto e nervoso com a situação do País e da ameaça comunista. No Brasil, grupos políticos e militares, tanto da esquerda como da direita, vinham se movimentando no sentido de um possível golpe. Aliás, essa era uma alternativa que entrou de forma mais frequente nos cálculos políticos a partir de então, e os boatos de que um golpe civil-militar poderia ser perpetrado a qualquer momento tornaram-se constantes.¹³⁸

5. 1963: paralisação dos modelos de desenvolvimento e crescimento do estigma comunista no Brasil

O ano de 1963 teve início com dois acontecimentos coincidentes e com algum grau de relacionamento. O primeiro, o restabelecimento do sistema presidencialista, conferindo maior responsabilidade e ênfase à figura de João Goulart. O segundo, o crescimento do estigma comunista no Brasil, que havia sido antes acelerado e catalisado pelas medidas empreendidas pela PEI.

Nesse cenário, em abril de 1963, os governos estaduais da Guanabara e de São Paulo, sob forte pressão dos americanistas, militares, Igreja e outros segmentos conservadores, proibiram a realização, no Rio de Janeiro (outra estava prevista também para São Paulo), de um Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba. Concomitantemente, o Itamaraty negou vistos para Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre, Lázaro Cárdenas e outras personalidades que desejavam assistir ao congresso. Na ocasião, Goulart buscou se posicionar distante dos extremos, dizendo “ser contra a extrema-direita e também contra a extrema-esquerda, colocando-se no centro”.¹³⁹ O assunto ofereceu mais uma polarização de ideias entre americanistas¹⁴⁰ e antiamericanos¹⁴¹. Os americanistas defendiam que, em decorrência de o

¹³⁸ HERSHBERG, 2004, pp. 23, 37, 49, 51, 58. BANDEIRA, 1999, p. 77. BANDEIRA, 2007, p. 585. BANDEIRA, 2009, p. 236. CERVO, 1994, p. 164. CERVO; BUENO, 2002, pp. 348. 356. CIA, Current Intelligence Weekly, 17 de agosto de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 04 de setembro de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 30 de outubro de 1962. CIA, Daily Log, 13 de novembro de 1962. CIA, Current Intelligence Weekly Review, 21 de dezembro de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 31 de dezembro de 1962. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹³⁹ VIZENTINI, 2004, p. 208. BANDEIRA, 2007, p. 600.

¹⁴⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Adauto Cardoso (UDN-GB), em 26/03/1963 e em 28/03/1963, Oswaldo Zanillo (PRP-ES), em 02/04/1963.

¹⁴¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Neiva Moreira (PSP-MA), em 26/03/1963, e Sérgio Magalhães (PTB-GB), em 27/03/1963, em 28/03/1963 e em 01/04/1963.

Brasil estar preso aos ditames da OEA, era obrigado a suspender o congresso de Cuba. Por isso, viam que

a atitude máscula e patriótica do governador Carlos Lacerda, proibindo que a dignidade da família guanabarina fosse afrontada com a realização de um congresso comunista no Rio de Janeiro, convocado inclusive por dois ministros de estado que se constituem em instrumento de bolchevismo no governo brasileiro foi o pretexto para se promover uma intervenção disfarçada na antiga capital da República numa tentativa de desmoralização da autoridade de um governador (...) que se transformou na mais séria barreira de domínio russo do Brasil. (...) quando o governo brasileiro está infiltrado de comunistas, de agitadores internacionais que vêm (...) para entregar este País à influência de Krushev. [a mesma proibição fez Ademar de Barros, em São Paulo]. [Ambos] ostentaram a flâmula do combate permanente e sem tréguas ao comunismo que ameaça, com o apoio, com a ajuda e com a cumplicidade do governo federal (...). Incentivados com a complacência, com a proteção e com a adesão pusilânime do governo brasileiro, que, dizendo-se contrário ao congresso comunista, tudo facilitou a seus organizadores (...). [Lacerda e Ademar] se constituem em baluartes das liberdades e em trincheiras da democracia.¹⁴²

Do outro lado, os antiamericanos condenavam a decisão como flagrantemente inconstitucional, sendo que o congresso serviria para reafirmar a defesa dos direitos do povo cubano de escolher livremente o regime da sua conveniência. Entendiam a solidariedade, no caso, não como identificação com as ideias ou teses defendidas pelo regime cubano.¹⁴³ Ademais, o argumento de que a OEA tinha caráter mandatório no sentido de impedir a realização do congresso não deveria ser levado em consideração, uma vez que a OEA era “dominada pelo imperialismo americano”. No tema mais amplo que tratava de Cuba, o governo vinha sendo apontado como adotando orientação dúbia tanto por americanistas como por antiamericanos radicais. Para os primeiros, por Goulart ainda não ter condenado abertamente o regime de Fidel; já para os segundos, por ele não ter tomado posição mais firme diante dos obstáculos colocados à realização do congresso pelo governador da Guanabara que, além de tudo, feria a competência privativa do governo federal por se tratar de assunto de política exterior. Depois, o governo federal solicitou ao governador da Guanabara que não criasse óbices à realização do Congresso de Solidariedade a Cuba,

¹⁴² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 02/04/1963.

¹⁴³ O sentido da solidariedade a Cuba, por Barbosa Lima Sobrinho. **O Semanário**, 28/03 a 03/04/1963.

revelando mais uma vez a ambiguidade e as vacilações que o atingiam. Ao fim, o congresso foi realizado na sede do sindicato dos operários navais com a presença de 600 delegados.¹⁴⁴

No plano econômico doméstico, urgiam medidas para sanar a crescente crise. Em resposta, de janeiro a junho de 1963, o governo João Goulart empenhou-se mais arduamente em tentar implementar um programa econômico que atacasse os principais problemas da nação. A administração, nessa fase de retomada do presidencialismo, pedia mais aos moderados. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, foi o ponto inicial dessa nova abordagem. Os objetivos eram manter o crescimento econômico e combater a inflação a partir de uma estratégia gradualista, com a queda na emissão de moedas compensada com assistência e investimentos externos, aumento das exportações e diminuição nos gastos do governo. O programa anti-inflacionário previa corte de 35% nas despesas governamentais, eliminação de subsídio para comestíveis e trigo e limitação na concessão de aumento nos salários dos funcionários públicos. Ao lado disso, o governo insistia com maior frequência na aprovação das reformas de base para desatar os demais nós do desenvolvimento brasileiro.¹⁴⁵

San Tiago Dantas, agora na condição de ministro da fazenda, visitou os Estados Unidos com o objetivo de obter apoio financeiro para o Plano Trienal, traduzido em novos empréstimos e reescalonamento da dívida externa. Isso porque sem a ajuda emergencial do governo norte-americano, o Brasil não dispunha de capacidade para honrar suas obrigações externas mais imediatas e não poderia, da mesma forma, alcançar acordos satisfatórios com os credores europeus e privados. O Brasil encontrava-se, pois, em um labirinto financeiro. No começo de 1963, praticamente todas as reservas de ouro e de moeda estrangeira estavam exauridas. De outro modo, encontrava-se na penosa situação de pedir favores aos ianques, ou na “condição de mendigo, com a mão estendida ao imperialismo norte-americano”, segundo os antiamericanos.¹⁴⁶ Apresentou, então, a nova abordagem do governo para os problemas brasileiros de planejamento econômico e reforma social, em consonância com o que era exigido pela Aliança para o Progresso.

Diante do ambiente de retraimento e de mostras de que as autoridades norte-americanas iriam rejeitar as solicitações brasileiras, Dantas e Roberto Campos chegaram a

¹⁴⁴ Inaugurado com absoluto êxito Congresso Pró-Cuba. **O Semanário**, 28/03 a 03/04/1963.

¹⁴⁵ VIZENTINI, 2004, p. 211. SKIDMORE, 1982, p. 285.

¹⁴⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Pereira Nunes (PSP-RJ), em 18/03/1963, e Campos Vergal (PSD-SP), em 22/04/1963.

examinar a conveniência de interromper as negociações. Ao fim, a missão conseguiu um empréstimo da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID), conhecido como Acordo Bell-Dantas. O acordo, como esperado, embutia condicionalidades, entre as principais a solução do caso Amforp (em um prazo de três meses) e o cumprimento das metas do FMI. Dos mais de 398 milhões de dólares prometidos, somente 84 milhões foram liberados para uso imediato. Difícil negar que a quantia era pouca para as necessidades e o tamanho do Brasil. A título de comparação, o tesouro dos Estados Unidos dispensou, somente no ano de 1962 com assistência aos refugiados cubanos que viviam em Miami, mais de 36 milhões de dólares.¹⁴⁷

Ainda que não houvesse atingido plenamente os objetivos, os governistas na Câmara dos Deputados festejaram o resultado da missão, principalmente pelo que representava: o restabelecimento da confiança mútua entre os governos de Brasil e Estados Unidos.¹⁴⁸ O governo, a seu modo, justificou a limitação das verbas concedidas pelo ambiente financeiro difícil em que se encontravam os Estados Unidos, com uma balança de pagamentos deficitária.¹⁴⁹ Para os americanistas, a retomada do governo Goulart da tentativa de se aproximar mais intimamente com os Estados Unidos era vista como um sopro de otimismo no cenário político brasileiro.¹⁵⁰ De outro modo, os antiamericanos radicais consideraram a missão um “fracasso retumbante” diante do relativamente pequeno montante adquirido a título de empréstimo.¹⁵¹

Destarte, os antiamericanos divergiam entre si quanto aos pontos negociados no acordo. Para os radicais, como o deputado petebista pela Guanabara Leonel Brizola, o problema da indenização decorrente das encampações de empresas norte-americanas não deveria ser resolvido pela negociação internacional, mas sim pela justiça brasileira, de acordo com as leis nacionais, o que vinha ocorrendo naquele momento. Nesse sentido, se opunham à abordagem de Dantas de evitar a todo custo litígios políticos com o governo norte-americano e, ao fim, concordar em pagar um preço vultoso e irreal a essas companhias.¹⁵² Para eles, esse tipo de moderação e busca frequente para a conciliação significava, grosso modo, o

¹⁴⁷ GARCIA, 2005, p. 188. BANDEIRA, 2007, p. 599. BANDEIRA, 1999, p. 79. PARKER, 1977, p. 63. CIA, Reply to Senator J. W. Fulbright's letter of May 1, 08 de maio de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁴⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Milton Reis (PTB-MG), em 29/03/1963.

¹⁴⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, em 05/04/1963.

¹⁵⁰ Discursos Senado Federal. Senador Eurico Rezende (UDN-ES), em 29/04/1963.

¹⁵¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 26/03/1963.

¹⁵² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Leonel Brizola (PTB-GB), em 12/06/1963.

deslocamento da posição do governo para o campo americanista. Se assim persistisse num programa de cunho apenas progressista, o Brasil continuaria na condição de miserável, atrasado e, o governo, adulator das classes privilegiadas e dos espoliadores internacionais. E nada mudaria no País apesar das boas intenções de homens como San Tiago Dantas, que gozavam de grande influência sobre as decisões de Jango. Em resumo, para o antiamericanismo radical, onde havia conciliação, havia defesa do conservadorismo.¹⁵³

Esse debate, que vinha sendo travado muito tempo antes, refletia o sistema de crenças vigente durante a Guerra Fria, de que os estados liberais favoreciam a mudança e o progresso pela reforma, ao passo que o comunismo-leninismo a mudança revolucionária, um caminho rápido em direção à modernidade.¹⁵⁴ Por esse motivo, mas não significando necessariamente filiação ao comunismo, os antiamericanos radicais se alinharam à crença de que a moderação – com um projeto de progresso tranquilo e com conquistas sedimentadas, segundo um de seus mais conceituados proponentes, o deputado Tancredo Neves¹⁵⁵ - não resolveria os graves problemas brasileiros. Desse modo, um governo de união nacional apenas aprofundaria o caráter conservador, porque onde havia união de todos os interesses havia impossibilidade absoluta do atendimento do interesse popular. Estavam, de outro modo, prontos para a luta que certamente os elementos conservadores e os representantes do imperialismo iriam levantar contra a perda de seus privilégios.¹⁵⁶ Em suma, propunham o “grande salto para a frente” em uma versão brasileira. Do contrário, o reformismo gradualista dos moderados era

*tão lento, tão tranquilo, tão suave, tão imperceptível, que se formos esperar pelas conseqüências ou resultados dele, seguramente no ano 2.000 ainda não teremos alterado em nada a estrutura caduca da vida pública brasileira.*¹⁵⁷

De volta à parte da implementação do Plano Trienal, a rígida política anti-inflacionária do governo repercutia severamente na imagem do presidente Goulart, em diversas frentes. Ademais, não vinha conseguindo atingir as metas de inflação estabelecidas. As pressões sobre o governo para conceder um reajuste maior aos salários do funcionalismo público, civil e militar, se engravesceram. O programa de estabilização financeira e de

¹⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 06/08/1963.

¹⁵⁴ MACDONALD, Douglas J. Formal Ideologies in the Cold War: toward a framework for empirical analysis. In: WESTAD, 2000, p. 182.

¹⁵⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tancredo Neves (PSD-MG), em 13/09/1961.

¹⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Celso Brant (PR-MG), em 18/06/1962.

¹⁵⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 13/09/1961.

crescimento econômico de seus apoiadores da esquerda moderada dava mostras de que iria minguar. Perplexo e cedendo à tentação de aumentar sua aprovação junto aos trabalhadores, Goulart decidiu por uma guinada à esquerda, se embrenhando cada vez mais no caminho dos radicais. Afinal, desde a sua posse, vinha culpando as fraquezas do sistema parlamentarista pelos problemas econômicos do País; e a primeira intervenção na área durante o sistema presidencialista revelou-se frustrante. Com efeito, não estava verdadeiramente disposto a colocar em marcha um programa de austeridade financeira penoso para a população e custoso politicamente. Segundo se dizia na época, moveu-se da “esquerda positiva” para a “esquerda negativa”, a partir do segundo semestre de 1963. Ou seja, da disputa entre Dantas, que representava o primeiro grupo, e Brizola, seu crítico contundente, Goulart escolheu o segundo.

A essa impetuosa disputa interna na base, os americanistas denominavam “oposicionistas do governo dentro do governo”.¹⁵⁸ Até então, Jango penduleava entre a moderação e o radicalismo, dois campos cada vez mais antagônicos no Brasil. Na matemática do presidente, a perda de apoio dos antiamericanos radicais não foi compensada por um retorno da parte moderada (antiamericanos e americanistas). Goulart, ao fim, passou a concordar com a opinião dos radicais de que os compromissos assumidos por San Tiago Dantas para obter os empréstimos foram vexatórios e feriam a soberania nacional. E com baixíssimo retorno, o que era pior. Tanto que aceitou conceder aumento nos salários do funcionalismo acima do teto de 40% e permitiu a retomada dos programas de subsídios às importações, às custas de maior emissão de papel moeda (e conseqüente aumento do índice de inflação e queda no crescimento do PIB), encampações com o mínimo ou nenhuma indenização (adiando também a efetivação da compra da Amforp e ITT) e embarcar mais no discurso de reforma com ou sem o Congresso.¹⁵⁹ O americanismo se assustou. Interpretou, também, que a criação de animosidades entre Brasil e Estados Unidos visava facilitar a implantação do comunismo no País.¹⁶⁰

Os antiamericanos radicais conquistaram importante parcela de sintonia com o governo. Não pouparam, também, alguns de seus integrantes que discordavam da visão que pretendiam imprimir naquilo que seria uma nova fase da administração Goulart. Um desses

¹⁵⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 19/03/1963.

¹⁵⁹ SKIDMORE, 1982, pp. 276, 301, 304. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Marco Antônio (PST-GB), em 22/04/1963, e Neiva Moreira (PSP-MA), em 26/04/1963.

¹⁶⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Plínio Salgado (PRP-SP), em 26/09/1963.

foi o representante do Brasil em Washington, Roberto Campos, a quem acusavam de “embaixador da Amforp” e que, portanto, trabalhava contra os interesses nacionais.¹⁶¹ A intenção da esquerda radical, enfim, era desmontar a estrutura moderada do governo (e suas características defensiva e passiva) e capturar o pensamento de Jango para suas propostas políticas. Como demonstração de apoio ao presidente, declararam guerra aberta ao governador Carlos Lacerda, que com o mesmo ímpeto e a mesma dramaticidade que fizera com Vargas e Jânio, investia forte crítica contra o atual presidente da República, atitude que os moderados evitavam fazer de modo tão claro. A linguagem política cotidiana trazia a expressão “golpe” tanto da parte dos antiamericanos como dos americanistas de tendências radicais. Para os antiamericanos, o combate aos extremistas que Lacerda e seus representantes no Congresso pretendiam empreender era fictícia, pois era

*a ditadura o que se pretendia implantar no País e o que, ao meu ver, pretende-se ainda. Uma ditadura reacionária que fortaleça no Brasil as posições do imperialismo capitalista internacional.*¹⁶²

Por essa lógica, talvez fosse essa a razão porque a missão do ministro da fazenda Dantas tivesse voltado de mãos vazias. Para os antiamericanos radicais, a missão havia sido um completo fracasso, com o agravante de parte dos empréstimos terem se destinado ao pagamento de indenização aos acionistas da Amforp e da ITT, recursos que não se destinavam ao desenvolvimento nacional, mas para a solução de problemas do maior interesse para os próprios Estados Unidos.¹⁶³ O incitamento ao golpe que os americanistas vinham tentando estava de acordo com as novas diretrizes do governo norte-americano de combater o comunismo pela repressão e com o uso do porrete, revivendo a antiga política do *big stick*. E para isso, ainda de acordo com os antiamericanos radicais, a orientação, concatenada com as forças políticas domésticas conservadoras, era gerar um colapso econômico no Brasil e, por conseguinte, estimular a deposição do governo João Goulart. A moderna política do porrete apresentava, pois, uma variante. Deveria ser delegada a governos fortes e repressivos de cada país a tarefa de conter o avanço do comunismo. Contudo, como um presságio da convulsão que poderia atingir o Brasil, esses parlamentares que denunciavam essa tentativa, juntamente com o governo, os sindicatos e os estudantes, prometiam resistir, pois

¹⁶¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 18/07/1963.

¹⁶² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Max da Costa (PSB-GB), em 18/04/1963.

¹⁶³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 22/04/1963.

*o povo do Brasil não aceitará esse golpe. Está avisado sobre ele, e não o aceitará. Para combatê-lo e para realizar as reformas que ele visa a impedir, irá até a revolução. Mas sempre com o objetivo de realizar a democracia, a democracia verdadeira, do povo para o povo. A democracia que hoje vivemos é falsa! Faremos outra.*¹⁶⁴

De um modo ou de outro, o papel dos Estados Unidos para a solução dos problemas da economia em estado de insolvência ganhava ênfase nos debates entre antiamericanos e americanistas. Naturalmente, os americanistas discordavam da opinião de que os Estados Unidos pretendiam prejudicar a economia brasileira ao não conceder todo o empréstimo requerido com o objetivo de criar clima de intranquilidade política. O estado de falência das finanças do Brasil, ao contrário do que pregavam os antiamericanos, era de responsabilidade principalmente do governo Jango, que nada fez para atender às advertências norte-americanas de regularizar a economia nacional e combater a inflação. Para os americanistas radicais, a ajuda de Washington vinha sendo dada havia anos e, em contrapartida, o governo brasileiro se recusava a cumprir a palavra. Mais uma vez, criam na benevolência dos Estados Unidos com o Brasil e, por outro lado, na incapacidade do governo Goulart em responder à altura de seus compromissos estabelecidos com Washington. Os Estados Unidos emprestavam-nos dólares de seus contribuintes em troca – apenas – de maior simpatia e de ausência de hostilizações gratuitas. Se para os antiamericanos o foco dos problemas econômicos se encontrava nos Estados Unidos e a correção de atitude no governo brasileiro; para os americanistas era absolutamente o oposto, o governo Jango era o culpado pela bancarrota na economia brasileira e os Estados Unidos vinham insistentemente tentando ajudar o País. O americanismo, enfim, era isto: insistência em demonstrar que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos traziam substantivos benefícios para o País.¹⁶⁵

Washington considerava já antes da implantação do Plano Trienal que, caso Jango não lograsse resultados satisfatórios, utilizaria os Estados Unidos como bode-expiatório do colapso econômico brasileiro. Conseqüentemente, esperava-se também a sua guinada à esquerda radical, “deixando ao Brasil as alternativas das evoluções políticas na esteira do que ocorreu com Castro”, com a intensificação do sentimento antiamericano e a polarização das

¹⁶⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Max da Costa (PSB-GB), em 18/04/1963.

¹⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 16/07/1963, Herbert Levy (UDN-SP), em 17/07/1963, Miguel Buffara (PTB-PR), em 19/03/1963.

forças políticas domésticas. Ou “intervenção militar para prevenir isso”, o que vinha sendo apontado pela CIA como a melhor alternativa.¹⁶⁶

Apesar dos primeiros sinais de que já fizera sua escolha, os objetivos políticos do presidente permaneciam uma incógnita para diversos setores. Moderação ou radicalização? Suas declarações reticentes confundiam. Para o embaixador Gordon, afirmava, em conversa reservada, que seguia uma política moderada, tanto no plano interno como no externo, mas que por razões políticas deveria transparecer que fazia concessões para a esquerda. Para os sindicatos de trabalhadores, dizia lutar contra os inimigos do povo, mas que às vezes fazia concessões para eles por razões táticas. Afinal, para quem ele estava falando a verdade?

Para os anticomunistas, a resposta estava no suposto plano de Goulart em implantar uma república sindicalista (mesma acusação que sofrera Vargas antes) e, a partir desse movimento, favorecer a tomada pelos comunistas. O presidente procurou, ao mesmo tempo, insistir na estratégia da barganha neutralista, indicando ao embaixador Lincoln Gordon que o Brasil dispunha de uma alternativa à ajuda financeira norte-americana: os soviéticos. Na realidade, era possível que o bloco soviético pudesse aportar consideráveis quantidades de contribuição para o desenvolvimento brasileiro no longo prazo, mas uma ajuda efetiva no curto prazo era impensável. Isso dificultava qualquer possibilidade mais séria de o Brasil se alinhar intimamente com a União Soviética, e o governo brasileiro tinha consciência de que eram os Estados Unidos que faziam diferença e poderiam direcionar um aporte suficiente para acionar um modelo de desenvolvimento requerido para um país com o tamanho do Brasil. Além disso, nesse momento o governo dos Estados Unidos não estava disposto a barganhar a manutenção do Brasil em sua esfera de influência. Ao que parece, a sugestão da linha dura norte-americana de tratar a “subversão vermelha” com o velho porrete, falando menos agressivamente e procedendo mais agressivamente, vinha sendo seguida à risca. A partir daí, o governo Jango começou sua trajetória ao fim.¹⁶⁷

O Plano Trienal planejara conter a inflação sem prejudicar o desenvolvimento; o resultado foi inflação sem desenvolvimento. Diante desse cenário, Goulart retomou a ênfase

¹⁶⁶ CIA, Current Intelligence Memorandum, “Brazil’s Balance of Payments Crisis”, 04 de dezembro de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁶⁷ CIA, Current Intelligence Memorandum, “Brazil’s Balance of Payments Crisis”, 04 de dezembro de 1962. CIA, Special National Intelligence Estimate, “The Character of the Goulart Regime in Brazil”, 27 de fevereiro de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 12 de março de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 11 de junho de 1963. CIA, National Intelligence Estimate, “Situation and Prospects in Brazil”, 10 de julho de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Nixon dá conselho a Kennedy. **Jornal do Brasil**, 25/04/1961.

em seu programa de justiça social e de desenvolvimento econômico, as reformas de base. As tentativas de estabilização da economia deixaram de constar das prioridades. O governo e parcela dos radicais não estavam mais dispostos a esperar a implementação de um modelo reformista e conservador dos moderados, que garantisse apenas o progresso lento, como apontado acima. Em consequência, as pressões dele e dos grupos da esquerda radical, que o apoiaram nessa nova fase, sobre o Congresso para que aprovasse as reformas testemunharam significativo acréscimo. Jango dizia que se empenhava para que as reformas fossem realizadas pacificamente, antes que elas fossem feitas pela rebelião do povo. Ou o Congresso aprovava ou seria deixado de lado. Uma dessas reformas – provavelmente a mais polêmica entre todas – foi a agrária. O governo defendia a mudança da Constituição para que permitisse a desapropriação de terras rurais pagas em títulos públicos (e não mais em dinheiro), resgatáveis em prestações. Segundo as justificativas do governo, não haviam disponíveis recursos financeiros para a realização de uma reforma agrária na extensão necessária, o que a inviabilizava no curto prazo.¹⁶⁸

Para os americanistas, a proposta feria o âmago do princípio da propriedade privada, ao oferecer um papel com preço no mercado bastante inferior a seu valor de face e com a quitação apenas no futuro. Num período de 20 anos para o pagamento dos títulos, frente à sua desvalorização, na prática nada seria pago às terras confiscadas para a reforma agrária. Acreditavam que isso representava uma porta de entrada da instalação do comunismo no Brasil. Em um ambiente dividido por uma extrema dualidade, enfraquecer um dos princípios do liberalismo significava favorecer o comunismo. Nesse aspecto, acusavam a união de caudilhos (em referência a Goulart e Brizola, “grandes proprietários de terras, dos maiores do Brasil”) e comunistas – os primeiros com a intenção de permanecerem no poder, os segundos, de abalar o princípio da propriedade privada.¹⁶⁹ Com isso, a discussão mobilizou não só os opositores no campo, diretamente afetados com a eventual mudança do texto constitucional, como também anticomunistas nas cidades.¹⁷⁰ Nesse caso, as reformas de base vinham sendo apontadas como a caminhada para o socialismo, pois a intenção do governo seria a de reformar a estrutura – político-econômica – e abandonar o regime da propriedade privada.¹⁷¹

¹⁶⁸ CIA, Central Intelligence Bulletin, 03 de agosto de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 17/07/1963.

¹⁷⁰ SKIDMORE, 1982, pp. 316, 347.

¹⁷¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Alde Sampaio (UDN-PE), em 28/05/1962, Aniz Badra (PDC-SP), em 13/05/1963, Afrânio de Oliveira (UDN-SP), em 28/06/1963. Importante destacar que, na convenção

Em termos do arranjo dos partidos de apoio, a insistência de Goulart com a reforma agrária era ruínosa. Isso porque o PSD, sua mais importante base parlamentar afora o PTB, defendia o oposto, em razão de sua tradicional força política se assentar nos grandes latifúndios.

Juntamente com o acirramento das discussões políticas e da insatisfação social, a inflação e a crise econômica não davam mostras de contenção. Somado a isso, os empréstimos estrangeiros para o governo federal, a partir do segundo semestre de 1963, sofreram redução com a posição reticente do governo norte-americano. Nenhum novo acordo de auxílio foi assinado, exceto os acordos para o excedente do trigo e a assistência para o programa da Sudene, no Nordeste. Contudo, o uso político das linhas de financiamento externo não deixou de ser visto. Para Washington, naquele momento, parecia lógico negar ao governo Goulart apoio financeiro em prol da ajuda a governadores opositores. Os Estados Unidos preferiram, então, conduzir uma linha de crédito direta a governadores estaduais americanistas (ou “ilhas de sanidade administrativa”), a fim de “financiar a democracia” e contrabalancear o poder da união.¹⁷²

Brasília protestou junto às autoridades norte-americanas contra o que considerava um atentado à soberania nacional e à unidade da federação, ao interferir diretamente nos planejamentos de investimento. Nessa linha, os assuntos de ajuda externa deveriam ser centralizados no governo da União para, posteriormente e de acordo com critérios de necessidade e urgência estipulados pelo governo do Brasil, serem redistribuídos para os entes da federação. Prometia, assim, denunciar a Aliança para o Progresso caso esses entendimentos perdurassem por não respeitar o monopólio das relações exteriores pela união. Da forma como estava, marcada por pouca liberação de recursos e muita interferência política, a Aliança para o Progresso não mais interessava ao Brasil.¹⁷³ Os antiamericanos apontavam que o entendimento direto dos governadores com o governo norte-americano para receber recursos da Aliança para o Progresso atentava contra a Constituição e a competência do

nacional da UDN de abril de 1963, a “bossa nova” apresentou manifesto favorável às reformas agrária, tributária, bancária e urbana. Cf. BENEVIDES, 1981, p. 123.

¹⁷² SKIDMORE, 1982, p. 391. PARKER, 1977, p. 70.

¹⁷³ BANDEIRA, 2007, p. 629. BANDEIRA, 1999, p. 77. ARINOS FILHO, 2001, p. 452. VIZENTINI, 2004, pp. 225, 228. TAFFET, Jeffrey F. The making of an economic anti-American: Eduardo Frei and Chile during the 1960s. In: MCPHERSON, 2008, pp. 115, 124. CIA, Central Intelligence Bulletin, 05 de dezembro de 1962. CIA, Central Intelligence Bulletin, 07 de maio de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 30/10/1963.

Senado Federal.¹⁷⁴ Os americanistas e aliados dos governadores diretamente beneficiados com esse desenho de ajuda externa protestaram contra a determinação do governo federal de concentrar as verbas como forma de desprestigiar todo o programa da Aliança para o Progresso.¹⁷⁵ Nesse ponto, as autoridades norte-americanas ratificaram sua convicção de que Goulart era um caso perdido, agora com certa dose de desprezo e apontando a existência de comunistas à sua volta como um fator determinante:

*Ele [João Goulart] comentou [durante conversa reservada com Lincoln Gordon] que a Aliança é “muito pouco preocupada com a América Latina, especialmente com as massas populares” e alegou que a inexistência de uma ajuda em grande escala norte-americana para a América Latina é a maior razão para a desilusão com a Aliança. O embaixador Gordon crê que as críticas de Goulart e sua incapacidade de oferecer ideias construtivas em grande parte refletem o contínuo declínio na qualidade de seus assessores imediatos.*¹⁷⁶

Coincidindo com a estada da missão do ministro da fazenda San Tiago Dantas em Washington, o embaixador Lincoln Gordon prestou audiência à comissão de relações exteriores do senado norte-americano. Em seu depoimento, Gordon apontou para a “forte infiltração comunista” no movimento operário, nas entidades estudantis e no governo do Brasil. Como reação, o governo Jango ameaçou suspender, até novas instruções, as negociações que vinham sendo realizadas por Dantas nos Estados Unidos, o que, depois de uma confusão de versões nos jornais, acabou sendo desmentido publicamente. Diante da primeira notícia, os antiamericanos procuraram demonstrar “muita solidariedade, muito apreço” pela atitude do presidente, “atento à nossa soberania”.¹⁷⁷ Pelo mesmo motivo, o líder do PTB na Câmara sugeriu que o embaixador fosse considerado “*persona non grata*” no território nacional.¹⁷⁸ A partir dessa constatação, Gordon vinha sendo apontado como conduzindo o posto de diplomata em afronta às normas internacionais, atuando como verdadeiro político brasileiro:

¹⁷⁴ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 30/05/1963. A Constituição Federal vigente à época, em seu artigo 63, inciso II, estabelecia que competia privativamente ao Senado Federal autorizar empréstimos externos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

¹⁷⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Hamilton Nogueira (UDN-GB), em 05/07/1963.

¹⁷⁶ In: CIA, Central Intelligence Bulletin, 22 de novembro de 1963. Em outra ocasião, Gordon indicava que a “perniciosa influência de assessores que vão desde oportunistas adolescentes e irresponsáveis até prováveis comunistas” estava refletindo nas atitudes de Jango. Apud CIA, Central Intelligence Bulletin, 19 de agosto de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁷⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Clodomir Leite (PTB-PE), em 18/03/1963.

¹⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 18/03/1963.

*(...) [a atuação do embaixador Lincoln Gordon no Brasil] vem saindo dos limites estabelecidos, pelas normas e costumes. Assim age S. Exa. aqui realmente como um político brasileiro, de capital em capital, em contato com vereadores, prefeitos e governadores, e transformando os recursos da Aliança para o Progresso em máquina fabulosa de suborno, a serviço dos interesses norte-americanos. Além disso, conforme todos nós sabemos (...) o embaixador dos EUA promove reuniões secretas com patentes militares que se colocaram frontalmente contra a situação existente nas FFAA. Portanto, mantém estreito contato com o grupo que de longa data vem tentando subverter a ordem em nossa pátria.*¹⁷⁹

Da mesma forma:

*E nesta qualidade de brasileiro que venho estranhar, perante o Senado da República, as andanças do Sr. embaixador dos Estados Unidos pelo nosso País, a falar aqui e ali, a discursar em cidades, em capitais, em reuniões de associações de classe, usando linguagens muitas vezes afrontosa à soberania nacional.*¹⁸⁰

Não deixaram, também, de protestar contra o imperialismo norte-americano – em especial o antiamericanismo radical. Para essa vertente, a declaração de Gordon (um embaixador com propósito determinado, “encoberto sob a capa de professor universitário, de espírito liberal”¹⁸¹) diante do parlamento combinado com o momento das negociações da missão do ministro da fazenda Dantas tinha o objetivo, calculado com precisão, de afastar alguns dos dirigentes brasileiros, “justamente aqueles mais chegados ao povo” e que injustamente vinham sendo acoimados de comunistas, para deixar “livres as garras imperialistas”.¹⁸² Ao fim, na mesma linha argumentativa dos antiamericanos radicais, era mais uma tentativa de os Estados Unidos ferirem a soberania do Brasil, por meio da intromissão indébita nos negócios internos, informados pelo “gorilismo” daquele país (presente principalmente no Pentágono, o que não deveria ser confundido com o povo americano) para que repusessem seus interesses econômicos:

Pois bem, hoje os norte-americanos consideram que há infiltração comunista nos altos escalões da administração brasileira. Não há nada disso. (...) Qual é o nosso comunismo? Somos comunistas porque não aceitamos que o governo brasileiro financie companhias internacionais de telefones em detrimento do povo do Rio Grande do Sul e da economia brasileira. (...) Esta é a incorreção do Sr. Lincoln Gordon: trazer para o nosso país aquele

¹⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 19/03/1963.

¹⁸⁰ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 30/05/1963.

¹⁸¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Leonel Brizola (PTB-GB), em 19/03/1963.

¹⁸² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pereira Nunes (PSP-RJ), em 18/03/1963.

*“macarthismo” que já está mesmo exercendo uma verdadeira psicose de medo na própria nação norte-americana e que, de retorno, nos quer fazer comunismo até na sombra. (...) quero dizer que não sou comunista. Se fosse, eu o diria desta tribuna. Não sou homem para meia posição. Sou socialista.*¹⁸³

A sugestão do líder petebista de pedir a cabeça do embaixador americano causou um estridente protesto dos americanistas no sentido de que se pretendia preparar um “*casus belli*” com os Estados Unidos a partir de um pequeno incidente com o objetivo de celebrar “um pacto com o demônio”.¹⁸⁴ Além disso, aos americanistas coube minorar o incidente, afirmando que o jornal *Washington Post* publicou a opinião de que nenhum dirigente responsável dos Estados Unidos, incluindo-se o embaixador Gordon, descreveria o governo do Brasil como pró-comunista; as posições de poder eram ocupadas por não-comunistas e apenas marginalmente havia comunistas no governo. Segundo o editorial, no Brasil havia nacionalistas que desejavam a livre iniciativa em casa, mas uma política antiamericana no exterior. De acordo com essa ideia, a declaração de Gordon havia se limitado a esse aspecto apenas.¹⁸⁵ No entanto, outros defenderam que ele nada mais fez que dizer a verdade. A crescente *cubanização* do Brasil tinha como uma de suas causas principais a infiltração comunista no governo, facilitada pelo presidente, sendo alguns desses: o chefe da casa civil, o chefe do serviço de imprensa da presidência, o ministro do trabalho, o ministro da fazenda (que não era considerado comunista, mas vinha cortejando-os para fins eleitorais), o comandante do I Exército.¹⁸⁶ Quanto ao fato de Gordon vir empreendendo agenda de visitas em diversos pontos do Brasil, os americanistas defendiam que o embaixador somente ia aonde era convidado, fazendo exatamente o mesmo que o embaixador brasileiro em Washington costumava fazer nos Estados Unidos, defendendo a situação do País.¹⁸⁷

O departamento de estado norte-americano procurou conter quaisquer reações negativas ao incidente envolvendo Gordon. Em nota, afirmou que a publicação de suas

¹⁸³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 19/03/1963 e em 26/04/1963.

¹⁸⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Bilac Pinto (UDN-MG) e Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 05/04/1963.

¹⁸⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Miguel Bahury (PSP-MA) e Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 19/03/1963. O deputado Doutel de Andrade (PTB-SC), antiamericano, também fez menção ao mesmo editorial, em 19/03/1963.

¹⁸⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 22/03/1963 e em 05/09/1963, João Mendes (UDN-BA) e Amaral Neto (UDN-GB), em 02/04/1963, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 19/04/1963, Lauro Leitão (PSD-RS), em 13/05/1963, Herbert Levy (UDN-SP), em 12/06/1963, Flores Soares (UDN-RS), em 04/07/1963, em 05/09/1963 e em 13/09/1963, Raul Pilla (PL-RS), em 21/08/1963, Elias Carmo (UDN-MG), em 02/09/1963, Anísio Rocha (PSD-GO), em 07/11/1963, Bilac Pinto (UDN-MG), em 05/04/1963.

¹⁸⁷ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 30/05/1963.

declarações pelo congresso norte-americano não teve qualquer propósito de influenciar as negociações em curso com o ministro da fazenda Dantas, tratando-se apenas de uma coincidência. O que ocorreu, ainda de acordo com as autoridades dos Estados Unidos, foi uma interpretação errônea de uma frase isolada da declaração de Gordon. Para eles, a declaração não dizia que os comunistas possuíssem uma influência substancial sobre a política do governo brasileiro, tampouco era essa a opinião do governo dos Estados Unidos.¹⁸⁸

Diante das controvérsias, o ministro das relações exteriores, Hermes Lima, foi convocado pela Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre as negociações a cargo da missão do ministro da fazenda Dantas. Hermes explicou que as negociações nunca haviam sido suspensas e que todo o processo vinha ocorrendo dentro de critérios financeiros, sem qualquer ligação com preocupações acerca da política externa. O governo, ao fim, considerou satisfatória a nota do departamento de estado, mas não deixou de criticar aquilo que considerava uma opinião pessoal do embaixador Gordon:

*E por que o governo se defende dessa pecha de comunista? Porque não é comunista. Porque não há ato algum seu que possa ser indicado como comunista. (...) Não há ninguém comunista no governo, não há ninguém praticando atos comunistas no governo.*¹⁸⁹

Os acontecimentos em torno da missão do ministro da fazenda Dantas representaram a oportunidade de se testemunhar duas das grandes linhas dos Estados Unidos em relação aos países do Terceiro Mundo no cenário da Guerra Fria. A primeira, mudar a economia desses países, tornando-as viáveis e saudáveis; a segunda, mudar as mentes, extirpando os traços significativos da ideologia comunista. Ambas tinham o mesmo propósito: tornar o mundo um lugar mais seguro para os Estados Unidos e, por que não, mais rentável.¹⁹⁰

Com o avançar de poucos meses, principalmente a partir do segundo semestre de 1963, a polarização testemunhada na política brasileira gerou graves preocupações quanto à estabilidade do regime. Cada grupo dizia-se armado de verdades e moralidades e não admitia que o mesmo ocorresse do lado oposto. As posições antitéticas não se resumiam, como era de se supor, apenas a antiamericanos e americanistas, esquerda e direita. Dentro de cada um desses conjuntos, existiam subgrupos que se tornaram irreconciliáveis, principalmente entre a esquerda, que oferecia apoio ao governo e buscava de forma mais frenética influenciar os rumos de Jango. Os moderados (antiamericanos e americanistas) assistiam a tudo com

¹⁸⁸ In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Maurício Goulart (PTN-SC), em 21/03/1963.

¹⁸⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, em 05/04/1963.

¹⁹⁰ WESTAD, 2005, p. 405.

apreensão, tentando ainda encontrar alguma solução conciliatória para a situação de crise perene que se instalara no País. Um desses, o senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO), dizia temer que os extremismos da direita e da esquerda contaminassem a opinião pública, o que seria um desastre. Nesse aspecto, Lincoln Gordon era mais incisivo. Cria inexistir alguma pessoa com visões moderadas e um julgamento balanceado no círculo imediato de assessores do presidente Jango.¹⁹¹ Na oposição, e mesmo dentro da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, ocorria o mesmo. Os papéis de destaque da cena política nacional passariam a ser exercidos em sua ampla maioria pelos radicais, dando ensejo a um debate que atingiria a fronteira da esquizofrenia e da dramaticidade. No centro de tudo, um enredo explosivo: o anticomunismo, potencializado pelo pano de fundo oferecido pela Guerra Fria.

¹⁹¹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 15 de agosto de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

CAPÍTULO 6

Ápice do medo comunista, golpe e as primeiras medidas do governo “revolucionário”

Os acontecimentos históricos posteriores comprovaram que, após a escolha de Goulart por uma postura mais rígida quanto à implementação das reformas de base e de tom menos conciliatório, testemunharam-se movimentos cada vez mais violentos pela sua saída antecipada do cargo. A atmosfera política exalava denúncias de golpes, tanto da esquerda quanto da direita. A partir daí tornaram-se mais vigorosos os apelos para a constituição de uma frente única contra o governo, uma “união sagrada” anticomunista, em que as divergências entre os grupos deveriam tornar-se secundárias no momento em que estava em jogo a salvação comum. No Congresso, os tradicionais americanistas, de modo geral, apoiavam a destituição de Goulart, a fim de “barrar o caminho da ilegalidade”¹.

No entanto, a divisão de forças entre americanistas e antiamericanos deixava de fazer sentido à medida que a maior preocupação tornara-se o comunismo dentro do Brasil, notadamente a partir do segundo semestre de 1963. As temáticas de política externa e modelos para o desenvolvimento do Brasil se perderam diante da exacerbação das opiniões acerca dos rumos da política nacional. Daí em diante, faz mais sentido se referir aos grupos políticos no Congresso como “frente de apoio ao governo” e “anticomunistas”. Afinal, as discussões e as polêmicas que envolveram o cenário político brasileiro enfatizaram quase que exclusivamente a dinâmica doméstica. Mas isso não diminuía o fato de que a esquizofrenia do anticomunismo e do golpismo, em termos práticos, teve como grande impulso a Política Externa Independente.

Nesse sentido, muitos parlamentares antiamericanos moderados e que ao mesmo tempo aliavam-se ao anticomunismo passaram a engrossar o grupo que reivindicava a saída

¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Maurício Goulart (PTN-SP), em 31/03/1964.

do presidente. Por isso, quando a ameaça comunista do governo Jango parecia mais iminente, reforçaram suas credenciais anticomunistas para, então, se oporem ao governo.² Pela lente anticomunista, tudo que fosse distinto parecia vermelho. Em Washington, o embaixador do Brasil, Roberto Campos, solicitou, em 4 de setembro de 1963, sua exoneração do posto. A justificativa era a crescente esquerdização do governo para o qual trabalhava. Apesar disso, a pedido de Goulart, permaneceu no cargo. O gesto não poderia deixar de ser sintomático. Americanistas e Washington passaram a demonstrar repugnância à administração brasileira. Isso ainda não significava o rompimento com o presidente Goulart, visto que era considerado viável ainda uma recomposição com os anticomunistas. Mas a linha limítrofe estava bem próxima.³

Como se vê, nos meses que precederam ao golpe, o emprego do recurso de fundo liberal em que contrapunha *democracia* a *comunismo* se intensificou. Com isso, eram denunciados os riscos que a democracia corria sob o regime de Jango, estendendo a todos os anticomunistas o rótulo de *democratas*. No Congresso Nacional, os anticomunistas apresentavam-se, muito oportunamente, como defensores da democracia em contraposição a um grupo supostamente homogêneo e comunista, configurando-se numa luta política pelos conceitos “adequados”.⁴ Em verdade, o conceito de democracia defendido tinha sentido vago para a maior parte de seus proponentes que, não raro, nada tinham de democráticos e a favor de maior participação popular. Não passava, muitas vezes, de um rótulo vazio de conteúdo, utilizado apenas para demarcar aquilo que era contrário ao comunismo. Enfim, o adjetivo era simpático, com grande poder legitimador e, no plano das relações internacionais, ligava-se à defesa de valores também propostos pelos Estados Unidos, que na Guerra Fria ofereciam seu exemplo de democracia contra o sistema tirânico soviético.⁵ Primeiro o americanismo, depois o anticomunismo, presentes no Parlamento brasileiro, vinham adotando com frequência essa linha de argumentação. Mas os eventos do segundo semestre de 1963 e dos primeiros meses de 1964 contribuíram para alastrá-la. E o discurso da defesa da democracia convinha em qualquer situação, mesmo que para isso fosse necessário um regime autoritário e forte – por um curto lapso temporal – diante da “traíçoeira” ameaça comunista.

² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Edson Garcia (UDN-MT), em 31/03/1964.

³ MOTTA, 2002, p. 257.

⁴ KOSELLECK, 2006, p. 101.

⁵ MOTTA, 2002, pp. 40, 248.

Próximo a março de 1964, o sentimento anticomunista galvanizou as ações em prol da derrubada pela força de um presidente que supostamente colocaria o Brasil no caminho da invasão vermelha. Daí a relativa coesão da oposição ao governo e das Forças Armadas tornar-se capaz de impor uma solução política antipopular – um golpe – ainda que com a tentativa de conceituá-la como “revolução”.⁶ A sucessão de acontecimentos, ao invés de contribuir para uma saída conciliatória, apontava para a radicalização das soluções. Mas não só: a reação e a postura da presidência de João Goulart a movimentos sediciosos de militares de patente inferior, um pedido de suspensão temporária dos direitos fundamentais e, principalmente, a inauguração de uma nova ofensiva governamental com vistas a forçar a efetivação das reformas de base constituíram fatores determinantes. A isso se seguiu o golpe, a inauguração de uma nova política externa e o expurgo dos “comunistas”. Os motivos para todos esses acontecimentos compõem um dos mais polêmicos, vivos e abertos debates da historiografia brasileira. Mas nele, alguns temas não podem deixar de constar, como comunismo, Guerra Fria, Estados Unidos, Política Externa Independente. A esses somamos outros dois: americanismo e antiamericanismo.

1. O cenário político doméstico e a exacerbação do medo da implantação do comunismo internacional no Brasil durante o segundo semestre de 1963

Em um cenário já bastante conturbado pelas greves, o País testemunhou um novo acontecimento que contribuiu sobremaneira para a munição política daqueles que acusavam o governo dos riscos de comunização, o Levante dos Sargentos, em 12 de setembro de 1963. A partir do comando de um grupo de sargentos, algumas centenas de militares da marinha e da aeronáutica sublevaram-se em Brasília para protestar contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que negava aos graduados das Forças Armadas (sargentos, suboficiais e cabos) a possibilidade de exercerem mandato parlamentar. Em poucas horas, dominaram pontos estratégicos da cidade, como os aeroportos civil e militar, os escritórios do centro telefônico e do telégrafo e os ministérios da marinha e da justiça. Fecharam as rodovias de entrada e saída

⁶ De acordo com o Ato Institucional de 09 de abril de 1964, “a revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”.

da capital federal, aprisionaram aproximadamente trinta oficiais militares, o ministro Victor Nunes Leal, do STF, e o deputado Clóvis Coutinho da Motta, presidente em exercício da Câmara dos Deputados. Com a reação do governo, o movimento foi debelado no mesmo dia e todos os rebelados foram presos e duas vidas, perdidas. Os ministros militares, antes, haviam proposto ao presidente que levasse às últimas consequências a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis. O presidente do Congresso, senador Auro Moura Andrade, demandou a mesma atitude: punir com rigor e sem anistias, assim como qualquer outro movimento que representasse senão o “processamento da desorganização da vida brasileira para realizar fins políticos contrários à consciência democrática de nosso povo”.⁷

Ao contrário, o governo Goulart agiu, aos olhos da oposição, com gritante complacência com os revoltosos, ao anistiá-los em seguida. Mais do que às razões dos praças para o movimento de sedição, a atenção se voltou para o comportamento do governo. Parecia, então, confirmar os temores de que o presidente vinha promovendo a atuação da facção esquerdista nas FFAA, a fim de aumentar sua influência junto às armas, como um prelúdio ao golpe de Goulart com os comunistas. Isso porque, antes, Goulart vinha nomeando militares considerados “esquerdistas” para postos proeminentes. Cada vez mais, militares anticomunistas se convenciam de que o momento de dar início ao golpe contra o governo, planejado há muito tempo, estava chegando.⁸ Até mesmo setores antes moderados pediram um “basta” àquilo que acreditavam ser um processo que ia arrastando o País “aos baixios antidemocráticos”. Em suma, a resposta à reação de Goulart foi aguda e fez surgir o primeiro grande alarme anticomunista contra seu governo. A desconfiança das ações do presidente, sempre tão ligado aos sindicatos, ganhou uma comprovação de que, seja por complacência ou por maquinações políticas, tentava implodir os alicerces da ordem democrática, a começar com a hierarquia das FFAA.⁹

⁷ Revolta esmagada: ministros militares exigem do presidente punição rigorosa. **Jornal do Brasil**, 13/09/1963.

⁸ MOTTA, 2002, p. 254. CIA, Central Intelligence Bulletin, 22 de fevereiro de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 15 de junho de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 02 de agosto de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 09 de agosto de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. No documento da CIA de 2 de agosto de 1963, lê-se o seguinte: “o presidente Goulart tomou um importante passo em direção ao aumento de sua influência no exército. Em 16 de julho, Goulart aprovou a promoção de 16 oficiais para o posto de brigadeiro general ou um posto mais alto, alguns dos quais não desempenharam qualquer papel político proeminente. Oito desses possuem conexões esquerdistas ultranacionalistas. Os outros são descritos como ‘legalistas’. Um dos oficiais promovidos é Argemiro de Assis Brasil, da extrema esquerda e com prováveis ligações com o Partido Comunista Brasileiro. Assis Brasil estava muito embaixo da lista dos oficiais elegíveis para a promoção. Sua seleção provavelmente não poderia ser efetuada sem uma intervenção pessoal de Goulart”.

⁹ Basta, editorial. **Jornal do Brasil**, 13/09/1963.

Na Câmara dos Deputados, as acusações contra as intenções do presidente com a anistia foram imediatas. O vice-presidente da UDN, Flores Soares, responsabilizou diretamente a Goulart pelo Levante dos Sargentos, assim como de todas as greves, desordens e desagregação social que o Brasil experimentava. Como os demais anticomunistas, via nesse episódio a maquinação para a arrancada comunista a partir do próprio presidente da República, ou para o “perigo iminente da *bolchevização* do Brasil”¹⁰:

*O País está sendo inexoravelmente conduzido para dias muito difíceis e para um destino imprevisível, o País caminha para uma aventura, para o imprevisível. (...) está nos arrastando para que aventura, se para a aventura da ditadura do proletariado, da ditadura de Moscou ou de Pequim, da ditadura de Cuba, para a miséria do paredão, para os horrores do marxismo ou do comunismo? E não está fazendo isso não só através da propaganda, da instigação, porque é o próprio presidente da República que vai à praça pública, quem percorre o Brasil em propaganda direta.*¹¹

Os apoiadores do governo, de certo modo, procuraram repartir a responsabilidade pelo levante entre o presidente e o Congresso, devido à sua apatia e desmoralização de ter entre a maior parte de seus membros parlamentares financiados pelo Ibad e de não ter tido capacidade de atualizar a Constituição no ponto da elegibilidade dos sargentos.¹² Para o líder do governo na Câmara, a reivindicação dos sargentos foi justa e a postura do presidente, correta. Tancredo Neves, de outro modo, apontando para a radicalização reinante na política brasileira, atacou a “extrema direita conservadora” do Legislativo, pelo estranho conluio que fez com a “a extrema esquerda revolucionária”, como um fogo cruzado contra Goulart, “o encontro do erro com o engano, da malícia costumeira e habitual com a boa fé imatura”:

*Subitamente as alas mais discordantes desta Casa uniram-se, ontem, nas acusações injustas contra o presidente da República. (...) a tônica dos oradores, no último mês, tem sido a falta absoluta de respeito à autoridade do presidente da República. A cada discurso voltam a bater em teclas já surradas, na velha tecla da moralidade administrativa, das nomeações, da incapacidade do governo e outras mais.*¹³

Em resposta, o líder da minoria, deputado Pedro Aleixo, criticou a ausência do presidente no momento da rebelião, que estava no Rio Grande do Sul inaugurando obras e

¹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 27/09/1963.

¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Flores Soares (UDN-RS), em 13/09/1963.

¹² Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Pereira Nunes (PSP-RJ) e Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 13/09/1963, Henrique Oest (PSP-AL), Marco Antônio (PST-GB), em 12/09/1963, Argilano Dario (PTB-ES), em 27/09/1963.

¹³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Tancredo Neves (PSD-MG), em 13/09/1963.

que, segundo nota, não via motivos suficientes para a antecipação de seu retorno. Ademais, condenou o que considerou como “atitude tibia” do presidente diante dos que lhe propunham golpes contra as instituições. Para ele, o levante tinha como autores intelectuais indivíduos que buscavam promover a desordem, ludibriando modestos servidores militares, apesar da clareza do texto constitucional na parte em que proibia a eleição de sargentos¹⁴, a revoltarem-se para ganho político próprio. Do clima de desordem, motim e subversão pretendiam os conspiradores que estavam aproximados a Goulart – e que pior, contavam com o apoio tácito do presidente – criar condições para a revolta e o golpe de estado. A oposição na Câmara exigia uma reformulação da postura de Goulart a esse respeito.¹⁵ No Senado, a oposição dividia a mesma interpretação, apontando que o levante fora o reflexo e o sintoma da inquietação geral, e que Goulart vinha sendo omissivo no cumprimento da Constituição.¹⁶ Os tradicionais antiamericanos radicais, atuando na condição de esquerda radical, por seu turno, enxergaram no Levante dos Sargentos a comprovação de que o Estado brasileiro – todo ele, Legislativo, Executivo e Judiciário – deveria se mobilizar para atualizar as instituições e reformar a sociedade, “do contrário ninguém escapará para contar a história a curto prazo”.¹⁷

A sucessão de acontecimentos não apontou trégua dos desafios colocados diante do governo Goulart. Em outubro de 1963, após a repercussão de uma entrevista de Carlos Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*, em que o governador da Guanabara chamava Goulart de “inepto” e “favorável aos comunistas” e que seu governo poderia cair antes do fim do ano, criticando também os chefes das FFAA, os ministros militares sugeriram ao presidente a decretação do estado de sítio. Eles já vinham o pressionando nesse sentido em virtude da profusão de greves nas grandes cidades. Agora, a justificativa apresentada, apesar de não declarada oficialmente, o convenceu. Em 4 de outubro, então, o presidente enviou ao Congresso o pedido de autorização para decretar estado de sítio. A intenção, ao fim, era afastar Lacerda (e também o governador de São Paulo, Ademar de Barros) da política nacional, retirando-o do cargo de governador da Guanabara, devido ao fato de vir praticando

¹⁴ A votação no STF no dia 11 de setembro foi de 7 contra 1 pelo descabimento de recurso interposto de decisão que julgou inelegíveis sargentos.

¹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Pedro Aleixo (UDN-MG), em 12/09/1963 e em 13/09/1963, Elias Carmo (UDN-MG) e Francelino Pereira (UDN-MG), em 13/09/1963, Arruda Câmara (PDC-PE), em 19/09/1963.

¹⁶ Discursos Senado Federal. Senadores Cortês Pereira (UDN-RN), em 13/09/1963, Silvestre Péricles (PSD-AL), em 17/09/1963, e Aloísio de Carvalho (PL-BA), em 18/09/1963.

¹⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Neiva Moreira (PSP-MA), em 13/09/1961.

conspiração contra o governo federal. Esse era um desejo do governo da União que vinha sendo acalentado há bastante tempo.

No Congresso, a reação da maioria foi no sentido de não acolher o pedido de Goulart para a implantação da lei marcial no País. À esquerda e à direita no Legislativo achava-se que o estado de exceção pretendido por Jango representaria uma tentativa de golpe perpetrado pelo grupo oposto. Até mesmo entidades que vinham consagrando apoio incondicional a Goulart manifestaram-se radicalmente contrárias, entre elas o CGT e a UNE.¹⁸ No Senado, foram testemunhadas algumas manifestações de apoio explícito ao pedido de estado de sítio. Para Arthur Virgílio, líder da maioria, Lacerda e Barros eram realmente homens nocivos para a estabilidade democrática do País. O primeiro por ser a “*pars magna*” de todos os golpes que se produziram nos últimos anos no Brasil; o segundo por vir clandestinamente contrabandeando armas, segundo documentos das FFAA a que teve acesso.

De outra forma, o PTB na Câmara dos Deputados assegurou apenas no princípio apoio unânime, mas recuou ao perceber que a repercussão da medida junto à opinião pública fora negativa. O líder petebista opôs-se abertamente ao pedido; por esse motivo foi substituído em seguida. Da mesma forma, a base de apoio, apesar de concordar que Lacerda e Ademar conspiravam contra o governo, não apoiou o estabelecimento do estado de sítio.¹⁹ Os tradicionais americanistas, revestidos agora mais na função de anticomunistas, naturalmente, desconfiaram das intenções do presidente com o pedido, para eles “precipitado e leviano”²⁰, como um possível instrumento para reprimir as oposições e ensaiando soluções antidemocráticas para o impasse político com a supressão das garantias fundamentais dos cidadãos.²¹

¹⁸ SKIDMORE, 1982, p. 318. BANDEIRA, 2007, p. 610. MOTTA, 2002, p. 257. Presidente insiste na aprovação do sítio. **Jornal do Brasil**, 07/10/1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 06 de abril de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 20 de setembro de 1963. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Marco Antônio (PST-GB), em 04/10/1963, Neiva Moreira (PSP-MA), em 07/10/1963

²⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Pedro Aleixo (UDN-MG), em 07/10/1963.

²¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Dirceu Cardoso (PSD-ES), Edvaldo Flores (UDN-BA), Eptácio Cafeteira (UDN-MA), Geraldo de Pina (PSD-GO), Padre Godinho (UDN-SP), Pedro Aleixo (UDN-MG), em 04/10/1963, Herbert Levy (UDN-SP), Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 07/10/1963, Peracchi Barcellos (PSD-RS), em 10/10/1963. As garantias fundamentais que seriam levantadas com a decretação do estado de sítio eram: sigilo de correspondência, direito de reunião, liberdade de associação, inviolabilidade do lar, direito de não ser preso senão em flagrante delito, direito de fiança, *habeas corpus*, mandado de segurança, direito de representação contra abuso de autoridade, obrigação de qualquer autoridade de comunicar ao juiz a prisão de qualquer pessoa.

Três dias depois do envio da mensagem em que solicitava o estado de sítio, o presidente João Goulart a retirou de tramitação, sob a justificativa de que novas circunstâncias lhe tinham sido explicadas por seu ministro da justiça e pelos ministros militares. A Câmara recebeu com alívio a decisão. A oposição dizia que o único remédio legal à falta de capacidade do presidente para governar o País e demonstrada com o pedido de sítio seria o *impeachment*, demandando para isso a saída do PSD da base governista, partido essencial para a sustentação de Jango na presidência e que poderia representar a possibilidade de se alcançar o quórum de 2/3 necessários para a sua aprovação.²² De outra parte, o líder do governo, Tancredo Neves, defendia que o episódio do sítio se encerrava com duas advertências: uma aos conspiradores, Lacerda e Ademar, para que renunciassem a esse tipo de expediente; a outra à oposição, para que cessasse a campanha de ódios e ressentimentos contra o governo. Ao fim, o governo continuou levantando dúvidas quanto a seus objetivos políticos, os governadores intensificaram sua campanha conspiratória e a oposição não deu trégua ao Executivo.

Depois dos episódios do levante e do pedido de estado de sítio, o anticomunismo brasileiro se amalgamou. Ficou mais frequente a convocação de todos os “democratas” para impedir que Jango “e sua equipe comunista” transformassem o Brasil em nova Cuba.²³ Com a aproximação do fim do ano de 1963, até mesmo partidários do presidente Goulart não mais escondiam as críticas à atitude que consideravam de excessiva complacência diante da infiltração comunista no seu governo.²⁴ Uma crise estava se formando. Ia se verificando a criação de uma atmosfera pré-golpe, em que o antagonismo entre comunismo (fictício nesse aspecto) e anticomunismo tornava-se insustentável. Os congressistas do segundo agrupamento falavam em indispensabilidade de serem os comunistas enfrentados, sob pena do perecimento “covarde” dos democratas e de “planos *comunizantes* em execução”, juntamente com críticas à passividade com que o ministro da guerra e os oficiais das FFAA aceitavam as manobras *comunizantes* do presidente.

Para quem acompanhasse o dia-a-dia dos debates parlamentares a partir dos últimos meses de 63, muito provavelmente deduziria que algo terrível aconteceria no cenário político brasileiro em breve. As homenagens desse ano em memória das vítimas da Intentona

²² Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Padre Vidigal (PSD-MG), em 04/10/1963, e Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 07/10/1963.

²³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 10/10/1963.

²⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Antônio Bresolini (PTB-RS), em 19/09/1963, Bezerra Leite (PTB-PE), em 08/10/1963

Comunista foram especialmente exploradas como mote para acusar o governo Jango de pró-comunista.²⁵ A carga de dramaticidade, com referências a maquinações sinistras e a um mundo inimaginável e indizível de terror e escuridão que o comunismo representava, e a constância com que aparecia eram um indicativo de que uma solução de conciliação vinha se transformando em uma alternativa cada vez mais remota:

*É preciso que todos aqueles que desejam ver a continuidade do regime democrático cerrem fileiras contra a política soviética de João Goulart (...) o regime está em perigo e o amanhã é o desconhecido.*²⁶

Do lado oposto, a esquerda radical mantinha a linha de que não havia qualquer projeto de *comunização* do Brasil. A luta se daria não contra a propriedade privada, a religião, o sistema de defesa dos direitos individuais, como previa o comunismo; mas sim contra a espoliação econômica do povo, dos Estados Unidos ou de seus “testas-de-ferro” e “traidores da nação” no Brasil.

Mas nesse momento, de modo geral, o anticomunismo acreditava em alguma possibilidade de Jango retroceder em seus intentos comunizantes. Por esse motivo, procuravam alertar o presidente das diversas tentativas, segundo suas avaliações, de infiltração de elementos comunistas nos sindicatos, nos movimentos de lavradores e na sociedade em geral.²⁷ Entrementes, a acusação de maior relevância a respeito de eventual infiltração comunista atingia o próprio governo Goulart:

(...) o que ocorre com o caudilhismo brasileiro, com o nosso fascismo caboclo orientado para a república sindicalista, é exatamente um tipo de entendimento perigoso com o outro extremo, que é o comunismo internacional, um procurando valer-se do outro para a realização dos seus intentos. Tive oportunidade de dizer ao presidente da República que se cerca de elementos notoriamente voltados ao credo marxista. (...) o Sr. presidente da República nestas transigências leva-as ao ponto de ter em seus assessores próximos elementos marcadamente comunistas, com cursos feitos em Moscou, o que revela já aí uma transigência criticável e perigosa. Quando S. Exa. açula determinadas forças, não sabe se estará em condições de contê-las. (...) na verdade nenhum de nós tem ilusões quanto aos sentimentos íntimos do Sr. presidente da República, que serão necessariamente

²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Geraldo Freire (UDN-MG), em 08/11/1963, Elias Carmo (UDN-MG), em 12/11/1963, Flores Soares (UDN-RS), em 20/11/1963 e em 27/11/1963, Cunha Bueno (PSD-SP), Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), Abel Rafael (PRP-MG), Oswaldo Zanello (PRP-ES), Pedro Anschau (PRP-RS), em 27/11/1963, Adauto Cardoso (UDN-GB), em 22/08/1963.

²⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Anísio Rocha (PSD-GO), em 13/11/1963.

²⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Anísio Rocha (PSD-GO), em 02/07/1963.

*anticomunistas, pela sua formação, pelas suas origens, pelos seus interesses, proprietário de terras que é, e grande. (...) o presidente da República faz este jogo perigoso. Brinca com pólvora. (...) O caudilhismo caboclo une-se aos comunistas internacionais.*²⁸

A esta altura, a política externa brasileira havia deixado de compor o centro das discussões políticas, quando comparado com o período da chancelaria San Tiago Dantas. No âmbito da política internacional, a conexão entre Guerra Fria e necessidade de claro comprometimento do governo brasileiro quanto às suas exigências do ponto de vista de Washington manteve-se em evidência. Próximo do fim de 1963, foram descobertas armas cubanas na Venezuela, segundo acusação do governo local. Em consequência disso, houve uma tentativa de implementar uma ação coletiva pela OEA contra Cuba. Goulart, seguindo sua visão já consagrada de interpretar o problema como de fundo bilateral, sugeriu ao embaixador Gordon que o melhor seria a negociação direta entre os Estados Unidos e a Venezuela, com isso evitando qualquer ação da OEA. Para as autoridades norte-americanas ficava confirmado mais uma vez que o presidente brasileiro definitivamente não estava disposto a dividir as mesmas preocupações quanto às repercussões da Guerra Fria para o hemisfério.²⁹

Em fins de junho de 1963, Goulart e Kennedy entrevistaram-se rapidamente no Vaticano, durante a posse do Papa Paulo VI. Na ocasião, o presidente norte-americano renovou seu pedido para uma solução da compra das concessionárias de serviços públicos. Ambos justificaram suas posições – de insistência da parte de Kennedy e de dura resistência da de Goulart – em decorrência de fortes pressões internas. Goulart procurou também, mais uma vez, contraditar as acusações de que seu regime estava infiltrado de comunistas e, ao mesmo tempo, reclamou maior ajuda financeira dos Estados Unidos. O encontro pouco contribuiu para o aperfeiçoamento das relações entre os dois países.³⁰ Ademais, parte dos americanistas, nesse momento, não estava disposta a conceder o benefício da dúvida a Goulart quanto às suas tendências comunistas. Por isso, acusou-o de, sob o pretexto da viagem ao

²⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 17/08/1962, em 12/09/1962 e em 11/12/1963.

²⁹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 24 de dezembro de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

³⁰ BANDEIRA, 2007, p. 606. CIA, Office of the Deputy Director, 01 de julho de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

Vaticano, tentar desviar da atenção da opinião pública sua “obra de traição” que executava no País.³¹

Em setembro de 1963, o presidente iugoslavo Josip Broz Tito visitou o Brasil. Tito, que visitava países latino-americanos, buscava ampliar o intercâmbio comercial e obter apoio à política de não-alinhamento. Apesar de se encontrar com Goulart, o presidente iugoslavo abreviou sua estadia diante da grande mobilização contrária à sua visita, especialmente dos governos de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais.³² Americanistas e anticomunistas repeliram a presença de Tito e a homenagem feita pelo Congresso Nacional a ele como um gesto de reverência ao comunismo internacional e a um “tirano sanguinário”.³³ Para os antiamericanos, o fato de recebê-lo não constituiria afronta à condição de país católico e democrático do Brasil. Tratava-se apenas de uma costumeira visita de um chefe de estado de país com que o Brasil mantinha relações diplomáticas.³⁴

Em fins de novembro de 1963, John Fitzgerald Kennedy foi assassinado, fato que foi recebido com grande comoção por todos os agrupamentos de parlamentares no Congresso de forma indistinta.³⁵ O novo presidente, Lyndon Baines Johnson, aplicou uma política externa e interna mais dura, sem ser absolutamente diferente da que Kennedy vinha empreendendo em relação ao Brasil e à tendência em apoiar um eventual golpe contra Goulart. Como em muitas outras áreas, Kennedy havia deixado o problema do Brasil sem desfecho, uma tarefa a ser

³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 02/07/1963.

³² VIZENTINI, 2004, p. 217.

³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Ivan Luz (PRP-PR), Padre Vidigal (PSD-MG), em 02/09/1963, Padre Godinho (UDN-SP), em 06/09/1963, Abel Rafael (PRP-MG), em 09/09/1963 e em 16/09/1963, Cunha Bueno (PSD-SP), em 10/09/1963, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 11/09/1963, Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 12/09/1963, Elias Carmo (UDN-MG), em 13/09/1963, Arruda Câmara (PDC-PE), em 13/09/1963 e em 23/09/1963, Padre Nobre (PTB-MG), Euclides Triches (PDC-RS), em 16/09/1963, Braga Ramos (UDN-PR), em 18/09/1963, Correa da Costa (UDN-MT), Geraldo Freire (UDN-MG), em 23/09/1963.

³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Fernando Santana (PTB-BA), em 06/09/1963, Henrique Oest (PSP-AL), em 16/09/1963, Benedito Cerqueira (PTB-GB), em 17/09/1963, Afonso Celso (PTB-RJ), em 20/09/1963, Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 01/10/1963.

³⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Tenório Cavalcanti (PST-RJ), em 22/11/1963, Ranieri Mazzilli (PSD-SP), em 23/11/1963, Magalhães Melo (UDN-PE), Pereira Nunes (PSP-RJ), Medeiros Neto (PSD-AL), em 25/11/1963, Gustavo Capanema (PSD-MG), em 26/11/1963. Nesse aspecto, os antiamericanos radicais tenderam a sustentar que as razões para o assassinato decorreram de um plano conspiratório de grupos conservadores norte-americanos. Exemplo disso, pode ser encontrado nos discursos dos deputados Pereira Nunes (PSP-RJ), de 25/11/1963, e Derville Alegretti (MTR-SP), de 03/12/1963. Os americanistas, além do gesto de pesar, procuraram sugerir que o nome de Kennedy fosse agraciado pelo Prêmio Nobel da Paz (como o fez o deputado Magalhães Melo) ou homenageado com a denominação de cidades no Brasil, como foi o caso da sugestão de Medeiros Neto para substituir o nome da cidade-satélite do Distrito Federal de Taguatinga para Presidente Kennedy.

cumprida por seu sucessor.³⁶ Durante a nova presidência, os norte-americanos afirmavam não estarem dispostos a barganhar em assuntos de transcendental importância como a segurança mundial e nacional.³⁷ Isso, apesar de percebido pelos antiamericanos como um retrocesso na política externa norte-americana, pouco influenciou o curso dos acontecimentos no Brasil.

2. 1964: a política fora das institucionais; as soluções fora da Constituição

1964 iniciou-se em uma atmosfera de aguda radicalização e incerteza. Como se não bastasse isso, as relações entre Executivo e Legislativo, Goulart e os parlamentares, inclusive aqueles que faziam parte de sua base de apoio, tornaram-se, com o tempo, mais áridas e distantes. As audiências entre o presidente, deputados e senadores passaram a ser mais espaçadas e com menor número de convidados. De sua parte, Goulart acreditava que 1964 deveria ser um ano especial, com a mesma significação dos anos que assinalaram a proclamação da independência, a abolição da escravatura, a proclamação da República e a promulgação da legislação trabalhista. Prometia, portanto, que seria um ano diferente dos demais.³⁸

Mas diante da paralisação das propostas que continham as reformas de base no Congresso, passou a apresentar as alternativas políticas em termos de dilema: reforma ou revolução; salientando, ao mesmo tempo, que em hipótese nenhuma o dilema seria reforma ou golpe. A ideia do dilema Jango tomou emprestado de outro presidente, John Kennedy. Se com o norte-americano essas palavras soaram insuspeitas, com Jango elas foram motivo de maior suspeição de suas intenções comunistas: ou as reformas de base viriam, ou o Brasil teria de fazê-las de outra forma, talvez pela revolução. Com isso, o campo para intrigas e o trabalho divisionista foi aberto amplamente.³⁹

Como consequência, Goulart viu-se isolado politicamente, com o esgotamento das negociações com o PSD e os grupos mais conservadores, para implementar a agenda do governo. Na Câmara dos Deputados, o novo ano teve início com uma forte ofensiva anti-

³⁶ VIZENTINI, 2004, p. 227. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 18/12/1963. WESTAD, 2005, p. 141.

³⁷ Declaração de Thomas Mann, secretário adjunto do presidente Lyndon Johnson. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Guerreiro Ramos (PTB-GB), em 02/03/1964.

³⁸ Goulart pede reformas radicais ao Congresso. **Jornal do Brasil**, 16/03/1964.

³⁹ JUREMA, Aberlado. **Sexta-feira, 13**: os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964, pp. 97, 98. Apud SILVA, 2007, p. 68.

governo. Até mesmo confidentes do presidente apontavam para a situação crescentemente frágil do Executivo. Os amigos justificavam isso como decorrência da exaustão física e psicológica de Jango, o que contribuía para a sua ineficiência.⁴⁰ Seus opositores, da radicalização rumo a um governo personalista ao estilo “república sindicalista”, sujeita a todo tipo de influência comunista. Isso acrescido de um aspecto que criava graves preocupações aos anticomunistas: o relativo descaso das FFAA a todo o acirramento político, ao menos naquele momento.

O governo continuava sendo apontado como o maior protetor da propaganda comunista no País, sendo que, desse modo, uma “guerra revolucionária” estava em curso, seguindo tendência que vinha se tornando mais intensa a partir de fins de 63.⁴¹ A tensão política, como se não fosse suficiente, vinha sendo frequentemente alimentada pelas renovadas trocas de acusações entre a esquerda e a direita de que o presidente estivesse planejando tomar maiores poderes. Carlos Lacerda, mais uma vez demonstrando plena vitalidade para o golpismo, acusava Jango de preparar a implantação de um governo com características totalitárias. O deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, fez uma série de discursos contra o governo, acusando Goulart de ter se tornado “instrumento dos comunistas” e de estar empreendendo uma distribuição de armas a camponeses e trabalhadores da orla marítima. Embora as acusações fossem violentas, até então grande parte dos anticomunistas, como o próprio Bilac, continuava deixando uma margem (cada vez mais estreita) para um eventual recuo de Jango se desvencilhar dos “aliados comunistas” e paralisar, por consequência, a progressão dos planos revolucionários. Da parte dos governadores antiamericanos, Miguel Arraes também nutria desconfianças quanto à intenção do presidente em se perpetuar no poder. O cenário político incentivava a postura de alerta máximo por parte de praticamente todos os agrupamentos, pois se temia que a partir de um pretexto inesperado o golpe poderia ser desfechado.⁴²

⁴⁰ Durante a visita de João Goulart ao México, em 1962, por exemplo, foi relatado que ele havia sofrido de um pequeno ataque do coração e que, depois, a condição de sua saúde se tornara precária. In: CIA, Current Intelligence Weekly Summary, 15 de junho de 1962. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Correa da Costa (UDN-MT), Benedito Vaz (PSD-GO), em 17/01/1964, Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 21/01/1964, Arruda Câmara (PDC-PE), em 23/01/1964 e em 06/02/1964, Arnaldo Cerdeira (PSP-SP), em 05/02/1964, Último de Carvalho (PSD-MG), em 06/02/1964, Oscar Corrêa (UDN-MG), em 06/02/1964 e em 27/02/1964, Flores Soares (UDN-RS), em 19/02/1964, Plínio Salgado (PRP-SP), em 28/02/1964, Hermes Macedo (UDN-PR), em 02/03/1964, João Mendes (UDN-BA), Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 02/03/1964.

⁴² MOTTA, 2002, p. 260. CIA, Central Intelligence Bulletin, 06 de dezembro de 1963. CIA, Central Intelligence Bulletin, 20 de janeiro de 1964. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

A atuação dos anticomunistas no Congresso apontava, sabidamente, para a reedição do Plano Cohen, com que Vargas justificou o golpe do Estado Novo em 1937, apresentando as opções políticas unicamente entre comunismo e democracia. Os riscos de uma tomada do poder pelos comunistas – diretamente ou indiretamente assistidos pelo presidente da República – deveriam servir de justificativa para uma ação preventiva da parte dos “democratas” e anticomunistas. O processo de implantação do comunismo, se vitorioso, seria irreversível.⁴³ A situação propícia para o desfecho de um golpe preventivo, pois, tomava a sua forma final.⁴⁴ Para os governistas, ou tradicionais antiamericanos, a pretexto do receio de uma revolução comunista no Brasil, vinha sendo feita a defesa do *status quo* num país de miséria, de atraso e onde mais da metade da população permanecia analfabeta.⁴⁵

O presidente, da mesma forma, também carregava os seus temores a esse respeito. Ele sabia que poderia sofrer um golpe civil-militar a qualquer momento. Mas por hora acreditava ter forte influência nas FFAA (ao menos capaz de neutralizar qualquer tentativa mais séria) e, principalmente, o apoio do povo. A massa o sustentava. Diante dessa constatação, Jango decidiu elevá-la à condição de ator político de primeira grandeza. Com a movimentação da massa poderia, finalmente, aprovar as reformas de base, governar efetivamente, proteger o Brasil contra as ingerências externas, combater as empresas que gozavam de lucros excessivos, etc.

Com isso, a estratégia do governo foi ampliar a ofensiva política com o apoio dos principais grupos de esquerda a fim de retomar a possibilidade de o Congresso Nacional aprovar as reformas de base. Crescia a percepção, dentro do governo e da parte de seu aliados, de que somente por meio de muita pressão popular é que o Parlamento cederia à urgência de se aprovar as reformas. A partir de greves políticas⁴⁶, comparecimento a comícios e apoio dos sindicatos, Goulart almejava mobilizar a população do País em favor do governo e de suas reformas.

⁴³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Raul Pilla (PL-RS), em 21/08/1963. A defesa de uma ação preventiva vinha sendo feita há muito tempo, como aponta este trecho do discurso do deputado Nelson Carneiro de 1961: “(...) não basta apenas insurgir-se amanhã contra a ditadura (...) é preciso prever a ditadura, impedir que ela venha e que nos surpreenda”. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Nelson Carneiro (PSD-GB), em 01/02/1961.

⁴⁴ BANDEIRA, 2007, p. 630.

⁴⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Almino Afonso (PTB-AM), em 26/05/1962.

⁴⁶ Essas greves de trabalhadores eram políticas na medida em que não tinham o condão de reivindicar melhores condições de trabalho, mas, de forma clara e direta, influenciar o processo político, paralisado pelos interesses contrários e bem sedimentados no Congresso Nacional.

Essa estratégia, que já vinha sendo implementada nos anos anteriores, mas que nesse momento se intensificava, era vista com alarme e suspeita por diversos grupos políticos e sociais. Na medida em que o governo recorria mais a ela, maior a desconfiança e a aglutinação de uma frente única contrária a Goulart. Para muitos, a busca por um apelo carismático do próprio presidente junto às classes trabalhadoras parecia a tentativa de relançar a figura bem sucedida de Getúlio Vargas. Se houvesse ressonância pela população, como esperado por Jango, isso poderia conferir ao Executivo um peso sobremaneira independente frente aos outros poderes da República, inclusive das Forças Armadas, o que o tornaria um anátema para os grupos conservadores. Desenhavam-se opções sombrias para o Brasil se Goulart permanecesse na presidência, entre uma república sindicalista, a radicalização de uma “anarquia peleguista” ou a guerra civil.⁴⁷ E seria apenas uma questão de tempo para que todas elas resvassem para o comunismo, ainda que sem a intenção.

Enfim, as discussões políticas se deslocaram mais e mais para as mobilizações de massa. Por baixo de uma aparente apatia política da população brasileira, se avolumavam movimentos reivindicatórios no campo (como as ligas camponesas) e nas cidades (greves, revoltas) por uma vida melhor. Os grupos políticos procuraram, cada qual a seu jeito e a partir de suas sabedorias tradicionais, responder a essas demandas, que não podiam ser mais ignoradas. O trabalhismo de Goulart foi bastante hábil em converter sua proximidade com as entidades representantes dos trabalhadores em força política concreta, graças ao uso do populismo como fator de coesão entre governo e trabalhadores. O deslocamento do embate político das instituições tradicionais – o Congresso Nacional, principalmente – trazia embutido o risco de manutenção do sistema democrático. Os conservadores – aglutinados em torno do ideal anticomunista – intensificaram os movimentos de oposição ao governo de fora das instituições políticas ao perceberem que os resultados desse movimento eram bastante profícuos. E um de seus primeiros e principais alvos foram os quartéis.

A estratégia da esquerda radical – e agora cumprida por Goulart – para 1964 era promover comícios-monstros nas principais capitais do Brasil a fim de reunir o apoio popular a favor das reformas de base. Os críticos viram nisso a tentativa de instalar um regime de praça pública e assembleias, comandadas por agitadores comunistas. Jango pretendia apelar para as massas, a quem considerava como as únicas apoiadoras de suas medidas, diante da

⁴⁷ Roberto Campos. In: BANDEIRA, 1999, p. 15. DREIFUSS, 2006, p. 36.

crecente hostilidade das classes média e alta.⁴⁸ Em janeiro daquele ano, durante a assinatura do decreto que regulamentava a lei de remessa de lucros, o presidente deixava clara essa intenção:

*Não me afastarei do objetivo principal do meu governo que é o de promover o bem-estar das massas urbanas e rurais que até aqui têm sido mantidas à margem da vida nacional.*⁴⁹

Em 13 de março de 1964, Goulart anunciou aquilo que pretendia ser a efetivação de parte do seu programa de governo, durante uma concentração realizada no Rio de Janeiro, o Comício das Reformas ou Comício da Central do Brasil. O ato em si tinha o propósito de marcar o começo de uma nova fase no governo, vencidas as indecisões e flutuações da anterior, utilizando-se para isso o alinhamento com os radicais da esquerda em uma ofensiva pública a favor das reformas de base. Políticos apoiadores e governo fizeram um balanço extremamente positivo do evento, em que mais de 200 mil pessoas compareceram. O governo prometia um novo ato público no 1º de maio, em São Paulo, com cerca de cinco vezes mais pessoas. Com isso, Goulart pretendia demonstrar ao Congresso Nacional que sua força se assentava no povo, e de que o povourgia pela reforma da Constituição.⁵⁰

Os pontos ali tratados reforçaram as suspeitas de que o governo pendia cada vez mais para o comunismo. Entre eles a necessidade de se adotar no País uma reforma agrária em que o Estado não seria obrigado a indenizar previamente e em dinheiro o proprietário de latifúndio improdutivo⁵¹ e a possibilidade de desapropriar propriedades privadas valorizadas por investimentos públicos, situadas às margens de estradas e açudes. Além disso, anunciou a assinatura de um decreto de encampação das refinarias particulares de petróleo, uma antiga exigência dos sindicatos da Petrobras⁵², e acusou “forças poderosas” de criarem as condições

⁴⁸ Durante o discurso do Comício da Central, Goulart dizia dirigir-se “a todos os brasileiros. Não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste País. (...) Democracia é precisamente isto: o povo livre para manifestar-se, inclusive nas praças públicas, sem que daí possa resultar o mínimo perigo para a segurança das instituições”. In: Diário do Senado Federal, de 03/04/1964. CIA, Central Intelligence Bulletin, 19 de agosto de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁴⁹ João Goulart. Apud Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Ortiz Borges (PTB-RS), em 20/01/1964.

⁵⁰ As esquerdas têm novo comandante, por Barbosa Lima Sobrinho. **O Semanário**, 19/03 a 01/04/1964. BANDEIRA, 2007, p. 632. MOTTA, 2002, p. 262.

⁵¹ João Goulart defendeu durante o discurso da Central do Brasil que “reforma agrária feita com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária”, mas sim “negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário”.

⁵² CIA, Central Intelligence Bulletin, 27 de agosto de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

para o derramamento de sangue na medida em que levantavam obstáculos à emancipação do Brasil.

Antes de Jango, o deputado Leonel Brizola (PTB-GB) havia discursado no mesmo comício, exortando o presidente a abandonar a política de conciliação. Propunha uma solução mais radical, se necessário: a substituição do Congresso por uma assembleia constituinte de caráter popular. Dava vazão, mais uma vez, ao *slogan* “reforma já, na lei ou na marra”, traduzindo a crença dos radicais de que o levantamento das massas era mais democrático que a democracia formal conferida ao Congresso. As medidas de Goulart, juntamente com a presença dos demais políticos durante o comício, concretizavam parte do temor anticomunista de que vinha sendo impetrado um atentado à propriedade privada, à livre iniciativa e à liberdade, em favor das teses bolcheviques e, no caso das petrolíferas, de que o presidente vinha agindo sob pressão dos “pelegos do CGT” e dos “comunistas da Petrobras” para as tornar “cabide de empregos dos vermelhos”.⁵³ Como se não bastasse, três dias depois, o CGT ameaçou “tomar medidas concretas” caso o Congresso Nacional não aprovasse, dentro de um mês, o pedido de reformas encaminhado pelo presidente.

O Comício da Central significou um “divisor de águas” e teve como resposta a elevação no tom das críticas ao governo, considerando-o cada vez mais incorrigível.⁵⁴ O aglomerado anticomunista ganhava densidade a partir do sinal dado em 13 de março e interpretado como arrancada ao golpe por Goulart:

*Depois do discurso do dia 13 proferido pelo presidente da República no Comício da Guanabara, não houve quem não admitisse, de pronto, que estava dado o grande passo para o golpe.*⁵⁵

Ilusão e realidade se misturaram. Até mesmo setores sociais simpáticos às reformas de base e à administração Goulart se alinharam à pregação anticomunista antes reservada principalmente à ala americanista. Acreditavam que Goulart agia guiado pelos comunistas para atender a seus interesses pessoais de poder e que, ao fim, seria dispensado com o objetivo de consolidar os ideais socialistas no País. Construiu-se a noção em torno de Goulart que se tratava, naquele momento, de um “caudilho aliado do comunismo”, em que o “acerto

⁵³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Anísio Rocha (PSD-GO), em 13/11/1963. BARBOSA, 2000, p. 128. MOTTA, 2002, pp. 263, 264.

⁵⁴ MOTTA, 2002, p. 263.

⁵⁵ Discursos Senado Federal. Senador João Agripino (UDN-PB), em 16/03/1964.

de contas” viria depois.⁵⁶ Com isso, foi possível conciliar as características de “maior senhor de terras do País”⁵⁷ com aquele que implantaria o comunismo no Brasil.

Opositores tradicionais do governo e moderados enxergaram nesse conjunto de movimentos o prelúdio de uma ditadura sindicalista e/ou comunista.⁵⁸ Consideravam o Brasil “semi-ocupado pelo partido comunista” e por “agentes das potências estrangeiras” (leia-se União Soviética). Em São Paulo, senhoras rezavam um terço nos degraus da Catedral, na Praça da Sé, pedindo proteção a Deus contra a ameaça comunista, um tradicional inimigo da religião. A fim de contrapor o comício de Jango, segmentos da sociedade temerosos do perigo comunista organizaram uma série de manifestações pela deposição do presidente. Afinal, os grandes “debates” políticos passaram a ser realizados na rua, fora do recinto do Congresso Nacional. Surgiam, então, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira em São Paulo no dia 19 de março, com o apoio da Igreja Católica, que exortava uma luta “da luz contra as trevas”, e de ampla frente anticomunista. Dela participaram, entre outros parlamentares, o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade, e os deputados Cunha Bueno⁵⁹ e Herbert Levy e o senador Padre Calazans. A convocação para a mobilização anti-governo fazia referência ao ponto principal da crítica utilizada há muito tempo antes pelos americanistas contra o presidente, a infiltração comunista no governo.

Com a Marcha, a oposição procurava provar que não era Goulart o único intérprete e representante do povo brasileiro. Da mesma forma que os parlamentares e o presidente fizera durante o comício do dia 13, os deputados e senadores ali presentes atuaram a fim de convencer o maior número de adeptos e a grande massa da população. Foi esse o caso, entre tantos outros, do deputado Plínio Salgado (PRP-SP), ao admoestar diretamente as FFAA: “será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?”.⁶⁰ O

⁵⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Anísio Rocha (PSD-GO), em 22/08/1963, Geraldo Freire (UDN-MG), em 08/11/1963, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 19/03/1964. Fora da lei, editorial. **Jornal do Brasil**, 01/04/1964.

⁵⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), em 19/06/1963 e em 31/03/1964.

⁵⁸ Uma charge de 1963 ilustra bem o sentimento de medo da “invasão vermelha” no Brasil. Nela, sob o título “reforma de base”, Jango é mostrado fazendo uso de um regador em que alimenta uma pequena planta intitulada “continuismo”. Ao mesmo tempo, inadvertidamente, essa ação favorece muito mais outra planta, o “comunismo”, que recebe a água do regador por um furo. In: O Estado de S. Paulo, 28/08/1963. Apud MOTTA, 2002, pp. 133, 135.

⁵⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Cunha Bueno (PSD-SP), em 23/03/1964. Sua esposa, Leonor de Barros, foi uma das principais articuladoras da Marcha.

⁶⁰ Apud MOTTA, 2002, p. 270.

senador Padre Calazans (UDN-SP), de modo semelhante, denunciava o “perigo vermelho” que os antiamericanos radicais representavam:

*Hoje é dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! não! não!*⁶¹

Os cartazes utilizados durante a manifestação exibiam o mesmo sentido: “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Kremlin”; “Abaixo os pelegos e os comunistas”.⁶² Carlos Lacerda comentou que “São Paulo começou a salvar o Brasil”. Ademar de Barros, governador do estado, acreditava que a situação era grave e que tudo se decidiria nos próximos dias. A batalha entre comunismo e liberalismo, URSS e EUA, em sua versão nacional e replicada à política doméstica, chegava a seu ápice no Brasil.⁶³

No Parlamento, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, líderes da oposição, consideraram subversivas e violadoras da lei as palavras de Goulart e de Brizola proferidas durante o Comício da Central. De acordo com Aleixo, houve “pregação escandalosa da revolução” que “transformará o Brasil em país dominado pelos comunistas”. Alguns deputados da oposição receberam denúncia de que Brizola vinha estudando o isolamento de Brasília para qualquer eventualidade e de que dispunha do controle das ligações telefônicas entre o Rio de Janeiro e a capital. O fato de Brizola ser cunhado de Jango foi enfatizado para realçar as conspirações que vinham sendo feitas para a subversão e o fechamento do Congresso como um plano familiar ou de uma confraria odiosa. Os anticomunistas, de maneira geral, acreditavam que o comício fazia parte de um plano de agitação que estava em marcha. Agitação para a implantação do comunismo.⁶⁴ Nesse sentido, era imperioso, mais uma vez, opor um “basta”

⁶¹ Ibid., p. 266.

⁶² Ibidem.

⁶³ Passeata de 500 mil em São Paulo defende regime. **Jornal do Brasil**, 20/03/1964. Marcha da Família em Santos reúne hoje 150 mil pessoas. **Jornal do Brasil**, 25/03/1964. MOTTA, 2002, pp. 34, 265.

⁶⁴ Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova constituição. **Jornal do Brasil**, 14/03/1964. CIA, Central Intelligence Bulletin, 18 de março de 1964. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), em 16/03/1964, Oswaldo Zanella (PRP-ES), Cardoso de Menezes (UDN-GB), em 19/03/1964, Arruda Câmara (PDC-PE), em 20/03/1964, Emílio Gomes (PDC-PR), em 24/03/1964.

*aos demolidores. Mais um pouco e nada mais restará de nossa fé religiosa nem de nossos lares e de nosso estilo de vida cristã, nem de nossas liberdades públicas e privadas, nem da livre iniciativa nem das prerrogativas humanas sustentadas pelo direito natural (...).*⁶⁵

No Senado, o PTB solicitou a transcrição nos anais da Casa do discurso de Goulart do dia 13, a fim de consagrarem os seus objetivos. Os anticomunistas, na figura do líder da minoria, senador João Agripino, apoiaram a sugestão, mas por outros motivos: “para que os historiadores do futuro sintam como é primário o atual presidente da República”. Tanto na Câmara como no Senado, a leitura da oposição em relação ao comício foi equivalente, de que havia ali uma clara mensagem subversiva, deixando transparecer a intenção do presidente de se perpetuar no poder e lançar o povo contra o Congresso. Para ela, o desfecho de tudo isso poderia ser a “ditadura comunista”.⁶⁶ Ao contrário, a base de apoio ao governo acreditava que o comício havia consagrado a política de Goulart de procurar socorrer as classes menos favorecidas, naquilo que foi um “espetáculo popular”, sem qualquer atentado à democracia ou à Constituição. E se a oposição se demonstrava descontente, fazendo uso de “palavras fora da ética, fora do protocolo”, era porque defendia os interesses arcaicos de uma minoria de apaniguados e favorecidos diante de mais da metade da população brasileira que vivia ainda na miséria.⁶⁷

Parlamentares anticomunistas intensificaram entendimentos para a organização do que chamaram movimento contrarrevolucionário. Entre outras providências, exigiam atitudes enérgicas em resposta aos ataques dirigidos ao Congresso. Mais uma vez, foi ensaiada uma ação de *impeachment* contra Goulart. A razão, diversamente do que ocorrera durante o Levante dos Sargentos, em que o presidente havia sido acusado de desgoverno, era o desrespeito à Constituição. Contudo, reconhecia-se que a sua aprovação continuava sendo improvável, uma vez que requeria o consentimento de 2/3 dos membros do Parlamento, quórum quase intangível para a oposição. O deputado Arnaldo Cerdeira, líder do PSP e um dos proponentes da ideia, responsabilizava os arraigados interesses individuais de parlamentares “às empreitadas do ministério da viação, à construção de estradas de rodagem,

⁶⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanillo (PRP-ES), em 19/03/1964.

⁶⁶ Via de regra, a Câmara dos Deputados capitalizou maior interesse nacional pelo debate dos seus grandes temas quando comparado ao Senado, especialmente durante os últimos meses do governo Goulart. O comício do dia 13, por exemplo, despertou polêmica relativamente marginal na Câmara Alta. Discursos Senado Federal. Senador Eurico Rezende (UDN-ES), em 16/03/1964. Agripino apoia discurso de Goulart nos anais para realçar-lhe o “primarismo”. **Jornal do Brasil**, 19/03/1964. BARBOSA, 2000, pp. 24 e 208.

⁶⁷ Discursos Senado Federal. Senadores Arthur Virgílio (PTB-AM) e Aurélio Vianna (PSB-GB), em 16/03/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Ortiz Borges (PTB-RS) e João Veiga (PTB-AM), em 16/03/1964.

às negociações deste governo que se sucedem e se repetem cada dia mais”. Outros anticomunistas propunham a cassação dos parlamentares “traidores”, reconhecendo ao mesmo tempo a impossibilidade de se atingir o quórum para isso.⁶⁸

Como, então, contornar esse obstáculo institucional e constitucional? Os líderes da UDN, principalmente, pareciam ter essa resposta, e não faziam segredo dela: arregimentar nas áreas militares apoio para o *impeachment* do presidente. O que não admitiam abertamente é que, em termos constitucionais, as FFAA não dispunham de competência institucional para promover a decretação de *impeachment*, a não ser contra a Constituição e pela força. A oposição, cada vez maior e mais uníssona, acreditava que a situação exigia uma resposta premente. De modo mais transparente, a solução das armas para resolver os problemas e incertezas políticos do Brasil. Afinal, o Comício da Central era apenas o primeiro de uma série que vinha sendo planejada pelo governo: São Paulo, em 1º de maio; Belo Horizonte, em 21 de abril, e outros ainda em consideração, como em Recife, Fortaleza. Em todos, esperava-se o mesmo rito de assinar decretos e tomar outras medidas impactantes.⁶⁹

O comício do dia 13 continuou suscitando uma série de críticas contundentes ao governo nos dias que se seguiram. As bancadas da UDN, na Câmara e no Senado, de forma sistemática e frequente, apontaram para aquilo que consideravam ameaça do arbítrio, que comprometia a democracia. Recorrendo a antigas práticas do partido, retomaram as denúncias de que o presidente pretendia, ao modo de Perón, implantar um regime personalista e totalitário no País. E como em outras ocasiões, o argumento passava do peronismo, um regime sem as limitações constitucionais e baseado na imagem personalista do chefe de governo, à marcha ao comunismo. Isso porque, apesar de astuto e hábil, Goulart definitivamente não controlava a esquerda radical, incluindo os comunistas, de quem necessitaria, segundo pregavam seus detratores, para a adoção de sua república sindicalista. Na mesma direção, o PRP, em ambas as casas legislativas, acusou Jango de ser o elemento-chave utilizado pelo Partido Comunista “no assalto ao poder”⁷⁰, denunciando que agentes das

⁶⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Amaral Netto (UDN-GB), em 30/03/1964.

⁶⁹ UDN procura apoio militar para “impeachment” de João Goulart. **Jornal do Brasil**, 16/03/1964. Goulart aumenta pressão: novos decretos em abril. **Jornal do Brasil**, 25/03/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Elias Carmo (UDN-MG), em 16/03/1964. BENEVIDES, 1981, p. 119.

⁷⁰ Em 1962, o Ibad providenciou a publicação, em livro e no jornal *O Globo*, da obra “O Assalto ao Parlamento”, de Jan Kosak. No livro, são narrados os meios em que uma minoria comunista bem coordenada logrou dominar, a curto prazo, o legislativo da Tchecoslováquia e promover a transição para o regime socialista por meio do “uso revolucionário do parlamento”. Os termos “assalto ao parlamento” e “assalto ao poder”, a partir disso, foram utilizados com frequência para caracterizar os planos de ataque impetuoso e repentino que os comunistas – juntamente com o presidente Jango – pretendiam fazer contra as instituições democráticas brasileiras. Discursos

potências estrangeiras dominavam setores vitais do Brasil, como transportes e comunicações. A mesma pregação, de sinistros objetivos de Jango, foi feita nos círculos de Washington também. Criam que essa era a técnica padronizada a partir do modelo soviético, da existência de um partido comunista compacto, endurecido na luta, disciplinado, centralizado e intimamente ligado às massas – a vanguarda comunista.⁷¹

Durante a convenção nacional do PTB, ocorrida em meados de março, o deputado Leonel Brizola, irrefletidamente, contribuía para a confusão entre os termos peronismo e janguismo. Sua intenção era justificar, diante de seus partidários, a necessidade de apoio incondicional à nova fase política lançada por Goulart, do contrário seria o peronismo. Sem querer, pois, ajudou a exacerbar as desconfianças em relação ao irmão de sua esposa:

*Agora que o presidente veio para as posições reclamadas pelos seus companheiros, é que o partido deve organizar-se para apoiá-lo. Se recuar, se esvaziará como uma bola furada.*⁷²

Paralelamente, sindicatos, como o CGT, entidades estudantis e até mesmo a mais célebre figura do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, procuraram reafirmar seus apoios ao governo Goulart. Concordavam no procedimento de pressionar o Congresso a fim de finalmente votar as reformas, ou então que as fizesse pela via dos decretos assinados em público, durante os vários comícios previstos. Essas manifestações de solidariedade com Goulart, ao fim, contribuíram para consagrar a imagem de comunização do governo.

De sua parte, Goulart tentava se proteger das acusações que se avolumavam. Defendeu que “se alguém neste País não aceitaria nunca ser ditador, sou eu”. Tentava, de várias formas, provar a todos que não pretendia golpe, plano de continuísmo ou república sindicalista. Cultivava ainda as esperanças de que poderia manter a tranquilidade no País, em um espírito de solidariedade e democracia, isolando os radicais e “agressivos” de cada polo. Não abria mão, contudo, de sua tentativa de avançar nas reformas. Na Câmara, o deputado petebista Almino Afonso reafirmava a intenção do presidente em não fechar o Congresso. Não obstante, arriscava um palpite relativo à fraqueza das instituições democráticas no Brasil.

Câmara dos Deputados. Deputados João Mendes (UDN-BA), em 02/04/1963, Afrânio de Oliveira (UDN-SP), em 20/06/1963, Diomício Freitas (UDN-SC), em 25/06/1963, Amaral Netto (UDN-GB), em 30/03/1964. KOSAK, Jan. **O Assalto ao Parlamento**. Rio de Janeiro: Ibad, 1962, p. 5. Apud SILVA, 2007, p. 28.

⁷¹ UDN denuncia tendências totalitárias. **Jornal do Brasil**, 20/03/1964. CIA, National Intelligence Estimate, “Situation and Prospects in Brazil”, 10 de julho de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁷² Deputado Leonel Brizola (PTB-GB). In: Brizola receia que Goulart vá ao peronismo. **Jornal do Brasil**, 21/03/1964.

Para ele, na hipótese de haver uma consulta popular, o Congresso não estaria em boa posição, pois lhe faltava qualquer sustentação popular.⁷³

Os moderados, cada vez menos determinantes na delimitação dos acontecimentos, ainda tentavam uma política de conciliação. San Tiago Dantas ensaiava o lançamento da Frente de Apoio às Reformas de Base, com a intenção de expressar a união entre os sentimentos do povo e do Congresso. Afinal, ele não acreditava que a linha em voga tanto pelo governo, como pela esquerda e direita, de pressionar as instituições a partir de mobilizações populares, traria bons frutos.⁷⁴

3. Em direção ao golpe

A tragédia que culminaria com o golpe civil-militar ganhou novo capítulo que finalmente inflamou a oposição. Nos dias 26 e 27 de março eclodiu a “Revolta dos Marinheiros”, outro acontecimento que contribuiu para a percepção de que um processo revolucionário estava em curso. Sua causa imediata foi um ato de indisciplina dos líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. A associação realizou uma assembleia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, com o objetivo de comemorar seu segundo aniversário e protestar contra a prisão de alguns companheiros por motivos políticos. Em decorrência disso, o ministro da marinha, Sílvio Borges de Souza Motta, ordenou a detenção disciplinar dos chefes do movimento. Os marinheiros, chefiados por José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, desafiaram a ordem de prisão, que estava para ser executada por uma tropa de fuzileiros navais. Parte dessa tropa aderiu ao movimento, instalando-se em seguida uma grave crise.

⁷³ Goulart diz a “agressivos” que se alguém não quer ser ditador esse alguém é ele. **Jornal do Brasil**, 19/03/1964. Governo em nova pressão ao Congresso. **Jornal do Brasil**, 20/03/1964. Da mesma forma, poucos meses antes havia dito o senador Aloísio de Carvalho: “no povo começa a lavar o desencanto das instituições democráticas, começa a dominar, cada vez mais, o desprestígio das instituições representativas (...) de que nada resolve dentro da lei, as crises do Brasil. Talvez que a população do País esteja hoje voltada até para a ideia de que a subversão das instituições democráticas seria um remédio para essas crises, quando, evidentemente, não está nisso o remédio, mas sim, na virtude em que todos possamos executar a Constituição”. O líder do PTB no Senado, Arthur Virgílio, também demonstrava a inaptidão do Congresso em responder às demandas sociais: “que fez o Congresso em 1963, em profundidade e extensão, para atender ao clamor popular que vem das ruas? Quais as grandes leis que saíram desta e da outra Casa, na tentativa de erradicar uma situação de miséria que esmaga o nosso povo? Quais? A resposta infelizmente é nenhuma”. Discursos Senado Federal. Senadores Aloísio de Carvalho (PL-BA), em 18/09/1963, e Arthur Virgílio (PTB-AM), em 16/03/1964.

⁷⁴ San Tiago diz que a Frente está próxima, mas não para pressionar Congresso. **Jornal do Brasil**, 20/03/1964.

Soldados do exército e da polícia militar foram mobilizados para cercar e invadir o prédio onde se encontravam os amotinados, além de representantes dos sindicatos, líderes estudantis, bem como o deputado Leonel Brizola e o marinheiro João Cândido, líder da Revolta dos Marinheiros de 1910. O impasse foi superado pela negociação, conduzida com a ajuda de políticos e sindicalistas de esquerda. Ao fim, a liderança dos marinheiros saiu vitoriosa, pois o ministro da marinha foi substituído por um almirante cujo nome havia sido escolhido a partir de uma lista tríplice sugerida pelo CGT, e os rebeldes foram conduzidos a um quartel do exército e libertados em seguida. A cena da comemoração dos rebeldes nas ruas do centro do Rio de Janeiro aumentou ainda mais a ira dos conservadores e anticomunistas. Pior, as lideranças sindicais, acusadas de infiltração comunista, vinham sendo apontadas como responsáveis pela imposição de um veto sobre o chefe de uma das três armas.⁷⁵

A atitude de Goulart de ceder aos rebeldes e anistiá-los e, pior, punir o ministro que os queria reprimir com a demissão, por influência do CGT, fez aumentar o alerta de que uma conspiração revolucionária estava a caminho. A ordem presidencial de instaurar inquérito para apurar responsabilidades não satisfaz à oposição, que esperava a punição exemplar dos responsáveis pelo motim.⁷⁶ Ganhavam verossimilhanças as especulações e acusações dos anticomunistas: a busca frenética por apoio dos sindicatos, a postura de Jango diante do Levante dos Sargentos, as vacilações do governo no episódio do pedido de estado de sítio, o teor dos discursos mais tendentes à radicalização, o apoio aos revoltosos marinheiros, minando a sagrada hierarquia para os militares, e outros episódios críticos. Aliás, o desrespeito à hierarquia militar vinha sendo tratado como fato grave não por apenas atentar contra um dos pilares das FFAA, mas porque vinculava a ideia de que se buscava a desorganização e a anarquia militar, quebrando-lhe a unidade, a fim de facilitar a tomada comunista dos quartéis pelo aliciamento. Por esse motivo, a ação dos sediciosos era comparada à situação que precedeu à revolução russa em 1917 e à de outros países levados ao comunismo, para criar um clima de desordem, em um “processo de decomposição” para destruir a estrutura de poder:

⁷⁵ Existe uma suposição de que o Cabo Anselmo tinha o propósito de provocar a oficialidade contra o governo Goulart, vez que ele “era um agente da CIA/Cenimar”. Cf. BANDEIRA, 2007, p. 633. SKIDMORE, 1982, p. 359. CIA, Central Intelligence Bulletin, 28 de março de 1964. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

⁷⁶ Mais tarde, o senador João Agripino, comentando essa decisão de João Goulart, deixava clara a insatisfação da oposição com o mero ato de instaurar inquérito para o caso: “escapou ao Sr. João Goulart de que, no Brasil, poucos acreditam nos inquéritos. Só isso!”. In: Discursos Senado Federal. Senador João Agripino (UDN-PB), em 02/04/1964.

*Jamais pretendemos ou defendemos a tese de que fosse conveniente que ingressasse nos quartéis a política partidária, ou a política de classe. (...) Foi o presidente da República quem estimulou, fomentou, dirigiu, comandou, quis, por ação ou omissão, a indisciplina.*⁷⁷

Para a oposição, entre a defesa da disciplina, que o ministro Silvío Motta procurou fazer, e o motim, Goulart havia escolhido o segundo. Além disso, foi mais uma demonstração ostensiva de sua integral submissão aos elementos comunistas. E da mesma forma que ocorrera o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética perto de uma data religiosa (dia de ação de graças), a revolta aconteceu na semana da páscoa, o que não deveria ser considerado como mera coincidência.⁷⁸ Segundo os anticomunistas, o comício do dia 13 ganhava corpo e consequência nas áreas política, militar e sindical.⁷⁹ Dessa forma:

*(...) o Presidente da República manipula massas (...) faz pregoeiro da guerra revolucionária, da guerra civil (...) que pretende ensanguentar o seu país (...) usa slogans subversivos. (...) A partir do dia 13, sexta-feira, a lei passou a ser desmoralizada, não mais fragmentariamente, não mais nos seus dispositivos menores. Passou a ser violada de maneira frontal e direta pelo Presidente da República. Sabem que (...) um canon fundamental da segurança e da ordem interna do País: a organização das FFAA com base na hierarquia e na disciplina. (...) Que dizer dela nos dias de hoje? (...) depois que o Presidente da República (...) comanda a indisciplina e a subversão da hierarquia na marinha de guerra?*⁸⁰

A base de apoio ao governo, em analogia à postura diante do Levante dos Sargentos, focalizou as motivações dos marinheiros revoltosos contra um regulamento retrógrado e desumano, que os impedia, por exemplo, de casar ou de se reunir em sociedade civil legalmente registrada. Por esse motivo, acreditavam que não era o momento de verificar se a razão estava ao lado do almirante Silvío Motta ou ao lado do cabo Anselmo, apesar de considerarem que Goulart agira acertadamente durante o episódio e de que o novo ministro da marinha, almirante Paulo Mário, havia desmentido que tivesse sido indicado pelo CGT. Defendiam a necessidade da implantação de um regime de disciplina e hierarquia mais humano no seio das FFAA, uma responsabilidade que cabia também ao Congresso Nacional.

⁷⁷ Discursos Senado Federal. Senador João Agripino (UDN-PB), em 30/03/1964.

⁷⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Adauto Cardoso (UDN-GB), Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 30/03/1964. Almirantes denunciam comunização do País. **Jornal do Brasil**, 30/03/1964.

⁷⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Benedito Vaz (PSD-GO) e Adauto Cardoso (UDN-GB), Elias Carmo (UDN-MG), em 30/03/1964, Cunha Bueno (PSD-SP), em 31/03/1964. Discursos Senado Federal. Senador Eurico Rezende (UDN-ES), em 30/03/1964. Crise termina na marinha com uma morte, novo ministro e amotinados em liberdade. **Jornal do Brasil**, 28/03/1964. MOTTA, 2002, p. 275.

⁸⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Adauto Cardoso (UDN-GB), em 30/03/1964.

Embora isso fosse verdadeiro, o debate político se concentrou na reação do presidente em anistiá-los e substituir o ministro da marinha e, assim, transparecer que aquiescia com a quebra da disciplina militar. A atenção em todo o tempo estava na figura de Goulart, suas ações ou, como nesse caso, suas reações. Em relação à tentativa da oposição de promover o *impeachment* do presidente, o líder do PTB na Câmara, deputado Doutel de Andrade, apontava que isso era um objetivo perseguido há muito tempo por ela, sendo que os últimos acontecimentos serviram apenas de pretexto.⁸¹

O ambiente de apreensão se aproximou do seu clímax em virtude dos boatos de que um golpe perpetrado pelo próprio presidente da República para se revestir de poderes especiais era iminente. Circulavam denúncias, repetidas pelos anticomunistas, de haver uma minuta de nova constituição redigida para o novo regime instituído pelo golpe de Jango. De acordo com essa versão, dois ministros do Supremo Tribunal Federal já haviam apreciado o seu conteúdo, que previa a concessão de amplos poderes a João Goulart, mantendo o Legislativo apenas em uma posição figurativa. A arena política estava tomada pelo pânico, medo e ansiedade, como demonstram as insistentes intervenções no plenário do Congresso a respeito do mesmo tema, como a dizer “o golpe virá, de algum lado o golpe virá”.⁸² No fim de março, os discursos tenderam a tons de ódio entre os grupos políticos, de caráter irreconciliável, apontando para uma situação de explosão:

*Estamos hoje à beira do fim deste regime, o fim deste regime num princípio que começou há muito tempo e que no dia 13 fez presente nas ruas (...) pelo achincalhe da autoridade, quando este Congresso foi insultado, vilipendiado, arrasado (...).*⁸³

Mas para evitar esse golpe, segundo os anticomunistas, somente um contragolpe, ou seja, força contra força, ilegalidade contra ilegalidade, sem mais delongas, porque

já não resta mais dúvida alguma de que chegamos à hora das definições neste País. Não há margem para atitudes dúbias (...). O presidente da República já avançara o sinal no comício do dia 13 de março, demonstrando, de modo definitivo e inequívoco, a sua intenção

⁸¹ Discursos Senado Federal. Senadores Aurélio Vianna (PSB-GB) e Bezerra Neto (PTB-MT), em 30/03/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Benedito Cerqueira (PTB-GB), Milton Dutra (PTB-RS), Marco Antônio (PST-GB), Doutel de Andrade (PTB-SC), em 30/03/1964. Para Vieira de Melo os marujos se revoltaram contra celibato forçado. **Jornal do Brasil**, 31/03/1964.

⁸² Em um desses casos, o deputado Emílio Gomes denunciava que comunistas na Bahia vinham distribuindo cédulas com a efígie de Lenin, no valor de 5 mil Cruzeiros, e de selos com a mesma figura e com as datas 1922 (Revolução Leninista) e 1964 (implantação do marxismo no Brasil). In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Emílio Gomes (PDC-PR), em 31/03/1964.

⁸³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Amaral Netto (UDN-GB), em 30/03/1964.

de subverter as instituições para permanecer à frente do governo. Evidencia o chefe do governo estar disposto até mesmo a chegar à comunização deste país, se tanto for necessário para que aqueles propósitos que persegue com indiscutível tenacidade encontrem possibilidade de êxito. (...) a marcha já agora sem disfarces para a comunização deste país. (...) estamos convocados para uma definição em face dos campos que se abrem diante de nós. De um lado é a minoria extremista que recebe todos os apoios, todos os recursos daqueles que por acaso se assenhorearam do poder; e de outro lado, a imensa maioria democrática e cristã, deste País, que, de forma inequívoca e repetida (...) que não permitirá que seus pulsos sejam algemados e dominados pela hierarquia que tem a sua sede em Moscou (...) promovendo a luta de classes nas forças armadas (...) é o golpe em franco desenvolvimento e com marcha acelerada para a ditadura comunista.⁸⁴

Da mesma forma, como dito, o golpe poderia também ser desfechado pela oposição, ou seja, contra o presidente Jango, articulado pelos governadores de São Paulo e Guanabara, como reação à insistência do presidente em ver aprovada as reformas de base e em defender a libertação do Brasil do “jugo imperialista”:

(...) nas últimas horas, está a nação brasileira intranquilizada pela propaganda golpista, já agora abertamente realizada, e que visa a criar um clima para a repetição do 24 de agosto. Aí estão os editoriais dos jornais de ontem, notadamente do Jornal do Brasil, a pregarem cinicamente a derrubada do presidente da República. (...) Que ironia da sorte encontramos nestes acontecimentos atuais. Os que acusam o primeiro magistrado de articular golpes de estado são agora obrigados a desfazer a máscara de legalistas e forçados a uma nítida ação golpista.⁸⁵

O presidente da UDN, deputado Bilac Pinto, já não mais escondia suas esperanças de que as Forças Armadas, que “constituíam uma garantia para a manutenção das instituições democráticas”⁸⁶, agissem a fim de impedir a implantação de uma ditadura comunista no Brasil:

Essas reiteradas manifestações de desobediência aos regulamentos militares, que se vêm generalizando nas forças armadas, constituem etapa importante da guerra revolucionária, de cunho marxista-leninista, que está em curso em nosso País. Os vermelhos procuram solapar a disciplina militar a fim de enfraquecer o potencial ofensivo e defensivo das forças armadas. Para a implantação de uma ditadura comunista em nosso país, objetivo final da

⁸⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em 30/03/1964.

⁸⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Marco Antônio (PST-GB), em 30/03/1964.

⁸⁶ Deputado Pedro Aleixo (UDN-MG). In: Pedro Aleixo justifica impedimento. **Jornal do Brasil**, 31/03/1964.

*guerra revolucionária, é necessário debilitar o princípio da hierarquia, suscitar a indisciplina e desmoralizar as forças armadas. É o que se está procurando fazer no Brasil. Devemos confiar, entretanto, em que os chefes militares responsáveis não permitirão que esse sinistro desígnio seja levado a termo pelos comunistas e seus aliados.*⁸⁷

A formação da “união sagrada” anticomunista adquiria seus últimos contornos necessários para agir como uma frente única contra o governo e a atuação da bancada antiamericana no Parlamento. O movimento tornava-se cada vez mais forte, abarcando um número expressivo de grupos mais amplo que a tradicional direita radical e conservadora e dos americanistas.⁸⁸ Ao fundo, subsistia a ideia de que o estado de direito havia submergido, não existindo mais figuras constitucionais. Só restavam aqueles que detinham o poder de agir – as Forças Armadas – a fim de restabelecer o quadro democrático. Na imprensa, lia-se que havia chegado “a hora de resistir, por todos os meios”, o que sintetizava bem o espírito conspiratório de então.⁸⁹ Um deputado comentando esse editorial acrescentava que todos os meios legais para resolver o clima de intranquilidade do País haviam sido dissipados, pois

*estamos colocados diante de fato consumado que nos tira todos os remédios legais para as providências legais que deveríamos tomar.*⁹⁰

A fim de galvanizar a deposição de Goulart, seja pela via institucional (*impeachment*), seja pela via da força (golpe), o PSD vinha sendo, novamente, instado a apresentar um *ultimatum* a Goulart quanto aos riscos da infiltração comunista que trazia ao País. Em fins de março, o PSD finalmente rompeu com o governo. Anticomunistas e Washington continuavam enxergando que no governo indivíduos com longo histórico de atividades pró-comunistas ou indicados simplesmente como membros do PCB ocupavam cargos de destaque. O presidente, quando confrontado com essas acusações, por outro modo, negava que eles o fossem, o que não convencia para dirimir a paranoia anticomunista.⁹¹ As denúncias de infiltração comunista não se restringiram ao governo, embora houvesse, para os

⁸⁷ Deputado Bilac Pinto (UDN-MG). In: Bilac Pinto vê forças “não ocultas” incitando militares à desobediência. **Jornal do Brasil**, 27/03/1964.

⁸⁸ MOTTA, 2002, p. 259.

⁸⁹ Na ilegalidade, editorial. **Jornal do Brasil**, 30/03/1964.

⁹⁰ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Amaral Netto (UDN-GB), em 30/03/1964.

⁹¹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 21 de junho de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. Clube Militar dá apoio ao Clube Naval. **Jornal do Brasil**, 31/03/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Anísio Rocha (PSD-GO), em 22/08/1963. MOTTA, 1999, p. 89.

críticos, evidente complacência ou incentivo estatal. Para os anticomunistas, existia em todo lugar: nos sindicatos, nas entidades estudantis, nas universidades, nas estatais.⁹²

Para demonstrar que não estava alheio ao momento de crise política por que passava o País, assim como ocorrera durante o de 1961, o Congresso decidiu reunir-se em sessão permanente, à espera de um grande acontecimento. A intenção do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, era reunir o maior número possível de parlamentares.⁹³ O líder do PTB na Câmara, Doutel de Andrade, insistia que não eram verdadeiros os receios acerca da iminência da queda da legalidade democrática a partir de Goulart:

*Nem hoje nem em instante algum Goulart se afastou dos limites da lei e da Constituição. São simplesmente deploráveis as fantásticas versões de articulações objetivando a instauração no País de um regime comunizante.*⁹⁴

Para piorar o clima de suspeição por que passava a administração Jango em relação ao perigo comunista, o presidente, acompanhado de ministros, do comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, vice-almirante Cândido da Costa Aragão, e do presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, Cabo Anselmo, participou na noite do dia 30 de março de festividade organizada por uma associação de sargentos, na sede do Automóvel Clube do Brasil, Rio de Janeiro, prestigiando, mais uma vez, um ato político de militares inferiores.⁹⁵ Na ocasião, Goulart fez um de seus mais longos e veementes discursos, acusando os oficiais militares e o esquema que, segundo ele, ainda perdurava do Ibad de reacionarismo. Foi o estopim para o desfecho da crise.

Em verdade, fez também apelo para que a hierarquia militar fosse respeitada e que cada brasileiro se portasse com o máximo de calma e determinação, “para fazer face ao clima de intrigas e envenenamento que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo”,

⁹² Os deputados Abel Rafael, Cid Furtado, Arruda Câmara e Raimundo Padilha, por exemplo, apontavam que no corpo docente da Universidade de Brasília havia “infiltração comunista”, promovida em grande medida por Darcy Ribeiro. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Abel Rafael (PRP-MG), em 26/04/1963, e Cid Furtado (PDC-RS), em 13/05/1963, Arruda Câmara (PDC-PE), em 19/06/1963, Raimundo Padilha (UDN-RJ), em 12/07/1963. Sobre a infiltração comunista nos sindicatos e complacência do presidente Goulart, inclusive de seus partidários: Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Antônio Bresolini (PTB-RS) e Herbert Levy (UDN-SP), em 19/09/1963, Ivan Luz (PRP-PR), em 25/09/1963, Flores Soares (UDN-RS) e Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 27/09/1963, Bezerra Leite (PTB-PE), em 08/10/1963.

⁹³ No Senado, assim definiu Aurélio Vianna o ambiente desses últimos dias de março de 1964: “lembro-me do velho Ruy quando falava acerca do brasileiro que, de cócoras, esperava certos acontecimentos. É a impressão que nós temos, hoje. Como que de cócoras (...) nós esperamos que a pedra, rolando da montanha, nos esmague a todos nós”. Discursos Senado Federal. Senador Aurélio Vianna (PSB-GB), em 30/03/1964. Congresso em “rush” já amanhã. **Jornal do Brasil**, 30/03/1964.

⁹⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Doutel de Andrade (PTB-SC), em 30/03/1964.

⁹⁵ MOTTA, 2002, p. 269.

disse Goulart na ocasião. Mas os opositores não estavam mais dispostos a retroceder de suas opiniões, e enxergaram na atuação do presidente durante a reunião do Automóvel Clube a reincidência da demagogia e do incitamento à divisão das FFAA, ao aparecer lado a lado com o chefe da indisciplina dos sublevados do dia 26 de março, cabo Anselmo. Chamaram a atenção, mais uma vez, para o fato de estarem o governo e as FFAA infiltrados pelos comunistas.⁹⁶

No mesmo dia da reunião no Automóvel Clube, circulava publicamente a denúncia de que os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) e José Magalhães Pinto (Minas Gerais) articulavam uma tentativa de derrubada de Goulart. O deputado pessedista Martins Rodrigues comentava não poder admitir a preparação de um estado de fato para, finalmente, implantar o comunismo no País, consentindo para a mobilização de forças para conter Jango.

Em 1 de abril de 1964 foi deflagrado o golpe civil-militar, antes da data previamente estabelecida pelos conspiradores (2 de abril). Tropas mineiras comandadas pelo general Mourão Filho marcharam em direção ao Rio de Janeiro e Brasília, recebendo apoio do comandante do II Exército, general Amaury Krueel, que até pouco tempo antes havia apoiado o governo, para “salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho”⁹⁷. Os governadores da Guanabara, de São Paulo e de Minas Gerais, além de outros estados da federação, prestaram apoio ao “Movimento Militar Revolucionário”.

Goulart estava no Rio de Janeiro quando recebeu o manifesto do general Mourão exigindo sua renúncia. No dia seguinte, o presidente viajou a Brasília, na tentativa de controlar a situação. Constatando o ambiente de crescente adesão das Forças Armadas ao ímpeto golpista e desejoso de evitar o derramamento de sangue no País, Goulart decidiu partir para Porto Alegre, apesar de recusar a abdicar do cargo. Houve na decisão de Jango sabedoria e bom senso. Afinal, existiu o risco real de eclosão de uma guerra civil, inclusive com possibilidade de internacionalização do conflito. Esse fato não destoaria do padrão das relações internacionais daquele momento da Guerra Fria, em que as superpotências ajudaram a colocar um grande número de países do Terceiro Mundo em um estado semipermanente de

⁹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Peracchi Barcellos (PSD-RS), em 31/03/1964. Goulart pede aos sargentos acato a seus superiores; Reincidência, editorial. **Jornal do Brasil**, 31/03/1964.

⁹⁷ General Amaury Krueel. In: Krueel ergue II exército contra comunismo. **Jornal do Brasil**, 01/04/1964.

conflito armado interno.⁹⁸ Provavelmente soaria irônica a lembrança destas suas palavras proferidas poucos dias antes, durante o Comício da Central do Brasil:

*Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E para isso podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas forças armadas.*⁹⁹

Os grupos que apoiavam o governo e mesmo o presidente Goulart não impuseram séria resistência. Da mesma forma, os sindicatos não reagiram, sendo que a greve geral proposta pelo CGT em apoio ao governo, no fim, não se concretizou. De maneira surpreendente para todos os envolvidos, o conflito foi resolvido sem que uma guerra civil ensanguentasse o País.¹⁰⁰ Um golpe de estado, à velha maneira latino-americana, garantiu que um iminente, eventual, possível ou remoto processo que conduzisse à etapa final do comunismo fosse abortado.

4. Vitória do anticomunismo e do americanismo e perecimento do antiamericanismo

Como não poderia deixar de ser, no Congresso os anticomunistas celebraram o movimento sedicioso e deram as boas vindas ao novo governo. Afinal, isso havia sido a concretização daquilo que estavam ansiando. Defendiam que o exército, aliado aos “governadores democratas”, se levantou para manter a Constituição, o respeito à disciplina e à hierarquia das FFAA e, principalmente, dismantelar o comunismo e sua “obra macabra de destruição do Brasil”. Nessa linha, o perigo do domínio comunista no País era iminente, como comprovavam os documentos apreendidos pelos militares. Neles constava o “sinistro planejamento” de uma “revolução comunista que seria deflagrada dentro de poucos dias e que banharia de sangue o chão de nossa pátria”, e que finalmente levaria o “País às garras da Rússia ou de Cuba”.¹⁰¹ Apesar de o comunismo no Brasil não ter sido uma mera invenção,

⁹⁸ WESTAD, 2005, p. 398. MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 346. BANDEIRA, 2007, p. 635. BANDEIRA, 1999, p. 84.

⁹⁹ João Goulart. Apud Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova constituição. **Jornal do Brasil**, 14/03/1964.

¹⁰⁰ CGT prepara greve geral e denuncia 4 governadores. **Jornal do Brasil**, 31/03/1964. MOTTA, 2002, p. 270.

¹⁰¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Correa da Costa (UDN-MT), em 01/04/1964, Braga Ramos (UDN-PR), em 07/04/1964, Oswaldo Zanella (PRP-ES), em 08/04/1964. Discursos Senado Federal. Senadores Eurico Rezende (UDN-ES) e João Agripino (UDN-PB), em 02/04/1964.

essa foi a “ficção comunista”, uma vez que de fato não existiu na dimensão apresentada, mas foi suficiente para justificar uma ação preventiva.

Assim como quando da renúncia de Quadros em 1961, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o lugar que antes cabia a Goulart, após o presidente do Congresso Nacional declarar vaga a cadeira de presidente da República:

*O Sr. presidente da República deixou a sede do governo (protestos, palmas prolongadas)... deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de estado permaneça à frente do seu governo. O Sr. presidente da República abandonou o governo. (...) Assim sendo, declaro vaga a presidência da república.*¹⁰²

O poder real, no entanto, estava sob o controle dos militares, mais uma vez. O já então ex-presidente João Goulart seguiu para o exílio no Uruguai. Um grande número de antiamericanos buscou asilo em várias embaixadas latino-americanas. Ao mesmo tempo, iniciou-se o que se tornaria um longo processo de detenção de comunistas/filo-comunistas/subversivos/proto-comunistas. No Congresso, coube principalmente aos petebistas protestar contra a designação de um novo presidente, “de forma brutal, ilegal e violenta”, embora o presidente eleito ainda estivesse dentro do território nacional.¹⁰³

Logo em seguida, o novo governo, de caráter militar, deu início a um forte expurgo contra os comunistas ou filo-comunistas. Eram apontados como as raposas da classe política que poderiam emascular os objetivos da “revolução”. Cumpria, pois, proceder ao desmonte do antigo governo. Nisso, os antiamericanos, muitos de tendência moderada, foram perseguidos e seus mandatos, cassados, pois se acreditava que, além dos “autênticos” comunistas, existissem também os “embaçados”, os filo-comunistas, proto-comunistas, etc, que objetivavam subverter a ordem pública.¹⁰⁴ O conceito era elástico, daí a razão de a lista de possíveis cassados no Congresso Nacional ter variado tanto de versões. Uma hora constavam 12, outra 60, outra 80 ou 100 parlamentares, incluindo, além dos intitulados “comunas”, alguns desafetos políticos.

Com o sentimento de vitoriosos e triunfantes, o governador Carlos Lacerda e alguns parlamentares anticomunistas sugeriram aos ministros militares o afastamento e a prisão “de

¹⁰² Discursos Congresso Nacional. Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro Moura Andrade (PSD-SP), em 01/04/1964.

¹⁰³ Discursos Senado Federal. Senador Oscar Passos (PTB-AC), em 02/04/1964.

¹⁰⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado João Mendes (UDN-BA), em 02/04/1963. Ao Congresso, editorial. **Jornal do Brasil**, 03/04/1964.

todos os que defendiam a ideologia comunista” da administração federal e a cassação dos mandatos dos “deputados comunistas que comandavam a ‘operação traição’, porque eles não representam o povo, mas os interesses da Rússia”. Caso contrário, a “revolução” seria traída em seus patrióticos objetivos. A “revolução”, nesse sentido, não poderia parar, ainda estava em processo de consolidação. Por esse motivo, deveria adotar as demais medidas necessárias para extirpar o comunismo das instituições brasileiras, sendo a cassação de deputados e senadores um desses passos seguintes.¹⁰⁵ Nascia aí a versão brasileira do macarthismo.¹⁰⁶

O Parlamento, apesar de grande parte de seus membros terem apoiado as medidas de força para apelar Goulart de seu cargo constitucionalmente garantido, ou simplesmente omitido protesto mais veemente contra as diversas arbitrariedades que se seguiram, ainda tentava manter-se de pé como instituição democrática. Diante das demandas a favor da cassação de mandatos de deputados e senadores e da notícia de que já havia uma lista com cerca de 40 nomes a serem expulsos, os líderes das bancadas da Câmara e grande parte dos senadores repeliram a intenção. Apesar de a maioria dos anticomunistas concordarem em cassar os mandatos de alguns parlamentares claramente mais implicados com o comunismo, eles temiam que esse aumento no poder do Executivo pudesse ser utilizado indiscriminadamente no futuro, em prejuízo das prerrogativas parlamentares.

A UDN, no entanto, mantinha-se “solidária com a revolução” e com a intenção de promover a “operação limpeza”, colocando-se inteiramente ao lado das FFAA.¹⁰⁷ Isso não impediu que o deputado udenista Aduino Cardoso, que durante a crise de 61 havia defendido a posse de Goulart e, em abril de 64 fora a favor da sua saída da presidência, mantivesse coerente, mais uma vez, com a defesa dos princípios que acreditava serem atrelados ao estado democrático de direito. Para ele, aceitar a ideia da cassação sumária por ordem dos ministros militares significava ferir a dignidade do Congresso e que, de tão ridícula, deveria ser tomada como provocação. Outros udenistas dividiam a apreensão de que a “revolução” viesse, ao invés de exterminar o comunismo, a implantar uma ditadura de direita, apelando para que o Congresso assumisse posição firme em defesa de sua dignidade e, dessa forma, contra o Ato

¹⁰⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964, Flores Soares (UDN-MG), em 10/04/1964. MOTTA, 1999, p. 92. Em 1961, Lacerda havia dito algo que deveria soar irônico em abril de 1964: “acredito na democracia e por isso mesmo abomino tudo aquilo que se serve do seu nome para destruí-la”. In: Política externa serve à URSS, afirma Lacerda. **Jornal do Brasil**, 04/08/1961.

¹⁰⁶ Entre 1952 e 1956, o senador Joseph McCarthy liderou o Comitê de Atividades Antiamericanas, em que obrigou centenas de cidadãos a deporem sobre supostas atividades de espionagem e subversão para os comunistas. Cf. TOTA, Antonio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 191.

¹⁰⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Flores Soares (UDN-RS), em 10/04/1964. BENEVIDES, 1981, p. 125.

Institucional outorgado pelo “Comando Supremo da Revolução” e sua “degola indiscriminada” no mandato de vários parlamentares. Caso contrário, a Câmara deixaria de ser a Casa de representação do povo para ser outorga de uma “revolução”, significando o sepultamento da democracia no Brasil.¹⁰⁸ Em suma, muitos dos anticomunistas e americanistas permaneceram inflexíveis quanto à defesa dos princípios democráticos, ao lado de antiamericanos e aliados do antigo governo, apesar de terem desejado e promovido a deposição do presidente da República. Quiseram substituir o governo por meio de um ato de força e arbitrário, crendo que fosse possível manter intactas as demais regras do jogo democrático. Como se processava em qualquer revolução, e sendo essa uma “revolução”, ocorreria apenas um “hiato constitucional”.¹⁰⁹

No Senado, o antigo líder do governo condenava a “mazorca” que havia “rasgado a Constituição” e suprimido a liberdade no País. Na Câmara dos Deputados, o partido do presidente deposto ia mais longe, chamando de ditadores fascistas os novos detentores do poder.¹¹⁰ O deputado Francisco Julião, que tinha a certeza de que figurava na lista dos que teriam o mandato cassado, resolveu atacar o golpe:

*Houve neste país um golpe militar reacionário e fascista. Prendem ministros, deputados, governadores, dezenas e centenas de líderes sindicais, e tudo se faz em defesa da democracia – democracia entre aspas – em nome da liberdade – liberdade entre aspas – e da legalidade – legalidade entre aspas.*¹¹¹

Contudo, o “Comando Supremo da Revolução” não estava disposto a ceder. No dia 9 de abril, os ministros militares publicaram o Ato Institucional.¹¹² Por ele, ficava o Poder Executivo autorizado a cassar mandatos de parlamentares. O objetivo principal era erradicar

¹⁰⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Wilson Martins (UDN-MT), Cid Carvalho (PSD-MA), Celso Passos (UDN-MG), Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 10/04/1964. Os deputados Wilson Martins, Cid Carvalho e Celso Passos foram cassados e tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos em 1969, em decorrência à oposição que fizeram ao novo governo. Cf. AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento Mutilado:** deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, pp. 128, 129, 168. Discursos Senado Federal. Senadores Wilson Gonçalves (PSD-CE), em 02/04/1964, e Atílio Fontana (PSD-SC), em 10/04/1964.

¹⁰⁹ Discursos Senado Federal. Senador João Agripino (UDN-PB), em 02/04/1964.

¹¹⁰ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 02/04/1964. Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Bocayuva Cunha (PTB-RJ), em 03/04/1964. Lacerda pede ao ministro da guerra afastamento de elementos comunistas. **Jornal do Brasil**, 03/04/1964. Clube Militar vai sugerir cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. **Jornal do Brasil**, 04/04/1964. Líderes na Câmara repelem ideia de cassação de mandatos. **Jornal do Brasil**, 04/04/1964.

¹¹¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Francisco Julião (PSB-PE), em 03/04/1964.

¹¹² O Ato Institucional foi elaborado com a ajuda do mesmo autor da Constituição ditatorialmente outorgada de 1937, Francisco Campos. Por isso que se dizia no Congresso que “cheirava” a carta do Estado Novo. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Wilson Martins (UDN-MT), Aliomar Baleeiro (UDN-GB), em 10/04/1964.

todos os focos de contestação do novo regime e exterminar os “bolsões comunistas”, o que foi recebido com aplausos pelos radicais anticomunistas.¹¹³ A “operação limpeza”, de início, resultou na detenção de vários milhares de pessoas, cassação de mais de 40 mandatos parlamentares e de quatro governadores de estado, os “banidos pela Revolução”, como passaram a ser denominados oficialmente pelo governo. Nem todos os alcançados pelo expurgo foram acusados de subversão ou pró-comunismo. Alguns deles foram eliminados da vida congressual por terem sido acusados de corrupção; outros, simplesmente foram vítimas de manobras políticas de antigos desafetos.¹¹⁴ A maior parte, ainda assim, não eram comunistas¹¹⁵, apesar de antiamericanos:

*(...) hoje, quando tenho o mandato cassado por crime que não cometi, por ideologia a qual nunca pertenci (...) fui injustiçado. Recebo a sentença sem nenhum rancor, sem nenhum ódio, mas como uma provação para minha vida pública. Muito obrigado.*¹¹⁶

Com isso, juntamente com o governo Jango, grande parte da bancada antiamericana no Congresso deixou de existir de uma hora para outra por uma determinação de força. Alguns deles, de fato, mostravam-se simpáticos ao comunismo; a maioria era apenas nacionalista e antiamericana. Entre os cassados de abril constavam Neiva Moreira (PSP/MA); Francisco Julião (PSB/PE); Fernando Santana (PSD/BA); Eloy Dutra (PTB/GB)¹¹⁷; Marco Antônio (PST/GB); Max da Costa Santos (PSB/GB); Sérgio Magalhães (PTB/GB); Leonel Brizola (PTB/GB); José Aparecido Oliveira (UDN/MG); Temperani Pereira (PTB/RS); Salvador Lossaco (PTB/SP); Almino Afonso (PTB-AM).

Mesmo depois do expurgo, alguns militares e políticos que apoiaram a deposição de Jango demonstraram preocupação com a permanência de alguns sinais no sentido de se retornar ao *status quo* pré-golpe. O temor maior era de que a coalizão entre o PSD de Mazzilli e o PTB de Goulart voltasse a se constituir em uma força política suficiente para formar um governo em futuro próximo, reacendendo os riscos de infiltração comunista no Brasil. Além

¹¹³ Discursos Senado Federal. Senador Atílio Fontana (PSD-SC), em 10/04/1964. Constava do Ato Institucional de 09 de abril de 1964 “tomar medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”.

¹¹⁴ SKIDMORE, 1982, p. 372. BANDEIRA, 1999, p. 87. CIA, Central Intelligence Bulletin, 07 de abril de 1964. CIA, Central Intelligence Bulletin, 10 de abril de 1964. CIA, National Intelligence Estimate, “The Political Situation in Brazil”, 27 de maio de 1964. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹¹⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Murilo Costa Rêgo (PTB-PE), em 10/04/1964.

¹¹⁶ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Roge Ferreira (PTB-SP), em 10/04/1964.

¹¹⁷ Em seu livro de 1963, Eloy Dutra antecipou o que poderia acontecer aos antiamericanos no Brasil ao comentar a atuação do Ibad: “Pobre democracia que permite a existência de tais organizações. (...) E os deputados que combatem essa corrupção toda? Esses acabarão na cadeia como ‘comunistas’, se não forem para o ‘paredón’, por crime de ‘alta traição’ à pátria. E viva o nosso Brasil de céu azul e aspecto varonil”. In: DUTRA, 1963, p. 70.

disso, Kubitschek, sobre quem se projetava um dos candidatos mais fortes para as eleições presidenciais de 1965, era considerado por esses, digamos, anticomunistas mais temerosos, uma das razões de ter havido no Brasil um longo processo de complacência quanto à infiltração bolchevique, aprofundado durante a sua passagem pela Presidência da República (mas iniciado no governo Vargas). Se eleito, portanto, representaria o risco de certo retorno dos elementos pró-comunistas não atingidos pelo expurgo ou apenas temporariamente neutralizados pelo golpe militar. Ou até mesmo outro candidato eleito, anticomunista que fosse, poderia não adotar a rigidez exigida para a situação quanto à caça aos comunistas.

Esse grupo – a linha dura – pretendia demonstrar que a continuação da ação repressiva era fundamental para salvar o Brasil da comunização, que apenas o golpe de 1 de abril e o expurgo que o seguiu não haviam garantido por completo. O principal eixo da disputa política, agora, havia deixado de ser entre americanistas e antiamericanos, ou “democratas” e “comunistas”, para configurar um novo debate: moderados e linha dura. Nesse aspecto, a linha dura obteve sucesso ao indicar que o regime deveria sim se enveredar por um modelo crescentemente autoritário em virtude de a ameaça comunista ainda não ter cessado. O expurgo, por exemplo, deveria ser ampliado; e a autoridade político-militar, possuir uma permanência mais duradoura a fim de conter em definitivo o perigo comunista no Brasil. O retorno ao regime democrático que esperasse um pouco mais. Os atores principais dessa trama também mudaram. O Congresso Nacional, antes no foco dos principais debates políticos, passou à categoria de coadjuvante. Afinal, como uma das instituições de sustentação da democracia, não fazia tanto mais sentido de existir uma vez que inexistia o que sustentar. Os militares, atores tradicionais na política brasileira, mas que não frequentavam o seu debate cotidiano, passaram ao nível de autoridades supremas e onipresentes.¹¹⁸

Da parte do primeiro presidente militar, Humberto de Alencar Castelo Branco indicou um ministério de viés americanista, de orientação centro-conservadora. Após a vitória do anticomunismo combinado com o americanismo, via golpe de estado, natural concluir que o seu mais dedicado proponente, Carlos Lacerda, gozasse de grande prestígio junto aos novos donos do poder. Nesse sentido, vários dos indicados para os principais escalões do governo eram próximos do governador da Guanabara, o que foi também bem recebido pelas

¹¹⁸ BARBOSA, 2000, p. 206. CIA, Central Intelligence Bulletin, 04 de abril de 1964. CIA, National Intelligence Estimate, “Prospects for Brazil”, 12 de maio de 1965. Disponíveis em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

autoridades norte-americanas.¹¹⁹ Depois de confirmado o nome do novo presidente, Lyndon Johnson procurou demonstrar um sinal de claro apoio dos Estados Unidos ao governo militar, apesar das sugestões ao contrário do seu consultor de segurança nacional, McGeorge Bundy.¹²⁰

Em outra frente, a “política externa da revolução”, executada por Vasco Leitão da Cunha, procurou retificar as linhas da PEI, retomando “a opção fundamental em favor do sistema democrático ocidental”.¹²¹ Considerado por Washington como “pró-Estados Unidos”, ou, em nossos termos, americanista radical, Vasco teve a função de impor um ponto de inflexão na forma como o Brasil se inseria nas relações internacionais e, mais importante que isso, como encarava a Guerra Fria. Traduzindo em outras palavras, era anticomunista na sua aceção e inequivocamente alinhada aos Estados Unidos nas suas preocupações estratégicas da Guerra Fria, inclusive no plano multilateral. Por esse motivo e sintonizado com as reivindicações dos anticomunistas vitoriosos no Congresso¹²², um dos primeiros gestos do Itamaraty foi, em 13 de maio, o rompimento das relações com “o governo comunista de Cuba”, elevando para a categoria de princípios da nova política externa a manutenção de relações especiais com os Estados Unidos e o reforço dos mecanismos de segurança continental. A justificativa elaborada pelo Itamaraty para o rompimento com Cuba parecia ter bebido da mesma fonte dos americanistas nos últimos anos. Dizia que as relações entre ambos os países

vinha servindo [ao] governo Fidel Castro (...) para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros [leia-se comunistas, subversivos], interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução

¹¹⁹ CIA, Central Intelligence Bulletin, 17 de abril de 1964. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013. No Congresso Nacional, Lacerda vinha cultivando uma verdadeira legião de seguidores também por sua suposta capacidade administrativa, que o apontavam, na condição de governador da Guanabara, como consagrado “o melhor governador estadual de todos os tempos no Brasil”. In: Discursos Senado Federal. Senador Eurico Rezende (UDN-ES), em 16/03/1964.

¹²⁰ Lyndon B. Johnson Presidential Recordings Program. Lyndon Johnson e McGeorge Bundy, em 14 de abril de 1964. Disponível em: www.whitehousetapes.net. Acesso em: 02/08/2013.

¹²¹ Apud VIZENTINI, 2004, p. 232.

¹²² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964.

vitoriosa. (...) A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional.¹²³

Os americanistas, nos dias seguintes, congratularam-se com o governo pela decisão.¹²⁴ Em relação à União Soviética e aos outros países do Bloco, o novo governo adotou uma postura fria, de relativo distanciamento, sem, contudo, romper relações, apesar das solicitações dos americanistas nesse sentido.

Se em relação aos movimentos que, de modo mais direto, levaram ao golpe faz mais sentido tratar de anticomunismo, depois de concretizado, o americanismo voltou a influenciar os debates parlamentares, notadamente quanto aos contornos da nova política externa brasileira. Desse modo, os defensores da “revolução” propunham uma completa revisão dos ditames adotados pela PEI, o que não seria satisfeito apenas com a inclusão de princípios do americanismo moderado. Seria preciso ir mais adiante, em direção ao americanismo radical, para comprovar a boa intenção do Brasil em não mais seguir a linha “independente” de Jânio e Jango, tão amplamente criticada por eles.¹²⁵ Dando sentido a essa nova expressão da política externa do País, o embaixador do Brasil em Washington, Juracy Magalhães, exaltava que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”.¹²⁶

5. Guerra Fria, confusão entre os conceitos de antiamericanismo e comunismo e as preocupações estratégicas do Brasil

A tônica da Guerra Fria como tema primordial para a política brasileira tinha como principais expoentes e defensores, além dos americanistas no Congresso, grande parte dos militares das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, os militares foram, a todo momento, instados, secundados e legitimados pelos americanistas/anticomunistas no Congresso, e pelo sentimento anticomunista da sociedade. O risco da *comunização* do Brasil parecia iminente para esses parlamentares e os militares estavam convencidos, na sua maioria, de que um regime de exceção – temporário – seria a melhor alternativa para esterilizar eventuais pressões populares e as facilidades que a propaganda comunista encontrava naquele momento. A

¹²³ Apud VIZENTINI, 2004, p. 234.

¹²⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Dirceu Cardoso (PSD-ES), Teófilo Pires (PR-MG), em 14/05/1964, Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 15/05/1964, Arruda Câmara (PDC-PE), em 18/05/1964.

¹²⁵ Discursos Câmara dos Deputados. Deputados Antônio Carlos Magalhães (UDN-BA), em 30/04/1964, Maurício Goulart (PTN-SP), em 13/05/1964, Álvaro Catão (UDN-SC), em 14/05/1964.

¹²⁶ PECEQUILO, 2011, p. 12.

disciplina, a coesão e os métodos violentos dos comunistas teriam que ser combatidos por um regime de força e, quanto a isso, muitos dos parlamentares concordavam.

Desse modo, a preparação dessa discussão foi elaborada de modo intenso também no Congresso Nacional. Ocorre que, na ausência de claros grupos comunistas no Brasil, somada à proscricção do PCB, os inimigos eleitos foram outros, por uma confusão interpretativa facilitada pelas realidades doméstica e internacional. Por seu turno, o antiamericanismo observado nos meios políticos brasileiros, de caráter moderado em sua maioria, tinha preocupações quanto à defesa efetiva daquilo que eram considerados os interesses nacionais e em estabelecer uma relação de menor subordinação com os Estados Unidos. Importante salientar que quase todos esses aspectos eram reservados aos planos econômico, comercial e político.

De acordo com Westad, do ponto de vista do Terceiro Mundo, a Guerra Fria representou uma continuação do modelo colonialista, ainda que através de meios distintos. Como um processo de conflito, ela foi centrada no controle e na dominação, não só na área ideológica, como também econômica, comercial e política. Esse não era um elemento novo ou inédito para os países do Terceiro Mundo, da América Latina e mais especificamente o Brasil.¹²⁷ Daí a lógica da PEI e dos antiamericanos em negar a Guerra Fria, pois isso continha a negação do novo mecanismo de dominação. Nesse sentido, era urgente a defesa de independência e autonomia, que naturalmente se convertiam em nacionalismo e antiamericanismo (do tipo soberano), para o Brasil se livrar das amarras que limitavam a implementação de seu projeto de desenvolvimento, tão antigo quanto a independência política do país. Esse aspecto do antiamericanismo da PEI e do Congresso Nacional demonstra o amadurecimento político por que o Brasil atravessava, a partir da leitura de que o cenário internacional liderado pelos Estados Unidos não só não respondia como criava obstáculos aos desafios do desenvolvimento econômico brasileiro. Não cabia mais ao Brasil, portanto, esperar a bondade ou a permissão estrangeira para a superação de sua miséria e da defesa de seus interesses. Essa fórmula, no entanto, só teria êxito em um cenário de apaziguamento da Guerra Fria.

Em outras palavras, o governo, seguido pela maior parte dos antiamericanos no Congresso, rejeitou publicamente, e repetidas vezes, o comunismo como opção ao Brasil. Mas não abdicava de uma postura nacionalista e antiamericana. Para San Tiago Dantas, era preciso

¹²⁷ WESTAD, 2005, p. 5.

repudiar expressamente toda ambiguidade ideológica, com afirmações feitas dentro de conceitos claros, enfatizando a manutenção do Brasil na esfera de influência dos Estados Unidos e de que o sistema político brasileiro era profundamente divorciado dos preceitos comunistas.¹²⁸ No entanto, não foi isso que a política externa brasileira e as atitudes de Goulart transpareceram a seus opositores no Congresso Nacional e em Washington.

A Guerra Fria no Brasil – discussões no âmbito político doméstico acerca das ideologias em combate no plano internacional – permaneceu em destaque. Após uma relativa boa convivência nos anos de 1961 e 1962, Brasil e Estados Unidos somavam atritos e desconfianças de parte a parte, motivados principalmente pelo cenário da Guerra Fria. Nesse sentido, a crise econômica, a política demagógica, o cortejo com o neutralismo, o reatamento das relações diplomáticas com o Bloco Socialista e, pior, os movimentos de cooperação e tolerância de elementos comunistas e esquerdistas radicais no seio do governo poderiam conduzir o Brasil, invariavelmente, à marcha do comunismo. A alternativa por um golpe militar já ganhava um número maior de adeptos no interior das administrações Kennedy e Johnson bem antes de março de 1964, como opção ao risco de perder o maior país do continente americano para a esfera de influência soviética. Isso porque os custos estratégicos de tal movimento para os Estados Unidos seriam demasiadamente elevados, o que fazia com que o consagrado princípio liberal-democrático norte-americano fosse suspenso em um momento de crise como a que se vivia. Em outras palavras, apesar de “fria”, o cenário deveria ser tratado como de efetiva guerra. Os limites de manobra de atuação das superpotências nas esferas de influência de uma em relação à outra eram absolutamente sensíveis e tratados com alto grau de preocupação. Em resumo, a Guerra Fria significou, por excelência, uma guerra por ampliação e manutenção de esferas de influência entre as duas ideologias em voga e, nesse contexto, o Brasil representava peça essencial para os interesses dos Estados Unidos.¹²⁹

Nesse aspecto, o principal motivo que influenciava a ação dos Estados Unidos no Brasil na primeira metade da década de 1960 não era exatamente o nacionalismo econômico (e assuntos como encampações de empresas e lei de remessa de lucros para o exterior) ou mesmo o neutralismo e o antiamericanismo, mas suas possíveis implicações em favor das teses comunistas. Ou, de modo mais claro, era o temor de uma reversão comunista do Brasil que mais preocupava as autoridades norte-americanas, principalmente o Pentágono, mas que

¹²⁸ FRANCO, 2007, p. 204. DANTAS, 1983, p. 409.

¹²⁹ HERSHBERG, 2004, p. 4. BANDEIRA, 2010, p. 366.

forçava tanto a presidência quanto o departamento de estado a adotarem uma política de combate ao comunismo de forma mais contundente. Sem embargo, a política externa norte-americana continuou durante a primeira metade da década de 1960 a tratar de economia, comércio, investimentos. Mas a política de intervenção (direta ou indireta) se ocupou em primeiro lugar com as preocupações de ordem estratégica. Ao fim, a intervenção poderia trazer algum ganho econômico imediato, mas esses eram fatores marginais na equação política de Washington naquele momento da Guerra Fria. Os interesses econômicos foram reafirmados pela política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria menos por uma prática meramente exploradora e mais por uma questão ideológica. Possivelmente, o mais correto é afirmar que ideologia (liberal democrática) e interesses (estratégicos e econômicos) caminhavam juntos, compondo um mesmo objetivo. O Terceiro Mundo precisava se manter capitalista e, portanto, não comunista e fora da órbita soviética. A Guerra Fria, afinal, foi isto: um período de insanidades e de vultosos gastos em defesa antes que preocupações pontuais com ganhos econômicos imediatos, comprovando que os Estados Unidos nem sempre colocaram os lucros antes da política e da sua segurança.¹³⁰

A mesma linha foi adotada amplamente pelos americanistas no Congresso Nacional, apontando “comunistas que se intitulavam nacionalistas” e denunciando a intenção de integrantes do partido comunista de “explorar o nacionalismo como instrumento de ação para seu partido” ou então falar em “imperialismo”, “nacionalismo” e “entreguismo” como cortina de fumaça para entrega do Brasil ao comunismo internacional.¹³¹ Nacionalismo e antiamericanismo eram combatidos pelos americanistas por uma suposta ligação incontestável desses dois conceitos com o comunismo.¹³² Nisso, o “movimento brasileiro de hostilidade aos Estados Unidos” caminhava acoplado com a expressão “simpatia a Cuba e aos demais países comunistas”.¹³³ Ou, em outras palavras, um e outro se confundiam:

*O juridicismo de San Tiago Dantas não logrou esconder a verdade (...) a política externa brasileira cujo apoio só encontra no Congresso Nacional de alguns elementos da política nacional conhecidos pela hostilidade aos Estados Unidos e, **consequentemente**, pela sua amizade a Cuba e ao mundo comunista.*¹³⁴ (grifo nosso)

¹³⁰ WESTAD, 2005, pp. 4, 32. GADDIS, 2006, p. 12.

¹³¹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Mendes de Moraes (PSP-GB), em 14/12/1961.

¹³² Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

¹³³ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Miguel Buffara (PTB-PR), em 19/03/1963.

¹³⁴ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Padre Vidigal (PSD-MG), em 13/02/1962.

Assim, criava-se um dilema entre americanistas e comunistas por meio do discurso, figurando os antiamericanos e os nacionalistas no segundo grupo, mesmo que a contragosto:

*V. Exa. sabe que não sou comunista. Apenas não aceito uma ordem social injusta e cruel como a que aí está (...).*¹³⁵

O jogo político americanista empreendeu uma equalização de papéis entre antiamericanos e comunistas. Para isso, se utilizaram do significado da bipolaridade da Guerra Fria que compreendia o caráter da exclusividade, ou seja, ou se estava com os Estados Unidos, ou com a União Soviética.¹³⁶ Para os antiamericanos, o anticomunismo servia apenas de pretexto para o combate ao nacionalismo, “numa histeria que chega às raias da loucura ridícula (...), vendo bolcheviques em baixo da cama; escondidos nas molas dos colchões para espionar, quando não dentro de escrivatinhas tomando pílulas que os fazem invisíveis, etc.”¹³⁷ Nacionalismo e comunismo, portanto, deveriam ser considerados fenômenos distintos, afastando assim qualquer risco iminente de *bolchevização* do Brasil:

*(...) o nacionalismo que hoje caracteriza a política dos países pobres, atrasados, chamados subdesenvolvidos, de que o nacionalismo desses países que lutam pela conquista, alguns ainda da sua emancipação política, outros pela conquista de sua independência econômica, de que esse **nacionalismo não se confunde com o comunismo**. (...) No Brasil, o que se prega é o nacionalismo, a independência econômica do País. O que se denuncia, com razão e propriedade, é o processo de espoliação da economia nacional. (...) É verdade que os comunistas, neste momento, adotam uma política nacionalista (...) mas a recíproca não é verdadeira (...) nem todo nacionalista é comunista.*¹³⁸ (grifo nosso)

Washington contou com o fundamental apoio dos americanistas no Parlamento brasileiro para a tarefa de deslegitimar qualquer movimento contestatório em relação aos Estados Unidos como de inspiração soviética ou patrocinado pela URSS.¹³⁹ Portanto, nacionalismo e antiamericanismo, tendências crescentes no governo e no Congresso Nacional

¹³⁵ Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 30/04/1963. Em outra ocasião, Arthur Virgílio fez referência a um parlamentar que havia sido acusado de comunista “apenas porque é defensor das reformas e considera que o País não pode continuar dividido como está, numa minoria que usufrui e uma maioria esmagadora que sofre”. In: Discursos Senado Federal. Senador Arthur Virgílio (PTB-AM), em 16/03/1964. De forma análoga, deputado Etelvino Lins: “É preciso que acabemos de uma vez por todas com essa confusão ideológica. Porque ela sim constitui um grande perigo para o Brasil. Não podem ser colocados na mesma bitola, como comunistas, socialistas avançados, socialistas moderados, ou simples idealistas”. In: Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Etelvino Lins (PSD-PE), em 28/05/1962.

¹³⁶ WESTAD, 2005, p. 89.

¹³⁷ DUTRA, 1963, p. 40.

¹³⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Roland Corbisier (PTB-GB), em 03/10/1963.

¹³⁹ Cf. WESTAD, 2005.

durante as administrações Jânio e Jango, precipitaram as posturas que os Estados Unidos teriam em relação ao Brasil. Para os americanistas, de nada adiantaria negar a tendência ao comunismo daqueles que adotavam um discurso nacionalista, pois

*homens que não sendo comunistas, coincidem sempre com o que dizem os comunistas; homens que declarando que não são comunistas a propósito de todos os problemas, usam a mesma linha de pensamento, a mesma técnica, os mesmos slogans e as mesmas palavras que os comunistas usam no cumprimento das ordens e das instruções que recebem de Moscou.*¹⁴⁰

A PEI, de fato, procurou “fustigar a visão simplista da bipolaridade que recomendava priorizar as relações especiais com os Estados Unidos”.¹⁴¹ De outro modo, apesar da Guerra Fria, o Brasil deveria seguir os rumos para melhor implementar os objetivos da política exterior, realçando o conflito Norte-Sul e a posição de independência entre os dois blocos e crendo que as relações internacionais seriam determinadas pela coexistência entre as duas superpotências.¹⁴² No outro extremo, a oposição no Congresso Nacional, congregada nos americanistas, defendia que, justamente em razão da Guerra Fria, o Brasil não deveria se distanciar dos Estados Unidos, principalmente em assuntos de natureza estratégica. Dito de outra forma, americanistas fundamentavam suas percepções no conflito Leste-Oeste, a que todos os outros assuntos de política externa deveriam estar subordinados. Não reconhecer essa condição da cena internacional, considerando-a como secundária, representaria um erro para a própria sobrevivência do Estado.¹⁴³ Portanto, um e outro grupo discordavam quanto ao grau de ligação entre o jogo político interno e a disputa ideológica entre o comunismo e o ocidente; menor para os antiamericanos, maior para os americanistas. No fim, a Guerra Fria limitou sobremaneira o desejo de liberdade e autonomia projetados pelos antiamericanos para que o País trilhasse seus esforços em prol do desenvolvimento econômico.

O curioso – e este ponto é importante repisar – é que o que poderia ter se tornado apenas uma “rivalidade emergente” entre os dois países, caso considerássemos somente os aspectos do nacionalismo e do antiamericanismo em si, evoluiu para um embate direto e uma preocupação de primeira importância para a política externa norte-americana, por temer que esses dois movimentos fizessem conduzir o governo brasileiro para a esfera de influência

¹⁴⁰ Discursos Senado Federal. Senador Mem de Sá (PL-RS), em 29/10/1962.

¹⁴¹ CERVO, 1994, p. 40.

¹⁴² Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Fernando Santana (PTB-BA), em 28/05/1962.

¹⁴³ STORRS, 1973, p. 174.

comunista, no complexo cenário da Guerra Fria daqueles anos. A margem de relativa autonomia internacional tornava-se cada vez mais estreita devido à dinâmica do conflito bipolar, radicalizando, por consequência, o cenário da política doméstica.¹⁴⁴

Importante salientar que houve sérios erros de interpretação de ambos os grupos. Do lado dos antiamericanos – no Congresso e nos Executivos de Jânio e Goulart – ao não reputar a relevância estratégica que a Guerra Fria, o conflito Leste-Oeste, detinha para o governo dos Estados Unidos e para a oposição americanista. Da parte dos americanistas e de Washington, ao confundir posturas nacionalistas e antiamericanas, mesmo moderadas, com avanços da infiltração comunista. De acordo com Hélio Franchini Neto, isso ocorria em virtude do tipo de ameaça que se figurava no hemisfério ocidental: não se tratava de possibilidade de interferência direta da URSS no território de países como o Brasil, como se deu ao longo da Cortina de Ferro na Europa, mas sim o perigo da organização de grupos (apoiados ou não pelos soviéticos ou pelos cubanos), que ameaçassem internamente a estrutura política do país. Desse modo, a agenda de segurança para um país como o Brasil tornou-se mais antissubversiva (ou antinacionalista e *anti-antiamericana*) do que propriamente antissoviética.¹⁴⁵

Sem embargo, os comunistas, ou mesmo os políticos simpáticos ao comunismo, tinham assento tanto no Congresso Nacional como em cargos de destaque do governo Jango, com algum apoio popular. Mas isso, em definitivo, representava a minoria. No Congresso Nacional, por exemplo, raras eram as vozes que defendiam publicamente a adesão do Brasil à esfera de influência soviética. Ao lado dos americanistas, a maior parte dos congressistas detinha convicções nacionalistas e antiamericanas, sem isso significar avançar na seara ideológica do comunismo. E dentro do grupo dos antiamericanos, a maioria sustentava a variante moderada, no sentido de que, em termos estratégicos (ou seja, sem considerar os interesses principalmente econômicos e comerciais), o Brasil deveria se manter, no esquema da Guerra Fria, ao lado dos Estados Unidos, em uma eventualidade de crise armada, da mesma forma que o fez durante a II Guerra Mundial.

¹⁴⁴ BANDEIRA, 2010, p. 323. CERVO; BUENO, 2002, pp. 347, 354.

¹⁴⁵ FRANCHINI NETO, 2005, p. 6. Na década de 1950, o irmão do presidente norte-americano Eisenhower, Milton Eisenhower, depois de percorrer países da América Latina em uma viagem de observação, destacou a necessidade de o departamento de estado não confundir qualquer movimento social com marxismo, toda reforma agrária com comunismo ou antiamericanismo com posição pró-soviética. Pouco tempo depois, a recomendação foi sendo esquecida.

Além disso, a ação norte-americana de combate ao comunismo, grosso modo, se dava também por meio de parlamentares e políticos americanistas, quer seja por convicção própria, quer seja por algum tipo de incentivo eleitoral ou de outro tipo. Desse modo, se os antiamericanos formavam uma frente única com os governos Jânio-Jango, os americanistas tinham ao seu lado o governo de Washington a dar-lhes suporte, material e ideológico, como lembram os casos do complexo Ibad/Ipes/Adep. Preocupava a Washington a atuação cada vez mais influente de antiamericanos junto ao governo e no interior do Parlamento. O embate, no entanto, possuía um caráter peculiar – era preventivo na medida em que combatia não só os comunistas, pouco numerosos diante do total de congressistas e políticos e sem condições reais de tomar o poder “em futuro previsível”, mas também e principalmente antiamericanos, visto que poderiam, de algum modo, facilitar a penetração soviética na política brasileira. Washington já admitia que a linha nacional e independente da política exterior brasileira continuaria ainda que houvesse mudanças de governo. Era imperioso, por sua vez, garantir que o governo não utilizasse esses fatores como móveis que ultrapassassem a crítica linha do comunismo.¹⁴⁶

Em fins de 1962, o governo dos Estados Unidos, influenciados em grande parte pelas experiências de Punta del Este e da crise dos mísseis, decidiu adotar um ponto de inflexão em sua política para o Brasil. O País passou a receber especial atenção, com o intuito de incentivar mudanças nas orientações econômica e política do governo de Jango e, para tanto, a ação dos americanistas no Parlamento foi de fundamental importância. A administração Kennedy se tornava cada vez mais preocupada com um país considerado aliado vital em sua própria esfera de influência e a estratégia escolhida para isso foi agir no interior da política doméstica, em um embate que possuía seus contornos de forma clara, envolvendo americanistas e antiamericanos em lados opostos. É por isso que o Brasil representou a mais significativa e perigosa relação que Washington conduziu na América Latina durante esses anos da Guerra Fria. Ao fim, a tentativa da PEI de tirar partido da bipolaridade mundial para adotar uma atitude independente em relação aos blocos¹⁴⁷ revelou-se um jogo perigoso e sensível, com sérias repercussões para a política interna e a manutenção dos governos. Em poucas palavras, a Guerra Fria foi o maior obstáculo à PEI.

¹⁴⁶ CERVO; BUENO, 2002, p. 357. BANDEIRA, 1999, pp. 76, 82, 88, 204.

¹⁴⁷ HERSHBERG, 2004, p. 61 et seq. CERVO, 1994, p. 77.

6. Os motivos do golpe no debate parlamentar: comunismo, papel dos Estados Unidos e política externa

Apesar de exaustivamente pesquisados pela academia, os motivos do golpe ainda permanecem um ponto de controvérsia. Da parte da historiografia, existem, segundo Lucília Delgado, cinco conjuntos de interpretações sobre as suas principais causas: i) visões estruturalistas e funcionais; ii) as que enfatizam o seu caráter preventivo; iii) as que privilegiam explicações conspiratórias; iv) as que enfatizam uma visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia; v) outras, baseadas em um novo ciclo produtivo, que buscam dialogar com novas e diversificadas fontes.

De acordo com a primeira classificação proposta, a crise institucional do início da década de 1960 relacionou-se com os problemas atávicos de médio e longo prazos da história do Brasil, com ênfase no subdesenvolvimento e no atraso da industrialização. Delgado inclui nesse conjunto autores como Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. De um modo geral, esses autores sustentam que o processo de industrialização tardia no Brasil havia atingido um ponto crítico e que, por isso, demandava soluções para resolução dos conflitos sociais a ele inerentes. Essas soluções se apresentaram sob a forma autoritária de regulação dos conflitos, levando finalmente à ruptura do “pacto populista”. Dentro do segundo grupo, mais bem consolidado na academia, autores como Florestan Fernandes, Jacob Gorender e a própria Lucília Delgado enfatizam, grosso modo, que a deposição de Goulart foi impulsionada por uma perspectiva preventiva e articulada por setores conservadores da sociedade brasileira. No mais das vezes, os interesses ligavam-se a grupos econômicos nacionais e de investidores estrangeiros. Esses grupos passaram a acusar o governo de incompetência, improbidade administrativa e aproximação demagógica com os movimentos populares. Além disso, consideravam-no leniente com uma ameaça comunista. Existem, naturalmente, significativas distinções entre os autores dessa categoria. Gorender, por exemplo, assenta maior parte de sua análise em argumentações marxistas, de base econômica estrutural, como desenvolvimento tardio do capitalismo e crise de substituição de importações. Para ele, o golpe foi preventivo na medida em que o núcleo do grupo burguês industrializante e os grupos representativos do capital estrangeiro, a favor de uma modernização conservadora, se uniram para impedir os riscos que poderiam advir das reformas de base.

Da parte das explicações conspiratórias, Delgado agrupa autores que enfocam nos movimentos da CIA e do capital internacional norte-americano (Moniz Bandeira), do Ibad, elite orgânica, empresários e militares (René Dreifuss e Heloísa Starling), setores anticomunistas das FFAA vinculados à ESG, jornais como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e de partidos como a UDN (Otávio Dulci) com vistas a destituir o governo Goulart. São elencados entre os autores que privilegiam interpretações conjunturais dos aspectos políticos Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira. Para esses, a ausência de compromisso com a democracia por parte das esquerdas e dos conservadores contribuíram para a radicalização do ambiente político e, por conseguinte, criou um cenário propício a algum golpe de estado.

Por fim, existem os novos trabalhos identificados por Delgado, e que buscam dialogar com fontes inéditas e diversificadas, com o registro de efemérides. Entre eles consta a pesquisa de Carlos Fico, que insiste que o movimento golpista propriamente dito foi conduzido por lideranças importantes das FFAA, no calor da conjuntura, sem maior planejamento anterior. Fico defende que partidos políticos, organizações da sociedade civil e setores da Igreja, que exerciam oposição cerrada a Goulart, atuaram a favor da desestabilização (o que ele difere de conspiração) de seu governo. Contudo, enfatiza que à frente dos movimentos para efetuar a deposição do presidente figuravam os militares, que ao fim e ao cabo agiram de forma precipitada pela iniciativa do general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora. Somente depois é que o movimento de derrubada de Goulart foi apoiado pelos opositores do presidente, os mesmos que antes já vinham contribuindo para a sua desestabilização. O mesmo autor não ignora que, no cenário de Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos acompanhava com muita preocupação os desdobramentos da política brasileira. Mas não foi apenas uma postura de testemunho e observação. Atuaram concretamente a favor do seu desfecho, constituindo a Operação Brother Sam o seu lado mais ilustrativo.¹⁴⁸

Como bem aponta Delgado, as distinções entre esses conjuntos interpretativos limitam-se às ênfases que cada um propõe para explicar o processo histórico do golpe de 64. Todos os acontecimentos apontados por cada um dos autores exerceram influência no resultado, seja a estrutura econômica, interesses do empresariado, pressão de governos

¹⁴⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, 2010, pp. 123-144.

estrangeiros a serviço de corporações, características pessoais de Goulart, etc. Cabem aqui alguns comentários a respeito dos aspectos levantados pela historiografia que, ainda que não sejam refutados, devem ter seus matizes realçados. A democracia representativa – tanto da parte dos antiamericanos como também dos americanistas e anticomunistas – foi um aspecto de valor elevado para a política brasileira. Ocorre que, da parte dos golpistas, a deposição de um presidente constitucional justificava-se para salvar a própria democracia contra o comunismo. Seria, portanto, uma atitude de força excepcional e que se pretendia de curtíssimo prazo. O suficiente para expurgar os comunistas de todo o sistema, eliminando os riscos de uma *bolchevização* do País.

Portanto, a variável que foi capaz de desestabilizar todo o sistema foi o medo comunista, que existia de forma tão exacerbada graças à conjuntura das relações internacionais. Os anticomunistas defendiam não se tratar de “medo”, mas de “precaução” para que não acontecesse no Brasil o que havia sido verificado na Cortina de Ferro.¹⁴⁹ O acirramento do conflito entre agrupamentos radicais poderia resultar em outra solução que não o golpe. Uma parte bastante significativa do cenário político e social brasileiro, moderada em seus princípios, era pró-solução democrática. Apesar disso, partes suficientes da sociedade, das FFAA e do Congresso Nacional se arregimentaram em torno desse sentimento do medo de se fazer do Brasil a segunda Cuba no hemisfério.

Os militares, de posicionamento tradicionalmente anticomunista, tiveram como incentivo o apelo de muitos civis, principalmente da bancada americanista no Congresso (transmutada em bloco anticomunista durante os últimos meses do governo), tanto para suas medidas em relação ao golpe como para o expurgo e a manutenção de um regime forte e comprometido com a luta contra o comunismo. Enfim, foi o fator do comunismo frente ao “mundo livre”, a variante nacional de um embate internacional, o *leitmotiv* do golpe e de todo o empenho anterior dos americanistas contra o antiamericanismo do governo e de parte do Congresso.¹⁵⁰

Da parte dos Estados Unidos, o golpe não foi apenas recebido com alívio, mas como uma missão cumprida. Afinal, o Brasil com isso se distanciava dos riscos de *cubanização*. Nesse contexto, a embaixada norte-americana não só acompanhou como também agiu na

¹⁴⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Arruda Câmara (PDC-PE), em 16/02/1962.

¹⁵⁰ SARAIVA, 1997, p. 253. MOTTA, 2002, p. 271.

retaguarda, oferecendo apoio sistemático em todos os passos que levaram à ruptura institucional e à deposição de Goulart.¹⁵¹

No mesmo dia do golpe, o presidente Lyndon Johnson, o secretário de estado Dean Rusk, o secretário de defesa McNamara, o diretor da CIA, coronel King, além de outros presentes, se reuniram para discutir a situação no Brasil. O panorama apresentando apontava para uma posição mais favorável dos insurgentes, mas ainda sem garantias de vitória. De qualquer maneira, segundo informações que chegavam da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, não era o momento de uma ajuda explícita dos Estados Unidos para os golpistas, por acreditarem contraproducente “disponibilizar um *slogan* anti-yankee a Goulart”. O secretário de defesa, na ocasião, relatou a situação da força-tarefa que partiria para o Brasil: havia saído naquela mesma manhã e estaria na vizinhança de Santos (São Paulo) no dia 11 de abril. Segundo ele, as armas e as munições estavam sendo reunidas para envio aéreo em Nova Jersey e a viagem levaria 16 horas a partir do momento da decisão. Além disso, um tanque naval, retirado da área de Aruba, poderia chegar a seu destino nos dias 10 ou 11 de abril, restando ainda a possibilidade do uso de um navio-tanque norueguês da Esso atracado no Atlântico Sul, a caminho de Buenos Aires, com a necessária gasolina para veículos e aviões, que poderia chegar a seu destino nos dias 5 ou 6 do mesmo mês. Essa era a “Operação Brother Sam”.¹⁵²

Sem embargo, o golpe não pode ser explicado apenas por fatores externos, de uma grande e invisível conspiração norte-americana. Não há, por assim dizer, um único fator, seja ele ideológico, econômico, estratégico, nacional ou internacional, que explique todo o desenvolvimento histórico que culminou com a deposição de João Goulart. Como em qualquer outro período histórico, é preciso não negligenciar a complexidade do processo. Ainda assim, em definitivo os Estados Unidos, como sustentado ao longo de todo este estudo, não se limitaram a apenas acompanhar com especial interesse o desenvolvimento dos acontecimentos políticos no Brasil. Estavam dispostos a socorrer o movimento sedicioso brasileiro caso fosse exigido. O governo dos Estados Unidos agiu concretamente, e a Operação Brother Sam, assim como os anteriores apoios às ações do Ibad/IPES/Adep, não foram, provavelmente, as únicas formas encontradas para implementar as ações encobertas e

¹⁵¹ PARKER, 1977, p. 116. SPEKTOR, 2009, p. 27. BANDEIRA, 2010, p. 375. BANDEIRA, 2009, p. 269. DREIFUSS, 2006, p. 185.

¹⁵² CIA, Memorandum for the Record, “Meeting at the White House, subject: Brazil”, 01 de abril de 1964. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

indiretas. Ademais, o grupo de governadores americanistas, que vinha recebendo ajuda direta dos Estados Unidos, foi de fundamental importância para a estratégia conjunta de conter as pressões daqueles indivíduos identificados como pró-comunistas, entre eles o presidente da República. Não só, pois os Estados Unidos investiram também no treinamento de contrainsurgência no Brasil, da mesma forma que o fizeram em vários outros países.¹⁵³

Longe de constituir em apenas uma “teoria da conspiração”¹⁵⁴, os Estados Unidos exerceram papel significativo nos desenlaces que levaram ao golpe militar de 64. Sem embargo, concorreram para a sucessão dos acontecimentos causas de cunho doméstico. Portanto, o melhor a dizer a esse respeito não é que o “golpe começou em Washington”¹⁵⁵, mas sim que ele também contou com a participação do governo norte-americano, juntamente com militares brasileiros e políticos civis, americanistas e anticomunistas apontados neste estudo. Nesse aspecto, a Guerra Fria serviu como um fio condutor a ligar todos esses fatores: interesses estratégicos dos Estados Unidos e amplificação do medo comunista no interior do Brasil pela percepção de que vinha sendo conduzido um plano de ajuda internacional para o seu estabelecimento no País.¹⁵⁶

Os Estados Unidos não exigiam um alinhamento incondicional ou a abertura irrestrita a investimentos de companhias lá sediadas. A preocupação primeira e constante assentava na garantia de que o Brasil se manteria na sua órbita de influência, e não na da União Soviética. Os vinte e um anos do governo militar comprovam essa argumentação, com a exceção do primeiro presidente dessa nova fase, Castelo Branco. O regime militar adotou políticas nacionalistas, antiamericanas, imposição de restrições a investimentos estrangeiros, adoção de posições contrárias em fóruns multilaterais – ainda que em meio a movimentos de alinhamento automático – sem, contudo, sofrer de suspeição ou falta de apoio fundamental por parte de Washington, pois não oferecia quaisquer dubiedades quanto a seu compromisso estratégico.¹⁵⁷ Portanto, o antiamericanismo e o nacionalismo dos militares não impediram que houvesse sérios atritos entre Brasil e Estados Unidos; mas também não criaram qualquer ameaça à estabilidade do regime.¹⁵⁸ Ocorresse o que fosse, o Estado brasileiro garantia que

¹⁵³ CIA, Memorandum for the Record, meeting of the special group, 18 de julho de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁵⁴ SKIDMORE, 1982, p. 390.

¹⁵⁵ MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁵⁶ BANDEIRA, 2007, p. 636.

¹⁵⁷ COELHO, 2010, p. 346.

¹⁵⁸ Nesse sentido, não existe paradoxo, ao contrário do que sustentam Vizontini e Pecequillo, no fato de que o mesmo caminho de autonomia que era controverso na PEI e incomodava os norte-americanos ter sido

não se arredaria do lado dos Estados Unidos em sua luta contra o comunismo, no interior do seu território, e contra a União Soviética e seus aliados, no plano estratégico internacional, como chegou a fazer com a Operação Condor nos países vizinhos da América do Sul.

Mas isso não se reverteu, depois do hiato da política externa de Castelo Branco, em diminuição do antiamericanismo e do nacionalismo econômico institucionalizados, inclusive nas forças armadas e com a intenção de reforçar a necessária legitimidade junto à população.¹⁵⁹ Com efeito, o antiamericanismo e o nacionalismo institucionalizados ou de Estado perderam por completo, com os governos militares, qualquer tendência ou ameaça de se reverter ao comunismo. Houve, portanto, uma reconversão e mutação das características do antiamericanismo e do nacionalismo em anticomunismo, ou seja, todos esses conceitos passaram a conviver em apenas uma concepção de Estado. Antes, entre 1961-1964, antiamericanismo e nacionalismo poderiam ser uma indicação de anticomunismo, mas o compromisso dos primeiros com o segundo não era tão estreito e inquebrantável como com os militares. Abril de 64 foi um movimento de reafirmação da americanidade (estratégica) brasileira no tabuleiro da Guerra Fria.

De fato, os Estados Unidos reconheciam que o número de comunistas no Brasil era reduzido, conforme apontado em relatório do departamento de estado, elaborado em janeiro de 1964. Ainda assim, o pequeno contingente não traduzia a sua força política. Isso porque os comunistas e seus simpatizantes, segundo a interpretação das autoridades norte-americanas, possuíam grande influência e um potencial subversivo ampliado pela grande quantidade de cargos influentes que ocupavam no governo, burocracia, sindicatos e entidades estudantis, incluindo comandos militares nas FFAA. E da mesma forma que ocorrera na Rússia czarista de 1917, seria possível a partir dessa vanguarda comunista, em um país basicamente rural e com uma grande massa de iletrados, colocar em movimento a marcha revolucionária brasileira. Os anticomunistas apontavam que, de modo semelhante ao que acontecera com a Hungria e a Tchecoslováquia, onde se contavam apenas 2% de comunistas dentro de suas

reproduzido no regime militar. O antiamericanismo e a defesa das teses nacionalistas ficaram, diferentemente do que ocorrera com Goulart – na interpretação da Casa Branca –, restritos à área econômica. Da parte estratégica, o discurso anticomunista e a defesa da segurança hemisférica por meio da interdependência e das fronteiras ideológicas da ditadura brasileira garantiram o caráter não-comunista do regime. VIZENTINI, 2004, *passim*. PECEQUILO, 2011, p. 34.

¹⁵⁹ LIMA, Maria Regina Soares; MOURA, Gerson. Brasil-Estados Unidos: o pragmatismo em questão. Seminário sobre “O Brasil e a Nova Ordem Internacional”, Friburgo, 1 a 3 de dezembro de 1978, p. 29.

fronteiras, bastava uma pequena célula, bem organizada, para implantar o socialismo no Brasil.¹⁶⁰

Fidel e Cuba reascendiam a preocupação nesse sentido, com a força do exemplo temporal e geograficamente mais próximo. Ou seja, o número reduzido de comunistas não era garantia para Washington e os anticomunistas brasileiros de que a *bolchevização* do Brasil fosse uma possibilidade remota. Da mesma forma, era percebida uma tendência para a expansão da força política dos comunistas, o que poderia ser acelerada com a legalização do PCB, possibilidade ventilada no Parlamento e em setores do governo. Mesmo depois da hipótese de saída normal de Goulart, em janeiro de 1966, o cenário apresentado apontava para o risco de se estabelecer um regime de extrema esquerda com forte caráter antiamericano.¹⁶¹ Portanto, a deposição de Jango não resolveria por completo o problema diagnosticado por Washington e os anticomunistas. Era fundamental que, logo em seguida a um golpe civil-militar, fosse empreendida ampla e profunda “limpeza” dos bolsões comunistas. E assim foi feito.

Mas como identificar apropriadamente aqueles indivíduos comunistas? O discurso, a postura, as ações e suas defesas públicas poderiam ser um critério para tanto. Nisso, o antiamericanismo (tanto o de caráter moderado quanto o radical) mantinha pontos de contato com o discurso leninista-marxista, como de luta contra o imperialismo, defesa dos interesses nacionais, de admiração por certos métodos implementados em Cuba, de não temer a aproximação diplomática e comercial com a Rússia, de apontar os Estados Unidos como espoliadores ou, no mínimo, negligentes com o desenvolvimento brasileiro, etc. Na ausência de provas em contrário, eles formaram o grande contingente dos comunistas brasileiros da Guerra Fria, juntamente com os autênticos, naturalmente. A força real do PCB, na verdade modesta, apareceu multiplicada no discurso anticomunista, dentro e fora do Brasil.¹⁶²

Sem embargo, o “papel dos Estados Unidos na queda de Goulart”¹⁶³ continua sendo um assunto bastante controverso. Os dados apontam, em sua maior parte, que os Estados Unidos tiveram papel significativo na quebra do regime institucional em 1964, por meio de uma intervenção indireta, defensiva e encoberta. Ocorre que a fundamentação, como dito

¹⁶⁰ MOTTA, 2002, p. 277.

¹⁶¹ CIA, National Intelligence Estimate, “Situation and Prospects in Brazil”, 10 de julho de 1963. Disponível em: www.foia.cia.gov. Acesso em: 20/fevereiro/2013.

¹⁶² MOTTA, 2002, p. 146. BANDEIRA, 2009, p. 270. BANDEIRA, 1999, p. 13.

¹⁶³ SKIDMORE, 1982, p. 389.

acima, se assentou principalmente em preocupações de ordem estratégica, inseridas no contexto da Guerra Fria. Em outras palavras, o golpe representou mais um episódio da Guerra Fria no continente.¹⁶⁴ Os Estados Unidos não queriam sequer considerar a perda do Brasil ao comunismo – Cuba havia sido um golpe demasiadamente duro para tolerar qualquer nova baixa no continente americano. Não só isso, pois se cria que se o Brasil caísse, toda a segurança da América do Sul estaria ameaçada.

Em verdade, a teoria do dominó e a luta contra o comunismo tornaram-se fixações em Washington a ponto de confundir qualquer tipo de crítica ao sistema capitalista ou à aliança com os Estados Unidos como de orientação bolchevique. Nacionalismo, antiamericanismo e populismo eram interpretados, de modo simples e direto, como comunismo, até mesmo em suas variantes moderadas. Esse fenômeno – ou erro de interpretação – ocorreu, além da América Latina (Guatemala, 1954), no sudeste asiático (Indonésia, após 1964), no Irã (1953), na África (Congo, 1960) e outras regiões do mundo. Foram afinal essas leituras, muitas delas alarmistas e deturpadas, que acarretaram as inúmeras intervenções norte-americanas no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. A motivação no Brasil, afinal, não discrepava das experiências anteriores: João Goulart era um radical perigoso que deveria ser removido de qualquer maneira, na opinião do presidente Lyndon Johnson. É preciso concordar que explicações em que apontam ações da CIA, movimentação de vultosas somas de dinheiro para contribuir em eleições de políticos, chantagens diplomáticas e ameaças de não liberação de financiamentos são elementos que tipicamente compõem teorias conspiratórias. E esse tipo de teoria não explica; fantasia, exagera, trata os atores sob o prisma maniqueísta. Mas esses elementos não podem ser desprezados apenas por esse motivo.¹⁶⁵

Nessa sucessão de acontecimentos, os Estados Unidos desempenharam a importante tarefa de sustentar o grupo americanista/anticomunista brasileiro com suporte ideológico, político e material. Mas esses grupos não atuaram como meros reagentes da pressão exercida pelo estrangeiro, como se combater o comunismo e defender as linhas americanistas fosse algo estranho às suas preocupações. Não eram simples colaboradores ou expressões internas das conexões criadas no exterior. Portanto, ao menos no que toca ao golpe de 64 no Brasil,

¹⁶⁴ COELHO, 2010, *passim*.

¹⁶⁵ WESTAD, 2005, pp. 111, 119, 143, 146, 150, 188. GADDIS, 2006, p. 164. BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45 (2): 46-65, 2002.

fatores endógenos concorreram, juntamente com interesses estratégicos do exterior (Estados Unidos, unicamente), para o seu desfecho. O Brasil possuía uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930, configurando na existência de grupos permanentemente mobilizados contra o “perigo vermelho”. Desse modo, o empenho dos Estados Unidos contra o comunismo foi considerado uma benção pela maioria desses grupos. Em poucas palavras, a tradição brasileira de luta contra o comunismo convergiu e se combinou com a influência norte-americana no mundo e nas determinações da política doméstica nacional.¹⁶⁶

Sem embargo, foram os militares que estavam na linha de frente do golpe. Ora, isso se deu porque o movimento requeria o uso das armas, fora, portanto, das soluções institucionais, como *impeachment* do presidente da República. Os militares, ao contrário, não foram os únicos representantes do núcleo estratégico de formação e implementação do golpe. Os acontecimentos da crise de agosto/setembro de 1961 confirmam essa avaliação. Naquele momento, faltou às FFAA, além da necessária coesão interna, uma ampla camada de apoio no Congresso Nacional, na sociedade e da parte dos Estados Unidos de que Goulart representava um real perigo comunista, suficiente para agregar força política. Os próximos pouco menos de três anos de seu governo ofereceram sinais de que os três ministros militares de Jânio Quadros estavam certos, ao menos aos olhos de muitos dos moderados, americanistas, anticomunistas e, também, Washington. Se o procedimento do golpe parece não ter sido suficientemente planejado, a sua concepção já vinha sendo fustigada, ansiada e desejada há muito tempo. No horizonte político brasileiro, o golpe era uma alternativa, ainda que de último grau, no leque das opções para se solucionar graves impasses. Como o *impeachment* não era viável por conta do já amolambado “esse” Congresso (na acepção pejorativa do pronome), em virtude de grande presença do PTB e de outros partidos da base de apoio ao governo (como o PSD, ainda que dividido) e dos moderados, que tendiam sempre para a conciliação, a resposta ou estava nas ruas ou, em último caso, nos quartéis.

Retroceder aos acontecimentos históricos da década de 1930 e considerar João Goulart herdeiro político do getulismo e, portanto, de seus opositores e dilemas, não seria suficiente sem considerar o binômio comunismo/Guerra Fria para os acontecimentos da primeira metade da década de 1960. O golpe foi, enfim, instado e pensado em sua maior parte por atores domésticos (civis e militares); executado totalmente pelas FFAA; e defendido e assegurado, além de obviamente pelos militares, por civis e por Washington. Em resumo,

¹⁶⁶ BARBOSA, 2003, pp. 264, 272. MOTTA, 2002, pp. 232, 277.

todos aqueles que não desejavam a *fidelização* do governo Jango e, finalmente, a *cubanização* do Brasil. Cabe realçar, portanto, que fatores endógenos e exógenos concorreram para que Goulart fosse deposto de seu cargo.

Por certo, outros aspectos contribuíram para adensar a lista de motivos por que derrubar Goulart, como o fim das propostas de reformas de base, incluindo a temida reforma agrária (por parte dos pessedistas, principalmente). Também abriria espaço para a retomada das negociações com as empresas estrangeiras confiscadas com o objetivo de resolver o impasse sobre as indenizações; tornar-se-iam os fluxos de investimento sem amarras estatais, com a revogação da lei de remessa de lucros; voltaria a esperança de que, talvez, o novo governo contornaria os problemas da inflação, do desemprego. Cada agrupamento, cada indivíduo, nacional ou estrangeiro, poderia cultivar algum desses motivos para justificar suas posições diante de um atentado às instituições democráticas, seja apoiando, seja se omitindo de protestar, se juntando à massa silenciosa e agoniada diante dos tanques.

O fato é que sem o medo comunista esse (quase) consenso não seria atingido. E sem a Guerra Fria, esse medo não seria superdimensionado. A ponte entre um e outro começou a ser erguida em janeiro de 1961, com as primeiras medidas da PEI sob Jânio Quadros. Essa foi também a interpretação de anticomunistas no Congresso após o golpe:

(...) o responsável principal pelos dramáticos momentos que abalaram a nação, não se discute, chama-se Jânio Quadros. A comunicação do país, se não teve início, teve sequência e começou a se materializar sob a responsabilidade desse mau brasileiro. A Política Externa Independente, rótulo pomposo para a política internacional que o Brasil adotara, encobria, na verdade, o plano sinistro idealizado por Jânio Quadros e pelos comunistas que, numa manobra inteligente e hábil, sustentaram sua candidatura, de se comunizar o Brasil, afastando-nos de nossos aliados e amigos tradicionais. Com a Política Externa Independente, iniciou-se o ciclo da verdadeira política entreguista, pois, de então por diante, o governo brasileiro traía os verdadeiros sentimentos de brasilidade de nosso povo, entregando-nos, galopantemente, nos braços dos interesses moscovitas. Seu sucessor, talvez o mais medíocre de todos os demagogos que já surgiram no país, homem fraco e sem personalidade, pressionado pelos comunistas que já dominavam o PTB, deu continuidade e ênfase à Política Externa Independente, aliando a essa ação no plano internacional, a política de corrupção e peculato no âmbito interno da política brasileira.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964. No mesmo sentido: Discursos Senado Federal. Senador Atílio Fontana (PSD-SC), em 10/04/1964.

Portanto, a PEI, pelo discurso dos vitoriosos do golpe, passou a ser indicada como uma política entreguista, no caso, de entrega do Brasil à URSS. Ademais, o retrato oficial construído de Jango deposto foi o de um homem fraco e sem personalidade, sujeito a todo tipo de pressão e manipulação dos comunistas. E como sendo a política externa a projeção da política interna, Goulart e seus infiltrados comunistas procuravam “desorganizar toda a vida da nação”, comprometendo

*todas as suas estruturas, ameaçando derrocar nossas instituições, minando solapar a disciplina e a hierarquia nas classes armadas, desrespeitando e usurpando atribuições do Congresso Nacional, marginalizando o poder judiciário, levando a nação ao caos e à destruição, para que o comunismo internacional a dominasse como presa fácil e indefesa.*¹⁶⁸

Com o tempo, a comunicação entre essas duas dimensões acabou prescindindo da própria ação do Brasil no cenário internacional. A crescente percepção de uma ameaça comunista no Brasil se intensificou com a aproximação dos países do Bloco Socialista e igual distanciamento dos Estados Unidos, passou pela acusação de inércia do governo quanto à atuação de células de propaganda, inclusive secundadas pelas embaixadas desses países e de Cuba, apoio velado de elementos do governo à infiltração comunista, apoio aberto até mesmo do presidente da República aos comunistas, declarações de Goulart percebidas como a favor da implantação de uma ditadura da esquerda e, finalmente, açulamento de uma ação de força por parte das FFAA. As acusações de existência de planos de uma revolução comunista que havia sido desmantelada pelo golpe civil-militar de abril incluíram a participação de “técnicos especializadíssimos dentro da embaixada de Moscou no Rio de Janeiro” e o contrabando de armas ao Nordeste por intermédio da embaixada de Cuba, figurando assim em inequívoca intromissão estrangeira nos assuntos domésticos, a fim de “subverter” o sistema político e econômico brasileiro:

É a Rússia, são seus satélites, principalmente Cuba e a Tchecoslováquia, as responsáveis pela sangrenta revolução abortada pela decisão patriótica do general Olímpio Mourão e dos gloriosos comandados de nossas FFAA. (...) Há dois dias passados – temos confirmação desses fatos – na embaixada da Rússia grande quantidade de documentos foi incinerada. Documentos comprometedores, sem dúvida. O embaixador cubano (...) fugia para lugar ignorado. O exército e a polícia da Guanabara, ao mesmo tempo, prendiam

¹⁶⁸ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964.

*técnicos chineses convocados para o Brasil a fim de imporem o terror e assassinarem brasileiros responsáveis pela resistência à comunização do País.*¹⁶⁹

A raiz ou o catalisador de tudo, portanto, restava à PEI, do reatamento com a Rússia à defesa do princípio da não-intervenção para a questão cubana. A tragédia do anticomunismo no Brasil, a exemplo do que ocorreu em outros países do Terceiro Mundo durante o mesmo período histórico, foi que a luta pela democracia, que se dizia o modelo antagônico do proposto pelo leninismo-marxismo, conduziu o País a uma ditadura que não foi apenas, como havia sido apresentada no seu início, de curta duração. Em abril de 1964, a Guerra Fria já figurava como notável residente no interior do Brasil. Daqui só sairia vinte e um anos depois. Como costuma ocorrer com uma guerra, destruiu e matou, em nome de um ideal.

¹⁶⁹ Discursos Câmara dos Deputados. Deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES), em 08/04/1964.

Conclusão

O Brasil da década de 1960 testemunhou uma ebulição no que concernia ao debate político sobre os rumos que deveria seguir para vencer suas mazelas e se proteger de eventuais perigos colocados pelos cenários doméstico e internacional. O Congresso Nacional constituiu-se em um dos *locus* dessa disputa ideológica e de pensamentos. Nesse aspecto, opunham-se não só governistas e opositores, mas agrupamentos com concepções de estado e sociedade aparentemente irreconciliáveis.

Antiamericanismo e americanismo, pois, compunham não apenas propostas de visão e de relacionamento com os Estados Unidos. Eram mais amplos no sentido de figurarem em concepções políticas, ou seja, um conjunto de valores que deveriam ser seguidos por um país com as necessidades e as limitações do Brasil. As inter-relações entre política externa e política doméstica viram-se sobrepujadas em decorrência da Guerra Fria e da luta contra o comunismo, respectivamente. Mas não só. Os projetos de desenvolvimento econômico brasileiro continuavam atrelados à discussão acerca do papel do capital internacional, notadamente norte-americano. Para os americanistas, temas estratégicos e risco comunista compunham a agenda prioritária. Para os antiamericanos (moderados em sua maioria e baseados principalmente nos que os “EUA faziam”), por outro lado, diante de um cenário de apaziguamento da Guerra Fria, o tema principal deveria se assentar no maior desafio do País até então: a superação da condição de miséria de grande parte da população e do subdesenvolvimento nacional. De qualquer maneira, ambos detinham visões opostas quanto ao caminho a ser seguido pelo Brasil a fim de se desenvolver, qual seja, associacionismo para os americanistas, e independentismo para os antiamericanos.¹

A chegada de Jânio Quadros à presidência significou a oportunidade de se implementar uma abordagem que se pretendia renovadora para as relações internacionais do Brasil, com independência e altivez, sintonizada com as teses antiamericanas, portanto. Para

¹ CERVO, 2008, pp. 17 a 19.

os americanistas, no entanto, qualquer ação de defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos para a questão cubana ou distanciamento dos Estados Unidos era interpretado como o outro lado da mesma moeda da simpatia ao comunismo e aproximação à União Soviética. Para eles, Havana deveria ser tratada como cabeça-de-ponte do comunismo soviético no continente, não figurando, por conseguinte, em simples problema bilateral entre Estados Unidos e Cuba. Segundo os antiamericanos, o que movia as ações norte-americanas em Cuba eram os velhos interesses da plutocracia, sem qualquer fundamentação efetiva de ordem geoestratégica. O resto eram apenas pretextos para a defesa de seus privilégios econômicos. Paralelamente, temas não diretamente ligados à política externa do Brasil conformaram as discussões parlamentares em que se opunham americanistas e antiamericanos. Nessa toada, a lei de remessas de lucros ao exterior e as controvérsias em torno das encampações de empresas norte-americanas comprovaram a coerência de crenças existentes - ao liberalismo, no caso dos americanistas, e ao nacionalismo econômico, para os antiamericanos.

De início, a Aliança para o Progresso causou reações distintas em cada um dos agrupamentos parlamentares. Para os americanistas, de esperança em um novo padrão de relacionamento entre os Estados Unidos e os países da América Latina, menos assentado na “chantagem” de defecção latino-americana; para os antiamericanos, com forte dose de ceticismo ou, então, de preconceito de que por trás das intenções oficiais viriam apenas mais espoliação e demagogia. Ao fim, os ideais reformistas do programa foram abandonados em favor da “velha” política do porrete para combater a ameaça de infiltração comunista no hemisfério. O sonho de um Plano Marshall afundou.

Aliás, por que não ocorreu um programa de ação anticomunista nos moldes do Plano Marshall na América Latina? A resposta merece uma análise detida da questão, variando de acordo com os grupos políticos. De acordo com os americanistas, porque países como o Brasil não vinham agindo como um aliado de confiança dos Estados Unidos. Para os antiamericanos, porque esses países, agindo de modo subalterno aos Estados Unidos, não exigiam sacrifícios para comprar sua lealdade, ou, então, porque não era esse realmente, e nunca seria, o propósito de Washington, de contribuir para o surgimento de um potencial concorrente econômico.

Americanismo e antiamericanismo acreditavam em uma correlação entre posições políticas e estratégicas e recebimento de maior fluxo de investimentos dos Estados Unidos. Para o primeiro, o apoio estratégico aos Estados Unidos pelo Brasil, sem hesitações, era a

chave para mais investimentos e para o fortalecimento do sistema ocidental em um eventual conflito armado. De outra parte, os antiamericanos criam que, diante do arrefecimento da disputa entre as duas superpotências, cabia ao Brasil algum espaço de manobra para barganhar maior atenção econômica ou, então, não mais esperar a boa vontade norte-americana para dar prosseguimento ao seu projeto de desenvolvimento. Nesse sentido, o antiamericanismo, ao lado dos governos Quadros e Goulart, contribuiu para um grave erro de interpretação: de que os Estados Unidos estivessem dispostos a negociar maior ajuda financeira em troca de não flertar com o comunismo. Essa foi a “barganha” da geração Guerra Fria. Não deu certo.

Nesse período, a primeira mostra da esquizofrenia anticomunista foi vista com a condecoração da Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Che Guevara. O gesto foi amplamente explorado pela oposição à PEI, encabeçada pelos americanistas, que a vinham criticando principalmente em virtude da aproximação com o Bloco Socialista. Depois da renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, as discussões sobre a manutenção ou não da PEI e a possibilidade de um suspeito do filo-comunismo ocupar o cargo mais importante do País dominaram o cenário político brasileiro. Nesse momento, a maior parte dos americanistas e anticomunistas, juntamente com os antiamericanos, posicionou-se a favor da posse de João Goulart, em defesa da legalidade e da democracia. Apesar disso, não se pretendia abrir mão de se discutirem as questões de linhas políticas à medida que elas surgissem. Americanistas e anticomunistas, principalmente, estavam dispostos a conceder uma chance a Jango para demonstrar suas credenciais não-comunistas. A solução parlamentarista consolidou, a um só tempo, a ausência de coesão nas forças armadas em torno da ideia de risco iminente do comunismo e a falta de apoio substantivo no Congresso Nacional e mesmo em Washington a favor de um golpe contra a posse do vice-presidente.

Em um primeiro instante, o governo dos Estados Unidos adotou uma atitude de cooperação cautelosa com o novo governo, sem deixar de expressar séria preocupação quanto à eventual infiltração comunista no Brasil. O temor maior, dividido com os americanistas e anticomunistas no Congresso Nacional, não era por uma tendência comunista de Jango em si, mas de ele, ainda que inadvertidamente, conceder espaço aos comunistas em seu governo e, finalmente, levar o Brasil a uma ditadura bolchevique. Da parte de seu programa de governo, Jango pretendia proceder a um profundo rearranjo das estruturas arcaicas do País em prol dos trabalhadores e da população marginalizada e miserável, as reformas de base. Enfim, as tensões experimentadas por Jânio Quadros entre os modelos de desenvolvimento a seguir,

acopladas ao papel reservado à política externa para a construção desses objetivos, foram agravadas sob o governo Jango, que não viu arrefecer as suspeitas ideológicas que vinha sofrendo. Da parte da expansão a novos mercados do “oriente”, o debate manteve-se na dualidade busca-por-desenvolvimento/proteção-contra-o-comunismo-internacional. O restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a União Soviética foi uma das primeiras ações da PEI sob Jango, que rechaçava qualquer motivação de ordem ideológica para o gesto. No Parlamento, antiamericanos se alinharam ao governo, ao passo que americanistas impuseram séria oposição. O reatamento com a União Soviética confirmava a discrepância entre os dois grupos: segurança e contenção do comunismo para o primeiro, e aspiração ao desenvolvimento, para o segundo. O temor dos americanistas quanto a seus inimigos políticos estava em que, por trás do discurso antiamericano, se escondessem objetivos meramente comunistas. O antiamericanismo, desse modo, sentia a dificuldade de demonstrar que era contra a intromissão de qualquer potência, Estados Unidos, União Soviética ou outra qualquer. A Guerra Fria e a noção de exclusividade da bipolaridade dificultavam essa tarefa, confirmando a noção de que não houve flexibilização das barreiras ideológicas que impediam contatos comerciais com o Bloco. Apesar disso, a imagem do presidente Goulart foi preservada nesse momento, restando a seu chanceler, San Tiago Dantas, a maior dose de críticas. Após a saída de Dantas da chancelaria, o tema nuclear deixou de ser a política externa do País para se focar na viabilidade do regime e seus rumos, tópicos eminentemente domésticos.

De certo modo, os antiamericanos apoiavam e se sintonizavam com o governo Goulart e suas medidas nos planos interno e externo, agindo em conjunto. Americanistas e anticomunistas, por outro lado, não foram negligenciados quanto ao conflito político e eleitoral que empreendiam contra o antiamericanismo e o governo. Nesse sentido, o complexo Ibad/Ipes/Adep ofereceu importante aporte intelectual, financeiro e eleitoral a deputados e senadores identificados com o combate à invasão comunista no Brasil. Como sugerem os arquivos hoje disponíveis, os recursos provieram em sua maior parte do governo dos Estados Unidos, como, aliás, desconfiavam antiamericanos e governo durante aquela conjuntura. Nesse tocante, Washington e americanistas/anticomunistas desfrutaram das ajudas mútuas, de um e outro.

Sem embargo, o cenário da Guerra Fria contribuiu para a polarização dos grupos políticos domésticos. Mas com uma peculiaridade. Ao contrário do que ocorreu em outros países do Terceiro Mundo, não refletiu perfeitamente o cenário internacional. Tanto

americanistas como antiamericanos, enfim, eram em sua maioria anticomunistas. No entanto, as ações do governo Jango, defendidas pelos antiamericanos, deixaram transparecer o contrário na visão de Washington e dos americanistas. Punta del Este, para os americanistas, tratou da expulsão de uma nação “satélite da Rússia” e que, portanto, não estava sujeita ao princípio da autodeterminação dos povos, como defendiam os antiamericanos, para quem o perigo de o comunismo avançar via Cuba não deveria ser levado tão a sério. Para os americanistas, preocupava o distanciamento das posições dos Estados Unidos e seus efeitos diante da Guerra Fria. A posição da chancelaria brasileira durante a Conferência do Desarmamento em Genebra ofereceu mais uma oportunidade de os antiamericanos defenderem os princípios da PEI de que o Brasil deveria adotar atitude de independência nos órgãos multilaterais, ainda que a contragosto dos Estados Unidos. Na luta do “bem contra o mal”, os americanistas acusavam que fugir da linha clássica do Itamaraty significava tornar o Brasil caudatário da União Soviética.

Diante daquilo que era considerado uma sequência de malfeitos do chanceler e de sua política externa, os americanistas se mobilizaram em torno da aprovação de uma moção de censura contra San Tiago Dantas, um instrumento próprio do parlamentarismo então experimentado. Buscava-se a reformulação das linhas adotadas pelo Itamaraty, com um alinhamento mais próximo dos Estados Unidos e medidas claramente anticomunistas. Os antiamericanos, em apoio a Dantas, insistiam que era um exagero a preocupação trazida pelos seus opositores quanto aos riscos de comunização do Brasil. Mais importante que isso era discutir a “falta de arroz, de feijão” e a miséria da população – essa a temática urgente do País. A moção não foi aprovada, mas Dantas viu seu nome ser rejeitado para o cargo de primeiro-ministro em razão de a oposição americanista enxergar nele o condutor de uma política que no âmbito internacional contribuía para transportar o Brasil para a esfera soviética. Nesse tocante, portanto, americanistas se esforçaram em evitar a importação de noções já combatidas como *bolchevizantes* para um raio de ação ampliado; antiamericanos desejaram levar o progressismo e a experiência nacionalista da PEI para a política doméstica.

Durante a crise dos mísseis de Cuba, em 1962, Washington buscou garantir total e irrestrito apoio do Brasil, procurando demonstrar a gravidade da situação em termos estratégicos. Ao contrário, o governo Goulart revelou, mais uma vez, reduzida preocupação com fatos relacionados à Guerra Fria. Jango e seus apoiadores no Congresso pareciam, então, pouco confiáveis, inconstantes e imprevisíveis para questões tidas como da própria sobrevivência do ocidente frente à ameaça militar soviética. Com o tempo, a possibilidade de

desferir um golpe contra o governo ganhava maior notoriedade entre seus opositores, com alguns sinais de possível apoio por parte do governo dos Estados Unidos, ainda durante a presidência Kennedy.

O retorno ao sistema presidencialista significou a oportunidade de Goulart empreender seu programa de governo mais livremente. E ao mesmo tempo conferiu à sua figura maior ênfase, tanto da parte de seus entusiastas como de seus críticos. Inicialmente Jango pendeu mais para os moderados nessa nova fase, ensaiando a aplicação de um programa de combate à inflação combinado com crescimento econômico. Para tanto, requeria alguns sacrifícios, como corte nos gastos do governo e eliminação de subsídios a alimentos. Diante dos resultados desalentadores, em termos macroeconômicos e políticos, Goulart decidiu por uma guinada aos radicais, abandonando o plano dos moderados de um desenvolvimento apenas progressista. Os antiamericanos radicais estavam dispostos a sustentar o governo nesta mais nova fase, contra os privilégios dos conservadores e do imperialismo internacional. A moderação cedeu lugar ao radicalismo.

Nesse contexto, antiamericanos, americanistas e anticomunistas, todos de tendências radicais, constituíram os principais personagens do debate político. Natural, portanto, que a expressão “golpe” se tornasse cada vez mais cotidiana na linguagem política. Ao lado disso, os Estados Unidos implementaram uma espécie de Aliança para o Progresso em formato reduzido e bastante seletivo, na medida em que conduzia linhas de crédito diretas a governos estaduais contrários ao governo da União. Principalmente a partir do segundo semestre de 1963, as acusações sobre infiltração comunista no governo, facilitada pelo presidente, acentuaram a polarização entre os grupos políticos e as preocupações quanto à estabilidade do regime. A esquizofrenia e a dramaticidade voltariam a dominar o cenário político brasileiro, em torno da noção de ameaça iminente do comunismo.

Por essa razão, a divisão de forças entre americanistas e antiamericanos deixou de fazer sentido diante do fato de que a maior preocupação tornara-se o comunismo dentro do Brasil. Enfim, quando a ameaça comunista do governo Jango pareceu mais urgente, americanistas e muitos dos antiamericanos reforçaram suas credenciais anticomunistas. Daí em diante, os grupos políticos se constituíram em “frente de apoio ao governo” e “anticomunistas”, basicamente. As ações, vacilações e reações do governo vinham sendo acompanhadas à risca. Diante do Levante dos Sargentos e do pedido de estado de sítio, em fins de 1963, a oposição acusou o governo de empreender um plano a favor de uma república sindicalista – um conluio entre “o caudilhismo caboclo e o comunismo internacional”. Um

pedido de *impeachment* foi ensaiado, mas não havia condições partidárias e institucionais para isso. A oposição não desistiu de se opor violentamente àquilo que via como a possibilidade de se transformar o Brasil em Cuba. Governo e seus apoiadores, ao contrário, reafirmavam que inexistia qualquer projeto de comunização do Brasil. Ratificavam mais uma vez a ideia de que a luta que travavam era apenas contra a espoliação do País e a miséria, a fome, o flagelo no Nordeste, a inflação, o desemprego, a queda do salário real...

Nesse sentido, Jango e seus apoiadores no Congresso estavam dispostos a agir em favor da profunda mudança do Brasil, a partir da aprovação das reformas de base. Para isso, investiram na estratégia de pressionar o Congresso Nacional a fim de aprovar as alterações propostas na legislação e, principalmente, na Constituição. O Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, deveria ser a inauguração dessa nova etapa, que tinha nos radicais seus principais sustentadores. A partir de então, os anticomunistas se amalgamaram em torno da ideia da urgência de um golpe preventivo para deter a escalada comunista no Brasil. O tom se elevou e o presidente Goulart foi visto como cada vez mais incorrigível. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a leitura da oposição em relação ao comício foi de que ali havia uma clara mensagem subversiva, que poderia ter como desfecho a ditadura comunista no Brasil. Para os governistas, de outro modo, as críticas se assentavam na defesa de interesses arcaicos de uma minoria de apaniguados diante de mais da metade da população brasileira que vivia ainda em situação de extrema pobreza.

Mais uma vez, houve a tentativa de destituir o presidente Jango pela via institucional. Contudo, em virtude de o *impeachment* exigir a aprovação de 2/3 dos membros do Congresso, essa continuava sendo uma possibilidade bastante remota. A oposição, então, procurou contornar esse obstáculo fora das instituições. A solução das armas parecia-lhe a resposta para resolver os problemas e incertezas políticos que o Brasil vivia. A Revolta dos Marinheiros, em fins de março, inflamou ainda mais o pânico e a coesão anticomunistas. A reação do governo, transparecendo que aquiescia com a quebra da hierarquia militar, reforçou os argumentos de que um plano de implantação do comunismo no Brasil estava em curso. Afinal, da desorganização e da anarquia nos quartéis, podia-se abrir caminho para a quebra de sua unidade e, por conseguinte, o aliciamento de agrupamentos no seu interior a favor de teses bolcheviques. Os boatos acerca da iminência de um golpe perpetrado pelo próprio presidente da República para se revestir de poderes especiais se alastraram. O cenário político, enfim, foi dominado pelo medo e ansiedade. Segundo os anticomunistas, para se evitar esse golpe, somente um contragolpe, força contra força. No dia 1 de abril o golpe civil-militar foi

deflagrado, garantindo que um iminente, eventual, possível ou mesmo remoto processo de *cubanização* do Brasil fosse abortado. Ao longo da primeira metade da década de 1960, ao menos duas guerras civis foram evitadas no Brasil. No primeiro caso, durante a crise de agosto/setembro de 61, pela conciliação construída no Parlamento, revelando certa maturidade institucional do País. No segundo, após o golpe de abril de 64, pela recusa de Jango em resistir pela força. Ironicamente, também contrariava as expectativas criadas antes, demonstrando que o sistema democrático brasileiro carecia ainda de um longo caminho rumo à maturidade.

A “ficção comunista” de considerar que uma ditadura vermelha estava em vias de ser implantada no País foi suficiente para justificar uma ação preventiva e um atentado à Constituição. A ele se seguiu, pelos mesmos motivos, o expurgo de comunistas e filo-comunistas, entre os quais grande parcela dos antiamericanos, por uma confusão interpretativa facilitada pelas realidades doméstica e internacional. Portanto, em conjunto com o governo João Goulart, parte significativa da bancada antiamericana no Congresso Nacional deixou de existir, por um ato súbito, arbitrário e baseado na força física. Como não poderia deixar de ser, a política externa da “revolução” retificou as linhas da PEI, rompendo relações com Cuba, se aproximando dos Estados Unidos e, principalmente, alterando a forma como o Brasil encarava a Guerra Fria e a luta doméstica antissubversiva. Estrategicamente, não representava quaisquer ambiguidades em seus compromissos com o ocidente.

Em todo esse contexto, a Guerra Fria significou uma variável explicativa de primeira grandeza. Por essa razão, o principal móvel que influenciou a ação dos Estados Unidos no Brasil durante a primeira metade da década de 1960 não foi exatamente o nacionalismo econômico ou mesmo o neutralismo e o antiamericanismo. Foram, na realidade, suas implicações em favor das teses comunistas e a possível reversão do Brasil em nova Cuba que mais preocupavam as autoridades norte-americanas no que dizia respeito à sua política de intervenção (mesmo que indireta) e de favorecimento a golpes. Ideologia, interesse nacional e preservação da segurança continental e, por conseguinte, dos próprios Estados Unidos, caminhavam juntos. Da mesma forma, o antiamericanismo vinha sendo combatido por americanistas no Congresso por uma suposta ligação incontestável com o comunismo, ainda que sem a intenção. O jogo político americanista empreendeu uma equalização de papéis entre antiamericanos e comunistas, ligando o debate doméstico às contingências das relações internacionais então vivenciadas. Afinal, para eles, ou se estava com os Estados Unidos, ou com a União Soviética. Em resumo, americanistas assentaram suas percepções no conflito

Leste-Oeste, a que todos os outros assuntos deveriam estar subordinados. No fim, foi a Guerra Fria principalmente que limitou o desejo de liberdade e autonomia dos antiamericanos para que o Brasil trilhasse seu caminho em direção ao desenvolvimento econômico e à maior projeção internacional do País. Ambos os grupos foram acometidos por graves erros de interpretação. Do lado dos antiamericanos, ao não reputar a relevância estratégica que a Guerra Fria detinha para o governo dos Estados Unidos e para a oposição americanista. Da parte dos americanistas, e também de Washington, ao confundir posturas antiamericanas e nacionalistas, mesmo moderadas, com avanços da infiltração comunista.

A partir dos debates parlamentares, é possível arriscar algumas proposições quanto aos motivos do golpe de 64, um tema bastante polêmico e controverso até os dias de hoje. Nesse aspecto, propomos uma recalibração das ênfases quanto às múltiplas causalidades históricas que o explicam. Nesse ponto, o medo comunista, amplificado pela conjuntura das relações internacionais, foi a variável capaz de desestabilizar todo o sistema. Adicione a isso fatores exógenos, por meio do empenho do governo dos Estados Unidos, que agiu, quer na retaguarda, quer no próprio interior da política brasileira, a favor de uma solução que resguardasse os interesses estratégicos norte-americanos no Brasil. Sem as ambivalências de João Goulart e dos antiamericanos. Por conseguinte, a tese reforçou essa posição da literatura.

Cumprido realçar, contudo, que americanistas e anticomunistas não atuaram como meros reagentes da pressão norte-americana, como se defender o americanismo e combater o comunismo não fossem expressões autênticas de seus pensamentos políticos. Ao fim e ao cabo, o golpe foi instado e planejado em sua maior parte por atores domésticos (civis e militares); executado totalmente pelas forças armadas; defendido e assegurado, além dos militares, por civis e por Washington. Em poucas palavras, por todos aqueles que acreditavam que um processo de *cubanização* do Brasil estava em curso sob o governo de João Goulart.

O fator determinante da unidade da oposição em favor da deposição de Goulart foi a luta contra o comunismo, que faria o Brasil se afastar de um modelo “americano” em favor de uma ideologia alienígena, no sentido de ser fora daquilo que era oferecido nas Américas e da tradição brasileira. Portanto, dois elementos, ainda que abstratos, foram fundamentais para fazer mover os atores envolvidos – comunismo e Guerra Fria. O primeiro, de caráter nacional, foi o responsável pela justificativa para depor um governo que, apesar de antiamericano na sua essência, vinha sendo identificado com o medo da invasão soviética em terras brasileiras. O segundo, de dimensão internacional, gerou duas consequências. Providenciou os contornos, a lógica e o superdimensionamento do medo do comunismo. Tão importante quanto isso,

aguçou o interesse estratégico dos Estados Unidos no Brasil, a fim de mantê-lo em sua esfera de influência garantida frente às ameaças que a União Soviética (diretamente ou via Cuba) representou. No caso brasileiro, essas ameaças foram percebidas como algum tipo de infiltração, por menor que fosse, capaz de alterar os grupos da sociedade ou, pior, a estrutura do governo. O primeiro passo ou o catalisador desse processo de formação da imagem comunizante do governo foi justamente a PEI, com a aproximação ou demonstração de simpatia a países ou sistemas socialistas (reatamento de relações, defesa da autodeterminação e não-intervenção de Cuba, distanciamento de posições dos Estados Unidos nos fóruns multilaterais). Com o tempo, as discussões sobre o anticomunismo e o quadro geral da Guerra Fria prescindiram das preocupações acerca da política externa do Brasil, focalizando-se, então, na arena política doméstica. Um sintoma disso foi o fato de que a figura do governo mais criticada pelos americanistas e anticomunistas deixou de ser o chanceler San Tiago Dantas para passar a ser o presidente João Goulart. Não bastava mais proceder a uma tentativa de mudança pontual no governo, como visto no caso da moção de censura contra Dantas. A solução para o problema, na visão dos americanistas, exigia uma atitude mais grave: o desmonte de todo o aparato governamental, a começar por seu chefe.

Antiamericanismo e americanismo compunham modelos de inserção internacional divergentes para uma mesma realidade nacional e internacional. A PEI representou, na prática, a implementação da primeira visão, em seu formato moderado. O americanismo, na outra ponta, viu-se obrigado a se adaptar às contingências do modelo americano proposto naquela fase ao Brasil. Isso porque a base do governo oferecida pelos Estados Unidos e adotada na Alemanha ocidental e no Japão no pós-Guerra foi a liberdade individual, o livre comércio, a ação estatal baseada estritamente na lei e, principalmente, maciça ajuda financeira norte-americana a fim de configurar essas nações como vitrines de seu modelo econômico frente à União Soviética. Isso, no entanto, não foi observado no Brasil como decorrência de uma efetiva preocupação do governo norte-americano. Daí a incongruência nos argumentos trazidos pelos americanistas, ou seja, o discurso da esperança pelo fato de pertencer à órbita dos Estados Unidos carecia de elementos concretos que lhe dessem sustentabilidade. Em grande parte, o americanismo desses anos dependeu mais de outro apoio para se manter – o discurso do medo (da proibição às religiões, ao pensamento livre, à propriedade privada, ao sistema democrático). O americanismo, no que tocava à parte do discurso da esperança, de modelo de desenvolvimento, viu-se isolado, sem credibilidade, ao contrário do que poderia ser visto nos países atingidos pelo Plano Marshall. Essa a razão de o antiamericanismo,

calçado em um discurso da esperança (de uma economia desenvolvida, sem miséria, sem subordinações ao exterior), ter sido muito mais receptivo ao apoio popular e político e de que a força efetiva de sua oposição estava quase que exclusivamente no medo comunista.

O instigante é que todo o debate político do período que cobre esses pouco mais de três anos iniciados com o governo Jânio e finalizados com a deposição de Jango partia de uma observação de que o abismo que separava o padrão de vida dos brasileiros daquele experimentado pelas populações da Europa e dos Estados Unidos, principalmente, deveria ser superado. As agendas políticas (das áreas externa e doméstica) dos grupos em contraposição no Congresso Nacional foram preenchidas pela certeza de que a mudança rumo ao desenvolvimento não era apenas uma necessidade, mas uma exigência moral. Sem embargo, foram os antiamericanos que capturaram de forma mais densa, frequente e aprofundada esse aspecto. Mas também os americanistas não se descuidaram de tratar, a partir de modelos ideológicos distintos, suas concepções para derrotar a pobreza, a miséria, a fome, a ignorância e a injustiça no Brasil. O sonho de progresso e modernização estava no centro da política brasileira. Da mesma forma que aconteceu na maior parte dos países do Terceiro Mundo – não por acaso, mais uma semelhança entre o Brasil e esse conjunto de países – o projeto de desenvolvimento econômico nacional rápido e justo foi abortado para ceder espaço a uma ditadura preocupada, em primeiro lugar, em se sintonizar com a luta contra o comunismo, para o apropriado prosseguimento da Guerra Fria e dos interesses (estratégicos e econômicos) da superpotência ocidental. A esperança cedeu lugar ao medo.²

² WESTAD, 2005, p. 398.

Referências bibliográficas

Artigos científicos:

BERENDSE, Gerrit-Jan. German anti-Americanism in context. **Journal of European Studies**. 33(3/4); 333-350.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45 (2): 46-65, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Latin America and the Cold War. **Via Mundi**. Brasília, n.º 2, outubro/dezembro 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, 2010, pp. 123-144.

_____ Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 27, 1995, pp. 61-71.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 48 (2), 2005.

HERSHBERG, James G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962. **Journal of Cold War Studies**. Vol. 6, n.º 2 e 3, 2004.

HWANG, Balbina Y. Anti-Americanism in Korea: implications for the future of the U.S.-ROK alliance. **East Asia**. Summer 2003. pp. 60-73.

LIMA, Maria Regina Soares; MOURA, Gerson. Brasil-Estados Unidos: o pragmatismo em questão. Seminário sobre “O Brasil e a Nova Ordem Internacional”, Friburgo, 1 a 3 de dezembro de 1978.

QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. **Foreign Affairs**. Vol. 40/1, 1961.

RUBINSTEIN, Alvin e SMITH, Donald. Anti-Americanism in the Third World. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. 497 (Maio/1988), pp. 35-45.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 37, n.º 1, pp. 24-36, 1994.

Livros:

ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antônio (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____ **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____ **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____ **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____ **Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização: presença dos EUA no Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC SP, 1998.

_____ **Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização: rivalidade emergente**. São Paulo: Ed. SENAC SP, 1999.

_____ **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.

BARBOSA, Antônio José. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CERVO, Amado Luiz (Org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Ed. UnB, 1994.

_____ **Relações Internacionais da América Latina:** velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____ **O Parlamento Brasileiro e as Relações Internacionais (1826-1889).** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

_____ **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros:** discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

COELHO, Fernando. **1964:** golpe de Estado, ditadura e guerra fria. Recife: Bagaço, 2010.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

_____ **Discursos Parlamentares.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DUTRA, Eloy. **IBAD:** sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente.** Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, vol. 1.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War:** a new history. Nova York: Penguin, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos:** desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOLLANDER, Paul (Ed.). **Understanding Anti-Americanism:** its origins and impact at home and abroad. Chicago: Ivan R. Dee Publisher, 2004.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert (Eds.). **Anti-Americanisms in World Politics**. Nova York: Cornell University Press, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____ **The Practice of Conceptual History**: timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **A Opinião Pública e a Política Exterior do Brasil: 1961-1964**. Curitiba: Juruá, 2009.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: o Brasil entre a ditadura e a Guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações Internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003.

MCPHERSON, Alan (Ed.). **Anti-Americanism in Latin America and the Caribbean**. Nova York: Berghahn Books, 2008.

MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.

_____ **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado em 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

REVEL, Jean-François. **Anti-Americanism**. São Francisco: Encounter Books, 2004.

ROCHA, Regina da Cunha. **Parlamento Brasileiro e Política Exterior na República (1889-1930)**. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Coalizões Parlamentares e Instabilidade Governamental: a experiência brasileira (1961-1964)**. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

_____ **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: regional and national approaches**. Fortaleza/Brasília: Premius e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2009.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil, 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SNOW, Nancy. **Propaganda Inc.: vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

STEINBERG, David (org.). **Korean Attitudes toward the United States: changing dynamics**. Nova York: East Gate Book, 2005.

TOTA, Antonio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)**. Curitiba: Juruá, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil: o nacionalismo e a política externa independente (1945-1964)**. Petrópolis: Vozes, 2004.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 2004.

WESTAD, Odd Arne (ed.). **Reviewing the Cold War: approaches, interpretations, theory**. Frank Cass, 2000.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: third world interventions and the making of our times.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WIDMER, Ted; KENNEDY, Caroline. **Listening In: the secret White House recordings of John F. Kennedy.** New York: Hyperion, 2012.

Teses e dissertações:

BARBOSA, Antônio José. **O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961-1967).** Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), dez. 2000. Tese de Doutorado.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. **O Antiamericanismo de Cátedra: desenvolvimento e nacionalismo no Brasil na década de 1950.** Brasília: Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), jul. 2012. Tese de Doutorado.

SILVA, João Carlos Ferreira da. **Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão.** Brasília: CEFOR/Câmara dos Deputados, Programa de Pós-Graduação, 2007.

STORRS, Keith Larry. **Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath.** Cornell University, Ph.D. Political Science, international law and relations, 1973.

Fontes primárias:

Arquivo Histórico – US Department of State. Disponível em: www.archives.gov.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório Final, Projeto de Resolução e Declarações de Voto da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o Ibad e o Ipes. Brasília. Diário do Congresso Nacional (Seção I), de 14 de dezembro de 1963, pp. 9937-9963. Também disponível em: www.camara.leg.br.

Central Intelligence Agency – Freedom of Information Act. Disponível em: www.foia.cia.gov.

Discursos Câmara dos Deputados. Disponível em: www.camara.leg.br.¹

Discursos Congresso Nacional. Disponível em: www.senado.leg.br.

¹ As referências às datas dos discursos são do dia em que foram proferidos, e não da publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O mesmo vale no tocante ao Congresso Nacional e ao Senado Federal.

Discursos Senado Federal. Disponível em: www.senado.leg.br.

John F. Kennedy. Presidential Library and Museum. Disponível em: www.jfklibrary.org.

The Presidential Recordings, John F. Kennedy. Miller Center of Public Affairs – University of Virginia, USA. Disponível em: www.millercenter.org.

Jornais e revistas:

Jornal do Brasil; O Estado de S. Paulo; O Globo; O Semanário; Veja.

Outras fontes:

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento Mutilado:** deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

TEIXEIRA, Ulysses Tavares. A Tradição Liberal e as Origens do Excepcionalismo Norte-Americano. 3º Encontro Nacional ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais, julho de 2011.